

Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Documentos Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Documentos Douro Estudos & Documentos
Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos



Douro

Estudos & Documentos

22

GEHVID
Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

2007

Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Documentos Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Documentos Douro Estudos & Documentos
& Douro Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos
Estudos & Documentos Douro Estudos & Documentos



Douro

Estudos & Documentos **22**

Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto
Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

2007

DIRECÇÃO

Jorge Monteiro (Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto)

Douro

Estudos Documentos **22** • Publicação anual • Ano 12 • 2007 • Nº 22

DIRECTOR

Francisco Ribeiro da Silva

CONSELHO CIENTÍFICO

António Manuel de Barros Cardoso (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador-Científico do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto)
Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Gaspar Manuel Martins Pereira (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Henrique Gomes de Araújo (Antropologia/Universidade Católica Portuguesa)
Lúcia Maria Cardoso Rosas (História da Arte Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria Antonieta Cruz (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria Eunice da Costa Salavessa (Departamento de Engenharias/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

SECRETARIADO

Silvia Trilho

PROPRIEDADE

Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

EDIÇÃO

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n
4150-564 PORTO – PORTUGAL
Telefone 226077199 • Fax 226077156
E-mail: gehvid@letras.up.pt • www.letras.up.pt/gehvid

Capa / arranjo gráfico: sersilito

Impressão e acabamentos:  sersilito empresa gráfica, lda.

Assinatura anual

Instituições: 15 €; Individuais: 10 €
Preço deste número: 15 €

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

Fotografia da Capa: Quinta do Vale Abrão

*Proibida a reprodução total ou parcial
do design gráfico desta obra sem autorização da SerSilito*

Editorial 7
Francisco Ribeiro da Silva

A saudade está a passar por aqui 9
António Barros Cardoso

Artigos

A investigação fundamental na História do Douro
e do Vinho do Porto – algumas linhas de rumo 13
António Barros Cardoso

Navegação no rio Douro
– o sonho (re)corrente de Castela 37
Carlos d'Abreu

La emigración gallega a la provincia portuguesa de
Tras-os-Montes y Alto Douro (1700-1850): evolución temporal,
tipología y localidades de partida y de destino. 79
Camilo J. Fernández Cortizo

O Preço do Vinho em Portugal na Baixa Idade Média 113
Sérgio Carlos Ferreira

A Diocese de Lamego
no contexto do património religioso e cultural português 145
Nuno Resende

A Noiva de Caná de António Cabral, um caleidoscópio do Douro 185
Maria da Assunção Morais Monteiro

Recessão e reconversão:
uma ideia para o Douro na viragem do século XIX para o século XX 199
Eduardo C. Cordeiro Gonçalves

Reflexos do liberalismo no Mosteiro de Salzedas	207
Célia Maria Taborda da Silva	
Consumos vínicos: práticas e construção de gostos	219
Dulce Maria Magalhães	
Os vinhos em Portugal (1300-1820). Um sector de sucesso na agricultura bloqueada do Antigo Regime.	255
Aurélio de Oliveira	

Do Mundo Empresarial do Vinho do Porto

Evolução da Sociedade ROZÉS, S.A.	273
Fátima Saraiva	
Enoturismo um projecto familiar A Quinta da Casa Amarela	281
Laura Regueiro	
Perfil da empresa Líderes em Vinhos do Porto de categorias especiais	287
Paul Symington	

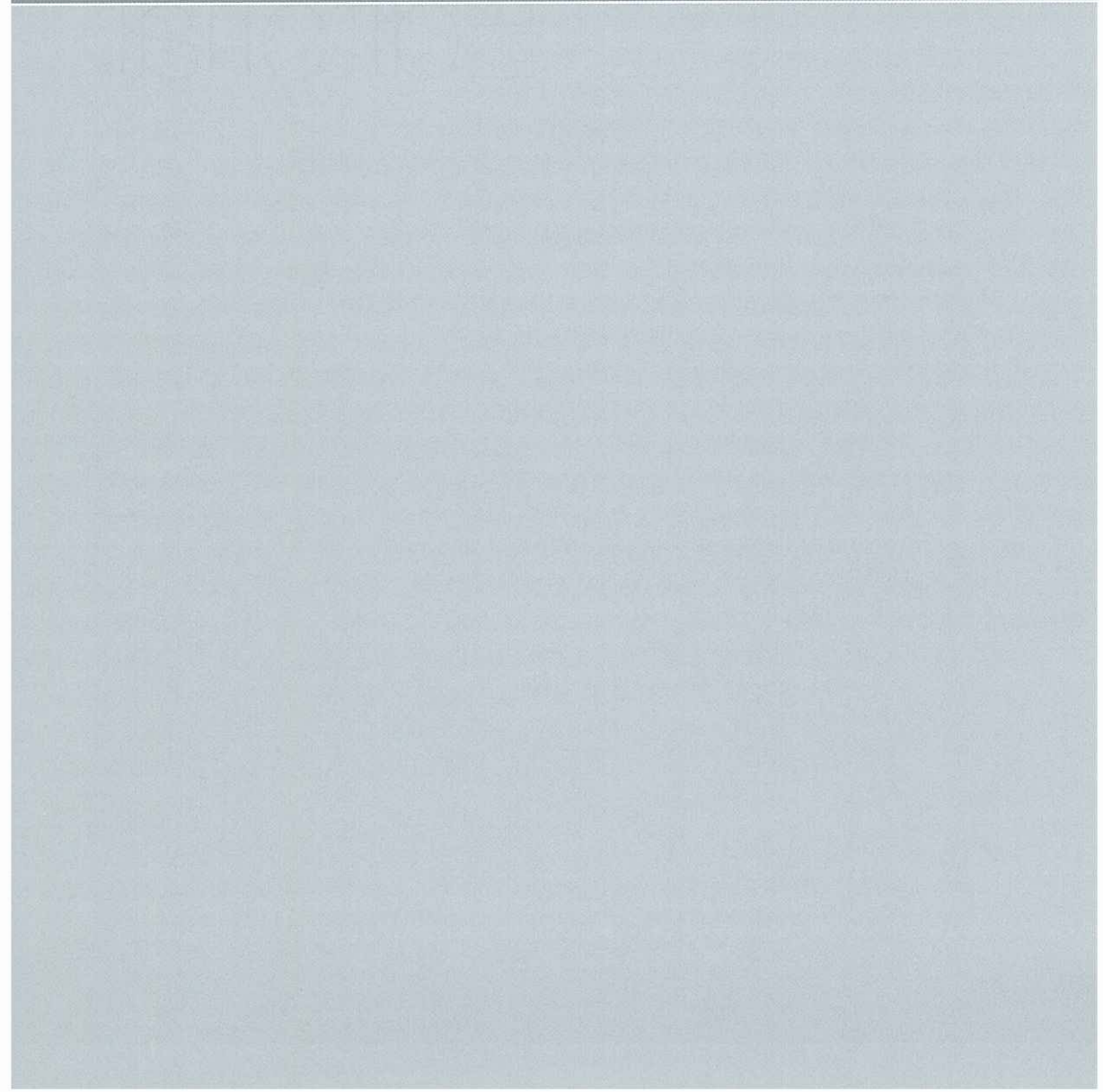
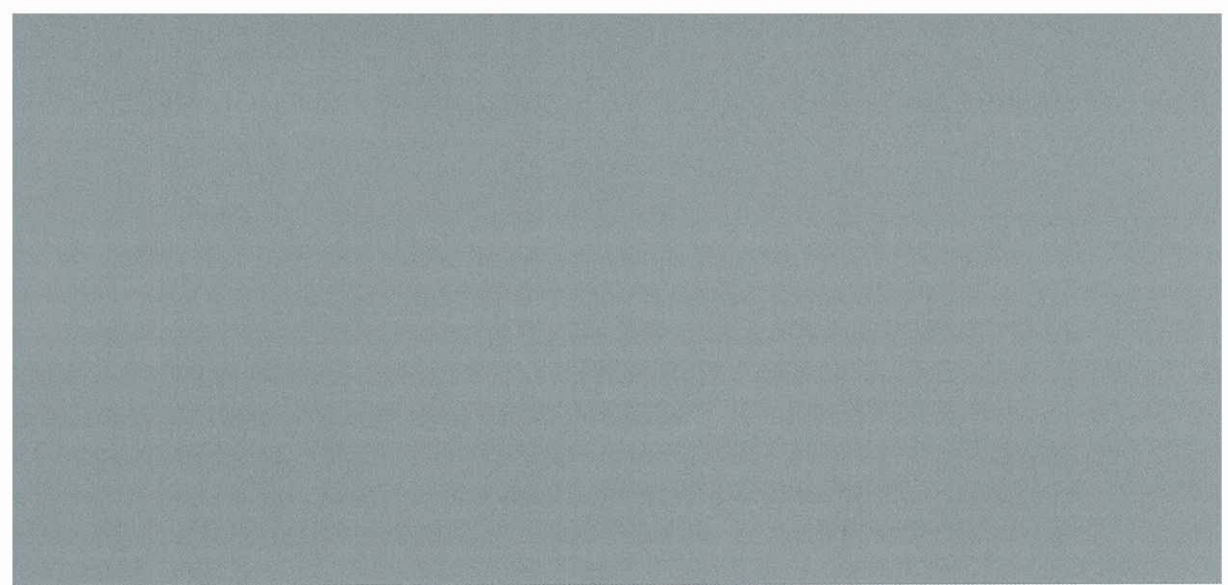
História oral

Vozes do Douro: A importância da História Oral na recuperação de memórias	299
Ângela Campos	
Murmúrios no Douro	313
Acélia Maria dos Santos Gonçalves	
Entrevista com o Sr. Pe. António Seixeira	345
José Simões	

Notícias	371
-----------------	-----

An aerial photograph of a rural landscape. In the center, there is a large, white, multi-story building with a prominent tower or steeple. To the right, another smaller building with a similar tower is visible. The surrounding area is a mix of green fields and dense trees. The sky is a clear, pale blue. The word "Editorial" is overlaid on the right side of the image in a large, white, serif font.

Editorial





F r a n c i s c o R i b e i r o d a S i l v a

Com o número 21 da «Douro. Estudos & Documentos» encerrou-se um ciclo da vida da Revista, ciclo que se iniciou com o nº 1 aparecido nas bancas no ano de 1996. De facto, esse número foi o último em que a Revista saiu sob os auspícios da parceria tripartida em que até aqui assentara: Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (até 2003 Instituto do Vinho do Porto), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Universidade do Porto. Era um dos raros projectos em que, nas áreas específicas das Humanidades, a tão apregoada conveniência e necessidade da colaboração entre o mundo empresarial e as Universidades se vinha conseguindo com os resultados que se podem avaliar nas páginas dos seus múltiplos números.

Infelizmente as alegadas dificuldades orçamentais do tempo presente levaram a que as duas Universidades denunciasses o protocolo que em 1994 havia sido celebrado entre as três instituições. Felizmente o IVDP continuou a entender que o trabalho dos investigadores da história do Vinho do Porto e da viticultura duriense (de que a Revista é veículo e expressão) é útil e cumpre os objectivos que levaram este Organismo a apoiá-la e ao GEHVID.

Por isso, a Revista prossegue o seu caminho com este número 22, com as consequentes e inevitáveis alterações na Direcção e na Propriedade bem como na periodicidade que passará a ser anual. Desde já aqui fica a homenagem sentida ao IVDP e a promessa de que a viticultura duriense e o vinho do Porto continuarão a ter lugar prioritário nas suas páginas.

Olhando para o seu conteúdo, justifica-se plenamente que neste número o Coordenador Científico do GEHVID apresente um balanço global do que foram as actividades visíveis e mensuráveis do Grupo ao longo dos últimos 15 anos. Quantos grupos poderão apresentar tão abundante produção? E se nos restringirmos à produção científica dos últimos três anos expressa nas diversas publicações, aos apoios a teses de mestrado e

doutoramento, à realização de eventos científicos, achamos que é enorme o trabalho produzido.

De vez em quando, para além da avaliação técnica a que são sujeitos por exigência legítima das Entidades que os subsidiam e talvez até a contrapor a essa avaliação, é importante que os grupos de investigadores se mostrem à comunidade científica em geral, exibindo o inventário das suas realizações. Não se trata de uma autoavaliação narcísica. Mas sim de um prestar de contas aos seus pares da comunidade científica dos seus pares e a quem quiser saber o que realmente o Grupo, que não é muito numeroso, tem andado a fazer. O «relatório» do Coordenador Científico é elucidativo.

Quanto ao mais, como sempre, o Douro é o protagonista destas páginas. O Douro, terra de vinho, que por ele acolheu gentes de outras paragens, mas também berço de homens e mulheres que conseguem enfrentar com coragem as adversidades da natureza, das conjunturas e às vezes dos decisores políticos, terra de gentes que se revoltam contra as injustiças, que sabem bem distinguir entre os que querem promover o Douro e os que dele se foram aproveitando. Douro que é também cultura, tradição, património, paisagem, religiosidade. E que também é Rio de águas revoltas, que as barragens foram amansando, Rio que é estrada e lugar de sonhos.

O vinho continua elemento central da Revista. Vinho do Douro, mas também de outros territórios. Vinho que se bebe, que é factor de educação de gostos, que inspira artistas, que é uma mercadoria a qual, como todas as outras, se compra e vende. E que foi elemento dinamizador na economia portuguesa do passado.

Cumpra sublinhar ainda que neste volume se começa a dar corpo a um desafio que nos propusemos aquando do lançamento do número anterior: que as Quintas, na sua realidade empresarial, social e de património, tenham um lugar nas páginas da Revista. Desta vez é a Quinta da Casa Amarela e o seu projecto familiar de enoturismo. No próximo, outra será contemplada. O mesmo se poderá dizer acerca das empresas.

Não devemos deixar de enfatizar a importância que a história oral vem adquirindo nas páginas da Revista. Através das entrevistas, damos voz ao *homo duriensis* comum que está no terreno, que conhece e vive por dentro os problemas e as crises, que guarda as memórias do passado. Para além da sua valia como testemunho do presente, as entrevistas conferem à Revista um valor acrescentado uma vez que a convertem num repositório de memórias locais e, como tal, no futuro, constituirão fontes preciosas, provavelmente únicas, para a História do Douro.

Finalmente, este número cumpre as habituais exigências de interdisciplinaridade, de internacionalidade, de intercâmbio universitário.

Por isso, mais uma vez, assinamos com gosto este Editorial, com a consciência de que o Grupo tem prestado e quer continuar a prestar um serviço meritório à comunidade em geral e às Universidades e Institutos Superiores a que pertencemos.



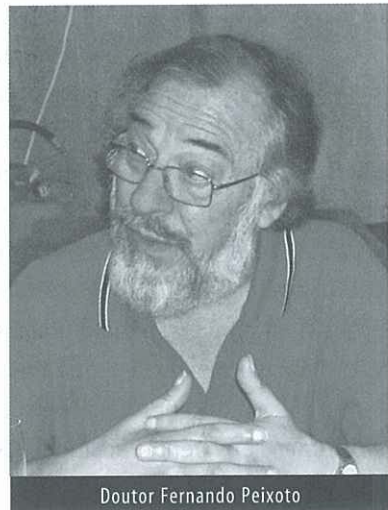
A saudade está a passar por aqui

A n t ó n i o B a r r o s C a r d o s o

Já depois de fechado este número da Revista Douro – Estudos & Documentos, tivemos notícia do desaparecimento no passado mês de Outubro de 2008, do nosso convívio quase quotidiano do Investigador do GEHVID, Doutor Fernando Peixoto.

Nascido e criado nos areais do Douro em Vila Nova de Gaia, Fernando Peixoto soube ser um Homem completo. Para o considerarmos assim, não precisamos de saber se plantou de facto uma árvore. Basta-nos saber que foi um pai extremoso e dedicado, amante de livros e que escreveu alguns. De facto, fomos tendo notícia de um intelectual sério através da vasta obra que publicou.

Dedicou boa parte dos seus últimos anos de vida ao estudo da evolução da estrutura administrativa da Região Demarcada do Douro, de que as páginas desta Revista fizeram eco por diversas vezes. O interesse por este tema de investigação levou-o ao doutoramento que, infelizmente, o seu precoce desaparecimento não permitiu que defendesse com assegurado e expectável êxito na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ficou o texto que, estamos certos, em breve será tornado público para servir a comunidade científica que acompanhou com interesse o seu trabalho de investigação.



Doutor Fernando Peixoto

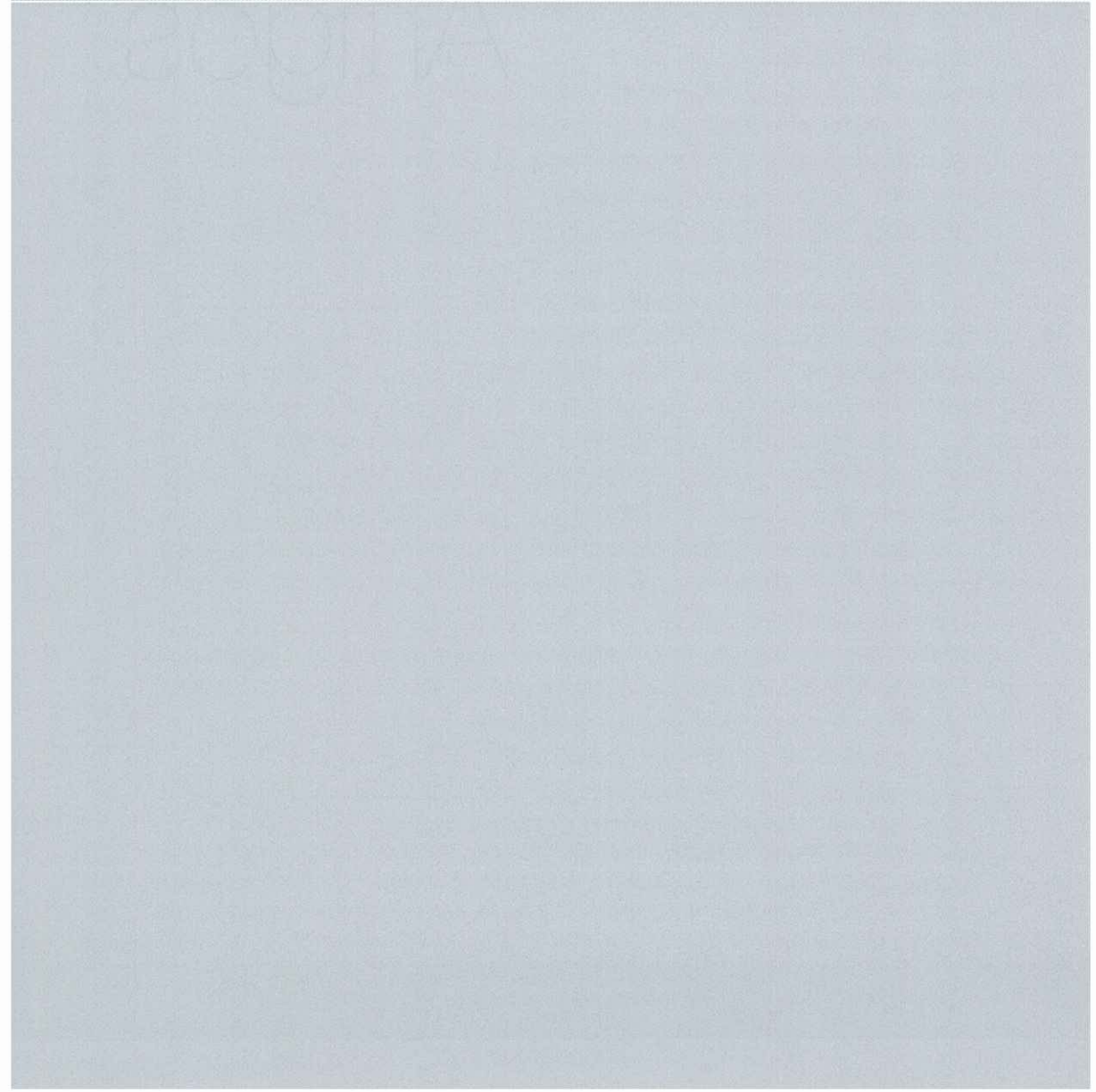
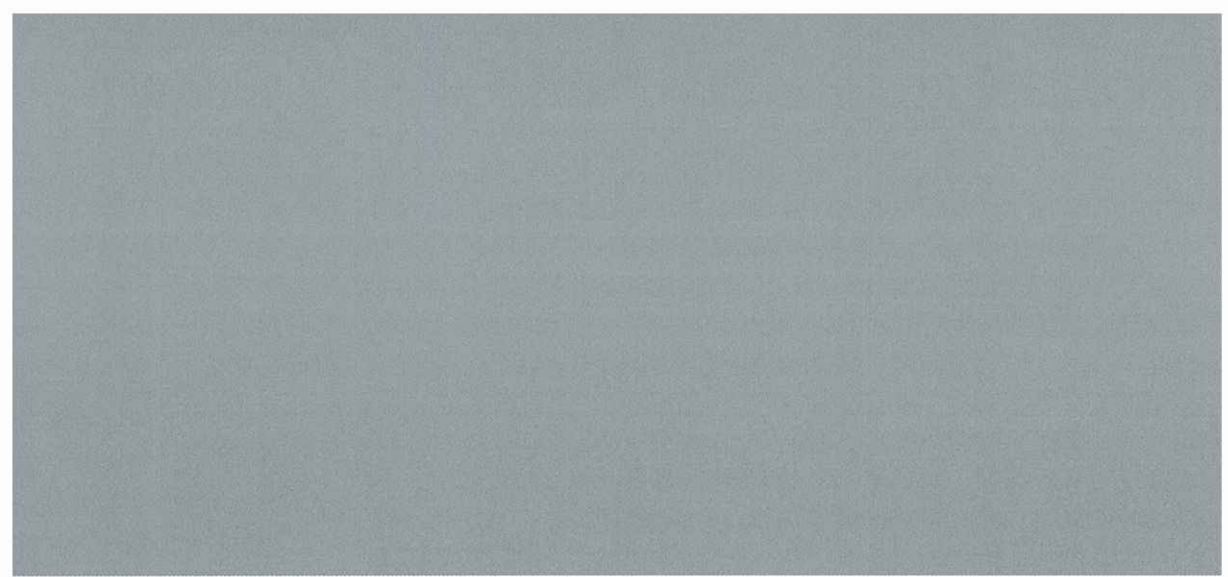
Foi ainda nas antigas instalações da Faculdade de Letras que trocamos as primeiras palavras com “o Peixoto”, como de forma simpática era tratado por todos nós. Frequentava então o Curso de História que concluiu de forma brilhante. Acompanhamos depois o seu percurso como docente do ensino superior na Universidade dos Açores, na Escola Superior Artística do Porto, bem como no Instituto Piaget de Vila Nova de Gaia. Convivemos com ele quando escreveu sobre a figura de Diogo Cassels que estudou de forma aturada para defender brilhantemente a sua tese de mestrado (1995) – *Diogo Cassels – Uma vida em suas margens* – editado em 2001 pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Ao mesmo tempo, ouviamo-lo falar de forma entusiástica das suas responsabilidades públicas na Junta de Freguesia de Santa Marinha, do calor que emprestava ao debate político autárquico, das “guerras” que a este nível travava, da pugna pela componente cultural nas actividades cívicas que na freguesia se organizavam. Foi esse o espírito com que realizou um simpósio internacional que intitulou “Do Douro para o Mundo” (1999) envolvendo nele boa parte dos seus pares no GEHVID.

Habituamo-nos à sua companhia nos congressos internacionais que tinham como temática o vinho ou as regiões vitícolas nacionais e estrangeiras. Não esqueceremos horas e horas de convívio em Puerto de Santa Maria e no Funchal. Tocou-nos o seu companheirismo, o seu cuidado sentido de humor, a sua humanidade. Surpreendeu-nos o poeta e o ensaísta do teatro e o escritor da *História do Teatro Europeu* (2006), com a agilidade da sua pena e com o seu carácter. Surpreendeu-nos o Homem que gostava de conversar como poucos hoje o sabem fazer, o Homem que nos procurava para falar de um tema e que nos cativava por longos minutos perpassando muitos outros, o amigo que deixou profundas saudades em todos os que no GEHVID com ele foram convivendo ao longo de mais de quinze anos. Obrigado Peixoto.



Artigos





A investigação fundamental na História do Douro e do Vinho do Porto – algumas linhas de rumo

A n t ó n i o B a r r o s C a r d o s o *

O Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto – GEHVID, tem desenvolvido de forma contínua a sua actividade desde 1994. A investigação fundamental que tem levado a efeito plasmou em textos diversos, resultantes de teses de mestrado e de doutoramento, bem como nas muitas conferências públicas que os seus membros têm proferido. As páginas da revista “Douro-Estudos & Documentos”, órgão de expressão oficial do grupo espelham igualmente o trabalho desenvolvido. Sem receio de exagero, podemos dizer que, apesar de alguns percalços, esta unidade de Investigação inserida na rede nacional de investigação científica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, tem mostrado grande vitalidade e, com frequência, exhibe as virtualidades da união entre todos os seus membros, fomentada pelo gosto de conhecer mais profundamente a Região que elegeram como objecto de estudo – O Douro – entendendo-se aqui todo o vale banhado pelo rio com o mesmo nome, desde a fronteira com Espanha, até à foz no Porto.

Ao atingirmos quinze anos de actividade, importa-nos deixar aqui notícia dos mais relevantes resultados entretanto alcançados e ao mesmo tempo apontar linhas de rumo que entendemos podem ser seguidas pela investigação fundamental sobre a história da Região do Douro, dos seus vinhos e do impacto do seu comércio na cidade do Porto, urbe que os tornou conhecidos por todo o mundo.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador Científico do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto.

Um pouco de História

O GEHVID, no início da sua actividade (1994) votou desde logo grande preocupação ao levantamento bibliográfico e de fontes manuscritas de importância mais relevante. Assim o exigiu o rigor da investigação científica a desenvolver e com isso nasceu um núcleo bibliográfico-documental que tem sido sucessivamente valorizado com o recurso à aquisição de novos livros (incluindo um naipe significativo de livros antigos e raros) mas também dinamizado em função de uma estratégia de permutas com as suas publicações periódicas e não periódicas. Hoje o GEHVID possui uma biblioteca de referência no âmbito da História do Douro, da Vinha e do Vinho e do Vinho do Porto. Esse núcleo bibliográfico assume mesmo relevância internacional, face ao grande número de investigadores estrangeiros que o visitam regularmente. Importante reunião de informação sobre a história da vinha e do vinho; das grandes regiões vinhateiras do mundo; da história social e económica específica dessas regiões, mas igualmente biblioteca de referência no âmbito da história do Porto. Sublinhamos que, nesta última vertente, a biblioteca do GEHVID foi muito valorizada com a junção da livraria do *CENPA – Centro de Estudos Norte de Portugal Aquitânia*, da qual esta unidade de I&D é actualmente legítima depositário. Essa legitimidade, é bom lembrar, decorre não apenas do facto de a guarda da mesma biblioteca nos ter sido confiada por determinação reitoral sequente à extinção do *CENPA*, mas também do facto de parte importante dos fundadores e actuais investigadores do GEHVID, ter tido igualmente papel fundacional e ter trabalhado afincadamente naquele Centro de Investigação que, nos anos oitenta do século passado, muito longe da época em que se começou a enfatizar com a importância da internacionalização das actividades de investigação científica, já praticava as virtualidades da história e da geografia comparadas. De facto, nessa altura, já o *CENPA* percebia a relevância do diálogo interdisciplinar entre investigadores das universidades do Porto e de Bordéus, afinal estabelecimentos de ensino superior de cidades cabeça de duas importantes regiões vitícolas do “velho mundo” e que hoje integram a rede mundial de cidades capitais de grandes vinhedos¹. Esse diálogo não se perdeu, ao contrário, como temos reafirmado em deslocações frequentes à Universidade Michel Montaigne, pela parte do GEHVID prosseguirá e entendemos mesmo que deve ser reforçado.

O diálogo entre o GEHVID e outros núcleos de investigação similares integrantes de outras universidades tem sido por nós assumido desde 1995. De facto,

¹ A cidade do Porto, em coerência com a sua história, sem voltar costas ao futuro, assumiu ao longo de 2008 a presidência da *Rede Mundial das cidades Capitais de Grandes Vinhedos*.



logo após um escasso período de organização interna, no Verão desse mesmo ano foram estabelecidos os primeiros contactos com a Universidade Internacional da Andaluzia, através da participação num curso de Verão realizado em Santa Maria de La Rábida, subordinado ao tema “Vinos y aguardientes vinicos andaluces en las Americas”. Apercebemo-nos nessa altura do maior interesse alargar e aprofundar o diálogo com os nossos colegas das Universidades de Cádiz, Córdoba, Sevilha, Madrid – Alcalá de Henares e Málaga².

O GEHVID, associou-se então a outras universidades europeias, latino-americanas, norte-americanas e sul-africanas, dando forte impulso à criação da *Associação Internacional – História e civilização da Vinha e do Vinho*, constituída na cidade de Puerto de Santa Maria, em 2001. Esta iniciativa conduziu o Grupo ao estreitar de relações com as universidades da Califórnia-Berkeley que continuam a produzir os seus frutos. Exemplo disso, a edição bilingue do livro de Norman Bennet “*Brandy and Port Wine, C.1650-1908*” (2006).

Não nos desviamos deste rumo. A prova disso está na participação activa dos nossos investigadores em congressos, fora do país, relacionados com a área de estudos que abraçaram e na realização periódica de colóquios internacionais que têm suscitado o seu interesse.

A nossa linha editorial foi entretanto alvo de alguns ajustamentos que deverão ser sempre encarados à luz da vontade de valorizar o trabalho de grupo que desenvolvemos. É que, deve salientar-se, foi graças ao trabalho colectivo do grupo que chegamos até aqui. Com o número 15º da revista “Douro-Estudos & Documentos”, procuramos dar um primeiro sinal da necessidade de mudar o aspecto gráfico da publicação. Fizemo-lo por convicção própria dessa necessidade, mas também em diálogo concertado com as entidades financiadoras da revista: Universidade de Trás-os-Montes, Universidade do Porto e Instituto dos Vinhos do Douro e Porto. Os números 16 a 22 dão continuidade a essa mudança. Pensamos ter encontrado um formato digno para suceder ao anterior. No plano científico, sabemos-lo, afigurou-se-nos indispensável a criação de uma nova comissão redactorial que, pela sua acção efectiva, e não apenas nominal, emprestasse maior credibilidade à revista. Exigiam-no em primeiro lugar o nosso rigor, mas também o interesse do GEHVID e das entidades financiadoras da revista. A inclusão da publicação na rede internacional de publicações de referência internacional, exigiu entretanto novas mudanças na comissão redactorial e na criação de um Conselho Assessor que, com regularidade, possa aquilatar da valia científica do que se vai publicando, número a número. Essa tarefa está concluída como concluídas

² CARDOSO, António Barros: *Notícias* – “Douro-Estudos & Documentos”, Porto, GEHVID, 1996, p. 291-293.

estão as normativas a fim de inscrever a Revista Douro nos roteiros internacionais das revistas de referência. O novo estatuto redactorial e o regulamento regeirão, de forma detalhada, a acção da nova comissão redactorial que apresenta pendor internacional e interdisciplinar. O próximo número dará notas destas alterações.

Sobre a actividade do grupo, importa ainda colocar em destaque o reforço da cooperação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trata-se afinal da outra Universidade que interage com a região. Tem constituído nossa preocupação nos últimos anos acolher no seio do GEHVID novos investigadores oriundos das áreas de investigação aí desenvolvidas, visando criar novas linhas programáticas, ou enriquecer as já existentes.

Muito foi feito – muito mais há para fazer

Entre a simples formulação de uma ideia e a sua concretização, todos o sabemos, vai uma grande distância, tão grande que por vezes as ideias não passam disso mesmo, ou seja, não chegam nunca à fase de concretização. Nada mais comum na actividade humana. Por isso, como atrás apontamos, parece-nos útil sintetizar aqui as principais linhas que o grupo seguiu, apontar os resultados mais relevantes entretanto alcançados e deixar linhas de rumo que entendemos devem ser seguidas pela investigação fundamental sobre a história do Douro e dos seus vinhos e da interacção do seu comércio na cidade do Porto. Por comodidade expositiva procuraremos seguir as grandes linhas divisórias da História: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Não se trata de áreas estanques, mas antes de sub-grupos que desde a fundação do GEHVID têm sabido dialogar de forma acertada na perspectiva de perscrutarem “a vida dos homens no tempo”, ou seja de se aproximarem da essência da História. Tratando-se de um grupo interdisciplinar, não deixaremos de passar em revista os projectos realizados e em curso referentes às áreas da arqueologia e património, do património documental, da antropologia, bem como da história oral.

A História Antiga do Douro

Quando se começou a avançar com o projecto GEHVID, foi quase imediata a percepção de que a História Antiga da Região, se não estava por fazer, estava pelo menos longe de atingir um patamar de conhecimento satisfatório. Foi propósito da equipa de arqueólogos que o Grupo conseguiu reunir seguir o princípio de que não havia uma cronologia certa para tratar as origens de tão antiga região. “Onde surgisse o primeiro vestígio humano, começar-se-ia a escavar”. Foi o tempo da



“aventura” sem a qual não se pode alimentar a descoberta. A evolução do conhecimento científico nasce quase sempre da utopia. Também aqui assim aconteceu. Cedo se verificou que escavar tudo não constituía método. Por isso, partiu-se para territórios já referenciados, mas pouco estudados: Estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó, Quinta da Relva de Baixo – Longroiva – Meda e o Castelum da Fonte do Milho, em Poiares da Régua, foram das primeiras prioridades de investigação. No primeiro caso, logo no volume I da Revista Douro, Brochado de Almeida deixou nota do interesse do lugar, descrevendo de forma aturada vestígios aí encontrados que documentam uma ocupação que remonta à Idade do Ferro e onde, como relevou, se conhecem as presenças castreja e romana (séc. IV) altura em que os moradores atingiram, tudo o indica, um certo desafogo económico, proporcionado pelas culturas de cunho mediterrânico, de entre as quais se destaca já a vinha³.

Em Longroiva – Meda, João Viana Antunes e Pedro Baère de Faria procuraram vestígios da existência de estruturas ligadas ao cultivo da vinha na época romana. Revelaram-se infrutíferas as pesquisas no que se refere a tais estruturas, mas os mesmos investigadores não deixaram de produzir trabalho importante para a história do lugar, que incidiu sobre as sepulturas cavadas na rocha existentes no conjunto Quinta da Relva de Baixo⁴. Apesar disso, em artigo que denota madura reflexão e vasto conhecimento sobre a História Antiga do Douro, Brochado de Almeida, fazendo bom uso da bibliografia existente sobre o tema, deixa a certeza de que o vinho era produzido no período romano na região do Douro. A demonstração ficou por conta dos estudos que têm incidido sobre alguns lagares romanos cavados nas rochas que bordejam os actuais vinhedos⁵. Neste mesmo artigo, fixou elementos que subsidiarão a elaboração de uma carta arqueológica do Douro, inventariando alguns dos lugares mais promissores.

Na senda do trabalho publicado por Lino Tavares Dias sobre o ordenamento romano do território marginal ao Rio Douro entre o Tâmega e o Corgo entre os séculos IV e V⁶, João Viana Antunes e Pedro Baère de Faria, apresentaram aturado

³ ALMEIDA, Carlos Brochado de: *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 266-268.

⁴ ANTUNES, João Viana, BAÈRE, Pedro: *Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva-Meda)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 270-275.

⁵ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de: *O Cultivo da Vinha durante a Antiguidade* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 2, Porto, GEHVID, 1997, p. 18-30.

⁶ DIAS, Lino Tavares: *Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal ao Rio Douro* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 2, Porto, GEHVID, 1997, p. 31-56.

levantamento das estações arqueológicas da época Romana a Sul do Douro⁷. O concelho de Alijó, vimo-lo já, é rico em património arqueológico e por isso promissor. Em 1997, Carlos Brochado de Almeida, Paulo Costa Pinto e Pedro Miguel Brochado de Almeida, apresentaram resultados do estudo efectuado sobre os lagares cavados na rocha em Pegarinhos⁸. Nesse mesmo ano, João Viana Antunes e Pedro Baère de Faria, continuaram o seu contributo para uma carta arqueológica das terras a Sul do Douro, trazendo à luz do dia preciosa informação sobre o concelho de Armamar⁹. Ficamos a saber um pouco mais sobre a presença romana em áreas próximas deste concelho, através os trabalhos de Ricardo Teixeira que incidiram sobre a ocupação romana da bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão¹⁰.

Os relatórios arqueológicos publicados pelo GEHVID em 1997, sobre os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte da Longa – Meda)¹¹, sobre Ariola¹², sobre Longroiva¹³, sobre Ranhados¹⁴, sobre Casteição¹⁵, e sobre Pai Penela¹⁶ no mesmo concelho, denotam um interesse redobrado por uma área de fronteira da região do Douro que se mantém em 1999, altura em que se publicam os resultados do trabalho

⁷ ANTUNES, João Viana, BAÈRE, Pedro: *Estações Romanas da Região Demarcada a Sul do Douro* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 3, Porto, GEHVID, 1996, p. 11-16.

⁸ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, PINTO, Paulo C., BROCHADO, Pedro: *Os Lagares cavados na Rocha do Castelo de Castorigo – Pegarinhos (Alijó)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 4, Porto, GEHVID, 1997, p. 15-24.

⁹ ANTUNES, João Viana, BAÈRE, Pedro: *Aspectos diacrónicos de um espaço entre Goujoim e S. Martinho das Chãs (Armamar)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 4, Porto, GEHVID, 1997, p. 25-33.

¹⁰ TEIXEIRA, Ricardo: *Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 11-28.

¹¹ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, SILVA, Luís Jorge S. Guedes: *Povoamento e morte na paisagem de Ariola (Meda): subsídios para uma diacronia da ocupação* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 211-219.

¹² ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Aspectos da História Antiga de Longroiva* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 220-224.

¹³ ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de, ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de: *Aspectos da História Antiga de Longroiva* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 220-224.

¹⁴ ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospecção arqueológica* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 225-229.

¹⁵ ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Casteição, núcleo sepulcral de “mosteiros”* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 230-237.

¹⁶ ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Ranhados (Meda): Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Pai Penela (Meda)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 238-250.



desenvolvido em Rabaçal por Maria José Ferreira dos Santos, Sandra Rodrigues e Pedro Brochado de Almeida¹⁷.

É certo que as escavações e prospecções arqueológicas não são tarefas de fácil realização, nem se podem desenvolver ao longo de todo o ano. Antes resultam de campanhas que sazonalmente mobilizam jovens estudantes da especialidade que, sob supervisão científica vão desenvolvendo trabalhos de campo que farão deles futuros arqueólogos. Contudo, sabemos que a arqueologia entra como sustentáculo indispensável da História, sempre que esta se queixa da ausência do documento escrito e é igualmente complementar desta, quando a pena de outros tempos mostra as suas insuficiências. Por isso, não podemos deixar de notar que se mostra absolutamente indispensável caminhar noutro sentido. É certo que as estações arqueológicas e os territórios em que o GEHVID fez prospecção e investigação arqueológica são importantes e os resultados obtidos dão prova disso. Não podemos no entanto deixar de observar que o estudo da cultura material no Douro da Época Antiga não se deve limitar às áreas dos concelhos contemplados. Parece-nos pois indispensável alargar o âmbito das actividades nesta área aos lugares que Leite de Vasconcelos, o Abade de Baçal e Santos Júnior, foram identificando nas diversas latitudes do território alto-duriense e transmontano.

A *Fonte do Milho*, escavada por Russel Cortez em 1951, continua entretanto à espera de uma intervenção. O descuido de um dos proprietários da quinta onde se insere o monumento provocou recentemente forte dano ao documento. A incúria das autoridades locais, refiro-me em concreto à Câmara Municipal do Peso da Régua, a indiferença das autoridades centrais, ajudaram a esta situação para a qual pela nossa voz, em 1995, o GEHVID alertou uns e outros, propondo-se, com a colaboração da equipa de História Antiga, estudar, preservar e musealizar o local. Apesar de retomado o interesse por este assunto pelos actuais edis do Peso da Régua que, convocaram recentemente o GEHVID para uma reunião com elementos do IGESPAR, com a finalidade de dignificar este monumento através de uma intervenção arqueológica supervisionada sob o ponto de vista científico pela equipa de arqueologia do GEHVID liderada pelo Prof. Carlos Brochado de Almeida, a verdade é que nada se avançou mais a este propósito. É tempo de voltar a deixar nota de atenção às autoridades municipais para a situação.

¹⁷ SANTOS, Maria José Ferreira dos, ALMEIDA, Pedro Brochado de, RODRIGUES, Sandra Raquel: *Dos sepulcros e lagaretas de Rabaçal (Meda)* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 179-203.

Mas não é apenas a *Vila da Fonte do Milho* que requer estudo e atenção. O castro céltico de Cidadelhe, a que o povo chama *Castelo dos Mouros*, logo às portas da região Demarcada do Douro, em Mesão Frio, espera também pelos especialistas da arqueologia. O GEHVID, poderá aqui ter um papel relevante, estabelecendo pontes com a Câmara Municipal no sentido da realização de campanhas de escavações com vista ao estudo do lugar, cuja importância já lhe fez atribuir a classificação de imóvel de interesse público¹⁸.

Ao falarmos deste lugar, porque ele está ligado à importante viação romana de ligação das duas margens do Douro, com passagem pelas Caldas do Moledo, mas também à que, vinda de Braga – Canaveses, passava por Mesão Frio, Vila Marim e Cidadelhe¹⁹, com direcção a Penaguião, não podemos deixar de referir o interesse que reveste para a investigação não apenas da História Antiga do Douro, mas também para o conhecimento da região no período medieval a elaboração de uma carta da viação romana e medieval. Entendemo-la mesmo como um instrumento de trabalho indispensável a prospecções arqueológicas nos territórios adjacentes à mesma rede de comunicações. Por isso, nos últimos dois anos tentamos concretizar projectos de investigação que, de forma faseada possam dar sentido concreto a uma ambição importante para o conhecimento da evolução do território duriense.

No ciclo de conferências organizadas pelo GEHVID em 2005 “Conferências do Museu” realizadas no Museu do Vinho do Porto, foi salientada a necessidade de se efectuarem prospecções arqueológicas em todo o vale da Vilarça. De resto, a ocupação romana da região parece exigir esforços de coordenação de equipas de arqueologia mais vastas que, partindo de uma cartografia das principais quintas actuais, Vesúvio, Noval, Vale de Meão, Ervamoira etc., vá desenvolvendo trabalho de campo uma vez que são muitas as suspeitas de coincidência entre as primitivas ocupações humanas desses lugares e as áreas das casas grandes e de vinificação dessas propriedades. O Instituto dos Vinhos do Douro e Porto já nos fez saber da sua disponibilidade para financiar no âmbito de contratos-programa a realizar com o GEHVID parte dessa investigação que, deve suscitar também apoios locais, nomeadamente das Câmaras da Região, assim as Universidades representadas no GEHVID saibam cumprir a sua missão. Importa sublinhar que, no primeiro volume da História do Douro, editado em 2006, em boa parte produzido graças ao labor da equipa de História Antiga do GEHVID, plasmou um inventário muito completo dos

¹⁸ OLIVEIRA, B. Vieira de: *Breve Monografia do Concelho de Mesão Frio*, Mesão Frio, Câmara Municipal de Mesão Frio, 2002, p..302

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p, 55.



sítios arqueológicos da Região que deverá nortear trabalhos futuros de escavação e valorização de tão importante património.

O Douro dos Tempos Medievais

A Época Medieval, malgrado tratar-se de um período apaixonante da História revelou-se desde o início dos trabalhos do GEHVID um período difícil de estudar.

O primeiro coordenador desta área de Estudos, foi o Prof. Luís Miguel Duarte que referiu desde cedo que tais dificuldades resultavam da dispersão documental, das escassas alusões à produção vitícola, à pobreza monográfica em que o grupo de estudos medievais se poderia apoiar. Factores que explicam a importância que, também para esta época, foi dada desde o início aos trabalhos de pesquisa arqueológica. Subentende-se que entre as equipas de História Antiga e História Medieval deve haver um diálogo profundo e complementar. Contudo, tal diálogo não parece ressaltar dos primeiros trabalhos empreendidos. Vimos já que o grupo de História Antiga, embora trabalhando a Sul do Douro, deu particular relevo sobretudo a locais arqueológicos da Meda. Ao mesmo tempo a História Medieval apresenta desde logo como trabalhos prioritários o estudo da Abadia Velha de Salzedas e os castelos de Ansiães e Numão²⁰. Aqui não houve sequer uma preocupação de fazer coincidir geograficamente os estudos, ao menos como forma de economia de meios. Obviamente que não é apenas isso que está em causa. É muito mais, é o desperdiçar de sinergias que poderiam fomentar uma melhor estruturação dos estudos sobre dois períodos sequentes da História da região do Douro e que trariam resultados bem mais consistentes no plano científico para ambos os grupos de investigação.

As limitadas perspectivas de trabalho para o Douro medieval foram reconhecidas no texto *"O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações"* no qual Luís Miguel Duarte perspectiva de forma abrangente um programa de acção mais ambicioso, assente num acervo bibliográfico de dimensão razoável que incorpora autores nacionais como Lindley Sintra para os Forais de Castelo Rodrigo, Rui Azevedo e Almeida Fernandes para Santa Maria de Salzedas, Monsenhor Gonçalves da Costa para a História da Cidade de Lamego e um punhado de monografias de valor desigual e de âmbito mais limitado como as de Maria da Assunção Carqueja para Torre de Moncorvo, de Leite de Vasconcelos para Mondim da Beira, de Cândida Florinda Ferreira para Carrazeda de Ansiães, de João Albino Pinto Ferreira para Freixo de Numão, de Manuel da Fonseca da Gama para as Terras

²⁰ DUARTE, Luís Miguel: *Editorial* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 11.

do Alto Paiva, de Adriano Vasco Rodrigues para a Meda e de José Augusto Tavares para o Eremitério de N.^a S.^a da Teixeira em Torre de Moncorvo.

No plano estritamente arqueológico apontam-se ainda os trabalhos do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo. A par, e para os estudos sobre povoamento a tese de mestrado de Paulo Dórdio Gomes sobre a arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro que incide em particular sobre a organização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII a XV).

Já na perspectiva da ligação entre a região produtora e a cidade do Porto, não foi esquecida outra importante tese mestrado, esta da autoria de António Gonçalves Guimarães sobre Gaia e Vila Nova na Idade Média – que assenta na arqueologia da ribeira de Gaia. Couberam ainda neste naipe os trabalhos de José Marques sobre o povoamento de Trás-os-Montes, cujas achegas se sugere sejam testadas no Vale do Douro²¹. Os textos de consagrados historiadores que se dedicaram à história do vale do Douro na parte em que corre no país vizinho não foram esquecidos, como os de Sanchez-Albornoz (anos 50-60 do século passado) e mais recentemente os de Garcia de Cortázar, a sugerir um bom exercício de história comparada. Em síntese, o cepticismo inicial deu lugar a algum entusiasmo e os frutos começaram a surgir: José Ignacio de la Torre Rodriguez, da Universidade de Valladolid, bolseiro do Instituto Camões, integrado no GEHVID, em texto publicado no n.º 1 da revista “Douro”, salienta a importância da Comarca de Riba Cõa durante a Idade Média para os reinos de Leão e de Portugal²². Salzedas mereceu a atenção de Luís Miguel Duarte que avalia a evolução do couto a partir de dois importantes documentos, distanciados no tempo 210 anos: O foral concedido à aldeia de Vila Chã por D. Pedro, abade de Salzedas, em 1295 e o foral manuelino, outorgado em 1504²³, num apontamento que relewa a importância da análise da já referenciada documentação foraleira para o estudo da região.

A presença das fundações religiosas no Vale do Douro no decurso dos tempos medievos, constituiu outro filão, elencaram-se então São Bento (1009) cuja presença se sente em Travanca e São João da Arnóia, muito próxima da região Demarcada do Douro.

²¹ DUARTE, Luís Miguel: *O Vale do Douro na Idade Média* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 59.

²² RODRIGUEZ, José Ignacio de la Torr: *A Comarca de Ribacõa no Tratado de Alcañices* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 59.

²³ DUARTE, Luís Miguel: *A aldeia de Vila Chã do Couto de Salzedas* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º3, Porto, GEHVID, 1997, p. 29-44.



Já no seio da Região, São João de Tarouca, St.^a Maria de Aguiar em Figueira de Castelo Rodrigo, Salzedas em Lamego, São Pedro das Águias em Tabuaço, todos no séculos XII e XIII, os padres de Premontre em Lamego, os de São Domingos em Vila Real, os franciscanos no eremitério de Azinhoso, em Vila Real e em Lamego (séculos XIII a XV), para falar apenas dos masculinos.

Dos femininos as clarissas de Lamego (séc. XIII), de Amarante (séc. XIV) na área de transição, de N.^a Senhora da Ribeira em Sernancelhe (séc. XV) e de Santa Comba da Ermida, estabelecimento de observância desconhecida que remonta ao séc. XII²⁴ foram apontados.

Impunha-se o estudo destes estabelecimentos na perspectiva da sua importância para o desenvolvimento da região do Douro, tendo presente sobretudo a viticultura, matriz económica actual da região: José Ignacio de la Torre Rodriguez deu os primeiros passos ao estudar a viticultura nos mosteiros cistercienses do Vale do Douro português nos séculos XII e XIII²⁵, centrando-se sobretudo em Tarouca e Salzedas. Neste último caso, assinalamos o contributo de Rosa Marreiros que pôs em evidência o peso da vinha na renda da abadia em 1347, partindo do estudo dos bens da coroa na posse do mosteiro²⁶. Estes e outros esforços culminaram com a publicação da obra colectiva *Cister no Vale do Douro*²⁷. Obra de referência internacional na bibliografia cisterciense, muito procurada, a requerer uma segunda edição, revista e actualizada. No âmbito da parceria que o GEHVID mantém com a ANIMA – Património, associação sem fins lucrativos que tem dinamizado o mosteiro cisterciense de Arouca nos últimos oito anos, temos encontrado abertura para essa iniciativa. Os meios materiais ainda não foram encontrados mas é um projecto cuja concretização mantemos no nosso horizonte.

Leram-se e publicaram-se boa parte dos pergaminhos da Colecção da Quinta da Pacheca. Outra parte, graças a um projecto aprovado pela FCT e já concretizado, supervisionado pelo Prof. José Marques, encontra-se pronta para publicação. Pensamos contudo que aqui tem faltado alguma ambição. Veríamos este trabalho como mais proveitoso se inserido num projecto de investigação de maior coerência,

²⁴ TEIXEIRA, Victor, *Fundações religiosas no Vale do Douro* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 85-91.

²⁵ RODRIGUEZ, José Ignacio de la Torre: *A viticultura nos mosteiros cistercienses do Vale do Douro português* (século XII-XIII), in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º3, Porto, GEHVID, 1997, p. 17-28.

²⁶ MARREIROS, Rosa: *Os bens da Coroa na posse do mosteiros de Salzedas em 1347* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º4, Porto, GEHVID, 1997, p. 119-146.

²⁷ *Cister no Vale do Douro*, Porto, GEHVID, 1999.

abrangendo outras quintas da região duriense igualmente referenciadas já como ricas em património documental medieval.

Quanto aos propósitos iniciais de investigação arqueológica, apenas nos chegou o esboço dos trabalhos a realizar em Almendra no território do Monte do Castelo por Susana Cosme²⁸ e o resultado das primeiras investigações que dão conta da descoberta de um lagar romano na Aldeia Nova – Olival de Telhões – Almendra²⁹.

É muito e é muito pouco. Ou seja, pensamos que a História do Douro Medieval merece muito mais. A saída do GEHVID do primeiro coordenador para este período, abriu uma lacuna que ainda não foi colmatada e contribuiu para um certo esmorecimento do entusiasmo de colaboradores desta área e para a ausência de jovens investigadores que buscaram aqui campo de pesquisa.

Afinal, falta estudar quase tudo. É que, não basta enumerar os institutos religiosos que pontuaram o espaço da actual Região Demarcada do Douro, importa recolher de forma sistemática a informação sobre a sua fundação, os seus objectivos, a estrutura fundiária em que assentaram, o papel comunitário que desenvolveram, conhecer a evolução da sua população, saber dos eventuais segredos que a documentação guarda sobre técnicas de cultivo da vinha, técnicas de vinificação, armazenamento e eventual comércio de vinhos. Afinal, se exceptuarmos os estudos sobre Cister, muito fundados no aproveitamento do acervo monográfico conhecido anteriormente a 1994 e nas obras de referência há muito consagradas a esta temática, pouco sobra de investigação fundamental desenvolvida. O conhecimento rigoroso da organização das terras medievais do Douro, passa não apenas pelos coutos, mas também pelos municípios que estruturaram o território. A documentação foraleira é um dos filões a explorar para maior aproximação ao conhecimento da Região. A documentação régia ligada à administração da justiça, ao recrutamento militar, aos contributos financeiros para os grandes empreendimentos da corte por parte do Douro, são fontes que levam directamente ao desenvolvimento de saber fundamental sobre a região medieval que não vimos sequer afloradas. Só tratando tais fundos documentais poderemos partir para uma indispensável comparação entre o que os modernistas vão desbravando posteriormente ao século XVI, com a realidade herdada do período medieval.

²⁸ COSME, Susana, *Projecto de Investigação arqueológica no território do Monte do Castelo* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º10, Porto, GEHVID, 2000, p. 219-221.

²⁹ COSME, Susana Rodrigues: *O lagar romano da Aldeia Nova / Olival dos Telhões (Almendra – Vila Nova de Foz Côa)* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º12, Porto, GEHVID, 2001, p. 55-62.



Mas não basta dizer, é preciso fazer, urge desenvolver programas de investigação integrados e coerentes a submeter à aprovação da F.C.T. para financiamento e avançar, envolvendo neles jovens investigadores a frequentarem cursos de 2.º e 3.º ciclos.

A Douro Moderno

Para estudarmos o Douro da Época Moderna tivemos como ponto de partida uma certeza que se lê já em alguma documentação medieval e que se revela com maior evidência nos Tempos Modernos (séculos XVI a XVIII): a convicção de que a história do Douro desse período está indissociavelmente ligada à História da Cidade do Porto, ligação que temos vindo a classificar de intemporal.

Por isso, logo em 1996, a equipa de História Moderna do GEHVID procurou elencar para posterior análise importantes colecções documentais, algumas já conhecidos de experiências de investigação anteriores, outras menos visitadas pela historiografia.

Ao mesmo tempo, procurou saber da bibliografia sobre a região para este período. Constatou-se a sua reduzida dimensão e foi-se percebendo a abundância da informação escrita sobre a cidade do Porto, na qual, amiudadas vezes se tropeçava na ligação umbilical ao Douro.

A obra do Prof. Francisco Ribeiro da Silva "*O Porto e o seu Termo – 1580-1640 – Os Homens as Instituições e o Poder*"³⁰ e textos como "*Porto e Ribadouro no séc. XVII – Complementaridade imposta pela natureza*"³¹ do mesmo autor ou "*Douro país vinhateiro – da produção ao comércio: algumas considerações*"³², de Aurélio de Oliveira só apontavam nesse sentido:

Que linhas de rumo foram traçadas então?

1. Estudar os testemunhos escritos, nomeadamente o texto de Rui Fernandes sobre a cidade de Lamego (15031-32). Partindo dele e conjugando-o com documentação original, saber mais sobre os aspectos aí tratados;
2. Conhecer dados da produção transporte e consumo de vinhos na cidade do Porto;
3. Saber que tipo de vinhos do Douro que se produziram e qual a sua evolução;

³⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da: *O Porto e o seu Termo (1580-1640) – Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2 vol., 1988.

³¹ SILVA, Francisco Ribeiro da: *Porto e Ribadouro no sé. XVII – Complementaridade imposta pela natureza*, Porto "Revista da Faculdade de Letras – História", IIª Série, Vol. VII, Porto, FLUP. 1990.

³² OLIVEIRA, Aurélio de: *Douro país vinhateiro – da produção ao comércio: algumas considerações*, in "Revista de História", Vol. XII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1993.

4. Obter dados estatísticos relativos à produção, comércio interno e externo de tais vinhos;
5. Estudar a sociedade que no Douro e no Porto suportou o negócio vinícola;
6. Conhecer com mais rigor o papel dos estrangeiros, particularmente dos ingleses, no envolvimento no trato dos vinhos do Douro;
7. Reequacionar à luz de novos dados colhidos em arquivos nacionais e estrangeiros o aparecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756);
8. Avaliar a importância do instituto pombalino na estruturação da produção e comércio dos vinhos do Porto até finais do século XVIII.

Em suma, foram estas as grandes linhas de acção traçadas³³. Constam em boa parte de um texto, por sinal muito citado, da autoria do Prof. Ribeiro da Silva, que se encontra no Vol. 2 da Revista “Douro-Estudos & Documentos” – “*Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinhos na Época Moderna*”.

O que lavramos neste ambicioso campo de trabalho?

Quanto ao testemunho de Rui Fernandes, foi utilizado por Pedro de Brito, investigador que inicialmente integrou o projecto GEHVID³⁴. Este autor serviu-se do texto quinhentista para efectuar cálculos de produção na área abrangida pela descrição, correspondente a cerca de dez quilómetros em redor da cidade de Lamego. Confrontou os seus cálculos com os dados do primeiro livro da *Imposição dos Vinhos*, existente no Arquivo Histórico Municipal (1560).

Começava desta forma o exercício crítico, pela história científica, de fontes sobre o Douro do século XVI. De resto, foi este o caminho que todos perseguimos nas cuidadas referências ao texto de Rui Fernandes, cuja importância nunca foi negada. Contudo, o seu uso esteve atento ao facto de o mesmo se referir a uma área que não representa mais do que uma diminuta parte da região nosso objecto estudo, a requerer cuidados na extrapolação dos dados que contém para toda a restante região. Por outro lado, manda a boa razão, que esses mesmos dados sejam cotejados com outras informações, se possível colhidas em fontes indirectas.

O conhecimento de informes sobre produção vinícola, transporte e sua comercialização na cidade do Porto, foi preocupação a que procuramos dar resposta. Para um período tão dilatado de tempo (três séculos) não tem sido tarefa fácil.

³³ SILVA, Francisco Ribeiro da: *Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 93-118.

³⁴ BRITO, Pedro de: *O Comércio portuense de Vinhos no Século XVI*, in “Boletim Cultural”, 2ª Série, Vol. 7 – 8, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1989/90.



Contudo, os textos que Aurélio de Oliveira deu à estampa no Vol. 3 da Revista “Douro – Estudos & Documentos” “*Os Vinhos no Porto: 1600-1700 (Política e administração municipais)*”³⁵ e a tese de doutoramento de Francisco Ribeiro da Silva a que já aludimos, constituíram esteios para se ficar a conhecer melhor o ambiente que rodeou o comércio de vinhos do Douro na cidade do Porto dos séculos XVI e XVII. Pelas actas de vereações atentamente percorridas, ficaram notas de que no terceiro quinquénio do século XVII, os vinhos do Douro eram já a principal fonte de recursos da edilidade portuense e que, por isso, mobilizaram grandes interesses.

Ficou também a certeza de que, muito antes desse período, as comunidades de estrangeiros, sobretudo ingleses e holandeses, já disputavam privilégios de comércio sobre outras mercadorias, mas também sobre os vinhos³⁶ para, a breve trecho, os constituírem em ramo onde se fazia fortuna.

Percebe-se que o ofício de recebedor da *Imposição dos Vinhos* era cargo muito rendível para além de respeitado. Que os comerciantes do retalho eram demasiado numerosos o que colidia com a eficaz vigilância da qualidade dos vinhos vendidos, situação que se mantém até meados do século XVIII, altura em que a Companhia pombalina disciplina o comércio de vinhos na urbe.

Na sociedade portuense do século XVII constata-se do interesse dos titulares de cargos administrativos na edilidade portuense pela aquisição de terras – próprias ou de foro – no vale do Douro. Ressuma das fontes compulsadas a importância de indústrias correlativas com a agro-indústria vinícola, com particular destaque para a tanoaria.

Os protagonistas do trato dos vinhos adquirem projecção económica e riqueza que se lêem na descrição de 1621 da sua representação na procissão do Corpo de Deus, onde vão com danças e bandeiras próprias – cabem aqui os taverneiros, os tanoeiros e os mercadores tratantes e vendeiros de vinho.

Percebe-se nestes trabalhos que muito se conseguiu saber sobre a produção de vinhos no Douro e do seu transporte até à cidade do Porto, bem como sobre o seu consumo na urbe.

A partir do comércio, conhecem-se igualmente os tipos de vinhos que se produziram nos séculos XVI e XVII. Muito se ficou a saber sobre a sociedade que, no Douro e no Porto, suportou o negócio vinícola e ficaram aproximações ao papel dos estrangeiros no trato dos vinhos.

³⁵ OLIVEIRA, Aurélio de: *Os Vinhos no Porto: 1600-1700 (Política e administração municipais)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 45-70.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 52.

Despertamos para a análise crítica do quadro geral de interesses em que estrangeiros e nacionais se moveram no contexto do negócio dos vinhos que é possível constatar nos diversos testemunhos sobre lutas pelo controle de postos chave, como a almotaçaria do Porto, para melhor conseguirem escapar às penas dos actos de falsear os vinhos através de misturas e calibragens. Que estas, se por um lado podem indiciar técnicas de confecção vinícola que se aproximam das que fizeram os vinhos do Porto de exportação, deverão também ser olhadas como das poucas formas conhecidas através de conhecimentos empíricos, destinadas a resolver um dos maiores problemas do comércio vinícola até ao século XVII: precisamente o problema da conservação do vinho.

A importância do negócio dos vinhos no Porto, foi por nós vista à luz da pesada carga fiscal que sobre eles recaía, desde os tempos medievos³⁷. Mas, como foi de resto reafirmado numa conferência de Aurélio de Oliveira proferida no Museu do Vinho do Porto em dia 27 de Maio de 2005, intitulada *O pão e o vinho no País do Douro – 1500-1820*, o Douro não produzia apenas vinho. De resto, o mesmo autor, já tinha deixado nas páginas da revista “Douro”, uma panorâmica sobre os preços do pão no centro vinhateiro de Lamego (1750 -1793)³⁸, a indicar que também aqui, muito já se fez, mas ainda há muito para fazer, nomeadamente no âmbito da exploração das memórias paroquiais de 1758 que, no caso do vinho, foram já analisadas por Francisco Ribeiro da Silva, em texto inserto nas actas do Colóquio “Arquivos do Vinho”, realizado em Vila Real (2003).

Pela nossa parte, fixamo-nos sobretudo no período balizado entre 1700 e 1756 – ano da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Procuramos trilhar linhas de investigação gizadas nos primórdios do GEHVID.

Com base nos livros da Imposição do Vinho, nas actas das vereações municipais do Porto, nos livros de Visitas de Saúde às embarcações entradas na barra do Douro, nos livros de correspondência da Câmara, nos livros de contas, nos livros dos cutelos (relativos a isenções fiscais sobre vinhos), nos livros do Subsídio Militar, em alguma documentação do Ministério do Reino – Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no fundos relativos às alfândegas inglesas existentes no Public Record Office de Londres, só para citar as principais fontes que utilizamos, procuramos enquadrar o negócio dos vinhos do Porto, num dos períodos maiores do seu desenvolvimento, olhando o contexto político europeu que o condicionou.

³⁷ CARDOSO, António Barros: *Vinho e fiscalidade na Época Moderna* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º3, Porto, GEHVID, 1997, p. 71-83.

³⁸ OLIVEIRA, Aurélio de: *Os preços do pão no centro vinhateiro de Lamego (1750 -1793)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º4, Porto, GEHVID, 1997, p. 165-172.



Numa perspectiva conjuntural, vimos mais de perto a vida económica da cidade do Porto ao longo da primeira metade do século XVIII e percebermos nela a importância do negócio dos vinhos do Douro. De que forma? Analisando as trocas comerciais com o exterior que o negócio do vinho proporcionou à cidade, ao mesmo tempo que fomos avaliando o relevo dessas trocas no desenrolar da economia regional e nacional.

Percebemos o universo de produtos trocados e de portos de contacto que o vinho do Douro foi abrindo à cidade. Olhamos mais de perto os principais agentes deste dinamismo económico, percebemos o papel dos estrangeiros e em particular dos ingleses que classificamos de “Senhores do Vinho do Porto”, mas também de hamburgueses, holandeses que ganharam fundas raízes na cidade suportadas pelos vinhos do Douro.

Construímos estatísticas para uma época pré-estatística, sobre a proveniência dos vinhos que deram entrada na urbe: verde do Minho, de outras regiões vinícolas e, claro está, do Douro. Percebemos quem dominou tão importante negócio e, de forma nominal, demos a conhecer todos os seus agentes, as firmas que constituíram e a forma como se organizaram.

Os ingleses mereceram atenção especial. Afinal foram eles como já referimos quem mais se destacou no trato dos vinhos no Porto setecentista. Tentamos perceber a origem do seu interesse pelo produto e perscrutar em que medida a sua experiência e influência noutras regiões vitícolas do mundo terá determinado o aparecimento dos vinhos doces aromáticos e aguardentados que hoje designamos por “Porto”. Percebemos melhor porque é que os vinhos do Douro conseguiram derrubar o “claret” bordelês nos mercados britânicos.

Discutimos ainda o tratado de Methuen e a sua influência no desenvolvimento da agro-indústria dos vinhos no Douro e no Porto, à luz de dados estatísticos, da conjuntura política internacional e das relações diplomáticas Luso-Britânicas e tentamos perceber qual foi o real peso do negócio dos vinhos do Porto na balança de transacções correntes com o nosso aliado tradicional – a Inglaterra. Não afastamos do nosso estudo os mercadores nacionais, grandes e pequenos que, por si só, ou em conjunto com os mercadores estrangeiros, dinamizaram também o negócio de vinhos no Porto e até nos mercados exteriores. Percebemos claramente o seu papel nas pontes comerciais entre o Porto e o Brasil, mercado ao qual dispensamos uma atenção particular.

Percebemos igualmente que, no Porto setecentista, à semelhança do que os estudos anteriormente citados indicavam, todos os extractos sociais se interessaram pelo negócio dos vinhos – clérigos – nobres – mesteiros. Identificamos boa

parte deles, ocupamo-nos em particular daqueles que mais se destacaram, pelos quantitativos de vinho movimentados.

Quisemos saber como, a partir das mais variadas regiões vitícolas nacionais, chegava tanto vinho ao Porto. Nesse processo de transporte deparamos com os carreiros de Viana e dispensamos atenção especial ao rio Douro, aos arrais que conduziam os rabelos carregados de cascos por essa estrada fluvial de ligação entre as terras alcantiladas do Douro e a cidade. Cruzando as fontes de referência sobre a matéria com os dados que apurámos na documentação inédita que percorremos, medimos o ritmo sazonal de transporte de vinhos do Douro pelo rio até ao Porto e percebemos ainda a conjugação da variação dos níveis de caudal do rio e o próprio do ciclo do vinho – obra da natureza da qual o homem soube tirar o melhor proveito.

Avaliar a importância da fiscalidade sobre o vinho nas finanças da edilidade portuense, constituiu outra tarefa a que nos lançamos. Encontramos uma fiscalidade marcada pelo privilégio da isenção e pela fuga e escusa às obrigações fiscais. Nada de novo neste campo. Ficamos no entanto a conhecer os mecanismos de vigilância e controle, os protestos de quem pagava, as queixas de quem não recebia.

Esta incursão pelas contas camarárias permitiu-nos igualmente saber um pouco mais sobre a evolução e melhoria da qualidade da vida urbana do Porto, tendo por base a análise das obras de reparação e abertura de novas ruas da cidade, da melhoria da rede de abastecimento de água, da construção de fontes e chafarizes etc.

Entendemos que a História, enquanto saber cumulativo, deve alimentar-se da problematização sobre os factos conhecidos e não exercer a função própria dos memorialistas. Por isso, dispensamos grande interesse ao ambiente social portuense em vésperas da criação da Companhia dos Vinhos em 1756 e analisamos o seu aparecimento, em face de novos dados sobre o problema³⁹.

O Prof. Francisco Ribeiro da Silva, ao longo dos anos de existência do GEHVID tem revelado em variados textos um crescente interesse pelo estudo da reacção inglesa ao aparecimento da Companhia que Pombal usou para regulamentar pela primeira vez uma das mais antigas regiões vitícolas demarcadas do mundo e regular o comércio dos vinhos aí produzidos. Tais estudos têm tido por suporte, sobretudo os informes que colheu nos arquivos de Londres.

³⁹ CARDOSO, António Barros: *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio interno e externo de vinhos do Douro (1700-1756)*, Porto, GEHVID, 2003. 2 vol.



Uma tese de mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *Os vinhos do Porto no tempo de Pombal*, da autoria de Marta Centeno, investigadora do GEHVID, mostra estatísticas comerciais pós Companhia e anteriores a 1777, altura em que os dados oficiais começam a fazer dispensar o recurso a fontes secundárias para se estudar a evolução do sector da agro-indústria dos vinhos do Porto. Trouxe novos dados sobre o papel do Instituto Pombalino, enquanto factor condicionante de todo o trato dos vinhos do Porto. Através da monitorização da evolução comercial das firmas nacionais e estrangeiras, conhecidas na praça do Porto, anteriormente à Instituição da Companhia, ficou a saber-se um pouco mais do real impacto do instituto pombalino no sector.

Outra tese, mas de doutoramento, da autoria da Prof. ^a Ana Sílvia Albuquerque, cobriu uma das importantes traves mestras do projecto inicial do GEHVID. Votado primeiro ao estudo das elites municipais que marcaram a sociedade portuense da primeira metade de setecentos, esta investigadora, no seu percurso de pesquisa, tropeçou amiudadas vezes na sociedade do vinho do Porto, entendida aqui como um conjunto de famílias ligadas ao poder municipal, cuja importância destacada enquanto proprietários na região duriense ou manifestantes de vinhos na Imposição do Porto, se encontra referenciada.

Apesar da investigação que, em boa parte, podemos considerar como fundamental já desenvolvida, muito há ainda por fazer. Torna-se necessário, de forma mais detalhada, cobrir todos os aspectos focados para os séculos XVI e XVII. De resto, isso constitui já uma prioridade dos modernistas do GEHVID. É que, a análise articulada de fontes seriais do tipo das que foram aqui referidas, ajudarão a conhecer melhor o quadro histórico desse período. No âmbito do Projecto “Douro e Porto – A complementaridade intemporal” financiado pela FCT, foram já desenvolvidos trabalhos de recolha de informação guardada em bases de dados informatizadas que se encontram em fase de revisão para se poder entrar no período exploratório, que contemplam algumas fontes seriais que temos vindo a tratar sistematicamente.

Menos importância tem sido dada à estrutura demográfica do Douro para a Época Moderna, quase desconhecida. Investir em trabalho colectivo que proporcione um estudo cuidado da evolução das populações, estamos em crer que ajudará a cimentar certezas acerca da história sócio-económica da região e a conhecer fenómenos migratórios ainda muito pouco estudados.

Os documentos estão nos arquivos. É preciso avançar também nestes domínios.

Se para o século XVIII, estão identificados nominalmente agentes e firmas nacionais e estrangeiras envolvidas no trato vinícola entre o Douro, a cidade do Porto e

o mundo, torna-se indispensável avaliar, recorrendo a fontes tão importantes como os protocolos notariais do Porto, de Vila Real e de Lamego, os níveis de riqueza que o trato lhes trouxe. Saber da propriedade urbana e rural que adquiriram, das estratégias que entre si congeminaram, como se articularam nos mercados exteriores e muitos outros aspectos que esta documentação revela, enquanto substituta dos “anuários comerciais” inexistentes na época.

Para o século XVII, tais levantamentos sistemáticos estão em curso e para o século XVIII (1700-1756) no caso do Porto, encontram-se já em fase de conclusão.

Os tempos contemporâneos

A equipa constituída para estudar o Douro na Época Contemporânea, liderada pelo Prof. Gaspar Martins Pereira, começou igualmente por reunir materiais diversos para estudar o período que medeia entre 1777 e a reorganização pós-filoxérica que desemboca na legislação de João Franco (1907)⁴⁰. Contudo, alargou posteriormente o seu âmbito cronológico a todo o século XX, abrangendo as origens da Casa do Douro e do Instituto do Vinho do Porto. Visava-se esclarecer aspectos fundamentais do “vinho do Porto” e da região produtora que se prendem com o alastrar dos vinhedos, a reorganização do espaço regional; o processo de transferência da propriedade fundiária e a reestruturação social do Douro na sequência da legislação liberal; saber da inovação tecnológica no cultivo da vinha e na vinificação e das relações entre a produção e o comércio e naturalmente da continuidade da articulação – Douro – Porto, que se percebe, vimo-lo já, de tempos muito anteriores.

A inventariação da documentação do Ministério do Reino, à guarda do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, foi um dos primeiros passos. Essa documentação baliza-se cronologicamente entre 1756 e 1852, embora, na sua maior parte diga respeito à fase derradeira do século XVIII e sobretudo à primeira metade do século XIX. A Companhia dos Vinhos está bem representada neste *corpus* documental. No primeiro volume da revista Douro, promete-se mesmo a publicação do inventário, tarefa que, infelizmente, não vimos ainda concretizada⁴¹.

Uma das linhas programáticas atrás referenciadas, encontra-se bem expressa no texto de Gaspar Martins Pereira – *A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira*. Aí se analisam as primeiras demarcações do século XVIII à luz da bibliografia conhecida, mas também da do trabalho de Álvaro Moreira da Fonseca sobre as demarcações marianas, cuja edição o Instituto do Vinho do Porto

⁴⁰ DUARTE, Luís Miguel: *Editorial* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 12.

⁴¹ *Idem, Ibidem.*



tinha confiado ao GEHVID nesse mesmo ano de 1996⁴². Questiona-se a valorização do Cima-Corgo, em resultado da desestruturação do modelo institucional pombalino levada a cabo pela “Viradeira” e a evolução da região até à crise de 1852, que conduz à abolição das funções da companhia, dentro do espírito de livre-câmbio que o governo regenerador instaurou.

Marca-se nesse texto a viragem do século como época de nova crise e conflitos sociais que colocam novamente no primeiro plano a “questão do Douro”.

O modelo orgânico decorrente da ditadura de João Franco (1906), que implicou o regresso à demarcação de áreas consideradas impróprias para a produção de vinho do Porto de qualidade, foi fortemente contestado e só viria a ser corrigido de forma definitiva pela intervenção legislativa de Antão de Carvalho (1921). Nessa altura definiu-se praticamente o quadro da actual demarcação. Apontou-se igualmente o papel ineficaz e pouco funcional de outro organismo decorrente da legislação franquista, com funções de fiscalização do sector – a Comissão de Viticultura da Região do Douro que, mais tarde, já na vigência da ditadura salazarista foi substituída pela Casa do Douro.

Estava esboçada uma linha de investigação fundamental para a História Contemporânea do Douro que o GEHVID não mais abandonaria – O Douro institucional. Os estudos de Carla Sequeira sobre os Paladinos do Douro (tese de mestrado) (2000), representaram um passo importante para a melhor compreensão da importância do modelo pombalino por um lado e dos choques entre livre-cambismo e protecção que acabaram por ressuscitar parte do modelo setecentista de gestão do Douro, assente na demarcação, de que a Casa do Douro, na opinião de Vital Moreira, uma das primeiras expressões do Estado corporativo salazarista, não conseguiu prescindir.

Ainda no plano institucional, são de referenciar a investigação fundamental que o malgrado Fernando Peixoto desenvolveu com vista ao seu doutoramento que, infelizmente, não chegou a defender. De facto, desde 1998, que este membro do GEHVID nos acompanhou por muitos caminhos, perseguindo o objectivo que concretizou de estudar as origens e a evolução do sistema institucional que organizou a vitivinicultura duriense ao longo do século XX. As vicissitudes da vida, a doença, impediram-no de partilhar com todos nós, em vida, o fruto do seu aturado labor. Fica a referência ao seu trabalho, á sua amizade sincera e ao seu companheirismo, bem como a gratidão pelos ensinamentos que nos deixou.

⁴² PEREIRA, Gaspar Martins: A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 177-195.

O primeiro Coordenador-científico do grupo, apontou outras linhas de pesquisa nas páginas do segundo volume da Revista Douro:

1. A evolução do espaço regional
2. A evolução da população
3. A evolução da sociedade duriense
4. A evolução da viticultura e dos processos de vinificação
5. Os negociantes do Porto

Para o estudo da sociedade, lembramos os trabalhos de Maria Antonieta Cruz, que tem elaborado um levantamento da sociedade duriense e do Grande Porto, com destaque particular para as elites detentoras do poder local, objectivando a sua caracterização sócio-profissional segundo o método prosopográfico, bem como os trabalhos de Jorge Martins Ribeiro sobre os comerciantes britânicos do Porto da primeira metade do Século XIX. Os contributos de Paul Dugguid sobre a evolução empresarial merecem igual destaque.

Ainda neste âmbito, e sobre a conflitualidade social no Douro oitocentista, Célia Taborda, levou a cabo investigação fundamental de relevo, plasmada na edição da sua tese de doutoramento *Movimentos Sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834 – 1855)*. Trata-se de um trabalho de investigação de assinalável pertinência para o conhecimento do tecido social duriense da época. Obra de referência também no plano metodológica sobre as problemáticas do banditismo, exclusão social e marginalidade, gerados em áreas regionais afectadas por crises de índole económica de maior ou menor duração. Como tivemos já oportunidade de salientar, a área das ciências humanas e da História em particular, passou a dispor de mais um instrumento operativo que resolve algumas questões e deixa pertinentes perguntas sem resposta que representam estimulante convite a novos desafios de aprofundamento de investigação nesta área.

Importa ainda referir que o curso da investigação fundamental para esta época, foi coberto pelo projecto: “O Douro Contemporâneo – sociedade, economia e Instituições” financiado pela FCT, já concluído, cujos principais resultados plasmaram no livro “O Douro Contemporâneo” editado em 2007.

É certo que aqui também muito se realizou e estamos certos de que se mais não se avançou, isso se deve ao empenhamento de Gaspar Martins Pereira na empresa difícil de erigir o Museu do Douro. Tal tarefa não lhe deixou tempo para mais. Apesar disso, porque é conhecido, multifacetado e apreciado o legado bibliográfico deste autor, dispenso-me naturalmente de aqui o comentar.

Também neste período cronológico, há ainda muito caminho para percorrer. Não vimos ainda esboçar estudos sobre o impacto da filoxera e do ódio nas áreas pro-



ativas, sobre as culturas de substituição da vinha então ensaiadas, nomeadamente o tabaco (apesar do ensaio de Eduardo Cordeiro Gonçalves) actual coordenador da equipa de História Contemporânea do GEHVID, como não vimos projectos de estudo e caracterização da vida social no Douro do século XX, se exceptuarmos os que decorrem da oposição dos sindicatos de lavradores às medidas do poder central.

Os projectos de História Oral que se vão desenhando através dos trabalhos de Ângela Campos, estamos certos, permitirão estudar mais profundamente assuntos que têm sido aflorados por outros investigadores do GEHVID como Natália Frauvelle. É que, não vimos ainda tratados assuntos como por exemplo o da vindima duriense. Torna-se urgente fazer recolhas sobre a azáfama com que se preparava o corte das uvas: nomeadamente a preparação do vasilhame com o recurso ao trabalho da tanoaria e da cestaria, artes importantes na região – no último caso, saber do papel destes homens na difusão e preservação de métodos antigos das suas artes, dos materiais e ferramentas que usaram, de como eram contratados, do impacto do aparecimento de novos tipos de vasilhame na sua actividade, etc. etc. Saber da afã na preparação dos armazéns; dos lagares; dos sinchos; do afinar das prensas; mas também das compras do bacalhau, da sardinha; inventariar a ementa das vindimas; fixar em texto os horários das jornas e das refeições; conhecer as diferenças de todos estes procedimentos – nas casas grandes ou na grande quinta e no pequeno minifúndio que caracteriza o Baixo-Corgo e o Cima-Corgo;

Faltam também estudos sobre as rogas – a documentação das quintas certamente falará delas – se não falarem os documentos falarão as gentes: Saber quem vinha de fora e de onde, quais as zonas que forneciam essa mão-de-obra tão necessária às vindimas; Que processos de contratação se usaram; quanto se lhes pagava; Em que condições eram recebidas essas gentes – sabemos do colmo para dormirem em instalações que não diferiam muito de estábulos – mas também temos notícia de alojamentos mais condignos; quem alojava melhor? Os pequenos ou os grandes proprietários? Como evoluiu esta realidade tão duriense? Sabemos dos rituais que é possível ver no comportamento das rogas, mas que sociabilidades proporcionavam? Que revoltas suscitaram? Os cardanheiros foram sempre gente alegre? Que dizer das cantigas que entoaram? Estamos convictos que é possível através da História Oral fixar algumas das quadras que entoaram quando entregavam o ramo ao vinhateiro assinalando o fim da empresa. E estes ramos? De que eram feitos? Que simbolizava cada um dos elementos que os compunha? E do ritual da pausa? Quem participava? – é possível detectar a presença do género feminino? A partir de quando e porquê? Que se bebia e comia nas noites longas da lagarada?

E dos carreiros do Douro, do seu importante papel nos transporte de vinhos entre os armazéns e as margens do rio, que se sabe? Que peso tinha a sua actividade no custo

final do produto? Como eram contratados? Sabemos tratar-se de trabalho sazonal, na parte restante do ano que actividades desempenharam? Eram pequenos proprietários ou não? Os documentos dos arquivos de quintas ou outros, também falarão deles.

Outras áreas de estudo

O GEHVID, assumiu-se sempre como um grupo interdisciplinar. De resto, exige-o a realidade complexa que estuda, por isso, acolheu no seu seio áreas cujo interesse é manifesto para a concretização dos seus objectivos. Lembro os trabalhos do Prof. Henrique Gomes de Araújo *sobre A Casa Ferreira – a construção antropológica do sucessor*, ou mais recentemente o projecto que desenvolve na área da Diplomacia e Viticultura sobre o papel do Conselheiro Wenceslau de Lima cuja biografia prepara conjuntamente com o Prof. Rui Ramos.

Nas vertentes do património vernacular e do turismo cultural na região, as propostas de trabalho da Professora Arquitecta Eunice Salavessa que há vários anos se juntou ao GEHVID, prometem cobrir importantes vertentes de investigação onde muito pouco está feito, para além da produção panfletária de índole turística que se distribui a esmo nos postos municipais. Ela é importante, mas o fomento de uma indústria turística de alta qualidade no Douro Vinhateiro – Património da Humanidade, requer muito mais. De resto, a actividade turística, afirma-se já hoje como a componente económica mais importante para a região a seguir à actividade agrícola. Uma unidade de Investigação & Desenvolvimento como o GEHVID que integra massa crítica das duas universidades que interagem com o Douro, não pode ficar indiferente a isso. Aqui, temos um campo de transição quase directa da investigação fundamental a aplicada.

A terminar

Apesar de colectivamente o GEHVID se ter arrojado à empresa de publicar uma História do Douro, esta tem ainda muitas páginas em branco que um grupo de investigação como este deve continuar a escrever, alargando-se e enriquecendo-se com novos elementos com vontade de lançar mãos à obra de continuar aquilo que, pelos resultados já obtidos, nos atrevemos a classificar como a primeira unidade de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a produzir trabalho de grupo. A fazer aquilo que o GEHVID deve continuar a fazer se possível ainda melhor – estudos integrados de História regional – que permitam apresentar um saber sustentado numa investigação fundamental de qualidade que vá incorporando alunos de mestrado e de doutoramento a quem sejam propostos temas em aberto para preencherem as lacunas que a História encontrará sempre no seu incessante percurso em busca da vida dos homens no tempo.



Navegação no rio Douro

– o sonho (re)corrente de Castela

C a r l o s d ' A b r e u *

Ao amigo salmantino
Emilio Rivas Calvo que desde o
Tormes vislumbra o Douro/Duero, para Poente

0. Intróito

O rio Douro foi desde sempre utilizado para as comunicações entre os povos da sua bacia, com muitas e variadas dificuldades na sua navegação.

Várias iniciativas legislativas desde os finais da Idade Média apontam para a necessidade de adequar o rio às exigências da navegação mas essas medidas colidiram sempre com outras formas de exploração das águas, quer seja através dos caneiros das pesqueiras, quer dos engenhos de moagem, problema que subsistiu, podendo querer significar que a navegabilidade não era por todos entendida como vital para o desenvolvimento, ou que as demoras seculares para a sua realização promovessem o descrédito, aproveitando os povos ribeirinhos para nos intervalos entre decisões, ir dele tirando proveito para outras actividades, ou ainda numa teimosa tentativa de tudo querer conciliar.

Mas o Douro enquanto fluviovia internacional, desembaraçada de obstáculos e com as infra-estruturas necessárias de apoio, é apenas um assunto discutido após o Congresso de Viena (1815), porquanto naquela reunião internacional, para além de se tratarem das grandes questões após a derrota de Napoleão, como a paz e a fixação das fronteiras, também se garantia a livre navegação dos rios europeus, determinando-se inclusive a forma como se deveriam regulamentar tais actos bilaterais.

* Investigador (Departamento de Geografia, USAL); Equiparado a Bolseiro fora do País (ME); Investigador do GEHVID.

Mormente a partir de então, a questão da navegabilidade do Douro, foi (*quasi*) uma obstinação espanhola, sobretudo castelhana, prova disso são os sucessivos projectos de melhoramento das condições de navegação e os sucessivos Tratados e seus Regulamentos, desde os inícios do século XIX até à actualidade. Mas esbararam sempre com entraves de vária ordem:

- ou pelos montantes dos investimentos necessários para desimpedir os obstáculos, construir portos e os respectivos acessos, recursos que os Governos envolvidos em lutas intestinas não possuíam;
- ou pela instabilidade política então vivida em ambos os Países, com várias revoluções, muitas eleições, e conseqüentes mudanças ministeriais;
- ou pelas dificuldades intrínsecas a um rio internacional, estando aqui em causa principalmente o troço português e no qual a Espanha pretendia facilidades para exportar os excedentes agrícolas da Meseta, ou para Portugal ou através do Oceano para fazer a redistribuição interna ou vender ao estrangeiro, com os problemas inerentes às taxas alfandegárias;
- ou pela falta de (alguma) vontade dos dois Estados, não do território fronteiriço, nem dos comerciantes e industriais portuenses¹, mas (*quicá*) por razões de geo-estratégia, ou seja, demasiada dependência espanhola da boa vontade portuguesa por um lado e, vulnerabilidade do território (e da economia) português, por outro.
- ou ainda a boa vontade dos promotores espanhóis do porto do Douro ter contado com a hostilidade dos defensores do porto de Santander (através do Canal de Castilla), para a saída dos excedentes cerealíferos.

Dois argumentos convenceram os castelhanos da pertinência de tal projecto:

- em 1811 e 1812, durante a Guerra da Independência, os ingleses transportaram Douro arriba material militar até Vega de Terrón e daí, por estrada improvisada, até Ciudad Rodrigo;
- finda a guerra, anos de boas colheitas deprimiram o preço do grão criando uma crise agrícola, só ultrapassada com a autorização obtida por Castela para os poder despachar através de (e para) Portugal, resultando numa bem sucedida operação com vantajosos resultados sobretudo para as províncias espanholas raianas.

¹ Mas sim dos vitivinicultores durienses, pois consideravam que o rio Douro pertencia aos dourienses, e não à praça do Porto, e, conseqüentemente, seria contra o direito de propriedade conceder que por elle sahissem outros vinhos que não fossem os da região do Douro (PEREIRA 1997, 268).



Havia então que criar os mecanismos legais para que essa porta se franqueasse, mas esse processo, longo processo, não foi fácil e continua não sendo fácil.

Terá sido este um dos assuntos da diplomacia ibérica em que Portugal esteve claramente em vantagem nas negociações.

Em 1835 é assinado um Tratado, sem regulamento. Em 1839 já um ministro espanhol em pleno Senado, a ele se referia como um *desgraciado negocio* que somente viu o seu Regulamento aprovado em 1840-1841, após muitas conversações, negociações, nomeação de comissões mistas, e, (talvez) uma boa dose de falta de vontade do Governo português (com ou sem razão, mas seguramente sem o apoio dos negociantes do Porto).

Como a classe política espanhola empenhara o escalpe, perseverou e cedeu para conseguir a sua assinatura, a todo o custo...

Com triunfalismo deu a notícia aos impacientes salmantinos e estes com júbilo a acolheram. Mas foi sol de pouca dura, pois a realidade depressa demonstrou que o negócio fora mal feito. A dupla tributação não permitia resultados satisfatórios.

Continuam as conversações. Em 1864 é assinado o Tratado de Limites que ao regulamentar o uso dos rios limítrofes deu azo a que em 1866, outro Convénio se assinasse para facilitar as comunicações entre os dois Reinos, revogando para o efeito o de 1835/1841... logo que entrasse em funcionamento o caminho-de-ferro de Lisboa a Madrid. Portugal cedia, para se poder comunicar por ferrovia com o centro da Europa.

Havia agora liberdade de navegação mas chegara (porventura) tarde de mais. A hegemonia ferroviária impôs-se. Entretanto já destronada pela rodoviária. E o impasse mantém-se.

1. As razões do interesse na navegabilidade

Os principais rios portugueses constituíram sobretudo a partir da Idade Média excelentes linhas de comunicação, uma vez que a estrutura tradicional dos transportes permaneceu quase inalterável até meados de Oitocentos com o advento do caminho-de-ferro (ABREU 2005); essa permanência prende-se a condicionalismos geográficos, pois o País dispõe de uma extensa costa marítima e os seus principais rios escoam-se do Interior para o Litoral (SERRÃO 1992, 192).

O desenvolvimento da rede viária nos fins do período medieval em Trás-os-Montes e Alto Douro, assenta ainda no traçado das vias romanas que serviram de base ao lançamento das estradas medievais (MORENO 1982, 7), assim, os circuitos de penetração eram deficientes e só vencidos pelos almocreves devido à grande

mobilidade e resistência das bestas muares, em cujo dorso transportavam o peixe e o sal, ou o vinho e o azeite, conforme se deslocassem do/ou para o Litoral (MORENO...).

Nesta conformidade, a navegação fluvial desempenhava papel económico relevante, não só pelo volume de mercadorias que transportava, o que diminuía os custos, mas também pela segurança e rapidez que oferecia aos carregamentos, não sem alguns contratempos naturais decorrentes de alguns obstáculos físicos que por exemplo o Douro oferecia, para além dos diferentes regimes de caudal consoante a época do ano (SERRÃO 1992, 193-194).

Desses obstáculos, destaca-se o famoso Cachão da Valeira, onde desde os finais da Idade Média se vinham realizando obras de alargamento, sempre na tentativa de permitir a navegação de embarcações de maior calado até à fronteira castelhana, sendo que o embaraço da navegação nessa zona do Douro, persistiu praticamente até aos nossos dias e só culminou com a construção da barragem hidroeléctrica em sistema de eclusa.

2. O processo para a concretização da navegabilidade em finais da Idade Média

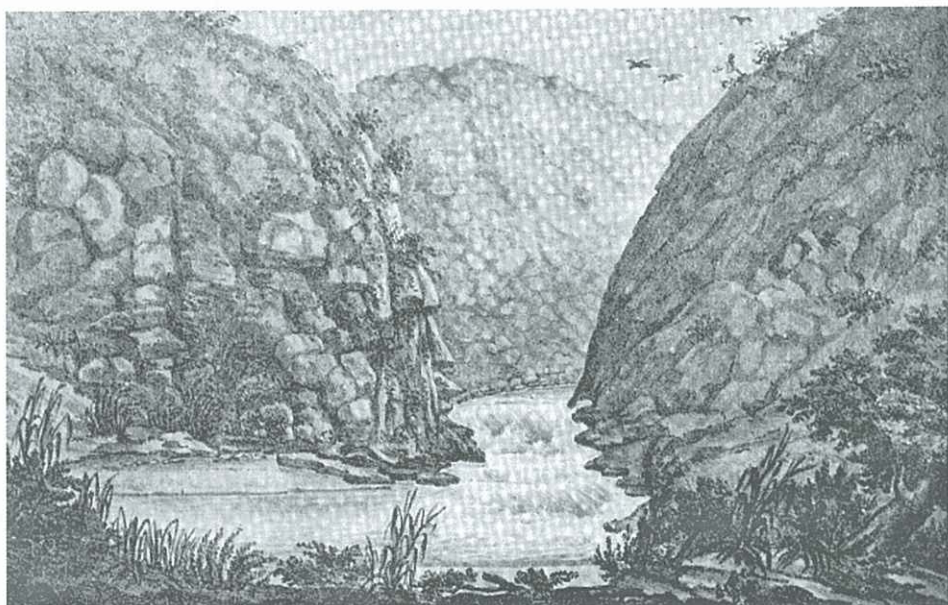
Ao longo do século XVI, tanto em Espanha como em Portugal, o que aliás vinha sucedendo pela Europa, várias foram as iniciativas legislativas no sentido de tornar navegáveis os rios ou melhorar essa navegabilidade através de obras que a desembaraçassem, regulamentando a navegação.

No caso do Douro português, foi o burgo portuense -tudo levando a crer que por sua própria iniciativa- a trabalhar no sentido de transformar o troço até ao Cachão de S. João da Pesqueira numa via liberta de obstáculos (DUARTE & BARROS 1997, 113-118), conforme se pode perceber através de alguma documentação ao longo do século XVI:

- i) carta régia de privilégio à cidade do Porto de 31.X.1502, pela qual se determinava *mandar abrir todollos os canaes que ouver no rio do Douro daqui atee Sam Joham de Pesqueira convem a saber largura de tres braças da craveira em cada hum pera por elles poderem navegar barcas batees e levarem e trazerem todallas mercadorias mantimentos madeiras e provisoens outras que convierem;*
- ii) carta régia de 12.VIII.1538 sobre o mesmo assunto;
- iii) tabelamento dos fretes e percursos das barcas desde a foz até S. João da Pesqueira, pela Vereação do Porto em 8.VI.1545;



- iv) carta régia de 12.V.1551 a encarregar o corregedor da comarca do Porto em mandar desfazer as pesqueiras e caneiros;
- v) alvará régio de 20.V.1571 a determinar que a alçada de Entre-Douro-e-Minho julgasse os pleitos sobre as pesqueiras e caneiros que o Concelho do Porto tivesse destruído para minorar as dificuldades na navegação;
- vi) carta régia de 3.III.1578 confirmando as provisões anteriores sobre a matéria.



Cachão da Valeira antes das grandes obras de alargamento do século XVIII – (IBNL 1975)

A Espanha por finais dessa mesma centúria logrou concluir a obra mais ambiciosa, ou seja, tornar navegável o Tejo até Toledo (a ideia era que fosse até Lisboa), a partir de uma proposta do eng.^o italiano Juan Bautista Antonelli que propunha fazer navegáveis todos os seus rios, num estudo publicado em 1581 (ALZOLA 2001; BUENO 2002, 156).

Pelo teor de uma carta régia datada de 16.XI.1623 (D. Filipe III de Portugal e IV de Espanha), se percebe claramente que pelo menos várias diligências terão sido empreendidas no sentido de *fazer navegável o rio Douro, e as utilidades que disso se seguirão... considerando a importância da matéria* (SILVA 1855, 106)².

² Informação remetida por correio electrónico pelo nosso conterrâneo e amigo D.º Híronino da Paixão Fernandes, o que agradecemos.

Durante o governo do Marquês de Pombal e sobretudo após a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro³ várias medidas foram tomadas no sentido de disciplinar e promover a utilização do rio para o transporte de mercadorias, contrariando interesses particulares em favor da utilidade pública, como se percebe por exemplo pelo Alvará com força de Lei de 16.XII.1773, em que se determina a demolição de 23 pesqueiras e nasceiros num prazo de trinta dias a contar da publicação do diploma legal, prescrevendo severas penas tanto para o seu incumprimento como para a reincidência. 5 dessas pesqueiras e nasceiros localizavam-se na zona das Caldas de Aregos, 2 no Lovazim, 2 no Cadão, 4 no Pêgo do Cadão, 1 na Figueira Velha, 2 no Canedo, 1 nos Fontaínhos (e *todos os mais Nasceiros, que ha nesta Ribeira até Porto de Rei, sam particularmente prejudiciaes*), 2 na Raiva, 2 no Piar e 2 na Cermenha (Collecção 1771, III).

3. Vencer o principal obstáculo

Quanto a obras realizadas na apertada garganta da Valeira há registo de várias e em diferentes períodos, uma das quais em 1532 por Martim Figueiredo e narradas por Rui Fernandes na descrição de Lamego (MORENO 1982, 13), outra em finais do Século XVII, por Miguel de Lascol (COSTA 1868-1869, 384) e as que decorreram entre 1780 e 1792, segundo a leitura que fizemos a bordo de uma embarcação, da gigantesca epígrafe gravada no local (margem esquerda).

As obras de regularização deste troço do rio, também conhecido por Cachão de S. Salvador da Pesqueira, foram oficialmente inauguradas no ano seguinte, com a descida de um barco carregado de trigo e proveniente da zona das Arribas, se bem que já anteriormente um membro do Governo tivesse feito essa viagem como se pode ler na legenda de uma conhecida gravura da época⁴. Sobre este assunto e

³ Instituída por Alvará de 31.VIII.1756 e tendo como órgão de gestão uma Junta de Administração (Collecção 1771, I).

⁴ *Prospecto do Sitio do Cachão de S. Salvador da Pesq.a, observado da pt.e de Tras os Montes como elle ficou em 1792, an, em que cessou o trabalho começado em 1780 para o demolir: o Capp.am Ingenheiro Joze Maria Yola desceo o Cachão dentro d'hum barco, que foicarregar de trigo por cima de Freixo de espadacinta, eo conduziu p.o 30 legoas embandeirado até ao Porto, mostrando deste modo o triunfo, que tinha conseguido da natureza. Antes delle forão do Porto ao cachão o Ex.mo Secretario d'Estado, João Antonio Salter de Mendonça, e varios illustres Patriotas como s'anunciou no correio da Europa em 19 de Abril de 1790. No an de 1793 fizerão o mesmo os Illo.mos Vice Provedor da Companhia, e outros Deputados: huns e outros subirão, e descerão embarcados no sitio do cachão, e tiverão o gosto de ver e admirar esta obra ou Padrão que fará imortal o nome da Providintissima Mai dos Portugueses MARIA I, E DA Ill.ma Junta da Companhia Geral do Alto Douro, que de baixo de tão Soberanos Auspicios, e ordens pozetivas cortou os rochedos, dezembaraçou a navegação e*



tanto quanto sugere o suplemento nº. 2 da *Gazeta de Lisboa*, de 16.I.1795, foram estas obras da responsabilidade de um *Engenheiro Hydraulico*, tido hoje como um dos mais antigos pesquisadores submarinos, pois *executou defronte do Terreiro do Paço [Lisboa] a operação de descer ao fundo do mar fechado dentro de uma máquina hydraulica* (ALVES 1994, 126).

Como corolário de 12 anos de trabalhos nos quais *se queimou muita polvora e quebrou muita pedra*, apresentava aquele sítio, agora alargado, duas faces laterais de rocha lisa, *exceptuando a raiz da montanha do lado norte, margem direita, onde, para abrirem um carreiro informe de menos de 1m,50 de largura, para alagem dos barcos, se vêem vestígios de mais de 2:000 tiros!* (LEAL 1876-1888, X, 489).

Promove a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1790, um levantamento do rio Douro no troço compreendido entre o Cachão da Valeira e os limites das freguesias de Lagoaça e Bruçó (no Concelho de Mogadouro), eventualmente motivado pelo alvará régio de 13.XII.1788 que determinava a construção de estradas no Alto Douro, lançando ali um imposto para tal fim, ao qual a Companhia estava também obrigada.

Nele é descrito o rio propriamente dito e o seu *hinterland*, do ponto de vista físico, administrativo e económico, pelo comissário da Companhia José Victor de Magalhães, acompanhado pelo escrivão Manuel Moreira Garcês e pelo arrais Manuel Pinho Macho, de cujo resultado deu conhecimento ao deputado da mesma Companhia Francisco Baptista de Araújo Cabral Montês através dum relatório titulado *Descrição do Rio Douro para Cima do Cachão de: Sam Salvador denominado no Paiz = Cachão da Baleira = com o Mappa das Freguezias superiores ao mesmo Cachão, e outro das Freguezias confinantes com Castella, rezumo das Estrádas, e Itenerário da Digressão que fizêrão os Commissarios encarregá-dos d'esta averiguação*, acompanhado numa carta datada de 17.III.1790 (OLIVEIRA & COSTA 1996, 215-259). A viagem foi realizada por terra.

Dos informes fornecidos pela referida memória interessam-nos aqui os elementos relacionados com os obstáculos que embaraçavam a navegação, naturais ou antrópicos e as propostas apontadas, quer no sentido da sua demolição ou outra, sintetizados no quadro infra.

conseguiu afelecidade, e alegria dos habitantes das margens do Douro, do Sabor e dos bellos campos da Villariça (Colecção... a).

4. Descrição do rio Douro a montante do Cachão da Valeira até ao Concelho de Mogadouro em finais do século XVIII

Léguas	Local	Barca	Cachão	Açude	Margem	Azenha	Observações
¼	Ponto do Ripança	---	sim	2	direita e esquerda	---	sem margens devido aos grandes rochedos; desfazer cachão; demolindo as fragas na margem N permanecem açudes
¼	Barca de S. Xisto	S. Xisto	---	1	esq	---	não impede navegação
---	Ponto dos Canais	---	sim	---	dir e esq	3	não impede navegação demolindo-se azenha margem S
curto espaço	---	---	---	---	dir e esq	várias	grande calhau meio rio; demolir azenhas margem S
logo acima	Ponto do Requeixo por baixo do Poço de N. S ^a Ribeira	---	---	---	---	---	navegável na descida; grande corrente obriga alagem na subida
por cima	Poço de N. S ^a Ribeira a Velha	Arnozelo	---	---	---	---	<i>entre dous rochedos formidáveis</i>
idem	---	---	---	---	---	---	pesqueira margem S; demolir a pesqueira ou o <i>Calhão</i>
mais acima	Covedo	---	---	---	---	---	pesqueira margem N; rio dividido em 2 partes; forte corrente
¼	Quinta das Figueiras	---	---	1	esq	2	<i>aonde se divide o Rio em duas partes; demolir açude</i>
pouca distância	Capela N. S. ^a da Ribeira a Nova	---	---	1	dir e esq	3	<i>aonde se divide o Rio em duas partes; demolir açude</i>
idem	Ponto de Coleja (regato Largo)	---	---	---	---	---	<i>navegável com algum custo; pôde alar-se pela parte do Norte</i>
¼,5	Lobazim	---	---	---	dir	3	<i>impedem o trânsito da navegação⁵</i>

⁵ ...o que se pôde remediar, abrindo-se hum bocal na parte do Norte do Douro junto á terra ficando intactas as dictas Azenhas. Refira-se que as mesmas, para além de bem construídas, eram pertença do Capitão-mor de Freixo de Numão, talvez daí a hesitação na sentença (OLIVEIRA & COSTA 1996, 217).



Léguas	Local	Barca	Cachão	Açude	Margem	Azenha	Observações
logo acima	em pouca distância	---	---	---	---	---	<i>se achão tres pedras que hua dellas se deve quebrar; a do N</i>
0,5 ¼	Cadima	---	---	---	---	---	<i>acima de huns fragoens..., hua fraga rasteira... se deve quebrar</i>
pouca distância	---	---	---	---	---	---	<i>hua corrente d'agoa rápida com varias pédras, das quais huma que se acha no meio se deve quebrar</i>
idem	Fiolhal	---	---	vários	dir e esq	4	demolir açude de uma das azenhas margem N
parte de cima	---	---	---	vários	dir	várias	arruinadas; demolir açudes; muita corrente
0,5	Poço do Saião	---	---	---	---	---	<i>grande corrente d'agoa rápida, com grande declive; romper para passarem barcos</i>
logo imediato	---	---	---	---	---	---	quebrar várias fragas
a seguir	---	---	---	---	---	---	bem navegável por entre rochedos, onde se não pode alar
idem	---	---	---	---	---	---	corrente forte; rio dividido devido grande Calhão; 3 pedras, retirar a do meio
logo acima	---	---	---	---	---	---	presa natural onde se deve abrir um canal, <i>porque havendo pouca agoa hé innavegavel</i>
idem	--- [Pena Redonda?]	---	---	---	---	---	grande Calhão parte N; quebrar pedras parte S
idem	---	---	---	---	---	---	grande fraga parte S que divide rio; retirar algumas das pedras juntas
pouca distância	Azenhas da Vilarça / Foz do Sabor	---	---	1	dir.	3	alargar rio margem S, por ser mais fácil que demolir açude
logo acima	Regato da Cevada	---	---	1	dir	0	desfazer açude; a 1 légua do Poço do Saião
0,5	---	---	---	3	---	3	demolir açudes

Léguas	Local	Barca	Cachão	Açude	Margem	Azenha	Observações
1,5	Cachão do Peredo, passando pela barca de T. Moncorvo	---	---	1	dir.	1	demolir açude
¼	<i>por baixo da barca de V.N. Foz Côa</i>	---	---	---	dir. e esq.	2	demolir açude da azenha da parte do S
pequena distância	Foz do Côa	V.N. Foz Côa	---	---	---	---	corrente Côa tão rápida que atravessa o Douro
0,5 ¼	Quinta das Tulhas	---	---	---	esq.	várias	retirar várias pedras
1	Cachão da Seraiva	---	---	---	---	---	quebrar 3 pedras parte N
pouca distância	Azenha de Quintanilha	---	---	1	esq.	1 e 1 moínho	<i>frága levantada</i> , moínho e açude parte N, <i>tudo se deve demolir</i>
segue-se logo	Poço da Veiga	---	---	2	dir. e esq.	2, 1 demolida	desfazer pelo centro açude da azenha parte S (demolida)
¼	<i>Rocío</i>	---	---	---	---	---	<i>Insoa</i> divide rio; retirar algumas pedras
logo acima	---	---	---	---	---	---	rio dividido em 3 partes; abrir canal parte N
0,5	Atalaia	---	---	---	---	---	forte corrente devido <i>hua praya de Calhãos</i>
¼	Foz do Águeda	Alva	---	---	---	---	demolir caneiro frente desembocadura, parte N
¼	Carriça (ponto)	---	---	---	---	---	rio dividido por <i>insoa</i> ; inavegável com pouca água
1	Vale dos Passos	---	---	1	esq	1	demolir azenha Castela ou quebrar pedras margem direita
logo acima	Azenha	---	---	---	---	---	ponto navegável com algum custo
0,5	Atalaia (ponto)	Fiolhoza (Hinojosa de Duero)	---	1	esq	várias	demolir margem direita presa natural e desfazer calhaus
¼	Poço do Pélagio	Saucelle	---	2	dir e esq	2	poço muito profundo; com pouca água se não pode navegar em ¼ légua até azenhas por cima barca Saucelle; demolir açude parte dir.



Léguas	Local	Barca	Cachão	Açude	Margem	Azenha	Observações
segue-se logo	---	---	---	---	dir e esq	2	para diminuir corrente demolir uma das azenhas
---	<i>Canais dos Padres Nérys (Freixo E.C.)</i>	---	---	2	dir e esq	2	demolir açudes, dos <i>Canais</i> (antiga pesqueira?) de FEC e das azenhas do <i>Bispo de Salamanca</i>
¼	Poço	---	---	---	dir e esq	2	demolir azenha margem dir., já arruinada
0,5	Poço	Vilvestre	---	---	dir e esq	2	rio muito estreito; demolir azenha margem dir.
pouca distância	Ponto	---	---	---	---	---	<i>Ponto rapido, e fragozo; com pouca água inavagável; tirar pedras</i>
pequena distância	Poço (Correlinhos)	---	---	---	---	---	demolir pesqueira aí existente
¼	até termo de Aldeadávila	Santa Marina la Verde	---	---	---	---	existem 13 pontos ou <i>galeiras summamente rapidas</i> , com fragas no meio da corrente e entre rochedos; alagem impossível; dificilmente se poderão abrir à navegação
0,5	entre os termos de Lagoaça e Bruçó	---	---	---	---	---	entre grandes rochedos encontram-se 5 <i>Pontos formidaveis</i> (Cadilhais; Risco; Bodegas; Cordas; Fragas das Cordas) e não se pode alar; daí para cima a mesma situação ⁶

(OLIVEIRA & COSTA 1996, 215-259).

O subscritor deste relatório após informar que entre os dois locais percorridos medeiam 18 léguas, sendo que 10 somente em território português (Valeira – Barca d’Alva), chama a atenção para o facto de nele não existir melhor sítio para *Cais de Negociação, do que o da foz do Águeda*⁷. Ora, poderá indiciar esta informação,

⁶ ... que todos estes Pontos hé dificultozo o poderem-se preparar; porque cada hum delles hé peor que em outro tempo era o Cachão da Baleira: (...). Enfim: causa horror o olhar para similitantes rochedos (OLIVEIRA & COSTA 1996, 221).

⁷ Porque ahy se podem carregar, e descarregar todas as fazendas, para têrem suas, tanto para a maior parte da Provincia de Traz dos Montes, como para a Beira Alta, e Castella, e muito principalmente por sêr máis facil de se fazer navegavel o Douro até a dicta Foz d’Agueda (OLIVEIRA & COSTA 1996, 223).

terem os ditos comissários sido incumbidos de opinarem sobre o melhor local para embarcadero internacional, escolha esta corroborada pelos ulteriores projectos para o efeito elaborados por outras entidades.

O que é certo é que o Douro surgia agora mais do que nunca como uma via estruturante para o desenvolvimento regional transfronteiriço, prova disso é o interesse manifestado por um conhecido industrial torremoncorvino na sua exploração, em 1807⁸.



Transporte de vinho em barco rabelo, na Régua (década de 1930) – (ALVÃO 1995, 65)

5. O barco rabelo

Os rios grandes son coma os guieiros que van sinalando o trazado do camiño principal e tamém dos secundarios, e os mil regatos obrigan a desviar ou a solucionar o seu paso a todo tipo de sendeiros, corredeiras e carreiros (BAS 1989, 27), razão pela

⁸ *Lisboa 6 de Outubro. Por Alvará do 1.º de Setembro deste anno, foi o Príncipe Regente N. S. servido autorizar a João Carlos de Oliveira Pimentel, da Vila de Moncorvo, para instituir a Companhia de Navegação do Rio Douro, e de Mineração e Fundição de ferro, concedendo-lhe varias graças e privilegios* (GL 1807); companhia esta que não chegou no entanto a ser implementada (MATOS 1980, 434). Em Outubro de 1884 outra iniciativa com o mesmo objectivo decorria, realizando estudos através dos engenheiros Frank John Abeyer, de Liverpool e Wermich, de Berlim que nessa altura se encontravam em Torre de Moncorvo (LEAL 1876-1888, X, 489-490).



qual, no âmbito do sistema de transporte fluvial, desempenhavam também as barcas de passagem um papel relevante, até finais do século XIX (e em alguns casos até cerca de meados do XX), isto é, o da travessia de pessoas e bens, uma vez que as pontes rareavam, mormente nos principais rios, cabendo os encargos e benefícios dessa travessia, dum modo geral, às autoridades locais que a arrendavam a um barqueiro (MACEDO 1992, 301).

Num inquérito realizado aos portos de fronteira em 1822, a propósito da proibição de importação de trigo estrangeiro, foram recenseados cerca de três centenas de embarcações, sendo o seu número no final do século XIX ainda superior a 100 (MACEDO 1992, 301).

As exigências da navegação do Douro levaram à criação dum tipo de embarcação a elas adaptado conhecido por “barco rabelo”, dotados de mastro e vela, sendo a prôa em ângulo muito pronunciado e com certa elevação relativamente ao nível das águas. As dimensões normais dos barcos rabelos, capazes de transportarem 70 pipas de vinho (e mesmo 80, os maiores) eram de 29m de comprimento, 6m de boca, 3m de pontal, 2,45m de calado, 3m de ponte, 24m de altura do mastro, 22m de comprimento do temão e 24m de largura da vela (OLIVER 1926, 2.467, 531). Contava esta embarcação para o seu governo com uma espécie de remo longo ou pá que fazia de leme, a que davam o nome de *espadela* (como se fosse um rabo, daí a designação de rabelo) sendo a sua estrutura adequada para o transporte de pipas (LEAL 1876-1888, VII, 197)⁹.

A questão da capacidade destas naves foi colocada pouco depois da criação da Companhia Geral da Agricultura e Vinhas do Alto Douro (16.XII.1773), porquanto se proibiu o fabrico de *Barcos de maior grandeza, que a precisa para levarem a carga de quarenta até sincoenta Pipas*, pois aqueles que carregavam entre 60 a 80 pipas foram “inventados” por Arrais *movidos de huma perniciosa, e reprovada cubiça de lucrar muitos fretes* que, para além de fazerem perigar vidas e fazendas considerando as dificuldades do Rio, utilizavam outras embarcações mais pequenas, os *Trefegueiros*,

⁹ Segundo Lixa Filgueiras, o estudo iconográfico do barco rabelo indica que o modelo que chegou até nós, já se encontra esboçado desde finais de Setecentos, definindo o grupo dos rabelos e afins como tendo fundo chato: *estrado de forma lanceolada constituído por número ímpar de tabuações encostados entre si; proa de perfil em curva alargada; e arredondada; popa de perfil (mais) alongado; secção transversal mais aberta, com costados arredondados e transição para o fundo (quase) sem quebra* (FILGUEIRAS 1995, 266/274/277 (12/16)); para além dos rabelos (*trefegueiros* se mais pequenos e *matrizes* se maiores) adequados para o transporte de pipas, havia os *rabões* para o carregamento de outros tipos de mercadorias (madeira, pedra e minério) e ainda os *valboeiros* indicados para a pesca (DUARTE & BARROS 1997, 108-109).

para os quais transferiam a carga dos grandes, os *Matrizes*, sempre que estes se viam impossibilitados de navegar por falta de caudal suficiente, o que acontecia *do Mez de Março por diante, em que he a força das carregações*, cobrando uma taxa arbitrária e exorbitante aos negociantes por esse transbordo e provocando uma maior demora no transporte (Collecção 1771, III).

Disponham estas naves de uma tripulação ou “companha” que variava consoante a capacidade da embarcação, mas que podia ser de 13 ou 14 “marinheiros”, empregues não só nas operações de carga e descarga mas também na navegação, pois *nas descidas, vão todos agarrados, com unhas e dentes, à “espadella”* e nas subidas, *nos sitios onde a corrente é mais impetuosa, se não ha vento forte de feição* e os rochedos não permitam a sirga por bois, puxavam os barcos através de uma corda com todos os perigos inerentes. Demorava a viagem da Régua ao Porto (95km) 10 ou 12 horas enquanto no percurso inverso se podia levar até seis dias (LEAL 1876-1888, VII, 197-198).

Cada embarcação era pilotada por um arrais¹⁰ mas por ser a navegação em certos pontos e troços tão perigosa nas descidas, recorriam a uma espécie de “pilotos de barra” conhecidos por “mestres” que “andavam ao cambó”, isto é, faziam dessa actividade a sua ocupação, e a quem encarregavam do governo do barco, havendos dum modo geral especializados em certos “pontos”, dividindo a extensão do rio em quatro *acêjos* (ou secções) assim denominados:

- i) 1.º *acêjo* ou “Água da Régua”, troço entre a Foz e a Régua;
- ii) 2.º *acêjo* ou “Água do Pinhão”, entre a Régua e o Pinhão;
- iii) 3.º *acêjo* ou “Água do Tua”, entre o Pinhão e a foz do Tua;
- iv) 4.º *acêjo* ou “Fora de Marcas”, ao troço compreendido entre a foz do Tua e a fronteira (LEAL 1876-1888, VII, 198).

Às dificuldades impostas pelos diferentes regimes de pluviosidade ao longo das estações do ano com as inevitáveis consequências ao nível do caudal, aliavam-se os obstáculos naturais existentes ao longo do seu curso¹¹. Com o alargamento da largura

¹⁰ Nome que tem origem na palavra árabe que designa “chefe” ou “cabeça”; era coadjuvado pelos “feitores da proa e da espadela” (CARDOSO 1998, 120); por vezes era o “mestre da espadela” quem governava o barco, cabendo ao arrais, seu proprietário, contratar a tripulação e pagar-lhe a “soldada”, bem como ajustar com as quintas o preço do transporte dos cascos (RODRIGUES 2004, 277); para poderem fazer o transporte de *vinho do Douro à Cidade do Porto, e seu districto* necessitavam de uma *Carta de Approvação* (arrais e barco) passada pela Companhia (Collecção 1771, I (30.VIII.1757)).

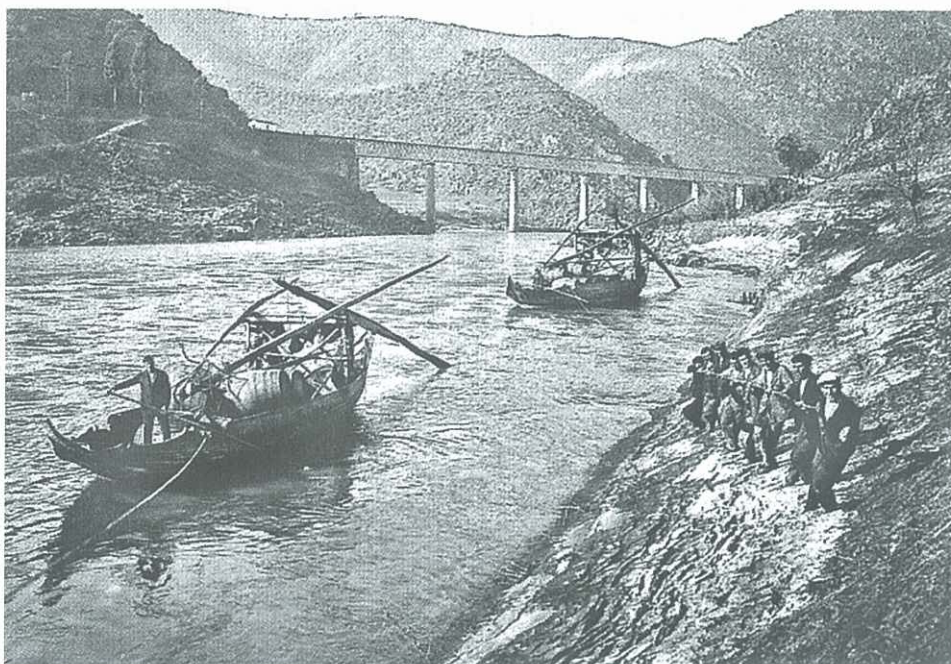
¹¹ Estes obstáculos, pontos, galeiras ou aladouros, desde cedo impuseram a necessidade de reboque das embarcações para a transposição desses sitios, levando à criação do *direito de alagem*, ou seja,



do rio no sítio do Cachão da Valeira, primeira grande obra hidráulica realizada no Douro (1780 e 1791), a navegação foi melhorada até Barca d'Alva e Espanha.

Embora a actividade transportadora mantivesse uma certa regularidade, era nos meses de Fevereiro e Março que o volume dos vinhos transportados aumentava, pois é esta a altura do ano em que eles, após concluírem a fermentação, se encontram em condições de serem “mudados” (acção de “passar a limpo” ou “trasfegar”), havendo assim uma sincronia entre os caudais do rio e o ciclo do vinho (CARDOSO 1998, 131).

Mas apesar dessas obras ao longo do seu curso, cerca de meados da segunda metade do século XIX, considerava ainda o Abade de Miragaia em número de 90 os “pontos” principais do Douro como no quadro infra se indicam¹².

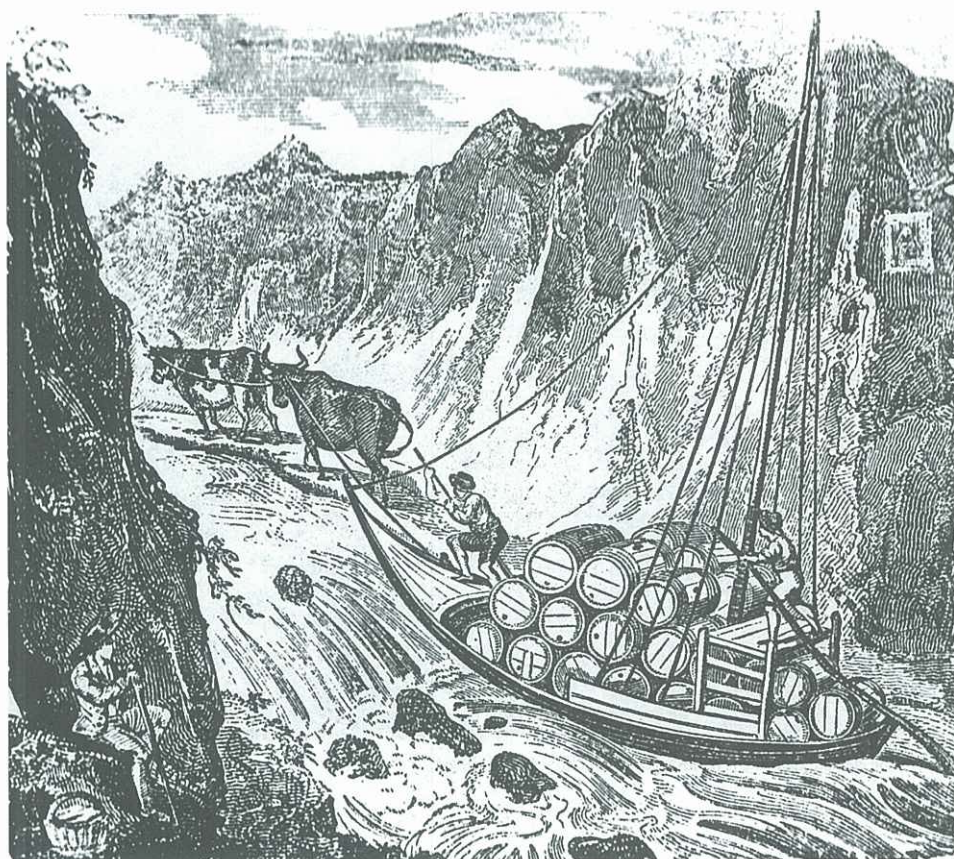


Operação de alagem à sirga na Ferradosa (cerca de 1935) – (ALVÃO 1995, 65)

o privilégio de alguns em prestarem esse serviço, por vezes detido por casas e famílias -situação que o vintismo contestou-, acabando por ser eliminado no 2.º quartel do século XIX (RAMOS 1997, 95).

¹² Apesar de achar que das *Pedras de Linhares* [último “ponto” inferior (Sardoura, Castelo de Paiva)] para cima, todo o rio Douro é um “ponto”, pois em todo o seu percurso se teem despedaçado grande numero de barcos, e tem morrido muita gente (LEAL 1876-1888, VII, 198).

A necessidade de se rendibilizarem os rios e canais pouco profundos enquanto vias de transporte de mercadorias, levou a que na Europa se procurassem incessantemente soluções quanto ao tipo de embarcações mais adequadas para tal fim, citando-se a título de exemplo, a criação por parte de um engenheiro russo de nome Jovonco (por meados do século XIX), de um barco de fundo chato, com o corpo formado *con tablas unidas, y entrelazadas con bandas de hierro* e cujo interior se revestia com uma tela impermeável. Esta embarcação tinha a grande vantagem de facilmente se desmontar, uma vez chegada ao destino e descarregada, vendendo-se a madeira e devolvendo-se ao ponto de partida por carro a tela e os aros metálicos. Os preços pareciam atractivos (PEREA 1859).



Trafego no Douro (1833) — (Coleção...b)



6. Os principais “pontos” do Douro no sentido ascendente (cerca de 1875)

N.º	Designação	Freguesia	Concelho	N.º	Designação	Freguesia	Concelho
1	Pedras de Linhares	Sardoura	Castelo de Paiva	46	Bucheiro	Valença	SJ Pesqueira
2	Pedras da Rua	Fornos	Castelo de Paiva	47	Canais	Valença	SJ Pesqueira
3	Carreira de Covas	---	Cinfães	48	Machado	Ervedosa	SJ Pesqueira
4	Senhora da Cardia	---	Cinfães	49	Cerdeira	Ervedosa	SJ Pesqueira
5	Ponto Novo	---	Cinfães	50	Carreiro dos Melões	Ervedosa	SJ Pesqueira
6	Tojal	---	Cinfães	51	Canada	Ervedosa	SJ Pesqueira
7	Escarnida	---	Cinfães	52	Meia Canada ¹³	Ervedosa	SJ Pesqueira
8	Poço da Parede ¹⁴	---	Cinfães	53	Carrapata	Ervedosa	SJ Pesqueira
9	Rapa	---	Resende	54	Frete	Ervedosa	SJ Pesqueira
10	Gôrça	---	Resende	55	Roriz	Ervedosa	SJ Pesqueira
11	Mancela	---	Resende	56	Malvêdos	Castêdo	Alijó
12	Touro ¹⁵	---	Resende	57	Loureiro	Castêdo	Alijó
13	Bula ¹⁶	---	Resende	58	Rapa-Velha	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira
14	Buraco	---	Resende	59	Colmaços	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira
15	Cadão ¹⁷	---	Resende	60	Valeira	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira
16	Lovazim	---	Resende	61	Cachão ¹⁸	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira
17	Figueira-Velha	---	Resende	62	Casarêlhos ¹⁹	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira

¹³ *Estes cinco pontos, formam a célebre galleira da Arruêda (LEAL 1876-1888, VII, 199).*

¹⁴ *Este ponto tem 5 kilometros de extensão. É de facil navegação em rio baixo; mas perigosissimo quando o Douro leva muita agua (LEAL 1876-1888, VII, 198).*

¹⁵ *É perigosissimo, se o rio leva muita agua (LEAL 1876-1888, VII, 198).*

¹⁶ *É o ponto mais perigoso desde o Porto até à Regua. Passando de certa marca, chama-se “Bula em cabeça”. Está então em tamanha ferocidade, que o barco que se atreve a afronta-lo, é irremediavelmente despedaçado. Tem havido invernos, que só em um dia se teem aqui feito em bastilhas, sete barcos, dos de maior lotação (LEAL 1876-1888, VII, 198).*

¹⁷ *É terrivelmente medonho em rio baixo. A agua, forma aqui uma especie de catadupa, que cobre os barcos! (LEAL 1876-1888, VII, 199).*

¹⁸ *Até 1780, era uma temerosa catadupa, perigosissima de transpor. D. Maria II, mandou romper o enorme rochedo a picão, levando esta obra a concluir, mais de dois annos (LEAL 1876-1888, VII, 199).*

¹⁹ *No verão deixa de ser ponto, formando um vasto e pacífico pégo; mas com o rio alto, é um dos mais perigosos (LEAL 1876-1888, VII, 199).*

N.º	Designação	Freguesia	Concelho	N.º	Designação	Freguesia	Concelho
18	Canêdo	---	Resende	63	Ripança	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira
19	Ripança	S. João de Fontoura	Resende	64	São Xisto	SJ Pesqueira	SJ Pesqueira
20	Loureiro	Barqueiros	Mesão Frio	65	Canais d'Arnozelo	Numão	VN Foz Côa
21	Piar ou Pilar ²⁰	Barrô	Resende	66	Cadão d'Arnozelo	Numão	VN Foz Côa
22	Gradins	Penajoia	Lamego	67	Cadãozinho	Numão	VN Foz Côa
23	Conde	Penajoia	Lamego	68	Arnozelo ²¹	Numão	VN Foz Côa
24	Soromenha	Penajoia	Lamego	69	Téja	Numão	VN Foz Côa
25	Corvaceira	Penajoia	Lamego	70	Azenhas da Q. ^{ta} das Figueiras	Seixas	VN Foz Côa
26	Pôças	Jugueiros	Régua	71	Azenhas da D. Ana	?	?
27	Fonte do Clérigo	---	Régua	72	<i>Varziela</i> [Vargelas]	?	?
28	Junqueira	---	Régua	73	Coleja	Seixo de Ansiães	Carrizada de Ansiães
29	Córgo	Valdigem	Lamego	74	Lovazim	Vilarinho da Cast.	Carrizada de Ansiães
30	Bagaúste	Parada	Lamego	75	Azenhas do Raio	?	Carrizada / T Moncorvo ?
31	Pedra Caldeira ²²	Poiares	Régua	76	Salgueiral	Lousa (?)	T Moncorvo
32	Canais	Poiares	Régua	77	Poço do Saião ²³	Lousa	T Moncorvo
33	Fulgosa	Fulgosa	Armamar	78	Azenhas do Sabor	Cabeça Boa	T Moncorvo
34	Têde	Adorigo	Tabuaço	79	Azenhas do Pocinho	VN Foz Côa	VN Foz Côa
35	S. Martinho	Covas do Douro	Provezende	80	Azenhas da Barca da TM	Açoreira	T Moncorvo
36	Lodinho	Covas do Douro	Provezende	81	<i>Pridas</i> [Peredo]	T Moncorvo	T Moncorvo

²⁰ Também conhecido por *Galeira do Piar*, ou *do Pilar* [devido aos vestígios de pilares de uma ponte medieval], onde por meados do século XVIII eram *alados os barcos* (OLIVEIRA 1998, 145).

²¹ *É só perigoso durante a estiagem* (LEAL 1876-1888, VII, 199).

²² *De verão, é um pôço d'água placida, como a de um tanque; porém no inverno, é temível* (LEAL 1876-1888, VII, 199).

²³ *Só é perigoso no inverno* (LEAL 1876-1888, VII, 199).



N.º	Designação	Freguesia	Concelho	N.º	Designação	Freguesia	Concelho
37	Moreirinha	Covas do Douro	Provezende	82	Azenhas do Côa	VN Foz Côa	VN Foz Côa
38	Pêgo da Lágea	Covas do Douro	Provezende	83	Goleira da Q.ta das Tulhas	Castelo Melhor	VN Foz Côa
39	Ferrão	Covas do Douro	Provezende	84	Saraiva	Urros	T Moncorvo
40	Canal da Moura	Covas do Douro	Provezende	85	Urros	Urros	T Moncorvo
41	Olho de Cabra	Covas do Douro	Provezende	86	Olha da Brulha ²⁴	?	?
42	Olho do Cu	Covas do Douro	Provezende	87	Calhau de S. Cibrão	Escalhão / Almendra?	Figueira CR / VN Foz Côa ?
43	<i>Caxuxa</i> ²⁵	Covas do Douro	Provezende	88	Azenhas do <i>Serio</i>	Barca d'Alva	Figueira CR / Freixo EC ?
44	Chanceleiros	Covas do Douro	Provezende	89	Carriça	Poiares	Freixo EC
45	Oliveirinha	Valença	S. J. da Pesqueira	90 ²⁶	Saltinho	FEC	Freixo EC

(LEAL 1876-1888, VII, 198-200)

Nota: nesta relação, os “pontos” nem sempre estão localizados pela ordem devida (vd. mais adiante a listagem fornecida por Forrester).

7. O Douro das Arribas e a acção dos embarcadores naturais

Participa o Douro na chamada raia húmida desde a Peña de las Campanas (ao Sul de Castro Ladrões, Zamora), até à confluência do Águeda, entre Vega de Terrón e Barca d'Alva, numa distância de 107km (BLANCO & BUENO 1996, 52), inflectindo nessa zona para Ocidente e a partir daí percorre sempre território português até fenecer no Mar, entre as cidades de Porto e Vila Nova de Gaia.

Tem o curso deste rio um desnível na zona fronteiriça de cerca de 400m, repartidos equitativamente entre ambas as províncias castelhanas, pelo que à de Zamora corresponde uma pendente média de 0,004m e à Salamanca de 0,003m, correspondendo o total do troço a 0,0034m, tudo em valores médios. Assim, por

²⁴ *Passando a agua de certa altura, fôrma um redemoinho, de muitos metros de diametro, digno de ver-se; mas barco que entre n'elle, difficilmente se salva* (LEAL 1876-1888, VII, 199).

²⁵ *É um ponto quasi tão perigoso como o da bulla, quando o rio leva grande volume d'agua* (LEAL 1876-1888, VII, 199).

²⁶ Destes, subsistiam ainda em 1960 (com outras designações em alguns dos casos), 64 que pontuavam o curso do rio (RAMOS 1997, 97).

exemplo nos 20km finais, desde a Barca de Vilvestre até Vega de Terrón, o desnível é de 15m com uma média de 0,00075m. Desde este ponto até à foz na cidade do Porto é um rio (algo) mais manso e navegável, sendo o desnível de uns 120m, com uma pendente média de 0,0006m (OLIVER 1927, 2482, 288).

Desde remotos tempos nele se foi navegando em diversos troços, tanto para o transporte de pessoas como de mercadorias, mas com um carácter marcadamente local que, no caso da raia e desde que a meteorologia o permitisse, era também um meio que facilitava a prática do contrabando.

No troço internacional, o vale extremamente encaixado dificultava os acessos a alguns fundeadoiros naturais aí existentes, pois ao iniciar-se o século XIX todos os caminhos que ligavam à fluviovia duriense não passavam de carreiros de pé-posto, sendo ainda raros por meados da primeira metade do século XX aqueles que permitiam a passagem a carros de dois rodados, havendo apenas um (e na Provincia de Salamanca) que permitia o trânsito com segurança a todo o tipo de veículos, ou seja, a chamada *carretera* de Salamanca ao molhe de Vega de Terrón.

O primeiro caminho que ligou a meseta salmantina a esse porto do Douro, teve carácter militar e pontual e foi construído ao redor de 1809 e 1810 por um indivíduo de alcunho Paulino, destinado a subir a máquina de guerra dos ingleses -aí desembarcada e proveniente da cidade do Porto- que operavam na zona de Ciudad Rodrigo, sendo transportada em carros puxados por várias juntas de bois. Refira-se a título de passagem que Sir Artur Wellesley, foi agraciado pelo governo português com o título de Marquês do Douro em reconhecimento dos serviços prestados contra as hordas napoleónicas (LEAL 1876-1888, II, 481).

Apesar de mal construído e pior conservado, prestou bons serviços ainda em 1818 e 1819 para o transporte de grão a Vega de Terrón. Concluída a “Guerra da Independência” e recuperada a normalidade económica, as boas colheitas obtidas em Castela nas campanhas de 1815-1817, baixaram os preços do cereal, estimulando iniciativas destinadas à exportação de grão para Portugal (ROBLED0 2001, 450). Esse impulso dos baixos preços para um país deficitário em cereal como era Portugal, explica que *en los años 1818 y 1819, llegaron hasta la Fregeneda barcos de porte de mil a tres mil quintales extrayéndose para Portugal algunos millares de fanegas de trigo*²⁷ (BOPS 1835a, 660).

²⁷ Fanega: unidade de capacidade para cereais e leguminosas secas, equivalente aproximadamente a 55,5 litros (MALDONADO 1997).



8. Uma via para o escoamento do cereal castelhano

Considerando o carácter essencial e determinante desta fluviovia para o desenvolvimento provincial e regional, dirigiu a *Diputación* de Salamanca a par com pessoas de prestígio e autoridade na Província, uma informação em Junho de 1821 ao Governo, onde manifestava as inquietações dos lavradores que procuravam uma solução para um comércio que em forma de contrabando vinha utilizando o rio²⁸.

Consequentemente foi nomeada uma comissão *ad-hoc* que veio a concluir pela necessidade de antes de mais se realizar um levantamento das condições do rio entre Hinojosa de Duero e a foz, solicitando-se para o efeito a correspondente autorização ao Governo português.

Mas a *Diputación salmantina* inquietada com o problema agrícola e receando que esse levantamento viesse atrasar a resolução do problema, decidiu fazer este reconhecimento por sua conta²⁹.

O resultado dessa investigação confirmou que o rio era navegável em toda essa extensão, não se encontrando nela qualquer obstáculo insuperável a menos que se pretendesse subir até Fermoselle; considerava além do mais ter o rio bons embarca- doiros em ambas as margens, sendo todavia mais adequados para as operações de embarque e desembarque *los de Fregeneda hasta la quinta de San Martín o Barca de Alba, a la desembocadura del Águeda en el Duero, porque allí va también a parar un camino transitable para todo género de caballerías, el cual a muy poca costa podría hacerse carretero*, encontrando-se nas mesmas circunstâncias o porto das Aceñas de Hinojosa de Duero em frente ao de Freixo de Espada à Cinta já anteriormente utilizado por possuir igualmente acessos. (BOPS 1835b, 704).

Considerava vantajoso Vega de Terrón devido à proximidade de Hinojosa de Duero e Vitigudino que tinha como os sítios mais oportunos para localizar os armazéns gerais que recepcionariam o grão proveniente do interior, o que também já havia sido experimentado nos referidos anos de 1818-1819, em cujo porto chegaram a estar mais de 30 embarcações ao mesmo tempo e por diversas vezes, a maior parte

²⁸ O comércio ilícito era e continuaria a ser uma questão recorrente, assumindo em alguns momentos proporções graves, sendo os cereais o produto contrabandeado por excelência nesta zona fronteiriça (MARTINS 2003).

²⁹ E juntamente com *el jefe político que entonces se hallaba en Salamanca, guiados además, por un sentimiento patriótico y convencimiento íntimo del nuevo ser que recibiría la provincia al facilitarse la inmediata extracción de granos, reconocieron por si mismos el Duero y reuniendo cuantos datos locales eran posibles, tomando informes de los ayuntamientos, de los párrocos y otras personas ilustradas y peritas, naturales o vecinas de aquella parte de la provincia, y del vecino reino de Portugal riveranos del Duero*. (BOPS 1835b, 703).

com capacidade para 1.400 quintais ou fanegas [50 toneladas] que navegavam desde Novembro a Maio inclusive, todos de um mastro com vela, remo e leme [a espadela], ou à sirga (BOPS 1835b, 704).

Da leitura dos parágrafos imediatamente anteriores facilmente se intui que a investigação realizada pelo responsável político da Província e seus acompanhantes se limitou à zona fronteira e mais concretamente, desde a confluência do Águeda às imediações de Vilvestre, empenhando-se em localizar e confirmar os portos naturais e respectivos acessos, labor que não deixa de ser aplaudido, uma vez que a falta destas infra-estruturas complementares limitava grandemente o transporte³⁰.

Levou a instabilidade política nos dois reinos ao adiamento da questão.

Chegado o ano de 1828 o Ministro da Fazenda López Ballesteros, apresentou ao Governo o projecto do Arquitecto Agustín Marco-Artú, no qual detalhadamente se indicavam as obras necessárias *para hacer efectiva la navegación desde Aranda de Duero hasta el puerto de la Fregeneda, a donde llegan en la actualidad barcos procedentes de Oporto*. Revela a facilidade nas obras necessárias à navegação desde Aranda de Duero até Carrascal, por baixo de Zamora, e a dificuldade desde esse ponto até ao cais de La Fregeneda, calculando o investimento em cerca de 28 milhões de reais (ROBLEDO 2001, 451).

É verosímil deduzir-se que os gestores do referido projecto não limitavam as possibilidades de navegação à Província salmantina, mas antes queriam estender essa via de comunicação ao resto de Castela, apontando como limites Aranda de Duero e Valladolid, esta através de uma ligação entre o Pisuerga e o Douro pelo canal de Castilla. Aliás o reconhecimento para essa possibilidade voltou a ser realizado por decisão tomada em 1851 e concluído em 1853 (REVENGA 1854, 93-98)

Mas considerando ser o projecto algo ambicioso para a época, não teve execução (OLIVER 1927, 2482, 290), certamente motivada também pela instabilidade política então vivida.

Certo certo, é que os castelhanos teimavam em utilizar esta “estrada líquida” para dar saída ao pão, fazendo-o por vezes à revelia das autoridades, como é o caso da apreensão de um barco espanhol carregado de trigo na Barca d’Alva, em 27.IV.1830, como no-lo informa o Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta (FERNANDES 1993, 94, 657).

³⁰ E limitou-se à zona fronteira porque, quando a comissão do comércio do Porto (criada por decisão das Cortes Constituintes de 23.VIII.1821), adepta das vantagens da melhoria da navegação do Douro, se viu confrontada com a proposta espanhola para a realização de um estudo conjunto no sentido das embarcações de Castela poderem chegar ao Porto, recusou, alegando que *quaisquer estudos poderiam ser satisfatoriamente realizados por portugueses* para além de que a exportação por parte de Espanha de cereais, vinhos e derivados (que tinham entrada proibida em Portugal), seria inconveniente, temendo as fraudes (PEREIRA 1997, 254).



Promoveram entretanto os Procuradores às Cortes por Salamanca no reinado de Isabel II, a elaboração das bases para um Tratado com Portugal que foi alcançado a 31.VIII.1835, ratificado por ambos os Governos e assinado em Lisboa por Evaristo Peres de Castro e pelo Duque de Palmela. O elaboração do Regulamento para a aplicação deste Acordo foi demorada devido a vicissitudes várias, conseguido por fim a 23.V.1840, sendo subscrito por Francisco Joaquim Maya e João Ferreira dos Santos Silva Júnior, pela parte portuguesa e por Carlos Creus e Juan Rodríguez Blanco, em representação espanhola.

O ponto de partida destas diligências foi uma petição assinada por vários desses Procuradores e aprovada pelo Governo, onde são enumeradas as vantagens em se proceder à melhoria das condições de navegação do Douro, nomeadamente a possibilidade de se resolver *la gran cuestion agraria* do momento, ou seja, qual seria mais vantajoso, importar do estrangeiro o trigo necessário às províncias levantinas e andaluzas, ou fornecê-las com os excedentes castelhanos? (BOPS 1835a, 660)³¹, para além da necessidade dum Convénio com Portugal que levantasse a proibição e facilitasse a exportação (para o Estrangeiro e Ultramar)³², visto ser este um meio de transporte mais barato assim como pelos postos de trabalho que criaria, abrindo um novo campo à indústria espanhola e portuguesa³³ (BOPS 1835b, 704).

³¹ Naqueles destinos os cereais *se pagan a precios exorbitantes, saliendo del reino mucho metálico, los tendrían a precios módicos, pues está averiguado que valiendo el trigo de Castilla de 28 á 30 rs., puede darse el mismo, esportado por el Duero a 46 rs. en Cartagena y otros puertos, y en el día lo tendrían á manos aun por el bajo precio que tiene en la actualidad, y en fin las provincias limítrofes á Salamanca, como Zamora, Ávila y Valladolid, renacerían igualmente y adquirirían un nuevo ser con la salida de sus preciosos frutos* (BOPS 1835b, 704). Não eram no entanto estas regiões tradicionalmente deficitárias em cereais.

³² *...Tales son las ventajas que se conseguirían en concepto del Estamento, si S.M.F. se sirve permitir la venida por Oporto, ó de este mismo punto, de buques particulares que quieran pasar á la Hinojosa por granos, vinos y aguardientes de España para esportarlos por el puerto indicado, si bien con las precauciones que el gobierno portugués juzgue convenientes para evitar fraudes de los especuladores en los términos que se convenga entre ambas potencias, permitiéndose al propio tiempo que allí mismo se hagan depósitos de los espesados géneros o en cualquier otro punto proporcionado con el objeto de ser reesportados, siempre que no convenga a Portugal su venta en aquel reino* (BOPS 1835b, 704).

³³ Ao extenso rol de argumentos esgrimidos juntaram, como vimos, os da economia de escala que tal empreendimento haveria de arrastar consigo: *La propiedad territorial adquiriría por este medio mayor valor, muchos brazos se emplearían en las composturas de carreteras hasta la rivera del Duero, fábricas de toneles se establecerían en la sierra de Francia que tanta proporción de maderas tiene para ello, y tanta necesidad de ocupar su inmensa y lánguida población: los portes en ruedas y caballerías, la carga y descarga de buques, pondrían en movimiento una porción de mans, y en fin varios establecimientos industriales y comercial nacerían, que darían á la provincia de Salamanca una riqueza creada nuevamente y sin menoscabo de nadie* (BOPS 1835b, 704).

Por esta altura também um vizinho de Madrid, José Lafond, propunha o monopólio durante cinco anos da navegação no Douro, o que o Governo recusou, uma vez que contrariava a liberdade de circulação que se pretendia e o estabelecimento das alfândegas necessárias cujas receitas haveriam de reverter para as obras a realizar, revelando no entanto esse gesto, no nosso entender, que os empresários ibéricos acreditavam no futuro dessa fluviovia, se considerarmos como acima se viu, o caso de Oliveira Pimentel de Torre de Moncorvo.

Iniciaram-se as negociações com Portugal e procedeu-se ao reconhecimento da região por forma a que se propusessem as obras indispensáveis para promover a navegação duriense com um embarcadoiro capaz, tarefa cometida ao eng.º de Caminhos e Canais Manuel Caballero Zamorátegui, que com uma dotação de 1.000 reais mensais -a cargo dos fundos destinados a promover e habilitar a navegação do Douro-, iniciou os trabalhos recebendo instruções específicas do director-geral de Caminhos, José Agustín de Larramendi, nas quais limitava a sua actuação ao reconhecimento detalhado do terreno e realização de um croquis com propostas de obras realizáveis a curto prazo, deixando para mais tarde os levantamentos planimétricos e as nivelções necessárias para com eles poder elaborar tanto o projecto como o orçamento (OLIVER 1927, 2482, 292).

9. Vega de Terrón porto natural de Castela

Zamorátegui, num parecer de 30.XII.1835, assinala as obras que se haveriam de executar para habilitar os caminhos, capazes de permitir a passagem de carros desde Salamanca a La Fregeneda e Hinojosa de Duero. Determina ainda a construção de um cais cómodo e abrigado em Vega de Terrón, assim como um caminho de sirga entre esta paragem e as Azenhas de Hinojosa de Duero. Orçamenta estas construções em 146.887 pesetas, das quais, pouco mais de 3.000, destina ao cais de acostagem e ao caminho de sirga, o resto dedica-o ao arranjo de 197km de caminhos (OLIVER 1927, 2482, 292).

As obras propostas por Caballero Zamorátegui para a construção do porto de Vega de Terrón consistiam essencialmente em manter os restos de uma pequena presa e uma ilha existentes no cruzamento dos leitos do Águeda e do Douro, com o fim de que as mesmas actuassem como defesa relativamente às correntes de água. Além disso prevê a construção de um espigão na margem direita do Águeda utilizando no molhe a pedra saída do cerro de apoio. Dispõe a plataforma aproximadamente a 12 pés sobre as águas baixas deste rio, prevendo construir o cais de atracagem mediante uma escavação no leito de 8 pés de profundidade por 200 de comprimento e 30 de largura.



Para facilitar a subida até às Azenhas de Hinojosa de Duero, estima ser apenas necessário aprofundar em seis pés os baixios do leito.

Finalmente considera que facilmente se poderá abrir um *cómodo camino de sirga para el paso de bueyes o caballerías* na parte espanhola que una os dois portos, chamando todavia a atenção para as várias linhas de água existentes, mormente a *cañada del Froya*, recomendando no entanto que se não construa já em vista da economia recomendada e por o não considerar de absoluta necessidade, uma vez que o caminho existente na margem portuguesa aberto para o trânsito operado em 1818 e 1819 se encontrava em bom estado de conservação e, uma vez que teria de contratar pelo menos nos primeiros tempos, “marinheiros” lusos, por não estarem os espanhóis habilitados para o efeito conquanto fossem igualmente vizinhos do rio, mas por o não usarem para as artes da pesca como faziam os da margem direita, então que se mantivesse por ora a alagem por ali (OLIVER 1927, 2483, 311).

Foi o projecto do molhe aprovado em 17.II.1836, determinando-se a sua imediata construção para que as obras estivessem concluídas até ao Verão. Iniciadas estas, não demoraram a surgir os problemas devido a desentendimentos entre Zamorátegui e o arquitecto encarregado de as realizar, Francisco Nieto, ao ponto de em Janeiro de 1838 a *Diputación* provincial, partidária do sistema proposto por Nieto, ter proposto à Rainha reinante a destituição do engenheiro.

Em consequência, foi o eng.º Pedro Severo Robles encarregado da redacção do projecto e planos para a construção dos caminhos entre Salamanca e Béjar a Ávila, recomendando-se-lhe ao mesmo tempo que, sem intervir nos trabalhos a cargo de Caballero, estivesse no entanto atento e, discretamente fosse informando.

A breve trecho passou Severo Robles a ter a responsabilidade da direcção de todos os caminhos da Provincia de Salamanca, ficando Zamorátegui afastado dessas obrigações.

Foi a construção dos dois acessos ao Douro adjudicada a 9.XII.1838, pela quantia de 18.112,50 pesetas. Conforme o relatório de Robles, durante o exercício anterior, o montante investido tanto nos caminhos de acesso como nos cais, ascendera a 17.163,75 pesetas.

Consideraram-se as obras concluídas a 21 de Maio, data a partir da qual os *carros con toda carga y cualquier otro carruaje* puderam aceder a Vega de Terrón, se bem que operações de carga e descarga entre estes e as embarcações não fossem possíveis por existir uma diferença de cota de 14m entre estas e o limite dos molhes. Para evitar este inconveniente foi proposto a construção de um caminho em zig-zag que teria um custo de 300 pesetas.

Pelo exposto se poderá concluir que os dois técnicos responsáveis pelas obras, dedicaram os seus esforços à construção de caminhos que permitissem o acesso às margens do Douro em Vega de Terrón e às Azenhas de Hinojosa de Duero, pois findo o ano de 1839 nada se tinha feito relacionado directamente com a navegação do rio nem melhorado as condições dos cais de atracagem (OLIVER 1927, 2483, 312).

Durante o ano de 1841, para além da assinatura do Regulamento para a aplicação do Convénio de 1835, celebrou-se uma reunião em Cantalapiedra a 20 e 21.VIII.1841, em atenção a uma *Orden de la Regencia del Reino*, com o objectivo de se conseguirem os meios para levar a cabo as obras no sentido de converter o rio numa via dotada das estradas e dos cais necessários.

Sendo aí decidido:

- 1º Que a província de Ávila se encarregasse da construção de uma estrada de Ávila a Salamanca na sua jurisdição e contribuísse para as obras de acesso ao Douro desde La Fregeneda e Vilvestre aos portos, com sete partes das trinta e seis que constituíam o seu custo total.
- 2º Que a de Valladolid empreendesse imediatamente a construção da estrada de Valladolid a Salamanca na sua jurisdição e contribuísse para as despesas daqueles acessos com cinco partes.
- 3º Que a de Zamora procedesse à reabilitação do caminho que vai desde a sua capital a Vilvestre e La Fregeneda e contribuísse para os acessos citados com dez partes.
- 4º Que a de Salamanca arranjasse as calçadas de Ávila, Zamora e de Valladolid na sua jurisdição e a do Douro até La Fregeneda; contribuiria ainda com catorze partes para as despesas com os acessos ao Douro.
- 5º Que as *Diputaciones* provinciais que não dispusessem de fundos nem capacidade em os adquirir, propusessem urgentemente os montantes que achassem necessários.
- 6º Que se pedisse ao Governo que, com fundos do Estado, se realizassem todas as obras indispensáveis no Douro para facilitar a carga e descarga de mercadorias, que assegurasse a estadia das embarcações nos cais de acostagem e permitisse a navegação até ao porto de Vilvestre.
- 7º Que se solicitasse ao Governo a nomeação de um engenheiro que estudasse a ligação do canal do Pisuerga com o porto antes mencionado.
- 8º Que se sensibilizasse o Governo para que reclamasse do de Portugal o cumprimento do Tratado sobre a livre navegação do Douro, do ano de 1835.



O resultado prático desta reunião foi nulo devido a uma multitude de factores, entre os quais as dificuldades económicas da época e *el carácter del castellano, tan refractario a los trabajos en colaboración*, no dizer do autor citado. Ficou no entanto evidenciado o interesse das quatro províncias representadas em dispôr a breve trecho de um meio de transporte que as ligasse ao mar, empresa que julgavam de acessível realização e resultados altamente positivos (OLIVER 1927, 2483, 313).

10. A acção do Barão de Forrester

Paralelamente em Portugal, entre 1831 e 1844, move-se um personagem com iguais preocupações. Falamos de Joseph James Forrester, súbdito britânico, produtor e comerciante de vinhos estabelecido no vale do Douro e a cujo conhecimento dedicou vários anos da sua vida (e a própria vida³⁴) e certamente pingues cabedais. Elaborou um levantamento científico como contributo à sua navegabilidade, criando vários mapas, o primeiro dos quais, o *Map of the Wine District off the Alto Douro*, tem a sua primeira edição em Londres no ano de 1845, concluindo entretanto um outro igualmente impresso na capital inglesa em 1848 (GUIMARÃES 1998, 13) e sobre o qual aqui nos debruçaremos.

A 8.XI.1841 subiu o rio de barco desde o Porto até ao Salto da Sardinha (cerca de 2km a montante da Barca de Vilvestre) em companhia do capitão Diego Köpke e A. Roquemont, referindo ser aquela a primeira embarcação a alcançar o dito ponto.

Intitula-se o mapa, bilingue (inglês e português), *The Portuguese Douro and the Adjacent Country and so much of the River as can be made Navigable in Spain by Josh. Forrester, H.M. Royal Geographical Society of Berlin; R. A. L, Lisbon & Oporto; F.R.G.S., Paris & London; C.M., L.Z.S., &c* e possui as dimensões de 2,84m por 0,64m.

Nele se descreve o rio Douro, à escala 1/60.000, desde o Atlântico até ao Salto da Sardinha (cerca de 2km a montante da Barca de Vilvestre), assinalando com o seu nome e número de ordem, os duzentos e dez *pontos*³⁵ existentes que embaraçavam a navegação, segundo o seu critério (FORRESTER 1848; OLIVER 1926, 2467, 428).

³⁴ Foi-lhe em vida atribuído por Portugal através do rei-consorte D. Fernando II, em 1855, o título de Barão de Forrester; morreu num naufrágio ocorrido no Cachão da Valeira a 12.V.1861 (GUIMARÃES 1998, 14).

³⁵ Segundo Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia (Porto), *Os povos das duas margens do Douro, dão o nome de ponto – e tambem galleira – ao sitio do rio em que a navegação se torna perigosa, em razão de correr a agua com vertiginosa rapidez, por entre rochedos* (LEAL 1876-1888, VII, 197).

Mas outros detalhes são descritos no mapa³⁶:

Um croquis do rio à escala 1/480.000, no qual figura a distância-tempo (relativa a uma légua) necessária a uma embarcação para descer o rio, tanto no Verão como no Inverno.

Um croquis geológico à escala 1/800.000, da região vinícola denominada “Alto Douro”.

A distância em léguas portuguesas entre os pontos mais importantes do rio.

Uma relação das 48 barcas recenseadas à época, para cruzar o rio, mais 10 na foz de outros tantos afluentes.

Nove quadros relativos a outras tantas paragens do Douro, transmitindo uma visão clara das características do seu curso.

No mapa figuram ainda várias notas, nelas se descrevendo sucintamente o percurso do rio desde a Serra de Urbión ao Atlântico, a sua lonjura em território português que calcula aproximadamente em 31 léguas portuguesas (cerca de 190km), alguns aspectos relativos ao seu leito e correntes, desfiladeiros e cachoeiras e outros obstáculos que dificultam a navegação e a tornam perigosa.

Considerava haver condições que permitissem a navegação até à Barca de Vilvestre, mas não a montante desta por serem os entraves de tal grandeza que, para tal se conseguir e apenas parcialmente, se exigiriam grandes somas de dinheiro e sem compensação considerando a relação custo-benefício (FORRESTER 1848).

Juntamente com o rol de obstáculos o autor inclui uma série de procedimentos que, em sua opinião, e ao menor custo possível, possibilitariam a navegação, propondo para tal a explosão de alguns dos obstáculos, melhorar as margens e proceder à limpeza dos fundos do leito do rio de acordo com os calados das embarcações que haveriam de sulcar as suas águas.

Faz além disso algumas reflexões sobre as vantagens económicas que tanto para Espanha como para Portugal haveria de advir desta empresa, toda ela em consonância com o Tratado para a livre navegação susbcrito em 1835 e o Regulamento para a sua aplicação, de 1840.

Lembra o interesse deste empreendimento tanto para a lavoura duriense e a das suas províncias, como para os comerciantes da cidade do Porto e de todas as classes sociais do Norte de Portugal, sendo até uma questão de vida ou de morte para os arrais e marinheiros do Douro, não havendo ano em que se não registasse o naufrágio de várias embarcações, a destruição de quintas e perda de vidas humanas,

³⁶ Também acedemos a este documento (verdadeira obra artística) através de uma reedição à escala natural existente na Casa Municipal de Cultura da Mêda (Ago2007).



para além de se demorar na viagem do Porto à Barca d'Alva geralmente quinze dias (OLIVER 1926, 2467, 529).

Considera ainda o autor inglês a necessidade de regular os diferentes afluentes do Douro, já que o regime das suas águas incide sobremaneira nas daquele; que seriam precisas obras para a criação de caminhos de acesso aos pontos de atracagem, especialmente em Portugal, porquanto se encontrarem as estradas de acesso ao Douro *quasi* intransitáveis.

Arrematava afirmando que em face do exposto, era impossível ao lavrador português competir com o especulador espanhol, pois uma fração importante da grande quantidade de trigo que produziam, a baixo custo, facilmente e com pouca despesa se transportava até a fronteira transpondo-a em forma de contrabando, situação que não prejudicava somente o lavrador português como toda a economia, uma vez que o especulador não adquiria em troca produtos nacionais mas recebia divisas (FORRESTER 1848; OLIVER 1926, 2467, 530).



O ponto do Cachão da Valeira no mapa de Forrester (fragmento) – (FORRESTER 1848)

Por ter sido considerado o mapa de interesse nacional, resolveu a Rainha Maria II isentar de taxas aduaneiras a sua introdução em Portugal, por diploma de 01.IV.1848.

Foram os trabalhos de Forrester seguidos com interesse e expectativa tanto pelos meios económicos como políticos das zonas adjacentes ao vale do Douro, vendo neles um contributo à melhoria dos meios de transporte e consequente comercialização dos vinhos e produtos agrícolas das suas regiões, desenvolvendo-se iniciativas destinadas a oferecer-lhe o apoio institucional e em muitos casos transmitindo-lhe mensagens de ânimo e gratidão, no sentido de que se alcançasse com êxito a conclusão da obra.

A atenção despertada teve acolhimento na imprensa do Porto, realizando o “Periodico dos Pobres no Porto” de 15.IV.1843 uma detalhada reportagem sobre o conteúdo do aludido mapa (FORRESTER 1844; RIVAS & ABREU 2006).

10.1. Relação numérica dos 210 pontos do Rio Douro (sentido descendente)

1	do Salto da Sardinha	54	do Pennedo da Vide	107	de Chancelleiros	160	do Cadão
2	de Mazouco	55	da Pena Redonda	108	da Cachucha (o Ferreiro)	161	do Boraco-do-Cadão
3	do Fragão de Vilvestre	56	2.º da Pena Redonda	109	da Cachucha (a Leonora)	162	do Penedo da Viola
4	da Barca de Vilvestre	57	3.º da Pena Redonda	110	d’Oliveira	163	das Figueirinhas
5	do Rio Escuro	58	do Saião (2)	111	do Olho da Cabra	164	de Lovazim
6	dos Canaes dos Frades	59	do Salgueiral	112	do Canal da Moura	165	de Sizalde
7	das Azenhas de Manuel Luiz	60	do Raio	113	do Secco das Ortigas	166	do Touro
8	das Azenhas da Pintura	61	2.º do Raio	114	Novo d’Aguilhão	167	da Golinha
9	das Azenhas de Joze Maria	62	3.º do Raio	115	do Ferrão	168	do Pinheiro
10	de Sauzelhe	63	da Telhada	116	do Secco do Ferrão	169	da Bulla
11	das Azenhas do Seixo	64	2.º da Telhada	117	d’Amoreirinha	170	da Insua da Bulla
12	do Pélago	65	do Torrão da Murça	118	do Lodinho	171	do Coelho
13	do Fragão de Sauzelhe	66	das Azenhas de D. Anna	119	de S. Martinho	172	de Monçella



14	da Fialhoza	67	da Volta d'Andreza	120	do Caleiro	173	do Malhão de Monçella
15	2.º da Fialhoza	68	de Sermenha	121	do Outeiro	174	da Tijeira
16	Azenhas das Vinhas do Douro	69	da Colleja	122	dos Canaes	175	de S. Felipe de Nery
17	da Jangada	70	das Figueiras	123	da Pedra Caldeira	176	do Estação
18	do Silvestre	71	2.º das Figueiras	124	de Bagaúste	177	da Gorça
19	da Carriça	72	da Teja	125	2.º de Bagaúste	178	do Coucinho
20	da Ilha das Garças	73	da Trilhoeira	126	do Corgo	179	da Forcada
21	do Agueda	74	do Arnozello	127	2.º do Corgo	180	de Armenteiro
22	2.º do Agueda	75	do Cadãozinho	128	3.º do Corgo	181	de Ruivas
23	3.º do Agueda	76	2.º do Cadãozinho	129	da Junqueira	182	do Sacerdote
24	do Sílio [Silho!]	77	dos Canaes	130	das Poças	183	da Rapinha
25	do Pombal	78	de Vargellas	131	do Santinho	184	da Carranca
26	2.º do Pombal	79	de S.º Xisto	132	da Pesq.ª dos Lodos	185	da Fontainha-de-Gravato
27	d'Atalaia	80	2.º de S.º Xisto	133	da Corvaceira	186	dos Sete Rios
28	de Sam Sibrão	81	3.º de S.º Xisto	134	da Sermenha	187	de Quebra Mastro
29	2.º de S. Sibrão	82	da Ripança	135	do Conde	188	do Navio
30	3.º de S. Sibrão	83	de Caçarelhos	136	da Rede	189	da Fisga
31	da Olga	84	do Cachão da Pesqueira	137	do Sapo	190	da Seixeira
32	2.º da Olga	85	da Baleira	138	de Gradins	191	do Gonçalo Velho
33	3.º da Olga	86	2.º da Baleira	139	dos Nasc.º do Bernardo	192	do Pego da Volta
34	da Saraiva	87	da Colmaça	140	do Caramancho	193	de Escarnide
35	2.º da Saraiva	88	d'Alegria	141	da Pedra dos Olhos	194	da Baruga
36	3.º da Saraiva	89	2.º d'Alegria	142	da Carregoza do Piar	195	dos Fieis de Deos
37	d'Urnes [Urros?]	90	da Rapa Velha	143	do Piar	196	das Pesqueiras de Fome
38	2.º d'Urnes [Urros?]	91	do Loureiro do Tua	144	da Sn.ª de Boa Viagem	197	do Vazeiro
39	3.º d'Urnes [Urros?]	92	dos Malvedos	145	das Pedras do Bispo	198	do Galinheiro
40	das Tulhas	93	2.º dos Malvedos	146	da Raiva	199	da Figueira
41	2.º das Tulhas	94	3.º dos Malvedos	147	do Loureiro	200	do Tojal

42	3.º das Tulhas	95	do Clerigo	148	da Ripança	201	das Pesq.ª do Tojal
43	das Azenhas do Cõa	96	de Roriz	149	de Diabude	202	da Pedraça
44	do Predo	97	da Carrapata	150	do Bico	203	do Couçe de Torneiros
45	da Açoreira	98	do Frete	151	de Pelame	204	da Sen.ª da Cardia
46	do Pocinho	99	do Roncão	152	da Laje	205	2.º da Sen.ª da Cardia
47	2.º do Pocinho	100	da Roeda	153	da Font.ª do Porto de Rey	206	do Guarda Trez
48	das Azenhas dos Frades	101	da Carregação	154	das Anchoras	207	da Retorta
49	da Barca Velha	102	da Cerdeira	155	da Irmandade	208	d'Arca dos Bebêdos
50	2.º da Barca Velha	103	das Marcas	156	do Requeixo	209	de Covas
51	do Sabor	104	do Bucheiro	157	da Mogueira	210	das Pedras de Linhares
52	2.º do Sabor	105	das Sopas	158	do Canedo		
53	3.º do Sabor	106	da Oliveirinha	159	da Figueira Velha		

(FORRESTER 1848)

11. As diligências realizadas por meados do século XIX

Através duma Circular do governo da Provincia de Salamanca publicada a 12.IV.1847, têm instituições e pessoas a possibilidade de se pronunciarem acerca dos *projectos facultativos referentes à la construccion de las carreteras desde esta capital á los embarcaderos de Duero, à Estremadura por el Puerto de Baños, y á la plaza de Ciudad Rodrigo* (BOPS 1847, 180)³⁷.

Destas, alega por exemplo António Fernández Gorfón, vizinho de Vitigudino, que no troço internacional, o vale extremamente encaixado dificultava o acesso a eventuais fundeadoiros naturais, mesmo reconhecendo a existência de três deles entre Vega de Terrón e a Barca de Vilvestre, com boas condições para serem adaptados a cais, como sejam, o de Vega de Terrón no termo de La Fregeneda, o das Azenhas em Hinojosa de Duero (a jusante da embocadura do Huebra) e, o de Manga Garzón,

³⁷ ...dando la posibilidad a que los ayuntamientos, como las personas entendidas y prácticas en el país, que lo tuvieren por conveniente, puedan contribuir con sus observaciones á ilustrar assunto de tan vital interés... (BOPS 1847, 180).



no de Vilvestre (ou o de Pandera³⁸, localizado entre os termos de Vilvestre e o de Mieza), ponto onde até o rio era navegável, defendendo o fundeadoiro de Hinojosa de Duero sobre o de La Fregeneda devido a uma maior facilidade no acesso.

Na exposição do deputado provincial por Vitigudino, Lucas Martín de Martín, também se considera o porto de Hinojosa de Duero em vantagem sobre o de La Fregeneda, por ser este insuficiente tanto ao nível do acesso porque demasiado declivoso, como por ser aí estreita a margem e o rio não reunir condições para carregar quatro barcos ao mesmo tempo, enquanto que o de Hinojosa de Duero, sem obra alguma, era suficientemente capaz e espaçoso tanto o rio como a praia para nele se carregarem cem ou mais embarcações de cada vez e possuir um caminho há vários anos aberto a expensas provinciais. Devia ainda para complemento da navegação habilitar-se o porto em Manga Garzón, apesar das várias dificuldades para até ele subirem os navios.

Por seu turno, o *Ayuntamiento* de Vitigudino, sugere a abertura de um embarcadero no ponto de Manga Garzón ou no de Pandera, que indica seria de grande utilidade para a exportação de cereais, desde Zamora (OLIVER 1927, 2482, 290)

Em 15.XII.1855, por decisão da *Dirección General de Obras Públicas*, emitiu o eng.º García San Pedro um relatório acerca da navegabilidade do rio Douro (OLIVER 1927, 2470, 51-53).

No pedido solicita-se ao engenheiro um reconhecimento minucioso e exaustivo do rio em Portugal. Não foi a referida decisão executada na totalidade, por razões que de momento desconhecemos, uma vez que o reconhecimento *in situ* se não realizou, não obstante ter García San Pedro reunido uma série de informações que ilustram claramente as dificuldades existentes na época para sulcar as águas do Douro, apesar de algumas confusões na localização dos topónimos assim como de secções do rio que tenta descrever, próprio de quem não pisou o terreno.

Refere as falésias abruptas, os meandros de apertado raio, canal navegável estreito e fortes declives, com penhascos no leito, remoínhos, cascatas e águas arrebatadas ou insuficientes, consoante a época do ano, para além dos obstáculos antrópicos, como as presas e açudes das moendas, cuja remoção o Governo português planeava.

³⁸ Descrito em 1758 como os *cachois de Pandeira; os quais lhe impedem de ser navegavel; especialmente quando vai baixo e leva menos agoa; Em primeira cachoeira ha hua azenha de moer pam. E em a segunda cachoeira ha sinco moinhos tambem de moer pam; cujas levadas lhe nam impedem a ser navegavel por levar sempre muita agoa e nam cortarem todo o dito Rio* (ABREU 1990, 27).

As cheias de inícios de Outono e Primavera eram as mais perigosas para a navegação conquanto as águas ordinárias dessas estações do ano fossem as mais favoráveis, tanto pelo seu caudal como pela velocidade.

Durante as maiores enchentes tornava-se a navegação impossível momentaneamente nos mais notáveis desfiladeiros devido à correnteza e aos numerosos remoínhos que se formavam.

Mesmo com mediano caudal havia perigo em algumas paragens devido aos afloramentos rochosos existentes no seu leito e, com as águas baixas e pela mesma razão mas desta feita devido às presas.

As embarcações subiam do Porto à Régua com sirga de bois, excepto em certos treços onde isso não é possível sendo substituídos por homens, não sendo mesmo praticável tal auxílio por razão das falésias existentes. Nesses trechos empregavam-se remos e vela quando isso era viável e o recurso existia.

Na descida desde Vega de Terrón ao Porto empregavam-se barcos grandes cada dois dias e meio e os pequenos entre quatro e cinco. Para a subida o percurso dura entre quinze a vinte dias, com vento desfavorável, caso contrário são suficientes seis a oito jornadas.

À época (1855), percorriam o rio cerca de 600 embarcações, algumas das quais podiam transportar até 60 toneladas com águas propícias, caso contrário a carga reduzir-se-ia das 21 às 15 ton., e ocasionalmente às 4.

As tripulações variavam entre 6 e 18 homens, em função das características da embarcação e das condições de navegabilidade que o rio apresentava, sendo sempre constituídas por portugueses.

Exportava a Espanha por esta via fluvial, cereais, farinhas, lãs, cortiça e outros produtos que, uma vez chegados ao Porto, seguiam por via marítima para as costas espanholas, incluindo o Levante, e o estrangeiro. Os géneros agrícolas portugueses que o desciam, eram sobretudo vinhos e cereais e outros excedentários procedentes de Trás-os-Montes e Beira Transmontana.

Subiam em direcção a Espanha couros, alúmen, alpiste e *alguna cosa que otra de procedencia extranjera*, mas em pequenas quantidades, pois a dupla tributação assim o exigia. Somos informados da existência em território espanhol de *bastantes capitalistas que se dedicam al negocio de exportar granos a Portugal*, havendo-os em igual ou superior número, que os introduziam através do contrabando.

Existiam no Porto três companhias com sucursais na Barca d'Alva que asseguravam o transporte das mercadorias ao preço de 2%.

Concluía aquele técnico que as obras necessárias para que a navegação se pudesse levar a cabo com regularidade e segurança ao longo de todo o ano, *serían*



costosíssimas, devendo de momento limitar-se às estritamente necessárias para que de Outubro a Junho se pudesse circular com tranquilidade com águas normais, pois suspendia-se durante as cheias.

Deveriam consistir essas obras na destruição através de explosivos de algumas rochas do centro do rio, na supressão de alguns braços ou derivações do canal motivados por línguas de areia e na construção de caminhos de sirga, mormente na metade superior do Douro português, com *la posibilidad de sustituir la sirga por remolcadores con motor de vapor* (OLIVER 1927, 2470), solução que à época já se vinha defendendo até para fazer face à concorrência do caminho-de-ferro que ora começava (ROP 1859). Aliás vários estudos se publicaram na Europa do tempo como contributo à melhoria da navegação dos rios (ROP 1856) bem como à construção dos respectivos portos (VALLE 1860).

Declara-se Garcia San Pedro francamente partidário de que se façam todos os esforços no sentido de facilitar a navegação, considerando os elevados interesses para a economia espanhola (OLIVER 1927, 2470).

A primeira empresa de navegação no Douro por meio de *alagem a vapor* (The Douro Steam Towage Company, limited) veio a ser concessionada em 1884, através da transferência da concessão de uma outra estabelecida para o transporte regular de passageiros e mercadorias através do sistema *de reboques Meger e Werneigler, ou por outro mais moderno* (LEAL 1876-1888, X, 491).

12. O transporte fluvial anima o comércio

Desempenhou o sítio de Foz Tua certa relevância económica devido ao seu porto, pelo menos desde finais do século XVII (COSTA 1868-1869, 368), detendo em 1721 *mais de 80 armazens em que muita gente deste Concelho [Ansiães] e Provincia fas grandes negocios, em todo o genero de fazendas por ser o melhor porto de contrato e desembarcação que tem o rio Douro da cidade do Porto para cima, donde por elle se socorre esta de muitos frutos, e mantimentos, e esta Provincia e ainda o Reino de Castella de muitas fazendas* (MORAIS & MAGALHÃES 1985, 26). Aliás, este rio terá sido alvo de alguns estudos no sentido de o tornar navegável, a fazer fé no discurso pronunciado na Câmara dos Deputados a 9.III.1861 em defesa da construção de *um lanço de caminho de ferro pela margem direita do Tua, desde Mirandela á villa de Abreiro e d'aqui uma estrada a macadame por Alijó e Favaios para o caes do Pinhão, continuando depois o transporte pelo rio Douro*³⁹ (ALVES 1975-1990, IX, 224).

³⁹ visto que a ideia de tornar navegável o rio Tua, outr'ora julgado essencial para fomentar a riqueza transmontana, era inexequivel em razões das graves difficuldades e grandes despesas que a sua

Constituiu-se entretanto a foz do rio Sabor ao longo do século XIX também como entreposto do comércio fluvial duriense, sobretudo para escoar os produtos agrícolas do Distrito de Bragança, mormente do próprio Vale da Vilarça⁴⁰, considerando os armazéns aí existentes e as companhias bancárias e de seguros instaladas (margem direita). Por carta de 16.XI.1871 o administrador do Concelho de Torre de Moncorvo, informa o Governador Civil que o valor das apólices efectuadas no *Cais do Sabor* pelos géneros exportados nos anos de 1868 e 1870, foi de 147.860\$715 e 134.009\$600 réis respectivamente (ANDRADE 1995).

A relevância deste porto durante o século XIX está patente no facto de ter dado origem a uma nova povoação e também na decisão da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo ter construído entre 1885 a 1888, uma estrada a ligar a Vila ao lugarejo anexo do Rêgo da Barca, junto à foz (margem esquerda), quando no início do século XX possuía este Concelho apenas 35km de estrada a *macadam* (PEREIRA 1908, 47/67-68).

Através do escritor torremoncorvino Campos Monteiro conhecemos uma descrição da viagem realizada por volta de 1884 no *barco de carreira entre a foz do Sabor e a do Tua* (local aonde no ano anterior chegara o comboio na Linha que avançava para montante). Numa hospedaria do Rêgo da Barca se instalavam os passageiros que iam chegando para apanharem o barco que partia pelas 2 horas da madrugada, às terças e sextas-feiras, largando *carreiro abaixo o grupo dos forasteiros, de essa vez bastante numeroso, em linha como as formigas, malas na mão, sacas ao ombro, atrás do moço da estalagem, que marchava na testa erguendo um lampião*, logo que ecoava a buzina do arrais anunciando a partida (MONTEIRO 1995, 291-293)⁴¹. Foi esta mesma viagem realizada e referida por Pinho Leal (LEAL 1876-1888, X, 488).

realização demandava, como os estudos feitos nesse sentido já ha muito tempo haviam demonstrado (ALVES 1975-1990, IX, 224).

⁴⁰ A utilidade da navegação do rio Sabor na Vilarça, foi também equacionada por alguns técnicos. Registe-se a propósito, a sugestão do eng.º Sousa Brandão (presidente da Associação dos Engenheiros Cívís Portugueses), por 1880: *O valle da Villariça, tão productivo e tão nomeado pela abundância e pelo sabor dos fructos que produz, apresenta um declive pequeno nos primeiros 20 kilometros, com o desnível de 40 metros proxivamente, que, attendendo ao declive da corrente em canal seria de 35 metros. Estes, divididos por eclusas de 2 metros, dariam logar a 18 eclusas. Podia pois fazer-se em toda a extensão de 20 kilometros um canal de rega e de navegação, que seria sem duvida uma das mais uteis empresas d'este genero no nosso paiz, e das primeiras que cumpriria executar, se se iniciasse esta especie de obras em Portugal* (BRANDÃO 1880, 174-175).

⁴¹ *Ao fundo do areal, a sombra do comprido rabêlo dava a impressão de um animal antediluviano encailhado ali. Saltámos para dentro. Cada qual procurou lugar ao som das suas predilecções, na grande bancada que circundava a metade posterior do barco. (...) Apagaram-se as luzes de bordo, "que cegavam os olhos – explicou o arrais – a quem precisava de ver no escuro". Os marinheiros tomaram*



Mas o transporte de mercadorias através do rio foi decrepitamente subsistindo para além da chegada do caminho-de-ferro ainda durante mais de meio século, o que é compreensível, apesar de condenado⁴², pois centos de anos de cultura fluvial não permitiriam um corte radical com o passado, como acontece aliás com todas as revoluções. Conta-nos o ancião Manuel “Menezes”, conterrâneo e querido amigo, que na década de 1930 colaborou na carregação de pipas de vinho, em barcos com capacidade para 60 ou 70 cascos (1 pipa = 550 litros), transportando-as em carro de bois desde o armazém de Adelino de Menezes (nosso antepassado) na aldeia da Foz do Sabor, até ao cais no Douro, recordando um atraso na chegada de um dos barcos pela dificuldade em subir o rio, tendo de ser puxado pela tripulação a partir das margens.

Há aliás registo de que em 1942, 6 % do transporte de vinhos do Douro para o Porto e V. N. de Gaia ser realizado através deste meio de transporte e, em 1961 ainda circularem com essa mesma finalidade cinco rabelos entre Freixo de Numão e V. N. de Gaia, fazendo entre 12 a 16 viagens anuais (CARDOSO 1998, 118 (1)).

Quando a 14.VII.1879 o Povo de Barqueiros⁴³, terra de arrais e marinheiros, se deslocara em romaria ao Lugar da Ferreira, onde recentemente se construía a Estação do Bernardo, para assistir à chegada da locomotiva inaugural, não imaginaria que essa data marcaria o princípio do fim dum ancestral modo de vida das gentes daquele antigo Concelho (OLIVEIRA 1998, 143).

13. Em jeito de conclusão

Mas os melhoramentos prosseguem, lentamente, possibilitando a regularização dos caudais do Douro e seus afluentes em terras castelhanas, a par com um plano

os seus postos. - “Larga!” bradou uma voz. Cravando a ponta do croque na areia, um rapazote da tripulação fêz fincapé, afastando da margem a pesada barcaça. - “Réma p’ra o pégo!” - mandou o patrão. Ouviram-se os remos a cair na água. E nada mais se escutou, depois, senão aquele chapechape compassado e o murmúrio sinistro da corrente. (...) E era bem uma sensação de terrôr a que todos nós sentíamos, dentro de uma frágil e já carcomida construção de madeira, à tona de aquele “rio de mau nevegarr”... (MONTEIRO 1995, 293-294).

⁴² Como era previsível para o Ab.º de Miragaia: *Concluído o caminho de ferro do Douro, é muito provável que cesse quasi completamente a navegação d’este rio* (LEAL 1876-1888, VII, 198), apesar de a par com o projecto ferroviário se continuar a acreditar nas virtudes da navegabilidade, pois entre outros, por volta de 1884, se projectou a abertura de dois canais paralelos ao curso natural do rio na região do Alto Douro, tomando-se a água em Miranda (LEAL 1876-1888, X, 491-492).

⁴³ Extinto em 1836 e anexado ao Concelho de Mesão Frio (OLIVEIRA 1998, 144 (22)); pertenciam a este Concelho a totalidade dos marinheiros transmontano-durienses entre finais do século XVIII (MENDES 1981, Quadro XIII) e finais do século XIX (OLIVEIRA 1998, 138).

de aproveitamento hidroelétrico em Portugal, levado a cabo entre 1961 e 1986, durante o qual se construíram cinco barragens (no troço somente português) dotadas de eclusa, com dimensões que permitem a sua transposição por embarcações de grandes dimensões: 83m de comprimento; 11,40m de boca; 3,8m de calado; e uma capacidade de transporte até 2.500 toneladas.

Foi a barragem do Carrapatelo a primeira delas a ser construída (1971) sendo contemplada com uma das maiores eclusas do mundo, vencendo um desnível de 35m, constituindo a primeira realização nacional neste domínio a pensar na viabilidade da exploração do jazigo de ferro de Torre de Moncorvo (ABREU 2000).

Seguiram-se as da Régua (1973), Valeira (1976), Pocinho⁴⁴ (1983) e Crestuma-Lever (1986), sendo nesse mesmo ano aberta ao tráfego a primeira secção do rio (Porto – Régua) e em 1990 aberta a via navegável em toda a sua extensão após a realização de algumas obras de dragagem para rebaixar e alargar o leito a jusante dos aproveitamentos hidroelétricos, conquistando-se assim (em parte) o sonho da navegação fluvio-marítima acalentado durante séculos⁴⁵ (IPTM... a).

Dizemos que o sonho se conquistou apenas em parte, porque existem ainda vários condicionantes que inviabilizam a exploração comercial plena do rio, frustrando assim (e mais uma vez) as expectativas espanholas, apesar do interesse nessa exploração por ambos os países, pois um navio pode transportar o equivalente à carga de 100 camiões de 25 ton, ou de 11 composições ferroviárias com 11 vagões de 20 ton., com os inevitáveis ganhos tanto nos preços como na redução das emissões de gases poluentes.

Possui o canal de navegação desde o Porto a Vega de Terrón uma extensão de 210km, com 60m de largura em leito aluvional e 40m em leito rochoso. Está balizado com bóias vermelhas na margem direita e verdes na esquerda (IPTM... b).

⁴⁴ Aliás, esta barragem era a única para a qual o relatório de navegabilidade do Douro (1961) não previa eclusa, pelo simples facto de se localizar a montante do jazigo de ferro de Torre de Moncorvo; a sua exclusão motivou fortes críticas porquanto afastava a navegação da fronteira (MARTÍNEZ & GONZÁLEZ-NOVO 1998).

⁴⁵ Dizemos em parte, porque sobretudo para os espanhóis esse continua a ser um projecto adiado, malgrado os investimentos realizados em Vega de Terrón entre 1984 e 1994 (Rebollo...), como deixam antever títulos da imprensa salmantina do tipo *El muelle de la discordia* (ZAMARBIDE 2002), ou *Réquiem por Vega Terrón* (FERNÁNDEZ 2002); ou mais ainda recentemente, no âmbito da Fundación Rei Afonso Henriques, que esta *se convertirá en un grupo de presión para que la navegabilidad del Duero sea una realidad; una vía económica de transporte de mercancías* (ARIZAGA 2006).



14. Bibliografia

- ABREU 1990 – ABREU, Carlos d', *O Concelho de Freixo de Espada à Cinta no Século XVIII Segundo dois manuscritos inéditos. Memórias da Academia Real de História (1721). Memórias Paroquiais (1758)*, Douro Arqueológico, Caderno 1, Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo, Torre de Moncorvo, Edições Afrontamento, 1990.
- ABREU 2000 – ABREU, Carlos d', *Mineração e metalurgia em torno do jazigo de ferro de Torre de Moncorvo*, in: Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VIII – “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica, Porto, Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (ADECAP), 2000 [Março de 2002], 367-382.
- ABREU 2005 – ABREU, Carlos d', *O troço desactivado da Linha do Douro (Pocinho – La Fuente de San Esteban): um caso de Património Arqueológico Ferroviário a defender*, Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (29.IV – 02.V.2004), in: Côavisão cultura e ciência, n.º 7, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal, 2005, 101-131.
- ALVÃO 1995 – ALVÃO, Domingos, *O Douro de Domingos Alvão*, Encontros de Fotografia (15.ª ed.), dir. Albano da Silva Pereira, Coimbra [clichés da Fotografia Alvão, do Porto, encomendadas pelo IVP em 1933], 1995.
- ALVES 1975-1990 – ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11 vol.s, Bragança, reedições *fac-similadas* do Museu do Abade de Baçal, 1975 a 1990.
- ALVES 1994 — ALVES, Francisco J. S., *Lisboa submersa*, in: Lisboa Subterrânea, catálogo da exposição com o mesmo nome realizada pela Sociedade Lisboa'94, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, 126-139.
- ALZOLA 2001 – ALZOLA Y MINONDO, Pablo de, *Historia de las Obras Públicas en España*, 3.ª ed. (1.ª 1899; 2.ª 1979), Madrid, Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Colección ciencias humanidades e ingeniería, n.º 11, 2001.
- ANDRADE 1995 – ANDRADE, António Júlio, *Moncorvo: Páginas de História – 6. O Porto da Foz do Sabor*, in: Terra Quente, ano VI, n.º 98, Mirandela, 01.VIII.1995, 15.
- ARIZAGA 2006 – ARIZAGA, Susana, *El nuevo presidente de la Afonso Henriques aboga por la navegabilidad del Duero para uso comercial*, in: El Correo de Zamora, Zamora, 29.IV.2006, 7.
- BAS 1989 - BAS LÓPEZ, Begoña, *Camiños, Pasos e Pontes*, Vigo, Ir Indo Edicions SA, 1989.
- BLANCO & BUENO 1996 - BLANCO GONZÁLEZ, Miguel & BUENO HERNÁNDEZ, Francisco, *Muelle fluvial sobre el Duero en Vega de Terrón. Singularidad y belleza*, in: Cauce 2000, Revista de Ingeniería, n.º. 73, ed. Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Madrid, Enero-Febrero, 1996, 52-59.
- BOPS 1835a – Boletín Oficial [de la Provincia] de Salamanca, *Sobre la navegacion del Duero*, N.º 145, Salamanca, Imprenta de Blanco, 17.I.1835, 657-660.
- BOPS 1835b – Boletín Oficial [de la Provincia] de Salamanca, *Peticion sobre la navegacion del Duero*, N.º 155, Salamanca, Imprenta de Blanco, 21.II.1835, 703-704.
- BOPS 1847 – Boletín Oficial de la Provincia de Salamanca, *Circular n.º 200*, Salamanca, 12.IV.1847, 180.
- BRANDÃO 1880 – BRANDÃO, Francisco Maria de Sousa, *Estudos de Caminhos de Ferro de Via Reduzida ao Norte do Douro*, in: Revista de Obras Públicas e Minas, n.ºs 125 e 126, t. XI, Lisboa, Maio-Jun1880, 145-183.

- BUENO 2002 - BUENO HERNÁNDEZ, Francisco, *Historia de las Obras Publicas en la Provincia de Salamanca*, Salamanca, Ediciones de la Diputación, 2002.
- CARDOSO 1998 - CARDOSO, António M. de Barros, *O Douro: estrada fluvial nos alvares do século XVIII*, in: Douro - Estudos & Documentos, vol. III, n.º 5, IVP / UP / UTAD, Porto, GEHVD, 1998, 117-132.
- Colecção... a — Colecção de Gravuras Portuguesas (Reproduções), *Cachão da Valeira depois de regularizado 1792 (...)*, Estampa n.º 50, ?, ? [Colecção do autor].
- Colecção... b — Colecção de Gravuras Portuguesas (Reproduções), *Trafego no Douro (1833)*, Estampa n.º 53, ?, ? (também reproduzida por MACEDO 1992, 302 que a atribui a KINSLEY. *Portugal Illustrated*) [Colecção do autor].
- Colleção 1771 - Colleção das Leys, Decretos, e Alvaras, que comprehende o feliz reinado del Rey Fidelissimo D. José o I. nosso senhor..., 4 tomos, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues Impressor do Eminentissimo Senhor Patriarca, M. DCC. LXXI, s/ indicação de pp.
- COSTA 1868-1869 - COSTA, P. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, 3 vol.º contidos num só, 2ª. ed., Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869 [1ª. ed., 3 vol.º, Lisboa, Off. de Valentim da Costa Deslandes 1706 - 1712].
- DUARTE & BARROS 1997 - DUARTE, Luís Miguel & BARROS, Amândio Jorge Morais, *Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*, in: Douro - Estudos & Documentos, vol. II, n.º 4, , IVP / UP / UTAD, Porto, GEHVID, 1997, 77-118.
- FERNANDES 1993 — FERNANDES, Hirondino da Paixão, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Ministério do Reino*. ANTT, Bragança, Instituto Superior Politécnico de Bragança/CM de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, 1993.
- FERNÁNDEZ 2002 - FERNÁNDEZ, Julio, *Réquiem por Vega Terrón*, in: Tribuna de Salamanca, Salamanca, 2.VIII.2002.
- FILGUEIRAS 1995 - FILGUEIRAS, Octávio Lixa, *Barcos do Douro - comentários técnicos da sua iconografia (Séculos XVIII - XX)*, Actas do 1º Congresso Internacional sobre o Rio Douro, in: Gaya, vol. VI, Vila Nova de Gaia, 1995, pp. 263-306.
- FORRESTER 1844 - FORRESTER, Joseph, *Papers relating to the improvement of the navigation of the river Douro from its mouth to the Barca de Vilvestre in Spain: and to the maps of that the river, and of the wine-district of the Alto-Douro / by Joseph Forrester*, Oporto: Commercial Printing Office, 1844 [Biblioteca Central Militar (Instituto de Historia y Cultura Militar), Madrid, III-48-9-17(3) - Enc. hol. - Ex libris de la Biblioteca de Ingenieros del Ejército - enc. junto a otras obras, formando un volumen facticio].
- FORRESTER 1848 - FORRESTER, Joseph James, *Douro Portuguez e Paiz Adjacente: com tanto do Rio Quanto se pode tornar navegavel em Espanha por Jos.º James Forrester H.M.* Royal Geographical Society of Berlin: R.A. Lisbon & Oporto: F.R.G.S. Paris & London: C.M., L.Z.S. &c., London, Published for the Author by John Weale, Architectural Library, 59 High Holbern, June 1.ª 1848.
- GL 1807 - Gazeta de Lisboa, *Lisboa 6 de Outubro...*, n.º 40, Lisboa, 06.X.1807.
- GUIMARÃES 1998 - GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *O Barão de Forrester e os estudos durienses*, conferência proferida nas 1.ªs Jornadas de Estudos Durienses, org. Associação dos Amigos de Pereiros, S. João da Pesqueira, Câmara Municipal, 1998.
- IBNL 1975 - Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, *Inventário da Colecção de Estampas*, Estampa n.º. 628, Série Preta, I vol., org. e prefácio de Ernesto Soares, Lisboa, 1975.



- IPTM... a – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – Delegação do Douro, *Via navegável*, in: http://douro.ipm.pt/PT/via_navegavel/index.htm (consulta em 27.VI.2007).
- IPTM... b – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, *Douro. Um percurso de segredos...*, Delegação do Douro, Peso da Régua, s/d.
- LEAL 1876-1888 – LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario Geographico, Chorographico, Heraldico..., Archeologico, Historico, Biografico y Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de Aldeias...*, 11 vol.s, Lisboa, 1876-1888.
- MACEDO 1992 – MACEDO, Jorge Borges de, *Barqueiro*, in: Dicionário de História de Portugal, dir. J. Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 301-302.
- MALDONADO 1997 – MALDONADO GONZÁLEZ, Concepción (projecto editorial y dirección), *Clave. Dicionario de uso del español actual*, 3.ª ed., s/l, Ediciones SM, 1997.
- MARTÍNEZ & GONZÁLEZ-NOVO 1998 – MARTÍNEZ CABALLERO, Juan Antonio & GONZÁLEZ-NOVO HERNÁNDEZ, Gerardo, *El muelle de Vega de Terrón*, trabalho realizado en el ámbito de la asignatura de “Arte y estética de la Ingeniería” (alumnos n.ºs 15.599 y 15.610), Escuela Técnica Superior de Ingenieros Caminos, Canales y Puentes (Universidad Politécnica de Madrid), Madrid, 1998 (facultado por el Ing.º Miguel Blanco de la Diputación de Salamanca).
- MARTINS 2003 – MARTINS, Maria da Graça, *O contrabando de cereais na fronteira transmontana, através da correspondência expedida do Governo Civil de Bragança (1840-1850): reprimir e prevenir*, in: Brigantia, revista de cultura, vol. XXIII, n.º1/2, Bragança, Assembleia Distrital, 2003, 149-185.
- MATOS 1980 – MATOS, Artur Teodoro de, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980.
- MENDES 1981 – MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra/ Instituto Nacional de Investigação Científica, textos de história-2, 1981.
- MONTEIRO 1995 – MONTEIRO, Campos, *Um aviso do Céu*, in: Ares da Minha Serra..., ed. *fac-simile*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal, 1995, 289-304.
- MORAIS & MAGALHÃES 1985 – MORAIS, João Pinto de & MAGALHÃES, António de Sousa Pinto de, *Memórias de Ansiães de 1721, leitura paleográfica de Ricardo Manuel Paninho Pereira, Carrazeda de Ansiães*, Câmara Municipal, 1985.
- MORENO 1982 — MORENO, Humberto Baquero, *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no Século XV*, sep. Boletim do Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1982.
- MORENO... — MORENO, Humberto Baquero, *A ação dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média*, Porto, Brasília Editora, s/d.
- OLIVEIRA & COSTA 1996 — OLIVEIRA, Aurélio & COSTA, Natália Fauvrelle da, *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do Século XVIII*, in: Douro - Estudos & Documentos, vol. I, n.º 1, GEHVID, IVP / UP / UTAD, Porto, 1996, 197-259.
- OLIVEIRA 1998 – OLIVEIRA, Bernardino Vieira de, *Barqueiros – Pórtico do Douro Vinhateiro*, in: Douro - Estudos & Documentos, vol. III, n.º 6, GEHVID, IVP / UP / UTAD, Porto, 1998, 127-159.
- OLIVER 1926 - OLIVER ROMÁN, Bienvenido, *La navegación en el río Duero*, in: Revista de Obras Publicas, 74, t. I, n.º 2.467, Madrid, 1926, 527-531.

- OLIVER 1927 - OLIVER ROMÁN, Bienvenido, *La navegación en el río Duero*, in: Revista de Obras Publicas, 75, tomo I (n.º 2.470, pp. 51-53, 01Fev); n.º 2.482 (288-292); n.º 2.483 (311-316, 15Ago); n.º 2.489, 439-441, 15Nov), Madrid, 1927.
- PEREA 1859 - PEREA, Máximo de, *Nuevo sistema de barcos chatos ó planos*, in: Revista de Obras Publicas, vol. 7, t. I, n.º 19, Madrid, 1859, 233-234.
- PEREIRA 1908 - PEREIRA, José Manuel Martins, *As Terras de Entre-Sabor-e-Douro*, Setúbal, J.L. dos Santos e Ctª., 1908.
- PEREIRA 1997 - PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *A navegação do rio Douro no século XIX Algumas questões*, in: Douro - Estudos & Documentos, vol. II, n.º 4, GEHVID, IVP / UP / UTAD, Porto, 1997, 251-269.
- RAMOS 1997 - RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Em torno dos direitos de alagem no Douro*, in: Douro - Estudos & Documentos, vol. I, n.º 3, IVP / UP / UTAD, Porto, GEHVID, 1997, 95-99.
- REBOLLO... - REBOLLO FRUTOS, Juan Luis, *Cronología del proyecto Muelle de Vega Terrón*, in: <http://club.telepolis.com/kyosuke/fregeneda/html/vegaterron2.htm> [consulta em 6.VI.2007].
- REVENGA 1854 - REVENGA, Antonio, *Reconocimiento de los ríos Pisuerga y Duero, mandado practicar por Real orden de 17 de noviembre de 1851, con objeto de averiguar la conveniencia y facilidad de su navegacion entre Valladolid y Zamora*, in: ROP, 2, t. I, n.º 8, Madrid, 1854, 93-98.
- RIVAS & ABREU 2006 - RIVAS CALVO, Emilio, & ABREU, Carlos d', *El Mapa de Forrester Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la "Região Demarcada do Douro" 1756 - 2006)*, comunicação apresentada ao III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (15-20.V.2006), org. ACDR de Freixo de Numão, PAVC, CNARTE Câmaras Municipais de V.N.Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel.
- ROBLED0 2001 - ROBLED0, Ricardo, *El desarrollo del mercado interior: carros, barcas y trenes*, in: Historia de Salamanca, IV, Siglo Diecinueve, Centro de Estudios Salmantinos, Salamanca, 2001, 435-490.
- RODRIGUES 2004 - RODRIGUES, João Luís Sequeira, *Os marinheiros do Douro no fim da viagem (baseado na obra "porto manso" de Alves Redol)*, in: Douro - Estudos & Documentos, ano 9, n.º 18, GEHVID, IVP / UP / UTAD, Porto, 2004, 265-284.
- ROP 1856 - Revista de Obras Publicas, *Estudios sobre los proyectos para mejorar la navegación de los ríos*, 4, t. I, n.º 12, Madrid, 1856, 139-141.
- ROP 1859 - Revista de Obras Publicas, *De la sirga al vapor en los canales*, t. I, n.º 16, Madrid, 1859, 196-197.
- SERRÃO 1992 - SERRÃO, Joel, *Transportes*, in: Dicionario de História de Portugal, dir. J. Serrão, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 192-206.
- SILVA 1855 - SILVA, J.J. de Andrade e, *Collecção cronologica da legislação portuguesa compilada e anotada por...*, 1620-1627, Lisboa, 1855, 106 [ANTT, Livro de Correspondência do Desembargo do Paço, fol. 236].
- VALLE 1860 - VALLE ARANA, Lucio del, *Muelles-Embarcaderos*, in: Revista de Obras Publicas, año VIII, vol. 8, t. I (23), Madrid, 1860, 269-276.
- ZAMARBIDE 2002 - ZAMARBIDE, Roberto, *El muelle de la discordia*, in: La Gaceta Regional, Salamanca, 29.VII.2002.

La emigración gallega a la provincia portuguesa de Trás-os-Montes y Alto Douro (1700-1850): evolución temporal, tipología y localidades de partida y de destino.



C a m i l o J . F e r n á n d e z C o r t i z o *

La vecindad territorial de Galicia con Portugal y, en concreto, con las provincias del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Douro, posibilitó desde tiempos medievales la circulación de personas y el tráfico de bienes y mercancías a uno y otro lado de la frontera bien por vía terrestre a través de la *raya seca*, bien por vía fluvial y marítima; sólo en determinados periodos, de conflicto bélico, las relaciones se interrumpieron momentáneamente, pero incluso no del todo por razón de la continuidad del contrabando. Así ocurrió entre 1640 y 1668, con ocasión de la guerra de independencia de Portugal y, con cierta posterioridad, entre 1704-1714, por causa de la Guerra de Sucesión de España; será precisamente a su término, con el retorno de la paz, cuando se inicie una expansión sin precedentes de la emigración laboral de gallegos al reino de Portugal, con dos destinos principales; el de tradición más antigua y de desplazamientos más numerosos –posiblemente superior al 80%- encaminaba a los gallegos a las ciudades litorales, en particular Lisboa y, secundariamente, a Oporto y a ciudades y villas más norteñas (Viana do Castelo, Vila do Conde, etc.); de menor importancia numérica, el otro destino los desplazaba al interior de la provincia del Miño (Braga, Guimarães, Barcelos, etc.) y a la de Trás-os-Montes y Alto Douro¹. Las fuentes parroquiales gallegas, en particular

* Departamento de Historia Medieval y Moderna. Facultad de Geografía e Historia. Universidad de Santiago de Compostela (España). E-mail: camilojesus.fernandez@usc.es. El presente trabajo de investigación ha sido realizado durante una estancia de investigación en el Centro de Estudos das Migrações (e das Relações Interculturais (CEMRI – Universidade Aberta. Lisboa), a cuya Investigadora Coordinadora Prof.^a D.^a María Beatriz Rocha-Trindade expreso mi agradecimiento.

¹ Una y otra corriente migratoria, además de implicar a efectivos cuantitativamente muy diferentes, pudieron haber respetado asimismo modalidades dispares en cuanto a tiempo de ausencia; los des-

las actas de honras fúnebres por fallecidos ausentes, como también los libros de difuntos de algunas feligresías portuguesas confirman documentalmente este cambio de magnitud, tras la Guerra de Sucesión, en la emigración gallega a Portugal, cuya continuidad durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX, interrumpida tan sólo circunstancialmente en años nuevamente de conflicto como el de “la guerra fantástica” (1762) o el de la guerra de las Naranjas (1801), avalan también otras fuentes documentales como los libros de registro de gallegos ingresados en los hospitales de la Santa Casa de Misericórdia de Amarante, Chaves, Mesão Frio y Vila Real y, asimismo, los pasaportes internos solicitados por gallegos residentes y transeúntes por Penafiel (1772-1829) y por Chaves (1834-1835).

1. La provincia de Tras-os-Montes y Alto Douro (1700-1850): población y economía.

La provincia de Trás-os-Montes, la más extensa de Portugal con poco más de 10.000 km², era a comienzos del siglo XVIII una de las menos densamente pobladas y de agricultura más tradicional y arcaica. En 1706, la densidad provincial se reducía a 4,6 fuegos/km²; casi cien años más tarde, en 1801, seguía siendo débil, de 6,1 fuegos/km², es decir, de 24,7 habts/km², aunque bajo este promedio se encubrían algunas disparidades internas; en concreto, en la Terra Fria y, en general en el nordeste, las densidades oscilaban entre 10-15 habts/km²; eran ya más elevadas en la comarca de Vila Real y, en particular, en la región del Alto Douro, donde, a causa de la expansión de la viticultura desde la fase final del siglo XVII, superaban los 50 habts/km². A mediados del siglo XIX, en 1851, estas disparidades internas ciertamente perduraban, oponiendo el distrito de Bragança, con 19,8 habts/km², al de Vila Real, con 43,6 habts/km², en el que se incluía la región vitivinícola del Duero². Por razón de estos contrastes, la provincia transmontana, que se extendía por el 12,3% del territorio continental portugués, concentraba en su territorio

plazamientos hacia el norte de Portugal parecen tener predominantemente un carácter estacional, mientras que la emigración hacia las ciudades litorales, en particular a Lisboa, una duración ya plurianual. GONZÁLEZ LOPO, D., “La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XIX”, en *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa, 1993, pp. 379-380; PÉREZ GARCÍA, J.M., “La intensa movilidad de la comarca del Bajo Miño y sus destinos (1600-1850)”, en *Actas del VIII Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*. Mahón (Menorca), 2007, f. 10.

² SOUSA, F. de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Porto, 1979, Dissertação de Doutoramento, pp. 235-237. FERRO, J.P., *A População Portuguesa no Final do Antigo Régime (1750-1815)*. Lisboa, 1995, pp. 36 y 39; GUARDADO MOREIRA, M^a.J.-RODRIGUES VEIGA, T., “A evolução da população”, en LAINS, P.-SILVA, F. de, *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Vol. I. *O século XVIII*. Lisboa, 2005, p. 43; SERRÃO, J.V., “O quadro humano”, en MATTOSO, J. (dir.),



una modesta proporción de la población nacional, que, entre 1706 y 1801, osciló entre el 8,7% y 8,9% y, con posterioridad, en 1851, siguió sin variar con respecto a tiempos anteriores, pese a que, entre comienzos del siglo XVIII y mediados del XIX, la población provincial aumentó sus efectivos³. En concreto, si el primer tercio del siglo XVIII se cierra con un balance negativo, con la pérdida del 17,8% de la población, en el periodo posterior, entre 1732 y 1801, se compensa con un fuerte crecimiento, del 62,4%, que eleva la población provincial a 265.852 habitantes. El primer tercio del siglo XIX, al igual que había ocurrido con el correspondiente del siglo XVIII, no presenta ya el clima más conveniente para la continuidad del esfuerzo demográfico; es un periodo de disturbios políticos y militares –tres invasiones francesas entre 1807 y 1810, sublevaciones absolutistas (1823 y 1826), guerra civil en los años 1828-1834, intermediada en 1833 por la epidemia de cólera- que justifican suficientemente, a escala nacional, la moderada tasa de crecimiento medio anual de la primera mitad del siglo XIX, del 0,35%, pero, en todo caso, positiva gracias a la recuperación iniciada a partir del final de la guerra civil y que tiene continuidad al menos hasta los años iniciales de la década de 1860; en concreto, entre 1837 y 1864, las respectivas tasas de crecimiento medio anual de los distritos de Bragança y de Vila Real, del 0,96% y del 0,76%, fueron incluso superiores a la nacional, del 0,64%⁴.

La población provincial era, a comienzos del XVIII, casi en exclusiva rural; en 1706, ningún núcleo superaba los 2.500 fuegos y tan solo uno (Bragança) los 1.300 fuegos; en consecuencia, si se considera su población como urbana, la proporción sobre la total provincial se reducía al 3%; la situación en 1801 había mejorado ciertamente, porque eran ya cinco las villas habitadas por más de 1.000 fuegos, pero, en cambio, ninguna superaba los 1.300 fuegos, pese al crecimiento de los hogares urbanos entre 1765 y 1801 del 10,8%, manteniéndose sin cambios la proporción de población urbana provincial en el 3%, cuando a escala nacional reunía el 18,2%⁵; en consecuencia, los porcentajes de la población urbana de los

História de Portugal. Vol. IV. *O Antigo Regime (1620-1807)*, 1993, p. 54-55; RODRIGUES VEIGA, T., *A População Portuguesa no Século XIX*. Porto, 2004, pp. 27 y 29.

³ SERRÃO, J.V., “O quadro...”, op. cit., pp. 54-55; RODRIGUES VEIGA, T., *A População...*, op. cit., p. 44.

⁴ SERRÃO, J.V., “O quadro...”, op. cit., p. 56; GUARDADO MOREIRA, M^a.J.-RODRIGUES VEIGA, T., “A evolução...”, op. cit., p. 42; RODRIGUES VEIGA, T., *A População...*, op. cit., p. 44.

⁵ SERRÃO, J.V., “O quadro...”, op. cit., pp. 61-62. J.P. Ferro estima que en 1765 la tasa de urbanización está en torno al 4%. FERRO, J.P., *A População...*, op. cit., p. 47. Por su parte, F. de Sousa eleva el porcentaje de la población urbana provincial en 1801 al 4,5%. SOUSA, F. de, *A população portuguesa...*, op. cit., p. 192.

núcleos principales (Bragança, Miranda y Vila Real) con respecto a la total de sus respectivas comarcas eran los más bajos del reino, inferiores 10%⁶.

Internamente, al menos hasta mediados del siglo XIX, la población transmontana no presentaba fuertes desequilibrios intersexuales, por lo que parece no sentirse especialmente afectada hasta esa fecha por la sangría migratoria; según estimaciones de J.P. Ferro, la “emigración hipotética” de varones afectaba en 1801 al 17,5% de la población masculina con edades comprendidas entre 25-40 años y al 7,8% del total de varones. A mediados del siglo XIX, los ausentes varones de los distritos de Bragança y de Vila Real suponían respectivamente el 2,8% y el 3,2% de la población masculina de hecho, y los emigrados de ambos sexos, a su vez, el 4,1% y 4,5% de la total⁷. Con anterioridad ya al siglo XVIII, cuadrillas de segadores de la comarca de Miranda iban dejando atrás los campos segados avanzando hasta Bragança, pasando a León y a Castilla e, incluso, continuando camino hasta Andalucía; asimismo, muchos naturales de la comarca de Barroso se encaminaban hacia Extremadura y el Alentejo y, en general, familias del nordeste transmontano, de la Terra Fria, se dirigían hacia la región del Alto Duero, ocupándose en trabajos agrícolas (vendimia, siega, recolección de aceituna y de castañas)⁸; en 1762, “ano en que la gente de Galiza não passou a Portugal”, por causa de la “guerra fantástica”, se habrían desplazado desde el norte provincial, según estimaciones de A. de Oliveira, 40.000 trabajadores⁹. La emigración a Brasil, por el contrario, fue modesta hasta los años 1850, aunque en algunas comarcas (Vila Real y Moncorvo) y municipios (Chaves y Montalegre) venía adquiriendo ya una creciente importancia desde finales del XVIII¹⁰.

La causa de la emigración estribaba en la incapacidad del sistema agrario para producir los recursos de subsistencia necesarios, debido a la reducida extensión de las tierras de labor y a la baja productividad de la agricultura que seguía siendo tradicional en sus cultivos y arcaica en sus sistemas de explotación y en su equi-

⁶ FERRO, J.P., *A População...*, op. cit., p. 51.

⁷ *Ibidem*, p. 66; RODRIGUES VEIGA, T., *A População...*, op. cit., p. 132

⁸ SOUSA, F. de, *A população portuguesa...*, op. cit., p. 300; FERRO, J.P., *A População...*, op. cit., p.83; SERRÃO, J.V., “O quadro...”, op. cit., p. 64; GUARDADO MOREIRA, M^a.J.-RODRIGUES VEIGA, T., “A evolução...”, op. cit., p. 62; RODRIGUES VEIGA, T., *A População...*, op. cit., p. 129.

⁹ OLIVEIRA, A. de, “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”, en EIRAS ROEL, A-REY CASTELAO, O. (eds.), *Migrações...*, vol. II, p. 11.

¹⁰ SOUSA, F. de, *A população portuguesa...*, op. cit., pp. 299-300; SOUSA, F. de, “População e Economia do Distrito de Vila Real em meados do século XIX”, en *Estudos Transmontanos*, 1 (1983), p. 27; RODRIGUES VEIGA, T., *A População...*, op. cit., p. 129.



pamiento técnico¹¹. La industria, a su vez, era casi inexistente, si se exceptúan algunos talleres artesanales con un reducido número de operarios, predominando consiguientemente la industria rural doméstica de la lana, del lino y de la seda. Finalmente, el comercio se presentaba compartimentado y localizado en ferias y mercados de radio corto en general y, asimismo, fuertemente condicionado por una deficiente y arcaica red de carreteras y caminos, por regla general en mal estado e intransitables durante el invierno¹².

La insuficiencia de la producción agrícola se debía, en primer lugar, a los condicionamientos físicos (altitud y relieve) y climáticos, que, junto con los suelos en general poco profundos, limitaban el aprovechamiento agrícola, de forma que, si se exceptúa la Terra Quente, el régimen de cultivo dominante era el de año y vez, con el centeno como cereal más abundante, complementado con el cultivo del monte (pousío)¹³. Por consiguiente, el régimen de aprovechamiento extensivo era predominante sobre el territorio provincial, la mayor parte del cual estaba además inculto, incluso en la región del Alto Douro, considerada en la fase anterior a la expansión de las exportaciones vinícolas como una de las más pobres de Portugal¹⁴. Por otra parte, el régimen de explotación de la tierra, salvo en las grandes quintas durienses, se caracterizaba por el pequeño tamaño de las explotaciones campesinas, por la difusión de la cesión de la tierra por contrato foral y, finalmente, por un relativamente elevado sector de campesinos sin o con muy poca tierra¹⁵. En la provincia transmontana, según los datos contenidos en el manuscrito de Columbano Pinto Ribeiro de Castro (1796)¹⁶, “labradores” y “jornaleros” sumaban 43.291 vecinos, de los cuales el 66,5% eran de la primera condición; por lo tanto, los trabajadores del campo suponían el 33,5%, a los que habría que añadir una

¹¹ Ibídem, p. 29; SOUSA, F. de, “Uma descrição de Tras-os-Montes por José António de Sá”, en *População e Sociedade*, 3 (1997), pp. 382-392.

¹² FERREIRA, M.T., “As Alfândegas de Tras-os-Montes: anos de 1791 e 1801”, en *Estudos Transmontanos*, 1 (1983), p. 170.

¹³ SOUSA, F. de, “População e Economia...”, op. cit., p. 29; BARROS FERREIRA, J., “Caminhos de pão e do vinho em Tras-os-Montes nos séculos XVIII e XIX”, en *Estudos Transmontanos e Durienses*, 8 (1999), p. 170; SOUSA, F.-SILVA GONÇALVES, M., *Memórias de Vila Real*. 1987, vol. I, p. 107.

¹⁴ F. de Sousa estima que en el tránsito del siglo XVIII al XIX cerca de las tres cuartas partes del territorio provincial proseguían todavía sin aprovechamiento agrícola. SOUSA, F. de, *A população portuguesa...*, op. cit., p. 346; SOUSA, F.-SILVA GONÇALVES, M., *Memórias de Vila Real*. 1987, vol. I, p. 107.

¹⁵ BARROS FERREIRA, J., “Caminhos de pão...”, op. cit., p. 175; MONTEIRO, N., “A ocupação da terra (o século XVIII)”, en LAINS, P.-SILVA, F. de, *História Económica...*, op. cit., pp. 68-70.

¹⁶ AMADO MENDES, J.M., *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. 1995, Quadro XIII.

parte que no podemos concretar de los 6.141 criados y 5.743 criadas empleados como asistentes.

La agricultura transmontana presentaba asimismo una faz tradicional en sus producciones y en su equipamiento técnico; el cultivo del maíz a finales del siglo XVIII estaba escasamente difundido (zonas de transición con la provincia del Miño, vegas ricas de Chaves y Vila Pouca de Aguiar) y, a su vez, el de la patata, no inició su difusión hasta la fase final de la misma centuria, alcanzando ya una notable importancia en la alimentación de la población de las comarcas de Barroso, de Montalegre y de Chaves; después de las invasiones francesas (1808-1810), a su vez, de las del nordeste transmontano y, a continuación, desde 1820-1830, de la región del Alto Douro, donde se sembraba entre los viñedos¹⁷. Los cereales, por lo tanto, más difundidos eran los tradicionales, el centeno en particular, y el trigo; también las castañas, y ya en comarcas más concretas, el olivo y, sobre todo, las viñas eran los principales cultivos. Según diferentes y recientes propuestas de historiadores portugueses, a mediados del siglo XVIII el distrito de Vila Real puede ser fragmentado en razón de las producciones agrícolas dominantes en tres sectores¹⁸; el primero, de monocultivo vitícola y de elevada presencia también del olivo, se extendía por la Terra Quente contigua al río Duero y por algunas feligresías de la parte meridional del municipio de Vila Real; el segundo sector, de dominio del cultivo de los cereales, en particular del centeno, y de la castaña se extendía por los municipios de Montalegre, Boticas y Vila Pouca de Aguiar y, al nordeste, por la Terra Fria; por fin, el tercer sector, de "combinación de varios cultivos dominantes", estaba representado por la mayor parte del territorio de los municipios de Chaves (centeno, vino maduro y castañas), y de Vila Real (centeno, vino y aceite) y, finalmente, por los municipios de transición –Ribeira da Pena y Mondim– con la provincia del Miño (maíz y vino verde) y por los contiguos con la Terra Quente del Duero, municipios de Valpaços y Murça, en este caso ricos en producción de centeno, de vino maduro, y de una variada fruticultura y horticultura¹⁹.

En la zona noroeste, que abarca los municipios de Montalegre, Ribeira da Pena, Boticas y Chaves, dominio del centeno, su producción acumulaba el 80% de la total de la provincia trasmontana, que, aún siendo la principal productora del reino, era incapaz de completar el consumo provincial de centeno, pero también de trigo y

¹⁷ SOUSA, F. de, "População...", op. cit., pp. 32-34.

¹⁸ CAPELA, J.V.-BORRALHEIRO, R-MATOS, H., *As freguesias do Distrito de Vila Real nas Mémoires Paroquiais de 1758*. Braga, 2006, pp. 79-85; OLIVEIRA, A., "O pão e o vinho no País do Douro", en *Douro. Estudos & Documentos*, 20 (2005), pp. 73-74.

¹⁹ CAPELA, J.V.-BORRALHEIRO, R-MATOS, H., *As freguesias...*, op. cit., p. 79 y ss.



de maíz, debiendo importarse de España y del Miño²⁰; pese a esta insuficiencia, más acusada en las comarcas de Miranda, de Bragança y de Moncorvo, el noroeste provincial abastecía al centro y al sur, mientras que la producción de la comarca de Bragança se destinaba a los municipios de su entorno²¹. En cambio, el aceite y, sobre todo, el vino se convirtieron en artículos de producción destinados a la exportación; en particular, la producción y el consumo exterior del vino de Oporto se disparó a partir de los años finales del siglo XVII y, sobre todo, después de la firma del Tratado de Methuen (1703) con Inglaterra; al mercado inglés se sumó el brasileño, en alza desde los años 1720 por la llegada masiva de emigrantes portugueses, y también el interno ampliado por el incremento demográfico desde la década de 1730. La producción y exportación del vino asumía así desde los años iniciales del siglo XVIII un fundamental papel en la prosperidad económica de la región del Alto Douro, que sirvió de “reclamo” para la llegada de los emigrantes gallegos por las oportunidades laborales y salariales.

La industria transmontana, si así puede denominarse, tenía una presencia “oficinal”, restringida a unos pocos talleres artesanales con un reducido número de operarios, y, por lo tanto, era sobre todo doméstica. A mediados del siglo XIX en el distrito de Vila Real, según estimaciones de F. de Sousa, el número de los talleres era de sesenta y cinco, dispersos por nueve municipios, entre los que se contaban treinta y siete destilerías de vino y aguardiente (Alto Douro), nueve ferreerías, seis establecimientos de fabricación de cal y, en menor número, talleres de tejeduría, de sombreros de seda, de velas y de cueros²².

A escala provincial, la manufactura textil, rural, doméstica y complementaria de la actividad agrícola, era la más difundida; en concreto, la industria de la seda, que entre los años iniciales de la década de 1770 y el año 1820 atraviesa por su fase de mayor prosperidad en particular en los centros productores de Bragança, de Chacim, de Mirandela, de Magadouro y de Freixo de Espada à Cinta, era la que

²⁰ CAPELA, J.V.-BORRALHEIRO, R-MATOS, H., *As freguesías...*, op. cit., p. 54; SOUSA, F. de, “População...”, op. cit., pp. 31-32; BARROS FERREIRA, J., “Caminhos...”, op. cit., p. 196. En todo caso, A. de Oliveira viene insistiendo en tiempos recientes en el autoabastecimiento de la población de la región del Douro con la producción provincial, siendo incluso lo más frecuente, salvo en los años de graves crisis de subsistencia, la exportación de algunas cantidades de cereal hacia Oporto. OLIVEIRA, A., “Os preços do pão no centro vinhateiro de Lamego (1750-1793)”, en *Douro. Estudos & Documentos*, 4 (1997), p. 168; OLIVEIRA, A., “O pão...”, op. cit., pp. 51-52.

²¹ CAPELA, J.V.-BORRALHEIRO, R-MATOS, H., *As freguesías...*, op. cit., p. 54; BARROS FERREIRA, J., “Caminhos...”, op. cit., p. 196.

²² SOUSA, F. de, “População...”, op. cit., p. 38.

gozaba de mayor aprecio²³. Más dispersa espacialmente estaba ya la manufactura del lino (Chaves y Valpaços) y de la lana, que a finales del siglo XVIII se desarrollaba en las comarcas de Montalegre, Valpaços y, en especial, en las localidades de Alfândega da Fé y de Miranda, ricas en ganado lanar, aunque insuficiente para la producción local por lo que se abastecía también de las importaciones desde España, de la que también se extraían ganado vacuno y cueros para la industria de curtidos y abatanados, a causa de nuevo del deficitario abastecimiento de la cabaña vacuna provincial (tierras de Barroso y de Miranda); concentrado este ramo artesanal básicamente en zonas del nordeste provincial próximas a la raya seca (Montalegre, Vimioso y, sobre todo, Outeiro), sus producciones –sillas, frenos, arreos y accesorios para tracción y transporte animal, etc.– satisfacían el consumo local, pero eran apreciadas también en Galicia²⁴.

En general, estas manufacturas satisfacían la demanda local de productos de primera necesidad en ferias y mercados de proximidad, por regla general con escasa capacidad de consumo y con una reducida amplitud espacial, dificultando de este modo la transformación de los principales centros de distribución provinciales en “auténticos polos regionales” con gran capacidad de distribución y consumo, pero aún así no dejaron de jugar el papel de animadores de una circulación interna que tenía como principales protagonistas a tenderos, “almocreves” y “vendilhaos” y no a “redes de agentes comerciales y a firmas de distribución permanente” y, asimismo, como principales escenarios ferias y mercados locales²⁵; según estimaciones de Amado Mendes, a finales del siglo XVIII se celebraban, al menos, 57 ferias mensuales y 25 anuales, en su mayor parte de radio corto, debido al “minifundismo” concejil y a las dificultades de los transportes a causa de la insuficiencia y del mal estado de la red viaria. Los principales ejes de comunicaciones, que unían Bragança con Oporto por Vila Real, Bragança con Chaves y Braga, Vila Real con Lamego, Vila Real con Braga y litoral norteño estaban en deficientes condiciones y, durante el invierno, eran normalmente intransitables²⁶. Estas carreteras, con muy pocos cambios

²³ SOUSA, F. de, *História da Indústria das sedas em Trás-os-Montes*. Porto, 2006, vol. 1; ibídem, “A Indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)”, en *Revista de História Económica e Social*, 1978, vol. II.

²⁴ AMADO MENDES, J.M., *Trás-os-Montes...*, op. cit. pp. 88-101; SOUSA, F. de, “População...”, op. cit., pp. 38-42; CAPELA, J.V.-BORRALHEIRO, R.-MATOS, H., *As freguesias...*, op. cit., pp. 54-56; FERREIRA, M.T., “As Alfândegas...”, op. cit., p. 186.

²⁵ PEDREIRA, “Indústria”, en LAINS, P.-SILVA, F. de, *História Económica...*, op. cit., pp. 182 y 187.

²⁶ AMADO MENDES, J.M., *Trás-os-Montes...*, op. cit. pp. 105-106; SOUSA, F. de, “População...”, op. cit., pp. 42-45; BARROS FERREIRA, J., “Caminhos de pão...”, op. cit., pp. 192-193; CAPELA, J.V.-



en su trazado y en su recorrido hasta el siglo XIX, y caminos transmontanos eran frecuentados por “almocreves”, tenderos y “vendilhaos” gallegos, que jugaban un papel fundamental en el transporte y en la distribución y venta de diferentes productos y mercancías en las tierras fronterizas, pero también en las ferias y “povos” del interior provincial, integrándose de este modo en los circuitos comerciales intrarregionales e incluso en los extrarregionales al participar en el transporte y distribución de mercancías y productos entre el interior y la zona costera.

La raya seca seguía siendo en esta época un corredor por el que discurría un relativamente intenso y variado comercio de contrabando, pero también legal a través de las aduanas de Montalegre, de Chaves y de Vinhais, que en los años 1791 y 1801 concentraban el 41% y 49% respectivamente de los rendimientos generados por este tráfico en una y otra dirección de la frontera²⁷; de Galicia entraban un gran número de cabezas de ganado vacuno y caballar, estimado en algunos años de la primera mitad del siglo XIX en 50.000 cabezas, que eran comercializadas en distintas ferias (Montalegre, Boticas, Campeã, Alfarela de Jales, Vila Real, etc.), en tal cantidad que, según algunas estimaciones, las tres cuartas partes del ganado vacuno del distrito de Vila Real eran de procedencia gallega; también se importaban cereales, que abastecían incluso las poblaciones ribereñas de las comarcas de Vila Real y de Lamego, hierro, pescado salado, loza y objetos de cristal de uso doméstico y, finalmente, también cueros y productos abatanados que, en este caso, alimentaban un tráfico en ambas direcciones; en contrapartida, de Portugal se exportaban por los puertos secos de Montalegre, Chaves y Vinhais pescado fresco y salado (sardina, pulpo, congrio) y sal. Otro ramo ampliamente representado en las exportaciones a Galicia eran los productos agrícolas: el vino y aguardientes, no sólo de Oporto, sino también de las comarcas de Montalegre y Vinhais, el aceite y el vinagre y algunos artículos coloniales (cacao) y de reexportación (arroz, bacalao); finalmente, este tráfico movilizaba productos artesanales, como paños gruesos, suelas y curtidos, etc²⁸.

El papel que le correspondía a los “almocreves” gallegos en el transporte y distribución de estas mercancías era muy notable; de los 420 censados en la provincia transmontana en 1796 la mayor parte eran precisamente de esta procedencia²⁹;

BORRALHEIRO, R-MATOS, H., *As freguesias...*, op. cit., pp. 56-57; FERREIRA, M.T., “As Alfândegas...”, op. cit., p. 170 y 192; etc..

²⁷ *Ibidem*, p. 180.

²⁸ FERREIRA, M.T., “As Alfândegas...”, op. cit., pp. 186-192; BARROS FERREIRA, J., “Caminhos de pão...”, op. cit., p. 194 y ss.; etc.

²⁹ *Ibidem*, p. 186.

pero asimismo tenderos, alfareros, cordeleros, sogueros y, en general, “vendilhos” gallegos frecuentaban, según confirman los pasaportes internos solicitados en Chaves en los años 1834-1835, las ferias y mercados celebrados en las proximidades de la raya seca, pero también en el interior provincial (Moncorvo, Alfândega da Fé, Vila Real, Lamego, etc.); protagonizaban un pequeño comercio, recorriendo con sus bestias el territorio provincial, hasta el punto de abastecer de los productos de primera necesidad incluso a pequeñas localidades y aldeas rurales de difícil acceso y, por lo tanto, fuera de los circuitos de intercambio³⁰.

2. La emigración gallega a la provincia de Trás-os-Montes (1700-1850): evolución temporal y modalidades migratorias.

La situación fronteriza de la provincia transmontana con Galicia posibilitó desde tiempos medievales la circulación de personas y el tráfico de mercancías, aunque es muy complicado precisar la evolución y la magnitud de estas relaciones con anterioridad al siglo XVIII; en el transcurso de esta centuria, las fuentes parroquiales gallegas, como también las portuguesas, parecen confirmar, sin embargo, un cambio de magnitud en la emigración gallega al reino de Portugal en general y a la provincia de Tras-os-Montes en particular; este cambio es apreciable en una serie de parroquias representativas de diferentes comarcas que, tras la Guerra de Sucesión española (1704-1714), mudan su modelo migratorio, al disminuir sus vecinos la frecuencia de sus salidas hacia destinos hasta ahora tradicionales como el reino de Castilla y el reino de Andalucía y aumentar su afluencia al vecino reino de Portugal y, en estas parroquias en concreto, a la provincia de Trás-os-Montes y Alto Duero.

2.1. La emigración laboral: actividades económicas de los emigrantes gallegos.

Al término de la Guerra de Sucesión española tiene su inicio, en definitiva, en algunas comarcas gallegas, tanto del sudeste pontevedrés, como del interior ourenzano y lucense, una fase de expansión de la emigración portuguesa, de naturaleza ante todo laboral, protagonizada por labradores y jornaleros, por canteros y otros artesanos y, finalmente, por arrieros y traficantes. Su presencia en la provincia de

³⁰ SOUSA, F. de, “População...”, op. cit., pp. 46-47; BARROS FERREIRA, J., “Caminhos de pão...”, op. cit., p. 194; OLIVEIRA, A. de-GARCÍA LOMBARDEIRO, J., “Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto-sua região e a Galiza na época moderna-sec. XVII-XVIII”. Porto, 1979, p. 22.



Trás-os-Montes y Alto Douro también se multiplica a partir de la década de 1710, tal como confirman los libros de difuntos de diferentes parroquias de un lado y de otro de la frontera luso-española.

Tabla 1. Gallegos emigrados al reino de Portugal (% sobre total de vecinos muertos ausentes)

	Antas (A Lama)	Maceda (Maceda)	Berducido (A Lama)	Pao (Gomesende)	Mesão Frio* (Mesão Frio)
1690-1699	-----	5,0	0,0	0,0	0,0
1700-1709	0,0	12,5	4,5	0,0	0,0
1710-1719	50,0	33,3	3,3	15,4	4,5
1720-1729	100,0	0,0	29,6	33,3	20,3
1730-1739	66,7	92,3	68,2	15,4	8,9
1740-1749	72,2	63,6	80,0	28,6	1,2
1750-1759	57,1	45,5	75,7	53,3	10,4
1760-1769	27,8	57,1	71,0	28,6	8,6
1770-1779	100,0	40,0	83,3	0,0	6,5
1780-1789	72,7	85,7	93,3	15,4	5,4
1790-1799	100,0	100,0	77,8	71,4	4,8
1800-1809	100,0	50,0	90,9	50,0	1,6
1810-1819	93,3	55,6	100,0		2,4
1820-1829	81,3	100,0	90,9		1,2
1830-1839	96,0	100,0	100,0		0,0
1840-1849	100,0	25,0	100,0		0,0

* Porcentaje de difuntos gallegos sobre total de fallecidos en la parroquia de Santa Nicolau de Mesão Frio (Alto Douro).

Los vecinos de la parroquia pontevedresa de Antas y de la ourensana de Maceda, como puede comprobarse en la tabla anterior, a partir de la década de 1710-19 se encaminan cada vez más regularmente hacia el reino de Portugal; por su parte, los naturales de las feligresías de Berducido y de Pao empiezan a aumentar la frecuencia de sus salidas hacia el reino vecino a partir de 1720-1729; es precisamente en esta misma década cuando también se registra en la parroquia portuguesa de san Nicolau de Mesão Frio, en pleno corazón de la región del Alto Duero, la mayor proporción de defunciones de emigrantes gallegos. Sin embargo, en otras localidades de otros municipios del distrito de Vila Real la presencia de gallegos no se constata en los libros de difuntos en fechas tan tempranas ni en número tan importante. Así, en la feligresía de San Salvador de Fragosa, entre 1724 y 1729, no se registra ningún difunto gallego; en la siguiente década ya suponen el 3,9% del total de fallecidos,

pero esta proporción no será superada en ningún decenio posterior del siglo XVIII. A su vez, en las parroquias de Sanfins do Douro, de Casal de Loivos y de Covas do Douro ningún difunto gallego es asentado con anterioridad a 1730; una única excepción, la de un gallego fallecido en 1711 en la parroquia de Gouvães do Douro, sin que con posterioridad hasta 1730 se registre un nuevo caso³¹.

Por el contrario, los registros parroquiales de las feligresías de Antas, Berducido, Maceda y Pao, al igual que los de otras de los municipios de A Cañiza, de Cotobad, de Ponte Caldelas y de Fornelos de Montes, en la parte centro-occidental de la provincia de Pontevedra³², sitúan al final de la Guerra de Sucesión (1714) el momento inicial de un impulso sin precedentes de la emigración laboral hacia el interior miñoto y hacia la provincia de Tras-os-Montes y Alto Duero. Son, ante todo, las favorables condiciones de empleo y de salario las que impulsan a los emigrantes gallegos de estas parroquias a sustituir sus tradicionales destinos por los del reino de Portugal que precisamente, en el tránsito al siglo XVIII, entra en una fase de prosperidad económica. La producción de cereales, de acuerdo con los libros de ingresos de diferentes monasterios de la región de Entre-Douro y Miño, está en expansión desde la década de 1710 a la de 1760; en el periodo que resta hasta finales de siglo se alternan ya ciclos de caída, como el que cierra el siglo XVIII, y de ascenso de la producción, como el que da inicio a la siguiente centuria; las invasiones francesas, entre 1807 y 1810, interrumpen de nuevo esta fase de recuperación, hasta que a partir de 1830 da comienzo un nuevo ciclo de expansión agrícola hasta 1850³³.

Del mismo modo, la producción vitícola, como consecuencia de la ampliación de la superficie de viñedo a costa de terrenos incultos y de la reconversión de

³¹ ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL (A.D.R.V.L.), PRQ-PMSF05/003/Lv. 030 (San Nicolau de Messão Frio); PRQ-PSBR09/003/Lv. 071 (San Salvador de Sabrosa); PRQ-PALJ12/003/Lv. 097 (Santa María de Sanfins do Douro); PRQ-PALJ04/003/Lv. 045 (Casal de Loivos); PRQ-PSBR02/003/Lv. 118 (Covas do Douro); PRQ-PSBR03/003/Lv. 057 (Gouvães do Douro). Mi agradecimiento a D. José Ramón Pérez Salgado por su inestimable colaboración en la consulta de la citada documentación parroquial.

³² REY CASTELAO, O.-PÉREZ RODRÍGUEZ, F., "Movimientos migratorios en el municipio de A Cañiza, siglos XVII al XIX", en EIRAS ROEL, A. (ed.), *Aportaciones al estudio de la emigración gallega. Un enfoque comarcal*. Santiago de C., 1992, p. 44, Tabla 3; GONZÁLEZ LOPO, D., "Se se mandassem embora não haveria quem servisse..." : un exemplo típico de mobilidade na época pré-industrial", en LOIS GONZÁLEZ, R.C.-VERDUGO MATÉS, R.M. (eds.), *As migracións en Galiza e Portugal. Contributos desde as Ciencias Sociais*. Santiago de Compostela, 2006, pp. 245-246.

³³ SERRÃO, J.V., "A agricultura", en LAINS, P.-SILVA, A.F. de (coords), *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Vol. I. *O Século XVIII*. Lisboa, 2005, pp. 156-162; ANDRADE MARTINS, C., "A agricultura", op. cit., p. 221.



sotos de castaños y de tierras de labor, experimenta un fuerte incremento en el transcurso del siglo XVIII; en 1796, Columbiano Pinto Ribeiro de Castro, llamaba la atención de sus contemporáneos sobre “*el grande aumento (del viñedo), não so nas margens do Douro (...), mas en toda a Provincia*”; otros autores, en tiempos recientes, amplían esta extensión de las plantaciones de viñas al conjunto de las tres provincias del norte de Portugal en particular en el tránsito del siglo XVIII al XIX, aunque en la región del Alto Douro desde la primera centuria se asiste a la formación de un número creciente de grandes quintas en respuesta a la expansión sin precedentes de las exportaciones de vino de Oporto³⁴; en alza desde la década de 1670, las remesas de vino con destino al mercado inglés y, secundariamente, al brasileño no se disparan hasta el quinquenio 1715-1719, alcanzando su volumen más elevado en las décadas de 1780 y 1790; con posterioridad, en el periodo de 1811 a 1834, sobreviene ya una reducción de las exportaciones, pero no así de la producción que prosigue incrementándose, en particular desde 1834 como consecuencia de nuevo de una fuerte ampliación de los terrenos de viñedo; el resultado fue un crecimiento de la producción en la primera mitad del siglo XIX del orden del 1,3% anual, muy superior al 0,6% de la segunda mitad porque a los pocos años de su comienzo, el ataque en 1852 del *oidium* y, a continuación, en los años 1860, de la filoxera hundió los niveles de producción a menos de la mitad³⁵.

La expansión de la producción de cereales, de vino y también de aceite, al aumentar la extensión de olivar, amplió, en definitiva, la demanda de trabajo y, por consiguiente, las oportunidades de empleo en el sector agrícola; para los trabajos de acondicionamiento de las terrazas, para el plantío y labores de la viña, etc.. se hizo necesaria la contratación de “*criados de laboura*” y “*de servir*” permanentes y, en mucho mayor número, de trabajadores temporales en tiempos de plantío y de la cava de las viñas y, sobre todo, de la vendimia. Del mismo modo, la construcción de las terrazas y sus periódicos reparos, y de los edificios de producción (bodegas, lagares, almacenes) hizo necesaria el concurso de un creciente número de maestros y oficiales canteros, contratados también con frecuencia, debido a la coincidencia

³⁴ BARROS FERREIRA, J., “*Caminhos de pão...*”, op. cit., pp. 175 y 179; ANDRADE MARTINS, C., “*A agricultura*”, op. cit., p. 232.

³⁵ MARTINS, C.A., “*Os ciclos do vinho em Portugal: ensaio de periodização*”, en *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, p. 393 y ss; SILVA, F.R. de, “*Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna*”, en *Douro. Estudos & Documentos*, 2, 1996, pp. 99-101; ANDRADE MARTINS, C., “*A agricultura*”, op. cit., pp. 222 y 232; SOUSA, F. de, “*População...*”, op. cit., p. 30; MOREIRA DA FONSECA, A.-GALHANO, A. et alii, *O vinho do Porto. Notas sobre a sua História, Produção e Tecnologia*. Porto, 1982, pp. 34-41.

de esta fase de prosperidad económica con la del apogeo del estilo barroco en el norte de Portugal, entre 1700 y 1760, para la ampliación y construcción de edificios monásticos, de iglesias y capillas mayores y, finalmente, de casas parroquiales y casas hidalgas, que proliferan en la región del Alto Duero a partir de 1720 y 1730 y, con posterioridad, en el último tercio del siglo XVIII³⁶. Con estas oportunidades de empleo en el sector vitícola y de la construcción y, también, en el mercantil, la afluencia de emigrantes gallegos se multiplica a partir de la conclusión de la Guerra de Sucesión española, tal como confirman los libros de defunciones de diferentes parroquias gallegas, los registros de entrada de gallegos enfermos en los hospitales de las Casas de Misericórdia y, finalmente, los asientos de pasaportes internos. Una y otra fuente, a diferencia de las parroquiales, presentan como característica común su cronología tardía, nunca anterior a la década de 1780 en el caso de los registros hospitalarios de enfermos, como tampoco a 1760, año en que se implantan, en el caso ya de los permisos de circulación interna.

Tabla 2. Gallegos ingresados (%) en los hospitales de la Casa de Misericórdia de Mesão Frio, de Vila Real, de Chaves y de Amarante.

Mesão Frio		Vila Real		Chaves		Amarante	
Periodo	%	Periodo	%	Periodo	%	Periodo	%
1780-88	24,6	1797-99	26,1				
1790-94	33,1	1800-02	20,5				
1800-06	16,7	1819-21	10,3	1827-31	8,6		
1820-25	13,1	1828-30	8,4	1835-39	9,8	1835-39	1,7
		1834-35	4,5	1840-44	9,4	1848-54	0,0
		1843-45	7,6	1845-49	7,2		

FUENTES: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio. Movimento de doentes, 1780-1849. Livro 4.2/29-18.

Arquivo Distrital de Vila Real. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Livros 135-138.

Arquivo de Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas. Livros 207-211.

Arquivo de Santa Casa da Misericórdia de Amarante. Livros 100-105.

Sin datos para fechas anteriores a 1780, los registros de enfermos conservados para el periodo posterior hasta mediados del siglo XIX confirman la continuada

³⁶ SERRÃO, V., *História da Arte em Portugal. O Barroco*. Lisboa, 2003, pp. 269-274; PEREIRA, J.F., *Arquitetura barroca em Portugal*. Lisboa, 1992, pp. 122-134; 149-168; BORGES, N.C., *História da Arte em Portugal*. Vol. 9. *Do Barroco ao Rococó*. S.a., pp. 120-121; FERREIRA ALVES, N.-FERREIRA ALVES, J., "Nótulas de história da arte: notícias sobre alguns artistas e artífices dos séculos XVII e XVIII", en *Museu*, IV serie, 3 (1995), pp. 209-220.



presencia de emigrantes gallegos en los centros hospitalarios de estas cuatro villas, tres de ellas en la provincia transmontana, y la de Amarante, muy próxima a su frontera, en la de Duero litoral. Ahora bien, las mayores frecuencias de asistencia a enfermos gallegos se concentran en los decenios finales del siglo XVIII y en los iniciales del siguiente. En el hospital de Mesão Frio, un centro de referencia de la emigración gallega en la región vitícola del Duero, la proporción de gallegos ingresados en la fase final del siglo XVIII oscila entre el cuarto y el tercio del total; no son muy diferentes los porcentajes, entre el cuarto y el quinto, de los asistidos en el hospital de Vila Real³⁷. Iniciado el siglo XIX, las frecuencias se reducen, pero todavía superan el 10% del total de ingresados, cayendo por debajo de este tope a partir de los años 1820; la frecuencia mínima de gallegos asistidos se registra en el hospital de Amarante (1,7%).

Los pasaportes internos, al igual que los registros de gallegos admitidos en los hospitales de las Misericórdias, presentan también serias discrepancias en función de la localidad de solicitud.

Tabla 3. Pasaportes internos concedidos a transeúntes y residentes gallegos en Penafiel (1772-1829) y Chaves (1834-1835)

Penafiel				Chaves			
Periodo	Total pasaportes	Gallegos	%	Periodo	Total pasaportes	Gallegos	%
1772-1779	233	18	7,7				
1781-1789	246	14	5,7				
1790-1798	101	11	10,9				
1800-1809	252	18	7,1				
1810-1819	243	11	4,5				
1820-1829	516	11	2,1	1834-1835	224	70	31,3
1772-1829	1591	83	5,2				

FUENTES: Arquivo Municipal de Penafiel. Passaportes internos. Livros 1.988 y 1.989. Arquivo Distrital de Vila Real. Passaportes Chaves. Lv 1.606.

La frecuencia de solicitudes de pasaportes en Chaves y en Penafiel presentan situaciones muy dispares. En la primera localidad, debido a la proximidad a la frontera y, por consiguiente, a las mayores oportunidades de movilidad las concesiones

³⁷ Las proporciones de gallegos ingresados en el hospital de la Santa Casa da Misericórdia de Barcelos (Miño) en las décadas de 1780 y 1790 varían también entre el 20% y el 37%; en cambio, en el hospital de Guimarães (Miño) sus valores descienden al 4%. FERNÁNDEZ CORTIZO, C., "La emigración gallega a las provincias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Duero durante el siglo XVIII", en *Noroeste. Revista de História*, 2006, 2, p. 57, tabla 6.

de permiso de circulación para transeúntes y residentes gallegos concentran casi el tercio del total, corroborando un informe de algunos años antes (1826), en el que se señala que *“entran por estas fronteras diariamente muchos gallegos a su comercio y casi todos se recojen en el mismo día y otros van la ciudad de Porto”*³⁸; en Penafiel, en las proximidades de Oporto, la proporción más elevada supera sólo ligeramente el 10% en el periodo de 1790-1798, decreciendo a continuación hasta 1830.

El primer tercio del siglo XIX y, en general, su primera mitad no parece ser una de las épocas más propicias para la emigración gallega por causa de las operaciones militares, de los disturbios políticos y de la coyuntura económica adversa por la que atraviesa el reino vecino. A finales del siglo XVIII se estima que Portugal acogería en torno a 50.000-60.000 gallegos; esta cifra se reduciría a pocos más de 22.000 en 1801, coincidiendo con la Guerra de las Naranjas entre ambos reinos, aunque de corta duración porque la paz fue firmada en el mismo año. El siglo XIX no comenzaba de la forma más propicia para la emigración gallega, pero, a continuación, en la primera mitad de este siglo perduró esta coyuntura de inestabilidad política y de agitación militar. Las invasiones francesas entre 1807 y 1810, que coinciden con la quiebra del “pacto colonial” en 1808; los continuos conflictos entre liberales y realistas que derivan en levantamientos absolutistas en Trás-os-Montes en 1823 y 1826 y, con posterioridad, en la guerra civil (1828-1834), en cuyo intermedio una primera epidemia de cólera (1833) asola el territorio portugués, y, finalmente, la revuelta de la *Patuleia* en 1846 en la provincia del Miño no creaban ciertamente durante esta época las condiciones de seguridad más propicias para el viaje y estancia de los emigrantes gallegos, pero, pese a estas circunstancias desfavorables, la emigración laboral a Portugal prosiguió presentando un acusado dinamismo al menos desde aquellas comarcas que desde el siglo XVIII venían mostrando una preferencia por este destino.

2.2. La emigración “política”: exiliados y refugiados gallegos.

A partir de la década de 1810, a consecuencia de la convulsa situación política española con la alternancia en el poder inicialmente de realistas y liberales y, con posterioridad, de progresistas y moderados, adquiere especial relevancia, ciertamente más cualitativa que cuantitativa, la emigración de exiliados y refugiados políticos que constituyen, junto con la imparable emigración de prófugos gallegos en edad

³⁸ ARCHIVO GENERAL DE LA ADMINISTRACIÓN (A.G.A.), *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.491 (11/11/1826).



militar, la mayor preocupación de la embajada y del consulado españoles en Lisboa, según puede colegirse de los despachos y correspondencia del cónsul general en la capital portuguesa, al que se solicitan de forma reiterada investigaciones e informes sobre su número, identidad y residencia³⁹.

El reino de Portugal, por su proximidad, se convirtió en la primera mitad del siglo XIX en residencia más o menos permanente de exiliados, refugiados y huidos políticos de distinta ideología, como liberales, realistas y carlistas. La restauración del absolutismo en 1814, a la que siguió una etapa de persecución y de represión, obligó a un número todavía sin concretar de liberales gallegos a buscar refugio en Portugal; años después, durante el Trienio liberal (1820-1823), las víctimas del exilio fueron ya realistas, que en tierras portuguesas mantuvieron su compromiso con la causa favoreciendo el hostigamiento del ejército liberal mediante la organización de facciones que tenían prácticamente controlada la frontera y que, sincronizadas con partidas miguelistas, promovían distintos levantamientos a un lado y a otro de la raya seca (Montalegre, San Gregorio, La Mezquita, etc.).

La situación se invierte en 1823; la restauración absolutista desata una dura y sistemática represión contra los liberales en el interior de España durante la "década ominiosa" (1823-1833), y, además, adopta una política de vigilancia y control de los "revoltosos" emigrados en Portugal, en particular en los años 1826-1829, según se desprende de la documentación consular lisboeta, que con cierta frecuencia contiene listas de refugiados españoles, informes sobre muchos de ellos, instrucciones sobre desertores y expatriados o, finalmente, en razón de una Real Orden de 2 de julio de 1838, solicitudes de indulto para regresar a España⁴⁰. Asimismo esta documentación es reiterativa por estos mismos años en protestas y reclamaciones de mayor control de los refugiados españoles ante *"la tolerancia suma"*, *"la poca vigilancia de las autoridades locales portuguesas de la frontera"* o a causa de *"la facilidad con que son recibidos en Portugal"*; el propio Cónsul en Lisboa, en 1827, señalaba a este respecto *"las repetidas que son estas reclamaciones y las infructuosas que por desgracia siguen siendo"*, en general contra la totalidad de los refugiados políticos españoles y, en particular, *"contra los que se colocan a las inmediaciones de la raya con el depravado intento de alterar la tranquilidad pública en España"* y *"contra los existentes en Villareal"*, para los que se solicita su internación en Portugal.

³⁹ *Ibidem*, cajas 54/6.491-54/6.570.

⁴⁰ *Ibidem*, cajas 54/6.491; 54/6.492; 54/6.493; 54/6.495; 54/6.496; 54/6.497.

Ahora bien, no conviene olvidar que por parte del gobierno español, tras la restauración absolutista en julio de 1823, el convenio de extradición suscrito en el mismo año unos meses antes, tampoco es respetado; por el contrario, España apoyaba la restauración de la monarquía absolutista, proporcionando asistencia, armamento y dinero a las incursiones fronterizas⁴¹. De hecho, el 22 de noviembre de 1826 el Ministro de Negocios Estrangeiros, en razón de los correspondientes informes de los gobernadores de Tras-os-Montes, de Minho y de Porto, demanda noticias sobre la concentración de “portugueses prófugos en España que se mantenían armados y montados y que amenazaban entrar a hostilizar en Portugal”⁴²; la respuesta consular es que no hay noticia alguna de tales movimientos, cuando sin embargo a finales de este mes va a acontecer la entrada de tropas realistas desde España por distintos puntos, que en la comarca de Vila Real provoca una “guerra abierta hasta la retirada definitiva de las tropas absolutistas” en febrero de 1827⁴³. A la vista de estos sucesos, algunos meses después, en concreto en setiembre de 1827, el gobierno español recibía una propuesta del portugués para formar una comisión bilateral y temporal encargada de recorrer las provincias fronterizas y asegurarse que se llevan a efecto las disposiciones tomadas “para la internación de los respectivos refugiados”⁴⁴. Entre tanto, desde febrero a abril de 1827, las operaciones militares de los constitucionales contra realistas en la frontera (Montalegre, Chaves, Monforte, etc.), irritan a las autoridades españolas porque dan ocasión a incursiones de las tropas constitucionales portuguesas en territorio español y a soflamas a favor de la Constitución y en contra de Fernando VII desde el otro lado de la frontera, pero también porque los constitucionales dan buena acogida a los “españoles revolucionarios” y , asimismo, asistencia y armas a los cabecillas de diferentes guerrillas; entre ellos, los dos principales son Velasco de Ginzo de Limia y Rodríguez de las Freyras “que tienen a sus órdenes españoles emigrados con los cuales amenazan a los pueblos fronterizos”⁴⁵. Las guerrillas, en un importante número de casos lideradas por refugiados políticos, aunque de distinto signo político según los tiempos que

⁴¹ SARAIVA, J.H., *Historia de Portugal*. Madrid, 1989, p. 340.

⁴² A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.491 (22/11/1826).

⁴³ LOUSADA, M.A.-MONTEIRO, N.G., “Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)”, en HALPERN PEREIRA, M. et alii (coords), *O Liberalismo na Península Ibérica na segunda metade do século XIX*. Lisboa, 1982, pp. 170-172.

⁴⁴ A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.493 (10/09/1827).

⁴⁵ A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.493 (08/04/1827 y 15/04/1827).



corran, terminan por convertirse así en la primera mitad del siglo XIX en un mal endémico en la zona fronteriza.

En los años 1830, los refugiados cambian ya de ideario político, puesto que son principalmente carlistas que, en 1834, están prestos a seguir el llamamiento realizado por D. Carlos, residente a la sazón en Vila Real, a los gallegos para su levantamiento en armas, finalmente sin éxito; con todo, todavía en 1836 el gobierno español se hace eco de una noticia sobre *“el entendimiento de los facciosos de Galicia y Trás-os-Montes”*, que trata de contrarrestarse con *“el traslado de la vanguardia de las tropas auxiliares portuguesas a Galicia para evitar posibles levantamientos”*⁴⁶; debido a su fracaso, los carlistas organizan diferentes facciones, algunas de las cuales –la del médico Delgado, la de Guillade– operan en la frontera hasta la conclusión de la primera guerra carlista en 1839, en que de nuevo los cabecillas más comprometidos se refugian en Portugal; algunos de ellos serán los que en 1847, con ocasión del inicio de la 2ª guerra carlista, promuevan una conspiración para entrar en España, al tiempo que hostigan a las tropas españolas con incursiones por la frontera. Años antes, en 1844, el Gobierno Político de Ourense trasladaba al Ministro Plenipotenciario en Lisboa la correspondiente comunicación precisamente sobre las operaciones en territorio español de cabecillas carlistas refugiados en el reino vecino, desde el cual *“se lanzaban con destreza sobre los propietarios”* de esta provincia, secuestrando a algunos de ellos y exigiéndoles elevado rescate, tal como habían hecho en 1842 con el ex-senador D. Santiago Saenz Martínez⁴⁷. Pero sus pretensiones iban más allá, de forma que en 1844 el gobierno portugués adopta diferentes medidas, cuyo tenor desconecemos, *“con los españoles asentados en la frontera para prevenir una sublevación proyectada en Galicia”*⁴⁸. Meses después, en julio de 1845, el propio cónsul español en Oporto recibía órdenes para recorrer el distrito con el fin concreto de *“cerciorarse de los contrabandos que se introducen por dicha frontera”*, pero también para *“tomar conocimiento de algunos carlistas que residen ocultos en la extensa línea y algunos aún de los que asaltaron al ex-senador D. Santiago Saenz”*⁴⁹.

Entre una y otra guerra carlista, sucesivamente en 1843 y en 1846 el reino portugués venía sirviendo también de refugio a exiliados liberales, en la primera fecha participantes en el pronunciamiento de Vigo a favor de la restauración de Espartero, y en la segunda, miembros de las juntas de Santiago, de Pontevedra y de Vigo, pero también oficiales y soldados del cuerpo del ejército del brigadier Rubin que, al menos

⁴⁶ Ibídem, caja 54/6.519.

⁴⁷ Ibídem, caja 54/6.545 (04/11/1844).

⁴⁸ Ibídem, caja 54/6.541.

⁴⁹ Ibídem, caja 54/6.545 (15/07/1845).

en número de cien, buscaron su salvación en Portugal tras el fracaso del levantamiento de 1846⁵⁰. En este año, en una comunicación del Cónsul español en Oporto al Ministro Plenipotenciario de S.M. en Lisboa se daba parte de la actividad, aunque en este caso en la propia ciudad, del “*club revolucionario encargado de promover la desertión en nuestras tropas y mantener activas relaciones con los conspiradores de España*”, formado por Molins, Buch, Patiño, miembros de la Junta de Vigo, y algunos militares que, con excusas diferentes, retrasan su salida de la ciudad, aunque el cónsul finalmente logra que se les ordene viajar inmediatamente a Lisboa⁵¹.

2.3. La emigración al interior de Portugal y las levas militares: los mozos prófugos.

Junto con los refugiados y exiliados políticos, otra fundamental preocupación de las autoridades españolas por estos mismos años, en particular a partir de 1826, es el creciente y continuo éxodo, en especial a Lisboa, de mozos en edad de quintas con el propósito de eludir el servicio militar. Ante el incumplimiento del Tratado de 1778, cuyo artículo 6º estipulaba la entrega recíproca de los desertores, y, asimismo ante la ineficacia de las posteriores diligencias diplomáticas de los años 1803 y 1810 sobre el intercambio de prófugos, en 1823 se firmaba un nuevo convenio, cuyo artículo principal se refería a la represión de partidas de facciosos que pasaban a un lado y a otro de la frontera, pero en el que se incluían también otros relativos a la extradición de desertores, de mozos prófugos, de reos condenados o procesados, etc⁵².

Pocos años más tarde, en 1826, era ya el Ministro de Negocios Extranjeros portugués quien presenta la propuesta de un nuevo convenio “*para impedir en lo sucesivo la desertión de las tropas de ambos reynos*”, informada de forma negativa por parte española en atención “*a la soberana decisión de S.M.*”⁵³. En consecuencia, desde 1831 hasta 1839 y con posterioridad en los años 1844 y 1845⁵⁴ se multiplican

⁵⁰ Para mayor información, véase RODRÍGUEZ EIRAS, A., “Alzamientos realistas en Galicia en el trienio constitucional”, en *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXI (1966), 189-203; BARREIRO FERNÁNDEZ, X.R., *El levantamiento de 1846 y el nacimiento del galleguismo*. Santiago de Compostela, 1977, pp. 165-166; del mismo autor, *El carlismo gallego*. Santiago de Compostela, 1976, pp. 36-37, 91-95 y 175-177; asimismo, *Galicia contemporánea. Política (siglo XIX)*. La Coruña, 1991, pp. 221-325.

⁵¹ A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.545 829/08/1846).

⁵² EIRAS ROEL, A., “La política hispano-portuguesa en el trienio constitucional”, en *Hispania*, XXIII (1963), p. 447 y ss.

⁵³ A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.491 (01/11/1826).

⁵⁴ *Ibidem*, cajas 54/6.492 (1826); 54/6.504 (1831); 54/6.521 (1836); 54/6.523 (1837); 54/6.524 y 54/6.525 (1838); 54/6.527 (1839); 54/6.530 (1841); 54/6.542 (1844); 54/6.545 (1845).



en la documentación consular lisboeta los despachos y comunicaciones “sobre la huida de quintos de Galicia para evitar el servicio militar” y las reclamaciones de prófugos, de forma que los exhortos y requisitorias de autoridades gallegas para el apresamiento y devolución de mozos gallegos se acumulan durante la primera guerra carlista, en particular en los años 1836 y 1839, coincidiendo con una fase de incremento de la llegada de los mozos gallegos como consecuencia de la aprobación por las Cortes de la leva extraordinaria de 100.000 hombres en 1835 y de la posterior de 40.000 hombres en 1839; en su intermedio, en 1837, era declarado obligatorio el servicio militar. Ante la magnitud de este éxodo en los años de 1837 y de 1838, son promulgadas dos reales órdenes que prohíben y tratan de impedir la huida con la consiguiente publicación en el Boletín Oficial de cada provincia de listas de prófugos, que tan sólo se generalizarán a partir de la década de 1850⁵⁵.

Las disposiciones internas para detener el flujo juvenil, a todas luces ineficaces, se complementan con la solicitud de aplicación del Tratado de 1778 sobre intercambio de desertores y, en consecuencia, con la petición de colaboración del gobierno portugués, sin que el mismo se muestre en todo tiempo cooperante, por lo que en distintos años de las décadas de 1830 y de 1840 se dirigen a este gobierno comunicaciones y reclamaciones para que “se detengan y se les remitan dichos prófugos porque las autoridades de este Reyno no cumplen los exhortos” que las españolas les libran⁵⁶; es más, se acusa en 1831 “del olvido o falta de cumplimiento de parte de las autoridades subalternas” de las disposiciones de control de la entrada de españoles. De hecho, en una comunicación al Vizconde Santarém, de fecha 31 de octubre de 1831, el Cónsul General en Lisboa se queja de la llegada diaria a Oporto de “varios mozos solteros y en edad de servir que en vez de pasaportes españoles los llevan de autoridades portuguesas de Caminha, Valença, Monção, Melgaço y otros puntos de la frontera de este Reyno, lo que persuade que dichos mozos vienen huyendo del sorteo a que se está procediendo en Galicia”⁵⁷.

El éxodo de los mozos gallegos se incrementa todavía más durante la primera guerra carlista (1833-1840), hasta el punto que en 1838 los ministerios de Gobernación y de Guerra dan instrucciones a las autoridades gallegas sobre “el modo de reclamar” los mozos prófugos, de forma que en mayo de este año el Ministro de S.M. en Lisboa hace llegar al gobierno portugués una comunicación solicitando que “tome providencias para evitar que los jóvenes de Galicia sugetos a

⁵⁵ VALLE GONZÁLEZ, M. S. del, “La emigración en la comarca de Dozón según los expedientes de Quintas”, en EIRAS ROEL, A. (ed.), *Aportaciones...*, op. cit., p. 72.

⁵⁶ A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.504 (24/11/1831).

⁵⁷ *Ibidem*, caja 54/6.504 (21/10/1831).

la quinta se introduzcan en Portugal”, pero que además, en aplicación del Tratado de 1778, se entregue a los ya residentes, para lo cual sería “*menester previamente que las autoridades de las provincias de Galicia den a nuestros agentes diplomáticos o consulares indicaciones suficientes para que puedan ser buscados y reclamados*”⁵⁸. A finales del mes de mayo, en respuesta a la anterior comunicación, se da cuenta de “*las órdenes comunicadas a las autoridades militares (portuguesas) de la frontera para impedir la entrada en este Reyno de los mozos gallegos*”⁵⁹.

Esta afluencia creciente y continua de prófugos gallegos aparecía asociada, en la opinión del gobierno español, a la entrada en Portugal de un elevado número de ellos sin pasaporte, a las irregularidades cometidas en su expedición por las autoridades subalternas españolas y, finalmente, a la permisividad de las autoridades fronterizas lusas y a la buena acogida dispensada a esta mano de obra joven y barata, pagada con relativa frecuencia con la comida, el vestido y el alojamiento⁶⁰. Por tal motivo, en los fondos documentales consulares de Lisboa el “asunto” de los pasaportes se convierte en recurrente a lo largo del segundo cuarto del siglo XIX. Inicialmente, en 1827, el Cónsul lisboeta ya exponía sus quejas sobre la dificultad de controlar los pasaportes falsificados –lo hará de nuevo más tarde, en 1844-, debido a que son presentados y depositados en la Intendencia General de Policía por los recién llegados para obtener el correspondiente billete de residencia, sin que el Consulado pueda reconocerlos y comprobarlos⁶¹; la solución a esta queja, aunque provisional, acordada en 1828, permitirá el depósito durante un corto plazo de tiempo de los pasaportes en la legación consular española⁶².

Años más tarde, en 1831, el problema deriva ya de la expedición de pasaportes por las autoridades portuguesas de las comarcas fronterizas con Galicia, de forma que en una comunicación al Vizconde de Santarém se solicita, debido a que la entrada de mozos gallegos en edad de quintas “*prosigue sin interrupción*”, que remita “*órdenes las más terminantes y estrictas a las autoridades de todos los pueblos fronterizos a fin de que no se admita a español alguno que no presente pasaporte en regla de las autoridades españolas*”⁶³; idéntica petición se reitera al mes siguiente, en noviembre, especificando al margen las autoridades competentes

⁵⁸ *Ibíd.*, caja 54/6.524 (12/06/1838).

⁵⁹ *Ibíd.*, caja 6.524 (30/05/1838).

⁶⁰ LÓPEZ TABOADA, J.A., “Emigración gallega a Portugal en la primera mitad del siglo XIX”, en EIRAS ROEL, A.-REY CASTELAO, O. (eds.), *Migraciones internas...*, op. cit., p. 222.

⁶¹ A.G.A., *Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa*, caja 54/6.494 (14/12/1827):

⁶² *Ibíd.*, caja 54/6.494 (14/02/1828).

⁶³ *Ibíd.*, caja 54/6.504 (21/10/1831).



para la expedición de pasaportes (Primer Secretario de Estado, Capitanes Generales, Intendente y Subdelegado de Policía, pero no los alcaldes de los pueblos)⁶⁴. De nuevo en 1838, en plena guerra carlista, se insiste en la petición a las autoridades portuguesas de la prohibición de entrada de mozos gallegos⁶⁵.

Años más tarde, en 1845, las quejas del Consulado de Lisboa sobre *“la continua emigración de los gallegos”* se dirigen ya al jefe político de la provincia de Pontevedra, en razón del incumplimiento por las autoridades subalternas provinciales de las disposiciones de policía, puesto que han cometido y vienen cometiendo *“diariamente en la expedición de pasaportes tales irregularidades que imposibilitan el cortar semejante abuso”*⁶⁶; entre las mismas está la concesión de pasaportes, *“que se presentan a centenares en la Cancillería de esta legación”*, para desplazarse a Lisboa que, sin embargo, *“llevan en su encabezamiento permiso para pasar a Portugal a solo los pueblos de la frontera”*. El cónsul de Portugal en Vigo justifica esta práctica en razón de las dificultades, elevado precio y mucha tardanza en la expedición de los pasaportes, por lo que los solicitan *“de la autoridad de su pueblo en los términos que queda manifestado”*, pagando 16 rs., ocho de entrada y ocho de salida⁶⁷. Previamente, según se contiene en una comunicación del Gobierno Político de Pontevedra del 18 de marzo de 1845, este organismo había adoptado en el año anterior varias disposiciones para impedir la afluencia de gallegos, contenidas en una circular remitida en julio de 1845 a las autoridades locales y a los Comisarios de protección y de seguridad pública por la que se prohibía que *“ningún natural de esta provincia pase a Portugal sin ir asistido del oportuno pasaporte en regla”* y se vetaba a los antedichos alcaldes y comisarios expedir pasaportes para los pueblos fronterizos *“a sugetos que presuman fundadamente se dirijan al interior de Portugal”*, como era frecuente, por cuanto, una vez internados en territorio portugués, las autoridades *“en vez de interceptarles la marcha se la facilitan de varias maneras”*⁶⁸. Un mes después, en abril de 1845, una nueva circular del Gobierno Político de Pontevedra, en aplicación de una Real Orden del Ministerio de Gobernación, ordenaba que *“los pasaportes a solo los pueblos de la frontera se den a personas que den las fianzas requeridas y con la limitación de 4 meses y no más”*, advirtiendo además a los interesados que no podían internarse en territorio portugués. La circular, ante el incumplimiento por parte de las autoridades portuguesas del interior y de la costa de la prohibición de entrada

⁶⁴ Ibídem, caja 54/6.504 (24/11/1831).

⁶⁵ Ibídem, cja 54/6.424 (12/05/1839 y 30/06/1838).

⁶⁶ Ibídem, caja 54/6.545 (01/03/1845).

⁶⁷ Ibídem, caja 54/6.545 (03/03/1845).

⁶⁸ Ibídem, caja 54/6.545 (18/03/1845).

sin pasaporte, se acompañaba asimismo de un ruego al Ministro Plenipotenciario en Lisboa para que solicitase del gobierno portugués *“órdenes terminantes para que no miren este asunto con el abandono que hasta aquí”*⁶⁹.

Pese a esta circular, en julio de 1845 se advierte de nuevo al Jefe político de la provincia de Pontevedra de las irregularidades en la expedición de pasaportes y permisos; en concreto, el comisario de Vigo se excede en el cobro de derechos por emisión de pasaportes y, a su vez, el de Tui expide algunos *“para ir a esta Corte con el encabezamiento de paso solo a los pueblos de la frontera”*. Asimismo se dispone en el Consulado General en Lisboa de pruebas de la *“facilidad con que las autoridades portuguesas consienten la entrada de muchos españoles desprovistos de documentos o que los tienen imperfectos”* y del *“buen recibimiento que les hacen en ese País para los trabajos y labores de campo con corto estipendio”*⁷⁰. Ante ese hecho, se presenta una nueva reclamación ante el gobierno portugués, acompañada de la solicitud que en el futuro las autoridades portuguesas no concediesen pasaportes para el interior del país, contestada con fecha cuatro de octubre de 1845; se afirma en la respuesta que no puede ser atendida tal petición porque *“restringe sobre maneira a facultade de admisao dos súbditos hespanhois no territorio portugués”*, pero también porque no les puede ser negado tal permiso *“quando pedirem passaporte para o interior do Reino allegando razoes plausiveis ni justificado nenhum justo motivo”*⁷¹.

En definitiva, las irregularidades en la expedición de pasaportes en los años 1830 persisten en la siguiente década, reiterándose las protestas, reclamaciones y peticiones ante las autoridades portuguesas para que, por una parte, pongan extremo celo en impedir la entrada de españoles sin pasaporte y, por la otra, dejen de expedir pasaportes a gallegos para circular por el país vecino. Pese a estas diligencias diplomáticas, la afluencia de mozos en edad de quintas sigue incrementándose en estos años, incluso desde municipios con escasa tradición migratoria a Portugal como los coruñeses de Vimianzo y de Muxía; del primero están ausentes en este reino en 1836 el 37,5% de los mozos útiles; en 1856, a su vez, el 59,6%; del segundo, el 37,1% y el 14,6% respectivamente⁷². No obstante, fuera de estos casos locales, las comarcas que siguen alimentando el éxodo portugués

⁶⁹ Ibídem, caja 54/6.545 (18/04/1845).

⁷⁰ Ibídem, caja 54/6.545 (22/07/1845 y 04/11/1845).

⁷¹ Ibídem, caja 54/6.545 (04/10/1845).

⁷² VARELA PARDO, M.R., “Primera aproximación a los movimientos migratorios del noroeste gallego. La Tierra de Vimianzo entre 1680 y 1860”, en EIRAS ROEL, A. (ed.), *Aportaciones...*, op. cit., p. 84; VARELA PARDO, M.R., “El fenómeno migratorio en el litoral coruñés. El área de la Costa de la Muerte”, en EIRAS ROEL, A. (ed.), *Aportaciones...*, op. cit., p. 104.



no cambiaron sustancialmente con respecto al siglo anterior, con la particularidad añadida que en algunas de ellas las proporciones de fallecidos ausentes en tierras portuguesas prosiguieron en alza.

3. Comarcas de origen y localidades de destino de los emigrantes gallegos.

Las fuentes parroquiales gallegas de los siglos XVIII y XIX, a la espera de una ampliación de los estudios comarcales, localizan en concreto estas zonas de alimentación de la emigración gallega a Portugal en el sector central (municipios de Ponte Caldelas, Fornelos de Montes, A Lama y zona sur del de Cotobad) y meridional (jurisdicción de Achas y municipio de A Cañiza) de la provincia de Pontevedra; en la provincia de Ourense, en algunas comarcas de la parte occidental (Melón y Cea) y centro-septentrional (Maceda) y, finalmente, en la provincia de Lugo, en algunas parroquias vitícolas del sur (Chantada, Quiroga, valle de Lemos). No obstante, dentro de este conjunto territorial con especial atracción por el reino portugués, la preferencia por destinos en Trás-os-Montes y en el Alto Duero parece afectar a tan solo un reducido número de emigrantes; en los municipios de Fornelos de Montes, de Ponte Caldelas y de A Lama, en concreto, suponían el 14,3% frente al 61,7% que iban a ganarse la vida a Lisboa. La razón está en que, dependiendo de unas u otras parroquias, varían la dirección de sus desplazamientos; así, según conclusiones de D. González Lopo, en estos municipios los vecinos de determinadas parroquias, en elevada proporción canteros, se encaminaban preferentemente al interior de Portugal, mientras que los de otras, sin especialización profesional, se dirigían preferentemente a las ciudades litorales, en particular a Lisboa. En concreto, los naturales de Antas y de Seixido se desplazaban preferentemente a la Terra Quente vinatera, entre Vila Real y Lamego; los de la parroquia de Barcia de Seixo y de alguna más del sur del municipio de Cotobad compartían estos destinos con otros localizados en el interior orensano; a su vez, los vecinos de Aguasantas tenían una neta preferencia por la comarca de Chaves, menos marcada en el caso de los naturales de las parroquias de Borela y Tenorio (Cotobad); por fin, los emigrados de las feligresías de Carballedo, Rebordelo, Viascón, etc., que preferían ante todo destinos en territorio gallego y castellano, cuando cruzaban la frontera se dirigían a las comarcas de Bragança y Miranda do Douro⁷³.

⁷³ GONZÁLEZ LOPO, D., "La emigración a Portugal...", op. cit., pp. 379-381; del mismo autor, "Los movimientos migratorios en las tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801-1950:

Esta información sobre los municipios y parroquias de origen de los emigrados gallegos, que hasta hace relativamente poco tiempo era de la única de que disponíamos, empieza en la actualidad a ser cotejada y, sobre todo, complementada con la suministrada por fuentes del otro lado de la frontera, como los libros sacramentales de parroquias portuguesas, los registros de ingresos hospitalarios y, finalmente, los permisos de circulación interna.

En una primera aproximación a la procedencia comarcal de los gallegos ingresados en el Hospital de Vila Real en dos periodos sucesivos del siglo XIX (1797-1825 y 1835-1845), la imagen resultante es la del neto predominio de los naturales del obispado ourensano, que rondan o superan en cada uno de estos periodos el 40% del total; le siguen en número los que se desplazan de la diócesis de Lugo, que elevan su proporción entre uno y otro periodo del 28,9% al 33,8%; menor presencia tienen los naturales del arzobispado de Santiago que, con todo, en la fase de 1835-1845 llegan casi a sumar el 20%; por fin, el obispado de Tui, si se exceptúa el de Mondoñedo, es el que aporta menor número de ingresados que, incluso, desciende en proporción en el último periodo (7,6%).

Si de las circunscripciones diocesanas descendemos a las comarcales, la información sobre las localidades de origen gana ya en precisión espacial; a partir de una muestra de 428 gallegos ingresados en el hospital de Vila Real, cuyas parroquias de procedencia se ha identificado, el mapa de localización reconstruido⁷⁴ concentra los focos de emisión en el sector centro-meridional de Galicia, con tres grandes vacíos localizados en la antigua provincia de Mondoñedo, en la franja litoral atlántica y cantábrica y, finalmente, en zona oriental ourensana. De forma más precisa, estas zonas emisoras se localizan, en la provincia de Lugo, en los municipios del entorno de la capital (Lugo, Begonte, Outeiro de Rei, Castro de Rei) y también, en su occidente, en los colindantes con las provincias de A Coruña, Pontevedra y de Ourense (Guitiriz, Friol, Palas de Rei, Antas de Ulla y Carballedo), destacando en particular el de Chantada; más al sur de la provincia, un nuevo foco, ciertamente de menor magnitud, se extiende a lo largo de la frontera con Ourense; en su totalidad, estas comarcas lucenses sobresalen por el fuerte predominio de labradores, con dedicación en algunas de ellas al cultivo de la vid, por lo que, en la provincia trasmontana, se emplean preferentemente en el sector agrícola, como “criados de laboura” o como jornaleros.

características y puntos de destino”, en *Semata. Ciencias Sociales e Humanidades*, 11 (1999), pp. 274-275.

⁷⁴ Véase Mapa 1 del Apéndice Gráfico.



En la provincia de Ourense, por su parte, se marca una columna vertebral migratoria desde el norte hasta el centro a través de los municipios de Coles, Ourense, San Cibrao das Viñas, Taboadela y Allariz, con una ramificación hacia el centro occidental de la provincia (Celanova, Gomesende); los vecinos de estas comarcas, al igual que los de las lucenses, se ocupan también preferentemente en la actividad agrícola, como asistentes en casas campesinas y, en mayor número, en los trabajos de las viñas⁷⁵; particular presencia tienen entre estos emigrados los naturales de la parroquia de Santa María de Pao (Gomesende), que son los más numerosos en demandar asistencia hospitalaria en Vila Real. En la provincia de Pontevedra, las principales áreas de atracción se localizaban en el sector nororiental (Vila de Cruces, Silleda, Lalín, A Golada) y, sobre todo, en el sector centro occidental, en los municipios de Pontevedra, Cotobade, A Lama y Covelo, de los que proceden la casi totalidad de los maestros y oficiales canteros que trabajan en la provincia interior portuguesa⁷⁶. Las escrituras notariales de contratos de obra y de obligaciones y fianzas corroboran también este origen en los pocos casos en que han sido consultados y estudiados con esta finalidad.

La procedencia espacial de los gallegos ingresados en la Casa de Misericordia de Chaves en los años 1845-1848, por razón de la representatividad temporal de la propia muestra, simplifica el número de los municipios de procedencia; la particularidad con respecto al origen de los gallegos ingresados en el hospital de Vila Real es la presencia, aunque de escasa magnitud, de vecinos del sector meridional oriental (Verín, Riós y Viana do Bolo).

Los pasaportes internos de los años 1834-1835, de los cuales el 31,3% son expedidos a inmigrantes gallegos, precisan, en complementariedad con las fuentes asistenciales, otras comarcas de origen; en primer lugar, en la provincia de Ourense, los municipios de Xunqueira de Espadañedo y de Maceda; más al norte, en el límite entre las provincias de Pontevedra y de Lugo, los municipios de Rodeiro, de Antas

⁷⁵ El trabajo en la viña en la región del Douro está suficientemente documentado a través de los archivos parroquiales, de los libros de contabilidad de las quintas durienses, de la literatura popular, etc. PEREIRA, G.M., "As Quintas do Oratório do Porto no Alto Douro", en *Revista de História Económica e Social*, 13 (1984), pp. 30-31; CABRAL, A., "Historinhas de Galegos no Douro", en *Douro. Estudos & Documentos*, 17, vol. I (2004), pp. 181 y ss.

⁷⁶ El trabajo de estos profesionales gallegos está también suficientemente documentado a través de los archivos parroquiales, de los registros de entrada de enfermos de las Misericórdias, de los libros de contabilidad de las quintas durienses y, finalmente, de los protocolos notariales. FAUSTINO, J.A., *Calvão, uma Paróquia do Alto Tamega (1670-1870)*. Chaves, 1998, p. 191; PEREIRA, G.M., "As Quintas...", op. cit., p. 31; FERREIRA ALVES, N.-FERREIRA ALVES, J., "Nótulas de história...", op. cit., pp. 209-220. Alves, A., *Artistas y Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. 3 vols., Viseu, 2001.

de Ulla y de Taboada⁷⁷; en este caso, los pocos registrados lo son como labradores y “criados de servir”⁷⁸, mientras que en el caso de los vecinos de los dos municipios ourensanos su ocupación fundamental es la del pequeño comercio porque son registrados como negociantes, tenderos y “vendilhaos”; en concreto, solicitan el 85,7% del total de pasaportes concedidos; más en concreto, estos gallegos “transeúntes” son sogueros de la parroquia ourensana de Asadur, cordeleros y alfareros de la feligrésía de Niñodaguía y buhoneros o vendedores ambulantes de la de Maceda que se desplazan de feria en feria por el país transmontano. Algunos de estos comerciantes tienen fijada incluso su residencia en Chaves, en concreto el 34%, para atender de forma más conveniente su actividad; este porcentaje coincide casi con el de los residentes en Portugal, en este caso el 31,1%, según los registros de pasaportes internos emitidos en Penafiel, en la provincia del Duero Litoral, pero no excesivamente distante de las tierras transmontanas. En cambio, la procedencia de unos y otros presenta indudables discrepancias⁷⁹; los titulares de los pasaportes concedidos en Penafiel proceden en su mayoría del municipio de Pontevedra y de la ciudad de Tuy y, en menor número, de los concejos de Covelo y de Cotobade, pero además en una elevada proporción se solicita el pasaporte para regresar a Galicia (48,4%) y sólo en el 22,1% de los casos para transitar por Portugal⁸⁰; en concreto, los concedidos para dirigirse a la provincia de Trás-os-Montes se reducen al 3,3%.

Menor representatividad tienen ya las muestras de los registros de entrada de enfermos de los hospitales de Mesão Frio y de Amarante, por razón que en la mayor parte de los ingresos se omite el lugar de origen; en el primer caso, con una muestra de procedencia parroquial identificada de 30 enfermos, las localidades de atracción se sitúan preferentemente en las proximidades de la ría de Vigo y, más al interior, en el municipio de A Lama; desde más al norte, en la antigua provincia de Santiago, llegan algunos enfermos de forma aislada⁸¹. En el hospital de

⁷⁷ Véase Mapa 2 del Apéndice Gráfico.

⁷⁸ En Chaves, en concreto, los “asistentes” reúnen un importante número, entre los cuales los gallegos son relativamente abundantes. BARROS FERREIRA, J., “Caminhos de pão...”, op. cit., p. 170.

⁷⁹ Véase Mapa 3 del Apéndice Gráfico.

⁸⁰ Este elevado porcentaje de pasaportes con destino a Galicia parece confirmar el retorno por la ruta portuguesa no sólo de emigrantes gallegos en Portugal, sino también de los que se han desplazado a las diócesis de Ciudad Rodrigo, Coria, Plasencia, etc., que regresan a Galicia por el interior portugués, muriendo algunos de ellos en territorio diocesano de Lamego, Viseu, Braga, etc., tal como confirman distintas actas de honras fúnebres de naturales de la comarca del Bajo Miño. PÉREZ GARCÍA, J.M., “La intensa...”, op. cit., f. 15.

⁸¹ Véase Mapa 4 del Apéndice Gráfico. Según las informaciones de los libros de difuntos de San Nicolau de Mesão Frio, un buen número es contratado como criados en casas de “labradores” y en



Amarante, los casos de identificación parroquial son todavía menores en número, distribuyéndose por las comarcas ribereñas del Miño (Tui, Tomiño y Salvaterra do Miño) y por la zona central de la provincia pontevedresa (Pontevedra y Cotobad)⁸²; los procedentes de la primera zona aparecen empleados en su mayor parte como jornaleros, mientras que los de la segunda como canteros.

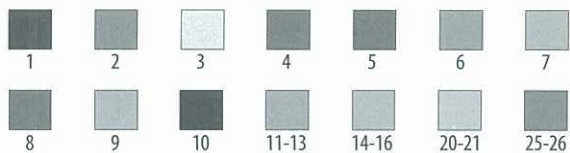
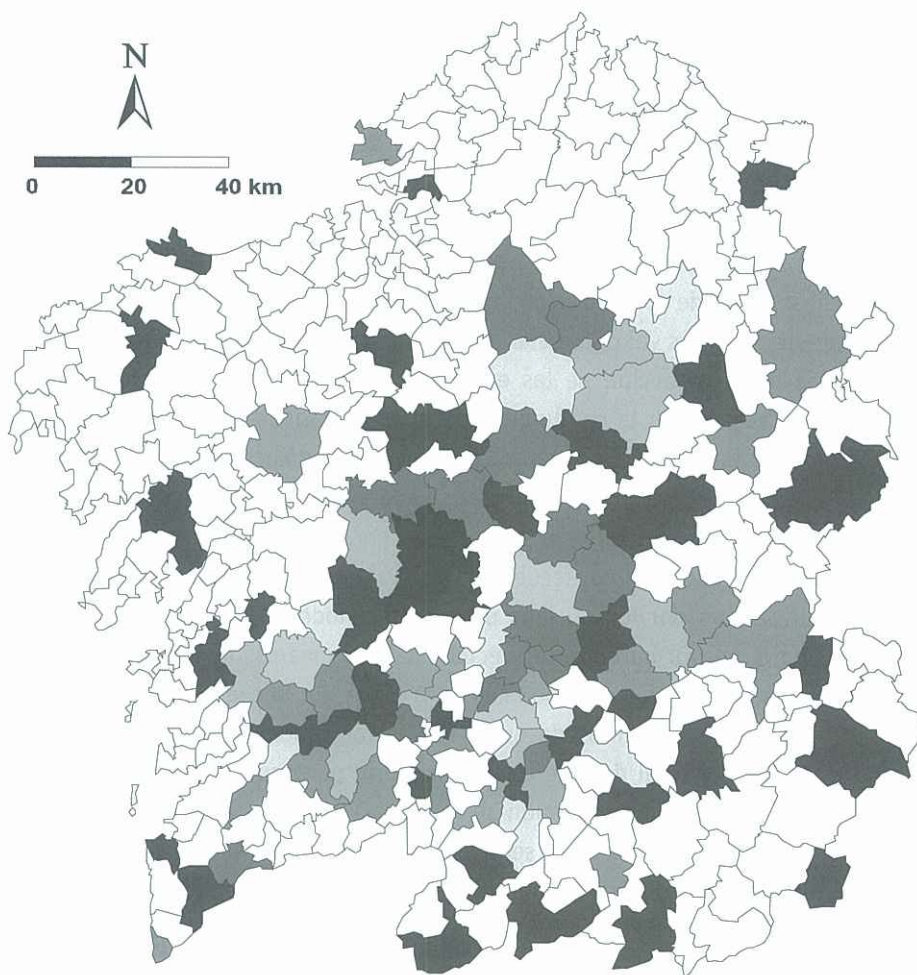
En resumidas cuentas, en los siglos XVIII y en la primera mitad del siglo XIX la provincia de Tras-os-Montes y de Alto Duero es el destino de una constante y continua afluencia de gallegos que, sin tener la magnitud de la corriente con dirección a las ciudades y villas litorales, es, no obstante, la más numerosa registrada en las zonas rurales del interior de Portugal; labradores, jornaleros, canteros, tenderos y pequeños comerciantes siguen encaminándose hacia esta región en la primera parte del siglo XIX. Sin embargo, desde comienzos de la segunda mitad, las oportunidades de empleo en el sector vitícola y las ventajas salariales ya no son las de tiempos anteriores como consecuencia de la reducción de las exportaciones a partir de la segunda década del siglo XIX, causada por la confluencia de factores varios –fuerte descenso de las exportaciones a Inglaterra, competencia de los vinos andaluces, caída de los precios de producción y de exportación, etc.- y agravada a partir de los años 1850 por los ataques sucesivamente del *oidium*, desastrosos en los años 1856 y 1857, y de la filoxera a partir de 1863. En consecuencia, los emigrantes gallegos se ven obligados a cambiar su destino por los núcleos urbanos, al modo como proceden, según D. González Lopo, la mayor parte de los vecinos de las comarcas de Ponte Caldelas, de Fornelos y de las parroquias meridionales de A Lama. En la segunda mitad del siglo XVIII, el porcentaje de vecinos de estas tierras fallecidos en la región del Duero suponía el 14,3% del total de muertos en territorio portugués; en la primera mitad de la siguiente centuria la proporción se reduce ya al 5% y, a continuación, en la segunda al 0,5%⁸³. Con todo, en la segunda mitad del siglo XIX prosigue residiendo en la provincia de Trás-os-Montes una colonia de gallegos que sólo es superada en número, según el censo de extranjeros en Portugal del año 1890, por la de Lisboa y de Oporto; en un momento, por lo tanto, ya de decadencia de la inmigración gallega a Portugal residían todavía en los distritos de Bragança y de Vila Real 3.074 españoles, más del 90% gallegos; en cambio, en los distritos de Braga y de Viana do Castelo, sólo 1.489; sumados unos y otros ascendían a 4.563, suponiendo el 16,8% de los extranjeros residentes en Portugal a finales del siglo XIX.

las quintas del Duero. BARROS FERREIRA, J., "Caminhos de pão...", op. cit., p. 170.

⁸² Véase Mapa 5 del Apéndice Gráfico.

⁸³ González Lopo, D., "La emigración...", op. cit., p. 380.

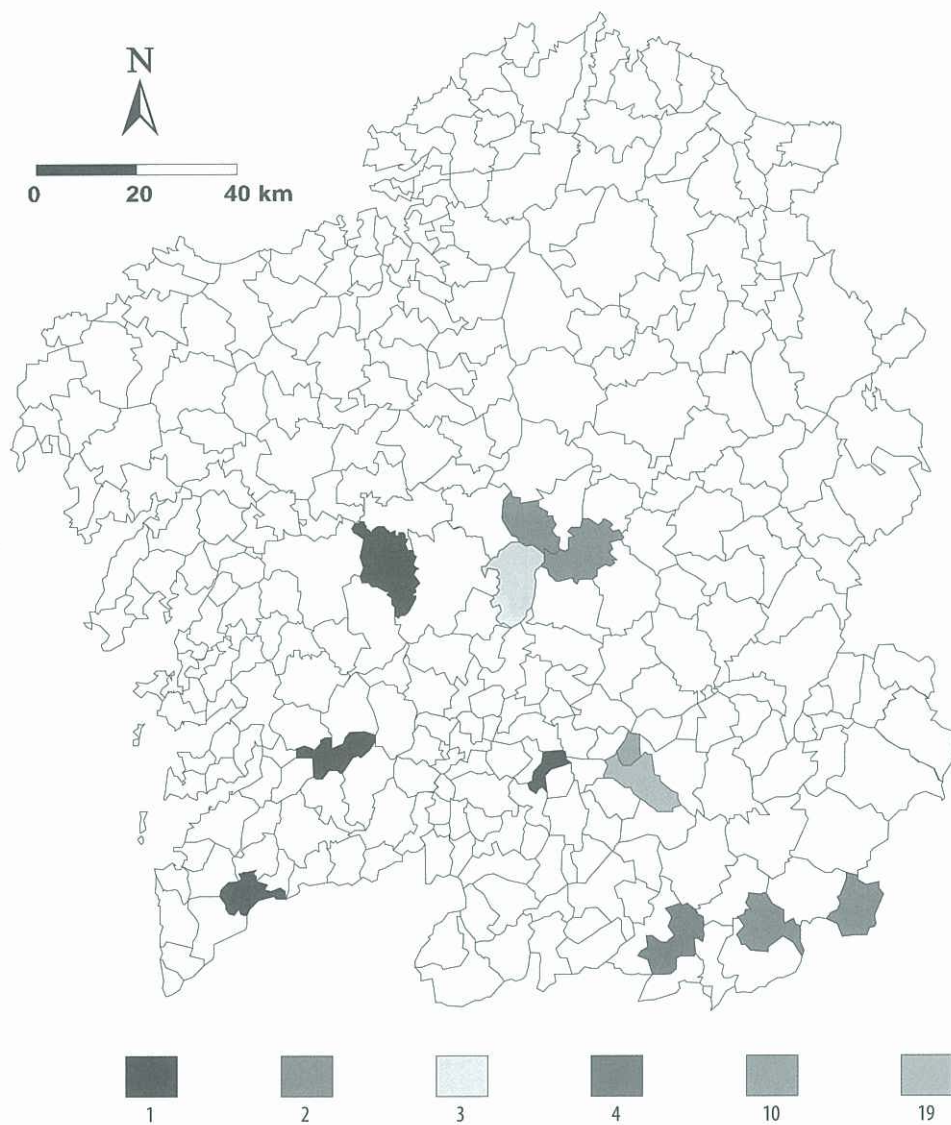
Mapa 1. Municipios de origen de los gallegos ingresados en el Hospital de la Casa de la Misericórdia de Vila Real (1797-1855)



Total gallegos ingresados: 979
Municipios de origen identificados: 428

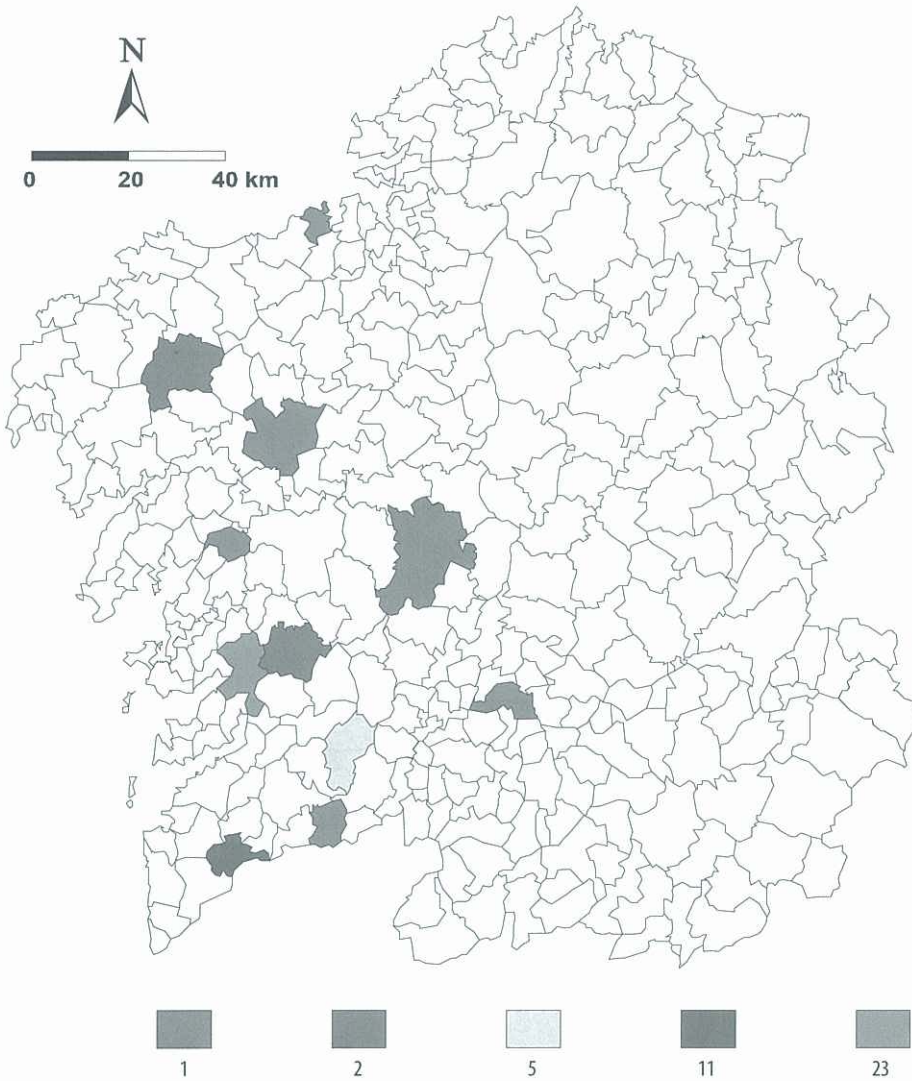


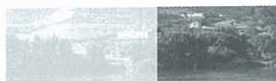
Mapa 2. Gallegos con pasaporte interno. Chaves (1834-1835)



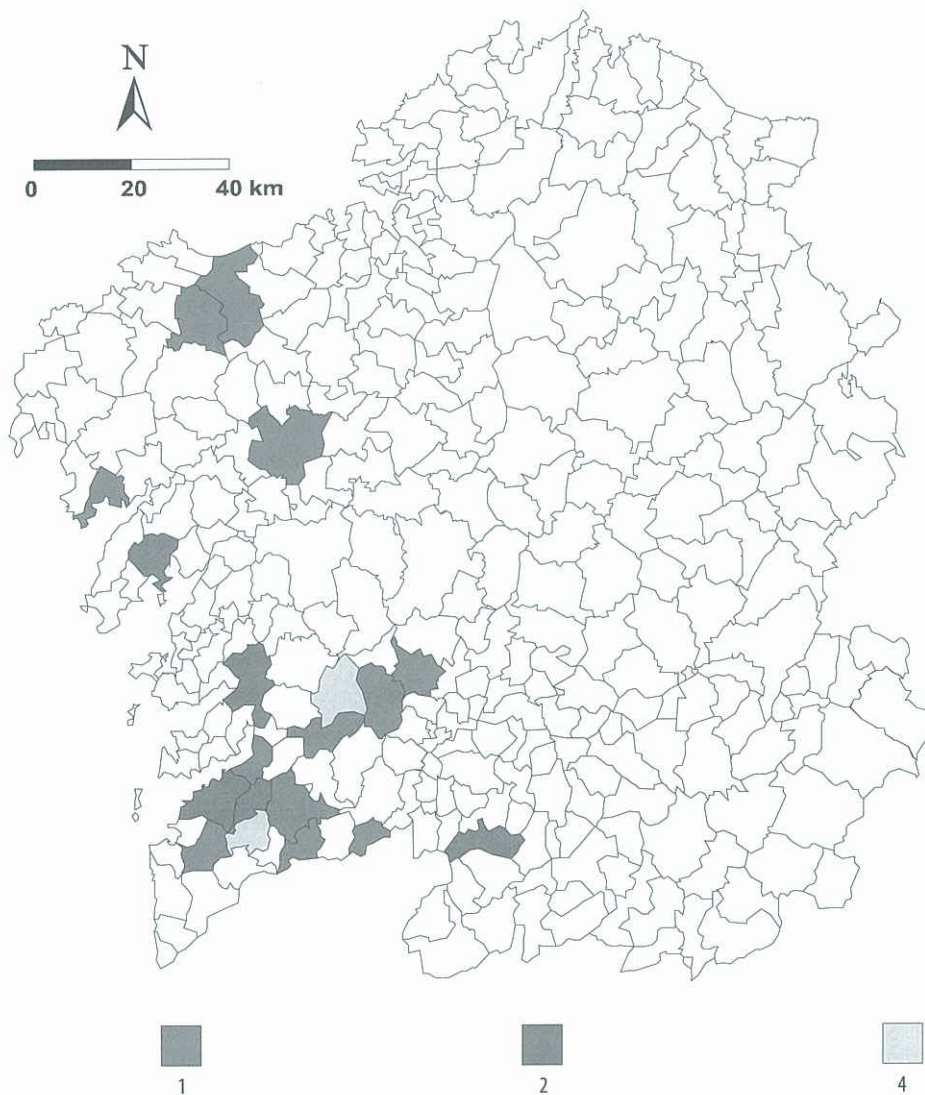
Total gallegos con pasaporte interno: 70
Municipios de origen identificados: 48

Mapa 3. Gallegos con pasaporte interno. Penafiel (1772-1829)



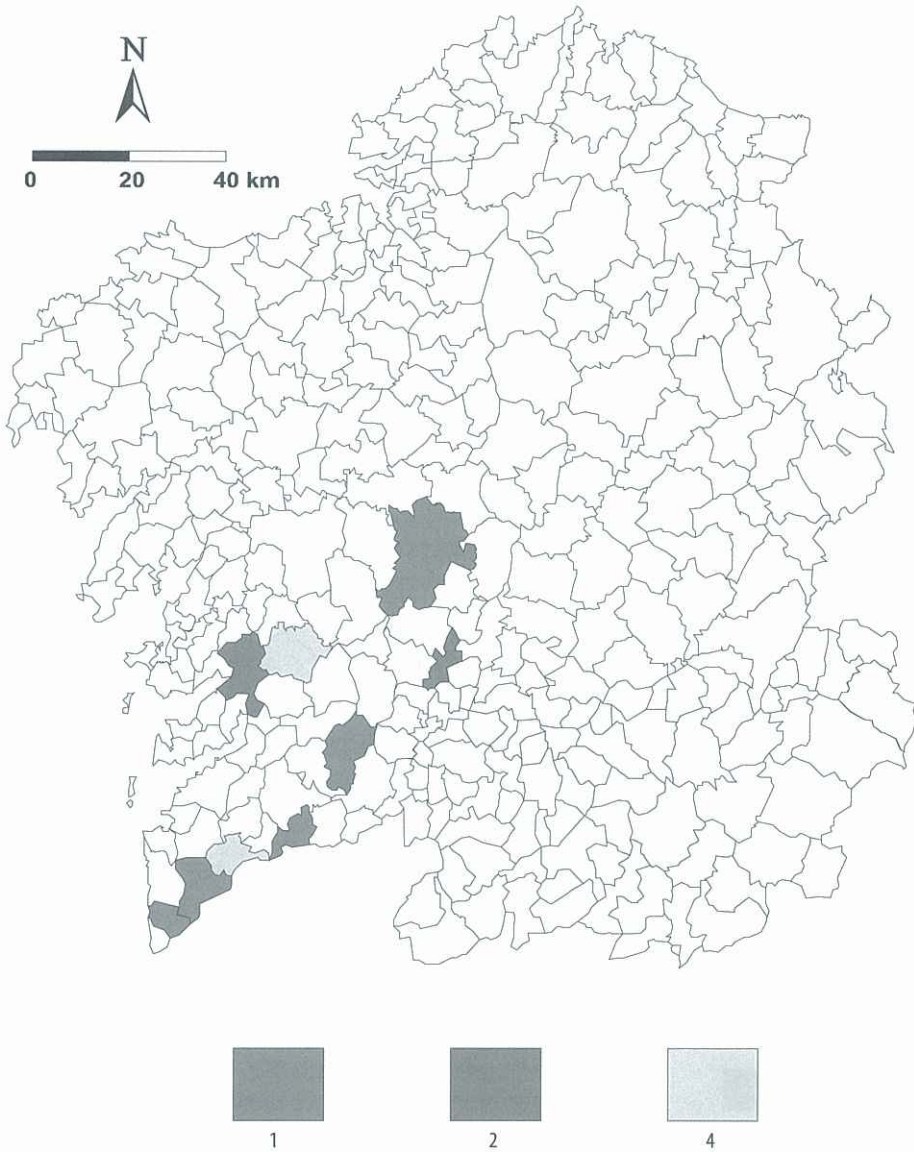


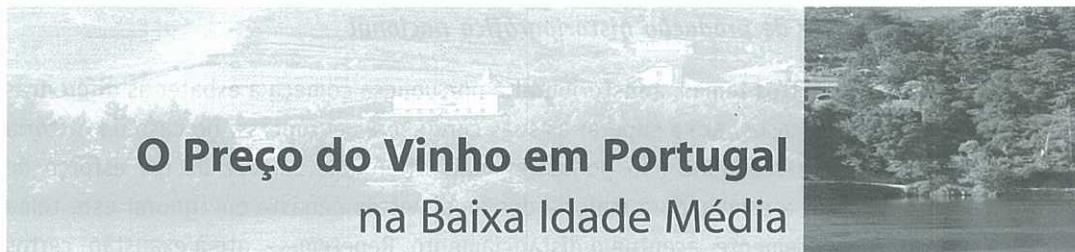
Mapa 4. Municipios de origen de los gallegos ingresados en el Hospital de la Casa de la Misericórdia de Mesão Frio (1780-1826)



Total gallegos ingresados: 65
Municipios de origen identificados: 30

Mapa 5. Municipios de origen de los gallegos ingresados en el Hospital de la Casa de la Misericórdia de Amarante (1835-1839)





O Preço do Vinho em Portugal na Baixa Idade Média

S é r g i o C a r l o s F e r r e i r a *

Considerações Introdutórias

Em 2007, a defesa da tese de mestrado *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*¹ procurou chamar a atenção para a necessidade de se produzirem estudos sistemáticos sobre esses dois temas-chave da história económica. Com efeito, parecia-nos impossível compatibilizar a escassez de reflexão sobre essas matérias por parte da historiografia portuguesa com o conhecimento integral que esta deve ambicionar obter sobre as sociedades passadas.

Este artigo, baseado no referido trabalho, surge como um novo pequeno contributo no sentido de um melhor enquadramento financeiro da vida do homem medieval. No caso, focando a atenção sobre o preço de um dos principais bens alimentares por este consumido, o vinho. Será nossa intenção abordar não apenas a evolução cronológica do custo desse produto, mas também, dentro do possível, perspectivar, em termos comparativos, as diferenças suscitadas pelo espaço geográfico e pelo tipo de vinho. Ambicionar-se-á, ainda, transmitir uma noção do valor do vinho quando comparado com o preço de outros produtos e pagamento de serviços à época.

1. Obstáculos

O estudo de um tema como os preços medievais arrasta consigo uma série de problemas de difícil resolução. Desde a escassez de produção historiográfica nacional

* Licenciado em História, Mestre em História Medieval e do Renascimento. Doutorando em História Medieval.

¹ FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto [s.n.], 2007. 327 p. Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

à indefinição da metrologia, passando pela dispersão dos registos e pela aridez das questões monetárias, o investigador depara-se, assim, com sucessivos desafios.

1.1. Escassez de produção historiográfica nacional

Se, em outros temas, a historiografia portuguesa começa a esbater as diferenças e, em alguns casos, até a superar as suas congéneres europeias, no caso da história dos preços, a realidade não podia ser mais diferente. Em vez de um esforço de aproximação, a esmagadora maioria dos medievistas persiste em ignorar este tema e, conseqüentemente, acentua o distanciamento. Repetem-se, até à exaustão, certos modelos, cuja utilidade começa a ser problemática, deixando-se praticamente na ignorância questões transversais.

Nada fazia prever este distanciamento com a edição, em 1962, da obra de referência *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*², onde, pela primeira vez no nosso país, um historiador se debruçou, utilizando metodologia específica, sobre o preço de determinado bem na época medieval, no caso, o trigo nos séculos XIV e XV. Com efeito, Oliveira Marques testaria aí as bases metodológicas que, nesse mesmo ano, havia explanado no seu artigo “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”³. No entanto, ainda que expostas em dois trabalhos e sob ópticas diferentes (teórica e prática), estas não foram devidamente aproveitadas na proporção da sua importância, não tendo até hoje nascido nenhum projecto de fundo sobre preços medievais portugueses. Não se ignora a importância de alguns contributos⁴, mas, sublinhe-se, nenhuma dessas obras elegeu a história dos preços como o principal objecto de estudo.

1.2. Dispersão e características dos registos

Embora existam algumas séries de preços para as centúrias de Trezentos e Quatrocentos, estas são bastante raras e, só por si, não permitem a realização de estudos que ambicionem ultrapassar a mera análise de um curto período cronológico

² MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média”. In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 17-50.

⁴ Contributos como os de CASTRO, Armando – *A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália Editora, volumes II, III, IV e IX, 1964-1970; e LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.



ou de um pequeno espaço geográfico. Ora, tal constitui um obstáculo significativo, na medida em que exige uma maior amplitude nos mecanismos de pesquisa e bastante perseverança no sentido da busca de mais um preço, escondido por entre sucessivas páginas ou fólios de uma grande variedade tipológica de registos. Com efeito, rara é a fonte medieval que, à partida, se poderá colocar de lado no estudo destas questões, não sendo permitido ao investigador debruçar-se única e demoradamente sobre um *corpus* documental específico, com todas as vantagens que tal opção permite.

Além da dispersão, não se pode também deixar de apontar as características internas dos registos como um obstáculo duplo a ultrapassar. Primeiro, pelo facto de muitas verbas apresentarem um nível informativo lacunar ou miscelâneo, o que dificulta a sua análise e, por vezes, conduz mesmo à sua exclusão. Partilhamos o testemunho de Iria Gonçalves, aquando do seu estudo sobre as finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV: “Na elaboração do preçário, várias dificuldades surgiram, algumas das quais insuperáveis. Muitas das compras efectuadas pela câmara (...) não puderam figurar, por motivos vários: pagamentos de compras ou serviços diversos apresentados em verba conjunta; compras de produtos sem indicação da quantidade adquirida (...). Todos tiveram, por isso, de ser excluídos”⁵.

Em segundo lugar, pela grande variedade do ponto de vista cronológico, espacial e de proveniência da fonte. Com efeito, é necessário distinguir devidamente verbas relativas a tempos ou espaços distintos, não só pelas óbvias questões metroológicas e monetárias, mas por todo um vasto leque de condicionantes como, por exemplo, a evolução da paisagem, da mesma forma que é preciso ser sensível às particularidades de um preço nascido de tabelamento municipal, contrato particular, despesa de instituição monástica, etc.

1.3. Indefinição da metrologia medieval

O facto de os pesos e medidas medievais não terem coincidido em todo o espaço nacional e de terem sofrido diversas reformas e mutações, ao longo dos séculos XIV e XV, exige um grande cuidado na interpretação dos registos de preços. No entanto, encontra-se longe de ser uma tarefa simples.

⁵ GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLV, 1987, p. 131.

Em primeiro lugar, escasseiam estudos de fundo sobre esta temática, sendo que a maioria dos existentes não esconde algumas debilidades. Repetimos, em 2008, as palavras proferidas por Oliveira Marques em 1962: “Já muitos e variados trabalhos, de maior ou menor erudição, incidiram sobre o sistema ponderal português de épocas passadas, mas continua a faltar o estudo completo, científico, monográfico, que sirva de base segura para o historiador da Economia”⁶.

Em segundo lugar, é recorrente a impossibilidade de se perceber qual a constituição de determinado peso e medida, em virtude de as fontes poucas vezes mencionarem estes nos respectivos conjuntos métricos. Ainda que, em certos casos, se possa especificar essa posição, resta a dúvida acerca de qual a equivalência a atribuir em termos regionais ou locais. Tende-se a adoptar mapas elaborados no século XIX, mas qual o seu grau de fiabilidade? Além de tudo o mais, devemos ter em conta, como lembram Bernard Garnier e Jean-Claude Hocquet, que o “sistema decimal não oferece senão um padrão incómodo para a conversão dos antigos pesos e medidas, porque lhes é estranho por natureza. Ele não foi criado, felizmente, para proporcionar uma conversão. É diferente. É uno, assenta numa abstracção, numa convenção, numa medida extraída de uma natureza geometrizada e tornada universal, enquanto as medidas anteriores eram antropométricas, calculadas a partir dos homens, plurais, multiplicadas até ao infinito pelas maneiras de medir”⁷.

Com efeito, o problema da indefinição dos pesos e medidas apenas será ultrapassado, de forma satisfatória, com um estudo de fundo que cruze o resultado de um levantamento exaustivo do maior número de registos metrológicos medievais com os referidos mapas oitocentistas⁸, estudo que se aguarda já há longos anos.

1.4. *Questões monetárias*

Afirmar que um almude de vinho valia 30 soldos em 1333, 4 reais de 10 soldos em 1394, 18,5 reais de 3,5 libras em 1407 e 100 reais de 35 libras em 1494 não permite, por si só, qualquer abordagem de teor evolutivo. Ainda que se reduzisse a análise a uma mesma espécie monetária e procurássemos comparar, por exemplo, os preços de 60 reais brancos em 1451 e de 100 reais brancos em 1494, ambos

⁶ MARQUES – “Ideário para uma História...”, p. 37.

⁷ Cit. por DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas se queriam pequenas (espaço e medidas na Idade Média)”. In *Arquitectando espaços: da natureza à Megapólis*. Coord. V. O. Jorge. Porto-Coimbra, 2003, p. 186-187.

⁸ Proposta de Luís Miguel Duarte e com a qual concordamos inteiramente. Vd. DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas...”, p. 186-187.



relativos à cidade do Porto, não se poderia afirmar que o valor do vinho aumentou consideravelmente nesse intervalo cronológico. O processo de desvalorização da moeda pode, inclusive, transformar uma aparente vigorosa inflação numa real deflação de preço, exactamente o que aconteceu no caso apresentado: 60 reais em 1451 constituíam um maior valor real do que 100 reais em 1494.

A não coincidência entre os valores facial e real não é, todavia, o único obstáculo. Também aqui deparamos com as dificuldades inerentes à tipologia dos registos estudados. Na esmagadora maioria dos casos, as fontes apenas referem a nomenclatura geral de uma moeda, não a especificando, o que assume particular significado para períodos em que circulam espécies com o mesmo nome, mas de valores diferentes (como em finais do século XIV, inícios do século XV, quando circulavam reais de 10 soldos, reais de 3,5 libras e reais de prata) e para espécies cujo valor facial foi mutável (como o real branco, cuja equivalência em ceitis foi variando).

Registe-se, no entanto, uma vantagem no que diz respeito à resolução destes problemas: a existência de uma produção historiográfica de qualidade, muito graças aos contributos, primeiro, de A. Teixeira de Aragão e, mais recentemente, de Oliveira Marques e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, a qual permitiu ultrapassar, com maior facilidade, a aridez inerente a muitos dos conceitos e problemas aduzidos pela história monetária⁹.

2. Opções e Metodologia

2.1. *Seleção de fontes e organização de dados*

Embora praticamente qualquer testemunho contabilístico tardo-medieval pudesse contribuir com mais um preço, atribuiu-se, à partida, uma maior importância a algumas tipologias bem específicas.

Desde logo, os livros municipais de receita e despesa, talvez a fonte mais rica no que respeita ao conhecimento de preços medievais. Em 1987, Iria Gonçalves colocava ao dispor da comunidade científica um conjunto de tabelas, contendo as verbas relativas aos códices portuenses de 1450-51, 1461-62, 1462-63, 1474-75, 1482-83, 1485-86, 1491-92, 1493-94 e 1496-97. Consideramos importante relembrar as suas palavras de introdução a esse precioso anexo, cujo modelo de organização foi para nós um exemplo a seguir: “Apresento-os sem outro intuito que não seja

⁹ A bibliografia correspondente pode ser consultada no ponto 2.3. do presente trabalho.

divulgar tais valores, na esperança de que um dia, apostos a muitos outros que entretanto venham sendo postos à disposição dos estudiosos, eles possam contribuir para o esclarecimento de mais algumas facetas do viver dos nossos antepassados medievais¹⁰. Em 1985, José Marques dava a conhecer a única fonte deste género conhecida para o norte do Reino, mais precisamente o “*Livro de Joham Gonçallvez Carasco*”, procurador da vila transmontana de Mós de Moncorvo, do ano de 1439¹¹. Finalmente, em 1998, era a vez de Jorge Fonseca publicar um estudo sobre a vila alentejana de Montemor-o-Novo no século XV¹², onde se incluía a transcrição de dois importantes livros de receita e despesa, relativos aos exercícios de 1422-23 e 1499-1500¹³.

Os livros de vereações constituíram o segundo núcleo fundamental, dado, sobretudo, o seu registo de tabelamento de preços. Consultaram-se as seguintes vereações publicadas: vila de Loulé, dos anos de 1384-85, 1392, 1394-96, 1402-1404, 1408, 1468-69, 1481, 1487-88¹⁴ e 1496-97¹⁵; cidade do Porto, dos anos de 1390-95¹⁶, 1401-03, 1414, 1442-43, 1448-49¹⁷ e 1431-32¹⁸; vila de Sabonha, dos anos de

¹⁰ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 131.

¹¹ MARQUES, José – “A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”. In *Brigantia. Revista de Cultura*. Bragança: Assembleia Distrital, vol. V, n.º 2-3-4, Abril-Dezembro de 1985, p. 515-560.

¹² FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no Século XV*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

¹³ Assim, e ainda que aproveitado um ou outro elemento recolhido na bibliografia, ficou a faltar a análise sistemática dos livros relativos aos municípios de Loulé (1375-76, 1381-82, 1403-04, 1412-15, 1419, 1423-25, 1450-51 e 1483) e Elvas (1432-35) e ao mosteiro de Alcobça (1436-1441), os quais esperam transcrição.

¹⁴ *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV*. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte, João Alberto Machado e Maria Cristina Cunha. Separata da revista *Al’Ulyā*, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

¹⁵ *Actas de Vereação de Loulé: Século XV*. Coordenação de Manuel Pedro Serra e transcrição de Luís Miguel Duarte. Suplemento da revista *Al’ulyā*, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004.

¹⁶ “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*. Transcrição de A. de Magalhães Basto. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. II. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, s.d.

¹⁷ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Transcrição de J. A. Pinto Ferreira. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XL. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980.

¹⁸ «*Vereações*». *Anos 1431-1432. Livro 1*. Transcrição de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XLIV. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1985.



1421-22¹⁹; vila de Montemor-o-Novo, dos anos de 1443 e 1483²⁰; vila de Vila do Conde, do ano de 1466²¹; vila do Funchal, dos anos de 1470-72, 1481-82 e 1485-96²² e cidade de Coimbra, do ano de 1491²³. Consultaram-se, igualmente, as vereações portuenses que permanecem inéditas no arquivo municipal da cidade do Porto, relativas aos anos de 1452-55, 1460-61, 1475-76, 1479-89 e 1494-98²⁴.

Além dos livros municipais de receita/despesa e de vereação, procedeu-se ainda ao levantamento de códices (desde logo, o afamado *Livro das Campainhas*²⁵) e colecções documentais (crónicas, cortes e chancelarias²⁶), cujas potencialidades são por demais conhecidas.

A bibliografia seleccionada, na qual assume particular importância o artigo de Mário Viana “Alguns Preços de Vinho em Portugal (Séculos XIV-XVI)”²⁷, permitiu, por sua vez, enriquecer significativamente o conjunto de preços de vinho apresentado em anexo²⁸.

¹⁹ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*. Introdução, transcrição e notas de José Manuel Vargas. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005.

²⁰ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.

²¹ MARQUES, José – “A administração municipal de Vila do Conde, em 1466”. Separata da revista *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, fasc. 83-84. Braga, Janeiro-Dezembro de 1983.

²² *Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV*. Transcrição de José Pereira da Costa. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

²³ “O mais antigo livro de vereações – 1491”. Publicado por José Branquinho de Carvalho. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, 1954, p. 53-68.

²⁴ A.H.M.P., Livros 3.º (1412-13, 1452-55 e 1460-61) 4.º (1475-76, 1479-80, 1487 e 1480-85), 5.º (1485-88) e 6.º (1488-89, 1494-95 e 1497-98) de vereações. À espera de transcrição continuam, igualmente, alguns livros de actas da Ericeira (1480, 1484 e 1486) e o livro 4.º da vereação lisboeta, o qual contém actas a partir de 1495.

²⁵ *Livro das Campainhas (código da segunda metade do século XIV)*. *Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Transcrição de Jorge de Alarcão e revisão do texto, índices e notas por Luís Carlos Amaral. Colecção “Documentos sobre Vila Nova de Gaia”, n.º 4. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

²⁶ Seleccionadas com base no conhecimento de dados informativos relevantes ou em virtude da importância económica e monetária de alguns reinados e consequentes repercussões na história dos preços. Saliente-se, neste âmbito, o testemunho das cortes ocorridas no governo de D. Fernando. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, volume I (1367-80). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.

²⁷ VIANA, Mário – “Alguns preços de vinho em Portugal (séculos XIV-XVI)”. *Arquipélago – História*, 2.ª série, volume V, Ponta Delgada, 2001, p. 605-626.

²⁸ Por uma questão de economia de espaço, optou-se pela não indicação, em notas de rodapé, das fontes relativas aos preços apresentados, as quais podem ser consultadas no respectivo anexo.

2.2. Que abordagem face à indefinição da metrologia medieval?

Perante esta questão particularmente complexa e que se colocou insistentemente, teremos optado pela solução possível. Não existindo condições de base para realizar cálculos sistemáticos e pormenorizados ao nível, sobretudo, da especificidade regional, optou-se por uma abordagem de carácter geral que deixasse margem para que o cruzamento deste contributo com um futuro trabalho de fundo ao nível da metrologia medieval pudesse, esse sim, empreender tal perspectiva.

Assim, guiou-nos apenas a intenção de lançar bases para discussão futura e o cuidado de apreender correctamente as linhas de força dessa temática, como, por exemplo, o facto de as medidas de capacidade terem sido geralmente maiores no norte do Reino. Tal é a conclusão a que chega, em 1865, D. João da Soledade Moraes²⁹. Em 1903, Costa Lobo apresenta dados bastante semelhantes³⁰, os quais, por sua vez, são adoptados por Oliveira Marques no artigo “Pesos e Medidas” do *Dicionário de História de Portugal*³¹.

Quadro I. Equivalências, por região, do almude em litros

REGIÃO	ALMUDE	
	D. João da Soledade Moraes (1865) ³²	Costa Lobo (1903)
Alentejo	19,34	18
Algarve	20,45	20
Beira	24,22	26
Estremadura	17,74	18
Entre Douro e Minho	24,9	24
Trás-os-Montes	26,39	25
Açores	26,72	-
Madeira	18,59	-

Além da tabuada de D. João da Soledade Moraes, do trabalho de Costa Lobo e da síntese de Oliveira Marques, revelaram-se de grande utilidade a obra de Gama

²⁹ MORAES, D. João da Soledade – *Taboadas dos novos pesos e medidas dedicadas às escolas de instrução primária*. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, p. 9-11.

³⁰ LOBO – *História da Sociedade...*, p. 243-271.

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Pesos e Medidas”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, vol. V, p. 67-72.

³² Tratam-se de médias realizadas com base em todos os valores concelhios apresentados pelo autor.



Barros³³ e, muito particularmente, o trabalho de Luís Seabra Lopes, “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”³⁴, trabalho pouco divulgado, mas de grande valia e em que se dão a conhecer surpreendentes dados.

2.3. A questão monetária e a adopção de uma metodologia pouco divulgada

A primeira palavra terá de ser de homenagem a três historiadores, cuja investigação em história monetária permite que, pelo menos nessa área, a historiografia portuguesa se encontre num nível de desenvolvimento bastante apreciável. Referimo-nos, obviamente, a A. Teixeira de Aragão e à sua monumental *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*³⁵; à vasta produção de Maria José Ferro Pimenta Ferro Tavares, da qual salientamos o ensaio *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*³⁶ e a Oliveira Marques e à sua magnífica síntese corporizada no artigo “A Moeda Portuguesa Durante a Idade Média”³⁷.

Sem esquecer outros contributos³⁸, tem sido, de facto, a obra destes historiadores a construir a história monetária portuguesa e aquela que estruturou a metodologia por nós adoptada. Como vimos, a análise de cifras monetárias no tempo não pode ser realizada apenas com base na sua componente facial, mas sim acompanhada de um denominador comum. Para superar esta dificuldade foram já utilizados, além-fronteiras, dois processos: exprimir cada cifra em quantidade de ouro ou prata ou, então, colocar sobre o mesmo esquema semilogarítmico os valores nominais (primeira curva) e o curso do metal precioso tomado como referência

³³ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, s.d., vol. X, p. 13-116.

³⁴ LOPES, Luís Seabra – “Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI”. *Portugália*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXIV, 2003, p. 113-164.

³⁵ ARAGÃO, A. C. Teixeira de – *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. 2.ª ed. Porto: Livraria Fernando Machado, vol. I, 1964.

³⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*. Lisboa, 1974. Mencione-se ainda, entre outros, o artigo “Subsídios para o estudo da história monetária do séc. XV (1448-1495)”. Separata da revista *Nvmmvs*, 2.ª série – volume IV/V/VI. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-83.

³⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A moeda Portuguesa durante a Idade Média”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Documenta Historica, 1980, p. 195-220.

³⁸ A rever novamente o trabalho de Costa LOBO – *História da Sociedade...*, p. 243-271.

(segunda curva)³⁹. No entanto, se estes métodos não constituem, há muito, qualquer novidade e têm sido ferramenta frequente dos historiadores estrangeiros, já no que respeita ao nosso país a realidade não podia ser mais diferente. Até hoje, apenas temos conhecimento de Oliveira Marques ter adoptado, com profundidade, a referida metodologia. Relembramos a obra *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a Questão Cerealífera Durante a Idade Média*⁴⁰ e a análise sistemática do preço do trigo num período de dois séculos (XIV e XV)⁴¹.

Propomos a reutilização deste método, na vertente adoptada por Oliveira Marques de expressão dos valores faciais em g de prata (vertente escolhida em função de se conhecer muito melhor o curso do preço da prata e de ser um modelo de mais fácil leitura), desta feita aplicando-o ao preço do vinho. Para esse fim foi necessário reunir e cruzar o maior número possível de indicações relativas ao preço do marco de prata, fazer uma selecção criteriosa das mesmas e realizar um quadro síntese a partir do qual se desenrolassem os cálculos necessários. A grande maioria dos coeficientes adoptados acabou, sem surpresas, por coincidir com aqueles que o referido historiador já havia lançado em 1968, introduzindo-se apenas alguns aperfeiçoamentos tendo por base os trabalhos de Maria José Ferro Tavares e uma ou outra indicação extraída das fontes primárias.

A pouca divulgação deste método exige uma breve abordagem. Como se sabe, até à adopção do sistema métrico, o marco foi a unidade de peso a que se reportava a quantidade de metal precioso em todas as moedas cunhadas, marco que se manteve praticamente imutável no seu peso ao longo do período em estudo, ou seja, cerca de 230 gramas. Ora, conhecendo-se o preço deste, pode-se calcular a real valia da moeda, pelo menos de forma aproximada. Seguem-se dois exemplos, um para cada sistema de contagem adoptado em Portugal nos séculos XIV e XV: em libras até à reforma de D. Duarte de 1435-36 e, a partir daí, em reais brancos. Recuemos, por exemplo, até ao reinado de D. Pedro, um dos mais estáveis em termos monetários. Segundo Fernão Lopes, “no tempo deste Rei, valia o marco da prata de ligua dez e

³⁹ FOURQUIN, Guy – *História Económica do Ocidente Medieval*. 3.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 323.

⁴⁰ MARQUES – *Introdução à História...*, p. 220-222.

⁴¹ Oliveira Marques já havia utilizado essa metodologia, mas de forma pontual, na obra *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 3.ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974, p. 150, de modo a ilustrar a evolução, a largos períodos, do preço de alguns bens e salários. Também pontuais foram os exercícios de J. A. Pinto Ferreira (“Despesas efectuadas pelo município portuense por ocasião do baptizado do Infante D. Henrique”. Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, vol. XXIII, fascs. 3-4, 1960) e de Armando Castro (*A Evolução Económica...*, vol. IX, 1970).



*nove libras (...)*⁴². Ora, dividindo-se 230 g de prata, valor do marco, por 19 libras ou 380 soldos ou 4560 dinheiros, fica-se a saber que cada libra, soldo ou dinheiro valia, entre 1357-67, 12,11, 0,605 e 0,05 g de prata, respectivamente. Da mesma forma, em 1442, descobre-se, numa quitação régia, a indicação de “(...) *a razom de sseteçentos rreaes por marco*”⁴³. Ora, dividindo 230 g de prata por 700 reais brancos, chega-se a um valor de 0,329 g de prata para cada real branco.

Só com base nesta metodologia se poderá perceber a real evolução dos preços, sejam estes expressos na mesma moeda ou em espécies diferentes. Assim, sabendo-se que um almude de vinho, em Santarém, custou 20 reais em 1442 e 20 reais em 1478, não quer isto dizer que o valor do vinho tenha sido o mesmo nesses dois anos. Com a redução destes preços a g de prata, percebem-se as seguintes cifras: 6,58 g e 2,7 g, ou seja, na segunda data o vinho terá sido mais barato cerca de 59%.

Da mesma forma, e recordando agora um caso em que as quantias são expressas em espécies monetárias díspares, temos que o almude de vinho andava pelos 10 soldos em 1347 (**6,15**⁴⁴) e pelos 30 reais brancos (**3,03**) em 1486. A primeira imagem suscitada pelos valores faciais é completamente contrariada pelo mecanismo de equivalência em prata, o qual nos aponta um novo corte entre as duas datas superior a 50%.

Saliente-se, no entanto, que todos os cálculos produzidos não transportam consigo outra pretensão do que a de constituírem meros indicadores por aproximação, até pela impossibilidade de se atestar o grau de fidelidade dos registos coevos, a partir dos quais foram calculados os referidos coeficientes, à real evolução do preço do marco de prata.

Pelo exposto percebe-se como o preço do marco de prata é a fonte mais clara e singela para observarmos o processo de desvalorização ocorrido em Portugal nos séculos XIV e XV, processo que, todavia, pela sua dimensão⁴⁵, tem levantado ainda algumas dúvidas. Ora, tal deve-se ao facto de não se separar devidamente o processo de deflação monetária da lógica de mercado e estabelecimento de preços, a qual,

⁴² LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro I*. Introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d., p. 50.

⁴³ *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*. Transcrição de Pedro de Azevedo. Academia das Ciências de Lisboa, 1915, tomo I (1415-1450), p. 329.

⁴⁴ Todos os valores apresentados entre parêntesis correspondem às respectivas equivalências em gramas de prata.

⁴⁵ De 14 libras no reinado de D. Dinis, o marco de prata chegou a 80 850 libras nos últimos anos do século XV, como se pode verificar no Quadro II.

de uma forma quase natural, atenua, até certo ponto e como vimos nos exemplos anteriores, as mutações e quebras da moeda.

Refira-se, por fim, que, como todos os métodos, este tem as suas desvantagens, de entre as quais assume particular significado a inexistência de indicações sistemáticas sobre o preço da prata, o que faz com que, para certos períodos, se utilize apenas um coeficiente por aproximação. Neste caso, à medida que se forem conhecendo novos preços para o marco de prata, poder-se-ão preencher lacunas e corrigir certos cálculos aqui apresentados.

Quadro II. Evolução, aproximada, do preço do marco de prata de 11 dinheiros (1300-1499)

LIBRA (1300-1414) e REAL BRANCO (1415-99) COMO UNIDADE DE CONTA			
Ano/Período	Valor do marco (230 g)	g de prata por soldo e real	Fonte
1300 (?) – 1324	14 l.	0,821	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 167 e 378; MARQUES, <i>A moeda</i> : 207 e <i>O Surto</i> : 210
1325 (?) – 1352	18 l. e 14 s	0,615	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 171; TAVARES, <i>A moeda</i> : 276
1353 (?) – 1356	25 l.	0,46	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 171; MARQUES, <i>A moeda</i> : 208
1357 – 1368	19 l.	0,605	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 174; MARQUES, <i>A moeda</i> : 210-211
1369 (d. Mar. ou Jul.)	27 l.	0,426	MARQUES, <i>A moeda</i> : 211; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 276
1370	85 l. e 4 s.	0,135	MARQUES, <i>A moeda</i> : 211 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 20
1371 (d. Ago.)	76 l. (?)	0,151 (?)	MARQUES, <i>A moeda</i> : 212; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 23-24
1372 (d. Jul.) – 1383	22 l.	0,523	MARQUES, <i>A moeda</i> : 212 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Para o estudo</i> : 25-27
1384	36 l.	0,319	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213 e <i>O Surto</i> : 210
1385 (?)	66 l.	0,174	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213
1386-1387	155 l.	0,074	MARQUES, <i>A moeda</i> : 213
1388-1390	172 l.	0,067	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1391	230 l.	0,05	TAVARES, <i>Estudos</i> : 127
1392-97	250 l.	0,046	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1398	315 l.	0,0365	MARQUES, <i>A moeda</i> : 214
1399 – 1414 (?)	330 l.	0,035	MARQUES, <i>Introdução</i> : 221 e <i>A moeda</i> : 214
1415 – 1424	740 r.	0,31	MARQUES, <i>Introdução</i> : 221



LIBRA (1300-1414) e REAL BRANCO (1415-99) COMO UNIDADE DE CONTA			
Ano/Período	Valor do marco (230 g)	g de prata por soldo e real	Fonte
1426	800 r.	0,288	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 127
1429	715 a 720 r.	0,321	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1432	750 r.	0,307	TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1433	750 a 770 r.	0,303	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1434	700 r.	0,329	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1435	836 r.	0,275	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218
1436	700 a 720 r.	0,324	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218 e <i>O Surto</i> : 210; TAVARES, <i>Estudos</i> : 128
1437	750 r.	0,307	TAVARES, <i>Estudos</i> : 128 e 132
1440	700 r.	0,329	TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1442	700 r.	0,329	<i>Documentos das C. R.</i> , I: 329; TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1449 – 1450	1000 r.	0,23	MARQUES, <i>Introdução</i> : 222
1451	1100 r.	0,209	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 232 e 373; MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210
1457	1000 r.	0,23	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1460-61	1500 r.	0,153	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 230 e 232; MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210
1465	1600 r.	0,144	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1470	1515 r.	0,152	MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210;
1472	1896 r.	0,121	MARQUES, <i>A moeda</i> : 219 e <i>O Surto</i> : 210; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255
1476	1700 r.	0,135	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1480	2000 r.	0,115	MARQUES, <i>O Surto</i> : 210 TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1485	2280 r.	0,101	ARAGÃO, <i>Descrição</i> : 243 e 394; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255
1489	2280 r.	0,101	<i>D. A. H. C. M. L.</i> , III: 286
1494	2285 r.	0,101	TAVARES, <i>Subsídios</i> : 58
1495 – 1499	2310 r.	0,10	MARQUES, <i>A moeda</i> : 218; DIAS, <i>As Finanças</i> : 255

3. O preço do vinho nos séculos XIV e XV

“O vinho era a principal bebida das populações medievais da Europa mediterrânica. De um modo geral, era acessível a todas as bolsas. Encontramo-lo quer na mesa do rico, quer na do pobre. De melhor qualidade na adega do aristocrata, menos bom nos lares mais modestos.⁴⁶” O nível de acessibilidade ao consumo foi, todavia, caracterizado por uma aguda inconstância e oscilação baseada em curtos períodos cronológicos, frequentemente coincidentes com a qualidade das colheitas anuais, mas também com a tomada de decisões políticas e consequentes reflexos na frágil estabilidade monetária tardo-medieval.

3.1. Traços Evolutivos

Os primeiros preços recolhidos simbolizam, desde logo, os três cenários de mercado completamente distintos que o homem tardo-medieval conheceu: abundância, equilíbrio entre procura e oferta e aguda escassez. Assim, em 1311, registava-se um dos mais baixos preços de todo o século XIV, quando um almude podia ser adquirido por apenas 1 soldo e 8 dinheiros (**1,37**). Decorridos 20 anos, o almude tinha subido para uma quantia média de 6 a 8,5 soldos (**3,69 a 5,23**) e, em 1333, atingia uns elevados 24 a 30 soldos (**14,76 a 18,45**), espelhando um dos piores anos agrícolas da Baixa Idade Média: “*fuy taõ mao anno por todo Portugal, que (...) en esse año andou el almude do vinho vermelho a XXIIIJ. soldos, e lo blanco a XXX soldos por la medida Coimbrã*”⁴⁷. Saliente-se que apenas para três momentos foram detectadas quantias superiores a estas.

Decorridos sete anos, em 1340-41, o preço do vinho tinha já descido, em Évora, para cerca de 10 a 20 soldos (**6,15 a 12,3**), valores que devem ter sofrido novos cortes nos anos imediatos: em 1347, registava-se um valor de 10 soldos (**6,15**) em Santarém e de 4,8 soldos (**2,95**), no produtor, em Lisboa.

Síntese (1300-1349)

Representação Geográfica: Coimbra, Évora, Lisboa e Santarém;

Preço Máximo: 30 soldos (Coimbra – 1333): 18,45 g de prata;

Preço Mínimo: 1 soldo e 8 dinheiros (? – 1311): 1,37 g de prata;

Oscilação Máxima: 1247% / 17,08 g de prata;

Oscilação Facial: 1,37 a 30 soldos.

⁴⁶ BARROS, Amândio Jorge Morais – “«Por ser de sua lavra e cutelo»: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média”. *Douro – Estudos & Documentos*, n.º 5, 1998, p. 49-50.

⁴⁷ *Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra*. “Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa”. Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, L.ª, 1793, tomo I, livro III, p. 56.



Após uma mais do que provável subida de preços com a Peste Negra, período para o qual, infelizmente, não dispomos de dados, a deflação seguiu e acentuou-se em 1363 e 1365, com valores de 8 soldos **(4,84)** a serem conhecidos para Lisboa e Grijó. O mesmo não se pode afirmar para 1367. No ano da morte de D. Pedro I, a cidade de Santarém conheceu preços de 20 a 30 soldos **(12,1 a 18,15)**, quantias próximas dos patamares de 1333 e que representavam mais do dobro do que era pago nessa mesma cidade 20 anos antes. Com o início das aventuras militares fernandinas e todo o processo de desvalorização monetária, os preços não puderam, obviamente, descer. Não é de estranhar, portanto, que, nas cortes de Julho-Agosto de 1371, os procuradores do concelho de Almada considerassem uma quantia de 100 soldos **(13,5)** como valor médio para o almude de vinho.

Apenas o estabilizar da realidade político-económica podia conduzir ao regresso da deflação, o que se comprova quando, em 1379-80, um almude de vinho foi comercializado por 10 soldos **(5,23)** em Santarém e por 12 soldos **(6,28)** em Torres Vedras. Note-se como o preço escalabitano significava uma deflação superior a 50% face ao registado em 1367.

A grave crise de 1383-85 originou os maiores preços de que temos conhecimento. Em 1383, no mercado lisboeta, um almude de vinho rondou os 135,5 soldos **(70,87)** e, no ano seguinte, aquando do cerco castelhano, teria mesmo atingido uns ímpares 720 a 960 soldos **(229,68 a 306,24)**. Ainda que Fernão Lopes, no seu retrato da miríade de desgraças e misérias experimentada pela população sitiada, tivesse agravado um pouco o preço ao apontar a canada de vinho nas 3 e 4 libras **(19,14 e 25,52)**, é inquestionável o pico inflacionista então ocorrido. Também a cidade do Porto, à sua escala de preços, sentiu a carestia, como prova uma importância de 20 soldos por almude de vinho vermelho **(6,38)**.

Os anos de 1385 e 1387 parecem ter quebrado um pouco esta tendência, ao terem registado compras, em Santarém, de 24 soldos **(4,18)** e de 7,5 soldos **(0,56)** no produtor. O mesmo não se pode afirmar para 1389, ano em que, na mesma cidade, o almude teria subido para cerca de 155 soldos **(10,39)**.

A década de 1390, à excepção dos seus últimos anos, foi caracterizada por um maior apelo ao consumo. Com efeito, não temos conhecimento de preços superiores a 160 soldos **(7,36)**, cifra registada, em Lisboa, no ano de 1393. Ainda que elevada, esta quantia constituía menos 89,5% do que a verificada 10 anos antes. Mas, mais significativo, é, neste período, encontrar-se um dos preços mais baixos de todos os compilados, mais precisamente de 20 soldos **(0,92)**, em 1397, na cidade de Braga. A estes baixos valores não foi certamente estranho um período de menor

desvalorização monetária e uma maior estabilidade política, consequência, entre outros aspectos, da realização das tréguas luso-castelhanas de Maio de 1393.

A deflação não subsistiu por muito tempo, até porque em 1396 já se tinham iniciado novas escaramuças entre Portugal e Castela. Sem querer sobredimensionar o impacto da guerra na política monetária e de preços, nem subvalorizar outros factores, a verdade é que tal realidade conduziu a uma desvalorização monetária e esta, rapidamente, à inflação, a qual afectava essencialmente os principais bens de consumo. Em 1399, D. João I reconhecia o clima económico negativo, chegando a afirmar que *“ora os vinhos e as outras cousas estam em mayor vallia do que emtam estavam”*. Essa *“mayor vallia”* é, por sua vez, bem *“patente na taxação de vinte libras em cada tonel de vinho que entrava na cidade do Porto, quando havia um ano se pagava somente cinco libras”*⁴⁸.

Síntese (1350-1399)

Representação Geográfica: Almada, Beira, Braga, Bragança, Coimbra, Entre Douro e Minho, Évora, Grijó, Lisboa, Porto, Santarém e Torres Vedras;

Preço Máximo: 960 soldos (Lisboa – 1384): 306,24 g de prata;

Preço Mínimo: 20 soldos (Braga – 1397): 0,92 g de prata;

Oscilação Máxima: 33 187% / 305,32 g de prata;

Oscilação Facial: 20 a 960 soldos.

Do início do século XV ao final do reinado de D. João I é de crer que o preço do vinho tenha estabilizado em valores médios entre 3 e 7 g de prata⁴⁹, podendo-se, todavia, destacar certas colheitas proficuas e adivinhar anos de menor abastança.

⁴⁸ Cit. por TAVARES – *Estudos de História...*, p. 54.

⁴⁹ A ideia de moderação ocorrida no início do século XV é defendida por Maria Helena da Cruz Coelho para a região do Mondego. Segundo a autora, *“a tendência para a alta parece ter sido quebrada, ao dobrar do século, o que estaria conforme com a diminuição do interesse pela viticultura que então se fez sentir na nossa área e a recuperação de muitas terras de vinha para a cultura cerealífera”*. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*. Coimbra: Faculdade de Letras, volume I, 1983, p. 436.

A única excepção ocorre entre Setembro e Dezembro de 1419, altura em que um almude de vinho foi vendido, em Ceuta, por 480 reais (148,8 g). ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Reprodução facsimilada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Comissão Organizadora do Congresso Internacional “Bartolomeu Dias”, 1988, p. 476. Esta elevada quantia, apenas superada pela importância exigida na sitiada cidade de Lisboa de 1384 e que significava mais 3900% do que a praticada no mesmo ano em Paço de Sousa, é explicada pelo facto de, por esses meses, a cidade de Ceuta ter recebido a estadia dos infantes D. João e D. Henrique (sabe-se como os preços disparavam sempre que uma povoação medieval acolhia elementos da família real e outras dignidades), para além das dificuldades gerais de abastecimento daquela praça africana.



Começando pelas primeiras, registem-se os anos de 1401, 1404, 1406-07, 1416, 1419 e 1421-24, os quais permitiram detectar valores abaixo das 6 g de prata. Ao invés, os anos de 1402-03, 1409-10, 1412, 1428 e 1432 foram relativamente penalizadores, estabelecendo médias superiores a 7 g de prata. Em Maio de 1432, a vereação portuense *“e outros meirinhos e oficiaes e muito povoo junto. Acordarom todos veendo como este anno foy de pouco pam e vinho e cada dia alça e teem mentes de seer mais carro e ora alguus estrangeyros sam em esta cidade pera carregar vinhos o que he aazo de seer moor carreza”*⁵⁰. Este testemunho releva, igualmente, o agravamento do mercado sempre que havia especulação criada com a exportação do vinho para o estrangeiro⁵¹. Em 21 de Junho do mesmo ano, a vereação portuense voltava a manifestar a sua consciência face à má produção ocorrida naquele ano, desta feita para chegar a acordo acerca do arrendamento das entradas dos vinhos: *“e que porquanto este anno ouvera na terra mui pouco vinho em tanto que hi nom avia de que aver emtradas per que se podessem aver os dictos x mil Reaes (...)”*⁵².

Entre 1433 e 1437, o vinho deve ter embaratecido, já que, nas cortes de 1436, o povo alegava a D. Duarte que *“assy de pam como de vinho e eram emtam em mayor valia do que ora som”*⁵³. Segundo Maria José Ferro Tavares *“é provável que o abaixamento dos preços indicado para o reinado eduardino esteja relacionado com uma época de melhor produção (...) e com um período de relativa estabilidade monetária”*⁵⁴. Com efeito, *“em fins de 1437, recebia em Florença o abade Gomes uma carta datada de Lisboa, de 20 de Dezembro, onde entre outras novas, se dizia haver no Reino muito pão e muito vinho”*⁵⁵. Os valores disponíveis, referentes a 1435 e 1437, testemunham valores moderados de 6,6 e 5,53 g.

Este clima positivo não teve, mais uma vez, condições para perdurar. Em 1438-39, a Europa foi afectada por uma forte crise agrícola e, em Portugal, *“as despesas com a desastrosa expedição a Tânger vieram, uma vez mais, pôr em perigo a sanidade*

⁵⁰ «Vereações». 1431-32, p. 111

⁵¹ Maria da Helena Cruz Coelho sublinha esta mesma ideia: *“De facto, o Livro curioso de Santa Cruz, ao dar o cadastro da granja da Cortiça, em Loures, anota: “e comunalmente val hi o tonell do vinho quando XV libras quando XX quando XXV e mais sem (sic) em Lisbõa ouver saca de vinho pera Frandes” (TT – Santa Cruz, liv. 94, fl. 157). Infelizmente (...) não poderemos precisar exactamente a que época se reportam estes preços. Eles atestam, porém, a saída de vinho para o estrangeiro e a especulação com o seu preço devido a essa mesma exportação”*. COELHO – *O Baixo Mondego...*, vol. I, p. 436.

⁵² «Vereações». 1431-32, p. 124-125

⁵³ Cit. por TAVARES – *Estudos de História...*, p. 55.

⁵⁴ TAVARES – *Estudos de História...*, p. 55.

⁵⁵ Cit. por MARQUES – *Introdução à História...*, p. 269.

da moeda. A morte de D. Duarte e a crise da regência levaram a uma desvalorização (...). Os preços subiram imediatamente, a ponto que se tornou necessário lançar almotacaria sobre a prata⁵⁶. O vinho acompanhou, de facto, esta tendência. Se, em 1437, a média de preços registada em Alcobaca era de 5,53 g, já em 1438-39 era de 8,47 g. O próprio preço de 18 reais **(5,53 a 5,92 g)**, praticado na vila transmontana de Mós de Moncorvo no ano económico de 1439-40, demonstra que também o norte do Reino não passou incólume a este período negro da história económica portuguesa, embora à escala de valores aí praticada. A crise reflectir-se-á nos anos imediatos, sobretudo em 1441, com a cidade de Santarém a registar uma quantia de 25 reais **(8,23)**; em 1442, com os mercados portuense e vimaranense a conhecerem o almude a 24 reais **(7,9)** e, em 1444, com um preço de 62 reais **(20,4)** a ser detectado para São Pedro de Ribas.

Síntese (1400-1449)

Representação Geográfica: Alcobaca, Coimbra, Entre Douro e Minho, Grijó, Guimarães, Lisboa, Loulé, Montemor-o-Novo, Paço de Sousa, Porto, Santarém, São Pedro de Ribas, Torres Vedras e Vila Franca de Xira;

Preço Máximo: 62 reais (São Pedro de Ribas – 1444): 20,4 g de prata;

Preço Mínimo: 4,04 reais (Lisboa – 1416): 1,25 g de prata;

Oscilação Máxima: 1532% / 19,15 g de prata;

Oscilação Facial: 12 a 30 reais de 3,5 libras; 4,04 a 62 reais brancos⁵⁷.

A segunda metade do século XV manteve o vinho em patamares bastante elevados, parecendo, inclusive, ter sido palco de uma subida do valor médio do almude. Os anos de 1450-51, 1461, 1474-75, 1479 e 1482-83 foram, sem dúvida, os mais penalizadores e os que mais contribuíram para esse resultado, estabelecendo um encargo superior às 9 g de prata. Merece especial referência o ano de 1479, na medida em que, além de se atingirem os maiores preços **(14,58)**, estes foram registados na cidade do Porto e resultado de uma postura municipal que visava *“evitar a maior carestia que a sua grande falta causava”*⁵⁸. Nota ainda para o testemunho de Zurara, segundo o qual 1461 *“foi anno avondoso de pão, em pero de pouco vinho e azeite em muitas partes do Regno”*⁵⁹. Moderados terão sido os

⁵⁶ MARQUES – “A moeda portuguesa...”, p. 218.

⁵⁷ Encontrando-se, como vimos, um preço de 480 reais brancos, em Ceuta, em 1419.

⁵⁸ *Índice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade. Prefácio de J. A. Pinto Ferreira. Colecção “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XX. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951, p. 199.*

⁵⁹ Cit. por MARQUES – *Introdução à História...*, p. 274.



anos de 1454, 1464, 1466, 1477, 1485-86, 1488 e 1493-94, estabelecendo valores entre 6 e 9 g de prata. Finalmente, os anos de 1462, 1467, 1472, 1478, 1495 e 1499 parecem ter sido os mais convidativos ao consumo, oferecendo o vinho a um custo inferior a 6 g de prata.

Síntese (1450-1499)

Representação Geográfica: Batalha, Braga, Estremadura, Funchal, Lisboa, Montemor-o-Novo, Porto, Santarém e Vila do Conde

Preço Máximo: 144 reais (Porto – 1482-83): 16,56 g de prata;

Preço Mínimo: 8 reais (Lisboa – 1495): 0,8 g de prata;

Oscilação Máxima: 1970% / 15,76 g de prata;

Oscilação Facial: 8 a 144 reais brancos.

Síntese (1300-1499)

Preço Máximo: 960 soldos (Lisboa – 1384): 306,24 g de prata;

Preço Mínimo: 8 reais (Lisboa – 1495): 0,8 g de prata⁶⁰;

Oscilação Máxima: 38 180% / 305,44 g de prata;

Oscilação Facial: 1 soldo e 8 dinheiros a 1000 soldos; 12 a 30 reais de 3,5 libras; 4,04 a 144 reais brancos⁶¹.

3.2. Diferenças Regionais

O exercício de comparação geográfica que se segue deve ser tido como meramente indicativo. Com efeito, embora se resumam as confrontações a anos específicos e se esbocem as equivalências métricas⁶², a impossibilidade de se perceber o grau de fidelidade destas, bem como os tipos de vinho em análise, torna impossível a realização de cálculos absolutos. Em todo o caso, estes obstáculos não perturbam a definição de imagens gerais de grande utilidade. Desde logo, que o vinho foi bastante mais caro no sul do reino e, particularmente, na cidade de Lisboa:

⁶⁰ Trata-se do menor preço registado para um almude, não se tomando em conta as diferenças métricas regionais. Realizando as devidas equivalências, o preço mais baixo passaria a ser de 20 soldos (0,92 g), em Braga, em 1397.

⁶¹ Encontrando-se um preço de 480 reais brancos, em Ceuta, em 1419.

⁶² Segundo as equivalências de 27,600 litros para o almude no Porto; 25 l em Mós de Moncorvo; 24,577 l no Funchal; 24 l em Braga; 23,255 l em Guimarães; 20 l em Alcobaça; 19,797 l em Loulé; 18,797 l em Montemor-o-Novo; 18,000 l em Almada; 17,102 l na Batalha; 16,950 l em Lisboa; 16,763 l em Santarém; 16,746 l em Coimbra e 16 l em Torres Vedras. MORAES – *Taboadas dos novos pesos...*, p. 9-11.

Quadro III. Comparação do Preço do Vinho Entre Lisboa, Porto, e Braga (1384-1475)

Data	Preço Almude / Litro – Lisboa	Preço Almude / Litro – Porto	Preço Almude / Litro – Braga
1384	720 a 960 s. / 42,48 a 56,64 s.	20 s. / 0,73 s.	–
1393	160 s. / 9,44 s.	72 a 144 s. / 2,61 a 5,22 s.	–
1402	28 rs. / 1,65 rs.	12 rs. / 0,43 rs.	–
1450-51	69,6 r. / 4,11 r.	60 r. / 2,17 r.	–
1461-62	20 r. / 1,18 r.	20 a 86,4 r. / 0,73 a 3,13 r.	–
1474-75	76,8 a 105,6 r. / 4,53 a 6,23 r.	60 a 100,8 r. / 2,17 a 3,65 r.	30 r. / 1,25 r.

Com efeito, ainda que não se tivesse em conta o facto de o almude lisboeta ter sido de menor capacidade, apenas por uma ocasião os preços praticados no Porto ou em Braga superariam os de Lisboa. Em todo o caso, a equivalência métrica oferece uma imagem mais condizente com a realidade. Não tomando em consideração o ano de 1384, cuja enorme diferença materializa a circunstância excepcional do cerco de Lisboa, a verdade é que as restantes datas oferecem diferenças percentuais entre 62% a 398%, prova inequívoca da maior carestia do vinho nessa cidade.

A ideia de que os vinhos foram, regra geral, mais caros no sul do reino não se baseia, todavia, apenas em comparações com a cidade de Lisboa, naturalmente possuidora de um mercado mais gravoso para o consumidor. Nesse sentido, sabemos que, em 1371-72, um almude de vinho importava pouco mais de 20 soldos nas comarcas de Entre Douro e Minho e da Beira e cerca de 100 soldos em Almada.

Em 1440, extraem-se preços de 12 reais por almude em Coimbra, 18 reais em Mós de Moncorvo e entre 12 a 25 reais em Alcobaça. Ao contrário do que estes valores parecem indicar, o vinho de Coimbra e Mós de Moncorvo terá sido praticamente vendido ao mesmo preço (0,72 reais por litro), sendo que este era sensivelmente menor do que o verificado em Alcobaça (0,6 a 1,25 r. l). Por sua vez, em 1442, um almude importou 24 reais no Porto e 20 reais em Santarém, imagem falaciosa na medida em que a justa equivalência aponta para 0,87 e 1,19 reais por litro.

Finalmente, em 1477, um almude custou 15 reais em Braga e 96 reais em Montemor-o-Novo, diferença que é acentuada severamente com os valores, por litro, de 0,63 e 5,11 reais, ou seja, pode-se supor que o vinho foi mais caro cerca de 700% na vila alentejana. Ora, este último dado não surpreende em virtude de a vila de Montemor-o-Novo ter sido palco, nesse ano, de cortes e, conseqüentemente, de um pico inflacionista.

Apenas uma hipótese de comparação não permite confirmar a tese da alta de preços nas comarcas do sul. Assim, em 1442, sabe-se ter um almude de vinho



importado 36 reais em Guimarães e 20 reais em Santarém, diferença que a equivalência metrológica apenas atenua para 1,55 e 1,19 reais por litro.

A coincidência cronológica de alguns valores permite, ainda, reduzir o espectro geográfico do nível de análise e esboçar algumas comparações intra-comarca. Assim, no Entre Douro e Minho, neste mesmo ano de 1442, um almude custou 36 reais em Guimarães e 24 reais no Porto ou 1,55 e 0,87 reais por litro. Por sua vez, em 1475, registaram-se preços de 30 reais em Braga e entre 60 a 100 reais no Porto ou, por litro, de 1,25 e de 2,17 a 3,6 reais. Para o centro e sul, disponibilizam-se os seguintes elementos: em 1379-80, um almude importou 10 soldos em Santarém e 12 soldos em Torres Vedras ou 0,6 e 0,75 reais; em 1422-24, 10 reais em Lisboa e entre 18,66 a 23,33 reais em Montemor-o-Novo ou 0,59 e 0,99 a 1,24 reais por litro e, em 1499, 40 reais na Batalha e entre 48 a 65 reais em Montemor-o-Novo ou 2,34 e 2,55 a 3,46 reais por litro.

Finaliza-se este ponto com um testemunho relativo à carestia que caracterizava o mercado funchalense na sua globalidade e que o preço do vinho não deixava de reflectir: em 1486, um almude importou 30 reais em Santarém e 72 reais no Funchal ou 1,79 e 2,93 reais por litro.

3.3. Vinhos Branco e Tinto – Diferenças de Preço

Dependendo da região produtora, do evoluir do gosto do consumidor e da qualidade das colheitas, a relação de preço entre os vinhos branco e tinto foi-se alterando. Os dados colhidos permitem conhecer os contornos exactos dessa relação para 18 momentos, entre 1333 e 1499, e para quatro espaços geográficos distintos, desde o Douro ao Baixo Alentejo, passando por Lisboa e Coimbra.

Quadro IV. Comparação do preço do vinho branco e tinto (almude) (1333-1499)

Data	Local	Preço do v. branco	Preço do v. tinto
1333	Coimbra	30 s.	24 s.
1340-41	Évora	c. 18 s.	c. 13 s.
1393	Porto	144 s.	72 s.
1401	Porto	60 l.	42 l.
1421	Lisboa (Pero Escouche)	11 r.	16 r.
1422	Lisboa (Pero Escouche)	10 r.	18 r.
1422	Montemor-o-Novo	18,66 r.	23,33 r.
1423	Lisboa (Pero Escouche)	10 r.	20 r.
1424	Lisboa (Pero Escouche)	10 r.	16 r.

Data	Local	Preço do v. branco	Preço do v. tinto
1442	Porto	24 r.	48 r.
1474-75	Porto	86,4 e 96 r.	72 r.
1475	Lisboa	76,8 r.	96 a 105,6 r.
1477	Montemor-o-Novo	96 r.	96 r.
1479	Porto	120 r.	96 r.
1485-86	Porto	96 r.	84 r.
1488	Porto	96 r.	72 r.
1493-94	Porto	100 r.	70 r.
1499	Montemor-o-Novo	56 e 57 r.	48 e 65 r.

Assim, em 1333, na cidade de Coimbra, o almude de branco custava mais 25% do que o almude de tinto; em 1340-41, em Évora, a diferença subia para cerca de 38% e, em 1393, no Porto e seu termo, para os 100%. Decorridos oito anos, nesta mesma cidade, a diferença tinha diminuído para 43%.

Correspondem aos anos de 1421-24 as primeiras indicações que desvalorizam o vinho branco face ao tinto. Assim, nos anos de 1421, 1422, 1423 e 1424, na região de Lisboa (Pero Escouche), o tinto foi sistematicamente mais caro, chegando a custar o dobro do branco. Da mesma forma, em 1422, na vila de Montemor-o-Novo, um almude de “vermelho” encontrava-se avaliado em mais 25%. O único registo disponível para o norte do Reino, nesta primeira metade do século XV, mantém a imagem de carestia do vinho tinto: em 1442, na cidade do Porto, este era avaliado pelo dobro do preço do vinho branco. O próprio “vermelho” de fora da terra era tabelado em mais um real do que o vinho branco.

Os anos de 1474-75 suscitam um cenário curioso, na medida em que demonstram um mercado portuense a valorizar o vinho branco entre 20% a 33,33% e, inversamente, um mercado lisboeta a valorizar o vinho tinto entre 25% a 37,5%. Já em 1477, na vila de Montemor-o-Novo, a nota é de equilíbrio, com o quartilho das duas qualidades a ser vendido ao mesmo preço: “*a dous o vermelho / nom val mais o branco*”⁶³.

As próximas quantias, respeitantes à cidade do Porto, confirmam a valorização do vinho branco, já verificada em 1474-75: 25% em 1479; 14,3%⁶⁴ em 1485-86; 33,33% em 1488 e 42,9% em 1493-94. O caderno de contas da gestão municipal

⁶³ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Nova edição. Introdução e notas de André Crabbé Rocha. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, tomo I, 1973, p. 158.

⁶⁴ Percentagem obtida apenas pela comparação do preço das canadas de vinho branco e tinto.



portuense de 1485-86 permite ainda saber que um almude de branco (75 reais) ficou 2/3 mais caro do que um almude de vinho vermelho de Mesão Frio (45 reais).

Finalmente, no último ano do século XV, em Montemor-o-Novo, as duas qualidades eram vendidas por quantias muito idênticas, por vezes até pelo mesmo preço: o quartilho de ambas chegou a ser negociado a 8 ceitis.

Embora escassos, os preços e cálculos apresentados começam a desenhar algumas imagens, nomeadamente a da disparidade entre os mercados do Porto e de Lisboa. Com efeito, se, no primeiro, apenas por uma ocasião o vinho branco não foi mais caro (1442), já no segundo este foi sistematicamente mais barato. É possível também situar os níveis de valorização do vinho branco e tinto, respectivamente, entre 14,3% e 100% e entre 25% e 100%.

3.4. O Vinho e Outros Bens – Escalas de Preços

Esboçar algumas escalas de preços constitui exercício interessante e útil para avaliar o valor do vinho no conjunto de outros bens e salários coevos. Assim, e tomando apenas em consideração preços relativos a um mesmo ano e espaço geográfico, obtêm-se as seguintes equivalências para o valor médio do almude de vinho:

- **1340/41 – Évora (15 reais):** 13 coelhos; 7 pergaminhos; 4 patos; 3 galinhas; 2,8 mãos de papel; 1,3 arrobas de carne de vaca; 0,8 carneiros e 0,3 porcos // Cerca de 5 dias de trabalho de um trabalhador agrícola; 2 dias de trabalho de um mestre pedreiro ou carpinteiro e aluguer de uma besta de carga por 3 dias⁶⁵.
- **1384 – Lisboa (42 libras):** 840 ovos; 21 alqueires de milho; 21 galinhas; 10,5 alqueires de trigo; 7,6 “pequenas postas de porco” e 0,6 bois⁶⁶.
- **1394 – Braga (45 soldos):** 3 alqueires de milho; 2,6 alqueires de centeio; 0,9 alqueires de trigo e 0,8 pergaminhos⁶⁷.

⁶⁵ SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, SILVA, Fernando Vieira da e MONTEIRO, Nuno – “O «Livro das Despesas do Prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)”. *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, n.º 9, 1982, p. 91-99. Segundo os autores, uma mão de papel equivalia a 25 folhas.

⁶⁶ Trata-se de uma escala de valores extraordinária, em resultado do cerco da cidade de Lisboa. LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, volume I. Introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização, Biblioteca Histórica – Série Régia, s.d., p. 306-307.

⁶⁷ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 volumes. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, 2.ª adenda, p. 6.

- **1422/23 – Montemor-o-Novo (21 reais):** 200 fartéis; 8,4 alqueires de cal; 5,3 ferraduras cavaleares com seus cravos; 3 pergaminhos; 2,6 arrâteis de cera; 1,5 arrobas de soromenhos e 1,2 mãos de papel // 1,4 dias de trabalho de um mesteiral e 2,1% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁶⁸.
- **1442 – Guimarães (36 reais):** 6 varas de bragal; 6 cabritos; 3,6 varas de burel; 1,9 mantões; 1,2 marrãs; 1 espádua de porco; 1 vara de pano de Irlanda; 0,9 sobrepelizes; 0,7 capelos; 0,6 gibões e 0,1 capas // 6 dias de trabalho de um homem de cava (jornaleiro); 3 dias de trabalho de carroto com bois e 1,8 missas⁶⁹.
- **1450/51 – Porto (60 reais – branco):** 429 pregos tabuais; 13,3 alqueires de cal; 9 pescadas; 8,6 varas de bragal; 8 pergaminhos; 7,1 varas de pano de linho; 6 queijos; 6 mãos de papel; 6 pares de luvas de homem; 3,8 sáveis; 3,8 pares de sapatos de mulher; 2 carneiros e 0,2 capas de homem // 2,8 dias de trabalho de um mestre carpinteiro ou pedreiro e 2% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁷⁰.
- **1461/62 – Porto (83 reais – branco):** 553 pregos tabuais; 15 alqueires de cal; 13,8 galinhas; 11,4 alqueires de milho; 8 patos; 6,9 queijos; 5,7 mãos de papel; 5,5 carros de ramos de árvores; 4,9 pergaminhos; 3,8 sáveis; 3,5 pares de sapatos de homem; 2 canadas de tinta para escrita; 2 arrobas de pez; 1,8 carneiros; 1,5 cestos de cerejas e 0,6 arrobas de ferro // 2,8 dias de trabalho de um mestre carpinteiro ou pedreiro e 2,77% do vencimento anual do escrivão da câmara local ⁷¹.
- **1477 – Braga (15 reais):** 3 alqueires de milho; 1,9 alqueires de centeio e 1,3 alqueires de trigo⁷².
- **1477 – Montemor-o-Novo (96 reais):** 13,7 alqueires de farelos; 10,7 cargas de lenha (de asno); 9,6 coelhos; 9,6 ferraduras sem cravos; 7,4 alqueires de cevada; 4,8 galinhas; 4 patos e 2,7 pares de sapatos⁷³.
- **1493/94 – Porto (100 reais – branco):** 267 ovos; 14,3 alqueires de cal; 10 galinhas; 5 mãos de papel; 4,5 queijos; 4,2 canadas de azeite; 2,8 alqueires

⁶⁸ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.

⁶⁹ MARQUES, José – “Património e Rendas da Colegiada de Guimarães, em 1442”. Separata das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães: [s. n.], vol. II, 1981, p. 213-237.

⁷⁰ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 134-161.

⁷¹ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 134-161.

⁷² COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, volume I, p. 279.

⁷³ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.



de trigo; 2,2 canadas de manteiga; 2 carneiros; 1,3 libras de cera lavrada; 1,3 gamelas de tripas; 1,2 livros de vereações; 1 arrátel de incenso e 1 par de borzequins // 2 dias de trabalho de um mestre pedreiro e cerca de 3,3% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁷⁴.

- **1499 – Montemor-o-Novo (56,5 reais):** 153 telhas; 113 pepinos; 85 pregos tabuais; 28 alqueires de cal; 21 arrátéis de carne de vaca; 4,7 coelhos; 1,9 galinhas; 1,9 queijos; 2,8 púcaros de manteiga; 2,8 mãos de papel; 2,3 cadeiras; 1,6 alqueires de farinha; 1,4 canadas de tinta para escrita; 1,1 canastras de ameixa rainha; 0,6 carneiros e 0,6 alqueires de azeite // 1,9% do vencimento anual do escrivão da câmara local⁷⁵.

Estas equivalências permitem, desde já, alguns apontamentos curiosos, nomeadamente no que respeita à componente salarial. Assim, é possível afirmar que o valor de um almude de vinho terá correspondido, grosso modo, ao pagamento de 1,4 a 2,8 dias de trabalho de um mesteiral, de 3 a 6 dias de um trabalhador agrícola e de 1,9 a 3,3% do vencimento anual de um escrivão municipal.

4. Conclusão

É tempo de terminar. Neste trabalho procurámos perceber os principais obstáculos que dificultam o estudo dos preços medievais e recordar alguns caminhos no sentido da sua resolução. O recurso à equivalência dos valores faciais em g de prata surge, nesse âmbito, como o instrumento mais capaz no sentido de permitir efectivas comparações de preços relativos a tempos diversos.

Ambicionámos, igualmente, ter contribuído para um melhor conhecimento do preço do vinho nos séculos XIV e XV: a sua evolução, as diferenças regionais (com os mercados do sul do reino a serem mais gravosos para o consumidor, nomeadamente o de Lisboa), a relação de custo entre os vinhos branco e tinto e o valor destes quando comparado com outros bens.

A descoberta de novos preços conduzirá, certamente, à correcção e aperfeiçoamento das linhas gerais aqui esboçadas. Espera-se que assim suceda e que a investigação se mostre sensível à importância deste tema.

⁷⁴ GONÇALVES – *As Finanças...*, p. 134-161.

⁷⁵ FONSECA – *Montemor-o-Novo no Século XV*.

Anexo

ALMUDE ⁷⁶					
Data	Tipo ⁷⁷	Localidade/Região	Preço ⁷⁸	Prata (g)	Fonte ⁷⁹
1311	-	-	1 s. 8 d.	1,37	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1331	-	Lisboa (?)	6 e 8,5 s.	3,69 e 5,23	" <i>O Surto Urbano</i> ": 218 ⁸⁰
1333	T B	Coimbra	24 s. 30 s.	14,76 18,45	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435
1340-41	T B	Évora	10 a 16 s. 16 a 20 s.	6,15 a 9,84 9,84 a 12,3	" <i>O Livro das Despesas</i> ": 94
1347	-	Santarém	10 s.	6,15	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1347	V	Lisboa (Frielas)	4,8 s. ⁸¹	2,95	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1363	-	Lisboa	8 s.	4,84	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1365	-	Grijó	8 s. ⁸²	4,84	<i>Livro das Campainhas</i> : 78
1367	-	Santarém	20 a 30 s.	12,1 a 18,15	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1368	-	Santarém	6 a 8 s. ⁸³	3,63 a 4,84	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1371	-	Almada	100 s.	13,5	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 68
1372	-	Entre Douro e Minho Beira	+ 20 s.	+ 3,02	<i>C. P. Reinado de D. Fernando I</i> , I: 115
1379-80	-	Santarém	10 s.	5,23	" <i>Alguns preços</i> ": 608
1379-80	-	Torres Vedras	12 s.	6,28	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 435-36
1383	-	Lisboa	135,5 s. ⁸⁴	70,87	<i>Docs. AHCML</i> , I: 369 ⁸⁵

⁷⁶ Com base nas seguintes equivalências: 1 tonel igual a 1,7 moios, 2 pipas, 4 quartos, 50 almudes, 600 canadas e 2400 quartilhos.

⁷⁷ B = Branco; T = Tinto; V = Vermelho.

⁷⁸ Expressos em diversas moedas de conta e correntes, cujas siglas adoptadas foram as seguintes: libras (l.), soldos (s.), dinheiros (d.), reais de 10 soldos ou de 3,5 libras (rs.), reais brancos (r.) e coroas (c.).

⁷⁹ As indicações da fonte dizem respeito à página da publicação donde foi extraído o elemento monetário e não ao documento original.

⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – "O Surto Urbano, a Moeda e os Preços". In *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e O. Marques, IV volume. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 181-219.

⁸¹ Com base no preço de 12 libras por tonel no produtor.

⁸² Com base no preço de 20 libras por tonel.

⁸³ Danado.

⁸⁴ Com base no preço de 300 libras por tonel no produtor (acrescido de 38,6 libras de provável lucro do comerciante).

⁸⁵ *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (Livros de Reis)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, volume I, 1957.

ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1384	V	Porto	20 s. ⁸⁶	6,38	"Vereações". Anos de 1390-1395: 403
1384	-	Lisboa	36 a 48 l. ⁸⁷	229,68 a 306,24	Crónica de D. João I, I: 306
1385	-	Santarém	24 s. ⁸⁸	4,18	"Alguns preços": 608
1387	-	Santarém	7,5 s. ⁸⁹	0,56	"Alguns preços": 608
1387-1400	-	Lisboa	20 a 50 l. ⁹⁰	14 a 74	"Alguns preços": 608
1389	-	Santarém	156,25 s. ⁹¹	10,47	"Alguns preços": 608
1391	-	Lisboa	128 s. ⁹²	6,4	"Alguns preços": 608
1392-93	⁹³	Porto	72 s.	3,31	"Vereações". Anos de 1390-1395: 169
1393	V B	Porto e seu termo	72 s. ⁹⁴ 144 s. ⁹⁵	3,31 6,62	"Vereações". Anos de 1390-1395: 215
1393	-	Lisboa	160 s. ⁹⁶	7,36	"Alguns preços": 609
1394	-	Braga	40 e 50 s.	1,84 e 2,3	O Bispo D. Pedro (2. ^a adenda): 6
1396	-	Bragança	60 s.	2,76	"Alguns preços": 609
1397	-	Braga	20 s.	0,92	A Arquidiocese: 932
1399	-	Santarém	31,25 l. ⁹⁷	3,12	"Alguns preços": 609
1400	-	Santarém	2 frangos	-	"Alguns preços": 609
1401	V B	Porto	42 l. ⁹⁸ 60 l. ⁹⁹	4,2 6	"Vereações". Anos de 1401-1449: 47
1402	-	Lisboa	28 rs. ¹⁰⁰	9,8	"Alguns preços": 609

⁸⁶ Com base no preço de 50 libras por tonel.

⁸⁷ Com base no preço de 60 a 80 soldos por canada.

⁸⁸ Com base no preço de 60 libras por tonel.

⁸⁹ Com base no preço de 12 libras por moio no produtor.

⁹⁰ Com base no preço de 1000 a 2500 libras por tonel.

⁹¹ Com base no preço de 50 libras da moeda antiga por moio e equivalendo a libra antiga a 5 libras novas. TAVARES – *Estudos de História...*, p. 39.

⁹² Com base no preço de 320 libras por tonel.

⁹³ Todo o vinho vendido em barcas sobre a água.

⁹⁴ Com base no preço de 6 soldos por canada.

⁹⁵ Com base no preço de 12 soldos por canada.

⁹⁶ Com base no preço de 400 libras por tonel.

⁹⁷ Com base no preço de 1000 libras por moio.

⁹⁸ Com base no preço de 3,5 libras por canada.

⁹⁹ Com base no preço de 5 libras por canada.

¹⁰⁰ Com base no preço de 700 reais por pipa.

ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1402	-	Porto	42 l. ¹⁰¹	4,2	"Vereações". Anos de 1401-1449: 108
1403	-	Vila Franca de Xira	120 l. ¹⁰²	12	"Alguns preços": 609
1404	-	Santarém	50 e 60 l.	5 e 6	"Alguns preços": 609
1406	-	Coimbra	16 rs.	5,6	O Baixo Mondego, I: 434
1407	-	Coimbra	18,5 rs. ¹⁰³	6,48	O Baixo Mondego, I: 434
1407	-	Loulé	17 rs.	5,95	"Alguns preços": 609
1409	-	Torres Vedras	23,33 rs.	8,17	"Alguns preços": 609
1410	-	Santarém	30 rs.	10,5	"Alguns preços": 609
1412	-	Santarém	24 rs.	8,4	"Alguns preços": 609
1416	-	Lisboa	4,04 r. ¹⁰⁴	1,25	"Alguns preços": 610
1419	B	Paço de Sousa	12 r. ¹⁰⁵	3,72	"Alguns preços": 610
1419	-	Ceuta	480 r. ¹⁰⁶	148,8	Crónica do Conde Dom Pedro: 476
1421	-	Coimbra	10,6 r.	3,29	O Baixo Mondego, I: 434
1421-24	B T	Lisboa (Pero Escouche)	10 e 11 r. ¹⁰⁷ 16, 18 e 20 r. ¹⁰⁸	3,1 e 3,41 4,96, 5,58 e 6,2	"Alguns preços": 610
1422-23	B V	Montemor-o-Novo	18,66 r. 23,33 r.	5,78 7,23	Montemor-o-Novo: 159-160
1428	V	Porto	24 r. ¹⁰⁹	6,91	Índice Chronologico: 133
1435	B	Alcobaça	24 r. ¹¹⁰	6,6	"Alguns preços": 610
1437	-	Alcobaça	12 e 24 r.	3,68 e 7,37	"Alguns preços": 610
1438-39	¹¹¹ - B	Alcobaça	3 r. 6 ¹¹² a 36 r. 19,2 a 24 r.	0,92 1,84 a 11,05 5,89 a 7,37	"Alguns preços": 610-611

¹⁰¹ Com base no preço de 3,5 libras por canada.

¹⁰² Com base no preço de 6000 libras por tonel.

¹⁰³ Com base no preço de 7000 libras por 2 tonéis de 54 almudes cada.

¹⁰⁴ Com base no preço de 141400 libras por 20 tonéis.

¹⁰⁵ Com base no preço de 6 maravedis e 11 soldos por pipa e equivalendo o maravedi a 27 soldos. ARAGÃO – *Descrição...*, p. 171.

¹⁰⁶ Com base no preço de 40 reais por canada.

¹⁰⁷ Com base nos preços de 500 e 550 reais por tonel.

¹⁰⁸ Com base nos preços de 200 reais por 1/4 de tonel e 400, 450 e 500 reais por meio tonel.

¹⁰⁹ Com base no preço de 2 reais a canada.

¹¹⁰ Com base no preço de 2 reais por canada.

¹¹¹ Mau.

¹¹² O preço de 6 reais resultante da arrematação a Garcia Peres das vinhas das cubas do relego de Santa Catarina.



ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1439-40	-	Mós de Moncorvo	18 r.	5,53 a 5,92	"A adm. mun. de Mós": 549
1440	-	Alcobaça	12, 13 e 25 r. ¹¹³	3,95, 4,28 e 8,23	"Alguns preços": 611
1440	-	Coimbra	12 r.	3,95	<i>O Baixo Mondego</i> , I: 434
1441	-	Santarém	25 r.	8,23	"Alguns preços": 611
1442	B V ¹¹⁴ T	Porto	24 r. ¹¹⁵ 36 r. ¹¹⁶ 48 r. ¹¹⁷	7,9 11,84 15,79	"Vereações". <i>Anos de 1401-1449</i> : 197
1442	-	Guimarães	36 r.	11,84	"Património e Rendas": 230
1442	-	Santarém	20 r.	6,58	"Alguns preços": 611
1444	-	São Pedro de Ribas	62 r.	20,4	"Alguns preços": 611
1445	-	Santarém	20 r.	6,58	"Alguns preços": 611
1446	-	Santarém	20 r. ¹¹⁸	6,58	"Alguns preços": 611
1448	-	Santarém	16 r. ¹¹⁹	5,26	"Alguns preços": 611
1450-51	B	Porto	60 r. ¹²⁰	12,54 a 13,8	<i>As Finanças</i> : 136
1451	-	Lisboa	69,6 r. ¹²¹	14,55	<i>Documentos das Ch. Reais</i> , II: 345
1454	-	Estremadura	30 a 50 r. ¹²²	6,27 a 10,45	<i>História da Sociedade</i> : 549
1454	-	Lisboa	30 a 60 r. ¹²³	6,27 a 12,54	<i>Hansa</i> : 122 ¹²⁴
1457	¹²⁵	Lisboa	0,71 c. ¹²⁶	?	"Alguns preços": 611

¹¹³ O preço de 12 reais com base no preço de 600 reais por tonel.

¹¹⁴ "ho vermelho de fora da terra o melhor".

¹¹⁵ Com base no preço de 2 reais por canada.

¹¹⁶ Com base no preço de 3 reais por canada.

¹¹⁷ Com base no preço de 4 reais por canada.

¹¹⁸ Com base no preço de 1000 reais por tonel.

¹¹⁹ Com base no preço de 800 reais por tonel.

¹²⁰ Com base no preço de 5 reais por canada. Um pichel de vinho custou 10, 15 e 20 reais.

¹²¹ Com base no preço de 30138 reais por 8 tonéis e 33 almudes.

¹²² Com base nos preços de 750 a 1250 reais por pipa.

¹²³ Com base no preço de 1500 a 3000 reais por tonel.

¹²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1959.

¹²⁵ De "bastardo e simprez do Algarve".

¹²⁶ Com base no preço de 17,85 coroas por pipa. É duvidosa a espécie monetária em causa e respectiva equivalência em reais.

ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1461-62	- B	Porto	62,4 e 86,4 r. ¹²⁷ 80 e 86,4 r. ¹²⁸	9,55 e 13,22 12,24 e 13,22	<i>As Finanças</i> : 136;
1462	-	Porto	20 r.	3,06	"O Surto Urbano": 218
1462	-	Lisboa	20 r.	3,06	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1464	-	Lisboa	40 r. ¹²⁹	6,12	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1466	-	Vila do Conde	48 r. ¹³⁰	6,91	"A administração": 90
1467	-	Santarém	20 r.	2,88	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1472	-	-	20 r.	2,42	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1474-75	- V B	Porto	60 e 100,8 r. ¹³¹ 72 r. 86,4 e 96 r. ¹³²	7,26 e 12,2 8,71 10,45 e 11,62	<i>As Finanças</i> : 136
1475	-	Braga	30 r.	3,63	<i>A Arquidiocese</i> : 433 e 475 ¹³³
1475	V B	Lisboa	96 e 105,6 r. ¹³⁴ 76,8 r. ¹³⁵	11,62 e 12,78 9,29	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1477	-	Braga	15 r.	2,03	<i>O Bispo D. Pedro</i> , I: 279
1477	V e B	Montemor-o-Novo	96 r. ¹³⁶	12,96	<i>Cancioneiro Geral</i> : 158
1478	I	Santarém	20 r.	2,7	" <i>Alguns preços</i> ": 612
1479	T B	Porto	96 r. ¹³⁷ 120 r. ¹³⁸	12,96 16,2	<i>Índice Chronologico</i> : 199
1482-83	- B	Porto	96 e 144 r. ¹³⁹ 120 r. ¹⁴⁰	11,04 e 16,56 13,8	<i>As Finanças</i> : 136

¹²⁷ Com base nos preços de 5,2 e 7,2 reais por canada.

¹²⁸ O preço de 86,4 reais com base no preço de 7,2 reais por canada.

¹²⁹ Com base no preço de 2000 reais por tonel.

¹³⁰ Com base no preço de 4 reais por canada.

¹³¹ Com base nos preços de 5 e 8,4 reais por canada.

¹³² Com base nos preços de 7,2 e 8 reais por canada.

¹³³ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

¹³⁴ Com base nos preços de 8 e 8,8 reais por canada.

¹³⁵ Com base nos preços de 6,4 reais por canada.

¹³⁶ Com base no preço de 2 reais por quartilho.

¹³⁷ Com base no preço de 8 reais por canada.

¹³⁸ Com base no preço de 10 reais por canada.

¹³⁹ Com base nos preços de 8 e 12 reais por canada.

¹⁴⁰ Com base no preço de 10 reais por canada.



ALMUDE					
Data	Tipo	Localidade/Região	Preço	Prata (g)	Fonte
1485-86	V ¹⁴¹ V B	Porto	45 r. 84 r. ¹⁴² 75 e 96 r. ¹⁴³	4,6 8,48 7,58 e 9,7	<i>As Finanças</i> : 136
1486	-	Funchal	72 r. ¹⁴⁴	7,27	<i>Vereações do Funchal</i> : 174
1486	-	Santarém	30 r.	3,03	" <i>Alguns preços</i> ": 613
1488	T B	Porto	72 r. ¹⁴⁵ 96 r. ¹⁴⁶	7,27 9,7	" <i>Alguns preços</i> ": 613
1491-92	B	Porto	64 r.	6,46	<i>As Finanças</i> : 136
1493-94	V B	Porto	70 r. 100 r.	7,07 10,1	<i>As Finanças</i> : 136
1495	-	Lisboa	8 r. ¹⁴⁷	0,8	<i>Hansa</i> : 122
1499	-	Batalha	40 r. ¹⁴⁸	4	" <i>Alguns preços</i> ": 613
1499	V B	Montemor-o-Novo	48 e 65 r. 56 e 57 r.	4,8 e 6,5 5,6 e 5,7	<i>Montemor-o-Novo</i> : 180 e 182

¹⁴¹ De Mesão Frio.

¹⁴² Com base no preço de 7 reais por canada.

¹⁴³ O preço de 96 reais com base no preço de 8 reais por canada.

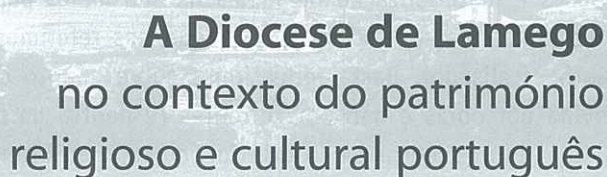
¹⁴⁴ Com base no preço de 1800 reais por pipa.

¹⁴⁵ Com base no preço de 6 reais por canada.

¹⁴⁶ Com base no preço de 8 reais por canada.

¹⁴⁷ Com base no preço de 400 reais por tonel.

¹⁴⁸ Com base no preço de 2000 reais por tonel.



A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português



N u n o R e s e n d e *

Introdução

1. A preocupação do Homem com a organização é um dos princípios basilares do processo civilizador. Estruturar e sistematizar, – seja conceitos, normas, ou bens materiais –, a par com a hierarquização e a contabilização são o garante de conceitos como progresso e desenvolvimento e, como tal, fazem parte de praticamente todas as sociedades, em todos os tempos. Talvez exista hoje uma dissonância, científica e do senso comum, entre o conceito de organização e cultura, eivados que estamos da politização constante dos sentidos de «sistema», e «progresso», com todas as suas clivagens e desigualdades quando aplicados ao social e ao económico. Não o discutiremos. A incapacidade para vencermos anacronismos e modelos sociais pré-concebidos, não nos permite (a historiadores e a historiadores de arte), traçarmos linhas de continuidade entre espaços, objectos, funções e autores – isto no campo da arte, (e, lá chegaremos, da arte religiosa).

Quando nos referimos a objectos cuja existência funcional e dinâmica foi subitamente cessada e trocada pela da exibição, diremos que o objecto «morreu» no seu sentido funcional, quando passou a assumir uma condição meramente histórica. Nessa altura pode ter seguido os caminhos da destruição, da musealização ou da fruição privada – mas em qualquer um dos três deixou de assumir a condição para a qual foi efectivamente criada. Se no primeiro caso, se trata de uma «morte

* Lic. em História (U.M.), Mestre em Estudos Locais e Regionais (U.P.), Doutorando em História de Arte Portuguesa (U.P.). O autor agradece a leitura do texto e as pertinentes sugestões dos drs. Anísio Saraiva e João Soalheiro.

permanente» (perdoe-se a redundância) nos dois seguintes, esvazia-se para figurar como simples invólucro – «morte» aparente.

No entanto, o objecto histórico ou historicizante deveria constituir nos dias de hoje o *thopos* numa sociedade eminentemente objectificada, apoiada em ícones, representações e materialização de ideias na sua maior parte pobres, mas extremamente atraentes. Talvez este objecto a que nos referimos constitua, «lá fora», o elemento catalisador. Basta reflectirmos sobre quanto da arte internacional é promovida por obras e não por correntes (e dentro destas por autores, *objectificados*). Quando nos referimos ao exterior, ou seja, ao internacional, não o fazemos imbuídos de qualquer fundamentação contra-nacionalista: a nossa História museológica prova o que acabámos de referir. Assente na recolha de obras de arte avulsas, na sua maioria de proveniência religiosa e (ou) litúrgica, as colecções dos grandes museus portugueses distanciam-se das realidades inglesa, francesa e mesmo da espanhola que, não obstante a sua proximidade à de Portugal, em termos de mentalidade religiosa, política e social, conseguiu orientar a sua museologia num conjunto de elementos inexistentes ou deficientemente estruturados em Portugal: grandes colecções de arte não religiosa; o gosto pelo mundano e pelo classicismo, decorrentes da existência de uma aristocracia culta, rica, humanista e, *last but not least*, o investimento pessoal e colectivo em obras catalisadoras que revelam sensibilidades derivadas de inúmeros factores e (ou) sincretismos e intercâmbios culturais não apenas definidos por critérios religiosos ou para-religiosos.

Portugal, assim geográfica e mentalmente afastado dos pólos de cultura europeus (com excepção do período quinhentista em que ele próprio criou uma centralidade) que aqui estendiam os seus braços em ténues e fugazes oportunidades – logo coarctadas por estratégias, normalmente elitistas e ideológicas – plasmou a sua produção artística em corporações – se não sociais, ao menos mentais – numa ideia de autofagia, em detrimento das de projecção ou de promoção. Um exemplo é a forma como Vasco Fernandes, o mais *objectificado* dos nossos autores *antigos* foi tratado como exemplo maior de uma «cultura de grupo», *primii inter pares*, quando os seus pares eram pintores não de escola, mas de província. E quem serviam estes? Não os leigos, nem os gostos mundanos de uma nobreza pujante, se não o único e o mais ávido de todos os clientes, ou seja a Igreja.

Creemos que foi este afastamento geográfico e cronológico à arte como veículo de expressão cultural – não necessariamente religiosa – e como elemento de consciência colectiva, que contribuiu para a profunda cisão entre aquela, o indivíduo, a comunidade e hoje entre o museu e a sociedade. Embora centremos a nossa análise numa ideia e no objecto, poderíamos transpor o mesmo pensamento ao património



em geral. Quando Umberto Eco tenta definir a arte (centrando-se no pensamento contemporâneo) refere-se à «sensibilidade histórica» e diz-nos que são possíveis intermináveis formulações sobre a definição daquela («a ideia de arte muda continuamente, de acordo com as épocas e com os povos» Eco, 1995: 136), mas não admite que se saia da História. Quando entramos no domínio da vulgarizada *Arte Sacra*, ela margina a História, exclui-se dela. Catalisa a comunidade que se agrupa ao seu redor, mas não é cívica, como nas cidades italianas do Renascimento que expunham a arte nas suas praças.

Penso que será interessante reflectirmos um pouco a partir da expressão «sensibilidade histórica» aplicado ao caso português e à sua produção artística, como já vimos revolvendo-se entre contextos rígidos e programas inflexíveis, condicionados pelo acesso dos autores à mundividência exterior, às exigências do encomendante e à influência de ambos no gosto do observador. Quem é ele? O fiel, o devoto, por quem a consciência estética, formatada pelo processo descrito, não trata de distinguir entre o «belo» e o «feio» (embora haja considerações distintivas óbvias subjacentes) mas entre o «bom» e o «mau», – no sentido em que a arte (religiosa) enquanto espelho de gostos, sensibilidade e expressão cultural, não existe. Existe, isso sim, uma noção inerente de funcionalidade e de totemismo – bem presente nas esculturas apotropaicas, terapêuticas e nos relicários –, que relega, no caso do património religioso, a arte para um plano superior e paradoxal, de transcendência e utilidade física. E já que falamos em sacros despojos, a própria ideia de relicário ilustra bem o que acabamos de referir: quando esvaziado do seu conteúdo, o relicário, torna-se objecto artístico, cujos metais nobres e pedraria acentuam o seu valor material. Mas o conteúdo, antes considerado despojo sagrado, identificado e funcionalmente hábil, revela-se-nos apenas um pedaço de osso ou tecido, quando expurgado do receptáculo. O *sacro* torna-se invólucro, que nada diz.

Não querendo espartilhar, nem o conceito, nem a abrangência da arte, em especial a da arte religiosa, – e não *arte sacra*, como teremos a oportunidade de abordar conceptualmente, adiante –, diremos que a sociedade portuguesa, e as suas elites, por todas as razões apontadas, conviveram com a arte enquanto produto, não da expressão de cultura, mas de tópicos, ideias, registos devidamente orientados ideologicamente pela Igreja que, a partir do concílio de Trento, viveu em cruzada interna para equilibrar não o *belo* e o *feio*, mas o tal *bom* e o *mau* que tem servido de matriz à concepção da arte pelas comunidades e a forma como esta é entendida/utilizada pelas mesmas. Se estas considerações podem, ou não, ser afiançáveis e verdadeiramente incisivas para o contexto nacional, só estudos sociológicos e historicamente abrangentes poderão esclarecê-lo –, estudos esses

que não existem. A historiografia da arte, mais preocupada com o objecto do que com o que o rodeia, e a História, alheia à importância do mesmo como registo material de culturas, subculturas ou comunidades, criam clivagens ou dissonâncias que deixam em branco muitos elementos de ligação. Seja como for e em que estado esteja, efectivamente, o estudo da «arte em contexto», sem o exercício de pensamento que trouxemos até aqui é difícil compreender a finalidade e a problemática ou problemáticas associadas à noção de inventário do património, tal qual ele tem sido aplicado nos dias de hoje.

2. Esta introdução manifesta preocupações do autor não apenas como historiador, mas enquanto observador decorrente do seu trabalho como coordenador científico do inventário do património religioso do património móvel, levado a cabo pela diocese lamecense nos arceprebendados de Lamego e Tarouca. Tal trabalho, que decorreu durante cerca de 2 anos, envolveu um processo de intervenção metodológica e surgiu, não como uma necessidade eminente, estratégica de salvaguarda de um património «em risco», seguindo orientações nacionais ou internacionais, mas mais como uma oportunidade para aproveitamento de fundos económicos europeus. Na ausência de um plano estratégico, nacional, concertado, permanente e com uma bolsa de fundos comum não se pode assegurar o mais importante num contexto de inventário do tipo diocesano (e, dentro deste, já noutra orgânica, o paroquial): a sua gestão. De facto temos andando a trabalhar em contexto museológico, num circuito fechado de marcação de peças, e pouco mais. A excentricidade do património (religioso, cultural, num sistema não fechado, dinâmico, em que os objectos são diariamente manuseados com funções específicas); o atavismo historiográfico (e cada vez mais social) em relação à religião como espaço preenchido por múltiplos fragmentos (objectos) e não de um todo; a inoperância da própria Igreja que, sem técnicos especializados e meios suficientes não exerce qualquer tipo de vigilância sobre o património material à sua guarda e, finalmente, o absoluto desinteresse do Estado em seguir políticas internacionais de estudo, conservação e salvaguarda do património, mormente o religioso, colocam-nos perante este dilema: inventariar o quê? Para quê? E para quem?

Um dos grandes problemas (estrutural, intrínseco) dos nossos cientistas sociais tem sido o de formular teorias e sistematizar metodologias em contextos específicos, estanques, sem procurar alargar o âmbito da análise, recusando-se ceder a generalizações ou a enquadrar-se em planos superiores de trabalho. Então o seu serviço transforma-se num monólogo. Tem sido assim com o inventário aplicado ao cadastro, estudo e salvaguarda do património português. Património no sen-



tido lato, não na conotação particular que lhe tem sido dado. Quando, em 2006, num colóquio, em Mêda, sugerimos a elaboração de uma carta cultural concelhia, em detrimento de inventários parcelares (cartas arqueológicas, «inventários» do património móvel, ou de levantamentos tipológicos), fizemo-lo considerando que o trabalho não pode ser lançado numa célula menor, nem numa maior do que a de um município, sem prejudicarmos vários factores. Mas aqui o que menos importa definir são geografias, se não sistematizar dados, orientações e fontes sobre um conjunto de objectos e de valores não materiais. Em suma, organizá-los e apresentá-los como material de trabalho e fonte de conhecimento e educação. A parte mais importante fase de um inventário, a sua organização e gestão, tem sido constantemente ignorada e a informação que cada um destes inventários nos lega estará sempre desactualizada. Logo, qualquer inventário que surja, por muito complexa que seja a sua execução ou atraente a sua imagem, nada valerá se a bitola utilizada exceder ou ficar abaixo da largura da dos projectos vizinhos, ou se não puder alimentar-se constantemente de informação. Estamos numa época em que o inventário apenas faz sentido se souber alimentar-se e reconstruir-se em ligações hipertextuais «internas» e «externas».

Compreender o sentido histórico e identitário do inventário para sobre ele construir um *thesaurus* que respeite conceito e denominações locais, regionais e nacionais; aplicar uma linguagem simples, mas directa, que elimine pré-conceitos sobre usos e contextos sobre uma grelha comum, (porém maleável e que permita o diálogo) e, sobretudo, caminhar no sentido de cruzar dados e fontes são aspectos fundamentais para cumprir a ideia de um inventário não necessariamente nacional, mas que respeite concepções e dinâmicas alargadas – aceitando, por exemplo, que lado a lado, convivam objectos extraídos de contexto etnográfico, ou partes de uma ânfora romana lado a lado com esculturas devocionais. Sem que entre cada um haja necessariamente um fio condutor, elementos comuns ou, sequer, a condição museológica.

Este trabalho propõe-se assim objectivar: a compreensão da importância do inventário cultural, documental e artístico (focando o património religioso regional) e os significados deste e sua pertinência num contexto de estudo, preservação e educação dando como exemplo da Diocese de Lamego no contexto nacional português, com toda a relevância que a mesma exerce enquanto espaço privilegiado de produção artística, desde o século XV até à época contemporânea.

Diocese de Lamego: breve história cultural.

1. Não nos propomos realizar uma caracterização histórica, cronológica, e monográfica desta diocese. Remetemos o leitor para os trabalhos, recentes, de Soalheiro, 2000; Saraiva, 2003; Marques&Silva, 2006 e Tapadinhas, 2008, que sistematizam a evolução e construção do espaço diocesano à sombra das instituições, dinâmicas e preceitos normativos locais, nacionais e supra-nacionais, sobretudo em contexto medieval¹. João Soalheiro faz, aliás, asserções muito específicas e bastante atualizadas sobre a origem alti-medieval do bispado, e o percurso deste, do Cabido, das Paróquias e da Vida Religiosa, durante os primeiros séculos da nacionalidade, apoiado na crítica à vasta documentação existente e não menos produtiva investigação a partir dela construída, sobretudo pela mão de A. Almeida Fernandes. Talvez por isso, a Diocese continue a ter, no período medieval, o principal âmbito de conhecimento e interesse, enriquecido pela recente edição de um trabalho de fôlego sobre a sua principal instituição, a Sé, na primeira metade do século XIV (cf. Saraiva, 2003). De resto, para um conhecimento já estruturado heurísticamente, não se esgota a obra de M. Gonçalves da Costa (1977-1993) que constitui, dentro da categoria das obras monográficas locais e regionais, um trabalho organizado segundo um modelo de análise centrado nas instituições e nas relações entre indivíduos, contra um certo género historiográfico/literário, anterior e posterior, que privilegia factos e ignora dinâmicas e estruturas.

Numa dimensão cultural, como justamente a designa J. Soalheiro, o conhecimento sobre a Diocese de Lamego fica muito atrás das suas congéneres como o fica, aliás, noutras áreas, temáticas e problemáticas relacionadas com a História Religiosa Local e Regional, devido à inexistência de estudos académicos e universitários².

¹ Sobre a representação cartográfica deste espaço sugerimos a consulta dos mapas constantes de SARAIVA, 2003: 29 e RESENDE, 2006: 20-21, comparando a evolução histórica do mesmo.

² E mesmo que nesses casos tais estudos não se enquadrem em análises de contexto paroquial ou diocesano, por flagrante anacronismo (como a análise das Memórias Paroquiais à luz das divisões administrativas actuais), são contudo de notável importância, sobretudo os que focam a demografia (através da exploração de registos paroquiais) ou aqueles em que se aborda a cultura e as dinâmicas sociais, – pelo que tem assim perdido Lamego e a sua diocese, seja por falhas e (ou) ausência de documentação (quando não pelo desconhecimento e acesso à mesma, mercê da inexistência de inventários e de respectivos guias), ou pela distanciação aos pólos de saber – derivada de inúmeras razões, algumas delas actuais e prementes, adiante desenvolvidas. Ao tema então proposto, o da dimensão cultural, se refere o referido autor, pondo em evidência a época medieval, salientando o papel do Cabido e das casas religiosas, as quais, sem dúvida, constituíram, em Lamego como em todo o mundo cristão medieval, empresas de saber e educação.



É, contudo, ao período entre a Idade Moderna e a contemporaneidade, a que o autor citado dedica apenas breves palavras, que tencionámos focar a nossa atenção, ainda que numa análise adequada ao presente ensaio, ou seja, elencando e sistematizando as fontes, os autores, e as estratégias subjacentes à renovação cultural e artística, por um lado, e à organização/veiculação da informação, por outro, tendo sempre presente as perspectivas interna e externa à própria diocese, como epicentro de mudança e acção. Seguindo esta linha de pensamento, propomo-nos enquadrar a produção e a gestão do património artístico e arquivístico/documental, como capital de memória colectiva legada pela Diocese de Lamego.

Herdeiras, primeiro, do Concílio de Trento (1545-1563) e, depois, de Vaticano II (1962-1965), a organização e as várias posições tomadas pela Igreja ante o património, ora fonte de rendimento e sustentação, ora manifestação simbólica e catequética, edificaram sobre os referidos concílios a sua orientação, que hoje vigora. Entre o final da Idade Média, tal como ele foi estipulado cronologicamente (1453, com a queda de Constantinopla) e o Concílio de Trento, que constitui um ponto de viragem na organização da Igreja Católica, passaram cerca de cem anos. Mas, nem esse período é de esterilidade ao nível da regulamentação da informação e do espólio documental e artístico à guarda da cúria e das paróquias, nem podemos compartimentar a difusão da informação numa simples grelha cronológica nacional ou internacional que não serve, à partida, o nosso objectivo de análise local e regional. Portanto, sem queremos avançar pela Idade Média, considerámos por bem alicerçar o seguinte ensaio tendo como limites o período imediatamente anterior a Trento, até aos nossos dias, correndo o risco de descrever o panorama recente, não com recurso a análise e conceitos históricos, mas segundo perspectivas e experiências decorrentes de processos em que participámos. Arriscamos, porém, fazê-lo, seguros de que a análise por nós apresentada possa contribuir para a compreensão de um percurso que, tendo como ponto intermédio a contemporaneidade, tem raízes profundas e resulta de acções devidamente fundamentadas e decorrentes do caminho passado que descreveremos.

Se o saber constitui uma forma de poder, como bem testemunham os cartórios dos mosteiros e das sés, providos dos materiais necessários a vencerem a máquina legalista que, sobretudo a partir do século XVI se torna mais complexa e com um maior capital humano (por via «burocratização da administração, tanto civil como eclesiástica», *cf.* Almeida, 2004: 49), então o acesso e à proximidade ao saber, define, quanto a nós, periferias e centralidades. Neste aspecto, os bispos de Lamego, tiveram, imediatamente antes e depois de Trento, um papel importantíssimo na dinamização cultural da diocese e da projecção da cidade enquanto pólo emissor

e receptor de capitais e espaço de criação artística. Dependia destes homens, a maioria deles estrangeiros em Lamego³, o poder de acção num espaço profundamente clivado de poderes e contra-poderes. Da Idade Média, vinha a influência crescente e abusiva do condado de Marialva e dos coutos de Salzedas e S. João de Tarouca e, muito embora, (por omissão da documentação) não conheçamos para Lamego, como para o Porto ou para Viana, o frequente embate entre o Município e a Sé, o poder episcopal estava cerceado e com ele a cidade frequentemente sitiada por autênticos estrategas que lançavam mão de qualquer arma para o combate⁴. A começar pelos próprios mosteiros intra diocesanos.

Importava, pois, que a Diocese tivesse à cabeça dos seus destinos, homens capazes de fazer frente aos reveses e às contingências de cada época. Nesse aspecto, muito do que J. Veríssimo Serrão chamou de « projecção cultural » do bispado e da própria cidade de Lamego (Serrão, 1977) deveu-se a bispos que, pela sua origem e percurso, souberam e puderam contribuir para renovação artística e para a modernização organizativa e institucional, segundo os cânones da sua época, ou mesmo ultrapassando-os.

Alguns períodos de *sede vacante* ou a figura de deões e vigários gerais mais proeminentes puseram à prova outros indivíduos que lançaram mãos de estratégias comuns a todas as épocas, quando o poder episcopal não existia ou se eclipsava. De facto, não obstante a dinâmica da diocese de Lamego (como acontecia com todas as outras), ter

³ Até ao século XV, dos 33 bispos conhecidos que se sentaram na cátedra lamecense, apenas 6 eram naturais do território diocesano: D. Pedro Mendes (1197-1211), D. Paio Furtado (1211-1246), D. Domingo Pais (1271-1274), Vasco Martins de Alvelos (1296-1302), D. Lourenço (1363-1393) e D. Gonçalo Gonçalves (1394-1419). Se alargarmos o período até aos dias de hoje, entre 78 prelados, perfazem com os atrás referidos, um total de 10 os naturais de Lamego (diocese) que nela exerceram o governo episcopal, a saber, D. Francisco de Soutomaior (1636-1668), D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786), D. Jerónimo Teixeira Cabral (1613) e D. Jacinto Tomás Botelho (d. 2000).

⁴ Talvez assim se compreenda o frequentemente citado percurso de D. Clara Fernandes, cuja vida «dissoluta» não a impediu de tomar para si o controle do convento de Recião e escapar às justiças régias e eclesiásticas em pleno século XV, cf. Viterbo *apud* Costa, 1979: 532-533. Por estudar está o sentido de cultura cívica, sobretudo no que toca à sua posição ante o poder religioso e a religião. No Porto, cidade exposta a influências externas continuadas pela sua posição geográfica próxima à costa, abordámos a questão das divergências do Cabido e da Câmara Municipal quanto à manutenção de um poderoso símbolo urbano: o seu santo patrono, São Pantaleão. Em Lamego, não encontramos tensões semelhantes. Mesmo ao nível do urbanismo e da arquitectura, – geografias urbanas onde se jogam e espelham conflitos –, Lamego difere, em muito, do Porto e de outras cidades, onde as estruturas municipais e episcopais de alguma forma competiam no espaço pelo poder. Cf. A. Saraiva, no seu estudo sobre a implantação da Sé de Lamego, SARAIVA, Anísio de Sousa – «A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego». *Revista Portuguesa de História*, tomo 36, vol. 1 (2002/2003), pp. 241-265 (vol. 1).



dependido da força e da operacionalidade do bispo, para o que era determinante o seu próprio percurso biográfico e a sua origem – características importantes na constituição de épocas particularmente criativas ou reformistas⁵, o acesso a canais paralelos de influência e a capacidade para os usar foram sempre determinantes.

Em seguida tentaremos fazer uma abordagem cronológica às instituições, à sua organização e ao papel dos indivíduos na produção, difusão e salvaguarda do património e da memória na diocese de Lamego, desde o século XV até aos nossos dias.

2. Rafael Bluteau, no seu *Vocabulario* (1712-1728), esclarece que inventário é «registro ou papel em que estão registrados os móveis, os papeis, & varias cousas que há em uma casa»⁶. É interessante que o enciclopedista confine à «casa» o âmbito do inventário. De facto as Casas – físicas e simbólicas – do Antigo Regime, encerravam e administravam vastos cartórios, ou *tombos*, criados para gerir o aparato económico e de trato dos senhores. Mas Bluteau reduz esse sentido ao interior da casa enquanto espaço físico, à lista dos seus bens móveis e aos seus papéis. É, pois, um inventário do inventário, no sentido em que incorpora (com todos os sentidos possíveis desta palavra) não a identificação directa da matéria ou dos bens (ou o método para o realizar) mas o suporte que contém a informação. Em última instância, o acesso directo à informação (palpável) define a importância do inventário: ele permite provar, num universo marcadamente oral, a posse efectiva dos bens. Embora o humanismo dos séculos XV e XVI tenha despertado a consciência das elites para o património público (por oposição a um material, mundano, privado), ainda no primeiro quartel do século XVIII estava por despontar a noção do inventário ou *tombamento* do património enquanto bem público, comum, móvel ou imóvel⁷.

⁵ Embora centremos na figura do prelado – porque a ele se imputa a representação do espaço – não podemos deixar de referir os períodos de vacância (sobretudo no período pós-tridentino e no barroco) que constituíram épocas de alguma vitalidade, por exemplo. Logo à cabeça surge o período subsequente à morte de D. Nuno Álvares Pereira de Melo e a nomeação do débil D. Frei Manuel Coutinho (que nunca chegou a entrar na cidade tendo aguardado a morte na sua terra natal, Soure), quando o cabido, encabeçado pelo nobre Pedro de Távora e Sampaio, o poderoso arcebispo de Côa, chamou António Pereira e Nicolau Nasoni para executarem o novo projecto da catedral, como efectivamente fizeram. Não sem recuos, contudo, motivados por divergências entre os capitulares. Sobre este assunto ver Costa, 1987: 580-586 ss. e DIAS, Augusto – *Senhora dos Remédios. Nasoni em Lamego*. Porto: edições «Beira Douro», 1975. Sobre a «razão» desta *sede vacante* – devida à estratégia da Coroa para submeter a nomeação episcopal ao seu querer –, cf. PAIVA, 2006: 70.

⁶ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino*, [...] pelo padre D. Raphael Bluteau. Coimbra: [no Collegio das Artes da Companhia de Jesu], 1712-1728. Letra I, p. 182.

⁷ Data de 1721 a famosa lei joanina sobre os «monumentos antigos», elaborada num contexto académico. De facto trata-se da primeira intervenção do Estado na regulação e defesa do património

Não obstante a pertinente definição setecentista, vem de muito atrás a utilização do vocábulo inventário, para materializar os propósitos actuais: o «levantamento minucioso dos elementos de um todo». O estudo de fôlego realizado sobre «o acesso à informação nos arquivos» (Ribeiro, 2003) refere, – fazendo uma análise que perscruta o âmbito e a circunscrição dos arquivos eclesiásticos (definidos como particulares) – o termo *enventairo*, aplicado em 1477 à entrega e contabilização de bens – «ornamentos, livros e outras cousas de que hê costume» (id. *ibid.*: 366) – ordenado pelo bispo D. Luís Pires ante o sínodo. Neste aspecto, a diocese de Lamego, em plena Idade Média, partilhava com as suas congéneres, toda a organização em termos de gestão de bens eclesiásticos, acolhendo o conjunto de normativas emanadas de disposições sinodais, documentadas desde, pelo menos o Concílio de Braga (561). Embora só agora despontem os estudos e levantamentos sistemáticos da documentação sobre as Chancelarias episcopais para o período medieval (como o de A. Saraiva, sobre o fundo da Sé de Lamego recolhido à Torre do Tombo)⁸ é certo que todas as dioceses apresentavam, entre si, formas similares de organização e sistematização da informação, fruto da proximidade e da similitude dos bens inventariados ou cadastrados. Disso são exemplo os tombos de bens e rendas, e os censuais ou leituários⁹, importantes por manterem actualizados (por traslados e acrescentos) os pagamentos decorrentes dos inúmeros tributos estabelecidos.

considerado passível de interessar à «glória Portuguesa», não só nas matérias concernentes à História Secular, mas ainda à Sagrada. Não obstante esta divisão entre o eclesiástico e o temporal, que merece ser realçada em termos historiográficos, nada aí apela para uma levantamento sistemático do património, se não, a sua recolha ou identificação, mercê do acaso ou de acções fortuitas.

⁸ Realce-se a edição do diplomatário da Sé, de 1296 a 1349, como o primeiro que se edita de uma catedral portuguesa (SARAIVA, 2003); e, por outro lado, como exemplo de estudo sobre a chancelaria lamecense no contexto das chancelarias episcopais medievais do norte e centro de Portugal: CUNHA, Maria Cristina Almeida e; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa e SARAIVA, Anísio de Sousa – «Régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge: les cas de Lamego et Viseu». In *Actes du XVe Colloque du Comité International de Paléographie Latine "Régionalisme et Internationalisme: Problèmes de Paléographie et de Codicologie du Moyen Âge"*, série IV (Monographies) de "Veröffentlichungen der Kommission für Schrift- und Buchwesen des Mittelalters". Wien: Oesterreichische Akademie der Wissenschaften, 2008, p. 302-307.

⁹ Como o preâmbulo do *Leituário* do cabido lamecense especifica, este era o documento onde se anotavam as «lectuosas», ou ltuosas, imposto pago sobre a morte ou benefícios por alma, cf. COSTA; Avelino Jesus da, padre – «Ltuosas». In SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, s.d., vol. IV, p. 86. M. Gonçalves da Costa salienta o facto de terem desaparecido do arquivos capitular e da Mitra, o *Livro Dourado* e o *Beirão* que constituíam espécimes codicológicos com interesse para o estudo da organização diocesana na Idade Média, cf. Costa, 1977: 3. De Lamego interessa realçar, como primeiro inventário censório e de bens, o referido leituário, anterior a 1282, cuja pública forma, feita em 1691, se conhece por transcrição de Alfredo



I. Período pré-tridentino

No início do século XV a Diocese de Lamego acrescenta à sua jurisdição as terras até então administradas por Ciudad Rodrigo¹⁰. Para Portugal significava o reforçar de fronteiras, para Lamego a submissão espiritual e económica de uma vasta área então socialmente e demograficamente relevante comparada com os dias de hoje – era zona de fronteira e de intercâmbios. É da mesma época a reorganização do espaço administrativo da diocese, decorrente desta dilatação territorial. Surge o arceprelado ou arcediogo enquanto nível intermédio entre a Mitra e as paróquias. Como se compreende, à medida que avança, no espaço geográfico, a reestruturação dos limites e dos respectivos organismos de superintendência diocesana, vai-se complexificando a máquina burocrática e administrativa que a gere, a partir da sede episcopal.

O final da Idade Média augura assim mudanças significativas por razões que conhecemos para o país, tanto a nível económico e social. Lamego, cuja importância vai aumentando no contexto episcopal português e ibérico, sente essa evolução e acompanha-a. O movimento que se inicia antes do concílio de Trento revela já um incremento considerável na burocracia eclesiástica e civil por via do papel crescendo do direito no quotidiano da sociedade, assim como consequência das transformações sociais, culturais e económicas que abrangem toda a Europa.

No que toca à produção artística, dentro do processo que caracteriza a evolução do românico e do gótico (este estilo com menor expressão no contexto diocesano de Lamego), destacamos sobretudo os objectos litúrgicos e cultuais que assumem cada vez mais uma importância religiosa e social congregante, sobretudo as imagens – profundamente sacralizadas e carregadas de temor simbólico. As cores, o mistério dos actos litúrgicos e a utilização de materiais nobres, como a prata e ouro, associados à presença de relíquias orgânicas e outros despojos sagrados acentuavam a

Pimenta – PIMENTA, Alfredo, leitura, transc. e notas – *Leituário da Sé de Lamego*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1962. Segue-se-lhe em importância e como documento privilegiado para a compreensão do espaço diocesano nas vésperas de Trento, o Censual que A. Almeida Fernandes transcreveu e anotou, datando-o da primeira metade do século XVI, cf. A. DE ALMEIDA FERNANDES (leitura, transc. e notas) – *Censual da Sé de Lamego (século XVI)*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense/Câmara Municipal de Lamego, 1999.

¹⁰ Sobre a bula *Eximie devotionis*, de Bonifácio IX (encontrada no espólio à guarda do Museu de Lamego), que determina a passagem dos territórios de Ciudad Rodrigo para Lamego, ver o trabalho de MARQUES, Maria Alegria – *Uma bula do séc. XV: pretexto e contexto*. In RIBEIRO, Agostinho e BRAGA, Alexandra, coord., *Museu de Lamego. Pergaminhos*. S.L.: Instituto Português de Museus, 2002, pp. 11-24.

importância e a necessidade dos objectos que então se podiam considerar verdadeiramente *sacros*. A escultura definirá, aliás, até aos dias de hoje, o património com maior expressão e já nos finais da Idade Média o seria – carácter eminentemente idólatrico que será apontado pelos reformistas protestantes no século XVI.

O conjunto dos bispos pré-tridentinos¹¹ com que M. Gonçalves da Costa abre o seu 3.º volume da *História da Cidade e Bispo de Lamego* é, no contexto do governo episcopal lamecense (ainda tão pouco estudado) um dos momentos a vários níveis importante para a inauguração de um novo período para a cidade e a médio prazo para a diocese. D. João de Madureira (1502-c.1513), não sendo, como as crónicas deixaram registadas, um bispo moralmente exemplar (veja-se Paiva, 2006: 120), trouxe a Lamego o melhor da arte do seu tempo – como prova a encomenda por ele feita a Vasco Fernandes¹². Em termos artísticos, portanto, ao finalizar a Idade Média entrava-se num período fecundo em realizações e na absorção de novos estilos, que os labores renascentistas da fachada remanescente da catedral gótica ainda testemunham.

¹¹ Embora fossem, na sua maioria, bispos inconstantes levaram a cabo reformas consideráveis a nível organizativo e institucional. D. Fernando de Menezes (1513-1540) promovera obras importantes no seu coto, mas gerira a diocese a partir da Corte, D. António Teles de Meneses (1579-1598) – embora mandasse reformar os estatutos capitulares, tendo sido grande patrono das freiras clarissas (que instalou nas Chagas e cuja instituição acumulou de bens) justificava, com certos achaques derivados do mau clima da terra, o seu afastamento de Lamego (cf. Costa, 1982: 53-54; sobre o acto de posse deste prelado, ver Paiva, 2006: 106-108). Com a transferência da capital para Madrid, dir-se-ia que a cidade entrou numa letargia motivada pelas ausências cada vez maiores dos bispos nomeados pelos Filipes: D. Jerónimo Teixeira Cabral (1613) ligado a uma das casas senhoriais da cidade – a casa do Poço – nem chegou a tomar posse da cátedra, tendo falecido no regresso de Madrid; D. Martim Afonso Mexia (1615-1619), «agente» de Castela, como faz notar M. Gonçalves da Costa (1982: 64-70) geria inúmeros cargos, na maioria de carácter político, e D. João de Lencastre (1622-1626) que, como recorda o mesmo autor (Costa, 1982: 73), «da sua breve estadia em Lamego, restam apenas duas referências». Sucedeu-lhe João Coutinho (1627-1635) nobre, de uma família dos donatários de S. Miguel dos Açores. De todos os da época filipina este bispo foi o que mais tempo geriu os destinos da sua diocese, mas pouco há assinalar sobre a sua acção como prelado lamecense. Com o material de que dispomos, nomeadamente os trabalhos e as fontes citadas por Marques (1988) e Costa (1982), dão-nos a ideia de uma época de estagnação – no que a ausência do prelado tinha um papel determinante. Quanto ao perfil, acção e contextualização dos episcopados nacionais (e os do Império), deve consultar-se o recente trabalho de PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, por onde seguimos as datas extremas dos episcopados lamecenses (p. 581).

¹² Veremos que, não obstante a ausência frequente de certos prelados, os que vinham ocupar a cátedra episcopal, ainda que por pouco tempo, traziam consigo o gosto e os meios ditados por uma proximidade à Corte ou segundo experiências colhidas no estrangeiro, sobretudo em Roma, como no caso de D. Manuel de Noronha.



O bispo que se seguiu a D. João Camelo de Madureira – D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1513-1540)¹³ –, embora fosse um bispo itinerante, marcou presença através de uma atenta gestão como provam as suas missivas (Costa, 1982: 16) reveladoras da máxima atenção que dedica a Lamego e de que é testemunha a obra, por longo tempo incógnita, que Rui Fernandes, *tratador das lonas e bordates de el rei*, lhe dedica entre 1531 e 1532 e onde são descritas as benfeitorias que o antístite mandou executar no couto da Sé. Através deste panegírico vemos uma cidade dependente da economia local, ainda serrana, mas cada vez mais virada para o Douro¹⁴. Todo o tratado, perfeitamente enquadrado num tipo historiográfico que desponta no século XVI é, contudo, um apelo à lenta agonia económica que a cidade vinha sofrendo. Assim o inferimos das várias queixas que Rui Fernandes deixa registadas, como a que dirige contra os oficiais mecânicos, segundo ele responsáveis pela má gestão e pelo fraco desenvolvimento da urbe (Amândio Barros realça este facto na sua edição crítica do *Tratado*, cf. Barros, 2001: 17)¹⁵. Ainda

¹³ Braamcamp Freire realça a proximidade deste bispo à rainha D. Catarina de Áustria que, segundo ele, «sempre foi mais castelhana que portuguesa», e «via em Fernão d'Álvares [tesoureiro da Corte] e no Bispo de Lamego o seu livramento» – relações que o autor extrai da obra (sempre socialmente crítica) de Gil Vicente. Cf. FREIRE, Braamcamp A. – «Gil Vicente trovador, mestre da balança [IV]. *Revista de História*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 7.º volume, nºs 25-28, ano VII (1918), pp. 6 e 7. Sobre o papel mecenático e interventivo deste prelado ver o artigo de SERRÃO, Vítor – «O bispo D. Fernando de Meneses Coutinho, um mecenas do Renascimento na diocese de Lamego. In CASTRO, Ivo, NETO, Maria João e SERRÃO, Vítor, coord., *Propaganda e Poder. Congresso Peninsular de História de Arte*. Lisboa: edições Colibri, 2001.

¹⁴ O relato de uma cidade fervilhante, e de um aro, termo ou «compasso» fértil – que o tratado de Rui Fernandes descreve em minucioso traço, embora em tom apologético, deve ser levado em conta. Sobretudo (e Rui Fernandes faz questão de no-lo sublinhar) no que refere à população existente. O esvaziamento demográfico não havia desequilibrado ainda as relações sociais e institucionais. Zona de passagem, por excelência, cuja proximidade ao Douro favorecia a mobilidade de bens e indivíduos, a cidade de Lamego gozava, na primeira metade do século XVI, de alguma prosperidade, não obstante ter perdido certos privilégios – como o da feira franca – e o facto de «afastar-se», a passos largos, dos centros decisórios de poder. Perdia prestígio para as cidades da costa, por via da expansão, é certo, mas embora tal preocupasse os mercadores e homens de negócios da cidade, como Rui Fernandes, preocupava muito mais as elites e mesmo a estrutura capitular, a ausência do bispo – a que não será alheio o espírito cortesão que se desenvolve ao redor de alguns prelados, verdadeiros senhores cujo estado e casa definia a centralidade requerida para manutenção do poder simbólico e, conseqüentemente, do estatuto ou «hierarquia» do espaço geográfico.

¹⁵ Outrossim, o autor quinhentista faz notar que desde a extinção da feira de Santa Marinha a cidade perdera importância. Fora primeiro devido ao desleixo dos oficiais do ano da extinção e depois à concorrência «dos da Guarda» que retomado o mercado obtiveram o favor régio. No seu tempo «vinham muitos mouros de Arévalo e de Granada, os quais traziam especiarias de onde se abastecia todo o Reino por então não haver ainda trato da Índia» (cf. Fernandes, 2000). Tinha, pois, razão

que em tom laudatório, o cronista não deixa de mencionar uma das iniciativas de catequização do bispo, (aproveitando a difusão da imprensa?): a distribuição de folhinhas do catecismo por todas as paróquias do bispado. Talvez se deva também a este prelado a ordem para a feitura e reorganização do já referido Censual que Almeida Fernandes data da primeira metade do século XVI.

A. Saraiva faz notar, e bem, que «não são raras as notícias que nos chegam de deficiente preparação ou até mesmo de analfabetismo entre o clero diocesano e capitular» (cf. Saraiva, 2003: 161). Entenda-se porém que a Idade Média não constitui em Lamego, como noutros locais, período de retrocesso ou fixidez em termos de mobilidade, quer geográfica quer social. O acesso a canais de poder, fazia-se por estratégias que o referido autor estudou a nível episcopal e capitular. Lamego, como sublinha Rui Fernandes, estava muito mais próxima do centro europeu, via meseta castelhana (com que os seus limites confinavam), do que com as cidades do litoral português. A tendência para entendermos o poder de um ponto de vista físico, geográfico e não maleável ou socialmente imutável, prende-nos a anacronismos derivados da leitura da paisagem e da sociedade actuais¹⁶.

Todavia, ainda que M. Gonçalves da Costa cite a documentação do Vaticano para aferir um «extraordinário movimento de clérigos e outros que nos séculos XIV e XV frequentavam escolas superiores estrangeiras» (Costa, 1982: 253), tal movimento (que está por estudar) não pode, por si só, caracterizar um período fecundo a nível cultural. Há a definir, aliás, antes que prossigamos, em que plano se deve aplicar o termo *cultura* e como o entendemos aplicado ao nosso ensaio.

Sá de Miranda ao dizer que ao cheiro de canela o reino se despovoava. Seria o declínio económico da cidade acompanhado pelo crepúsculo cultural?

¹⁶ «Antes de 1494, o abade de Piães, Matias de Figueiredo, partiu para Roma a formar-se em decretos», anota M. Gonçalves da Costa. É certo que o autor se refere a uma abadia sustentada por um quase corpo capitular, como aquele que formava a Colegiada de Santiago de Piães, a qual, ainda no século XVI, ocasionava disputas simbólicas de poder e prestígio (cf. Costa, 1977: 444-445), mas o acesso às estruturas de saber, havendo os meios económicos para tal, não era mais difícil por via de uma *interioridade geográfica*. Aliás, como temos vindo a referir, não só o Bispo, pela sua presença, definia a centralidade do poder dentro de uma diocese. Outras instituições como as colegiadas, as comendas, as antigas e as emergentes casas senhoriais – arrogando-se dos seus direitos de padroado ou das estratégias para colocar em boas posições eclesiásticas os filhos segundos – e, no mesmo sentido, a ascensão das irmandades e confrarias leigas, determinarão a eclosão de pequenos centros que emanam poder e disputam autoridade. Sem contarmos com o Cabido que, não poucas vezes, disputava influência com a Mitra, teremos um universo de pequenos cosmos onde gravitavam toda a sorte de astros – panorama que não mudará com Trento, mas que será severamente coarctado sob a orientação de certos bispos.



Para o explicarmos vamos buscar as palavras de Jorge Dias, autor que, em boa hora, cita a expressão de Cícero – *cultura animi* – de forma a elucidar-nos sobre o verdadeiro sentido da expressão: «a acção que o homem exerce de si, por si e sobre si, visando uma auto transformação, ou seja o processo de evolução do espírito humano, a que podemos chamar o *processo de humanização do homem*»¹⁷. Este processo distingue-se no individual e no colectivo e, neste último – «carácter superorgânico e superindividual», como adianta o mesmo autor –, reside a nossa perspectiva. De que forma a acção da Igreja lamecense influi na modelagem ou da cultura e culturas locais e regionais, enquanto «sistema de ideias, padrões de comportamento», sendo ela própria um modelo da Igreja de Roma? Esta pergunta só pode ser respondida com estudos devidamente orientados para aferir do diálogo entre os vários estratos, ou divisões – que *cultura*, enquanto palavra e definição polissémica e transdisciplinar, pode garantir. Voltemos ao movimento cultural da Diocese de Lamego. O seu significado é diferente quando aplicado ao meios dos letrados, ou quando se refere às camadas sociais afastadas da produção da escrita. Avaliar graus de cultura, local e regionalmente, através do acesso de um grupo de homens a universidades e escolas portuguesas e (ou) estrangeiras pode revelar-se uma falácia. Mesmo a nível de instituições como o Cabido, ou mesmo a Mitra, onde até bastante tarde acederam indivíduos com formação deficitária, tal facto não mais nos revelam se não (como o confirmou A. Saraiva) estratégias clientelares ou nepotistas, pelas quais se pautaram grande parte das nomeações a cargos eclesiásticos até muito depois de Trento.

É assim que a diocese de Lamego se encontra quando por lá passam estes bispos reformistas, que o são sem efectivamente beberem das deliberações tridentinas. Cortesãos, – como refere M. Gonçalves da Costa no caso de D. Fernando de Menezes Coutinho –, imbuídos do espírito renascentista, e do gosto humanista que lhes correspondia, raramente despem a sua condição de nobres, alguns deles preparados para assumir uma carreira eclesiástica como simples alternativa a um percurso civil, nas letras ou nas armas.

Exemplo máximo do que acabamos de dizer foi D. Manuel de Noronha (1551-1569), agraciado aos 12 anos pelo Papa Leão X como o título de camareiro-mor. Sucedeu a um episcopado «menor», de um bispo modesto, – D. Frei Agostinho Ribeiro (1540-1549)¹⁸ – e, habituado a um ambiente de corte, não tardou a imprimir na

¹⁷ DIAS, António Jorge – «Cultura». In SERRÃO, Joel, coord., *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2, Porto: Figueirinhas, s.d., pp. 253-254.

¹⁸ Como conjecturou A. Saraiva na sua intervenção (*Património documental e novos suportes de informação: o catálogo digital do Arquivo do Museu de Grão Vasco*) proferida no I Colóquio Regional de

paisagem de Lamego, o símbolo do seu poder e do seu gosto humanista. Definiu eixos de centralidade, a partir de novos templos que mandou edificar, favorecendo a geração de santuários marianos – com o intuito de, com imagens sagradas, cumular de importância espiritual e económica uma cidade privada de relíquias e corpos sagrados. Em 1561 celebra sínodo, do qual saíram constituições impressas (1563) e, em 1565, ratificou as deliberações conciliares de Trento a aplicar na sua diocese. Porém, a sua maior obra, em termos culturais e educacionais, foi a fundação de um colégio, consagrado a S. Nicolau, para o qual deixou inúmeros legados (Costa, 1982: 33-35). A criação de uma escola universitária na cidade de Lamego contribuiu para a polarização do ensino canónico a nível regional, mesmo antes das recomendações nesse sentido definidas por Trento. No que se refere a este concílio, mesmo sem nele ter participado, D. Manuel de Noronha devia estar atento e informado ao desenrolar dos trabalhos, tal a influência e os conhecimentos que tinha tanto na corte portuguesa, como na pontifícia.

As Constituições que mandou imprimir¹⁹ definem orientações muito claras, sobre a necessidade de uma boa gestão arquivística das paróquias e da própria sede episcopal, dividida entre os núcleos documentais da Mitra e do Cabido. Estava em causa o controle sobre os actos vitais da população, como o matrimónio e o óbito – actos eminentemente contratuais ou que envolviam transacções patrimoniais. Como tal, a legislação sinodal foca:

- os **arquivos paroquiais** (t.º III, 14: *que em cada igreja aja hu livro em que se escrevam os Baptizados, & padrinhos, & asi casados, & defunctos; t.º XX, 1, que a prata das igrejas se pese, & ponha em inventairo, & quem a guardara; t.º*

Arte e Património do Douro («Quanto Douro conhecemos?»), em Novembro de 2007, a partir da representação do selo de D. Frei Agostinho Ribeiro conservado no espólio documental daquela instituição museológica – os três cravos da crucificação –, talvez se deva a este prelado a encomenda da pintura retabular recuperada e estudada no decorrer do Inventário do Património Religioso móvel Lamego-Tarouca, intitulada «Lamentação sobre o Corpo de Cristo». Em recente entrada de catálogo Vítor Serrão (*In RESENDE, I, 2006: 148-152*) indica como cronologia de produção da obra a primeira metade do século XVI, atribuindo a sua encomenda ao episcopado de D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos. Mas a circunstância de tais objectos assumirem na composição da obra um lugar visivelmente proeminente, – nas mãos de José de Arimateia, quase ao centro da pintura –, levam-nos a aceitar a hipótese de A. Saraiva que assim afinaria a época de execução de tão notável importância histórica e artística para o período de 1540-1549. A propósito deste prelado, cf. Paiva, 2006: 310.

¹⁹ – *Constituições synodales do Bispado de Lamego, feitas pello... Senhor D. Miguel de Portugal, publicadas, e aceitas no synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. e agora impressas por mandado do... Senhor D. Fr. Luis da Sylva...* – Em Lisboa : na officina de Miguel Deslandes, 1683. – [8], 644 p.

- XX, 2, que aja livro de toambo autentico em cada igreja, em quem se ponham os bées & propriedades della, & assi os dereytos & rendas que lhe pertencem; t.º XX, 4, que nas igrejas aja arca de escripturas em sejam metidas ellas, & o toambo; 5, que as escripturas que se tirarem da arca se torne a ella),*
- os arquivos das **colegiadas** (t.º XIII, 1, *que os raçoeyros venham fazer residencia, & da maneyra que se tera nam vindo; & em que tempo os iconemos tiraram suas cartas de iconemia, & quando serem espedidos, & que se escrevam no livro as cartas de iconemia; t.º XIII, 9, que nas igrejas de raçoeyros aja thesoureiro, & nas outras hua pessoa que tanje aas horas, & Ave Marias, & que feche a igreja, & faça o que a seu officio pertencer)*
 - e a própria **orgânica central**: (t.º IX, 4, *das matricolas, como & em que maneyra farám & guardarám; & das cartas das ordées, t.º XXXVI *Dos notayros, & escrivães, etc).**

Também em relação à gestão dos bens móveis, se estipula o cuidado na manutenção dos ornamentos. No título XIX – *Dos ornamentos do altar* –, constituição primeira – *Dos ornamentos e cousas que há de haver nas igrejas (...)* – ordena-se que «*aja em cada igreja do dito nosso Bispado as cousas seguintes, sem nenhuma dellas faltar. Altar firme & consagrado, ou pedra dara consagrada nelle, Retavolo pintado, ou imagem de vulto bem composta, toalhas pera ho altar, & pera dar a comunham & unçam, & Bacio pera se lavar: as quaes cousas nam servirão em outro uso (...)*». As pratas, particularmente cobiçadas – alvo principal de confisco em tempos de carestia –, constituíam objectos de suma importância pelo que a estratégia para a sua salvaguarda é alvo de minuciosa descrição. Deveriam ser descritas e pesadas, tendo em atenção as marcas de ourives de cada uma devendo, quem as inventariasse e as guardasse (tesoureiro ou na sua ausência pessoa idónea) registar todos os dados num livro que devia ser guardado em arca própria, devidamente acondicionada²⁰.

Embora variasse de Diocese para Diocese – conforme a sua dimensão e indivíduos ao seu serviço –, a organização em redor dos arquivos (e até no número dos mesmos), encontrava pontos em comum. Sobretudo no tocante aos cargos e às

²⁰ Sobre a publicação de ambas as Constituições (a de 1563 e a de 1683), e uma breve caracterização do episcopado de cada um dos prelados responsáveis pela impressão das mesmas cf. a entrada de catálogo de RESENDE, Nuno – «Constituições sinodais da Diocese de Lamego (1563 e 1683). In RESENDE, Nuno, coord., *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, vol. I (Lamego), pp. 244-251. Em anexo publica-se a lista (ordenada por nome próprio) dos participantes no sínodo de 1639.

funções destes. Ao tesoureiro (cujo papel se mimetizava desde o cabido à paróquia) cabia, desde a Idade Média, a guarda de alfaias litúrgicas, objectos sagrados e de eminente valor simbólico e material (como os relicários) e ainda a guarda dos livros respeitantes a contas da fábrica da igreja ou catedral. Inquiridores, contadores e distribuidores asseguravam a salvaguarda de bens materiais e simbólicos (como a pureza do sangue) e escritvães e notários serviam a Mitra e o Cabido conferindo legalidade aos actos num mundo cada vez mais dependente da escrita. Foi a um escrivão do auditório que D. José de Meneses (1685-1692) mandou, em 1686, fosse feito o inventário «de todos os papéis do cartório da Câmara Eclesiástica» (Costa, 1977: 4)²¹. Por este livro é possível reconstituir parte do referido cartório na sua composição anterior, aliás, àquela data, já que os documentos a que alude («devassas, visitas, colações, matrículas, justificações, doações, arrendamentos, etc., cf. *idem*, *ib.*) não se encontram nos fundos da actual Câmara Eclesiástica²².

Nas constituições mandadas imprimir em 1683 por D. Frei Luís da Silva²³ com base no sínodo de 1633, as disposições respeitantes à organização e arquivística e à vigilância sobre os bens patrimoniais, excedem em muito as de 1563. Dava-se cumprimento, em pleno, às orientações tridentinas, que D. Miguel de Portugal, ainda durante o reinado filipino fez executar e, como tal, estas novas deliberações sinodais manifestavam já o espírito organizativo e perscrutador quanto à liturgia, à moralização dos costumes e à organização ideológico-espacial que daquela data em diante orientou e condicionou em grande parte a vida pública e privada nas comunidades diocesanas – pelo menos até à progressiva perda de influência do direito canónico e à gradual laicização da sociedade.

Praticamente todos os livros que compõem as constituições de 1683 abordam questões derivadas da realização e conservação da documentação, produzida sobre o registo dos actos vitais e dos sacramentos, da colecta de dízimos, primícias, obla-

²¹ Sobre os officios apontados, na esfera organizativa e institucional tridentina local, ver Costa, 1982: 134 ss.

²² M. Gonçalves da Costa na introdução ao III volume da sua História, elenca com rigor a documentação perdida: «40 livros de colações de benefícios eclesiásticos, de 1523 a 1593, e ainda outros referentes aos 4 distritos da diocese; 9 livros de óbitos, capelas, confrarias, certidões e testamentos; 14 cadernos de cartas de curas e coadjutores, 9 registos de róis de confessados, de 1693 a 1705; “papeis extraordinários” de apresentação de benefícios e autos de casamentos; 44 livros dos patrimónios do bispado, ou das massas, de 1584 a 1705; devassas das visitas; 9 volumes de títulos de doações; 8 maos com cerca de 220 prazos da mitra, e 3 livros das arrematações das rendas», cf. Costa, 1982: 8.

²³ – *Constituições synodales do Bispado de Lamego, feitas pello... Senhor D. Miguel de Portugal, publicadas, e aceitas no synodo, que o dito Senhor celebrou em o anno de 1639. e agora impressas por mandado do... Senhor D. Fr. Luis da Sylva...* Lisboa: [na officina de Miguel Deslandes], 1683.



ções e ofertas, do provimento de ofícios e demais rituais derivados da manutenção do culto sagrado. Na sequência das recomendações de Trento sobre a *invocação, veneração, e Relíquias dos Santos, e das Sagradas Imagens*²⁴, dá-se especial atenção às esculturas, composições e motivos iconográficos capazes de desviar a atenção do fiel do discurso normativo catequético que se impunha estabelecer doravante. E à semelhança de 1563, os materiais nobres, como o ouro e a prata chamam sobre si cuidados redobrados.

A restauração da independência apanhou Lamego numa letargia e prolongou-a pela cessação de relações que se seguiu à separação com Castela – quando os provimentos para a Mitra deixaram de ser reconhecidos por Roma. A época de ouro das dispendiosas empreitadas do flamengo Arnao de Carvalho e do já citado Vasco Fernandes (1506-1511), de Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes e Gregório Lopes (1533-34), da infância de Jerónimo Cardoso (n. 1508) – o «maior pedagogo português da língua latina no século de Quinhentos»²⁵ ligado aos clãs cristãos-novos da cidade que a conversão forçada pulverizara ou obrigara à fuga²⁶ –, tornara-se parte da memória de um tempo florescente. Os mosteiros de S. João de Tarouca e Salzedas – sobretudo este último – não obstante os períodos de flagrante má gestão ou em que a mão régia pretendia aproveitar-se dos seus réditos (como durante o reinado de D. João III), continuavam a assumir um papel proeminente num espaço diocesano fracturado pela fortíssima presença jurisdicional destes potentados e por

²⁴ IGREJA CATOLICA. Concílio de Trento, 1545-1563 [S.n.] – *O Sacrosanto, e ecuménico concílio de Trento em latim e portuguez / dedica e consagra, aos... Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana*, João Baptista Reyceud. Lisboa : [na Off. de Francisco Luiz Ameno], 1781.

²⁵ ALMEIDA, Justino Mendes de – «Jerónimo Cardoso, Figura Singular do Humanismo Português». In *Colóquio Internacional de Estudos Humanismo Latino na Cultura Portuguesa*. Porto, 2001 Disponível em http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C001_11.pdf. Desde 26/07/2008.

²⁶ Vários autores, desde Leite de Vasconcelos (*-Etnografia Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1982, vol. IV p. 86 ss.) a M. Gonçalves da Costa (Costa, 1977: 460 ss.; 1982: 426 ss.), salientam a vincada presença judaica na cidade. Quando D. Edme de Salieu, visitador cisterciense em peregrinação pelos conventos portugueses e castelhanos e o seu redactor, Claude de Bronserval, passaram por Lamego, em 1533, no tom ácido da descrição que legaram, não hesitam em qualificar a terra como «cheia de judeus». Deu-se até a curiosa circunstância de D. Edme apenas ter conseguido guarida na casa de um recém converso. E acrescenta, queixando-se de ter encontrado, pela madrugada, uma única igreja aberta: «como aqui há muitos cristãos-novos, que o são por interesse de riqueza do que por devoção, essas pessoas não frequentam as igrejas», cf. BRONSERVAL, Claude de – *Peregrinatio hispânica (1531-1533)*, por Dom Maur Cocheril. Paris: Centre Culturel Portugais (F.C.G.), 1970, vol. II, pp. 568-587, trad. apud Serrão, 1977: 25. Interessante descrição que contrasta com o silêncio de Rui Fernandes, cronista que nesse mesmo ano, ou na transição para ele, nada diz quanto à presença dos judeus ou cristãos-novos na cidade. Seria, ou teria sido, a sua comunidade, (de onde, no reinado de D. João II saíra o emissário e espião José, sapateiro), florescente e determinante para a projecção económica da cidade?

intervenções senhoriais várias²⁷. Os primeiros prelados pós-restauração, estando à cabeça D. Luís de Sousa (1670-1677)²⁸, diplomata e cortesão, pareciam querer tomar nas próprias mãos o controlo de um bispado em suspenso desde D. Manuel de Noronha. O zelo tridentino começava a manifestar-se e abria as cortinas ao teatro sacro do barroco que já se exibia perante a Europa central.

II. A Contra-Reforma²⁹ e o período Barroco

À medida que avança o espírito contra-reformista, complexifica-se e aumenta consideravelmente o volume de informação produzida. As já referidas inquirições *de genere* obrigavam a realização de frequentes processos, as visitasções originavam devassas e processos judiciais a transitar pelo auditório eclesiástico e aos párocos era obrigados a transcrição, nos livros de visita, toda a sorte de pastorais, provisões, ordens e portarias. Como se calcula, com o aumento populacional, também os registos paroquiais (cada vez mais vigiados pelos visitantes) contribuía para

²⁷ Já J. Veríssimo Serrão (1977) e A. Saraiva (2003: 46, nota 47) aludem ao facto de, em reinado de D. Dinis, a concentração da riqueza da diocese não provir da cidade de Lamego, mas das terras vizinhas: «32000 libras de décima eclesiástica provenientes dos mosteiros erguidos em terras do bispado, contra 5000 libras da mitra e da mesa capitular, cf. Serrão, 1977: 20.

²⁸ Sobre o gosto artístico e espírito cortesão deste bispo, diplomata de Portugal em Roma, entre outros cargos ver LEONOR M. VALE, TERESA – Las escultura barrocas italianas de los jardines de la embajada de España. Archivo Español de Arte, LXXIX, 314 (2006) 123-138 e o já citado trabalho de Paiva, 2006: 55, 209, 457, 462-463

²⁹ O responsável maior pelo espírito contra reformista é, sem dúvida, Frei Luís da Silva Teles (1677-1685). Provinha de origens mais humildes que os seus antecessores («bastardo da nobreza», para utilizar a expressão de Paiva, 2001: 247), mas singrara numa carreira que o colocou primeiro à frente da Mitra lamecense e depois como prelado das sés da Guarda e Évora. Do seu episcopado destacaríamos a reforma dos legados pios, capelas e templos, o provimento da sé com relíquias, ornamentos e outras benfeitorias, a catequização pela imprensa (através distribuição de folhinhas com o catecismo, de resto, como o fizera o seu antecessor D. Fernando de Menezes) e a publicação das constituições resultantes do sínodo que D. Miguel de Portugal mandara celebrar quarenta e quatro anos antes, em 1639. O estudo que J. Pedro Paiva elaborou sobre a gestão dos bens da Mitra durante o governo de Frei Luís da Silva, embora desmistifique a ideia de um prelado despojado (como asseguravam certas fontes, ainda que em tom panegírico, cf. Paiva: 2001: 246, nota 3) revela uma personalidade com profundo sentido caritativo e perfil de administrador, como prova o *Recibo e despesa do illustrissimo senhor bispo de Lamego*, que o referido historiador analisou e cuja informação sistematizou. No topo da lista de despesas estavam as esmolos (35%) e os gastos correntes com a administração da diocese (18%), cf. Paiva, *op. cit.*. Sobre a sua acção como prelado reformador, ver Costa, 1982: 122 ss.



este processo de construção de informação – hoje repleto de falhas, quando não mesmo de extensíssimas lacunas³⁰.

O século XVIII constitui, a vários níveis, o período mais fecundo em acumulação documental e produção artística. Aliás, temos tentado, neste ensaio, estabelecer o diálogo entre ambos: um é decorrente do outro, um complementa o outro. Não só a Contra-Reforma imprimiu a necessidade de controlo social e ideológico através da escrita, como através da imagem – nestes dois eixos se define a evolução da Igreja depois de Trento.

Como a presença de determinados antístites na cidade, dependo da sua condição, proveniência social e formação, determinou períodos e focos ocasionais de criação, renovação artística e mudanças ao nível de estruturas e comportamentos, também a presença de letrados oriundos desta urbe, do seu termo e de outros locais do bispado, pode significar, entre outras coisas, uma conjuntura económica favorável que indiciasse o acesso à instrução e a carreiras das letras por certos grupos sociais (embora não defina, necessariamente, período culturalmente fecundo, como já referimos). De fora fica a percepção sobre a restante sociedade. Escrevia Francisco Rodrigues Lobo, em 1630, que, quem buscava as escolas «ou são filhos segundo e terceiros da nobreza do Reino que, por instituição dos morgados de seus avós, ficaram sem heranças e procuravam alcançar a sua pelas letras; ou são filhos dos homens honrados e ricos dele, que os podem sustentar com comodidade nos estudos; ou religiosos escolhidos nas suas províncias, por demais habilidade e confiança para as letras»³¹. Uma minoria, portanto. Como qualificar e contextualizar estes indivíduos na dimensão cultural diocesana: agentes? Subjugados ou dominadores?³² E os restantes, a massa anónima – participava, ou não, do «processo

³⁰ Como veremos mais adiante, só com recurso a um paciente e complexo processo de cruzamento de informação poderemos recriar os fundos originais das várias instituições que estruturam o Bispado de Lamego antes do século XVIII. A destruição e o desaparecimento de documentação nos séculos XIX e XX determinaram a quebra da orgânica e a separação forçada de fundos e núcleos vitais para o encadeamento cronológico e a compreensão da dinâmica organizacional da Diocese. Sobre este aspecto veja-se o já citado Costa, 1997: 3 ss.

³¹ Cf. LOBO, Rodrigues Francisco – *Corte na aldeia, e noites de Inverno*. Lisboa: [por Pedro Craesbeeck], 1630, diálogo 16.

³² Refere J. Veríssimo Serrão que, «a valia do bispado dava origem a que os clérigos mais dotados seguissem, nos séculos XIII a XV, para os Estudos gerais do estrangeiro, em busca de graus universitários» e, mais à frente, acrescenta: «a leitura do *Chartularium* da nossa universidade [Coimbra] mostra um número imenso de licenciados, bacharéis e estudantes da diocese de Lamego que assistiram depois na Sé ou paroquiaram aldeias desta região eclesiástica». Sem números concretos, porém, não podemos avaliar devidamente a presença e a influência de tal capital humano e intelectual (do clero secular e regular), que, obviamente, contribuiu para o desenvolvimento e organização das

de humanização», ou era-lhe indiferente? A participar naquele, como se registou a sua contribuição – a qual não sendo escrita, ou (pelo menos) totalmente registada pelas fontes produzidas pelos primeiros –, onde pode ser colhida? Põe-se aqui a questão ou a problemática, sempre premente, sobre a classificação de uns e outros, à luz da História, da Etnografia e da Sociologia: cultura popular, cultura erudita? Embora seja da nossa preferência a substituição de *popular* por uma denominação que qualifique, não um conjunto amorfo de indivíduos «particularizado pelas suas condições de produção, circulação e consumo»³³, mas antes as tácticas e estratégias para resistir ou submeter o outro³⁴, não podemos deixar de abordar cada uma das posições. Cada um deles teve influência, ora na produção artística, – derivada de mundividências locais, resistências e produtos de aculturação –, ora na própria estruturação orgânica da diocese, que se manifestará, por exemplo na divisão da mesma em espaços mais facilmente controláveis: os distritos eclesiásticos. No século XVI eles constituem a nova grelha, não descentralista é certo (posteriormente experimentada nos arciprestados)³⁵, mas a verdadeira concretização espacial das normativas tridentinas³⁶.

instituições, nomeadamente das paróquias ou da sua terra de origem. Outros foram exercer o seu mister fora da diocese, sobretudo quando a Expansão sorvia homens, ofícios, experiências. Disto é exemplo o jesuíta António da Fonseca que tendo nascido em Lamego em 1663 terá acompanhado o padre António Vieira no seu regresso ao Brasil em 1681. Foi notável farmacêutico, cf. LEITE, Serafim – *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: edições Brotéria, 1953. Também pela simples leitura das Memórias de 1758 podemos avaliar do grau de instrução e cultura dos párocos e da forma como alguns se distinguem na percepção do «mundo» que encabeçam. Mas só com estudos prosopográficos e metodologias similares podemos penetrar no espaço de influência destes homens, uns mais conscientes do papel de pastores, outros de simples assalariados da Igreja.

³³ C[hartier], R[obert] – «Popular». In LE GOFFE, Jacques *et alli*, dir., *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990, pp. 514-515.

³⁴ Como refere Robert Chartier, *op. cit.*: «dá a emergência de formas complexas: a religião dos clérigos folcloriza-se tacticamente, alterando-se a cultura folclórica sob o peso das normas clericais». Processo dinâmico, portanto, que rejeita modelos como *popular* e *erudito*.

³⁵ J. Veríssimo Serrão chama descentralização religiosa ao facto da riqueza «estar espalhada por toda a dioceses», isto é, «por um conjunto de mosteiros e igrejas que, em muitos casos, dispunham de mais rendimentos que a própria Sé lamecense», cf. Serrão, 1977: 20 Não chamaríamos *descentralização* a tal situação – que ultrapassará as fronteiras da Idade Média –, pelo menos no sentido que temos vindo a referir, do de centralidades e periferias definidas a partir do poder presente ou ausente. Cada mosteiro definia-se como epicentro de poder, mas trata-se de poderes diferentes (embora comungando das mesmas orientações religiosas) que, não poucas vezes, se digladiam.

³⁶ Falamos de uma organização geográfica e espacial, no referente ao controlo dos espaços sacralizados. Sobre estes e como as visitas pós-tridentinas influíram na sua gestão, ver o artigo de Vítor Simões Alves sobre a vizinha diocese de Viseu: ALVES, Vítor Fernando da Silva Simões – «Mecanismos de

As visitas que os prelados empreendem às paróquias tornam-se mais frequentes e o poder «move-se», arrastando consigo toda a *entourage* física e simbólica que pretendia moralizar e firmar a ordem e exhibir o governo do pastor modelado por Trento – para assim chegar aos locais mais remotos, onde os seus habitantes, em séculos de cristianização, apenas haviam conhecido o pároco e os colectores das rendas, – como aquelas «pessoas rústicas, bravas e indomáveis» que Frei João de Mansilas encontrou no Montemuro em 1486 (cf. Costa, 1977: 39). A mesma serra, aliás, que, às portas de Lamego, parecia evidenciar um outro mundo, segundo atinente descrição de Rui Fernandes apenas meio século depois.

Os bispos pós-tridentinos e os do barroco foram responsáveis por uma notável promoção da diocese. Na sua maioria bispos presentes, provinham da primeira linha da nobreza nacional. De um conjunto de 7 prelados, focaríamos, pelo seu papel cimeiro D. Nuno Álvares Pereira (1710-1733)³⁷, da Casa de Cadaval; D. Frei Feliciano de Nossa Senhora (1742-1771)³⁸ e D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786)³⁹.

Controlo Social da Igreja nas Sociedades Rurais – O Bispado de Viseu no Antigo Regime». In *Actas das Primeiras jornadas de História Moderna*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, vol. II, pp. 653-666.

³⁷ D. Nuno Álvares Pereira deu atenção à fiscalização, provimento de cargos e estado dos templos. Lançou pragmáticas sobre os costumes dos clérigos, que deviam pugnar pelo exemplo de hábitos correctos ante os fiéis e encabeçou inúmeras visitas, fazendo valer os direitos da diocese nos casos relativos a irmandades e confrarias, «por serem consideradas instituições eclesiásticas» e não do domínio civil, como pretendia a corregedoria (cf. Costa, 1986: 39). A sua fortuna pessoal (ferozmente cobiçada pelos familiares, aliás) financiou várias obras e benfeitorias na diocese, como provam os espécimes ainda resistentes, ao nível de paramentaria e ourivesaria, ora à guarda do Museu de Lamego, ora do Cabido lamecense – sobre um conjunto de sacras e píxide, obra do ourives Tomás Correia, possível encomenda e oferta de D. Nuno à sé lamecense, ver o artigo de BRAGA, Alexandra – «Píxide». In RESENDE, Nuno, coord., *O Compasso da Terra (...)*. Lamego: Diocese, 2006, pp. 208-210.

³⁸ D. Frei Feliciano de Nossa Senhora encabeçou um dos mais longos episcopados da história da Diocese, de tal ponto que M. Gonçalves da Costa não hesita em dividi-lo em duas fases: uma mais activa, caracterizada por uma intensa actividade pastoral e artística (provam-no as grandes obras da sé que só viriam a ser sagrada em 1776); e uma segunda fase talvez coarctada pelo crescente poder regalista (cf. Costa, 1986: 53).

³⁹ D. Manuel de Vasconcelos Pereira não pertencia à alta nobreza do reino, provinha das elites terrenas, de Castro Daire, Alvarenga, Cinfães e Lamego (Lazarim). Talvez uma certa consciência deste estatuto de «filho da terra» determinasse que, para além de antístite cuidadoso e esmolero, tenha deixado vasto legado material, perpetuando a sua memória em inúmeras construções que se não resumem a património de carácter religioso, como a igreja de Cinfães ou a catedral, que sagrou. Entre o rol de obras que patrocinou ou para as quais terá contribuído materialmente ou por influência directa, contam-se os paços episcopais de Lamego e Trevões, a ponte sobre o Paiva, em Alvarenga, o solar de família em Castro Daire entre outros. Consciente do seu estatuto, quis associar

Os três contribuíram, com espírito mecenático, para a edificação de uma diocese nacionalmente relevante, prosseguindo com zelo a reforma de Trento e acalentando a introdução do barroco nas suas diversas vertentes artísticas e culturais, governando a partir de uma cidade que já se impunha como destino maior entre as catedras episcopais portuguesas.

Não só em legado material se distingue este período. Nos campos da historiografia e memória, Lamego aproxima-se – também pela mão dos seus bispos – aos movimentos de uma Corte na alvorada iluminista. De facto o bispo D. Luís de Sousa (1668-1677)⁴⁰ era tio paterno (por via ilegítima) de D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), um dos fundadores da Academia Portuguesa da História, por onde passou também Diogo Barbosa Machado (1682-1772), autor da *Biblioteca Lusitana*, que iniciou o seu percurso eclesiástico pela paróquia de Alvarenga. Era, contudo, D. Nuno Álvares Pereira titular da cadeira episcopal, quando a novel academia resolveu empreender a história eclesiástica das dioceses portuguesas. A Lamego coube por historiador o Padre António Reis, (o qual, como Augusto Dias narra, não completou o trabalho) sucedendo-lhe o cosmógrafo Luís Francisco Pimentel que apenas moveu esforços para corrigir as coordenadas geográficas da diocese! (cf. DIAS, 1950: 11-27). Surge então, por esta época, um trabalho monográfico, de mão anónima, que A. Dias logrou designar de 547 – número apenso à obra assim arquivada no acervo dos reservados Biblioteca Pública Municipal do Porto, proveniente do espólio de D. João de Magalhães e Avelar, bispo do Porto. Trata-se de um manuscrito que parece ter sido redigido na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XVIII. Narra a história da cidade e termo de Lamego, tal qual o autor (ligado a Arneirós) a conheceu. Augusto Dias sugere que a obra terá sido encomendada, ou pelo menos acalentada, por um dos Bispos de então. Talvez coubesse tal papel a D. Frei Feliciano (prelado sob o espírito do movimento reformista da jacobea, cf. Paiva, 2006: 507 ss.), sob cujo episcopado foi lançado o famoso inquérito de 1758, que teve, entre vários objectivos, o de obter uma radiografia do país, em termos de sociedade e demografia, depois do Grande Terramoto. As memórias que

o papel de Bispo ao de nobre, de que são prova os inúmeros exemplares de brasões espalhados pela diocese, associados às construções que apadrinou, cf. Costa, 1986: 71.

⁴⁰ A quem podemos, verdadeiramente imputar o papel de primeiro bispo tridentino. Visitou os lugares mais isolados da diocese – não obstante a sua origem e hábitos cortesãos –, preparando assim a entrada para o período de consolidação do poder episcopal, a uma progressiva burocratização das instituições diocesanas, à fiel (ou pelo menos mais incisiva) aplicação das normas canónicas e a um processo contínuo de catequização e evangelização, caracterizado por períodos menores entre visitas e por um controle mais apertado sobre o *modus vivendi* e formação dos clérigos.

foram remetidas escrupulosamente por ordem régia e firma pombalina mostram já o novo entendimento sobre a História e abrem uma janela para o novo tipo de monógrafos que marcarão a historiografia local e regional portuguesa até ao século XX: os párcos-memorialistas. Deve-se, aliás, a um abade, D. Joaquim de Azevedo, e depois a um cônego da Sé de Lamego, (Dias, 1950: 27, diz tratar-se Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal) a execução da protelada História Eclesiástica, iniciada a pedido de D. Manuel de Vasconcelos Pereira (*cf. notícia da obra*, Azevedo, 1877: 5).

O final de setecentos, com toda a conjuntura bem conhecida, significa assim o canto do cisne de um ambiente cultural que apenas será recuperado no século XX, depois de um longo período de crises e embates que a Igreja de Lamego, como as suas homólogas, nacionais, sofrerão por via, primeiro do avanço do regalismo do consulado pombalino⁴¹ e depois da galopante laicização da sociedade – que poderia ter resultado num processo pacífico de acomodação e reestruturação não fossem os momentos particularmente marcados por discursos anti-clericais e táticas agressivas e ideologicamente pro-destrutivas. Não obstante a vida ter prosseguido com a regularidade exigida, os anos que se seguiram às Invasões Francesas e acompanharam o período de guerra civil, impossibilitaram o enriquecimento material e cultural, dando azo a situações irregulares, como a subtração de objectos nobres, imagens e pinturas, que começavam a saciar o gosto por um coleccionismo nacional e estrangeiro.

Mas a «hecatombe» deu-se verdadeiramente com o decreto de extinção das ordens religiosas de 30 de Maio de 1834 e com a amortização dos seus bens, rapidamente vendidos em hasta pública, em grande parte arrematados a apaniguados políticos, para obtenção de lucro rápido necessário ao novo regime. Colocando na rede paroquial⁴² e no «mercado» milhares de objectos litúrgicos e de carácter sagrado, o Governo liberal ditou a destruição de um número ainda hoje desconhecido de bens móveis, documentos e conjuntos bibliográficos⁴³, abatendo linhas contínuas

⁴¹ Sobre este período e sobre os prelados que ascenderam às cátedras nacionais no período pombalino (e a sua relação com o poder), contando-se entre eles, os bispos D. Nicolau Cunha Torel Manuel (1771-1772) e D. Manuel de Vasconcelos Pereira (1773-1786), ver o artigo de PAIVA, José Pedro – «Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino». *Penélope*, n.º 25 (2001), pp. 41-63.

⁴² O clero regular, cada vez mais desprovido de rendimentos e meios com que pudesse engrandecer a liturgia e os templos viu certamente com bons olhos a redistribuição do espólio artístico e bibliográfico pelas paróquias depauperadas.

⁴³ «Com o liberalismo a Igreja foi despojada dos seus bens patrimoniais e, conseqüentemente, dos seus cartórios. Grande parte deles deu entrada, ao longo do século XIX, no Arquivo da Torre do

de produção e conhecimento artístico e forçando a dessacralização de objectos e espaço. Mais do que incidir sobre o aproveitamento económico e imobiliário, o decreto de 1834 define, mesmo sem querer, o novo entendimento sobre a arte até então ao serviço de Deus: força a sua dessacralização, seguindo, por um lado, uma necessidade político-ideológica e, por outro, acompanhado a crescente laicização reflectida na satisfação de novos gostos artísticos que já requestavam certas camadas da sociedade europeia – as mesmas que construíam novos entendimentos sobre as novas «artes» e o seu papel no século dito civilizador.

É aqui que devemos considerar a divisão entre *arte sacra* e arte religiosa, ou arte de carácter espiritual. A arte sacra está ao serviço do culto, dinâmico, vivo, não podendo ser entendida (nem designada) da mesma forma quando em contexto museológico (mesmo temporário) ou quando é desprovida da função para a qual foi criada. Trazemos para esta discussão a perspectiva Heideggeriana. O filósofo, «chocado» [sic] com a afirmação do historiador de arte Theodor Hetzer sobre a Madonna de S. Sisto não pertencer a nenhuma igreja, retorquiu numa observação agudíssima:

«Isto, que pensado esteticamente está certo, carece, porém, de verdade autêntica. Onde quer que esta imagem venha a ser “instalada”, aí terá perdido o seu sítio. Fica-lhe vedado o desdobrar da sua essência própria de modo originário, quer dizer, o determinar ela própria esse sítio. Alterada na sua essência como obra de arte, a imagem extravia-se no alheio. Este alheio não chega a ser reconhecido na representação museica [ou museológica], que conserva a sua própria necessidade histórica e o seu direito. A representação museica situa tudo ao mesmo nível na uniformidade da “exposição”. Nesta apenas há lugares, não há sítios(...) A Madona Sixtina pertence àquela igreja em Piacenza não em sentido histórico-antiquário mas pela sua essência como imagem. De acordo com esta, a imagem aspirará sempre a ir para lá.»⁴⁴

Tombo. Com o advento do regime republicano, ocorreu um novo surto de incorporações de cartórios eclesiais nos arquivos do Estado: Torre do Tombo e seus anexos (Arquivo dos Registos Paroquiais e Arquivo das Congregações), arquivos distritais – que surgiram a partir de 1916 – e outros arquivos e bibliotecas públicos», cf. Ribeiro, 2003, I, 354. Sobre a «sorte» dos cartórios conventuais de Lamego, na sua maioria destruídos por incêndios depois da sua trasladação, ver Costa, 1977: 4-5.

⁴⁴ M. HEIDEGGER *apud* – Borges-Duarte, Irene – «A Arte como epifania». *Filosofia*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Filosofia, nº 3 (1989) pp. 75-76. De resto, na mesma linha de pensamento, o temos referido em várias intervenções, entre elas, a introdução ao catálogo *O Compasso da Terra*, cf. RESENDE, 2006, I: 14-17.



Com o liberalismo, a arte acompanhou a dessacralização forçada (não falamos em profanação, cujo sentido permanece, acompanhando o Sagrado) da consciência colectiva. Não alcançou a destruição dos ídolos em momentos que têm marcado a História da relação do Homem com os deuses, mas contribuiu para arrancar, com furor, da vivência humana, o sentido de epifania que lhe havia sido concedido na criação artística e na sua contemplação ante a imagem – «o aparecer do jogo tempo-espaço como sítio onde o sacrifício da missa é celebrado» parafraseando o mesmo pensador. O nascimento do Museu foi, assim, para a arte religiosa, o fim da sua essência expresso na deslocalização do objecto e do próprio sentido da História – daquele e de todo o complexo universo que o construiu e que dele dependeu.

III. O Liberalismo e o século XIX.

À medida que o cenário de instabilidade emanado da Revolução Francesa invade a Europa e afronta o poder Papal, também a Igreja se junta às trincheiras. Luta pela manutenção do poder, contra a perda de privilégios e contra a morte do sagrado – o inimigo está lá fora, mas também dentro, quando a guerra civil traz para a geografia uma luta de irmãos, como em Portugal.

Os bispos lamecenses não serão indiferentes a tais lutas, como provam as circulares, pastorais, ordens e avisos que correram as paróquias entre finais do século XVIII e meados do século seguinte. À investida napoleónica, que D. João Binet Píncio enfrentará com diplomacia (novamente o prelado a sobrepor-se às entidades civis municipais), segue-se o período conturbado em que a Corte se muda para o Brasil e se sucedem governos instáveis. O bispo, não obstante o panorama descrito, prossegue na regular administração diocesana, como provam, aliás, as visitas regulares que continua a efectuar⁴⁵.

Entre, por um lado, o apoio ao tradicionalismo miguelista e, por outro, ao liberalismo conotado com a maçonaria que Leão XII anatematiza em 1826⁴⁶, a

⁴⁵ Entre 4 de Dezembro de 1787 e 19 de Junho de 1822 empreende um número de 5 visitas à paróquia de Ferreiros de Avões, cf. ADV (Arquivo Diocesano de Lamego), mç. *Visitações, Ferreiros de Avões* » [1686-1832].

⁴⁶ A título de exemplo veja-se a transcrição da Bula deste pontífice nos Livros das Visitações da Gralheira, em 1826, e a missiva de António Teixeira Cardoso de Menezes (datada de 4-9-1832) exaltando o reinado de D. Miguel e repudiando as remetidas liberais, bem como as sociedades secretas que ameaçavam a ruína do trono e do altar e apelando à censura dos livros que contenham doutrinas opostas «a nossa crença», cf. ADL, mç. *Visitações, Gralheira* » [1788-1831]. António de Menezes, Vigário Capitular e Provisor Geral do Bispado era simpatizante de D. Miguel, como esclarece Costa, 1975: 111.

força do clero e dos prelados exaure-se, ora pela pressão contra a própria Igreja, ela própria dividida, ora pelo enfraquecimento das instituições religiosas – muito embora a Santa Sé, num gesto diplomático, declare, em 1831 (pela constituição apostólica *Sollicitudo ecclesiarum*, de 5 de Agosto desse ano), a sua neutralidade face à contenda interna portuguesa. Todavia é impossível negar o «partidarismo» dos prelados⁴⁷. Ao longo episcopado de D. João Binet, seguiu-se o de D. José de Jesus Maria Pinto (1821-1826) cuja simpatia pelo liberalismo lhe chegava por família⁴⁸. Este não vacilou em pronunciar-se publicamente a favor da Constituição como refere M. Gonçalves da Costa, que lhe defende a posição, dizendo que tal acto emanava de quem «acima de tudo buscava a harmonia entre irmãos».⁴⁹

Ao longo do século XIX a cátedra episcopal viu passar homens discretos, funcionários zelosos de uma Igreja cada vez mais dependente do poder civil (Costa, 1975: 111 e id., 1990). Também o sangue já não influía como requisito de acesso à prelatura – a heráldica episcopal vai sendo mais o espelho de uma terminologia sentimental e espiritual própria do que a simbólica de uma ascendência nobre. Com esta mudança, alteram-se gostos que outrora definiram episcopados mecenáticos e empreendedores. Não obstante, a cidade continuou a rever-se no seu prelado como expressão máxima de um espaço geográfico homogêneo fundado à sombra da catedral (apesar de certos arrimos da política local cada vez mais aberta a espíritos laicistas) e, depois, de uma frustrada tentativa, em 1832, de sobrepor uma circunscrição distrital aos limites da diocese, o Estado chegou a ponderar, em 1869, a hipótese de extinção desta última – algo que, contudo, não veio a acontecer (cf. Costa, 1990: 319 ss.)

Deve realçar-se, porém, que a segunda metade do século, aproveitando o estímulo económico e de apaziguamento social que vinha da Regeneração, a diocese conheceu um período de prosperidade cultural, como refere M. Gonçalves da Costa, ao redigir a História do Seminário de Lamego – então em plena laboração, com

⁴⁷ A propósito deste apartidarismo ou consciência ideológica, M. Gonçalves da Costa disserta na introdução ao capítulo XI do seu livro *Lutas Liberais e Miguelistas em Lamego*, cf. Costa, 1975: 111.

⁴⁸ Era seu sobrinho Antônio Manuel da Silva Pinto de Abreu, da casa do Revogato, em Oliveira do Douro, Cinfães, afamado liberal. No arquivo desta casa, hoje propriedade da fábrica da catedral lamecense, existem algumas cartas de D. José Maria Pinto aos seus familiares de Cinfães.

⁴⁹ Cf. COSTA, M. Gonçalves da Costa – *Lutas liberais e miguelistas em Lamego*. Lamego: [edição de autor], 1975, p. 18. Sucedeu-lhe Frei José da Assunção, franciscano de Varatojo que se entregou à causa absolutista, chegando ao ponto de ceder o paço episcopal a apoiantes de D. Miguel. Sentindo a ameaça das milícias que apoiavam D. Pedro pôs-se em fuga na noite de 11 para 12 de 1834, tendo passado o resto dos seus dias no anonimato. Do governo deste bispo passou-se a *sede vacante*, não menos politizada.

um número de alunos que servia o provimento das paróquias. O seminário estava «dotado de biblioteca própria, de livros impressos, e do cartório do cabido, transferido para ali dos claustros da sé em Julho de 1882 (sublinhado nosso, cf. COSTA, 1990: 380). Por esta instituição passou o Dr. Pedro Augusto Ferreira (1858), futuro abade de Miragaia e continuador do *Portugal Antigo e Moderno* e, em 1877, saiu a edição impressa da primeira monografia histórica sobre a Diocese, ampliada sobre um trabalho inédito do século XVIII, como já referimos. Um crescente gosto pela exposição e pelo estudo da arte, nomeadamente a arte religiosa, marcou também o panorama cultural português desta época – impulsionado pela própria corte, que teve em D. Fernando de Saxe Coburgo a expressão de um gosto estrangeiro pela produção artística nacional. Recordemos que foi sob a sua égide e protecção que em 1882 se organizou a *Exposição retrospectiva de arte ornamental Portuguesa e Hespanhola*. De todo o país, inclusive da Diocese de Lamego, seguiram para Lisboa objectos da mais vária espécie a integrar uma exposição sem precedentes no contexto museológico português de então⁵⁰.

IV. República: laicização e novas sacralidades.

A entrada da diocese de Lamego na República faz-se pela mão de um respeitado académico que provinha de um notável governo episcopal nos Açores, o qual, com um percurso habituado aos confrontos com a política de Lisboa, imprime um dinamismo candente ao princípio de século na cúria lamecense. Falamos de Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito (1901-1922) que lançou as bases para a criação do Museu Regional, em cujas mãos parecia entregar-se o destino da salvaguarda e promoção artística diocesana, após a revolução republicana. O mesmo não se pode dizer do espólio documental que foi espartilhado por uma legislação menos interessada com a memória e mais com o controle da informação, com intuitos claros que visavam a diminuição do poder eclesiástico na sociedade portuguesa⁵¹.

⁵⁰ Cf. o catálogo que resultou desta exposição: S.a. – *Exposição retrospectiva de arte ornamental portuguesa e espanhola*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. Entre as várias peças particulares e à guarda da Igreja que procediam de Lamego, contava-se uma custódia de Trevões, peça em prata dourada e esmaltes, de refinado lavor que foi integrada no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, cf. RESENDE, Nuno, org. – *A Montante do Tempo. Exposição de arte sacra das aldeias vinhateiras* [catálogo]. Lamego: Diocese, 2006, p.15-16.

⁵¹ M. Gonçalves da Costa divide-se entre o apoio e as críticas à «revolução maçónica de 1910». Se, por um lado, enaltece o facto de Lamego ter visto «salvas as suas maiores fontes documentais, que são os cartórios da Mitra e do Cabido» os quais, «confiscados e encaixotados após a revolução de 1910, vieram a entrar finalmente na Torre do Tombo» (Costa, 1977: 3), por outro, critica

Depois da nacionalização dos bens da Igreja, por decreto de 20-4-1911, os prelados lamecenses viram-se forçados a adoptar novas estratégias de reorganização administrativa e institucional. Cada vez menos preocupados com um património que, ou tinham perdido (e tentavam reaver num plano meramente político e numa perspectiva económica, como os passais e o património afectos a associações culturais ou para-religiosas) ou não podiam manter, os bispos de Lamego, à semelhança dos seus congéneres, preferiram aceitar de bom grado a passagem de inúmeros bens móveis para a alçada dos Museus⁵² e do próprio Estado.

Fosse pela já referida proximidade de poderes locais, fosse pela legislação lenitiva do Estado Novo que foi sarando as divergências entre a Igreja e o Estado, o certo é que, não obstante a Diocese de Lamego ter sido sumamente lesada pela confiscação de bens, o Museu Regional de Lamego, criado por decreto de 5-4-1917, não tardou a assumir-se como o braço direito desta instituição na promoção do património religioso. O seu primeiro director, João Amaral, que marcou o panorama artístico e literário lamecense até ao 3.º quartel do século XX, foi o obreiro dessa relação paralela entre a Igreja e o Estado, não obstante, no resto do país, continuar a existir uma tensão latente entre ambos⁵³. As exposições realizadas sob a alçada

severamente a legislação republicana dizendo que esta «saldou-se (...) em verdadeira catástrofe do ponto de vista cultural, tanto por haver injustamente expoliado [sic] as instituições eclesiásticas dos seus cartórios, quanto por nem sempre ter tomado as medidas mínimas indispensáveis para evitar a sua depredação e destruição» (Costa, 1982: 275). Não obstante terem dado entrada, na Torre do Tombo, «4 remessas, num total de 254 códices» dos arquivos da Mitra e do Cabido cabe dizer que todo esse espólio data do período medieval – o que mais interessava, em termos de valor histórico e material, aos executores do decreto de 1911. O restante permaneceu em Lamego, onde ainda se encontra, qualquer intervenção ao nível de conservação e inventário.

⁵² Na sequência do decreto de 21 de Abril de 1911 (cf. *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, cap. IV «Da propriedade e encargos dos edifícios e bens, art.º 63.º»), foi executado um *Auto de arrolamento e inventário* dos bens da Mitra lamecense, que Costa (1982: 141) refere, em nota. A transferência dos bens religiosos para o Estado e os trâmites deste processo é um assunto que, infelizmente, não tem suscitado interesse suficiente à historiografia portuguesa, mormente pela inacessibilidade à documentação que lance luz sobre a posição dos prelados em casos específicos como o do Museu de Lamego, mas que com certeza esclareceria sobre a constituição de muitos acervos museológicos portugueses e dos primeiros anos de relacionamento entre a República e a Igreja no tocante à gestão e posse do património cultural.

⁵³ M. Gonçalves da Costa (1990: 380) não deixa de reparar, e bem, que João Amaral estava presente «embora de uma maneira discreta» na chegada do exílio de D. Francisco Vieira Brito, em Março de 1914. Ao que parece aquele estaria já «apontado como director do museu do Paço». A obra escrita deste artista, *dandy*, historiador, etc. – em tudo um autodidacta – está na sua maior parte dispersa por periódicos locais, (de que destacamos o jornal Beira Douro, o Boletim da Casa Regional da Beira

do Museu e da Diocese⁵⁴, a maior parte de teor puramente catequético, são a prova de um relacionamento tácito que permitia a Lamego individualizar-se e destacar-se no contexto historiográfico da arte em Portugal (para o que contribuíram as obras de Vergílio Correia sobre Grão Vasco, longamente exploradas ao longo das décadas de 20 e 30) através da sua herança religiosa.

Um dos temas que ainda não se esgotou na realidade histórica e actual de Lamego foi o da sua elevação a sede de distrito. Em que se baseavam grande parte dos argumentos dos regionalistas que encheram páginas de manifestos e evocações nacionalistas dos anos 30 a 70? Um dos principais focava as raízes culturais e históricas construídas em redor da catedral lamecense: a Beira-Douro, unidade administrativa criada a Sul do Douro decalcava os limites diocesanos⁵⁵. Ainda que fosse um movimento meramente político e ideológico, almejava contar com o apoio do episcopado lamecense, o qual, em face de um período letárgico que se seguiu à instauração da república, ressurgiu no carisma de alguns prelados como Ernesto Sena de Oliveira (1944-1948), D. João da Silva Campos Neves (1948-1971) e D. António Xavier de Castro Monteiro (1972-1995).

Ao primeiro coube a primeira reestruturação do arquivo diocesano, concretizando a reunião dos paroquiais, que haviam sido repartidos entre o Arquivo Distrital de Viseu (criado pelo decreto-Lei n.º 20803 de 22 de Janeiro de 1932) e a Torre do Tombo, como narra M. Gonçalves da Costa, elencando algumas situações bizarras que ocasionaram a perda irreparável de séries de livros paroquiais⁵⁶. Resolvida a

Douro e o Voz de Lamego) trata de assuntos vários, que vão desde o espólio à guarda do Museu, até aspectos pitorescos da história local.

⁵⁴ Para uma listagem destas consultar RESENDE, Nuno, coord. – *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, vol. II (Tarouca), p.274

⁵⁵ D. João da Silva Campos Neves (1948-1971) di-lo na pastoral que anunciava a construção do seminário maior (1-4-1956). Lamentou os decretos confiscadores de 1834 e 1910, e questiona: «lucrou a cidade e o concelho de Lamego alguma coisa com o confisco do Paço e Seminário?» Acrescenta, de seguida: «suponho que ninguém ousará afirmá-lo. Tudo quando Lamego é, à Igreja o deve. Os próprios grandes melhoramentos do Estado não os usufruiu se não fora a importância de ser e ter sido por muitos séculos a sede de um bispado». Perante o Estado e a administração local, D. João fazia questão de lembrar que um dos esteios das instituições laicas era a Igreja – fora ela que alimentara o orçamento ávido do liberalismo e da República e, em última instância, providenciara a arte para expor nos museus, como o de Lamego, cf. CAMPOS, 1980. Não deixa, porém, de ser este o período mais fecundo – o do longo episcopado de D. João Campos Neves – em termos de iniciativas conjuntas entre os vários órgãos da Diocese e o Museu de Lamego: entre 1950 e 1970 são inauguradas várias exposições de arte *sacra*.

⁵⁶ Cf. COSTA, 1984: 426, nota 90, que conta como o pároco de Nespereira (Cinfães) vendo os paroquiais da sua freguesia «numa sala do rés-do-chão, em perigo eminente de deterioração ou desapareci-

questão do novo paço episcopal (primeiramente instalado na Casa do Poço, frente à sé, e depois, por legado à Mitra, num palacete da Rua das Cortes, em Almacave), o arquivo episcopal, o da câmara e do auditório eclesiástico foram transferidos – já por ordem do seu sucessor, D. João da Silva Campos Neves, às caves deste último edifício⁵⁷.

O perfil e o percurso biográfico deste prelado foram o mote para uma época de renovação cultural – durante anos presidiu à Comissão Episcopal de Liturgia e as suas pastorais, amplamente difundidas, revelam posições relevantes e dinâmicas para o governo temporal e espiritual da diocese de Lamego, como a que tomou ao ordenar a realização de inventários sobre o estado de cada um dos templos públicos e privados, em 1949 e 1955, bem assim como o dos bens móveis mandando executar, em 1962, por todas as paróquias segundo um modelo impresso onde o pároco devia indicar, numa listagem descritiva, todos os bens (móveis e imóveis, rústicos e urbanos) afectos à fábrica da sua igreja⁵⁸. Constituem estes três inquéritos/inventários os mais completos trabalhos de cadastragem e reconhecimento do estado do património diocesano no período posterior à implantação da república.

Entre a reestruturação e reposição da Diocese como instituição actuante e relevante para a cidade e como catalisadora de um conjunto de comunidades eminentemente rurais, coube a D. João da Silva Neves realizar sínodo e receber as orientações do Concílio Vaticano II que introduziram mudanças significativas na liturgia e, conseqüentemente, nos espaços e no património afecto ao culto – muitos deles privados de antigos altares, tribunas, etc. e despojados de paramentos inutilizados pelo novo ofício religioso. Como salienta José Paulo Abreu (*cf.* Abreu, 2000: 156-157), no mesmo período em que por toda a Europa e mais concretamente em Espanha, as Conferências Episcopais se mostram activas e interessadas na defesa do

mento, resolveu salvar os da sua terra». O próprio autor confessa ter feito algo semelhante, no tocante à paróquia de Penude, tendo contudo devolvido os referidos livros, por determinação de D. Ernesto, em 1945. Numa volta pelos conjuntos de paroquiais, não é difícil constatar o estado a que chegaram estes e outros fundos: ao desaparecimento de livros somam-se hiatos cronológicos derivados da distribuição de documentação entre o Arquivo Diocesano, em Lamego e o Arquivo Distrital de Viseu.

⁵⁷ O palacete, situado em frente à igreja de Almacave foi doado por duas irmãs da família Castro da Fonseca Pereira Coutinho. Durante a guerra civil parece ter servido de Casa da Relação e aljube para presos políticos. *Cf.* DIONÍSIO, Sant'Anna – *Guia de Portugal*, V, *Trás-os-montes e Alto Douro. II. Lamego, Bragança e Miranda*. 2.^a edição. [Coimbra]: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p.682.

⁵⁸ Foi sobre os dois inventários de 1949 e 1955 que alicerçamos a edição de uma listagem anotada de todos os templos públicos e particulares sob jurisdição diocesana, *cf.* RESENDE, Nuno – *Lamego. Um inventário em construção*. Lamego: Diocese, 2006.

património religioso, artístico e documental, Portugal trabalhava com o que tinha – e tudo o que tinha era a Concordata de 1940, mais vocacionada para o social e bastante menos para o cultural. Parte da inércia que ditou a perda irreparável de património, ora por incapacidade de ambas as partes em conservá-lo – Estado e Igreja – ou por intrincados preceitos jurídicos e burocráticos que permitiram, ou o roubo ou o desleixo, advinha do vazio legislativo ou normativo específico ou do incumprimento/desconhecimento das directivas internacionais⁵⁹. Nesse aspecto foi fundamental, em Lamego, a intervenção actuante de D. João que colocou ao dispor da diocese os meios para acautelar-se o seu legado e, por algum tempo, empreender esforços para reconhecer e preservar o património a seu cargo.

Seguiu-se-lhe um prelado que tendo beneficiado do longo, estável e fecundo episcopado de D. João, criou as bases para delinear um plano de salvaguarda e estudo do património diocesano, integrando-o nas correntes historiográficas da época, ligadas às principais universidades portuguesas. De facto, sendo ele próprio um historiador, D. António Xavier de Castro Monteiro imprimiu no período em que presidiu à cátedra episcopal uma aura de cultura, de que é prova a forma como orientou as comemorações dos centenários diocesanos, em 1977. Na pastoral que emitiu a este propósito, a 25-3-1976⁶⁰, define finalidades e sugere actuações, tais como a necessidade de execução de estudos monográficos locais e regionais (por arceprestado)⁶¹, a fundação de um Centro de Estudos Diocesanos e uma Associação

⁵⁹ Não cabe fazer, em nota, elenco das várias encíclicas, constituições e cartas sobre a liturgia, a arte e o património cultural da Igreja em geral. Remetemos para ROSA, Maria de Lurdes e FONTES, Paulo – *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa-U.C.P., 2000; dos mesmos autores o verbete «Arquivos eclesiais». In AZEVEDO, Carlos Moreira Azevedo, dir., *Dicionário de História Religiosa em Portugal*, vol. A-C, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 118-133; para uma antologia de legislação sobre património em Portugal, sugerimos: NABAIS, José Casalta e SILVA, Suzana Tavares da – *Direito do Património Cultural*. Coimbra: Editora: Almedina, 2006. Para uma breve descrição do estado da questão sobre o Inventário do Património Cultural em Portugal sugerimos o abaixo citado trabalho de João Soalheiro (2000), cf. nota 61.

⁶⁰ MONTEIRO, António Xavier de Castro Monteiro, D. – *Carta pastoral sobre os Centenários Diocesanos*. Lamego: [Diocese], 1976.

⁶¹ As orientações para as comemorações foi seguidas em praticamente todos os pontos da Diocese, tanto quanto nos indicam os periódicos da época. Em Cinfães encabeçou o movimento cultural o Padre Alfredo Pimenta, pároco de Tarouquela e prolífico historiador local que propositadamente para a ocasião redigiu a obra *Brasões de Cinfães* (policopiado, inédito). Em Resende realizou-se uma exposição de *arte sacra* na igreja de S. Martinho do Douro (cf. S.a. – *Exposição de arte sacra do arceprestado de Resende* [catálogo da exposição, 19 de Setembro de 1976]. Lamego: [Gráfica de Lamego], 1976) –, entre outras iniciativas que se multiplicaram por vários arceprestados.

de Cultural e [de] Incremento Regional (instituições que nunca chegaram a ser criadas), o lançamento do 1.º volume da obra da História da Diocese (efectivamente editada e continuada, em 6 volumes, até 1992 por M. Gonçalves da Costa) e a realização de várias iniciativas culturais, dentre as quais se destaca o Colóquio Histórico – que, a 18 e 19 de Novembro de 1976 trouxe a Lamego alguns dos nomes maiores da historiografia portuguesa da época, como Torquato de Sousa Soares, Joaquim Veríssimo Serrão e D. Domingos Pinho Brandão⁶².

Este movimento cultural parece ter perdido alento ao longo dos anos da década de 1980. Não se cumpriram os desejos de D. António Xavier sobre a constituição de grupos de trabalho, nem foi executado o inventário necessário à «educação e sensibilização» dos fiéis diocesanos – que ficou parcialmente a cargo do Museu de Lamego, mas mais com intuítos de conhecimento científico artístico e menos vocacionado para a educação e salvaguarda do imenso património paroquial lamecense⁶³.

O primeiro inventário realizado com fins culturais e científicos recorrendo a metodologias teoricamente delineadas foi o que ocorreu nas paróquias do arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, entre 1997 e 2000. Foram inventariados para cima de 5167 objectos tendo sido utilizados instrumentos informáticos e digitais, nomeadamente software específico – o Matriz –, adquirido a uma empresa que o desenvolveu em parceria com o Ministério da Cultura, tendo em vista o cadastro museológico do Instituto Português de Museus. Deste programa de inventário, – um dos pioneiros a realizar-se em território português –, resultou a edição de um catálogo⁶⁴, uma

⁶² Cf. o programa editado: S.a. – *Comemorações centenárias da Diocese de Lamego: 572-1176-1776*. Lamego: s.e., [1976]

⁶³ Deste trabalho, executado durante a década de 1980 e 1990 resultaram algumas centenas de fichas em suporte papel (na posse da Diocese) e uma base de dados fotográfica (na posse do Museu) sobre algumas peças pertencentes a paróquias da diocese de Lamego. Como se compreende, por motivos logísticos, a cidade foi o espaço a que os inventariantes deram mais atenção. Outrossim a realização de exposições de arte *sacra*, ao longo do século XX, permitiram a inventariação e conhecimento de objectos com eminente valor artístico.

⁶⁴ SOALHEIRO, João, coord. – *Foz Côa. Inventário e memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000. Remetemos para a introdução deste trabalho, como testemunho na primeira pessoa, do processo nada linear e tampouco simples da execução de um inventário regional. Aliás, no que concerne às dificuldades derivadas de apoios estatais (ou inexistência deles) a edições e (ou) manifestações culturais na diocese de Lamego não podem passar despercebidas as introduções às obras de M. Gonçalves da Costa. Os «desabafos» do historiador constituem por si só um testemunho privilegiado de uma época que, talvez por próxima, tenha passado marginalmente à contextualização histórica. Mas o testemunho das referidas introduções é tão ou mais pertinente do que as ideias subjacentes ao texto de Rui Fernandes, em 1532/33.

exposição evocativa na igreja de Foz Côa e um colóquio que abordava a temática do inventário cultural⁶⁵. Para trás estava já um fecundo trabalho de estudo, promoção e salvaguarda do património religioso daquele arceprelado levado a cabo na década de 1990 pelo mentor de todas estas iniciativas, João Soalheiro⁶⁶.

Em meados da mesma década, mais concretamente em 1996, o Arquivo Diocesano foi alvo da primeira tentativa de catalogação, levada a cabo por técnicas do Arquivo Distrital de Viseu. Deste trabalho resultou o único guia de fundos, incipiente por não contemplar nem os registos paroquiais, nem o núcleo capitular⁶⁷. Depois da recusa em participar no levantamento e microfilmagem dos paroquiais realizado em território português pela Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Santos Dias (realizado em território português a partir de 1981, cuja Igreja acabou por microfilmear apenas os livros depositados no Arquivo Distrital de Viseu), e na sequência de vários furtos, ou ainda da destruição compulsiva de códices para recuperação de fragmentos pergaminaços, houve enfim necessidade, por parte da Cúria, de assegurar a segurança do espólio remanescente – cada vez mais procurado para estudos genealógicos.

Tanto para a salvaguarda e ordenamento do Arquivo Diocesano, como para a edição de um novo programa de inventário do património móvel, deve realçar-se a acção e empenho do vigário geral Monsenhor Eduardo Russo (1928-2007) que, em 2005, a convite da Comissão de Coordenação da Região Norte, moveu esforços

⁶⁵ SOALHEIRO, João, coord. – *Inventário, que futuro?* Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2000. Neste colóquio estiveram presentes, entre outros, Raquel Henriques da Silva, directora do Instituto Português de Museus e Carlos Moreira de Azevedo, então presidente do Centro de Estudos de História Religiosa. Devemos salientar a intervenção do coordenador, João Soalheiro, sobre o Inventário Cultural nos seus aspectos teóricos, metodológicos e na contextualização do mesmo, na época, cf. SOALHEIRO, João – «Inventário, que futuro? In SOALHEIRO, João, coord., *Inventário, que futuro?* Porto: C. M. de Vila Nova de Foz Côa, 2000, pp. 43-61.

⁶⁶ Cf. as seguintes obras: COSTA, João Mário Soalheiro *Sebadelhe: o encanto da memória* [catálogo da exposição, realizada de 10 a 30 de Setembro na igreja de Sebadelhe]. [Ermesinde]: Paróquia de S. Lourenço de Sebadelhe/G.D.R.C. Sebadelhe/Junta de Freguesia de Sebadelhe, 1994- «*Tempos áureos*» de Freixo de Numão: *Arte sacra e diplomática*: sc. XIV/XIX. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1996, pp. 44-45 e SOALHEIRO, João – *Imaginária Sacra. Itinerário breve em terras de Foz Côa*. [Porto]: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1997.

⁶⁷ CARDOSO, Anabela dos Santos Ramos Cardoso e ASSUNÇÃO, Maria Teresa Facas de – *Inventário do património cultural móvel. Câmara Eclesiástica de Lamego*. S.l.: [Arquivo Distrital de Viseu], 1996, trabalho policopiado. Embora M. Gonçalves da Costa elenque os livros mais antigos de registo paroquial existentes no Arquivo Diocesano (Costa, 1982: 276-279), só recentemente, pela mão do Sr. Henrique Eira, conservador actual, se concluiu o inventário deste importante conjunto – o mais manuseado e requisitado actualmente por via do crescente interesse pela genealogia.

para que Lamego integrasse um programa conjunto das dioceses do Norte do país, com vista à concretização de novo inventário.

Em Outubro desse ano iniciou-se a 2.ª fase de inventariação (a 1.ª fora a de Foz Côa), desta feita alargada a dois arciprestados – Lamego e Tarouca – sendo contudo restringida ao levantamento de três categorias de objectos: escultura, ourivesaria e pintura. Procedeu-se, assim, ao cadastro, em software específico (*InArte plus*), de um total de 2056 peças seleccionadas no espólio de 40 igrejas e 148 ermidas, distribuídas por 34 paróquias. Deste projecto, finalizado em Julho de 2007 resultou a edição de um livro sobre o processo de inventariação (a que se anexou a listagem de todos os templos públicos e privados sob a jurisdição lamecense para futuros inventários)⁶⁸, duas exposições⁶⁹, um catálogo de história e arte (*cf.* Resende, 2006), onde participaram 24 autores de várias universidades, tendo o programa encerrado com um colóquio de âmbito regional. Durante o mesmo projecto foi reestruturado o Museu do Tesouro da Sé e inaugurado o novo espaço museológico, sito numa das alas da Casa do Poço, edifício que, como vimos, fora residência episcopal e seminário até ao episcopado de D. João da Silva Campos Neves.

Conclusão

A Diocese de Lamego ocupa uma área considerável do vale do Douro português, justamente reconhecido a nível nacional e internacional como região privilegiada onde se cruzam e entrecruzam valores materiais e imateriais para criar um espaço de inegável interesse histórico e cultural. O primeiro passo para a protecção e promoção deste espaço passa, inevitavelmente, por conhecer o seu património e para tal é necessário inventariá-lo.

Por momentos deixemos a Diocese de Lamego e o vale do Douro. Foquemo-nos em conceitos.

O ensaio que abordou em cerca de 500 anos a evolução cultural da diocese de Lamego abre-nos janelas para um caso particular. Realizar um inventário sobre este conhecimento – conhecimento a memória acumulada na construção da Diocese de Lamego – não é, com certeza, o mesmo que realizá-lo noutra local, com dimensões geográficas, similares ou desfasadas. De facto a incipiente crítica e teorização que

⁶⁸ RESENDE, Nuno – *Lamego. Um inventário em construção*. Lamego: Diocese, 2006.

⁶⁹ Em Dezembro de 2006 inaugurou-se a mostra de arte intitulada «A Montante do Tempo», sobre a religiosidade nas aldeias vinhateiras (Provezende, Favaios, Barcos, Trevões, Salzedas e Ucanha) e em Setembro de 2007, «A Palavra e o Espírito», relacionando o programa de inventário com a escrita e a cultura na diocese de Lamego, desde a Idade Média até aos nossos dias.



tem sido dirigido ao inventário enquanto ferramenta transdisciplinar relega-o para uma condição meramente metodológica ou, quando muito, apêndice de estudos menores e maiores, de índole local ou regional. A recente explosão ou revitalização dos inventários regionais, centrados em dioceses ou subdivisões administrativas menores – mas sempre focando o património religioso – poderá ser enquadrada em políticas de desenvolvimento local e regional? Pode, desde que devidamente contextualizadas em planos científicos e didácticos globalizantes e não funcionando em circuito fechado – ou inventariando objectos pelo simples objectivo de os catalogar. Daí a pergunta colocada no início, inventariar o quê? Para quê? E para quem?

A necessidade de compreendermos os espaços e adaptarmos as metodologias à sua análise deve estar presente ao pensarmos uma cadastragem nacional dos vários patrimónios. Ela não existe, e é absolutamente necessária. Na Europa, e sobretudo na Europa comunitária, Portugal é o único país que não avançou para o cadastro sistemático e total de todos os bens móveis e imóveis que juntos formam o património cultural. Não cabe à Igreja fazê-lo, ou antes, pode, e deve, a Igreja portuguesa lançar um plano de inventário diocesano investindo na gestão do seu património, mas não deve sobrepor-se ao dever do Estado na salvaguarda de património sobre o qual o mesmo legislou abundantemente nas últimas duas décadas. Todo o trabalho é bem-vindo e enriquecerá, estamos certos, uma futura base de dados nacional sobre o espólio cadastrado, mas acima de todas as cartas arqueológicas e inventários parcelares e tipológicos, etc., há um trabalho que começa pela criação de *thesaurus* específicos, pela montagem de um servidor informático central gerido por várias entidades mas entregue a uma entidade autónoma, pela formação de inventariantes e investigadores inteiramente dedicados ao inventário, recolha, e manutenção desse quase desígnio nacional que é o Inventário do Património Cultural Português. Fomos recentemente invadidos por uma onda de tecnologia informática e digital aplicada ao inventário – só falta uma equipa de trabalho que organize a informação existente e actue em várias frentes até ter «mapeado» o território nacional.

Voltemos a Lamego e ao seu bispado. O resumo possível de meio milénio de história não satisfaz o conhecimento sobre um espaço profundamente importante num contexto que extravasa os seus limites geográficos e históricos actuais. Aliás, devendo começar-se pela inventariação do Arquivo Diocesano – mais necessária ainda quando se adivinha a sua transferência para as modernas instalações da Casa do Poço – não podemos esquecer, dentro do conceito de hipertextualidade que referimos na introdução, que a informação passa cada vez mais pela forma como

os dados que a constituem se relacionam entre si. Não basta, não é suficiente que nos fiquemos pela ordenação tipológica ou pela distribuição em núcleos e fundos que obedecem a normas classificativas rígidas. É preciso conceber arquivos virtuais, paralelos, construídos com informação física inexistente, desaparecida ou de cuja presença existem apenas poucos registos. Para tal não é necessário aguardar por grandes intervenções financeiras, mas tão só lançar mão dos equipamentos disponibilizados por uma Era eminentemente cibernética.

Para assegurar o que acabámos de referir, porém, é necessário que conheçamos o espaço e os homens que o humanizaram – o processo cultural é muitas vezes o garante da organização e, conseqüentemente, da civilização e não o contrário, como muitas vezes podemos pensar, quando, por exemplo, no caso do Historiador, este se deixa tyrannizar pelo documento escrito. Foi o que tentámos com o presente ensaio.

Lamego (cidade, diocese) de hoje é a construção física e simbólica de ontem, com todas as suas contingências, vicissitudes e idiosincrasias – não pode fugir a esse rio do tempo que a inunda. Duplo o nosso objectivo, portanto, o de conhecer o caminho e o de permitir bifurcações no trilho a construir.

Bibliografia citada

ABREU, 2003

João Paulo Abreu – «A Igreja e os seus arquivos. História e normas, até 1983». In ROSA, Maria de Lurdes e FONTES, Paulo F. O., coord, *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, pp. 127- 162.

AZEVEDO, 1877

Joaquim de Azevedo, dom – *Historia Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego [...]*. Porto: [Typographia do Jornal do Porto], 1878.

BARROS, 2001

Amândio Morais Barros (ed. crítica) – *Rui Fernandes. Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*. Santa Maria da Feira: Beira Douro, 2001.

CAMPOS, 1980

João da Silva Campos – Perfil de um dos maiores bispos portugueses dos tempos modernos. Dom João da Silva Campos Neves Bispo de Lamego. Breves notas biográficas por João da Silva Campos. S.L.: s.e., [1980].

COSTA, 1977

M. Gonçalves da Costa – *História do bispado e da cidade de Lamego. Idade Média: a mitra e o município*. [Braga]: [edição de autor], 1977

COSTA, 1979

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. II: Idade Média: Paróquias e Conventos*. [Braga]: [edição de autor], 1979.



COSTA, 1982

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. III: Renascimento I*. [Braga]: [edição de autor], 1982.

COSTA, 1984

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. IV: Renascimento II*. [Braga]: [edição de autor], 1984.

COSTA, 1986

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. V: Barroco I*. [Braga]: [edição de autor], 1986.

COSTA, 1990

M. Gonçalves da Costa – *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monografia Histórica*. [Braga]: [edição de autor], 1990.

COSTA, 1992

M. Gonçalves da Costa – *História do Bispado e Cidade de Lamego, vol. VI: Barroco II*. [Braga]: [edição de autor], 1992.

COSTA, 1990

M. Gonçalves da Costa – *Seminário e Seminaristas de Lamego. Monografia Histórica*. [Braga]: [edição de autor], 1990.

DIAS, 1950

Augusto Dias – *Lamego século XVIII*. Porto: [edição de autor], 1950.

ECO, 1995

Umberto Eco – *A definição da Arte*. Lisboa: edições 70, 1995.

MARQUES, 1988

Armando de Jesus Marques – D. Martim Afonso de Mexia: bispo de Leiria, Lamego e Coimbra, secretário de Estado em Castela: quadro familiar, curriculum salmanticense (1592-1596). Campo Maior: C.M., 1988.

MARQUES&SILVA, 2006

Maria Alegria Marques e Isabel Morgado Silva – «Raízes medievais – na construção – do território lameçense. In Nuno Resende, coord. – *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, 2 vols. (Lamego e Tarouca).

PAIVA, 2001

José Pedro Paiva – «D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra. O caso da diocese de Lamego (1677-85)» in RAMOS, Luís A. Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins e POLÓNIA, Amélia (coord.) – Estudos de Homenagem a João Francisco Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, vol. II, p. 243-255.

PAIVA, 2006

José Pedro Paiva – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

RESENDE, 2006

Nuno Resende, coord. – *O Compasso da Terra. A arte enquanto caminho para Deus*. Lamego: Diocese, 2006, 2 vols. (Lamego e Tarouca).

RIBEIRO, 2003

Fernanda Ribeiro – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

SARAIVA, 2003

Anísio Miguel de Sousa Saraiva – *A Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV (1296–1349)*. Leiria: Magno Edições, 2003.

SERRÃO, 1977

Joaquim Veríssimo serrão – «Projecção cultural do Bispado de Lamego». *Beira Alta, Viseu*, nº 36 (1977) 15-38.

SOALHEIRO, 2001

João Soalheiro – «Lamego, Diocese de». *In AZEVEDO, Carlos A. (coord) – Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, “P-V”, pp. 419–428.

TAPADINHAS, 2007

Maria Albertina Tapadinhas – *O Almoarifado de Lamego na inquirição de D. Duarte (1433-34)*. [Viseu]: Fundação Mariana Seixas, 2007.



A Noiva de Caná de António Cabral, um caleidoscópio do Douro¹

M a r i a d a A s s u n ç ã o M o r a i s M o n t e i r o ²

1. O escritor e o espaço geográfico transmontano e duriense

António Cabral é um escritor de Trás-os-Montes e Alto Douro, que nasceu em Castedo do Douro, perto de Alijó, em 1931, e faleceu a 23 de Outubro de 2007, em Vila Real.

O seu interesse pelo que é genuinamente popular levou-o a estudar as manifestações lúdicas das gentes da sua região, sendo um investigador sobretudo na área da Ludoteoria e o principal responsável pela organização dos Jogos Populares Transmontanos. Uma das suas publicações recentes é precisamente nessa área, com a obra *O Mundo fascinante do Jogo*, com data de 2002.

Esta dedicação aos jogos populares levou a que fosse considerado *Expert* do Conselho da Europa no II Estágio Alternativo Europeu sobre Desportos Tradicionais e Jogos Populares, equiparado a bolseiro pelo Ministério da Educação para a Investigação de Jogos Populares e Teoria do Jogo (nos anos de 1988-1991). Mais recentemente António Cabral foi Presidente da Direcção da Associação Nacional de Animadores Socioculturais e Delegado do INATEL, em Vila Real.

¹ Este artigo foi publicado recentemente na revista *Itinerarios*, na Universidade de Varsóvia, Polónia (*Itinerários Revista de estudos linguísticos, literários históricos y antropológicos*, vol. 7, Varsovia, 2008, pp. 65-76). Pareceu-nos, contudo, importante divulgá-lo também em Portugal como forma de homenagear António Cabral (falecido em 23 de Outubro de 2007), um escritor que muito escreveu sobre a terra e o homem do Douro, e que participou no 2º Encontro Internacional História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro, organizado pelo GEHVID em Outubro de 2004.

² Professora Catedrática do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, PORTUGAL.

O seu interesse e empenhamento em prol da região não ficaram por aqui, tendo-o levado a fundar o Centro Cultural Regional de Vila Real em 1979, do qual foi Presidente da Direcção durante doze anos.

A sua actividade no âmbito da Literatura manifesta-se em duas vertentes: uma como autor, de que falaremos mais adiante, outra como interessado na divulgação de artigos de índole literária e cultural. Esta última levou-o a colaborar na fundação das revistas *Setentrião*, em 1962, e *Tellus*, da qual foi o 1º Director, em 1978. No âmbito do jornalismo, fundou em 1980 o mensário *Nordeste Cultural*.

Os títulos que temos vindo a referir permitem-nos ver que lhes está subjacente uma ideia de ligação à terra e de atenção ao espaço geográfico nortenho.

António Cabral é autor de uma produção muito diversificada, que vai desde a poesia, passando pelo teatro, pelo romance, pelo ensaio em várias vertentes (Literatura, Teoria literária, Etnografia e Folclore, Jogos populares, Antropologia Cultural e Ludoteoria).

Começando pela poesia, é pertinente salientar que há muitos anos que António Cabral publica obras neste domínio, tendo começado muito jovem a escrever e publicar poesia. O seu primeiro livro é *Sonhos do Meu Anjo*, com data de 1951, quando tinha apenas vinte anos.

Ainda na década de cinquenta, publicou em 1956 *O Mar e as Águias* e, em 1958, *Falo-vos da Montanha*, um título sugestivo da sua ligação ao espaço geográfico em que se insere. Desta obra salientamos o poema "Aqui Douro", que, como já escrevemos noutra local (Monteiro2002: 20), consideramos um dos mais belos de todos os que foram escritos sobre este rio e a região que o circunda, agora património da Humanidade. Vejamos um extracto do referido poema:

"Aqui, Douro. O Paraíso
do vinho e do suor.
Dum rio, no Verão, ossudo e magro
como as pessoas,
quando a alma se escoia pelos poros;
rio também barrento, a cor da terra,
para que a alma seja inteira;
rio das grandes cheias,
do abraço final
de troncos de homens, de árvores e sonhos." (Cabral 1999: 12)

É neste longo poema, aparecido inicialmente na obra *Falo-vos da Montanha*, publicada em 1958 em Edição do Autor, que surgem expressões como "Paraíso da aguarela forte das vinhas/que entram em ondas verdes pelos olhos".



Figura 1 | Nuno Castelo³, “Paisagem duriense” (1996), Óleo sobre tela 73x54 cm.

Fala-se depois do tempo das vindimas, em que os tons são dourados, (figura 1) e do ambiente que se vive nessa altura:

“Paraíso dourado das vindimas!
Então o Douro é d’ouro.
Ouro no sol que põe tudo em labaredas;
os cachos e as nuvens de poeira
espantadas pelas patas dos cavalos
e dos camiões, ron-ron, ladeira acima.
(...)
um certo ouro no silêncio dos homens
que em fila e ferro transportam os cestos.
Ouro ainda no regresso do trabalho,
ao som dum bombo, duma concertina.
Ouro talvez nos cálices de quem
veio de longe assistir da janela.” (Cabral 1999: 14)

³ Nuno Castelo (1971-....), “pseudónimo de Nuno Filipe da Silva Costa, é conhecido como “O Pintor dos Pés” e referenciado como um verdadeiro marco histórico das artes plásticas nacionais e internacionais, criador de uma autêntica Revolução Pictórico-plástica e de uma Nova Estética de representação do Alto Douro Vinhateiro, e, em especial, do Homem Duriense. É apontado como “O Miguel Torga da Pintura” e considerado “O Pai do Expressionismo Dramático-Trágico Duriense. (...) <http://www.nunocastelo.com>” (extraído do texto utilizado em Catálogos, cedido pelo Pintor).

No ano de 1960 António Cabral deu a lume a obra *A Flor e as Palavras* e, em 1963, *Poemas Durienses*. Este último título, *Poemas Durienses*, como outros do mesmo autor, evidencia claramente a relação da sua criação literária com o espaço geográfico de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Alguns anos mais tarde, em 1967, foi publicada a obra *Os Homens cantam a Nordeste*, título que situa de imediato o leitor num ambiente de Trás-os-Montes. Nela encontramos textos de rara beleza sobre a paisagem e o homem transmontano-duriense. Destacamos o poema “Carta ao George”, que inicialmente foi publicado na referida obra *Os Homens Cantam a Nordeste*, em 1967, e mais tarde, em 1999, incluído na *Antologia dos Poemas Durienses*. Nesse poema, António Cabral retoma os versos de António Nobre no Só: “Georges! Anda ver o meu paiz de Marinheiros” e “Georges! Anda ver o meu paiz de romarias” (Nobre 2000: 30 e 32), adaptando-os a uma região que conhece tão bem e que divulga na sua obra, mostrando a dureza e os contrastes nela existentes. Eis um extracto desse poema:

CARTA AO GEORGE

George, anda ver meu país do vinho e do suor,
onde o suor começa nas ideias,
onde as ideias mudam de cor, a cada hora,
cintilantes como os vitrais da Sainte-Chapelle.

Tu és poeta, George, e vês pelas coisas
até ao que inunda os olhos por dentro.
No alto da serra oferecer-te-ei
um vale humano para contemplanças.

Desceremos, depois, até ao rio
e voltaremos a subir: geios de vinha,
escadas, uma raiva de escadas, mais
escadas que as da Tour Eiffel ou de Babel.

Suando, compreenderás o suor
e as ideias, ora cravos, ora cardos.
Ouvirás as grandes palavras que reclamam
um poeta, desde a podoa ao tractor. (...)

George, anda ver o meu país do sol em chamas,
um rio, ferro em brasa, a estalar,
e os homens a cantar, novos Sísifos,
com negras ideias cor-de-rosa.” (Cabral 1999: 45-46)



Já na década de setenta, em 1971, saiu um outro livro de poemas, *Quando o Silêncio Reverdece*, seguido de *Emigração Clandestina*, em 1977, e *Aqui, Douro*, em 1979.

Nos anos 80, mais precisamente em 1983, António Cabral publicou a obra *Entre o Azul e a Circunstância*, em 1993 os *Novos Poemas Durienses* e em 1997 saiu uma outra obra – *Bodas Selvagens*. Finalmente, em 1999, foi dada a público a *Antologia dos Poemas Durienses*.

Na *Antologia dos Poemas Durienses* encontramos uma dedicatória muito sugestiva, que é reveladora da importância atribuída à terra e, logicamente, à sua região: “À memória dos meus Pais que me ensinaram a terra”.

Esta dedicatória mostra bem a importância da terra para o Escritor, facto que o levou a transportá-la para a sua obra. Ao mesmo tempo, revela ainda o carinho pelos Pais e o reconhecimento não só das suas raízes mas também da influência exercida por elas.

A vasta produção literária de António Cabral passa também pelo teatro, com a peça *O Herói*, apresentada em 1964 no II Festival Brasileiro de Literatura, onde obteve o 2º prémio e que só foi publicada em Portugal em 1975. Ainda no âmbito do teatro, publicou *Temos Tempo, Matilde*, em 1976, *A Linha e o Nó*, em 1977, *Semires*, em 1994 e, finalmente, *A Moura Encantada*, em 2005. Em volumes conjuntos, publicou ainda “Chega de Bois em Barroso”, na antologia *As Chegas de Bois*, publicada em Lisboa pela Âncora Editora em 2005 e “A Fraga das Dunas”, na revista *Douro – Estudos e Documentos*, GEHVID, Porto, 2007.

No género conto, escreveu uma obra à qual deu o título de *Festa em Setembro*, aparecida em 1983 e *O Prometeu agrilhado hoje*, publicada em 2005. Esta última, ainda que a seguir ao título apresente a indicação genológica “Contos”, a nosso ver não se enquadra totalmente nesta modalidade de ficção narrativa pelo teor dos textos que nela estão incluídos, havendo momentos de escrita fragmentária, constituídos por apontamentos soltos de poucas linhas. Escreveu ainda um livro intitulado *Contos de Natal para crianças*, publicado em 2003.

No âmbito do romance, podemos referir *Memória Delta*, de 1990, e *A Noiva de Caná*, romance publicado em 1995.

A sua mais recente obra é *O rio que perdeu as margens*⁴, Ficção/ Crónica/Poesia, e foi publicada pelas Edições Tartaruga, em Chaves, no ano de 2007. O título é

⁴ Posteriormente a esta informação já foi publicada *A Tentação de Santo Antão*. A esta obra, da qual fizemos a apresentação no Castedo, em 25 de Julho de 2008, foi atribuído o Prémio Nacional de Poesia Fernão de Magalhães Gonçalves, em homenagem a outro poeta, também trasmontano, natural de Jou, Murça.

elucidativo da região para a qual remete o leitor – o Douro e a região duriense. Nela encontramos uma miscigenação genológica, deparando-se o leitor com pequenas histórias e outros textos que são apontamentos fragmentários em prosa e verso, a lembrar desabafos e reflexões ao correr do pensamento, e ainda relatos de viagens. Algumas dessas histórias deixam transparecer costumes populares como a serração da velha (Cabral 2007: 73-76), que é feita na “quarta-feira da terceira semana da Quaresma”, as cascatas de S. João e os versos típicos (Cabral 2007: 80-83), as feiras, como a de S. Martinho em Alijó, que encontramos no conto “O rio que perdeu as margens” (Cabral 2007: 41-42), que deu título à obra e no qual são transcritas também quadras alusivas ao Douro e histórias fantásticas com ele relacionadas.

A ligação de António Cabral ao espaço geográfico transmontano e duriense está patente também em outros títulos que pertencem à área do ensaio, dos quais podemos referir *Jogos Populares e Provérbios da Vinha e do Vinho*, entre outros mais abrangentes como *Tradições Populares, Jogos Populares Portugueses*. Saliente-se também que em outras obras, ainda que a ligação ao espaço geográfico envolvente não apareça no título, ela acaba por estar presente no corpo do texto ficcional, como sucede, por exemplo, em *A Noiva de Caná* e em alguns textos de *O Prometeu agrilhado hoje*.

António Cabral é, como temos vindo a constatar, um autor cuja criação literária apresenta uma relação profunda com o espaço geográfico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro; é um escritor preso às suas vivências passadas ou presentes nesta região. Todavia a sua obra, ainda que marcada por fortes ligações à terra, não se restringe a questões que possam interessar apenas aos seus naturais, já que os problemas nela abordados transcendem a região e interessam a todos.

Assim, na sua obra encontramos referências a paisagens deslumbrantes, a locais e características que lhe são inerentes, a trabalhos e trabalhadores da região, mas também a desigualdades sociais, conflitos, problemas de emigração, de fome, de trabalho árduo, enfim, todo um leque de assuntos que dizem respeito ao homem cidadão do interior de Portugal, mas também ao homem cidadão do mundo.

2. *A Noiva de Caná*: Intertextualidade com o texto bíblico

O título do romance permite uma relação de intertextualidade com um texto bíblico do Novo Testamento, pertencente ao Evangelho segundo São João, em que se fala das “Bodas de Caná”.

Segundo o texto bíblico (*Bíblia Sagrada* 1973: 1376-1377), havia um casamento em Caná da Galileia, onde Jesus e Maria, Sua mãe, estavam presentes. Como tivesse

acabado o vinho, a mãe de Jesus comunicou-lhe o facto e pediu aos servidores que fizessem tudo o que Jesus lhes dissesse. Como havia seis talhas de pedra para a purificação dos judeus, Jesus mandou enchê-las de água e, em seguida, disse para levarem a água ao chefe da mesa. Quando este a provou, já transformada em vinho, disse ao noivo: “Toda a gente serve primeiro o vinho bom, e, quando os convidados tiverem bebido bem, serve então o pior. Tu, porém, guardaste o vinho bom até agora!”, tendo sido este o primeiro milagre de Jesus.

Em Caná operou-se o milagre da transformação da água em vinho e no Douro opera-se metaforicamente um outro milagre, o de extrair vinho de uma região íngreme, xistosa, quente, quase impossível de cultivar, através do suor de quem nela trabalha (figura 2).



Figura 2 | Nuno Castelo, “Carregadores sem nome” (1997), Óleo sobre Tela 81x60 cm.

No romance de António Cabral, a noiva de Caná é Cristina, casada com Francisco. É em torno desta personagem que tem lugar todo o enredo.

Cristina, uma rapariga de Cidadelhe, com dezoito anos, andava a estudar em Murça. Na altura das vindimas, para ajudar os pais que viviam em condições económicas muito precárias, foi trabalhar para a quinta das Combareiras integrada na mesma roga em que ia Francisco, de vinte e seis anos, natural de Cerdeira de Jales. Logo aqui nós encontramos um aspecto importante ligado ao Douro e que a obra perpetua como memória cultural do tempo: a existência das rogas, grupos de homens e mulheres que se deslocavam do interior, da “montanha”, para o Douro, para as vindimas e a faina do vinho.

Ricardo, o patrão, tendo despedido o caseiro, convida Francisco para o substituir e Cristina para secretária. Esta é vista “como uma flor que fazia florir

toda a quinta” (Cabral 1995: 40), ainda que ao fim de oito dias de permanência nela se sentisse “como certas plantas sensíveis mudada da terra livre, arejada e ampla, para um vaso, raquítico, por mais rendilhados e cor que tivesse à volta” (Cabral 1995: 39). Os dois acabaram por casar antes do Natal, ainda que sem amor.

O vinho fino acompanha as ocasiões importantes, as festas e cerimónias realizadas na quinta (e habitualmente na região duriense). Por isso, na altura do casamento de ambos, a noiva “serviu a toda a gente um vinho delicioso” (Cabral 1995: 57). O mesmo sucedeu no momento em que foi feito o convite para administrarem a quinta, em que também beberam vinho fino, como na região é tradicionalmente designado o vinho que hoje muitos chamam vinho do Porto.

Cristina procura obter o maior rendimento na produção de vinho, empenhando-se ao máximo para defender a quinta como se fosse sua, até porque entretanto tem uma relação adúltera com o patrão Ricardo da qual acabam por nascer dois filhos gémeos: Rosa e Miguel.

Cristina é descrita pelo narrador como “uma Vénus santificada pelo holocausto da sua beleza” (Cabral 1995: 113). É ela que dá o título ao livro e é em torno dela que se desenrola toda a acção do romance.

3. A Noiva de Caná e o Douro: euforia e disforia

A acção deste romance decorre no espaço físico de uma quinta no Alto Douro, aparecendo, entre outros aspectos importantes da região, o cenário e as actividades ligadas à vinha e à produção do vinho (figura 3).



Figura 3 | Nuno Castelo, “Socalcos do Douro” (1998), Óleo sobre Tela 92x65 cm.



Encontramos também referências a muitos lugares da região, romarias, a caça ao javali, usos e costumes, provérbios e expressões populares.

Se, por um lado, temos uma visão eufórica da região duriense, com as suas belas paisagens, as rusgas, festas, romarias, cantigas, por outro lado são focados muitos aspectos negativos da realidade do Douro.

Começando pela visão eufórica, temos como exemplo uma manifestação de alegria do trabalhador duriense, a rusga, em que o homem canta acompanhado pelos instrumentos musicais que fazem parte da tradição: o bombo, os ferrinhos e a concertina:

“Entrou entretanto uma rusga no salão: bombo, concertina e ferrinhos, como na vindima. O Tino Raboto, à frente, cantarolava:

Quatro rapazes da aldeia
Foram, à noite, ao café.
Por causa das raparigas,
Armaram grande banzé.” (Cabral 1995: 60)

O mesmo Tino Raboto, mais adiante, é novamente referido pelo narrador, a propósito do seu espírito folgazão, e nessa passagem aparece-nos a alegria das vindimas no Douro através do som da concertina que o narrador ouve e vai à janela ver o que se passa:

“O Tino Raboto, o incorrigível Tino, ele, o feitor da quinta, ou antes, o administrador: enquanto alguns homens descarregavam de um camião as dornas cheias de uvas, ele, sempre ele, torrencial, folgazão, tocava e trauteava a música tocada, ao mesmo tempo.” (Cabral 1995: 178).

Mas em *A Noiva de Caná* não encontramos só aspectos agradáveis, alegres, de lazer e prazer. São também focados diversos assuntos, nomeadamente reveladores das mudanças no Douro, fruto da construção das barragens, do recurso a máquinas para fazer certos trabalhos anteriormente realizados por homens, e há sobretudo questões que preocupam o homem duriense e revelam até que ponto existem problemas que o afectam.

Um desses problemas prende-se com as epidemias (de oídio e de mildio, por exemplo) que reduzem em muito a produção e aumentam os gastos do agricultor.

No romance encontramos uma referência a uma reunião de “muitos enólogos, gente de Gaia e da Régua” (Cabral 1995: 53) nas Combareiras, acabando por, também eles, assistirem a um acto religioso de agradecimento pela protecção dada às vinhas da Quinta, que acabaram por escapar de uma epidemia destruidora:

“E os especialistas da vinha e do vinho deram consigo a assistir a uma eucaristia de acção de graças ao Altíssimo, por Ele, na sua divina misericórdia ter salvo as Combareiras da terrível epidemia da *uncinula necator*, *ulgo dicto*, caríssimos irmãos, oídio da videira, ou mais *ulgo dicto* ainda, farinhaço, que é a designação popular por estas bandas.” (Cabral 1995: 53)

E, mais adiante, voltamos a encontrar referências a uma epidemia de míldio:

“Nesse ano grassou na região uma epidemia de míldio que nem os sulfatos sistémicos debelavam. Um Junho chuvoso e pardacento pôs malignidades no vinhedo com os cachos ainda tenros. E eram cachos e folhas, tudo a ficar encorilhado e a secar à menor ponta de sol.” (Cabral 1995: 271)

Outro problema do Douro é motivado pela ambição desmedida de algumas pessoas sem escrúpulos que põem em risco um produto do qual vive grande parte da região: o vinho.

Já nos longínquos anos 60 (em 21 de Novembro de 1964), João Araújo Correia chamava a atenção para o perigo de se perder “a galinha que põe ovos de ouro”, ao fazer vinho generoso com uvas de menor qualidade:

“Trair o Douro dentro do próprio Douro, fabricando vinho generoso com uvas de má casta e pior sítio – é comer hoje e deixar de comer amanhã. É matar a galinha que põe ovos de ouro. O Vinho do Porto, famoso em todo o mundo, só manterá a fama se for inimitável.” (Correia 1967: 243-247)

No romance de António Cabral este problema também é focado. Perante um cenário em que a produção era reduzida a um quarto, Silvano “informou que para manter o mercado era necessário comprar uvas suficientes, a fim de preencher a litragem concedida pela casa do Douro” (Cabral 1995: 272). Após o levantamento de uma série de questões em torno da proibição de trazer uvas de fora da região demarcada e de a fiscalização da casa do Douro andar pelas estradas, de dia e de noite, Rosa acaba por sugerir: “Se não se conseguirem uvas de qualidade, o melhor é ficar apenas com o vinho das Combareiras” (Cabral 1995: 275), acrescentando Silvano: “E o mosto já feito dos oito mil quilos que o leve o tal mixordeiro” (Cabral 1995: 275).

No romance é igualmente referido um conjunto de características que fazem com que o vinho tenha uma qualidade única, fruto das castas, da terra, do xisto e de questões climáticas relacionadas com a morfologia dos terrenos. É estabelecido um contraste com a região do Reno, na Alemanha, onde, com “semente das melhores



videiras” do Douro apenas se conseguiu fazer “uma coisa parecida com a jeropiga” (Cabral 1995: 273). É, assim, referida toda uma conjugação de factores que estão relacionados com o tipo de vinho produzido no Douro, visto que “mesmo no Douro, as malhas de terra granítica não produzem vinho de qualidade” (Cabral 1995: 273).

O rio é também muito importante, já que há um ditado popular que diz: “vinho de vinha que não vir o rio, esse, vale pouco”, porque “o mais importante é a pedra de xisto e os nevoeiros do rio” (Cabral 1995: 273).

A propósito do nevoeiro, saliente-se que este aspecto climático é tão importante que deu origem a uma frase que quase se tornou um aforismo para as gentes do Douro: “o nevoeiro para as vinhas é estrume.” (Cabral 1995: 55).

Note-se que, se Silvano, na parte final da obra, concorda com Rosa em ficar apenas com a produção da quinta, ao longo do romance o leitor fica a saber que “o patrão se envolvia em negócios escuros com Osvaldo. O safardana. E que negócios.” (Cabral 1995: 110). A falsificação do vinho é outro dos temas que surge na obra, tal como o do tráfico do vinho:

“Desta aldrabice tinham Cristina e Francisco notícia; o que não sabiam era que o tráfico do vinho tinha sido retomado, após a morte de Ricardo, com a colaboração, lucrativa, está visto, do próprio Silvano que num *night club* tripeiro, em bate-papo de cerca de uma hora, Osvaldo abordara e convencera, oh céus!” (Cabral 1995: 110)

E mais adiante, o narrador, numa atitude crítica, acrescenta numa linguagem disfórica e contundente: “O mundo está podre. A podridão é contagiosa” (...) Digam-me se não vêem mais Silvanos e Osvaldos que moscas esfomeadas num poio de elefante.” (Cabral 1995: 111).

Esta constatação do elevado número de “Silvanos” e “Osvaldos” é sugestiva da corrupção e oportunismo de pessoas que procuram tirar partido de um produto que, sendo cultivado com tantas dificuldades, pouco rende àqueles que com ele estão directamente em contacto, servindo a outros para negócios altamente lucrativos. António Cabral, como homem do Douro, conhece bem essa realidade, daí que a tenha trazido para a sua obra, utilizando a sua pena como forma de combate dessa realidade com a qual não está de acordo.

No romance surge ainda a questão das letras das vinhas beneficiadas, sendo as de melhor qualidade as da letra A, seguindo uma escala que vai até à letra F (Cabral 1995: 274).

A obra aflora ainda o problema da adição de açúcar e sal nas dornas, que é proibida e dá cadeia (Cabral 1995: 273-274).

Em suma, ao longo do romance o leitor atento é alertado para todo um conjunto de aspectos relacionados com a vida numa quinta do Douro onde, como em tantas outras, é cultivado o vinho fino.

O romance documenta também os vários trabalhos que havia necessidade de fazer. Quando Ricardo Magalhães, o patrão velho, propõe a Cristina emprego na quinta, o narrador, em discurso indirecto livre, conta:

“Se a menina ainda não tinha emprego certo e, como dizia, não estava mesmo disposta a prosseguir os estudos, propunha Ricardo, então considerasse a oferta. Trabalhar, ah, lá isso tinha de ser: a quinta era grande e não era só na vindima que o serviço apertava. Era a poda, era a escava, era a adubação e a desinfecção das videiras, as videiras queriam sempre trabalhadores ao pé, e era ainda o serviço de armazém, trasfegas, carregamento do vinho para Gaia, e era a azeitona e as laranjas, e a fruta que mais havia.” (Cabral 1995: 37)

E logo a seguir, acrescenta o narrador:

“Enquanto falava com Cristina, Ricardo olhava de quando em vez para Francisco, pois o recado era-lhe também dirigido. A menina pensasse bem, que para tudo eram precisos mapas de pessoal e livros de deve e haver, tudo coisas para seguirem para o contabilista do Porto.” (Cabral 1995: 37)

António Cabral apresenta em *A Noiva de Caná* a vida quotidiana numa quinta do Douro, com todos os aspectos positivos e negativos, dando-nos uma imagem que vai muito além da visão eufórica e idealizada, o *locus amoenus* dos Clássicos, que outros autores nos deixaram da vida do campo, nomeadamente Júlio Dinis em *A Morgadinha dos Canaviais*, Eça de Queirós em *A Cidade e as Serras*, Trindade Coelho em *Os Meus Amores* ou António Nobre no poema em que retoma o título da obra de Almeida Garrett *Viagens na minha terra*. Para estes autores, o campo é visto com simplicidade e qualidade de vida, é encarado de forma idealizada, como se não houvesse sacrifícios e dissabores.

Em *A Noiva de Caná*, o Autor, ao mesmo tempo que nos dá uma visão poética e agradável da vida numa quinta do Douro, não deixa de, como vimos, nos dar uma visão disfórica de uma região onde a realidade é muito diferente da fantasia e onde encontramos problemas pelos quais nem sempre são responsáveis os que trabalham com afinco e empenho, levando uma vida dura para conseguirem fazer vinho de boa qualidade (figura 4). A dureza e o sacrifício para conseguir tal feito são bem sugeridos nos quadros de Nuno Castelo reproduzidos, com a devida autorização, neste trabalho.

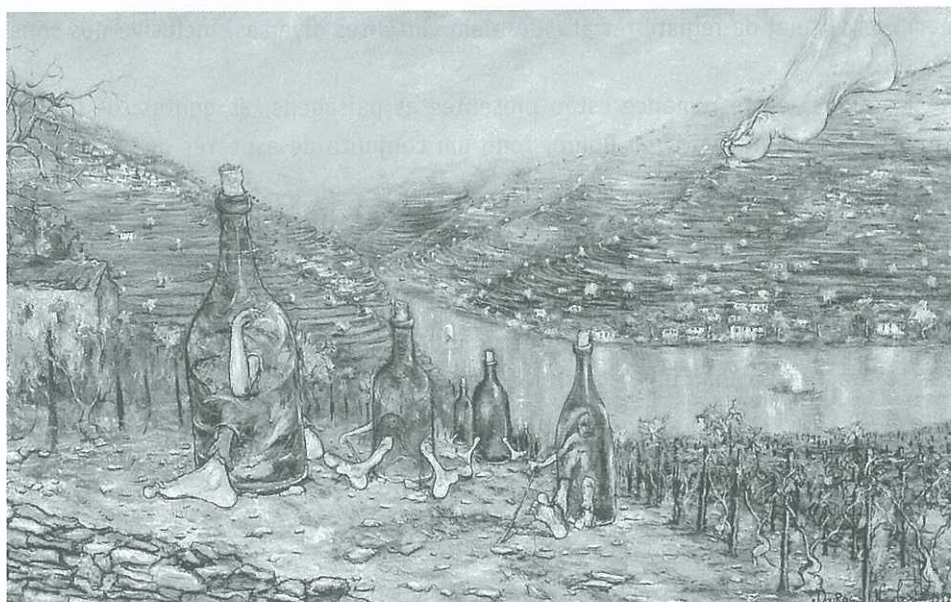


Figura 4 | Nuno Castelo, "Sol engarrafado" (1997), Óleo sobre Tela 116x73 cm.

A partir de terrenos que exigem muito esforço, tenacidade e pertinácia, os homens e mulheres do Douro, com o seu trabalho e suor conseguem produzir o tão desejado néctar, como se fosse obtido através de um milagre semelhante ao das Bodas de Caná.

Conclusão

António Cabral, nascido na região duriense, transpõe para a obra a sua paixão pela terra e a sua admiração por aqueles que dela vivem. A sua obra ficcional reflecte uma realidade que conhece bem, a do trabalho e entrega das gentes do Douro à terra, da qual conseguem extrair o vinho que lhes permite sobreviver.

Por um lado, há entusiasmo pela região, que é vista de forma eufórica com os seus momentos de alegria, convívio, trabalho e lazer. Por outro lado, António Cabral, conhecedor da realidade duriense no que diz respeito à produção e comercialização do vinho do Porto, dá-nos em *A Noiva de Caná* imagens de um Douro de contrastes, tanto a nível de condições de vida como de mentalidades e formas de agir.

Na sua obra encontramos a região duriense não só com as suas cantigas, provérbios, os seus hábitos, usos, costumes, linguagem, etc., mas também o trabalho duro, as dificuldades de escoamento do produto, o oportunismo, a exploração do homem duriense, sendo *A Noiva de Caná* uma obra importante por perpetuar a

memória cultural da região, retratando-a em vertentes diversas, inclusive dos sons e silêncios.

Em suma, neste romance estão presentes as paisagens, as gentes, os usos e os costumes, os negócios do Douro, todo um conjunto de aspectos que encantam e desencantam.

As encostas acentuadas, os geios, as actividades agrícolas, os passatempos, a caça, a pesca, as festas, os versos, as cantigas, os rituais vinhateiros, a vida social, a religiosidade, as folias, os amores, tudo se encontra em *A Noiva de Caná*, um romance que acaba por ser um caleidoscópio do Douro cujo centro de convergência é a quinta das Combareiras e a protagonista que nela se movimenta, Cristina, a “Noiva de Caná”.

Referências bibliográficas

Bíblia Sagrada (1973), 6ª edição. Lisboa. Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos).

CABRAL, António (1995), *A Noiva de Caná*. Lisboa. Editorial Notícias.

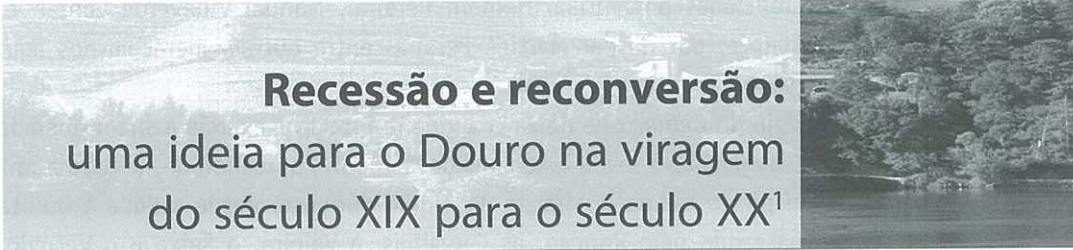
_____ (1999), *Antologia dos Poemas Durienses*. Chaves. Edições Tartaruga.

_____ (2007), *O rio que perdeu as margens*. Chaves. Edições Tartaruga.

CORREIA, João de Araújo [1967], “Terras Malditas”. Em *Passos Perdidos*. Lisboa. Portugália Editora.

MONTEIRO, Maria da Assunção Morais (2002), “O Douro imortalizado pelos escritores”. *ALTO DOURO VINHATEIRO PATRIMÓNIO MUNDIAL*. nº 1: 9-21.

NOBRE, António (2000), *Só*, Colecção «Caixotim Áureo». Porto. Edições Caixotim.



Recessão e reconversão: uma ideia para o Douro na viragem do século XIX para o século XX¹

E d u a r d o C . C o r d e i r o G o n ç a l v e s ²

Tal como aconteceu generalizadamente em várias regiões vitícolas europeias, a devastação dos vinhedos do Douro pela *phylloxera vastratrix*, declarada oficialmente em Portugal a partir de 1871-1872, acarretou largas mutações de natureza técnica³ e de paisagem, bem como na economia da região e nos traços de sociabilidade das populações. Por conseguinte, a par de uma ampliada conjuntura de depressão agrícola que matiza os finais do século XIX português, subsumem-se “reações de defesa” do sector vitícola, plasmadas num progressivo protecçãoismo agrícola e no associativismo rural, marcando por esta via os planos de reconversão para o Douro pós-*Phylloxérico*, já século XX adentro⁴.

¹ Versão portuguesa da nossa comunicação ao *Second International Congress on Mountain and Steep Slope Viticulture*, organizado pela CERVIM/Xunta de Galicia – Consellería do Medio Rural, Monforte de Lemos, Ribeira Sacra (Galicia) 13 a 15 de Março de 2008.

² GEHVID – Universidade do Porto; Instituto Superior da Maia.

³ MATEUS, Margarida, *et alli.*, 1986 – *Technological change, trade regimes and the response of agriculture Portugal during the nineteenth century*. “Working Paper”. Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa. Nº 52; FONSECA, A. Moreira, *et alli.*, 1981 – *O Vinho do Porto: notas sobre a sua história, produção e tecnologia*. Porto: Instituto do Vinho do Porto.

⁴ MARTINS, Conceição A., 1991 – *A filoxera na viticultura nacional*. “Análise Social”. Lisboa: ICS. Vol. 26, Nºs 112- -113, 653-88.

1. A *phylloxera*: breve revisão

A desolação dos vinhedos trazida pela peste, cuja amplitude e consequências foram já referenciadas por Miriam Halpern Pereira⁵, Manuel Villaverde Cabral⁶ e, mais recentemente, por Gaspar Martins Pereira⁷ entre outros, merecem-nos aqui uma breve revisão.

Ao contrário do *Oidium* que deixava a videira intacta e exercia a sua influência sobre o fruto, a *Phylloxera* revelou-se mais devastadora, atacando desde logo a raiz da planta. Em pouco tempo o coração da região duriense, desde a Rede à Quinta dos Frades, passando pelo Roncão, as Carvalhas, a Valeira, o Seixo e o Vesúvio, viu os seus vinhedos brutalmente dizimados. O Douro da “abastança” dá lugar ao Douro “fúnebre” dos “mortórios”⁸.

A morte da vinha arrastou consigo a ruína dos viticultores durienses que só com a replantação dos vinhedos e um acompanhamento aturado do seu desenvolvimento, poderiam fazer face a patologia tão devastadora. Para tal, foi necessário um generalizado recurso ao crédito que trouxe consigo a “hipoteca das propriedades, fazendo florescer a agiotagem”⁹. Aliás, na transição para o século XX, muitos solos vão mesmo ser adquiridos por uma burguesia com potencial de liquidez, nomeadamente a de origem inglesa, que passará também a acumular a produção vinícola, processo apontado como lastro de um “movimento de recomposição social”¹⁰. A esta fase de crise filoxérica, que abarca as décadas de 1870 e 1880, assiste-se também ao aumento exponencial do fluxo emigratório das gentes do Douro que, pela barra do Porto e Vigo, demandavam o Brasil¹¹.

⁵ PEREIRA, Miriam Halpern, 1983 – *Livre-Câmbio e desenvolvimento económico*. 2ª ed., Lisboa: Sá da Costa Editora.

⁶ CABRAL, Manuel Villaverde, 1988 – *Portugal na alvorada do século XX*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

⁷ PEREIRA, Gaspar Martins, 1993 – *O Douro e o vinho do Porto, de Pombal a João Franco*. Porto: Afrontamento; PEREIRA, Gaspar Martins, 1989 – *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. “Revista de História da Faculdade de Letras”. Porto. 2ª Série: 6, 177-194.

⁸ A este propósito, veja-se: PEREIRA, Gaspar Martins, 2006 – “Morte e ressurreição”: *o Douro perante a filoxera*. In “O Douro Contemporâneo”, coordenação de Gaspar Martins Pereira, *et alli.*, GEHVID – Universidade do Porto, 151-158. Para uma leitura coeva, confira-se: COSTA, Vieira da, 1906 – *O Douro da crise e da fome*. “Ilustração Portuguesa”. Lisboa. II Série: 7, 201-207.

⁹ PEREIRA, 2006: 155.

¹⁰ PEREIRA, 2006: 157.

¹¹ ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto. Edição do Autor.



Sinal da necessidade premente de sistematização do estudo do problema da *phylloxera*, o Governo de Fontes Pereira de Melo nomeia, em 1876, a primeira comissão constituída para o efeito, de que faziam parte os intendentes de pecuária de Braga e Vila Real, bem como o agrónomo do distrito desta cidade. Dois anos volvidos, forma-se nova comissão para prosseguir o estudo do problema, agora já com a presença de alguns destacados membros da aristocracia vinhateira, os casos dos viscondes de Villar d'Allen e Guedes Teixeira, comissão presidida por António Batalha Reis¹². Atente-se ainda na dimensão europeia do problema, como o atesta a organização da Convenção Internacional sobre a Filoxera, realizada em Berna, ainda naquele ano, reunião que conduziu à assinatura de um convénio, de que Portugal também foi signatário, cujo desiderato era o da colaboração na luta contra aquela patologia.

2. Reagir a um ciclo de recessão económica no Douro

Ora, se por um lado os prejuízos foram enormes, por outro foi necessária a reorganização da cultura da vinha com a observação de novos métodos de plantação e escolha de castas, facto que conduziu ao redimensionar da qualidade, num processo de custos elevados e não concorrenciais com o aumento generalizado do volume da produção vinícola de outras regiões, e com o uso de novos "processo industriais de vinificação"¹³. Apesar desta reorganização, acentua-se a preocupante actividade de contrafacção do vinho¹⁴, fenómeno que agravará sobremaneira a economia da região duriense¹⁵.

É, pois, no decurso da década de 1880 que se verifica uma considerável expansão da viticultura noutras regiões de Portugal, com especial incidência nas zonas Centro e Sul do território, cuja produção de vinho corrente irá ser decisiva para alimentar os mercados de exportação vinícola, mormente o francês, relação apenas alterada a partir de 1891, altura em que se inaugura uma nova crise de superprodução, com a correlativa baixa dos preços do vinho. Aliás, na espessura temporal assinalada, o surto de vinho corrente tinha suplantado largamente as exportações tradicionais

¹² MARTINS, Conceição Andrade, 1990 – *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: ICS – Universidade de Lisboa, 346-347.

¹³ PEREIRA, 2006: 160. Ver ainda: PEREIRA, Gaspar Martins, 2005 – *O vinho do Porto: entre o artesanato e a agroindústria*. "Revista da Faculdade de Letras – História". Porto. 3ª Série: 6, 185-191.

¹⁴ RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1998 – *Contrafacção de vinhos portugueses no final do século XIX*. In "Os vinhos licorosos e a história: Seminário Internacional". Funchal: CEHA, 311-321.

¹⁵ AZEVEDO, J. R., 1905 – *A crise vinícola*. Lisboa: Imprensa Comercial; MENERES, Alfredo, 1914 – *A crise do Douro: meios de a debelar*. Lisboa: Oficinas da Ilustração Portuguesa.

dos designados vinhos finos¹⁶, isto a par do redimensionar de novos mercados, tal o caso do referido mercado francês e, ulteriormente, o das colónias¹⁷, resultando, assim, em detrimento do tradicional mercado britânico.

Num contexto regional, a assembleia de viticultores e comerciantes do Norte irá, em 1884, encarregar uma sub-comissão presidida pelo conde de Samodães, de formular os quesitos com vista à prossecução de um inquérito aos “negociantes e lavradores de vinho”¹⁸ em torno da situação da vitivinicultura, com incidência nas grandes problemáticas da “indústria vinhateira” e do comércio do vinho da região duriense. Em face das respostas, o questionário tinha em vista “fornecer e fixar ideias, para se poder apresentar ao Governo uma consulta fundamentada e prática”¹⁹. O inquérito é, pois, um repositório de questões como as da relação entre o comércio dos vinhos nacionais com os estrangeiros, dos vinhos nacionais entre si, do fabrico da aguardente, do futuro da viticultura e da conveniência em se criar uma ou mais companhias de comércio de vinhos. Estas questões afloram as principais problemáticas que matizam a crise que então grassava no Douro, quer com o comércio dos seus vinhos, quer com o impacto social daí advindo.

Em 1889, Elvino de Brito, então director-geral da Agricultura, sublinhava o facto da crise do sector vitivinícola, considerado nessa altura o mais importante ramo da agricultura portuguesa, merecer “o estímulo, os cuidados e a protecção dos poderes públicos”, pois dele advinha parte significativa das receitas do Estado, como dele poderiam advir, “por efeito de uma crise [que não fosse] debelada a tempo, graves perturbações na situação económica e financeira do paiz”²⁰.

O tom das intervenções do director-geral revelam já a postura do Governo perante o avolumar da onda de descontentamento e das queixas dos agricultores e proprietários que exigiam do Estado uma intervenção urgente no sector. Este movimento reivindicativo não foi, porém, unívoco, nem tão-pouco pretendia decalcar a antiga legislação pombalina, almejava, sim, defender a “marca comercial”²¹ e evitar a adulteração. Tal movimento não impede o confronto de interesses antagónicos

¹⁶ PEREIRA, 1983: 141-145; COSTA, António Luís Pinto da, 1990 – *A questão do Douro e a exportação de vinhos do Porto (1864-1909)*. “Brigantina”. Bragança. 10: 3, 91-109.

¹⁷ CAPELA, José Viriato, 1973 – *Vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação de vinho para África*. Porto: Afrontamento.

¹⁸ MARTINS, 1990: 347.

¹⁹ SAMODÃES, Conde de, 1884 – *Questionário aos negociantes e lavradores de vinho: proposta pela sub-comissão nomeada em sessão de 1 de Julho de 1884*. Porto: [s.e.], 1.

²⁰ BRITO, Elvino de, 1889 – *A propósito da crise vinícola*. Lisboa: Imprensa Nacional, 32 e 69.

²¹ Sobre a questão da protecção à marca de origem na época, ver: AMORIM, Jaime Lopes, 1947 – *Aspectos e problemas da protecção das marcas de origem vinícola e sua evolução*. Porto: Instituto



como os que são preconizados pela Associação Comercial Porto, pelos industriais do álcool ou até, num contexto mais englobante, os interesses cerealíferos, todos eles representados pela Real Associação Central da Agricultura de Portugal. Mesmo assim, ganha corpo um movimento reivindicativo organizado em torno da Comissão de Defesa do Douro²², a que se irá juntar, após 1890, a Liga dos Lavradores do Douro, reclamando a reposição de medidas reguladoras e protecção por parte das instâncias públicas²³, como se verificou, em 1889, com a aprovação da lei que institui o regime de protecção para alguns produtos agrícolas, ou com a pauta aduaneira de pendor protecção, elaborada por Oliveira Martins em 1892, documento considerado, porém, lesivo do comércio dos vinhos²⁴. Entretanto, foi sendo promulgada legislação reguladora de “prémios de exportação”, concomitantemente à instituição de “subsídios aos viticultores exportadores” que se disponibilizassem a ampliar os mercados de exportação, quer através da organização de exposições”, quer da implementação de “agências de venda e câmaras de comércio noutros países”²⁵.

3. Um futuro para o Douro

Uma ideia para o Douro na viragem do século XIX para o século XX, preconizada pelo conde de Samodães, expoente da aristocracia vinhateira do tempo e, simultaneamente, figura expressiva da cidade do Porto²⁶, está ancorada num movimento a um tempo analítico, associativo e de incremento comercial, a par de propostas de arrojadas alternativas à excessiva dependência da monocultura. Samodães parece-nos representar os interesses que hoje englobamos sob o signo dos espaços de complementaridade do *hinterland* Porto e Douro.

do Vinho do Porto; SIMÕES, Nuno, 1932 – *O vinho do Porto e a defesa internacional da sua marca*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

²² PEREIRA, Gaspar Martins, 1997 – *As demarcações vinhateiras na história do Alto Douro*. “Estudos Transmontanos e Durienses” 7, 137-152.

²³ A este propósito, veja-se: SEQUEIRA, Carla, 2006 – *A região vinhateira do Alto Douro, entre o livre-cambismo e o protecção*. “Revista Universum”. Universidade de Talca. Nº 21, vol. 2, 138-146.

²⁴ MIRANDA, Sacuntala de, 1991 – *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1839)*. Lisboa: Teorema, 67-68. Ainda sobre o “dilema” da liberdade de comércio e da “diminuição dos direitos” sobre o vinho, veja-se: MARTINS, Conceição Andrade, 1996-2º-3º – *A intervenção política dos vinhateiros no século XIX*. “Análise Social”. Lisboa: ICS. 4ª Série: 31, 424-432.

²⁵ BRITO, 1889: 87-89.

²⁶ GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2004 – *Católicos e política (1870-1910): o pensamento e a acção do conde de Samodães*. Maia: Publismai.

Com efeito, são inúmeros os congressos vitícolas em que colabora e intervém, de resto, de que dá nota pela reflexão prospectiva na imprensa da época²⁷; são também de assinalar as exposições agro-industriais em que se envolve e que patrocina, nomeadamente algumas que tiveram como palco o Palácio de Cristal Portuense²⁸, de que foi director durante anos, mas também exposições internacionais, como a Exposição de Vinhos do Porto realizada em Berlim, no ano de 1888.

Não se olvide ainda o envolvimento do conde de Samodães num largo movimento associativo, como é o caso da sua participação na direcção da Comissão de Defesa dos Interesses do Douro, nomeada pelos proprietários e vinhateiros do Douro e Trás-os-Montes, em 1885, ou na Liga dos Lavradores do Douro, com sede na cidade do Porto.

No plano comercial, Samodães teve a clarividência da necessidade de se recuperar o movimento exportador de vinho do Porto ao encimar um grupo de vitivinicultores que pensaram e fundaram a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal [RCVN]²⁹. Além de exercer funções de “agência intermediária” entre produtores e compradores para a comercialização da produção vinícola, a RCVN apresenta ainda como desiderato promover o “aperfeiçoamento dos vinhos, publicando instruções para esclarecer os processos” a empregar, consoante “os gostos dos mercados” que a companhia pretendia abarcar³⁰. A formulação desta agremiação entendia garantir a genuinidade dos vinhos do Porto e zelar pelo “fiel cumprimento da Carta de Lei de 4 de Junho de 1883” que impedia a exportação de vinho com aquela denominação que não fosse exclusivamente produzido na região do Douro. Afastados alguns

²⁷ Como exemplo, veja-se: SAMODÃES, Conde, 1895 – *Congresso vitícola*. “Correio Nacional”. Lisboa. 3: 598, 4 de Fevereiro, 1; 3: 601, 7 de Fevereiro, 1; 3: 611, 19 Fevereiro, 1; SAMODÃES, Conde de, 1895 – *Congresso vitícola: conde de Samodães*. “Diário Illustrado”. Lisboa. 24: 7864, 13 de Fevereiro, 1. Da colaboração de Samodães na imprensa sobre o assunto, sublinhe-se a publicação no jornal portuense *A Palavra* da coluna regular *Revista Vitícola*, bem como a colaboração em títulos como *Gazeta das Aldeias*, *Boletim da Liga dos Lavradores do Douro*, *Douro Agrícola* e *A Vinha Americana em Portugal*.

²⁸ SAMODÃES, Conde de, 1890 – *Breve esboço histórico do Palácio de Crystal Portuense*. Porto: Typographia Central.

²⁹ GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2003 – *O conde de Samodães e as origens da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*. “Douro: Estudos & Documentos”. Porto. GEHVID – Universidade do Porto. Nº 16, 107-115. Além de Samodães, foram co-fundadores da RCVNP o visconde de Villar d’Allen, José Joaquim Pestana, Manuel Pestana, Manuel de Albuquerque, Pinheiro Leite, António Carlos Pimentel e Taveira de Carvalho.

³⁰ RCVNP, 1889 – *Estatutos da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*. Porto: Typ. A. J. Silva Teixeira, 2.



melindres e interesses que questionaram a fundação da companhia³¹, o modelo de gestão implementado vem inscrever-se num tempo simultaneamente de crise e mudança no sector, contribuindo de modo assinalável para a reforma do comércio do vinho, quer do generoso que, inserido num contexto de livre troca, tinha perdido parte substancial do seu mercado tradicional, quer no interesse pela compra e comercialização de vinhos de outras regiões do país.

Reflectindo o peso da monocultura no Douro, Samodães acompanha algumas experiências pioneiras sobre alternativas à exclusividade da cultura da vinha. De facto, através do Decreto-Lei de 12 de Março de 1884, António Augusto de Aguiar autoriza o cultivo no Douro, a título experimental, de 1 000 hectares de terra com tabaco, situados obrigatoriamente em concelhos predefinidos. No mesmo ano foi também nomeada uma Comissão Geral da Cultura do Tabaco no Douro, situada no Porto e presidida pelo conde de Samodães³², logo secundado pelo barão de Lages, também este grande defensor da cultura do tabaco no Douro³³. No início dos anos de 1890, os técnicos da Direcção-Geral de Agricultura avaliavam que 700 000 a 800 000 Kg de tabaco, ao preço de 400 réis, representavam cerca de 10 000 pipas de vinho. Em 1889 eram já 1 465 os lavradores que requereram ao Ministério da tutela autorização para plantar tabaco. E se não havia a estulta pretensão de salvar o Douro com este expediente, que só pela viticultura se poderia levantar, certo é que “o tabaco [poderia constituir] uma importante cultura auxiliar como [sucedida] em diversos paizes da Europa [...]”³⁴. Mas neste capítulo das alternativas para a viabilização económica da região, Samodães é referenciado como grande comerciante de seda no Porto, com produção própria em Lamego e Armamar, tendo inclusive desenvolvido aprofundados estudos técnicos sobre aquela actividade, como se comprova pelo estudo *Noções elementares sobre a cultura das amoreiras e*

³¹ SAMODÃES, Conde de, 1889 – *A questão da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal. Conflitcto entre o Governo e a companhia: exposição dos accionistas*. Porto: Typ. De A. J. da Silva Teixeira.

³² SAMODÃES, Conde de, [Relator], 1885 – *Comissão Geral da Cultura do Tabaco no Douro: Relatório sobre a cultura de tabaco no Douro, durante o anno de 1884-1885 – Nº1*. Lisboa: Imprensa Nacional.

³³ “Esta cultura [...] está dando proveitos conhecidos aos agricultores d’aquella parte do paiz. Aquelles povos, apaixonados pela cultura exclusiva da vinha vão reconhecendo os graves inconvenientes de se dedicarem a uma cultura exclusiva [...]”. Porto, 30 de Abril de 1889. Barão de Lages”. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1889 – *Boletim da Direcção Geral de Agricultura – Nº 4*. Lisboa: Imprensa Nacional, 96.

³⁴ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1889 – *Boletim da Direcção-Geral de Agricultura – Nº .* Lisboa: Imprensa Nacional, 9.

a criação dos bichos da seda³⁵, dado ao prelo num momento em que o “surto da sericultura foi encarado como uma concretização exemplar do modelo económico da Regeneração”³⁶.

Concluindo, a implementação de uma economia de mercado pelo liberalismo oitocentista português, sujeita em boa medida ao mercado externo, trouxe consigo o desenvolvimento de “sectores especializados da agricultura”, intimamente dependentes das inevitáveis “flutuações da procura” e dos preços. Deste modo, os efeitos “cumulativos” das várias crises agrícolas, conduzem a políticas proteccionistas. O Douro não fugiu deste destino. Demais, é de salientar a acção em prol da região levada a cabo por figuras como o conde de Samodães que, na viragem do século XIX para o século XX, muito contribuíram para este momento-chave de mudança e de reestruturação da região duriense, qual eterno e penitente recomeço de *Sísifo*. Mau grado, seria necessário aguardar pela década de 1920 para se registar a tão almejada recuperação da dinâmica de exportação de vinhos e, assim, se encerrar “este ciclo de dificuldades da região do Douro”³⁷.

³⁵ SAMODÃES, Conde de, 1865 – *Noções elementares sobre a cultura das amoreiras e a criação dos bichos da seda, para servir de guia aos sericultores*. Porto: Typ. do Jornal do Porto.

³⁶ PEREIRA, 1883: 119.

³⁷ PEREIRA, 2006: 161.



Reflexos do liberalismo no Mosteiro de Salzedas

C é l i a M a r i a T a b o r d a d a S i l v a *

Introdução

O liberalismo instaurou-se em Portugal com o vintismo, de uma forma pacífica, pois veio responder ao desejo de mudança que se fazia sentir no país e ao descontentamento generalizado com as instituições políticas, económicas, sociais e religiosas do Antigo Regime. Por outro lado, veio satisfazer as ânsias de liberdade e fé na força regeneradora das Cortes e da Constituição¹. O pronunciamento e a revolução de 1820 foram «uma coalizão de descontentamentos, uma fusão de projectos de revolta» existentes em vários pontos de Portugal².

A adesão ao vintismo não foi, contudo, unânime em todo o país. Logo em 1820 começaram a circular boatos de conjuras e levantamentos contra a nova ordem, quer em Lisboa quer na província. Em 1821, membros da mais alta hierarquia religiosa, como o cardeal de Lisboa, manifestaram claramente o seu antiliberalismo, recusando-se a jurar as bases da Constituição. Com o regresso do Rei e da Corte a Lisboa, aumentaram as manifestações dos que discordavam da revolução, com actos de contestação e mesmo de insurreição, gerando instabilidade e banditismo³.

Para a Igreja, a nova ordem liberal representava uma ameaça, pois a secularização da sociedade significava a separação de poderes entre Igreja e Estado, por conseguinte, a perda de privilégios materiais e mesmo religiosos, o que levou muitos

* Doutoranda em História. Investigadora do GEHVID.

¹ DIAS, Graça e José Silva – *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2ªed., tomo II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, vol.I, p.671.

² Idem, ibidem, p.669.

³ Idem, ibidem,, p.701.

elementos da Igreja a colocarem-se contra o regime liberal e, após a vitória de D. Pedro IV e dos liberais, ao lado dos contra-revolucionários adeptos da monarquia absoluta, representada por D. Miguel.

Aproveitando o facto da vida social girar muito em torno da Igreja, principalmente nos meios rurais, muitos bispos e padres empenharam-se na luta contra o sistema liberal, utilizando o púlpito como meio de propaganda política. Por essa razão, aquando da vitória de 1834, em Évora Monte, foram vários os prelados que abandonaram os seus lugares e seguiram o caminho do exílio. Por exemplo, o Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, foi para Paris, mas não desistiu da sua luta, e de lá enviava com frequência documentos contra o liberalismo para a sua diocese, que eram difundidos entre os paroquianos pelo clero legitimista⁴, ou seja, aquele que continuava fiel ao absolutismo e a D. Miguel.

A posição da Cúria Romana, de rejeição dos governos liberais, também não facilitou o entendimento com a hierarquia religiosa portuguesa, e acabaria por levar ao corte de relações diplomáticas entre o governo do país e a Santa Sé⁵. Este facto, dividiu o clero português em ultramontano e liberal, uma vez que o Estado destituiu a hierarquia religiosa nomeada pelo Vaticano e nomeou novos bispos e prelados, e ainda facilitou mais as medidas radicais que os governos liberais tomaram em relação à Igreja, como a intensificação do regalismo⁶ e a expropriação dos bens das Ordens religiosas.

Não sabemos que posição tomou o mosteiro de Salzedas neste confronto entre liberais e antiliberais, mas sabemos que também sofreu o processo de desamortização.

O processo de Desamortização

Durante o processo de implantação do liberalismo, foram sendo tomadas medidas legislativas destinadas a adequar o aparelho eclesiástico à ordem política nascente, mas nunca sendo posto em causa o facto do Catolicismo ser a religião oficial da Nação⁷. Durante a revolução de 1820, as Cortes decidiram associar a hierarquia superior da Igreja aos seus projectos de reforma. O plano para a nova divisão das paróquias e para o estabelecimento das Côngruas foi acompanhado de um inquérito dirigido às autoridades diocesanas, às quais se pediam sugestões de reforma. As decisões mais importantes dos vintistas no domínio eclesiástico restringiram-se ao plano estritamente jurídico,

⁴ Para aprofundar as lutas do clero contra o sistema liberal veja-se: SILVA, Célia Maria Taborda da – *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo, 1834-1855*. Porto: Gehvid, 2007.

⁵ CRUZ, Manuel Braga – As relações entre a Igreja e o Estado Liberal – do “cisma” à Concordata (1832-1848). In *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, 2º vol.

⁶ Regalismo – filosofia que defendia as regalias do poder civil nas relações do Estado com a Igreja.

⁷ Esta cláusula está bem explícita na Constituição de 1822.



como a supressão do Tribunal do Santo Officio e a abolição das imunidades e privilégios judiciais do clero⁸, tendo o Estado procurado o apoio da Santa Sé para as suas reformas. A verdadeira machadada nos privilégios da Igreja só viria a ser dada já em plena guerra civil entre miguelistas e liberais, com a legislação de Mouzinho da Silveira.

Com efeito, o ministro das finanças de D. Pedro IV, ainda nos Açores, fez um plano de reformas financeiras, promulgando alguns decretos que abalariam as estruturas sócio-económicas de Antigo Regime, o que segundo Alexandre Herculano, era uma verdadeira revolução que acabaria com o passado do país e criaria o seu futuro⁹.

Uma das medidas mais importantes foi, sem dúvida, o decreto de 30 de Julho de 1832, que aboliu os dízimos eclesiásticos. Acabava, assim, o grande sustentáculo económico da Igreja, uma vez que esta imposição representava a décima parte dos rendimentos agrícolas¹⁰. Ao acabar com esta exacção «odiosa», Mouzinho visava tornar a agricultura mais competitiva, inserindo-a no capitalismo dos países mais avançados. É claro que estas medidas traduziam o pensamento do novo governo liberal quanto ao papel que o corpo eclesiástico representava dentro do Estado. Nos seus manuscritos¹¹, o Ministro deixou bem claro que atribuía ao clero um mero papel social e moral baseado na sua utilidade pública. Como tal, deveria estar subjogado ao Estado, como acontecia com outros funcionários. Aliás, considerava um perigo para a estabilidade constitucional a autonomia do clero, pelo que entendia ser indispensável «abater a independência do clero» e torná-lo dependente do Estado para que «conheça o governo que lhe paga e não seja o seu constante rival, como potência independente»¹². Enquanto isso não acontecesse, o despotismo poderia voltar.

Neste contexto, preconizou uma nova divisão eclesiástica do país, visando fixar o «número de Prelados, Cónegos e Párcos e mais pessoas eclesiásticas necessárias ao culto divino»¹³. Tentava, desta forma, racionalizar a estrutura clerical e colocar os padres não só ao serviço da Igreja como do Estado.

⁸ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Lisboa: Afrontamento, 2002, p.70.

⁹ HERCULANO, Alexandre – Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise. In *Opúsculos*, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Ed. Presença, s.d., vol.I, p.294.

¹⁰ Para avaliar a importância desta exacção sobre a terra e o que representava para os mosteiros, veja-se OLIVEIRA, Aurélio de – *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1979. Texto policopiado. Vol.II.

¹¹ SILVEIRA, Mouzinho – *Obras. Manuscritos e Impressos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols, 1989.

¹² Idem, vol. 2, p.1138.

¹³ Decreto de 30 de Julho de 1832. REBELLO, João M. Pacheco Teixeira – *Collecção Completa de Legislação Eclesiástico-Civil desde 1832 até ao presente*. Porto: Typographia Gutenberg, 1896, vol. I, p. 21.

Novas medidas legislativas de intervenção no poder espiritual se seguiram nos anos subsequentes, fundamentadas nas teorias regalistas que os liberais partilhavam. Pelo decreto de 29 de Julho de 1833, Silva Carvalho aboliu o privilégio de foro eclesiástico, uma vez que os cidadãos eram agora todos iguais perante a lei. Os sacerdotes, seculares e regulares, ficaram sujeitos à justiça comum. A excepção era feita para assuntos estritamente religiosos, em que funcionava o direito canónico¹⁴. Também criou, pelo decreto de 31 de Julho de 1833, uma Comissão de Reforma Geral Eclesiástica, formada por quatro sacerdotes e presidida pelo padre Marcos Vaz Preto¹⁵. Esta Comissão decretou que aqueles eclesiásticos que abandonassem os seus cargos para seguirem o «usurpador» seriam declarados «rebeldes e traidores», perderiam todos os seus direitos e arriscavam-se a ver os seus bens incorporados na Fazenda Nacional¹⁶. Desta forma, o Ministro das Finanças procurava evitar o abandono das paróquias e o ingresso do clero nas fileiras do exército miguelista. Pelo decreto de 5 de Agosto, ainda acabavam com o noviciado dos conventos e mosteiros. Assim, iam extinguindo lentamente o monaquismo e declaravam sem efeito as nomeações feitas por D. Miguel para cargos eclesiásticos¹⁷, mesmo estando confirmadas pela Santa Sé. A nomeação de bispos e párocos passou a ser feita exclusivamente pelo Governo. Para alargar os poderes da Comissão, Silva Carvalho substituiu-a pela Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento das Ordens Regulares. Continuou a ser presidida pelo padre Vaz Preto, mas composta por mais elementos. Deveria prosseguir com a tarefa de reformar o clero secular e regular¹⁸, numa tentativa de secularizar a sociedade.

Com todas estas reformas, Silva Carvalho deu um grande passo na desestruturação da Igreja de Antigo Regime, mas o golpe final foi dado com Joaquim António de Aguiar. Em 1834, pelo decreto de 30 de Maio, extinguiu todos os conventos, mosteiros, hospícios e todas as casas religiosas masculinas, bem como nacionalizou todos os seus bens¹⁹. Só os objectos sagrados ficaram de fora. Estes seriam entregues aos bispos para os distribuírem pelas igrejas mais pobres. Pelo mesmo diploma, o Governo comprometia-se a pagar pensões anuais para a sustentação dos frades e

¹⁴ Decreto de 29 de Julho de 1833. Idem, p.24-25.

¹⁵ Sobre o papel deste padre, ver LOUREIRO, Carlos Hydalgo de – *O Padre Marcos e o Liberalismo. Seu papel na reforma eclesiástica*. Sesimbra, 1939.

¹⁶ Decreto de 5 de Agosto de 1833. Idem, ob.cit., p.27-28.

¹⁷ Decreto de 5 de Agosto de 1833. Idem, ob.cit., p.29-30

¹⁸ Para mais elementos sobre a Junta, ver NETO, Vítor Manuel Parreira – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras de Coimbra em 1996. Texto policopiado, p.47-48.

¹⁹ Decreto de 30 de Maio de 1834.



monges, mas apenas para os que não tivessem servido no campo legitimista²⁰. É a fase de maior radicalismo do regime constitucional para a integração do aparelho religioso no sistema político. Sob o pretexto do envolvimento dos monges na luta antiliberal²¹ e evocando a legitimidade do cristianismo primitivo (onde não existiam estes corpos) e as «luzes do século», foram suprimidos, de uma só vez, 356 conventos masculinos e 12 femininos e integrados no erário público cerca de 15000 contos de réis, correspondendo a uma renda anual de 500 contos de réis²². Prevendo reacções desfavoráveis ao diploma, foi elaborado um longo relatório que tentava justificar as razões que levaram a tão radical medida, enfatizando os malefícios da existência das Ordens Regulares em todos os sectores da vida pública. Assim, os frades exploravam as populações mental e materialmente, aproveitando-se do seu fanatismo. Davam mau exemplo com a «sua desregrada conducta»; absorveram a autoridade dos párocos ao chamarem para si «a administração de quasi todos os sacramentos»; difundiram a superstição e a bruxaria, ao substituírem «as puras e sãs doutrinas do Evangelho por falsos milagres, aparições e revelações fabulosas»; pregaram contra a liberdade nos próprios púlpitos, tendo utilizado as riquezas dos conventos contra a liberdade e o governo legítimo²³. Mas, para além das razões aduzidas, havia outros fins estratégicos. Ao redistribuir a terra, surgiria uma nova classe de proprietários que iriam defender o sistema que lhes proporcionou o acesso à propriedade, e assim alargavam a sua base de apoio, e, mais importante, tentavam resolver, ou pelo menos atenuar, o problema da dívida pública²⁴. As consequências que daqui advieram foram polémicas, por se ter considerado que não se preveniram devidamente os efeitos daí decorrentes, ou seja, o destino das pessoas e dos bens.

Este decreto teve imensas consequências para a Igreja, directa e indirectamente. Primeiro, porque a muitos monges, privados da sua casa e dos seus bens, não restou senão a indignação. Segundo, a instituição, ao perder o seu peso económico, deixou de ter influência política, social e, mesmo espiritual. Já na época se discutia se os liberais teriam procedido da melhor forma.

²⁰ Decreto de 30 de maio de 1834. REBELLO, João M. Pacheco Teixeira – ob.cit., p.54-55.

²¹ Os liberais consideravam que os mosteiros tinham sido convertidos «em assembleias revolucionárias; os púlpitos em tribunais de calúnias facciosas sanguinolentas; e o confessorário em oráculos de fanatismo e de traição». REBELLO, João M. Pacheco Teixeira – ob.cit., p.51.

²² SILVA, António Martins – A desamortização. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol.V, p.341.

²³ SILVA, António Martins da – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na 1.ª metade do séc. XIX*. Tese de doutoramento com apresentação na Faculdade de Letras de Coimbra, 1989, p.12-13.

²⁴ Idem, ibidem, p.11-14.

E Salzedas? O convento de Salzedas teve um desfecho idêntico ao dos restantes mosteiros das Ordens Regulares, por conseguinte, também os cistercienses, em 1834, se viram privados dos mosteiros que há séculos estavam em seu poder.

O mosteiro de Santa Maria de Salzedas foi erigido algures no século XII²⁵, no reinado de D.Afonso Henriques e, segundo Fr. Baltasar dos Reis²⁶, foi o segundo mosteiro a ser construído na área.

Situado numa zona semi-erma, como ditavam os critérios de fundação de mosteiros da Ordem de Cister, era local ideal para os monges viverem em oração e recolhimento.

Salzedas nasceu graças a uma doação feita por D.Teresa Afonso, mulher de Egas Dinis, à comunidade de Cister. A partir daí os monges deveriam viver do seu próprio sustento. De acordo com as Regras da Ordem, os monges não poderiam aceitar dádivas de dinheiro, não poderiam ter servos para fazer os seus trabalhos, não administrariam paróquias, vestir-se-iam de burel rude e não comeriam carnes nem beberiam vinho²⁷.

Com o passar do tempo, houve um certo relaxamento dos princípios da Ordem, aliás comum às outras ordens do Ocidente, o que levou os monges de Salzedas a expandir-se territorialmente, em termos agrícolas e florestais, a admitirem leigos nos mosteiros e a estabelecerem ligações com o mundo secular, tornando-se um autêntico Senhorio. Embora bastante documentação do mosteiro, nomeadamente os livros de registos, tenha ardido, sabe-se que o mosteiro, à semelhança de outros da mesma Ordem tinha muitas propriedades, umas que administrava directamente, outras que arrendava, fazendo para isso contratos de aforamento. Assim, o que foram ganhando em bens materiais foram perdendo em crescimento espiritual, pois o espírito primitivo de Cister de isolamento, contemplação, simplicidade, liberdade de espírito, pobreza e trabalho ficava cada vez mais arredado de Salzedas²⁸, até pelo facto de se ter desenvolvido uma comunidade em volta do mosteiro.

²⁵ O primeiro documento conhecido que se refere ao mosteiro de Salzedas data de 1155. Neste ano, D.Afonso Henriques, em atenção a D.Teresa Afonso, fez Carta de privilégio ao mosteiro de Salzedas, na pessoa do seu abade D.João Nunes, de uma igreja e outras propriedades do mosteiro.

²⁶ Monge da Ordem que escreveu a história da mesma. REIS, Fr. Baltasar dos – Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas. Editado por VASCONCELOS, José Leite de. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

²⁷ DIAS, Geraldo J.A. Coelho – A marca de São Bernardo na espiritualidade e na cultura cistercienses. In *Tarouca e Cister*. Espaço, Espírito e Poder. Actas. Tarouca: Câmara Municipal, 2004, p. 206.

²⁸ TEIXEIRA, Victor Gomes – Síntese da espiritualidade cisterciense. In *Cister no Vale do Douro*. Porto: Afrontamento, 1999, p. 64.



Em 1834, como referimos, os monges de Salzedas tiveram que abandonar a sua Casa e embora não conheçamos documentação que comprove o seu destino, certamente não foi distinto do de outros. Aqueles que seguiram o partido do «usurpador» ficaram sem quaisquer direitos, os que se mantiveram neutros ou se revelaram a favor do liberalismo seriam agraciados com compensações de vária ordem, cargos, empregos, côngruas e subsídios²⁹, mas que não passaram muitas vezes do papel, chegando muitos ao total abandono e indignação. Por esta razão, Marques Gomes escreveu na sua obra *Luctas Caseiras*: «pelo mata-frades ficou sendo conhecido Aguiar. O apelido parece provir mais de ter deixado morrer à fome os egressos, o que bem podia ter evitado creando um fundo especial com parte dos bens dos conventos, do que haver extinto as ordens religiosas»³⁰. A degradante situação dos religiosos foi-se arrastando e, ainda em 1842, era motivo de intervenção dos deputados na Câmara dos Pares, chamando a atenção para este problema humano que ficara por resolver³¹.

Ataque e destruição do Mosteiro de Salzedas

Expulsos os monges dos conventos, estes ficaram ao abandono. Os governos liberais não conseguiram acautelar o património das Ordens contra o saque e pilhagens que se lhe seguiu, pelo menos assim aconteceu no Douro, em Salzedas e também no mosteiro de S. Pedro das Águias. Nesta fase de implantação do liberalismo os governos legislavam mas depois não tinham meios para respaldar as suas decisões. Os administrativos locais (Governador Civil e Administradores dos Concelhos) não dispunham de efectivos militares que protegessem as propriedades monásticas, agora devolutas, pois em Portugal não havia uma Guarda para auxiliar as autoridades civis a policiar as localidades e prevenir desordens públicas. Os Governadores apenas dispunham dos regedores para os auxiliarem. Em alturas de grande desordem os Governadores Civis tinham que requisitar força militar ao comandante da região, acontecendo, por vezes, que as forças não chegavam a tempo. Toda esta burocracia e falta de efectivos tornava complicado fazer aplicar a lei, pelo que as autoridades recorriam à ajuda das notabilidades locais para a manutenção da ordem.

Os ataques contra os bens de Salzedas foram violentos, tendo levado à destruição e incêndio do mosteiro e inseriram-se na contestação anti-senhorial que se vinha verificando desde as primeiras Cortes liberais.

²⁹ SILVA, António Martins da – ob.cit., p.49 e segs.

³⁰ GOMES, Marques – *Luctas Caseiras*. Lisboa: Imprensa da Universidade, 1894, p.8,9.

³¹ Diário da Câmara dos Deputados. Sessão de 6 de Agosto de 1842.

Sobre as várias tentativas de solução do problema, ver SILVA, António Martins – ob.cit., p. 69-86.

O mosteiro de Salzedas sofreu um ataque violento, de acordo com o Administrador de Concelho da Ucanha, no dia 20 de Março de 1836³², mas anteriormente, quando souberam da vitória liberal, no início de Janeiro de 1835, já havia sido alvo da fúria popular, tendo os camponeses invadido uma mata do mosteiro e depois o próprio edifício, pondo em fuga os monges que ainda aí restavam³³. No entanto, o ataque de maior amplitude ocorreu a 20 de Março, por volta das 3 horas da tarde, quando os povos das freguesias de Salzedas, Cimbres e Ucanha, juntos, em massa, foram ao extinto mosteiro de Salzedas e, com machados e picaretas, arrombaram as portas e levaram tudo quanto no mesmo havia e inutilizaram o que não puderam levar³⁴. O pároco da freguesia e o regedor, querendo acalmar tão grande desordem, acabaram por ter que se retirar para não serem vítimas do furor dos povos, os quais entre si se batiam para tirarem uns aos outros o que levavam. O Administrador do Concelho soube destes acontecimentos por volta das 11 da noite e, temendo ir para o local tão tardiamente, fê-lo na manhã seguinte, com alguma gente do povo, mas, nessa altura, já encontrou tudo destruído e até portas e janelas tinham levado. O Administrador mandou tapar com madeira alguns portões do mesmo convento e fechar as portas dos que ainda as conservavam, regressando depois a sua casa³⁵. Nessa mesma noite deitaram fogo a Salzedas. O Administrador da Ucanha, quando soube, pela manhã do dia 22, acorreu ao local com vários homens e ainda conseguiram conter o incêndio, tendo as chamas ficado pelos dois dormitórios superiores, que ficaram reduzidos a cinzas. Este relatório foi enviado pelo Administrador ao Governador Civil de Viseu, no dia 23 de Março³⁶, mas, nesse mesmo dia 23, lançaram novamente fogo ao convento, destruindo-o quase por completo³⁷.

A partir daqui, começaram a apurar responsabilidades e as autoridades locais acusavam-se umas às outras. O Juiz de Direito dizia só ter recebido um ofício do Governador de Viseu no dia 24, em que lhe comunicava o «projecto do incendio»³⁸, mas, como ele sabia que isso já tinha acontecido, foi no dia 25 com tropa para Salzedas para formar corpo de delito. No caminho, encontrou duas mulheres que fez prender como suspeitas, encontrando-lhes objectos roubados do convento. Enquanto mandava os escrivães com

³² A.N.T.T., A.S.E., *Ministério do Reino*. Maço 2107, nº576.

³³ FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto: Afrontamento, 2002, p.447.

³⁴ A.N.T.T., A.S.E., *Ministério do Reino*. Maço 2107, nº 576.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ A.N.T.T. A.S.E. *Ministério do Reino*. Maço 2107.

³⁸ Idem, *ibidem*. Maço 2107.



tropa aos povos vizinhos de Salzedas procurar objectos roubados e colher informações sobre os autores do crime, mandou avaliar os danos que, à primeira vista, eram de 200 mil cruzados, mas que, na verdade, eram incalculáveis. Das investigações que tinha realizado não tinha obtido nenhum indício da autoria dos atentados. Um eclesiástico com quem tinha falado disse-lhe para não fazer mais diligências, porque «ninguém diria quem forão os Auctores com medo da morte, por que estes estão ligados a mais de 300 pessoas». Os oficiais, entretanto, haviam prendido algumas pessoas às quais encontraram objectos roubados e conduziram-nas para Lamego, onde foram inquiridas. Aí depuseram que «Antonio de Sá e um Guedes Arrematantes da Quinta de Salzedas, tendo roubado os melhores trastes, publicarão que a Rainha mandara queimar todos os conventos, e convidarão os povos a ir tirar delles o que quizessem»³⁹. O Juiz referia que o processo estava no começo e, enquanto não prendessem aqueles pronunciados, não podiam prosseguir. Assegurava também que na zona havia muitos indivíduos que com o «veo de constitucionais tanto mal tem feito» e que os maiores criminosos eram os que mais «serviços fizeram no Porto», como os indiciados, que tinham sido Voluntários da Rainha. As testemunhas sabiam que os suspeitos iriam ser «despronunciados» pelos jurados e que a vida dos que prestaram testemunho corria perigo, o que era preciso remediar⁴⁰. O Juiz deixou explícito que houve falta de providências, neste caso por parte do Governador Civil de Viseu. Este, por sua vez, inquirido pelo Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, dizia que, quando recebeu do Administrador de Mondim a participação do projecto do incêndio, no dia 22, deu ordens para evitá-lo, só que não chegaram a tempo, e acusava o Administrador de Mondim, dizendo que, se ele fosse «mais activo e menos pusilanime, podia evita-lo requisitando logo força militar a Lamego». Assim se defendia o Governador Civil de Viseu, mas não nos parece que tenha sido muito convincente pois pelo menos podia ter evitado o segundo incêndio, o do dia 23⁴¹.

Quanto à autoria destes atentados, havia dois nomes pronunciados pelas testemunhas, mas, na realidade, foi muita gente que participou. Segundo o Administrador da Ucanha, o motivo que terá levado os povos a tais pilhagens foi o grande ódio que tinham aos frades da extinta ordem de S. Bernardo que ali residiram até a lei de Joaquim António de Aguiar, de 30 de Maio de 1834, ter extinto as ordens religiosas em Portugal. Depois que correu o boato que iam deitar fogo ao convento, eles acharam que era melhor apoderarem-se daqueles haveres do que deixar que fossem destruídos pelas chamas.

³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰ A.N.T.T., A.S.E, *Ministério do Reino*. Maço 2107.

⁴¹ Idem, *ibidem*.

Não restam dúvidas de que houve premeditação do acto por parte dos arre-matantes, cuja finalidade era a destruição dos registos de aforamento. A prová-lo está o facto de, no dia 18 para 19, o regedor ter sabido que tinham arrombado uma das portas do convento e, fazendo uma vistoria ao local, verificou que nos quatro ângulos do dito convento havia grandes montes de lenha misturados com palha que mostrava ser para deitarem fogo ao imóvel. Este agente da lei, chamando vários homens, limpou o local e mandou pregar a porta. Nos dias seguintes, corria um boato que iam lançar fogo ao mosteiro e outro de que já estava a arder. Ora, os autores terão considerado que era mais fácil levar a cabo os seus intentos se estivesse instalado o caos nas instalações de Salzedas. Por isso, o mais certo é terem sido eles que puseram a circular aqueles boatos.

Foi partindo desse princípio que os autores foram considerados culpados pelo Juiz de Lamego. Era plausível que a destruição de Salzedas lhes interessasse para apagar os registos dos contratos enfiteúticos e evitar que o Estado se apropriasse da cobrança das antigas rendas em proveito do Tesouro Público, o que lhes traria grandes vantagens económicas, que seriam acrescidas, se eles praticassem a sub-enfiteuse, pois, enquanto não se restabelecia a situação, eles continuavam a receber e a não pagar. Também lhes podia interessar fazer novos contratos enfiteúticos, com prestações foreiras menos elevadas. São meras suposições, porque não pudemos esclarecer mais nada, já que, na documentação deixaram de aparecer quaisquer referências a este caso. Terá sido silenciado; por outro lado, muitos documentos que restaram do mosteiro foram mais tarde destruídos num incêndio, em 1841.

Quanto à participação do povo, é bem possível que tenha sido movida pelo rancor que tinham àquele tipo de Senhorio. Não esqueçamos que durante séculos se viram obrigados a pagar o dízimo que, na prática, era para o campesinato uma pesada exacção, além de outros direitos que representavam um quarto da colheita, como constava da petição que da Ucanha foi enviada às Cortes vintistas, e, embora essa petição tenha sido apenas assinada por 187 indivíduos, de acordo com os signatários tinha sido lida perante grande número de populares⁴². O ódio do povo da Ucanha e vizinhanças aos monges de Salzedas, segundo Manuel Gonçalves da Costa, evidenciou-se quando souberam da aclamação de D. Maria II, em Janeiro de 1835, pois foram a uma das matas do convento, chamada Tamanqueira, e «arrombaram os muros da cerca, cortaram pinheiros e carvalhos para lenha e apearam o brasão que encimava a porta com as armas de Portugal e Cister»⁴³.

⁴² FERREIRA, Fátima Sá e Melo – ob.cit., p.447.

⁴³ COSTA, Manuel Gonçalves da – *Lutas liberais e miguelistas em Lamego*. Lamego: Gráfica, 1975, p. 152.



Em relação à acção das autoridades, o Governador Civil de Viseu não foi muito previdente, mas isso aconteceu, provavelmente, porque não tinha recebido instruções governamentais a respeito. Por sua vez, o Governo reagia às situações, não as havido previsto. Depois daqueles incidentes, pois S. Pedro das Águias já havia sido incendiado em Fevereiro e, também no dia 22, foi roubada parte da mobília do convento de Santa Cruz de Lamego, é que o Governador propôs à aprovação do Ministério do Reino uma série de medidas de precaução. Em primeiro lugar, mandaria officios aos Administradores para que fizessem visitar com frequência o interior dos conventos e rondar o seu exterior. Segundo, convidaria famílias para os habitarem, conservarem e guardarem, em troca da residência gratuita. Terceiro, mandaria que os Administradores tomassem as medidas legais que julgassem convenientes sobre aquele assunto dentro dos limites de suas atribuições, propondo as que as excedessem⁴⁴.

Estes atentados evidenciam, por um lado, uma vingança contra os opressores de muitos séculos que para aquelas povoações foram os monges de Cister⁴⁵; por outro, que foram revoltas camponesas claramente emolduradas pelas burguesias rurais que estiveram afastadas do regime senhorial. Eram elas, principalmente, quem tinha a ganhar com a destruição de registos senhoriais e talvez almejassem a própria compra dos bens desamortizados por um menor preço. No entanto, se era esse o intento dessa classe social, ele acabaria gorado. Com efeito, um dos argumentos estatais para a desamortização, a redistribuição da terra, acabou por não se verificar, pois a maior parte dos bens pertencentes às ordens religiosas, na venda em hasta pública realizada entre 1834 e 1843, foi parar às mãos de uma nova elite, a classe política instalada no poder ou perto dele, e aos “barões” de que fala Garrett, os novos nobres endinheirados e não hostis ao regime⁴⁶. Assim aconteceu a alguns dos bens do mosteiro de Salzedas, como, por exemplo, a quinta da Folgosa que, em 1854, pertencia ao filho do Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

O liberalismo terminou com o predomínio das ordens monásticas ao tentar “nacionalizar” a Igreja, e também terminou com o Mosteiro de Salzedas, como estrutura económica e religiosa. A igreja do convento passou a paroquial e este ficou ao abandono, como ainda hoje continua, à espera que esse mesmo Estado não

⁴⁴ Idem, *ibidem*. Maço 2131, n°206.

⁴⁵ Soboul refere que, em França, durante os levantamentos agrários da primavera de 1789, houve grande destruição de arquivos senhoriais e que a recordação da exploração feudal ainda estava bem patente na consciência colectiva das massas rurais francesas durante o século XIX. SOBOUL, Albert – *Problèmes paysans de la révolution, 1789-1848*. Paris: Maspero, 1983, p.136 e 161.

⁴⁶ SILVA, António Martins – *ob.cit.*, p. 507.

deixe perecer uma parte da história do próprio imóvel que, no fundo, diz respeito a todos nós, pois insere-se na história do nosso país.

Fontes e bibliografia

A.N.T.T. A.S.E. Ministério do Reino. Maço 2107, n.º 576.

A.N.T.T. A.S.E. Ministério do Reino. Maço 2107.

Diário da Câmara dos Deputados. Sessão de 6 de Agosto de 1842.

COSTA, Manuel Gonçalves da – *Lutas liberais e miguelistas em Lamego*. Lamego: Gráfica, 1975.

CRUZ, Manuel Braga – As relações entre a Igreja e o Estado Liberal – do “cisma” à Concordata (1832-1848). In *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa, 2.º vol.

DIAS, Geraldo J.A. Coelho – A marca de São Bernardo na espiritualidade e na Cultura cistercienses. In *Tarouca e Cister. Espaço, Espírito e Poder*. Actas. Tarouca: Câmara Municipal, 2004.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto: Afrontamento, 2002.

GOMES, Marques – *Luctas Caseiras*. Lisboa: Imprensa da Universidade, 1984.

HERCULANO, Alexandre – Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise. In *Opúsculos*, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Ed. Presença, s.d., vol. I.

LOUREIRO, Carlos Hydalgo de – *O Padre Marcos e o Liberalismo. Seu papel na reforma eclesiástica*. Sesimbra, 1939.

NETO, Vítor Manuel Parreira – O Estado, a Igreja ea Sociedade, 1832-1911. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras de Coimbra em 1996. Texto policopiado.

OLIVEIRA, Aurélio de – *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1979. Texto policopiado. Vol. II.

REIS, Fr. Baltasar dos – Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas. Editado por José Leite de Vasconcelos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

REBELLO, João M. Pacheco Teixeira – *Collecção Completa de Legislação Ecclesiástico-Civil desde 1832 até ao presente*. Porto: Typographia Gutenberg, 1896, vol. I.

SILVA, António Martins – A desamortização. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. V.

SILVA, António Martins – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Coimbra, 1989. Tese de Doutoramento policopiada.

SILVA, Célia Maria Taborda da – *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo, 1834-1855*. Porto: GEHVID. 2007.

SILVEIRA, MOUZINHO – *Obras. Manuscritos e Impressos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols, 1989.

SOBOUL, Albert – *Problèmes paysans de la révolution, 1789-1848*. Paris: Maspero, 1983.

TEIXEIRA, Victor Gomes – Síntese da espiritualidade cisterciense. In *Cister no Vale do Douro*. Porto: Afrontamento, 1999.



D u l c e M a r i a M a g a l h \u00e3 e s ²

Introdu\u00e7\u00e3o

A investiga\u00e7\u00e3o que se realizou insere-se no quadro das *pr\u00e1ticas sociais* analisadas numa perspectiva sociol\u00f3gica. Fazendo o consumo, em sentido lato, parte dessas *pr\u00e1ticas*, importou circunscrev\u00ea-lo a um determinado bem, restringindo, dessa forma, o seu vasto campo de observa\u00e7\u00e3o. Elegeu-se para o efeito, o vinho. Daqui resulta que, o consumo do vinho em contexto social \u00e9 o objecto espec\u00edfico deste estudo. Contudo, dada a sua vastid\u00e3o qualitativa, foi necess\u00e1rio precisar tamb\u00e9m o tipo de vinho enquanto objecto de estudo. Assim, dirigimos o nosso campo de observa\u00e7\u00e3o ao vinho corrente e ao vinho do Porto, deixando de lado outras modalidades.

Estudos anteriores demonstraram j\u00e1 uma forte presen\u00e7a do social no campo alimentar, quer atrav\u00e9s da ritualiza\u00e7\u00e3o quer atrav\u00e9s da dimens\u00e3o simb\u00f3lica, no seu aspecto mais abrangente, ultrapassando em muito a mera necessidade fisiol\u00f3gica³; isto leva a ter em considera\u00e7\u00e3o, a constru\u00e7\u00e3o de uma determinada matriz alimentar. Em consequ\u00eancia, a presen\u00e7a ou aus\u00eancia do vinho corrente e do vinho do Porto,

¹ Este artigo, embora com algumas adapta\u00e7\u00f5es, integra-se num dos cap\u00edtulos da disserta\u00e7\u00e3o de Doutoramento orientada pelo Professor Doutor Ant\u00f3nio Teixeira Fernandes, intitulada *Dimens\u00e3o Simb\u00f3lica de uma Pr\u00e1tica Social: Consumo do Vinho em Quotidianos Portugueses*, apresentada e defendida pela autora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Novembro de 2005.

² Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Instituto de Sociologia da mesma institui\u00e7\u00e3o. Contacto: dulcem@letras.up.pt

³ Cf., por exemplo, Pierre Bourdieu, *La Distinction - Critique Sociale du Jugement*, Paris, \u00c9ditions de Minuit, 1979 ; C. et CH. Grignon, «Styles d'alimentation et go\u00fats populaires», in *Revue Fran\u00e7aise de Sociologie*, XXI, 1980, pp. 531-569, C. et CH. Grignon, «Pratiques alimentaires et classes sociales», in *Enciclopedia Universalis*, 1983, pp: 376-381.

integrados na refeição e/ou exteriores a ela, fará parte integrante do estilo alimentar que procede, frequentemente, mas não exclusivamente, da infância.

A aceleração dos processos de mudança social que caracteriza hoje a sociedade portuguesa repercute-se nas opções individuais. Consequentemente, o estilo alimentar não fica imune a influências exteriores ao círculo familiar que o viu nascer. Assim, a quase linearidade que se vivia há algumas décadas atrás, deixou de fazer sentido, dando lugar a matrizes alimentares multicolores, perceptíveis pela coexistência de indivíduos, cujos diferentes lugares de classe de família/pertença derivam da mesma origem, do mesmo lugar de classe de origem. Referimo-nos aos fluxos de mobilidade, nomeadamente ascendentes que têm pautado a estrutura social portuguesa, com início (mal delineado) nos anos 60, mas com maior incidência e com outra visibilidade a partir de meados dos anos 70 a esta parte. O que surge daqui é a possível, e cada vez mais significativa, ocorrência de descoincidências entre uma matriz alimentar de origem e uma matriz alimentar de pertença, fruto de contactos, de referências tomadas como padrão, enfim, do efeito de ressocialização que a diferença faculta e, não raro, incita. A ascensão social ou a sua aspiração, o aumento significativo do nível de escolaridade, a melhoria do nível de vida em geral, contribuem fortemente para um novo e assumido tipo de vivência alimentar. No entanto, mesmo perante uma situação de inequívoca ascensão, nem todos os gostos e hábitos cedem, forçosamente, lugar a outros, novos, gostos e hábitos. Não raro, e num primeiro momento, que pode ser mais ou menos dilatado no tempo, assiste-se a uma coexistência de diferentes gostos e hábitos, mais ou menos assumidos, consoante a especificidade das situações. É assim que o vinho do Porto, por exemplo, ou o vinho corrente, mesmo não tendo visto o seu gosto construído na infância, assistem, eventualmente, à recriação numa matriz, sendo mesmo passível a criação de automatismos que o(s) assimila(m) e integra(m), em palco(s) social(ais) determinado(s). Ou, pelo contrário, é visível a manutenção de um hábito que exterioriza automaticamente, por exemplo, a passagem, por um determinado tipo de estabelecimento para *um copo*, acompanhando ou não uma sandes de *bucho* ou uma *patanisca* de bacalhau. Se no primeiro caso é patente a incorporação de um novo hábito tido como, senão distinto, pelo menos diferente, no segundo, estaremos perante o seu oposto, isto é, perante a manutenção de um hábito integrado precocemente na matriz de origem, pesem embora eventuais actualizações dessa mesma matriz.

Como terreno de pesquisa empírica, foram eleitos os Centros Históricos do Porto e de Vila Nova de Gaia de onde foram seleccionados os estabelecimentos alvo para um estudo mais aprofundado. A estes, acresce ainda um outro, exterior a esta delimitação geográfica; referimo-nos ao Solar do Vinho do Porto. Dadas as suas características, não poderíamos deixar de incluir esse estabelecimento no



nosso estudo. Todos eles foram, então, submetidos à aplicação quer de métodos intensivos quer de métodos extensivos, com o intuito de configurar uma variabilidade significativa de cenários alicerçados em contextos e situações reais retiradas do quotidiano e atravessadas por interações simbólicas entre agentes socialmente diferenciados uns dos outros. Contudo, apenas daremos conta, neste texto, das práticas de consumo vínico e inerente construção do gosto nos estabelecimentos elegidos para o efeito: Valente, Túnel, Casa Jaime, Soraya e Solar⁴.

1. Práticas de consumos e construção de gostos

No momento em que foi aplicado o inquérito, atentámos aos consumos dos inquiridos, com o intuito de perceber se estávamos perante um hábito sedimentado ao nível dos consumos nos respectivos espaços, ou, se pelo contrário, a este não correspondia nenhum padrão. Da análise efectuada constatou-se que, no momento do inquérito, predomina o consumo de vinho corrente nas casas Valente e Jaime (43,1% e 42,9% dos inquiridos, respectivamente), embora na primeira se registre uma percentagem muito elevada de consumidores de cerveja – 40% dos inquiridos. No Túnel, os inquiridos consomem maioritariamente cerveja – 45,2% –, mas há um número considerável de inquiridos que preferem o vinho corrente – 27,4%. Na Soraya e no Solar do Vinho do Porto, é maioritário o número daqueles que consomem vinho do Porto – 59,5% dos inquiridos da Soraya consumiam esta bebida no momento do inquérito, valor que sobe para 93,3% no caso do Solar. O vinho do Porto é também a segunda bebida mais consumida no Jaime – quase 30% dos inquiridos declararam estar a beber vinho do Porto – Quadro 1.

Esta estrutura de consumo remete-nos para três ideias fundamentais: por um lado, constata-se que o consumo de vinho corrente é ainda muito significativo, não sendo, contudo, “hegemónico”; por outro lado, é inevitável darmos conta da importância da “especialização” dos espaços de consumo e das funções desempenhadas pelos diversos estabelecimentos. Tendo em linha de conta que a espaços diferentes correspondem funções diferenciadas, acresce agora que a funções diferenciadas correspondem consumos diferenciados; por outro lado ainda, e tendo como referente o nosso universo, estamos perante uma clivagem entre as casas situadas no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia – Jaime e cafetaria Soraya – e as casas situadas no Centro Histórico do Porto – Valente e Túnel: enquanto nestas o peso do vinho do Porto é insignificante ou residual – referimo-nos ao consumo efectuado apenas

⁴ Os nomes completos dos estabelecimentos são, respectivamente: A Nova Adega de A. Valente, A Taberna do Túnel da Ribeira, Casa Jaime, Cafetaria Soraya e Solar do Vinho do Porto.

no momento da aplicação do inquérito - naquelas é muito significativo ou mesmo maioritário, o que poderá remeter para a importância da história e dos contextos locais na compreensão das práticas sociais e dos consumos quotidianos.

Quadro 1. Bebida consumida no momento da aplicação do inquérito por estabelecimento

Consumo de bebidas no momento	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho corrente	23,9%	43,1%	27,4%	42,9%	3,6%	
Vinho do Porto	36,3%		7,1%	29,8%	59,5%	93,3%
Cerveja	23,3%	40,0%	45,2%	20,2%	8,3%	
Bagaço/água ardente	1,6%	3,1%	3,6%		1,2%	
Outras bebidas brancas	2,7%	1,5%	8,3%		2,4%	
Bebidas destiladas	,8%		2,4%		1,2%	
Café	14,6%	15,4%	19,0%	4,8%	19,0%	15,0%
Leite/galão	2,4%	1,5%			9,5%	
Refrigerante/sumo/água	2,4%		2,4%	6,0%		3,3%
Outro	1,1%			3,6%		1,7%
Nada						

Fonte: CRSV, 2001.

A importância do consumo de café – entre 15% e 20% dos inquiridos nas diversas casas (com excepção da casa Jaime) declararam estar a beber café no momento do inquérito) – reflecte uma diferente lógica de utilização do espaço, por parte dos inquiridos que responderam deste modo, dotada de um carácter mais transitório, “de passagem”, mais próxima dos modos de utilização e consumo praticados nos cafés. Mais do que relacionados com o período horário em que estes inquiridos foram submetidos a inquérito, estes valores relativos não são alheios a um processo de aproximação das tradicionais tabernas à estrutura dos cafés que, perante uma lógica modernizada, têm vindo, paulatinamente, a substituir aquelas⁵.

As restantes bebidas assumem um peso residual na estrutura de consumos dos utilizadores destes espaços.

O consumo praticado no momento do inquérito é geralmente o consumo habitual dos inquiridos. Os inquiridos que responderam não ser aquele o seu consumo habitual no estabelecimento, declararam consumir geralmente a outra das bebidas mais consumidas na casa, recaindo um bom número de respostas no vinho corrente, do Porto ou mesmo na cerveja⁶.

⁵ Neste contexto torna-se interessante o estudo apresentado por Virgílio Borges Pereira em “Café com quê?! – Uma análise sobre práticas semi-públicas de sociabilidade em espaços/tempos «intermediários» da Baixa portuense”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5, 1995.

⁶ Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., Quadros nºs 8.58 e 8.59, p. 592.

No plano positivo, à direita, associam-se o Valente, o Túnel e o Jaime, este com menor capacidade diferenciadora. Neste plano predominam os lugares de classe individuais mais descapitalizadas, isto é, executantes e isolados, grupos etários mais velhos e clientes que não consomem vinho do Porto no momento da aplicação do inquérito.

A dimensão 2, fortemente diferenciada pelo consumo de cerveja no momento, associa, no plano inferior, a este tipo de consumo, o Túnel e indivíduos mais jovens. No plano superior, encontra-se a Soraya, associada aos inquiridos que não consomem cerveja no momento e integrados em grupos etários mais velhos.

O vinho (corrente ou do Porto) é o “soberano” dos consumos nestes estabelecimentos. A cerveja, porém, parece conquistar um espaço cada vez maior na estrutura de consumos. Devemos ter, todavia, em atenção, as características e funções de cada espaço, pois é o contexto em que se insere e a sua “especialização” que tende a condicionar os consumos⁷. Veja-se, a propósito, que nas casas voltadas para o vinho do Porto, esta bebida é a mais consumida; é o que sucede tanto no Solar do Vinho do Porto como nas casas da ribeira de Gaia.

O crescimento da importância alimentar e social da cerveja traz consigo mudanças que afectam os consumos nestes espaços e que poderão até contribuir para reconfigurar profundamente a sua oferta. Poderemos estar a assistir à transformação de alguns destes estabelecimentos em espaços tipo “café”, tendência que estará, possivelmente, associada às próprias necessidades de atrair clientelas socialmente diferenciadas das clientelas mais tradicionais e de competir com a oferta predominante – a dos cafés. Desde já se vai consolidando a ideia de que os consumos diferenciados estarão também associados a clivagens sociais transportadas para o interior do espaço⁸.

Já o consumo de comida apresenta-se com menor significado do que o consumo de bebidas. Estamos perante espaços onde os frequentadores se dirigem essencialmente para *beber*; o consumo de bebidas (vinho corrente, vinho do Porto, cerveja) centraliza motivos de presença, aparecendo a comida como complemento do acto de beber. Apenas na casa Jaime há uma maioria de inquiridos que declararam estar a consumir

⁷ Atente-se, por exemplo, na pertinente tipologia, que a propósito das tabernas, Pedro de Andrade apresenta em “O beber e a tasca: práticas tabernais em corpo vínico”, in *Povos e culturas*, nº 3, 1988, pp. 223-263, e que nós sintetizámos em Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., Anexo 3.1., p. 786.

⁸ Forçoso se torna aliár esta homologia tendencial entre diferenças à noção de topologia social que a propósito dos espaços, simbólicos que sejam, Pierre Bourdieu equaciona. Sobre o desenvolvimento que demos a esta temática ver “O simbólico inscrito no espaço social: da aprendizagem social às práticas – lugares de classe e (dis)posições classistas”, *Idem, ibidem*, pp. 26-36.

comida no momento do inquérito: 46,4% consumiam pataniscas, iscas e bolinhos de bacalhau e quase 15% comiam petiscos, salgados e aperitivos (37% não consumiam nada), registando-se, também, na casa Valente um número razoável dos que consomem comida - aqui o destaque incide no peso das sandes, que na maioria das vezes são de bucho, a especialidade da casa. Nas restantes casas, é maioritário o número de inquiridos que não se encontrava a comer qualquer tipo de comida, limitando-se a beber: 72,3% no Valente, 84,5% no Túnel, 51,2% na Soraya e 70% no Solar, sendo esta a tónica quotidiana generalizada naqueles espaços. Nestas duas últimas casas, ganha algum relevo o consumo de aperitivos e bolachas salgadas (18% e 21,7% dos inquiridos, respectivamente), perfeitamente adequado ao acompanhamento de vinho do Porto, aí maioritário⁹. Para a maioria dos que declararam estar a comer no momento do inquérito, aquele é o seu consumo habitual de comida quando visitam o estabelecimento¹⁰.

Na abordagem aos consumos, apresenta-se com alguma pertinência a questão das despesas efectuadas com os mesmos. Como ficou patente neste estudo, existe uma clivagem social entre os perfis gerais dos frequentadores das quatro primeiras casas (destacando-se de entre estas o Valente) e a última, o Solar¹¹. Assim, é esperado, mediante o nosso universo, senão outra clivagem, pelo menos alguma diferenciação no âmbito dos valores dispendidos pelos frequentadores em cada um dos estabelecimentos, aquando de cada visita.

Quadro 2. Valor dispendido em média por estabelecimento

Valor dispendido em média (em €)	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Menos de 1	9,3%	6,2%	6,0%	8,3%	22,6%	
1 – 2.5	36,1%	58,5%	65,5%	23,8%	25,0%	3,3%
2.5 – 5	23,6%	23,1%	26,2%	17,9%	13,1%	43,3%
5 – 10	13,8%	7,7%	2,4%	20,2%	9,5%	33,3%
10 – 15	1,6%			2,4%		6,7%
15 – 20	,3%			1,2%		
20 – 25	,8%			2,4%		1,7%
Não existe regularidade	13,5%	3,1%		22,6%	29,8%	8,3%
Não sabe	1,1%	1,5%		1,2%		3,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

⁹ Cf. *Idem, ibidem*, Quadro 8.60 p. 595.

¹⁰ Cf. *Idem, ibidem*, Quadro 8.61 p.596.

¹¹ Cf. *Idem, ibidem*, Cap. 7.3, onde são trabalhadas variáveis inseridas na dimensão socioeconómica.

Ora, como esperávamos, os valores despendidos nos diversos estabelecimentos não são, em média, muito elevados. A classe modal de despesa situa-se, para as casas Valente, Túnel, Jaime e Soraya, entre 1€ e 2,5€. A esmagadora maioria dos inquiridos destas quatro casas gasta até 5€ por visita ao estabelecimento (87,8% dos inquiridos no Valente, 97,7% no Túnel, 50% no Jaime, 60,7% na Soraya. Os valores despendidos chegam a um patamar mais elevado no Jaime, facto que não será alheio ao consumo significativo de comida que se regista nesse espaço e que faz, naturalmente, subir o valor médio das despesas efectuadas. As despesas pouco elevadas contribuem para sublinhar o carácter popular dos estabelecimentos, vocacionados para uma clientela local dotada de fraco capital económico, podendo também significar tempos de permanência curtos, no espaço, ou tempos de permanência longos mas com consumos limitados.

No Solar do Vinho do Porto, e dadas as características do próprio espaço, as despesas médias são mais elevadas. A classe modal de despesa situa-se entre os 2,5€ e 5€ – 43,3% dos inquiridos –, sendo que um terço dos frequentadores contactados declara mesmo gastar em média entre 5€ e 10€. Estamos perante um perfil social de consumidor distinto do das outras casas.

Como se pode verificar, os valores médios despendidos em cada casa são pouco elevados, o que reflecte um tipo de consumo que não implica muito investimento, que se orienta para uma clientela que visita quotidianamente o espaço e que não possui necessariamente um poder de compra muito elevado. O facto de a despesa média ser superior no caso do Solar do Vinho do Porto remete para a existência de consumidores com perfis sociais diferentes e situados em meios sociais melhor dotados de capital escolar e capital económico e, porventura, com volumes globais de capital também maiores, mas também, que pautam as suas visitas a este estabelecimento por uma menor regularidade. Veja-se que, na esteira de Bourdieu, os diferentes tipos de capitais, tornados propriedades actuantes e, por conseguinte, capitalizados em poderes, contribuem fortemente para a diferença inscrita no próprio espaço social, do qual derivam práticas sociais encetadas pelos agentes, também diferenciadas¹².

2. Construção do gosto vínico e socialização com o acto de beber

Com excepção dos inquiridos do Solar do Vinho do Porto, a esmagadora maioria dos inquiridos dos restantes estabelecimentos em análise declara gostar de vinho

¹² Cf., entre outras obras do autor, Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, principalmente pp. 134 e 135.



corrente: 89,2% dos inquiridos no Valente, 96,4% no Túnel, 89,3% no Jaime, 91,7% na Soraya. Estes valores reflectem, por conseguinte, uma clara correspondência entre gostos e práticas sociais, entre gostos e consumos. No Solar, esse número, sendo ainda maioritário, desce, no entanto, para 55%, o que pode ajudar a definir o perfil dos consumidores deste espaço - mais jovens e fundamentalmente menos familiarizados/socializados com/para o consumo de vinho corrente¹³.

No que toca ao gosto pelo vinho do Porto, ele é generalizado aos frequentadores de todas as casas, facto a que certamente não é alheia a própria composição do vinho - um vinho doce, agradável - e os usos sociais de que habitualmente é alvo - ocasiões "especiais" aliadas à prática comemorativa nas quais se bebe um *cálice de Porto* - Quadro 3.

Quadro 3. Gosto por vinho do Porto

Gosto por vinho do Porto						
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Não	4,8%	6,2%	10,7%	4,8%	1,2%	
Sim	95,2%	93,8%	89,3%	95,2%	98,8%	100,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

O gosto pelo vinho corrente está associado a uma familiarização precoce com esta bebida, fruto de socialização primária, ocorrida geralmente antes dos 25 anos e, em muitos casos, ainda na infância e na adolescência - Quadro 4. O peso não só da influência familiar mas também dos contextos locais de sociabilidade terão certamente uma importância fundamental na construção deste gosto e na socialização com a bebida, como bem demonstram os seguintes extractos de entrevistas:

"Ora bem, são pessoas pelos 40, 50, 60 que foram criadas só com vinho, a fazer a sua alimentação à base do vinho... está a acabar e a pessoa, a população mais jovem já está mais virada para a cerveja e refrigerantes. Depois temos o problema da lei do álcool em relação à condução que veio também afectar um bocadinho, quer dizer, dá impressão, cortou um bocadinho o hábito do álcool".
(Frequentador-consumidor 10)

"Primeiro vim eu. Eu conhecia aqui o senhor Jaime quando tinha 18 anos eu estive aqui a ajeitar uns carros para um pintor meu amigo que era daqui

¹³ Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., Quadro 8.65, p. 606.

da Afurada. Comecei a passar aqui de carro, comecei a beber aqui uns copitos depois começamos todos a vir para aqui, isto já é muito antigo". (Frequentador-consumidor 5)

Apenas no Solar do Vinho do Porto o gosto pelo vinho corrente surge mais tardiamente: a maioria dos inquiridos (60,6%) afirmam ter começado a gostar de vinho apenas entre os 18 e os 25 anos. Atente-se, no entanto, no pormenor de que até aos 17 anos, mais de metade dos inquiridos dos primeiros quatro estabelecimentos iniciou a construção do gosto pelo vinho corrente. Nestas casas, refira-se o número assinalável de inquiridos que declararam ter começado a gostar de vinho com menos de 10 anos de idade – Quadro 4.

Quadro 4. Iniciação ao gosto por vinho corrente

Altura da vida em que começou a gostar de vinho corrente	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Até 10 anos	10,2%	12,1%	6,2%	17,3%	10,4%	
Entre 10 e 17 anos	39,2%	39,7%	44,4%	36,0%	41,6%	27,3%
Entre 18 e 25 anos	42,0%	43,1%	45,7%	32,0%	39,0%	60,6%
Entre 26 e 60 anos	3,4%	1,7%	1,2%	5,3%	3,9%	6,1%
Gosta mas não bebe						
Não se lembra	3,1%	1,7%	1,2%	8,0%	2,6%	
Não responde	2,2%	1,7%	1,2%	1,3%	2,6%	6,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

Quadro 5. Iniciação ao consumo de vinho corrente

Altura da vida em que começou a beber de vinho corrente	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Até 10 anos	11,1%	12,1%	11,1%	17,3%	9,1%	
Entre 10 e 17 anos	40,1%	39,7%	42,0%	36,0%	44,2%	36,4%
Entre 18 e 25 anos	41,0%	44,8%	42,0%	32,0%	39,0%	57,6%
Entre 26 e 60 anos	3,7%	1,7%	2,5%	5,3%	3,9%	6,1%
Gosta mas não bebe	,6%			1,3%	1,3%	
Não se lembra	3,1%	1,7%	1,2%	8,0%	2,6%	
Não responde	,3%		1,2%			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

A construção do gosto pelo vinho corrente coincide com a altura de familiarização com a bebida, ou seja, estamos perante indivíduos que começaram a gostar de vinho muito novos, tendo-o consumido desde cedo, ainda na infância ou adolescência. Assim, merece destaque a importância da socialização primária e o seu trabalho de inculcação e consolidação de gostos e hábitos. As disposições para o consumo de vinho corrente foram, pois, interiorizadas precocemente por estes indivíduos e revelaram-se duráveis¹⁴, pois, como vimos, é esmagadora a percentagem de inquiridos que afirma gostar – hoje – de vinho corrente. Poucos são aqueles que revelam ter começado a gostar de vinho depois dos 26 anos, o que sublinha ainda mais a importância da socialização primária, e consequentemente do *habitus* do inquirido, nomeadamente, do seu *habitus de classe*¹⁵. Todavia, o efeito da socialização secundária é passível de aqui ser equacionado¹⁶. Veja-se o caso dos que começaram a gostar de vinho e a bebê-lo mais tardiamente, nomeadamente os que se enquadram no escalão etário dos 26 a 60 anos – Quadros 4 e 5.

O mesmo se deve afirmar no caso do vinho do Porto, ainda que aqui o contacto com a bebida seja um pouco menos precoce (para as casas Valente, Túnel, Jaime e Soraya) – Quadro 7 – apesar da construção do gosto anteceder aquele, nomeadamente nas casas Valente e Túnel – Quadro 6.

¹⁴ Várias são as obras onde Pierre Bourdieu aborda e desenvolve a problemática da socialização e da projecção do tipo de aprendizagem social interiorizado nas práticas e nas representações que suportam essas mesmas práticas sociais desenvolvidas pelos agentes. Vd, entre outras, Pierre Bourdieu, *Esboço de Uma Teoria da Prática Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta, 2002, pp. 167-168; Pierre Bourdieu, *La Distinction*, Paris, Mimit, 1979, p. 112. Vd também o desenvolvimento que, a propósito da aprendizagem social, demos ao assunto. Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., pp. 28-35.

¹⁵ Sobre a construção do gosto, bem como a emergência de diferentes tipos de gosto, equacionados por Pierre Bourdieu, na estruturação das práticas levadas a cabo pelos agentes, ver Pierre Bourdieu, *La Distinction*. Cit. Sobre o conceito e problematização do *habitus* ver, por exemplo, Pierre Bourdieu, *Esboço de Uma Teoria da Prática*, cit., p. 167. Sobre a génese, a recuperação e a utilização da palavra *habitus*, ver Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 60-64;

¹⁶ A este propósito vale a pena ter em linha de conta, também, o próprio processo de produção das configurações identitárias enquanto instância de socialização, explorada por José Madureira Pinto e explanada por nós. Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., Cap. 1.2.4., pp. 78- 83.

Quadro 6. Iniciação ao gosto por vinho do Porto

Altura da vida em que começou a gostar de vinho do Porto	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Até 10 anos	7,8%	13,1%	5,3%	11,3%	8,4%	
Entre 10 e 17 anos	41,5%	41,0%	53,3%	31,3%	34,9%	50,0%
Entre 18 e 25 anos	38,4%	39,3%	40,0%	35,0%	37,3%	41,7%
Entre 26 e 60 anos	7,2%	4,9%	1,3%	7,5%	14,5%	6,7%
Gosta mas não bebe						
Não se lembra	2,5%	1,6%		8,8%	1,2%	
Não responde	2,5%			6,3%	3,6%	1,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

Quadro 7. Iniciação ao consumo de vinho do Porto

Altura da vida em que começou a beber de vinho do Porto	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Até 10 anos	6,4%	8,2%	4,0%	10,0%	8,4%	
Entre 10 e 17 anos	36,2%	36,1%	44,0%	31,3%	33,7%	36,7%
Entre 18 e 25 anos	43,7%	47,5%	48,0%	36,3%	38,6%	51,7%
Entre 26 e 60 anos	8,6%	6,6%	4,0%	7,5%	14,5%	10,0%
Gosta mas não bebe	1,9%			6,3%	2,4%	
Não se lembra	2,5%	1,6%		8,8%	1,2%	
Não responde	,6%				1,2%	1,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

Nenhum inquirido do Solar do Vinho do Porto declarou ter começado a beber vinho (corrente ou do Porto) antes dos 10 anos de idade, o que, quanto a nós, é mais um indicador do perfil social dos frequentadores deste espaço, uma vez que, à partida, a familiarização com o vinho tenderá a ser mais precoce junto das classes populares, onde a bebida assume uma outra centralidade quotidiana – desde logo em termos alimentares. Os extractos de entrevista que se seguem são bastante eloquentes a este nível:

“Sim há porque a pessoa, a pessoa que come não é?, tem que beber ou água ou qualquer outra coisa, o vinho como é nutritivo, toda a gente diz isso, bebe-se a pinga portanto se quando nós nascemos nunca tivéssemos visto o vinho nós não bebíamos o vinho não é?”

(Frequentador-consumidor 2)



“Não é?, portanto o que a gente vai atribuir, nós nascemos todos com os mesmos órgãos, uns são mais duráveis porque bebem aguardente de manhã, logo com figos e broa, outros morrem por não beberem vinho nem broa”. (Frequentador-consumidor 3, sexo masculino, picheleiro reformado, 4ª classe, casado)

“P- Por uma questão já de hábito familiar, o seu pai também fazia, o seu avô.

R- Exacto, a minha mãe, o meu avô exactamente, quer dizer é um hábito. A minha mulher também bebe um copo, o meu filho é casado bebe, claro, não se bebe muito às vezes o comer se é diferente já bebo uma cerveja mas há pessoas que não conseguem ...” (Frequentador-consumidor 1)

O gosto por vinho (corrente ou do Porto) é, tendencialmente, construído bem cedo, desde muito novos. O *habitus* de cada frequentador destes espaços é formado precocemente no gosto por estas bebidas, o que explica o carácter durável das disposições tendentes a este tipo de consumos. As estruturas incorporadas de gostos encontram correspondência nas práticas sociais, concretamente na frequência de espaços onde se possa materializar esse gosto constituído em idade precoce. Muitos dos inquiridos tomaram contacto com o vinho (corrente e do Porto) ainda antes dos 10 anos de idade, o que não deixa de ser significativo. Os consumidores do Solar foram mais tardiamente familiarizados com o consumo de vinho, o que indica que estamos perante perfis sociais distintos daqueles que frequentam as quatro primeiras casas, e cuja familiarização com o vinho tenderá a ser mais precoce, dada outra centralidade que o consumo da bebida assume no quotidiano.

3. Consumos actuais

Nas quatro primeiras casas, a esmagadora maioria dos inquiridos declararam consumir vinho corrente diariamente ou quase – Quadro 8. O vinho é parte integrante do quotidiano destes indivíduos, do seu “mundo da vida” na linguagem de Alfred Schütz¹⁷, se preferirmos. É central em termos alimentares, mas também como mote para consumos extra-alimentares e para a consolidação de sociabilidades. No Solar, apenas 21,7% dos inquiridos declararam consumir vinho diariamente ou quase, sendo a frequência de consumo desta bebida bastante dispersa. Também a nível de consumos efectivos de vinho corrente, deparamos com uma divergência acutilante entre os respondentes das quatro primeiras casas e os do Solar.

¹⁷ Alfred Schütz, *The Structures of the Life-World*, Evanston, Northwestern University Press, 1973, p. 3.

Quadro 8. Regularidade do consumo de vinho corrente por estabelecimento

Regularidade do consumo de vinho corrente	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Diariamente ou quase	72,4%	76,9%	89,3%	79,8%	81,0%	21,7%
Aos fins-de-semana/feriados	4,0%	1,5%	1,2%	2,4%	3,6%	13,3%
Em ocasiões especiais	1,6%			1,2%	1,2%	6,7%
Em férias						
Às vezes	7,7%	7,7%	4,8%	6,0%	4,8%	18,3%
Nunca	,8%	3,1%	1,2%			
Outro	,3%			1,2%		
Não se aplica						

Fonte: CRSV, 2001.

No caso do vinho do Porto, a frequência dos consumos torna-se mais “rarefeita”; estamos perante uma bebida não corrente nem habitual; para muitos, uma bebida que funciona como aperitivo/digestivo, que é consumida “às vezes” (36,9% no Jaime e 41,7% no Solar), que é consumida apenas em “ocasiões especiais” (32,3% das respostas no Valente, 27,4% no Jaime, e 26,7% no Solar) ou aos fins de semana e feriados (27,4% no Túnel, 54,8% na Soraya – nota-se a importância dos rituais de passeio e de fim de semana para a clientela desta casa) – Quadro 9. Verifica-se, então, o carácter mais “solene” e distinto do consumo de vinho do Porto, por oposição a um consumo quotidiano e comum do vinho corrente, associado que está a um carácter “normal” e vulgar.

Quadro 9. Regularidade do consumo de vinho do Porto por estabelecimento

Regularidade do consumo de vinho do Porto	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Diariamente ou quase	9,8%	4,6%	16,7%	9,5%	8,3%	8,3%
Aos fins-de-semana/feriados	29,4%	29,2%	27,4%	14,3%	54,8%	18,3%
Em ocasiões especiais	24,9%	32,3%	22,6%	27,4%	17,9%	26,7%
Em férias						
Às vezes	26,5%	21,5%	20,2%	36,9%	15,5%	41,7%
Nunca	2,9%	9,2%	4,8%	1,2%		
Outro	2,9%			1,2%		16,7%
Não se aplica						

Fonte: CRSV, 2001.

Apesar de serem, na sua globalidade, mais “conhecedores” e de estarem mais motivados para o consumo de vinho do Porto, os frequentadores do Solar não bebem este tipo de vinho com mais regularidade do que os frequentadores dos outros espaços em análise. Para além disso, são frequentadores irregulares desse espaço (não diários), e o vinho do Porto não ocupará no seu quotidiano o mesmo lugar que ocupa o vinho corrente no quotidiano dos frequentadores dos outros estabelecimentos.

Quadro 10. Periodicidade do consumo de vinho corrente por estabelecimento (1ª opção)

Periodicidade do consumo (1ª opção)	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
De manhã	4,1%	14,3%	3,8%	2,7%		
Antes do almoço	,3%			1,4%		
Almoço	84,0%	73,2%	88,8%	85,1%	98,7%	54,5%
Após o almoço	,6%	1,8%		1,4%		
À tarde (hora do lanche)	2,5%	3,6%	2,5%	4,1%	1,3%	
Antes do jantar	,3%	1,8%				
Jantar	6,9%	5,4%	5,0%			45,5%
Após o jantar						
Não existe regularidade	1,3%			5,4%		

Fonte: CRSV, 2001.

O consumo de vinho corrente acontece fundamentalmente às refeições – nomeadamente almoço¹⁸ -, o que coloca em destaque a importância da bebida em termos alimentares, de resto na linha da tradição histórica do nosso país¹⁹. De acordo com os inquiridos, o vinho é, aliás, um elemento sempre presente às refeições (com excepção dos inquiridos do Solar, que consomem vinho às refeições de forma muito menos expressiva do que os inquiridos das restantes casas, contrapondo, no entanto, essa menor expressividade com o sobre-valor inerente ao jantar. Apenas na casa Valente se registam alguns valores relacionados com o consumo fora das refeições (nomeadamente de manhã e à tarde/hora do lanche)²⁰ – Quadro 10.

¹⁸ O segundo momento mais indicado para consumo do vinho corrente incide no jantar. Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., Quadro 8.74, p. 613.

¹⁹ Sobre este assunto veja-se o desenvolvimento dado em *Idem, Ibidem*, Capítulos 4 e 5.

²⁰ Note-se que a pergunta do inquérito subjacente a este resultado alude aos dois períodos do dia de maior consumo. Assim, sendo o vinho um bem de consumo, antes de mais alimentar, é consumido

Destaque-se a naturalização do consumo de vinho às refeições atestada pelo seguinte discurso:

“Olhe, para mim, para algumas pessoas é um vício. (pausa) Para outros, que bebem regradamente, um copo de vinho à refeição, ou dois, vá lá, não é, não é prejudicial. Prejudicial é beber-se fora das refeições”. (Frequentador-consumidor 7)

No que toca ao vinho do Porto, regista-se o que já se previa: a bebida funciona primordialmente como um aperitivo ou digestivo, sendo por isso consumida essencialmente nos períodos que antecedem ou sucedem as refeições. Todavia, a sua utilização nem sempre é constante. Neste contexto destaca-se o número considerável de inquiridos das casas Valente e Túnel que responderam consumir vinho do Porto predominantemente de manhã (um terço das primeiras opções de resposta foram para este período do dia nestes dois estabelecimentos) – Quadro 11.

Quadro 11. Periodicidade do consumo de vinho do Porto por estabelecimento (1ª opção)

Periodicidade do consumo de vinho do Porto (1ª opção)	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
De manhã	22,9%	36,4%	33,8%	16,2%	27,2%	
Antes do almoço	22,3%	14,5%	16,9%	23,0%	48,1%	
Almoço	,9%	1,8%	2,8%			
Após o almoço	6,7%	9,1%	11,3%	5,4%	6,2%	1,7%
À tarde (hora do lanche)	5,3%	3,6%	5,6%	2,7%	2,5%	13,3%
Antes do jantar	9,7%	5,5%	9,9%		1,2%	36,7%
Jantar	,9%	1,8%	2,8%			
Após o jantar	17,0%	21,8%	11,3%	13,5%		46,7%
Não existe regularidade	14,4%	5,5%	5,6%	39,2%	14,8%	1,7%

Fonte: CRSV, 2001.

A importância quotidiana do consumo de vinho, nomeadamente às refeições, é reiterada pelo facto de quase todos os inquiridos terem declarado que consomem

preferencialmente à hora das refeições, o que implica que se esgotem desde logo as duas únicas possibilidades de resposta. Ora, agora à distância do tempo, consideramos que faria mais sentido questionar-se os dois períodos do dia de maior consumo, para além das duas refeições básicas, almoço e jantar. Assim, poderíamos, com mais certezas, perceber do uso do vinho em período para além da refeição, situação que, possivelmente, traria uma novidade mais acentuada na resposta obtida.



vinho corrente fora do estabelecimento em que foram inquiridos (94,6% no Valente, 98,8% no Túnel, 87,3% no Jaime, 98,7% na Soraya e 100% no solar)²¹.

O mesmo se passa no caso do vinho do Porto, ainda que neste caso seja de sublinhar o número muito considerável de inquiridos da casa Soraya que declararam consumir vinho do Porto apenas nesse estabelecimento (42%). Este valor reforça a ideia de um ritual consolidado de visita a essa casa por parte de muitos clientes habituais que aí se dirigem exclusivamente para consumir vinho do Porto (um *passeio costumeiro* com paragem na Soraya)²². Veja-se, a este respeito, o seguinte extracto discursivo:

P - O senhor costuma consumir vinho do Porto fora destes espaços, por exemplo na sua casa?

R - Em casa não lhe pego.

P - É só aqui com os amigos?

R - é, não lhe pego até porque eu devo de ter lá talvez mais vinho fino do que vinho de consumo, dão-me". (Frequentador-consumidor 2)

Tanto o vinho corrente como o vinho do Porto são consumidos predominantemente em casa (importância dos períodos de refeição), para além do estabelecimento onde os indivíduos foram inquiridos, seguindo-se locais como os restaurantes ou as casas de familiares e/ou amigos. Na casa Valente, destacam-se os que afirmam beber vinho predominantemente noutras tabernas, algo que poderá significar que estamos perante um grupo de inquiridos que frequenta habitualmente este tipo de espaços e não apenas aquela casa em particular²³.

A estrutura de respostas é semelhante no caso do vinho do Porto, destacando-se, todavia, uma maior dispersão dos locais de consumo: o vinho do Porto é bebido predominantemente em casa, mas também em casas de familiares e amigos, nas tabernas e casas de pasto ou em restaurantes. No caso do Solar do Vinho do Porto, a maioria dos inquiridos escolheu como primeira opção de resposta relativa ao local de consumo mais frequente de vinho do Porto o local de habitação (86,2%). Na segunda opção de respostas, contudo, é significativo o número daqueles que responderam beber vinho do Porto em casa de amigos/colegas (30,6%) ou em bares de luxo (26,5%), o que remete para a importância deste vinho nas sociabilidades e cultura de saídas dos inquiridos e para o carácter de "requinte" e distinção que o seu consumo pode representar²⁴.

²¹ Cf. *Idem, Ibidem*, Quadro 8.76, p. 615.

²² *Idem, ibidem*

²³ *Idem, Ibidem*, Quadro 8.78, p. 616.

²⁴ *Idem, Ibidem*, Quadros 8.79 e 8.80, pp. 616 e 617.

No que toca ao consumo de vinho corrente, conclui-se que este ocupa um lugar central no quotidiano alimentar dos frequentadores das quatro primeiras casas: é consumido diariamente ou quase e acompanha geralmente as refeições, sendo, por isso mesmo, utilizado de forma mais vulgar, mais corriqueira. É bebido predominantemente em casa, mas o espaço doméstico não esgota a sua prática. O significado social do consumo alimentar de vinho tem raízes históricas muito consolidadas no nosso país, sobretudo entre as classes populares, ainda que seja possível que, segundo tendências que já se vão sentindo, isso esteja a mudar, com o crescimento da importância de outras bebidas (cerveja, refrigerantes, água, etc.), concretamente entre os mais jovens:

“Não bebem álcool, a rapaziada nova não bebe álcool”. (Frequentador-consumidor 5)

O consumo alimentar do vinho acaba por ser um ponto de partida para a familiarização com a bebida e para o seu consumo noutros espaços-tempos.

O vinho do Porto, por seu turno, é utilizado de forma mais “solene”, sendo consumido com menor frequência, muitas vezes em “ocasiões especiais”, integrando-se em momentos ritualizados. São esses momentos ritualizados que, aliando-se à perpetuação no tempo, que se pretende perene, produzem, no dizer de António Teixeira Fernandes, “a memorização na prática social”. Como considera o autor, “sem aquela ritualização, os fenómenos sociais mais importantes tornar-se-iam efémeros e perder-se-iam no fluir do tempo.”²⁵ Note-se que, apesar de inserida numa vivência extraordinária, esses momentos não põem em causa a ordem e a estabilidade que a rotina²⁶ instaura. Funciona geralmente como aperitivo e/ou digestivo e integra-se em lógicas de consumo com fins não alimentares e mais voltados para a celebração, mas também para a solenidade social e para a sociabilidade. Neste caso, pode também constituir o pretexto para momentos de lazer e para a frequência de espaços específicos, como no caso da Soraya. Noutros casos, o vinho do Porto aparece como mais um traço distintivo de determinadas práticas sociais enquanto práticas envoltas numa maior raridade e sofisticação.

²⁵ Fernandes, António Teixeira, “Imaginário colectivo: simbolização e ritualização”, in *Rurália, Revista de Ruralidade*, II, arouca, p. 17.

²⁶ Sobre a questão da ordem e da estabilidade que a rotina proporciona ver Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology*, New Jersey, Prentice-Hall, 1967; Harold Garfinkel, “Le programme de l’ethnométhodologie”, in Michel de Fornel, Albert Ogien, Louis Queré (dirs.), *L’Ethnométhodologie. Une sociologie radicale*, Paris, Editions La Découverte, 2001. Vd. Também Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., capítulo 2.2., onde desenvolvemos “a produção social do carácter estável e ordenado das situações quotidianas”.



Igualmente a análise às modalidades de consumo (vinho corrente e vinho do Porto) apresenta-se pertinente. No que toca ao vinho corrente, regista-se uma clivagem entre as casas situadas no Centro Histórico do Porto (Valente e Túnel) e as casas localizadas no Centro Histórico de Vila Nova de Gaia (Jaime e Soraya), às quais se deve juntar o Solar do Vinho do Porto, com dados, a este nível, idênticos às de Gaia. Enquanto no Valente e no Túnel prevalecem os inquiridos que afirmam consumir vinho corrente preferencialmente sozinhos, nos restantes três estabelecimentos prevalecem os inquiridos que afirmam consumir vinho corrente acompanhados – Quadro 12.

Sobre aquelas modalidades de consumo - beber sozinho ou acompanhado - não podemos deixar de registar alguns fragmentos discursivos de um entrevistado quando nos refere:

P- Quer dizer, não gosta de beber sozinho?

R- Não.

P- Porquê que acha que as pessoas bebem mais em espaços públicos?

R- Ora ... por, por, por companhia.

P- Que diferenças, essencialmente?

R- A diferença é o seguinte, fazamos de conta, em minha casa a minha senhora não bebe, e portanto, não vou estar ali na mesa a beber vinho à sorte, até porque eu não bebo vinho à sorte não é?, até porque eu tenho uma responsabilidade muito grande, que eu desde as 8 horas da manhã que entro nas obras até que saio às 5, falo com doutores, engenheiros e com os proprietários e portanto, tenho que estar bastante apto para essas coisas. Portanto eu agora, fazamos de conta que eu estava em casa esta manhã a escrever, não bebia mas vim aqui a abaixo comi um bolo e bebi um copinho.

P- Pois com companhia?

R- Pois com certeza". (Frequentador-consumidor 2)

Estes dados apontam para um tipo de consumidor diferente nas duas primeiras casas face às restantes; possivelmente um consumidor mais habitual de vinho corrente, um frequentador mais assíduo da casa, alguém para quem o consumo de vinho é um consumo perfeitamente normal e quotidiano. Nas restantes casas, o vinho corrente constituirá um consumo mais associado a momentos de partilha²⁷ do que a momentos de solidão.

²⁷ Note-se que muitos dos inquiridos poderão ter pensado que a pergunta se referia apenas ao consumo de vinho corrente no estabelecimento em que foram inquiridos, o que poderá ter "inflacionado" o número daqueles que declararam beber preferencialmente acompanhados.

Quadro 12. Modalidade de consumo do vinho corrente por estabelecimento

Modalidade de consumo do vinho corrente	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Acompanhado	58,0%	41,1%	22,5%	71,6%	78,9%	93,9%
Sozinho	34,2%	58,9%	76,3%	10,8%	9,2%	
Não existe regularidade	7,8%		1,3%	17,6%	11,8%	6,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

Quadro 13. Modalidade de consumo do vinho do Porto por estabelecimento

Modalidade de consumo do vinho do Porto	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Acompanhado	73,3%	76,4%	56,3%	74,3%	77,8%	83,3%
Sozinho	19,4%	23,6%	40,8%	12,2%	8,6%	13,3%
Não existe regularidade	7,3%		2,8%	13,5%	13,6%	3,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

No caso do vinho do Porto, o cenário muda sensivelmente: o consumo desta bebida aparece muito mais como consumo eminentemente “social”, o que vem validar anteriores respostas que punham em destaque o consumo mais esporádico do vinho do Porto, frequente em momentos de encontro, aos fins-de-semana ou em “ocasiões especiais”. O vinho do Porto é consumido predominantemente com companhia em todos os estabelecimentos analisados. O número médio dos que afirmam beber sozinhos este tipo de vinho ronda os 20%, sendo mais elevado apenas no Túnel, onde ronda os 41%. O vinho do Porto é, pois, uma bebida de encontros, de sociabilidades, de momentos – Quadro 13.

Tudo indica, existir a este nível, uma clivagem entre, por um lado, as casas Valente e Túnel, mais próximas do Ideal-Tipo da taberna e, portanto, com mais frequentadores dados ao consumo solitário e, por outro, as restantes casas, onde a importância da convivialidade parece mais acentuada, curiosamente acompanhando a tendência para um maior consumo de vinho do Porto – bebida mais “social” – e para a frequência destes espaços específicos integrada em “roteiros” de lazer e sociabilidades. Em síntese, podemos considerar que o consumo de vinho corrente, sendo mais habitual é, como tal, mais individualizado, enquanto que o consumo de vinho do Porto, mais cerimonial é, como tal, menos individualizado e, consequentemente, mais partilhado.



Certamente que a modalidade de consumo de vinhos, articula-se, por um lado, com o tempo de permanência e com os motivos de frequência no e do estabelecimento; por outro, influirá no conhecimento de outros clientes e na própria atitude do inquirido.

Neste sentido, constata-se que, nas casas Valente e Túnel, os inquiridos que tendem a beber mais vinho corrente acompanhados têm tempos de permanência, nos respectivos estabelecimentos, mais alongados (mais de 30 minutos), enquanto os que bebem sozinhos estão no estabelecimento durante períodos mais curtos (até 30 minutos). Nas casas Jaime e Soraya, por seu lado, tudo sugere não existir esta relação. No Solar está questão não se aplica²⁸.

Quanto ao vinho do Porto, nas casas Valente e Túnel, as respostas indicam tempos de permanência mais curtos para aqueles que bebem tendencialmente vinho do Porto acompanhados, tendência que não é visível nas respostas dos inquiridos da Soraya e do Solar²⁹. No Jaime, tudo indica não existir este tipo de relação, como também já não havia a propósito do vinho corrente. Esta aparente contradição pode ficar a dever-se à formulação da pergunta no inquérito. Repare-se que neste, questiona-se se o inquirido *tende mais* a consumir vinho (corrente ou do Porto) acompanhado ou sozinho [independentemente do espaço em que efectiva a prática]. Ora, sabe-se por informações anteriormente apresentadas que o Valente, por exemplo, é um estabelecimento que praticamente não vende vinho do Porto, ou terá um volume de vendas muito reduzido. Isto só prova que para estes inquiridos, a frequência do estabelecimento, não é pautada por uma procura do vinho do Porto³⁰. Já no Soraya e no Solar, um volume significativo de clientes consome vinho do Porto preferencialmente em companhia, permanecendo durante períodos de tempo mais alargados no estabelecimento – aqui regista-se uma incidência mais alargada no Solar, o que poderá ter induzido as respostas não para um comportamento generalizado do inquirido, mas circunscrevendo-o ao próprio espaço onde ocorreu a aplicação do inquérito³¹.

Seja como for, a degustação do vinho do Porto sem companhia, associada a tempos de permanência mais breves situa esta prática num tipo de consumo não “social”. É de lembrar, no entanto e de passagem, que a maioria dos inquiridos das cinco casas declarou beber vinho do Porto preferencialmente acompanhada.

²⁸ Cf. *Idem, ibidem*, Quadro 8.83, p. 625.

²⁹ *Idem, ibidem*, Quadros 8.84, p. 626.

³⁰ *Idem, ibidem*, Quadros 8.85 e 8.86.

³¹ *Idem, ibidem*, Quadro 8.84, p. 626.

Analisando agora o relacionamento entre a modalidade de consumo preferida para o vinho corrente e os motivos de frequência do estabelecimento, constata-se, contrariamente ao que se poderia pensar, não haver nenhum tipo de associação. Nas casas Valente e Túnel, onde a maioria dos inquiridos declara beber vinho corrente tendencialmente sem companhia³² – Quadro 12 – regista-se a existência de uma ampla percentagem destes que frequentam o espaço não só porque pretendem consumir, mas também porque pretendem encontrar-se/estar com amigos/conhecidos. Este facto remete para a ideia de intercomunicação e de convivialidade mesmo se o consumo de vinho é feito de forma aparentemente isolada. Os clientes, de copo na mão, não se fixam em nenhum grupo específico, comunicando fluidamente com os demais, o que esboçará a auto-percepção de consumo isolado. Nas casas Jaime e Soraya, onde a maioria dos indivíduos declara beber tendencialmente acompanhado, sobressaem os motivos relacionados com o consumo (“beber um copo” – de vinho do Porto – ou lanchar), mas também os motivos relacionados com o desejo de convívio, sobretudo, na Soraya. No Solar do Vinho do Porto, por seu turno, pesam os motivos relacionados com o desejo de frequência de um espaço “requintado” ou de um espaço “diferente do habitual”.

No que respeita ao vinho do Porto, o seu consumo faz-se, nas cinco casas, preferencialmente com companhia. Daí que as respostas dos inquiridos que afirmam beber, tendencialmente, este tipo de vinho acompanhados se repartam entre as motivações relacionadas com o consumo do vinho propriamente dito e as motivações “sociais” (encontrar-se/estar com amigos/conhecidos). No Solar do Vinho do Porto, por seu turno, para além do consumo de vinho do Porto, pesam sempre – como tivemos oportunidade de referir – os motivos relacionados com o desejo de frequência de um espaço “requintado” ou de um espaço “diferente do habitual”³³.

Tendo como pano de fundo a noção de que a maioria dos clientes do Valente e do Túnel preferem beber vinho corrente sozinhos e de que a maioria dos clientes do Jaime e da Soraya preferem fazê-lo acompanhados, registamos que, nas duas primeiras casas, os inquiridos que afirmam beber acompanhados conhecem mais clientes do que aqueles que afirmam beber sozinhos; estes não só conhecem menos clientes do que aqueles, como afirmam em maior número não conhecer nenhum cliente. Nas casas Jaime e Soraya, por seu lado, não parece haver qualquer tipo de

³² *Idem, ibidem*, Quadro 8.85, p. 627.

³³ *Idem, ibidem*, Quadro 8.86, p.628.



regularidade, enquanto no Solar prevalecem aqueles que, bebendo acompanhados, não conhecem mais ninguém no estabelecimento³⁴.

Aplicando o mesmo tipo de reflexão ao consumo do vinho do Porto, e partindo da noção de que a maioria dos clientes das cinco casas bebe vinho do Porto de forma eminentemente “social”, registamos exactamente o mesmo tipo de resultados que obtivemos a propósito do quadro anterior³⁵.

Tudo se encaminha para considerarmos estar perante uma cisão, nas casas Valente e Túnel, entre aqueles que, bebendo sozinhos, permanecem sozinhos no estabelecimento, não se juntando a ninguém (ou juntando-se apenas aos acompanhantes), e aqueles que, bebendo sozinhos, declaram não se juntar sempre às mesmas pessoas, circulando pelo espaço e apostando na convivialidade (40% dos inquiridos do Valente que declaram beber vinho corrente sozinhos não se juntam a ninguém, enquanto outros 40%, circulam, não se juntando sempre às mesmas pessoas; o mesmo se verifica no Túnel, embora com outros valores: 23% e 43% respectivamente). Nas casas Jaime e Soraya, onde a maioria dos inquiridos bebe vinho corrente acompanhada, regista-se também uma clivagem forte, desta vez entre aqueles que se juntam e comunicam apenas com os acompanhantes (sociabilidades provenientes do exterior do estabelecimento) e aqueles que, juntando-se sempre às mesmas pessoas, comunicam com as restantes (procurando assim o estabelecimento de algum tipo de laços no interior do próprio estabelecimento). No Solar, como temos vindo a reafirmar, os inquiridos juntam-se e comunicam apenas com as pessoas acompanhantes. Neste caso estamos perante sociabilidades “exógenas”, no sentido em que são construídas fora do estabelecimento³⁶.

No seio da maioria de inquiridos que declaram beber tendencialmente vinho do Porto em companhia, prevalecem, nas casas Valente e Túnel, aqueles que não se juntam sempre às mesmas pessoas (aproximadamente 50% das respostas); nas casas Jaime e Soraya, por seu turno, prevalecem os que se juntam apenas às pessoas acompanhantes e aqueles que, juntando-se sempre às mesmas pessoas, comunicam com as restantes (aproximadamente 40% e 30% respectivamente). No Solar, caso particular, a esmagadora maioria dos inquiridos declara juntar-se apenas às pessoas acompanhantes (80%)³⁷.

³⁴ *Idem, ibidem*, Quadro 8.87, p. 629.

³⁵ *Idem, ibidem*, Quadro 8.88, p. 630.

³⁶ *Idem, ibidem*, Quadro 8.89, p. 631.

³⁷ *Idem, ibidem*, Quadro 8.90, p. 632.

O que aqui adquire visibilidade é a tendência para a sustentação de sociabilidades circulares, em trânsito, procuradas e alimentadas, bem como para a predisposição para um tipo de comunicação fluida e mais superficial por oposição a sociabilidades auto-sustentadas pelo grupo de inserção (ilustradas, neste último caso pelo Solar).

4. Os vinhos e as suas temporalidades

Quando questionados sobre o consumo de vinho corrente em momentos de festa e de celebração, a maior parte das respostas dos inquiridos do Valente e do Túnel (43,1% e 52,4%, respectivamente) apontaram o Natal como momento de maior consumo da bebida³⁸. O significado destas respostas deve, porém, ser mediado pelos dados que revelam que o consumo de vinho corrente é quotidiano; o vinho é bebido no Natal (certamente em maior quantidade, certamente um vinho de melhor qualidade), mas é também consumido todos os dias, até como elemento central da alimentação quotidiana dos inquiridos, como já tivemos oportunidade de registar. Acresce mesmo que, quando o que está em causa são consumidores regulares de vinho, tornam-se secundários os dados relativos ao consumo desta bebida em festas. Nas restantes casas, a maior parte dos inquiridos aponta para um consumo de vinho corrente mais frequente em momentos de celebração em geral, sem especificar quais – Quadro 14.

Quadro 14. Festividades em que é consumido vinho corrente

Festividades em que é consumido vinho corrente	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Natal	24,7%	43,1%	52,4%	7,1%	3,6%	20,0%
Páscoa	7,4%	12,3%	6,0%	3,6%	1,2%	18,3%
Aniversários	8,5%	10,8%	9,5%		1,2%	26,7%
Casamentos	16,2%	18,5%	34,5%	4,8%	4,8%	20,0%
Baptizados	6,9%	6,2%	8,3%	2,4%	1,2%	20,0%
Celebrações	32,4%	16,9%	7,1%	52,4%	50,0%	31,7%
Nenhuma	26,0%	29,2%	26,2%	26,2%	33,3%	11,7%
Não se aplica						

Fonte: CRSV, 2001.

³⁸ Veja-se, a propósito, a importância social que a festa assume enquanto “ruptura da continuidade do dia-a-dia”. Cf. Jean Maisonneuve, *Os Rituais*, cit., p. 55; ver também pp. 56-60, onde o autor aborda o quadro ritual da festa.

Quadro 15. Festividades em que é consumido vinho do Porto

Festividades em que é consumido vinho do Porto	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Natal	45,1%	60,0%	72,6%	21,4%	13,1%	68,3%
Páscoa	15,9%	15,4%	14,3%	10,7%	9,5%	35,0%
Aniversários	15,1%	21,5%	32,1%	2,4%		23,3%
Casamentos	6,4%	6,2%	3,6%	2,4%	2,4%	21,7%
Baptizados	4,2%	4,6%	3,6%		1,2%	15,0%
Celebrações	32,4%	23,1%	8,3%	45,2%	48,8%	35,0%
Nenhuma	18,0%	12,3%	11,9%	20,2%	32,1%	10,0%
Não se aplica						

Fonte: CRSV, 2001.

Quanto ao vinho do Porto, ele tende a acompanhar todas as grandes festas, (sobretudo no caso dos inquiridos do Solar), sendo tradição para muitos dos inquiridos, o seu consumo no Natal – Quadro 15. Mas o vinho do Porto é consumido frequentemente noutras ocasiões pela maioria dos inquiridos das cinco casas; estamos, tudo o indica, perante consumidores mais ou menos frequentes desta bebida, consumidores que não precisam do pretexto das festas para consumir vinho do Porto. Na resposta à questão feita sobre o consumo de vinho do Porto noutras ocasiões que não apenas “ocasiões especiais”, 74,5% dos inquiridos do Valente, 78,9% do Túnel, 63,5% do Jaime, 63% da Soraya e 91,7% do Solar declararam beber vinho do Porto noutras ocasiões³⁹, o que significa que estamos perante amantes desta bebida e perante inquiridos que a utilizam não apenas em momentos especiais, integrando-a inclusivamente no cerne das suas sociabilidades e dos seus momentos de lazer. Nestes casos, o consumo do vinho do Porto faz parte das rotinas quotidianas dos indivíduos⁴⁰.

Na resposta à questão sobre as ocasiões em que é consumido vinho do Porto, nota-se uma fronteira entre os inquiridos do Solar e os inquiridos das restantes casas, o que poderá reflectir o perfil social diferenciado dos frequentadores destas casas. No Solar, há que destacar o número dos que afirmam consumir vinho do Porto em

³⁹ Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., Quadro 8.93 p. 635.

⁴⁰ A análise dos fundamentos da vida quotidiana e da produção das situações sociais encontra na obra de Alfred Schütz um contributo inestimável. Harold Garfinkel, ao estudar a produção da ordem social, dá um forte auxílio para o entendimento sociológico destas matérias circunscritas a fenómenos e práticas do quotidiano. Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., desenvolvimento teórico apresentado no capítulo 2.2.

casa, quando recebem visitas ou com os amigos, 61,7% das respostas, número que está ligado à importância “social” do vinho do Porto, muito presente nos momentos de encontro e sociabilidade; registe-se também, neste estabelecimento, o número dos que afirmaram consumir vinho do Porto em *vernissages*, celebrações oficiais, portos de honra, etc. (46,7%) – tratando-se, portanto, da afirmação do consumo de um vinho “distinto”, de um vinho “sério” que está presente em momentos “nobres” sendo também um indicador do perfil social destes inquiridos e um modo de distinção face a quem está excluído destes meios sociais – Quadro 16. Note-se que, os frequentadores do Solar são os portadores de maiores capitais, reflectidos nos respectivos lugares de classe individual e de família⁴¹. Nas restantes casas, a maioria dos inquiridos afirmou consumir “quando lhe apetecia”, o que pode indiciar que estamos perante indivíduos que não associam este consumo a quaisquer formas de distinção nem a quaisquer momentos em particular, indivíduos que “normalizam” o consumo de vinho do Porto, associando mais à alimentação (aperitivo e digestivo) e a comportamentos menos distintos e, portanto, mais banalizados. Já no Solar, o vinho do Porto está associado a momentos específicos e a regras comportamentais incidentes no conhecimento de uma gramática comportamental própria, também elas específicas, porque próprias desses momentos.

Quadro 16. Ocasões de consumo de vinho do Porto

Ocasões de consumo de vinho do Porto	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Quando recebe visita, ou está com amigos	19,1%	24,6%	6,0%	6,0%	10,7%	61,7%
Em momentos de maior intimidade/cumplicidade	6,9%	4,6%	2,4%	2,4%	2,4%	28,3%
Em vernissages, Portos d’ Honra, celebrações oficiais e afins	8,2%		3,6%			46,7%
Em comemorações pessoais	18,8%	15,4%	14,3%	19,0%	26,2%	18,3%
Quando lhe apetece	41,4%	41,5%	53,6%	32,1%	32,1%	50,0%
Outras						
Não se aplica						

Fonte: CRSV, 2001.



No que toca ao consumo de vinho do Porto como aperitivo ou digestivo, regista-se uma nova oposição entre os inquiridos do Solar e os inquiridos das restantes casas: enquanto no Solar predominam aqueles que consomem vinho do Porto como digestivo, nos outros quatro estabelecimentos predominam aqueles que o consomem como aperitivo⁴². Não cremos que haja um consumo “certo” e outro “errado” desta bebida. E neste sentido, consideramos que estamos, antes, perante atribuições simbólicas diferentes, ou seja, a produções de sentido, que sendo construídas, são sociais⁴³. Por conseguinte, imperam com toda a certeza diferenciações de consumo associadas a usos diferentes deste vinho. Apesar de tudo, e face aos resultados obtidos, podemos considerar que no Solar o consumo de vinho do Porto está mais ligado às saídas e a sociabilidades “pós-alimentares”, enquanto que nas restantes casas serve mais para “abrir o apetite”, estando mais ligado a usos alimentares.

Tal como nos referiu um entrevistado no Centro Histórico de Gaia:

“É bebido docemente, um cálice, depois bebe-se outro, aliás o vinho do Porto nem sabe bem beber de lance porque as pessoas fazem disto um aperitivo. (...) Eu digo o vinho do Porto é mais digestivo, os ingleses são diferentes, bebem vinho do Porto depois das refeições. (...) Porque o vinho do Porto é um digestivo; aqui é ao contrário, aqui bebe-se vinho do Porto antes da refeição e depois bebe-se o whisky depois da refeição”. (Frequentador-consumidor 1)

Na comparação com outras bebidas, o vinho do Porto é preferido em toda a linha e para todas as casas: “esmaga” o brandy e o martini e supera o bagaço/aguardente (75% contra 25%) e o whisky/gin. Destaque apenas para as elevadas percentagens de inquiridos que, no Valente e no Túnel, preferem o bagaço/aguardente ao vinho do Porto (30,8% e 33,3%, respectivamente) e as elevadas percentagens de inquiridos das cinco casas que, apesar de tudo, preferem o whisky/gin; estamos, certamente, perante um possível indicador da forte penetração destas bebidas nos consumos quotidianos – Quadro 17.

⁴² Cf. *Idem, ibidem*, Quadro 8.95, p. 637.

⁴³ As lutas simbólicas em torno das classificações, explanadas por Pierre Bourdieu, conferem um alcance sociológico a estas questões. Cf. Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, cit. Alfred Schütz, na sua *Phenomenology*, equaciona também a importância da construção de sentido inerente à acção dos indivíduos, da qual farão parte, precisamente, as atribuições simbólicas. Cf. Alfred Schütz, “Phenomenology and the social sciences”, cit. Ver também, sobre este assunto constitutivo da construção social da realidade, Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Afrontamento, 1994, nomeadamente pp. 15-37; Max Weber, *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Lisboa, Edições 70, 1997, p. 21; Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro, 1999.

Quadro 17. Preferências comparativas relativamente a bebidas por estabelecimento

Par 1	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho do Porto	83,8%	81,5%	81,0%	76,2%	92,9%	88,3%
Martini	11,4%	12,3%	13,1%	14,3%	6,0%	11,7%
Nenhuma	4,0%	3,1%	4,8%	9,5%	1,2%	
Não sabe	0,8%	3,1%	1,2%			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Par 2	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho do Porto	84,9%	81,5%	73,8%	76,2%	96,4%	100,0%
Brandy	10,3%	13,8%	17,9%	15,5%	2,4%	
Nenhuma	4,2%	4,6%	7,1%	7,1%	1,2%	
Não sabe	0,5%		1,2%	1,2%		
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Par 3	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho do Porto	75,9%	66,2%	60,7%	73,8%	85,7%	96,7%
Bagaço/ Água Ardente	19,9%	30,8%	33,3%	17,9%	11,9%	3,3%
Nenhuma	3,2%	3,1%	4,8%	6,0%	1,2%	
Não sabe	1,1%		1,2%	2,4%	1,2%	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Par 4	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho do Porto	58,4%	55,4%	51,2%	50,0%	73,8%	61,7%
Whisky / Gin	36,3%	35,4%	44,0%	40,5%	25,0%	36,7%
Nenhuma	3,4%	7,7%	2,4%	7,1%		
Não sabe	1,1%	1,5%	1,2%	1,2%	1,2%	
Não responde	0,8%		1,2%	1,2%		1,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Par 5	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho Corrente	54,4%	53,8%	60,7%	54,8%	58,3%	40,0%
Cerveja	36,1%	40,0%	29,8%	39,3%	31,0%	43,3%
Nenhuma	3,4%			2,4%	4,8%	11,7%
Não sabe	5,8%	6,2%	8,3%	3,6%	6,0%	5,0%
Não responde	0,3%		1,2%			
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Par 6	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho Corrente	73,5%	78,5%	82,1%	77,4%	77,4%	45,0%
Refrigerante	21,2%	16,9%	14,3%	19,0%	20,2%	40,0%
Nenhuma	2,9%	1,5%	1,2%	1,2%	1,2%	11,7%
Não sabe	2,1%	3,1%	2,4%	2,4%	1,2%	1,7%
Não responde	0,3%					1,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Par 7	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Vinho Corrente	55,4%	56,9%	66,7%	64,3%	57,1%	23,3%
Água	37,1%	30,8%	23,8%	27,4%	38,1%	75,0%
Nenhuma	0,3%	1,5%				
Não sabe	6,6%	7,7%	9,5%	8,3%	4,8%	1,7%
Não responde	0,5%	3,1%				
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001



Quanto ao vinho corrente, supera os refrigerantes em todas as casas, ainda que de forma pouco categórica no Solar, ao contrário das restantes quatro casas. No Solar, aliás, a preferência do vinho fica aquém da preferência da cerveja e da água. Nas restantes quatro casas, o vinho supera tanto a cerveja como a água (em média, dois terços dos inquiridos preferem vinho, um terço prefere cerveja ou água), o que reflecte o carácter ainda dominante do vinho no que toca ao consumo de bebidas, carácter que, porém, está longe de ser hegemónico – Quadro 17. Paralelamente, assistimos a uma penetração crescente da cerveja nos consumos quotidianos.

Daqui se pode concluir que o vinho corrente assume um carácter quotidiano, estando em grande medida associado à alimentação. Já o vinho do Porto reveste-se de uma carga simbólica muito maior, assumindo um lugar mais visível em festividades, momentos de celebração e ocasiões especiais; aparece em todas as grandes festas e é alvo de um uso menos sistemático e, portanto, mais ocasional. Quanto menos familiarizados estiverem com o consumo de vinho do Porto, e quanto menos rotinizado e “normalizado” estiver esse consumo, mais os indivíduos tenderão a ver esta bebida como uma bebida adequada a momentos especiais e de celebração.

Estamos, todavia, perante indivíduos que consomem vinho do Porto regularmente e que o usam para lá da mera tradição. Este facto é particularmente visível no Solar do Vinho do Porto, onde o consumo desta bebida está muito conotado com momentos de encontro e sociabilidade, algo que poderá servir como mais um indicador para a definição do perfil social, diferenciado face às restantes casas, dos frequentadores deste espaço, que marcam a sua diferença quando referem consumir vinho do Porto em *vernissages*, celebrações oficiais, portos de honra, etc., demarcando-se pela afirmação do carácter distinto do que consomem.

A espaços diferenciados correspondem, então, consumos diferenciados e gostos (relativos a bebidas) também eles diferenciados, isto porque a espaços diferenciados correspondem perfis sociais também eles diferenciados. O vinho corrente continua, porém, a ser alvo de uma escolha hierárquica privilegiada, com excepção do Solar, o que significa que a posição hierárquica privilegiada depende do perfil social do frequentador-consumidor ou da qualidade do vinho. Esta, contudo, é uma variável que não podemos medir, por não estarmos na posse de elementos necessários para o efeito, uma vez que este trabalho não comportou nenhum confronto entre vinhos de mesa. Tudo indica crescer também a importância da cerveja.

Já verificámos que os períodos do dia em que habitualmente os inquiridos mais consomem vinho corrente é à hora das refeições – Quadro 10. Importa, de seguida, confirmar que, para os inquiridos, o vinho é a bebida que mais acompanha as refeições. E como era esperado, regista-se o peso preponderante do consumo

de vinho, tanto ao almoço (275 inquiridos, 72,9% do total) como ao jantar (288 inquiridos, 76,4%); segue-se o consumo de água, a uma distância todavia muito significativa (65 inquiridos, 17,2% ao almoço e 62 inquiridos, 16,4% ao jantar). As restantes bebidas assumem um peso residual (em conjunto, agrupam apenas cerca de 10% das respostas) – Quadros 18 e 19.

Quadro 18. Bebida que preferencialmente acompanha o almoço por estabelecimento

Bebida que acompanha o almoço	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Água	17,2%	10,8%	7,1%	9,5%	13,1%	55,0%
Vinho	72,9%	76,9%	86,9%	78,6%	83,3%	26,7%
Cerveja	3,7%	7,7%	3,6%	2,4%	1,2%	5,0%
Refrigerante	4,0%			7,1%	2,4%	11,7%
Sumo	1,3%	3,1%	2,4%			1,7%
Chá	0,3%			1,2%		
Outro	0,3%			1,2%		
Não existe regularidade	0,3%	1,5%				
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

Quadro 19. Bebida que preferencialmente acompanha o jantar por estabelecimento

Bebida que acompanha o jantar	Estabelecimento					
	Global	Valente	Túnel	Jaime	Soraya	Solar
Água	16,4%	12,3%	3,6%	9,5%	14,3%	51,7%
Vinho	76,4%	76,9%	92,9%	78,6%	82,1%	41,7%
Cerveja	2,4%	4,6%	1,2%	2,4%	1,2%	3,3%
Refrigerante	2,4%			7,1%	2,4%	1,7%
Sumo	1,3%	3,1%	2,4%			1,7%
Chá	0,5%	1,5%	,0%	1,2%		
Outro	0,3%			1,2%		
Não existe regularidade	0,3%	1,5%				
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CRSV, 2001.

Conclui-se, então, que o vinho é parte integrante do quotidiano da maioria dos inquiridos. Qualquer que seja o estabelecimento em análise, o vinho aparece como a bebida que tipicamente acompanha as refeições dos inquiridos, com percentagens de respostas sempre acima dos 75% do total de inquiridos e com destaque para a



casa Túnel e a casa Soraya, onde o consumo de vinho às refeições ultrapassa os 80% (86,9% ao almoço e 92,9% ao jantar no Túnel, 83,3% ao almoço e 82,1% ao jantar na Soraya); excepção feita aos frequentadores do Solar do Vinho do Porto, onde, ao almoço, o consumo de água suplanta largamente o consumo de vinho (55% dos inquiridos bebem água ao almoço; apenas 26,7% opta pelo vinho). Parecendo secundária, esta questão pode constituir uma primeira pista de como os frequentadores do Solar, sendo consumidores de vinho, são consumidores de vinho “diferentes” dos restantes. Muito provavelmente, o uso de vinho às refeições, para estes inquiridos, não se incluirá na gama dos vinhos correntes, mas numa gama mais elevada de vinhos de mesa.

Perante isto, confirma-se, então, por um lado, que os frequentadores-consumidores dos estabelecimentos seleccionados se caracterizam por disposições para um consumo alcoólico inserido no consumo alimentar quotidiano; por outro, fica claro, face ao exposto até ao momento, que essas disposições são fruto de uma produção quotidiana social cristalizada por via socializante. Assim, o vinho faz parte do quotidiano dos frequentadores dos espaços em análise, inscrevendo-se o seu consumo nas práticas alimentares quotidianas. Na perspectiva de Garfinkel, podemos considerar que o consumo deste tipo de vinho se integra nas rotinas vividas pelos actores nos seus desempenhos quotidianos⁴⁴, independentemente da região, fachada ou bastidores,⁴⁵ em que ocorram.

Não deixa de ser importante registar o seguinte relato:

“Eles consomem moderadamente, o que é bebem muito, são capazes, eu tenho indivíduos que todos os dias são capazes de beber 2 ou 3 cálices não têm nada no estômago”. (Frequentador-consumidor 1)

Cabe ainda neste conjunto de questões, aludir a existência de garrafas de vinho do Porto nos espaços domésticos dos respectivos frequentadores. A esmagadora maioria dos inquiridos possui garrafas de vinho do Porto. É, de resto, algo tradicional na cultura portuguesa - “boa casa portuguesa”⁴⁶ - não só para bem receber convidados, mas também para consumo próprio, em ocasiões especiais e para usos alimentares (entre 90,5% dos inquiridos no Jaime e 98,8% dos inquiridos no

⁴⁴ Os estudos de Harold Garfinkel, abordados no capítulo 2.2 da dissertação apontam para aqui – Cf. Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., pp. 117-124.

⁴⁵ Cf. Erving Goffman, *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio d'Água, 1993.

⁴⁶ Sobre a presença do vinho do Porto na cultura tradicional portuguesa, ver, por exemplo, Dulce Magalhães, “Vinhos: práticas, elogios, cultos e representações em questão na sociedade portuguesa”, cit., e Dulce Magalhães, *Dimensão Simbólica de uma Prática Social*, cit., capítulos 4 e 5.

Túnel e na Soraya declararam possuir garrafas de vinho do Porto). Também para a grande parte dos inquiridos tratam-se de garrafas compradas pelos próprios ou resultantes de ofertas⁴⁷.

O peso muito considerável das garrafas oferecidas pode constituir mais um indicador do carácter “social” do consumo e das representações associadas ao vinho do Porto, uma bebida que, podendo ser consumida regularmente, tem uma forte carga simbólica, emergindo nos momentos “especiais” de encontro de celebração e/ou de sociabilidade.

Notas conclusivas

Esta pesquisa foi alicerçada em duas coordenadas orientadoras. Pese embora o facto de não as retratarmos inteiramente neste texto, optámos por avançar, em termos conclusivos com notas relativas à caracterização mais geral dos espaços e/ou dos frequentadores-consumidores que protagonizam os consumos vínicos nesses espaços, uma vez que torna mais completo e vivo os cenários reais aqui em causa.

Assim, *uma primeira coordenada* equaciona, hipoteticamente, o consumo do vinho enquanto inserido na génese, funcionamento e estruturação da sociedade onde emerge.

Nesta óptica, debateram-se diferenciações, inscritas no espaço social e transpostas para o espaço físico-temporal, por inerência de práticas vínicas.

Em termos conclusivos pode-se registar o seguinte:

1. Foram encontrados grandes grupos com perfis sociais afins às dimensões física, social e económica dos espaços semi-públicos seleccionados onde protagonistas com perfis socioeconómicos diferentes se predispõem e posicionam diferentemente face aos consumos de vinhos.
2. Após se terem traçado os perfis socioprofissionais dos inquiridos, ressaltou, efectivamente, uma clivagem entre os quatro primeiros Tipos de casas – Valente, Túnel, Jaime, Soraya – e o último – Solar do Vinho do Porto. Tratam-se de espaços com funções, contornos e lógicas diferentes uns dos outros. Se os quatro primeiros se aproximam mais de uma lógica tabernal, embora com algumas diferenças entre si, o último delimita-se totalmente destes, por via de uma lógica mais próxima ao bar.



3. A larga maioria dos inquiridos dos quatro primeiros Tipos de estabelecimentos, situam-se nos lugares de classe mais descapitalizados, quer em termos sociais, quer em termos económicos. O contrário se passa com os do Solar do Vinho do Porto, que se inserem nas fracções da Burguesia e nas franjas mais fortemente capitalizadas da Pequena Burguesia.

Daqui podemos concluir que a sociedade está de facto estruturada de forma a favorecer tendências homologizantes entre espaços semi-públicos de oferta vnica, o próprio tipo de oferta vnica e o perfil social dos seus clientes. Daí, então, estarmos perante um consumo vínico diferenciado, traduzindo-se este num conceito plural dada a sua tendencial conformidade com a estrutura social. Em todo o caso, foi-se consolidando a ideia de que consumos diferenciados se associam a clivagens sociais transportadas para o interior do espaço escolhido para consumo vínico.

A segunda grande coordenada analítica incidiu na própria estrutura social onde decorreu a investigação, admitindo caracterizar-se por estilos de vida diferenciados repercutidos em práticas sociais circunscritas ao vinho. Neste sentido, dissociou-se esta coordenada em vários vectores que contribuíram para uma melhor estruturação analítica.

1. Num primeiro vector analítico, inerente  inserção dos consumos dos vinhos no quotidiano, comprovou-se que os frequentadores-consumidores dos estabelecimentos seleccionados se caracterizam, de facto, por (pr)disposições para consumos vínicos inseridas no consumo alimentar quotidiano, afins à oferta verificada no(s) espaço(s)-tempo (estabelecimentos) frequentados, sendo essas (pr)disposições fruto de uma produção quotidiana social cristalizada e construída por via socializante. Assim, consoante os perfis sociais dos frequentadores-consumidores, vão-se delineando os tempos específicos (ocasiões) habitualmente utilizados para os consumos vínicos, registando-se um certo condicionamento entre o perfil social do frequentador-consumidor e a escolha quotidiana do espaço semi-público para os consumos.

Realmente, ressalta a centralidade do consumo de vinho corrente no quotidiano alimentar dos frequentadores das quatro primeiras casas – Valente, Túnel, Jaime e Soraya – onde é consumido diariamente, quanto mais não seja, complementando a refeição. O vinho do Porto, por seu turno, sendo consumido com menor frequência, não raro em “ocasiões especiais”, funciona geralmente como aperitivo e/ou digestivo e integra-se em lógicas de consumo com fins não alimentares e mais direccionados para a sociabilidade. Enquanto o vinho corrente está mais associado

a uma prática quotidiana, alimentar, banal, e destituída de simbolismo distintivo, o vinho do Porto, porque articulado a um uso quotidiano menos rotineiro, mais ocasional, reveste-se de uma carga simbólica mais acentuada.

Num segundo ponto, relacionam-se lógicas simbólico-comportamentais afins aos espaços semi-públicos e a tempos específicos. Ficou claro que, apesar dos inquiridos considerarem o espaço doméstico mais adequado para os consumos de vinhos, preferem, manifestamente, consumir em geral no espaço público, qualquer dos vinhos aqui em questão. Esta dissonância indica a presença de um desfasamento entre práticas e representações.

Os espaços com lógica tabernal – os quatro primeiros – aproximam-se mais de um modelo baseado no interconhecimento e na convivialidade em relacionamentos endógenos ou transportados quotidianamente para o espaço; o Solar – quinto tipo – aproxima-se mais de um modelo baseado na cultura de saídas, no consumo e numa convivialidade de Tipo exógena ao espaço. A análise das práticas dos clientes dos espaços tabernais reflecte a visão de um “mundo da vida” partilhado onde prevalece a comunicação e a fluidez das relações, por oposição a um tipo de comunicação mais limitada e mais contida.

Um terceiro vector dentro desta coordenada analítica cinge-se à gramática comportamental no sentido da construção do gosto, da iniciação e da (re)sociação.

Neste parâmetro, emergiu como certa a confirmação da construção social do gosto, por interposto processo de socialização. Isto é tanto mais verdade, quanto mais precoce for a iniciação ao gosto e ao hábito de consumir vinho. De facto, a familiarização com os estabelecimentos e com o consumo vínico em espaços públicos é precoce, o que coloca em destaque a importância da socialização na definição das práticas vínicas, bem como a dotação de sentidos a elas inerentes. Contudo, há diferenciações comportamentais consoante o perfil do frequentador-consumidor, na medida em que ressaltou a articulação entre a frequência destes espaços, as trajetórias sociais específicas e a transmissão intergeracional de práticas e consumos. Assim, conclui-se que o gosto por vinho (corrente ou do Porto) é, tendencialmente, construído bem cedo, ainda na infância ou na adolescência. Precocemente se vão constituindo os *habitus* dos frequentadores dos quatro primeiros espaços no gosto pelos vinhos, o que explica o carácter durável das disposições tendentes a este tipo de consumos. As estruturas incorporadas de gostos adequam-se às práticas sociais exteriorizadas, nomeadamente no que respeita à frequência de espaços onde esse gosto possa ser materializado. Muitos dos inquiridos nesses estabelecimentos tomaram contacto com o vinho (corrente e do Porto) ainda antes dos 10 anos



de idade. Os consumidores do Solar foram mais tardiamente familiarizados com o consumo de vinho, o que indica a presen\u00e7a de perfis sociais distintos face aos que frequentam as quatro primeiras casas.

O quarto vector anal\u00edtico remete para as apropria\u00e7\u00f5es v\u00ednicas, permitindo-nos confirmar, por um lado, que os frequentadores-consumidores dos estabelecimentos seleccionados se caracterizam por (pr\u00e9)disposi\u00e7\u00f5es para um consumo alco\u00f3lico inserido no consumo alimentar quotidiano; por outro, fica claro, face ao exposto at\u00e9 ao momento, que essas (pr\u00e9)disposi\u00e7\u00f5es s\u00e3o fruto de uma produ\u00e7\u00e3o quotidiana social cristalizada por via socializante. Assim, o vinho faz parte do quotidiano dos frequentadores dos espa\u00e7os em an\u00e1lise, inscrevendo-se o seu consumo nas pr\u00e1ticas alimentares quotidianas. A apropria\u00e7\u00e3o dos consumos emerge diferentemente consoante a pr\u00f3pria diferen\u00e7a inscrita no espa\u00e7o semi-p\u00fablico, isto porque a espa\u00e7os diferenciados correspondem, tamb\u00e9m, perfis sociais diferenciados. O vinho corrente continua, por\u00e9m, a ser alvo de uma escolha hier\u00e1rquica privilegiada, com excep\u00e7\u00e3o dos frequentadores do Solar, o que significa que a posi\u00e7\u00e3o hier\u00e1rquica privilegiada atribu\u00edda a este vinho depende do perfil social do frequentador-consumidor ou da qualidade do vinho.

Numa palavra, dir\u00edamos que este estudo apostou fortemente na articula\u00e7\u00e3o entre dimens\u00f5es objectivas e dimens\u00f5es subjectivas, isto \u00e9, entre condi\u00e7\u00f5es de exist\u00eancia de actores sociais e a sua articula\u00e7\u00e3o a estilos e modos de vida, representa\u00e7\u00f5es e simbologias.

Os vinhos em Portugal (1300-1820).

Um sector de sucesso na agricultura
bloqueada do Antigo Regime.

A u r é l i o d e O l i v e i r a *

Vão permitir-me, que esta minha comunicação decorra mais a jeito de Ensaio (necessariamente também muito sintético) do que a nível de estudo histórico 'propriamente dito, isto é, do estudo de caso, pontual, embora o que aqui se afirma possa ser, em todos os passos, fartamente documentado. Não nego que também possa ser algo contestado. Mas estes Encontros reuniões científicas são o lugar ideal para que isso possa acontecer.¹

I. Os cereais. “*Um mal necessário*”. Um abandono forçado.

1. Os pontos essenciais da minha intervenção constam da Síntese apresentada.

O cabal desenvolvimento daria um tratado alargado. No contexto da historiografia nacional, em algo certamente polemizado. Na verdade, ele pretende e quer pôr em causa dois dogmas com os quais se conformou a historiografia nacional para o sector agrário. A saber: um castigo decretado pela Providência para a terra de Portugal (entre todas as demais da Península e da Europa retirando-lhe todas as capacidades naturais de alimentar o Povo que a mesma Providência aqui “botou” (ou despejou); depois, a muito propalada e falada ignorância congénita das gentes do campo desprovidas das necessárias capacidades culturais para pôr a terra a produzir. Quer dizer: *ab initio* uma dupla e inultrapassável desgraça.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do GEHVID.

¹ Comunicação apresentada no Congresso Internacional VIII Seminario Iberoamericano. “Viticultura y Ciencias Sociales”. Universidad de Talca. Janeiro. 2006.

2. Um segundo ponto para o qual convém chamar a atenção, é que no sector concorrem várias componentes e actividades ou sub-sectoros. Para além de condicionalismos exógenos e endógenos que, em paralelo, inevitavelmente os condicionaram e afectaram, eles se apresentam diferenciáveis, com sortes e destinos comuns mas também, por vezes, bem diversos e diferentes, nem sempre convergentes. Não convém, por isso, meter tudo no mesmo saco, quando sobre as actividades primárias se simplificam demasiado os juízos, caindo às vezes na banalidade e no lugar-comum.

a) Apenas um exemplo: na mais recente e bem apresentada História de Portugal, cobrindo dois períodos completamente diferentes, nos deparamos com afirmações como estas:

- a) Referente ao Século XVI: “*só aparentemente (no sector agrícola) nos poderemos pronunciar por alterações positivas*”: (História de Portugal, direc. de José Matoso, Lisboa). Para já, apenas um reparo: Se os avanços no sector industrial se fazem por pequenos passos até à segunda metade do Século XVIII ou mesmo século XIX, como se poderiam esperar saltos nestes períodos e neste sector? *Natura saltus non dat!* É evidente e demonstrável que em termos de volume de produção houve progressos na agricultura portuguesa do século XVI e em vários dos sectores. Não sempre, naturalmente. Mas há que limitar e caracterizar o Tempo – construído por tempos curtos, médios e longos – que um Século é um período cronológico muito largo.
- b) Para o século XVIII, apenas também uma ilustração: O sector agrícola (referindo-se especialmente os cereais – que não são tudo): Diz-se *todo o século, se encontrou (ou permaneceu) mergulhado numa crise de longa duração e não consta que tenha sequer chegado a conhecer momentos de crescimento*” (Hist. de Portugal. Direc. José Matoso. Círculo de Leitores. Lisboa. 1993. vg. 81). Eis uma afirmação e um juízo (de gravidade, aliás) que também não está comprovado pela generalidade dos estudos já vindos alume (e também por algumas razões da mesma índole anterior. Um Século tem cem anos – há que delimitar períodos pois nele se verificam movimentos bem diferenciáveis.

Não é possível sustentar estas afirmações. Tanto para o século XVI como para o XVIII. (Deve até, afirmar-se, pelo contrario, que o século XVIII, ao ritmo normal dos ciclos económicos, seria aquele em que pela primeira vez se registaram melhorias muito significativas (recuperando perdas que havia sofrido desde a primeira metade do século XVII). Mais: por entre atrasos e “rotineirismos” há aí, alguns



“pirilampos” de modernização, pontuais que sejam, que têm que ser introduzidos na apreciação do sector.

(NB: Em síntese, para o Século XVI tomamos a liberdade de remeter para *O tempo económico no tempo de Gil Vicente* (“Revista de Guimarães”. Ano. 2002. Guimarães. 2003) e para *Braga e o Arcebispado no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582)* (“Revista de História” da Faculdade de Letras do Porto. II. Série. Vol. XIV. Porto. 1977). Ainda *O pão e o Vinho no País do Douro. 1500-1820*. Em “Douro. Estudos e Documentos”. Ano de 2005. GEHVID. Porto. 2006. Para o Século XVIII, remetemos para *A Abadia de Tibães. 1630-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols. e para *As actividades económicas na segunda metade do Século XVIII* em “História de Portugal”. Direc de A. H. e Oliveira Marques. Infelizmente ainda hoje no Prelo)

Em resumo: não há, nem num nem noutro, comportamentos lineares que permitam afirmações daquele tipo.

3. A carência cerealífera endémica da terra portuguesa advinda dos condicionamentos edafo-climáticos adversos é ponto praticamente assente dentro da produção historiográfica portuguesa, residindo nesses factores a normalidade da constante e ininterrupta importação de cereais para alimentar a sua população, ao que parece, desde Adão e Eva até aos nossos dias.

Tem-se repisado, assim, e até à exaustão, a maldição inata da terra e a ignorância das suas gentes para a produção agrícola nacional e em particular dos cereais. (mas poderíamos falar de outros produtos agrícolas: Referindo o caso específico das lãs (a asserção, porém, de modo algum lhe é exclusiva): “eis aqui as razões porque a Hespanha e Portugal, tendo o mesmo clima, os mesmos solos e as mesmas condições se desigualaram tão espantosamente no ramo da produção”. Ferreira Lapa, *Teclogia*. III. 171). São os motivos, as causas edafo-climáticas (sobretudo agora para Setecentos) que mais voltam a ser sublinhados como das maiores responsáveis pela estafada incapacidade de produção e conseqüente insuficiência alimentar da população portuguesa.

Ora:

1º: é seguro que não foi sempre assim.

2º A generalização nem sequer é verdadeira.

4. Não dispendo embora das condições ideais, (nem todos as tiveram, aliás) sustentadas ou não por estudos que, por vezes, se atropelam por não encontrar as condições máximas para a melhor produção, de modo algum reside aí a principal

causa da insuficiência produtiva da terra portuguesa. Aliás, dessas condições físicas ideais nem todos dispuseram, inclusive, alguns países ou regiões que habitualmente exportaram cereais. Nem vale a pena citar exemplos.

Assim, quanto ao 1º ponto: a) algumas vezes exportou a terra exportou cereais. (Da Idade Média ao Século XIX). b) alguma liberdade de circulação no primeiro período e bastou algum alívio ou benefício proteccionista, em particular, depois da Revolução Liberal, para que os mesmos lavradores e as mesmas terras, com as mesmas condições climáticas, produzissem o suficiente para a população; e bastaram, mais tarde ainda, as leis proteccionistas, pondo travão à enxurrada de cereais estrangeiros, para que a terra com as mesmas condições edafo- climáticas produzissem para si a ainda sobejasse para alimentar momentaneamente a exportação!; (Lobo d'Avila. 14-15). As leis e algumas providências contra a entrada livre de 1837 a 1854, poderão ter fomentado algum contrabando, mas a coisa não era nova, e a produção manifestamente que melhorou muito (Jaime Reis. *A lei da fome*).

As terras, isto é, a Província, produzia normalmente para si própria e frequentemente exportava para fora do seu circuito, às vezes até para o estrangeiro. O responsável pela importação permanente e habitual tem um nome e uma localização física: – a Capital, um (ou o) enorme centro consumidor, totalmente franqueado aos cereais estrangeiros desde o início do Século XVI. Essa capital volver-se-ia, rapidamente, no maior concorrente da produção nacional. *A Capital devorava* (e devorou) *as Província*- (Rebelo da Silva, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*); a capital do País volveu-se, transformou-se, no maior inimigo e concorrente da restante da terra portuguesa (Don José de Aldama Ayala *Compendio Geografico-estadístico de Portugal*). Os cereais dos campos de Portugal eram, por regra, sempre superiores em preço aos estrangeiros que passaram a entrar francos e livres: Quer dizer: uma dupla incapacidade edafo-climática! Só um tolo poderia produzir para este mercado! O abandono da agricultura dos cereais foi uma resposta racional das gentes (e ante outras pesadas circunstâncias, que aqui passamos em branco), e não uma imposição climática inultrapassável do território!²

² Em síntese: “Desde 1821 em que se publicou a primeira lei proteccionista até 1855 deixou(de haver importação de trigo e chegou a exportar-se nos anos que decorreram de 1838 a 1855...Com este regime protector não foram prejudicados os consumidores pois baixou o preço médio do trigo.... De 1855 a 1888 facilitou-se novamente a importação de acordo com as ideias livre cambistas então em voga e a importação aumentou decaindo a produção nacional... o País passou a produzir sucessivamente menos e o lavrador que persistia no cultivo a perder e a empobrecer cada vez mais.... A Lei de 1888 estabeleceu tarifas para a importação. Iniciou-se uma nova época de alguma protecção à lavoura. mas a importação continuou. Foi preciso a lei de proteccionista de 1889 que só permitia



Muitos testemunhos para o século XVI anotam, em geral a condições não diria as melhores ou as mais excelentes, mas normais para uma produção regular da terra. Por vezes, anda até, anda bem sublinhando a sua fertilidade. E, na verdade, se encontraram, por aqui e por ali, de Norte ao Sul do País, índices de rendimento por unidade, que igualam os das melhores terras da Europa. O mesmo se diga para o século XVII e o mesmo se diga ainda para Setecentos.

Para o Século XVIII até se poderá permitir ou remeter para o juízo de Pombal, (que bem se poderia queixar de alguma adversidade trazida pelo início de um novo ciclo climático que se desencadeava por meados do Século e que traria dificuldades à generalidade ao sector agrícola). O atraso da agricultura nacional não reside – segundo o clarividente estadista – nas condições particularmente adversas da terra portuguesa. Seria coisa estranha e espantosa – sublinha – que a Providência tivesse castigado desse modo um só País de Europa). As causas da improdutividade e dos atrasos residem mas noutros factores (a cuja correcção entregaria parte da sua política).

Por seu turno, o primeiro Intendente que nomeou para a Agricultura nacional, depois de percorrer todo o país, verberou solenemente a rebatida *cantilena da esterilidade* – que assim designa – em que alguns se refugiavam para justificar os atrasos e as insuficiências produtivas do Reino (Ferrari Mordau, *O Despertador da Agricultura*), e, sobretudo, a necessidade inelutável da importação (que foi sempre crescendo em Lisboa – sempre à medida do seu crescimento demográfico e em redor da qual se alimentavam grossos interesses estrangeiros e também alguns nacionais.) O apologista Adrien Balbi que deixou desse país o mais completo estudo estatístico e analítico, pensa e ajuíza do mesmo modo: Na verdade, indo ao cerne da questão e contrariamente ao que muitos opinam, se expressa deste modo: “*a Providência quis favorecer o agricultor português mas esse favor do céu tornou-se inútil perante erros dos homens*” (*Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*. Vol. I. 51).

5. Para nós (e a análise e a lição dos documentos históricos dificilmente podem permitir outra conclusão), as maiores condicionantes não foram, efectivamente, a estranha adversidade dos factores físicos e naturais da terra portuguesa como, sobretudo, os bloqueios exógenos impostos à terras e às gentes, decorrentes da administração política e económica desde o Poder central à dos inúmeros poderes

a entrada de trigos em condições especiais e atinentes a garantir o consumo da produção nacional para que a produção voltasse a fazer-se com interesse. Finalmente a lei de 1891 restringiu ainda mais a importação de trigos exóticos autorizando-o só em caso de preços excepcionais dos nacionais ou acima de determinada tabela (60 reis /kg.) (O Regime dos Cereaes. Lisboa. 1899).

locais (colectivos ou particulares). Isto é, essencialmente dos Municípios, que agiam como verdadeiras republicas independentes e verdadeiramente hostis às populações não amuralhadas e, mais graves ainda, se confinantes. Ainda pelos finais do século XVIII as populações de concelhos vizinhos se entendiam e comportavam como estranhas e como estrangeiros uns em relação aos outros e as cidades hostis aos campos e vice-versa. Esta Administração impediria, de facto, o desabrochar de solidariedades económicas espaciais e geográficas bloqueando a constituição de tecidos alargados que teriam potenciado o crescimento dos centros consumidores, o crescimento de mercados locais ou regionais, a circulação dos produtos. Outros estrangulamentos são causa e consequência dessas políticas localistas: as dificuldades de circulação e a ausência de transportes.

Quer dizer, e em resumo, uma verdadeira discriminação económica e político-administrativa (como social, pois que até a circulação das gentes se chegou e impedir), do território desde o poder central às ditas administrações municipais. Condições e bloqueios particularmente gravosos durante a época Moderna, em que por todo o lado surgem os grandes mercados e os grandes fluxos mercantis, na dupla dimensão da activação dos mercados e comércio internos, aos comércios externos e onde, por seu turno, os interesses frumentários ganham uma dimensão extra-regional muito grande.

Ora, como dissemos, os inícios do Século XVI marcam uma data fatídica para os campos de Portugal ao permitir o Monarca a entrada livre de cereais estrangeiros na capital, isto é, no maior centro consumidor do país, enquanto que os da produção interna continuavam carregados de direitos para ali podem ser metidos e transaccionados, servindo-se algumas vezes esses monarcas dos dinheiros desse pão, para agraciar, apaniguados e beneficiados.

As administrações Municipais retalharam o território nacional num verdadeiro minifúndio administrativo. Com a sua restrição à circulação dos géneros agrícolas, sobretudo o pão, (o mesmo problema com as carnes, com graves reflexos também na pecuária) e com a sua política das taxas exorbitantes e sistematicamente baixas reduziram e, depois, anularam todo o interesse económico em produzir para além das necessidades mínimas alimentares do círculo familiar ou das decorrentes da estrita satisfação das rendas, as quais com os demais encargos tornaram praticamente impossível acumular excedentes, acumular capital, logo, proceder a inovações técnicas e até culturais, ao aproveitamento e exploração de terrenos novos ou marginais que não visassem a satisfação mínima do crescimento demográfico e familiar. Finalmente, a própria constituição dos foros impedia, ou muito dificultou, por seu turno, a introdução de culturas novas (passando também pelo peso de todo



o tipo de encargos, dos quais se não obtinha retorno com preços compensadores): “muitas vezes valia mais o trigo na eira do que no mercado”. E já dizia no século XVI Diogo Bernardes, lá dos férteis campos e lezírias do Lima: é o lavrador obrigado a vender por três e quatro o que lhe custa seis sete e oito. (em A Oliveira, *O tempo económico*). E Mirada documenta também esse esmagamento da terra e das gentes dos campos de Portugal (pelas taxas municipais e preços artificialmente baixos) que os poderes estabelecidos nunca quiseram corrigir ou inverter:

*“que vejamos como demos
cousas sem preço, por preço
que lhe tão baixo pusemos.
Santo Deus!
A que estado nós descemos!...*

(Sá de Miranda, “Obras Completas”. Clássicos Sá da Costa. II. 75).

A política egoísta e umbiguista do Município travou em muitos sectores o desenvolvimento das terras e das gentes. Não vale a pena ilustrar historicamente a afirmação. Estão aí todas as provas e documentos históricos que o podem confirmar. Um bom conhecedor de toda esta problemática afirmava ainda esta realidade no dealbar do Século XX. *“as diligências empregadas para favorecer o operário da cidade ... (e para mais com os géneros agrícolas abaixo dos preços da produção) não tem ponto de comparação com o abandono a que é devotado o operário dos campos”* (Avila. 12). Em resultado, um sistema regulador injusto de consequências excessivas de que resultaram sistematicamente perdas para o produtor a diminuição das culturas e, no final, as fomes ou a recorrência abusada das carestias e das fomes e (Avila. 66). Sem exigir as melhores condições ou as condições ideais, poderíamos concluir “que não é de facto pela falta de terras aptas à produção que todos os anos se têm que importar cereais para os maiores centros consumidores” (Andrade. 41; 161).

II. O sector dos Vinhos. Um produto estratégico e vantajoso.

6. Todavia, nem todos os sectores agrícolas não dispendo embora, também eles, dos melhores condicionalismos edafo-climáticos sofreram o mesmo destino dos cereais!

Pela sua importância alimentar e económica são os cereais e os vinhos os sectores de maior relevância da agricultura portuguesa do ao longo de todo o Antigo Regime.

Os vinhos, a par de alguns outros produtos, como as frutas, por exemplo, não constituindo um produto alimentar básico logo, não essencial, para a estratégia alimentar das cidades, puderam beneficiar de maior liberdade de circulação, gozando até de uma invejável liberdade de movimentação. As peias – algumas frequentemente iludidas e desrespeitadas) não advieram tanto das necessidades rígidas da alimentação urbana, como do seu interesse económico para a política urbana: as taxas que sobre eles recaíram serviram sistematicamente às administrações municipais para custear obras e melhoramentos públicos, para atender a imposições e derramas do poder central, para custear, até, a entrada mais livre de outros produtos alimentares essenciais como aconteceu com os mesmos cereais. Um produto não vital, do ponto de vista alimentar, mas estratégico, primeiro para a política municipal depois, para o próprio poder central que em várias circunstâncias a ele recorreu também. Frequentemente se volveria na principal fonte de receita destas administrações. Logo, um produto de cuja movimentação e circulação a cidade tirava o melhor proveito e os seus produtores muito maior vantagem que os feitos com os cereais (que só os arrematadores das rendas senhoriais ou os grandes senhorios puderam juntar em quantidade para, sempre com dificuldade, levar aos centros consumidores).

Por outro lado, livre das imposições e livre da vigilância apertada, a sua circulação ampliou-se: do consumo local ao regional, e do local e regional ao ultramarino ou internacional, tornando-se num produto agrícola vantajoso para o comércio, vantajoso para as rendas e vantajoso para a própria produção. Deve dizer-se também que o seu desequilíbrio na constituição ou estrutura da renda fundiária o favorecia claramente: pouca representatividade e pouco peso relativamente aos cereais. E, como não era essencial à alimentação, os excedentes ou a pequena produção pôde movimentar-se e “interessar” desde o do grande ao pequeno lavrador.

Todos o fizeram, mas numa primeira fase, a vinha e os vinhos apresentaram-se como um produto aristocrático: isto é: só se puderam entregar á sua produção (própria ou exigida e seleccionada na renda) aqueles que pelas rendas fundiárias que usufruíram, puderam dispensar a cultura directa do pão, (que lhes estava garantido pelo encaixe das rendas foreiras); depois, pelo próprio privilégio da sua venda em mercado: o *relego*, um privilegio real ou senhorial que impedia a venda livre e particular da bebida enquanto o “senhor”-senhorio) tivesse os seus odres por esvaziar! Ora, para além dos vinhos próprios, muitas vezes se socorriam estes das pequenas produções para ampliar ou garantir, por mais tempo, esse *relego*. Depois, uma outra espécie de *relego* que, para além dos privilegiados da nobreza, puderam usufruir as aristocracias endinheirada que foram investindo e constituindo



propriedades agrícolas e achegando-se ao estatuto daqueles. *Os direitos do cutelo*, isto é, o direito que dava privilégio aos que tivessem vinhos de lavara própria, de os poderem vender livres das taxas municipais. Direito que ainda permaneciam pelo século XVII e XVIII. Garantia-se, pois a venda já não em exclusivo, mas livre de direitos, dos vinhos de lavra própria e de que, em geral, era detentora a melhor aristocracia das terras, como sistematicamente aconteceu no Porto – a cidade ou centro vinhateiro por excelência em Portugal durante este período. Sempre contra os protestos dos restantes lavradores e, até, da plebe do Município (e da sua rede de vendeiros). Este direito do cutelo possibilitou e deu azo a largo contrabando, pela compra e aquisição de vinhos alheios, para depois serem vendidos como próprios. (Mas movimentariam, a seu modo, a produção).

7. Assim, contrariamente aos cereais, e por esse lado com mercados solicitadores sempre em crescimento e sucessivamente alargados, os vinhos vieram a tornar-se um sector de uma rentabilidade e de um interesse económico crescente, para os particulares, para os Municípios e, em breve, para o próprio poder Central.

De origem aristocrática bem marcada, todos os que foram podendo, se foram metendo à sua cultura, pois aí encontraram sempre uma margem de interesse muito mais elevada, apesar de o pão ter um a procura rígida (que poderia ter assegurado uma produção crescente) e este produto não ter as mesmas garantias de consumo assegurado. Mas a liberdade de circulação fez a diferença, alargando a procura, e incentivando à sua cultura. Satisfeitos os encargos estritos das rendas, assegurado o mínimo alimentar daqueles que possuíam ou laboravam as terras, a escolha foi unidireccional: a aposta no vinho que rapidamente se tornou um produto estratégico da economia familiar do pequeno ao grande lavrador e ao senhorio aristocrático – laico ao eclesiástico. (E não se nega que para estes, outros sectores se tenham também imposto como alternativos. Passemos-los).

A maior liberdade de circulação foi, sem dúvida, um dos ingredientes para que o consumo, extravasasse as estritas necessidades familiares (onde aliás, era um produto dispensável) e assim crescesse constantemente alargando os tratos e as clientelas neles envolvidos, posicionando-se francamente para os mercados. Foi um dos raros produtos

que mais cedo se posicionou e desenvolveu em função do interesse vantajoso do mercado. A produção tornou-se, assim, *interessante* isto é, *com interesse* e mesmo *alto interesse*, para todo o tipo de agricultor que passou a contar com o vinho como um elemento importante da sua estratégia económica e fundiária: os

que puderam alargaram sucessivamente os terrenos dedicados aos vinhos (mas não reduzindo os do pão a ponto de pôr em causa o auto-abastecimento familiar. É um erro histórico e um anacronismo pensar e afirmar o contrário: o pão foi e seria sempre para o campesinato (sobre quem recaía, durante os tempos aqui em análise, praticamente todo o encargo da produção – *um mal necessário* parafraseando Jacques Mulliez; e que um Comentarista nosso dizia em 1893 ter funcionado sempre ou quase sempre como *um recurso extremo* o vinho ou a vinha, porém, um bem de larga conveniência estratégica. (*A Revisão*, 24).

Um pequeno exemplo aduzido por Elvino de Brito – que aos vinhos e à coisa agrícola dedicou valiosos estudos – pode dar-nos, outrossim, a ideia exacta da importância da vinha na economia familiar do camponês: Diz: se um agricultor com 4-5 hectares de terra, destinar à vinha $\frac{1}{4}$ dessa área, fica garantida à sua exploração um êxito seguro e um exercício regular. As outras culturas poderão então ser feitas com maior desafogo porque a vinha poderá fazer papel de banco ou sócio capitalista proporcionando, com o seu maior rendimento algum encaixe com que o agricultor poderá melhorar as condições das outras culturas” (Elvino de Brito – *Assuntos Agrícolas*. Lisboa. 1889. 109). Quer dizer: um bem de interesse garantido mesmo em espaço de pouca dimensão em que a atrofia cerealífera era ainda maior

A presença de uma cultura rentável, com relativa facilidade de escoamento e circulação, foi um dos factores decisivos (com o claro aumento de consumo desta bebida – que muito caracterizou a primeira metade, mas sobretudo a segunda metade de Setecentos. A cultura expandiu-se fácil e rapidamente quando, foram sendo superados os apertos do pão ou quando o pão estava garantido. Para uns, ao nível do mínimo vital, para outros, até de sobejo, pelo encaixe das rendas. É que e na verdade, “todos desejam ver gozar do fruto do seu trabalho ... Ora, a vinha é uma cultura que se mostra brevemente grata ao cultivador” – se dizia ainda em 1893. (*A Revisão*. 23)

Eis algumas das causas fundamentais para que o sector dos vinhos se constituísse numa claríssima contraposição ao que se passou com os cereais e, logo, sucessivamente excedentária, a que um comércio sucessivamente mais activo e alargado permitiu a saca e o interesse, sempre crescentes, da produção. O século XVIII consagrou em Portugal (à semelhança, aliás, do que aconteceu por todo o lado) a expansão por vezes descontrolada dos vinhedos afectando todo o tipo de terrenos. E, no caso Português, mesmo em áreas ou regiões hoje bem promissoras e de grande interesse, mas, nestes tempos ainda, sempre, tidos como de baixa e ou muito baixa qualidade, como eram os chamados vinhos *verdes*, às vezes ditos



e tidos desde o século XVI, como *vinhos azedos* (que, segundo o humanista Sá de Miranda, só a condenados se poderiam servir ...).

A liberalização atingiu a plantação e o comércio. Com um sector cerealífero estagnado em recessão ou em crescimento negativo, a aposta nos vinhos acentuou-se por todo o lado, dentro e fora das regiões tradicionalmente vinhateiras.

Deixemos a *vinhomania* que atingiu o Douro nos finais, ou segunda metade do Século XVIII, (Rebello da Fonseca. 194) e onde extensão dos vinhedos espantaria, sobremaneira, os viajantes. Esse “distrito do vinho”, por excelência “onde se pode viajar um mês (inteiro) sem que se não vejam senão vinhas” (Croft), e venhamos a um espaço, então dito, menos fadado para os vinhos. – o Minho. Ora, mesmo aqui e com essas características gerais, *os ditos azedos* que mais correntemente se tornavam menos procurados nos mercados e sofriam, na verdade, muito menor exportação), o volume e o interesse da sua cultura e produção se transformou igualmente num sector vital entre a mais pletera de culturas e produtos. A sua produção e a sua expressão no terreno e na mesma estratégia doméstica, espantaria também os viajantes nacionais e estrangeiros que percorreram o Entre Douro e Minho. Embora de menor qualidade, a sua cultura era sempre superior às necessidades e embora de menor escoamento, a sua produção e trato foram sempre vantajosos, neste tipo de agricultura do minifúndio.

Mesmo numa situação difícil, (como aconteceu por 1785, com os da Comarca de Viana e os de Monção com visíveis perdas e retracção da produção), se diz que eram eles ainda, mesmo que fracos ou de baixa saída – das “*colunas mais sólidas de que dependem a maior parte dos lavradores da Província de Entre Douro e Minho.* (Doc. em Capela. 11). Lacerda Lobo, que indagava pelo Minho da importância e estado das culturas, surpreende-se com esta extraordinária produção e com a importância dos ditos *azedos* na economia familiar do campesinato. E tudo isto num contexto fundiário extremamente apertado e exíguo. A média da exploração individual andaria aqui pelos finais do Século XIX apenas pelo meio hectare! O limite dos 3/4 hectares para garantir a sobrevivência de uma família de 4 elementos seria a média (baixa, diga-se. Todavia, no genérico do Portugal atlântico particularmente no Entre Douro e Minho era muito menor). Mas, extensões menores seriam viáveis, se bem geridas. Sempre, porém, desde que dispusesse de terrenos para a vinha (Telles, 256-57). A viabilidade passava sempre, pelo cultivo da vinha que se tornava essencial para a sobrevivência e para tão baixa percentagem de terra por família.

Uma realidade e uma importância estratégica de Norte a Sul do país. Eis o testemunho, para o conjunto do Portugal mediterrânico, após o exaustivo estudo

de Albert Silbert. É, de facto, a produção vinícola, por pequena seja, que ainda vai valendo aos camponeses: *“Enfim, em uma agricultura de subsistência, o agricultor conta apenas com um pichel de vinho vendido para equilibrar ou minorar a sua sorte ou orçamento,* (Silbert. I. 121).

Das áreas de eleição às áreas menos fadadas, uma cultura estratégica sempre conveniente, sempre vantajosa, por isso, ao rimo normal dos ciclos, sempre em contínua expansão.

Eis uma cultura e um produto de sucesso numa agricultura bloqueada do Antigo Regime, com graves bloqueios e entraves, alguns dos quais ainda perduram nos nossos dias. Poderemos dizer um sector próspero sobretudo para aqueles que não necessitavam de se preocupar com a produção do *pão nosso de cada dia* que foram segura e provavelmente aqueles que mais fortuna chegaram, a fazer. Depois, é certo, não raramente cavalgados pelos interesses do sector mercantil. Mas isso é já outra história que necessariamente passa pela contemplação de todas as vicissitudes do sector: do pequeno ao médio e ao grande produtor e pelo comportamento da produção: das crises de quebra de produção, às crises do excesso, da super-produção. Como era um produto essencialmente direccionado para mercado, sempre à mercê dos interesses e “desinteresses” e estratégias dos aqui instalados. Crises mercantis, naturais ou artificiais, passando pelas adulterações, maleitas e mixórdias de todo o tipo no cabo das quais surgiram por vezes graves problemas sociais à produção. O País do Douro – a região vinhateira por excelência – viu tudo isso desde o Século XVII ao Século XX.

Para amenizar esta sucinta exposição, não resistimos a inserir esta constante e esta dura realidade das crises, do sucesso, das expectativas e do fracasso que matizaram também ao longo dos tempos este sector e que Bulhão Pato tão bem soube descrever e testemunhar na que se viveu nos fins do Século XIX e princípios do Século XX, na versão poética do

Casal do Monte

*Sobre o viso do Monte e dominando o vale
Alveja o casalito ao pé d' um pinhal
Quando coube em partilha ao dono que o cultivava
Era tudo um sarçal; mas tinha agua nativa
E terreno também de boa condição*

*O dono, inda rapaz, um fero latagão,
Deitou-se a trabalhar e não largava a enxada*



Desde que o sol rompia à noite já cerrada

.../...

Tinha bom lançamento a nova bacelada

Era o grande remédio – o pão não dava nada.

Mas pôr vinha de manta em chão barroso e duro

É canseira cruel! Co´ a mira no futuro

Com olhos na filha e trabalho inaudito

logrou tornar rendoso, o breve casalito!

..... Houve uns anos seguidos

de colheita feraz; os vinhos bem vendidos

o parco lavrador, fazendo economias

sonhava no porvir... descansados dias!

(Veio o boléu dos tratos, a intempérie dos céus,

dos homens o mau governar...)

Sonhar, sonhar, sonhar!.. Não há senão sonhar!

Co´ as coisas ideais!.. a peste é o despertar”!

(Bulhão Pato, em “A Arte” N.º.8 1.ºAno Porto. 1896. 116-117).

III. Vinhos na estratégia política mercantil

Nos inícios do Século XVIII (1703), por sobre uma realidade já consagrada que fazia dos vinhos a principal artigo de exportação, (do Sul, mas principalmente do Norte – Monção e Porto), serviriam eles e os seus interesses para dar livre entrada à indústria inglesa numa troca bem desigual entre produtos manufacturados e um produto de natureza quase colonial. Os vinhos tomariam uma grossa fatia do mercado inglês, constituindo sempre ao logo de todo o Século XVIII, o produto metropolitano de maior valor das exportações para Inglaterra (de 1701 a 1770 representaram uma média de 83% . (Fisher. 211; Sideri. 164 e segs.) de efeitos consideráveis sobre a economia e a própria política inglesas (Sideri. Passim.112 e outras; W. Walton *Cartas Passim*). Constituiriam também tratos de muito interesse para outros destinos. Pelos finais do Século XVIII serviriam para conquistar, pela primeira vez, os mercados e circuitos dos mares do Báltico de penetração assaz difícil. (A Oliveira, *Breves reflexões*).

Os movimentos de exportação têm sido tomados e aferidos quase em exclusivo pelos caudais e importância dos vinhos do Porto. Já se adiantou que a exportação

dos do Porto representava, a meados do Século XVIII, $\frac{3}{4}$ de todo o vinho exportado (Andrade Martins, *Memória*. 27).

Sendo daqui o caudal mais elevado, desconhecem-se na realidade, os valores de exportação de outros vinhos, de outras regiões, sempre em crescendo até às leis de proibição de exportação pombalinas que atingiram gravemente, regiões vinhateiras de grande tradição e qualidade como eram os de Monção cujos vinhos por 1730 eram ainda grandemente procurados pelos comerciantes de Inglaterra.

A serem assim os valores encontrados para os do Porto, só os da Madeira, (isto é, sem contar com outros nacionais) no período de 1777 a 1782 completariam, na prática, o outro quarto, mas com uma distorção considerável no seu valor relativamente aos da Metrópole. (A Oliveira, *Os vinhos na Madeira*).

Na segunda metade do Século XIX, o maior quinhão dos produtos exportados continua a repousar nos vinhos: reforçando a componente essencialmente agrária das exportações portuguesas: de metade a $\frac{1}{3}$ do total das exportações entre 1865 e 1889. (Em 1855 60% de toda a exportação = uns $\frac{2}{3}$ de toda a exportação dos géneros agrícolas (70,2%).

Não é só a principal exportação, como a única importante deixando os outros produtos metropolitanos a grande distância. Valores sempre em roda dos 75% de toda a mais exportação. Exportam-se de todo o lado, mas são os do Douro que levam a parte de leão tomando 72 a 54% daquela exportação (Miriam. 245-245 e segs.).

Com a implantação da República mantém-se a mesma realidade agrícola e mercantil respeitante aos vinhos, reforçando mesmo em alguns anos essa componente.

Passamos aqui em branco todas as vicissitudes da produção para dizer, tão somente, que na década de vinte do século XX mais de 50% do valor de todas as exportações nacionais continua ainda a repousar nos vinhos. A produção de uma média de exportação de umas 67,500 pipas durante a década de vinte (1920-1930), a média subiria para as 88.300 pipas entre 1971 e 75). Depois de desmantelado o sistema regulador Corporativo em 1974, atingir-se-iam em 1980 as 132.300 pipas carregando ainda mais o peso no valor das exportações do País. (A Oliveira, *Douro País vinhateiro*. 243).

Na realidade, por entre a sequência normal de surtos e crises, uma importância crescente desta componente do sector agrícola nacional dentro do Antigo Regime à actualidade. Baco, na verdade, salvou o Reino e tem salvado a República (e enquanto os cereais quase que tendem a desaparecer ou a tornarem-se remanescentes. Só com subsídios – dos outros – se mantém, agora, alguma produção).

Este um sector próspero e de assinalável e continuo sucesso – que não quer dizer linear – dentro da agricultura nacional do Antigo Regime à actualidade: *Salve* a Baco que “salvou” os municípios, salvou o Reino e tem salvado a República!



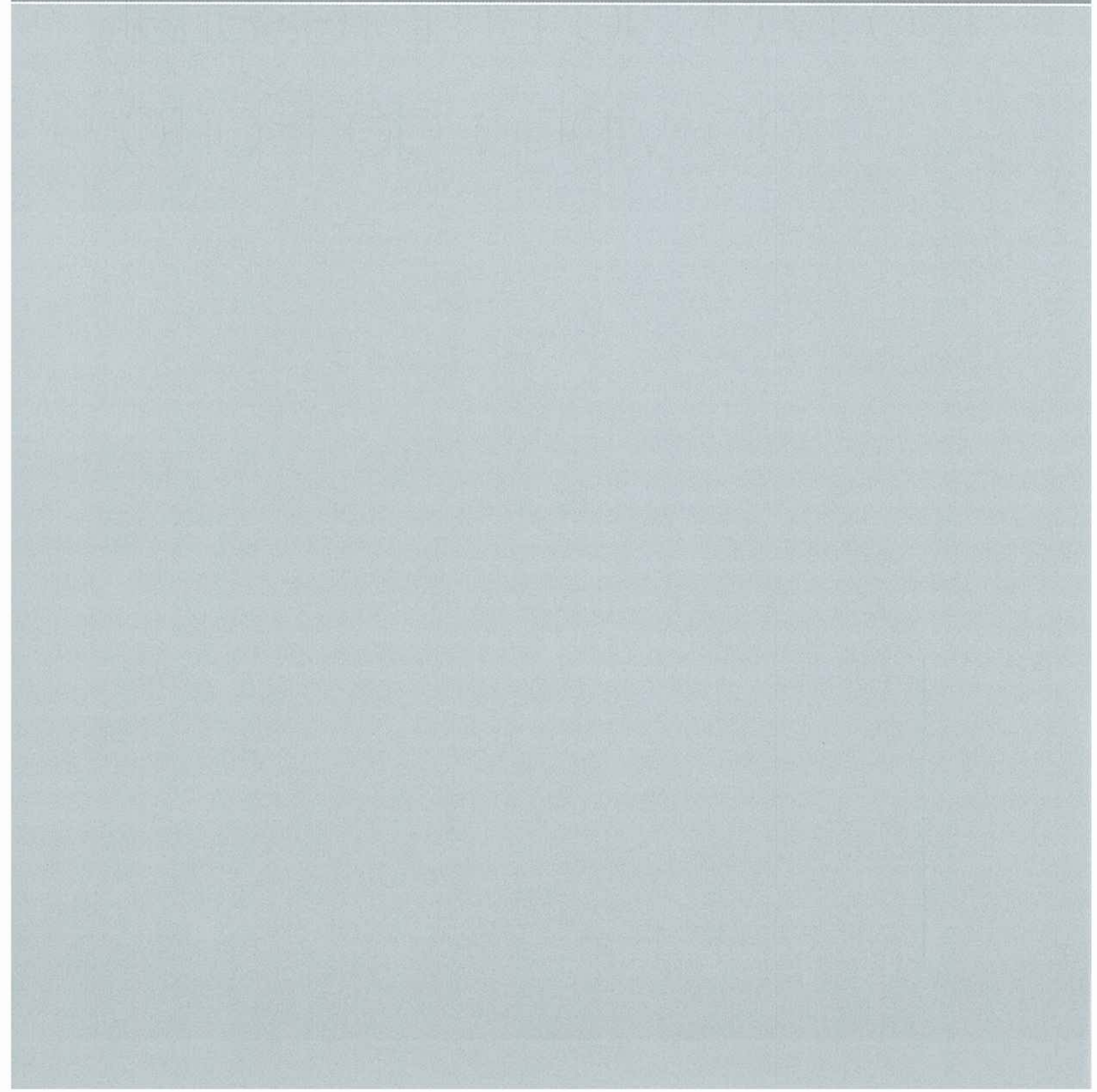
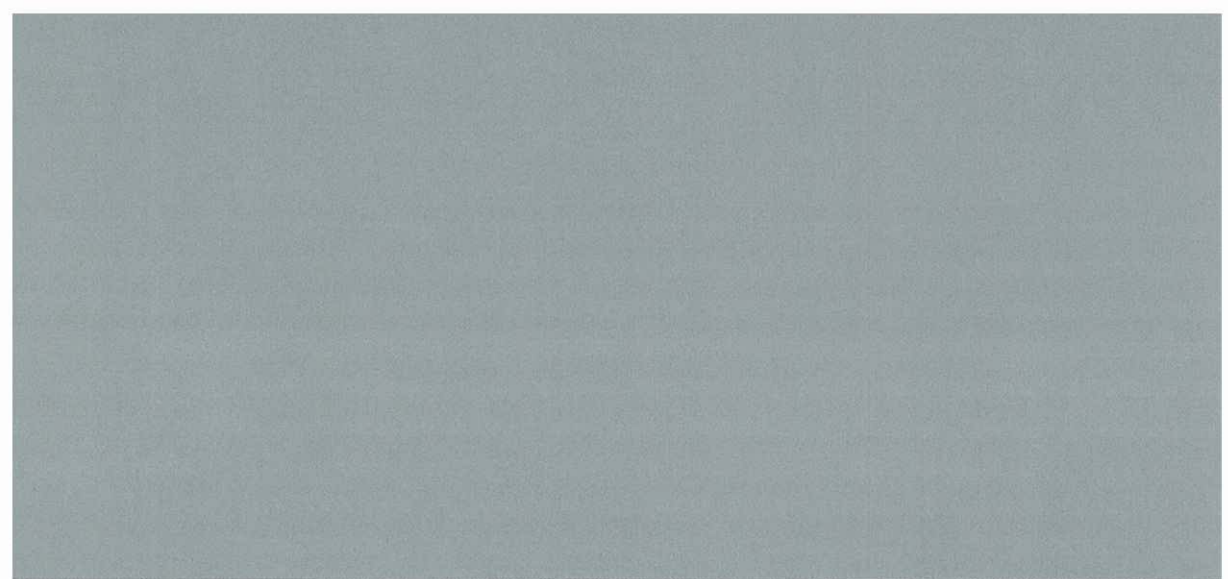
Bibliografia (Sumária)

- Andrade**, Anselmo, *Portugal Económico*. Lisboa. 1902.
- Azevedo**, Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa. 1929.
- Avila**, Arthur Lobo D', *A Protecção à Agricultura e o Commercio dos Cereaes*. Lisboa. 1886.
- Balbi**, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*. Paris. 2 vols. 1822.
- Barros**, Dr. João de, *Geografia de Entre Douro e Minho e Trás os Montes (1545)*
– Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto. 1919.
- Barros**, Henrique de, *O Problema do Trigo*. Lisboa. 1944.
- Cardoso**, António Barros. *Baco e Hermes. O Porto e comércio interno e externo dos vinhos do Porto. 1700-1756*) 2 vols. Porto. 2001.
– *A normalização do comércio de vinhos do Douro. (Da “crise” comercial de 1754 à Instituição da Companhia dos Vinhos)*. Em “História. Revista da Faculdade de Letras do Porto”. II Série Vol. 3. Porto. 2002. 63-95.
- Campos**, Ezequiel de, *O Enquadramento geo-económico da População Portuguesa através dos Séculos*. Lisboa. 1943.
- Capela**, José Viriato, *Produção e comércio do vinho dos Arcos. 1750-1850*.
– *Alguns dados e problemas*. Arcos de Valdevez. 1984.
– *Um Documento histórico. Tentativa setecentista para a organização dos mercados dos vinhos verdes*. CVRVV. Porto. 1981.
- Coruche**, Visconde de, *A Agricultura e o Paiz*. Lisboa. 1886.
- Corvo**, João de Andrade, *O Commercio dos Cereaes*. Lisboa. 1864.
- Costa**, B. C. Cincinato da – *Le Portugal au point de vu agricole*. Lisboa. 1900.
- Godinho**, Vitorino Magalhães, *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*. Paris.1955.
- Fisher**, E. H. S., *De Methuen a Pombal, O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Gradiva. Lisboa. 1984.
- Guerner**, Christovão, *Discurso Historico e Analytico sobre o Estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa. 1814.
- Justino**, David, *A Formação do Espaço económico Nacional 1810-1913*. Ed. Veja. Lisboa. 1989.
- Lapa**, João Ignacio Ferreira, *Tecnologia Rural*. Lisboa. 1868-1871.
- Leão**, Duarte Nunes do, *Descripção do Reino de Portugal*. Lisboa. 1610.
- Livre Commercio de Cereaes e a Agricultura Portugueza. Lisboa. 1865.**
- Macedo**, Jorge Borges, *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*. Delfos. Lisboa. 1962.
- Magalhães**, Joaquim Romero de, *O Algarve Económico.1600-1773*. Lisboa.1990.
- Marques**, A H. de Oliveira, *Introdução à Historia da Agricultura em Portugal*. Cosmos. Lisboa. 1968.
- Martins**, Conceição Andrade, *Memória do vinho do Porto*. Lisboa. 1990.
- Morais**, Teixeira de Moraes, *Balanças Geraes do Comércio de Portugal 1783-1801*. (Ms. 90-91 da Biblioteca Pública Municipal do Porto).
- Mordau**, D. Luiz Ferrari, *O Despertador da Agricultura de Portugal*. Ed. M. B. Amzalak. Lisboa. 1951.

- Oliveira**, Aurélio de, *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto. 1979. 2 vols.
 – *Breves reflexões acerca do comércio entre Portugal e a Suécia (fins do século XVIII, princípios do século XIX)*. Braga. 1980.
 – *Níveis de produção vinícola no Entre-Douro-e-Minho. 1626-1822*. CENPA. Porto. 1986.
 – *Clima e colheitas em Portugal (1500-1850)*. Lisboa. 2005
 – *Douro País Vinhateiro. Da produção ao comércio. (Algumas considerações)*. Porto. 1993.
 – *História do Douro. (Capítulos para a)* No Prelo.
 – *Os vinhos e os cereais na Madeira. 1777-1786*. III Simposium Internacional de História da Vinha e do Vinho. Funchal. 2003. Actas.
 – *Pombal, o Arcebispo e os vinhos*. Porto. 1995.
 – *As Actividades económicas em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Em História de Portugal. Direc. de A. H. de Oliveira Marques (No Prelo).
 – *O tempo económico no tempo de Gil Vicente*. Revista de Guimarães. Vol. 112 Guimarães. 2002.
 – *D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. (1559-1582) ("Revista de História" da Faculdade de Letras do Porto. II. Série. Vol. XIV. Porto. 1977)*. Ainda
 – *O pão e o Vinho no País do Douro. 1500-1820*. Em "Douro. Estudos e Documentos". Ano de 2005. GEHVID. Porto. 2006.
- Oliveira**, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Coimbra. 1997. 2 vols.
- Pereira**, José de Campos, *A propriedade rústica em Portugal. Superfícies. Produções. Rendimentos. Valores*. Lisboa. 1915.
- Pereira**, Miriam Halpern, *Livre Câmbio e desenvolvimento económico*. Cosmos. Lisboa. 1971.
- Pery**, Gerardo, *Geographia e estatística geral de Portugal*. Lisboa. 1875
- Regimen dos Cereaes**. Lisboa. 1899.
- Reis**, Jaime, *A lei da fome. As origens do proteccionismo cerealifero (1889-1914)*. Análise Social. 2ª Série. Lisboa. 1979.
- Revisão (A)** da Lei dos Cereaes. Lisboa. 1893.
- Ribeiro**, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa. 3ª ed. 1967.
- Santa Ritta**, Gonçalo, *Portugal Agrícola e problemas Humanos*. Lisboa. 1979.
- Shillington**, V. M. e Chapmann, *The Commercial Relations of England and Portugal*. London.
- Sideri**, Sandro, *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo portuguesas*. Cosmos. Lisboa. 1970.
- Silva**, Luiz Augusto Rebelo da, *Memoria sobre a População e a Agricultura de Portugal*. Lisboa. 1868.
 – *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa. 1860.
- Silbert**, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien Régime*. INIC. Lisboa. 1978. 3 vols.
- Telles**, Bazilio, *Carestia da Vida nos Campos*. Porto. 1904.
 – *O problema Agrícola*. Porto. 1899
- Walton**, William, *Cartas (Primeira e Segunda) dirigidas ao Conde Grey y*. Lisboa. 1832.
- Vilarinho de S. Romão**, Visconde, *O Minho e suas culturas*. Lisboa. 1902.
 – *Portugal Agrícola*. Lisboa. 1889.

An aerial photograph of a vineyard landscape. In the center, a large, multi-story white building with a central tower stands out against the greenery. The surrounding area is filled with rows of grapevines and clusters of trees. A river or stream flows through the lower part of the image. The sky is a uniform, dark grey color.

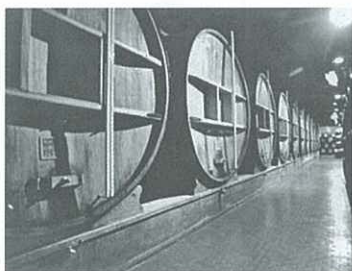
Do Mundo Empresarial
do Vinho do Porto



Evolução da Sociedade ROZÈS, S.A.

F á t i m a S a r a i v a *

1.º Actividade / Património



A sociedade Rozès S.A., tem como base a fundação da Casa Rozès, nascida em Bordéus em 1855, com o Sr. Ostende Rozès.

Instalada em Portugal desde 1956, a sociedade começou por se denominar Rozès Limitada, e após a sua aquisição pela S. Pedro das Águias Sociedade Agrícola e Comercial S.A. empresa do Grupo Vranken Pommery Monopole em 1999, passou a denominar-se Rozès, S.A. Após uma fusão no final de 2002 com a S. Pedro das Águias, Sociedade Agrícola e Comercial, S.A. a razão social passou a denominar-se S P R Vinhos S.A., tendo em 2005 voltado a adoptar a designação de Rozès, S.A.

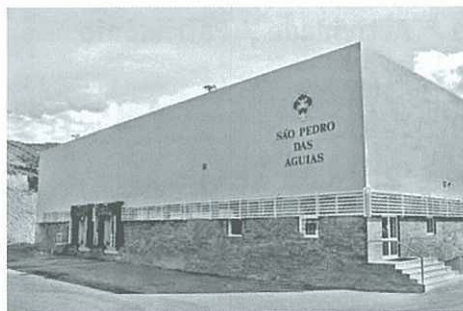
A Rozès, S.A. embora detida por empresas e pessoas singulares estrangeiras, na sua quase totalidade do capital, é uma sociedade de direito português, e com poder de decisão em Portugal, pois qualquer dos Administradores vincula a sociedade.

* Assessora de Direcção da Rozès, S.A.

2.º Actividade / Património

A Rozès, S.A exerce a sua actividade principal na produção e comercialização de vinhos comuns e licorosos da Região Demarcada do Douro, bem como a distribuição em Portugal de outros produtos do Grupo Vranken Pommery Monopole, nomeadamente o Champagne.

A Rozès S.A. tem vindo a proceder a grandes investimentos na Região Demarcada do Douro, a montante com a aquisição e plantação de novas vinhas, e a jusante com um grande investimento nas novas instalações industriais inauguradas em Fevereiro de 2006. O edifício abrange uma área de construção de 3 mil metros quadrados com capacidade para 2 mil pipas e o engarrafamento de 3 milhões de garrafas por ano. Actualmente, a marca Rozès exporta para mais de 40 países em todo o mundo.



Centro de Produção – Quinta de Monsul – Lamego



Centro de Produção – Quinta de Monsul – Lamego



Quinta de Monsul – Lamego

O património da Rozès S.A. é também constituído pelo conjunto das suas 9 quintas, repartidas por um total aproximado de 300 hectares e situadas nas zonas do Cima Corgo e Douro Superior, na Região Demarcada do Douro, assegurando o fornecimento de uvas da melhor qualidade.



O Cima Corgo ...



Quinta do Paço – São João da Pesqueira



Quinta do Monte Redondo – São João da Pesqueira



Quinta da Desejosa – Tabuaço



Quinta de Santo Aleixo – Tabuaço



Quinta de Ponte Ferreira – Tabuaço

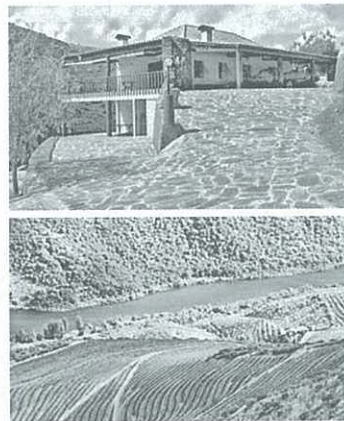
O Douro Superior...



Quinta da Veiga Redonda – Freixo de Espada à Cinta



Quinta da Canameira – Freixo de Espada à Cinta



Quinta do Grifo – Freixo de Espada à Cinta

Vila Nova de Gaia...



Caves em Vila Nova de Gaia

As Caves de Vinho do Porto Rozès estão situadas na Rua Cândido dos Reis, n.º 526 a 532 em Vila Nova de Gaia. Aceitam-se visitas por marcação num máximo de 40 pessoas.

3.º Produtos / Mercadorias

A principal actividade da empresa centra-se na produção e comércio do Vinho do Porto, tendo no entanto vindo a desenvolver a área dos vinhos de Denominação de Origem Douro. Em complemento da sua actividade comercial em Portugal, a Rozès, S.A. também distribui os Champagnes do Grupo, nomeadamente a marca Pommery. A Rozès tem também beneficiado do apoio técnico, administrativo e comercial do Grupo, no seu desenvolvimento, bem como da credibilidade do mesmo Grupo em relação aos seus fornecedores.

A Rozès demonstrou desde sempre um forte sentido de inovação. Em 2005 apresenta no mercado a inovadora gama “Rozès Colors Collection” nas variantes Reserve, White Reserve e 10 Anos, compondo uma colecção de três garrafas em três cores: vermelho, branco e dourado, respectivamente. É a única marca de Vinho do Porto a deter 2 gamas completamente diferentes: a tradição representada pela marca Rozès Classic Ports (Vintages / Late Bottled Vintages) e a inovação representada pela marca Rozès Colors Collection.

As principais marcas são:

Vinho do Porto – Rozès e São Pedro das Águias



O topo de gama Dom Rozès Mais de 40 Anos, que da estética até ao vinho, faz as delícias de qualquer amante de vinhos. Trata-se de um vinho excepcional, finamente equilibrado e com um longo final de boca. Este é o resultado da dedicação extrema e do profissionalismo dos nossos enólogos que, cuidadosamente asseguram a continuidade do estilo elegante e requintado dos vinhos do Porto Rozès. De forma a garantir a autenticidade e a raridade deste produto, cada garrafa de Dom Rozès é selada à mão e carimbada com o nosso logotipo.



Rozès Vintage 2000



Rozès Colors Collection

A Rozès como sempre irreverente, extravagante e inovadora, criou a deliciosa gama de Vinhos do Porto Rozès Colors Collection. Um espectáculo de cores apresentado numa garrafa patenteada pela marca, usando tinta alimentar, e dividido em 3 diferentes tipos de Vinhos do Porto, cada um com o seu código de cor:

Vermelho – Reserve (um reserva ruby);

Branco – White Reserve (um reserva branco de 8 anos em casco);

Dourado – um Vinho do Porto de 10 Anos de idade.

A marca São Pedro das Águias tem vindo ao longo da sua existência a inovar alguns conceitos, quer pela menção de “Mise en bouteille au domaine”, quer pela apresentação de novos produtos, permitindo-lhe desta forma implantar-se nos mercados tradicionais de vinho do Porto com uma imagem muito própria.



São Pedro das Águias 10 anos

Vinhos do Douro – Quinta do Grifo e Terras do Grifo

Elaborados a partir das principais castas da Região Demarcada do Douro da nossa Quinta com o mesmo nome, onde predomina a Touriga Nacional, Touriga Franca, Tinto Cão e Tinta Francisca, têm com uma complexidade e riqueza ímpares, que lhes imprimem um perfil muito característico dos vinhos do Douro.

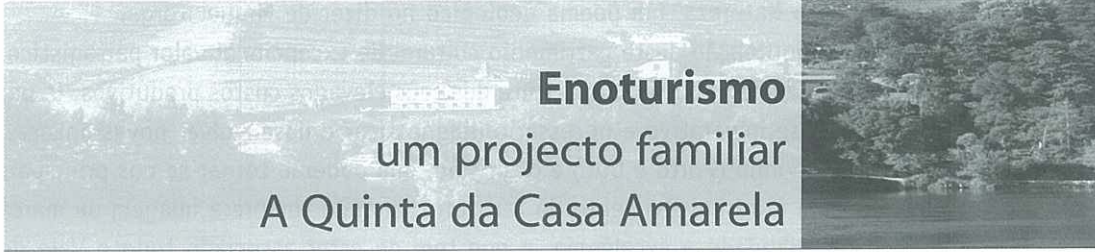


Quinta do Grifo Grande Reserve 2006 DOC

4.º Relacionamento Institucional

A Rozès, S.A. consciente da sua quota-parte de responsabilidade em colaborar, apoiar e participar no desenvolvimento da Região Demarcada do Douro, onde se encontra instalada, é associada na A.E.V.P. (Associação das Empresas de Vinho do Porto), sendo o seu Presidente, membro da direcção desta associação, sendo também membro do Conselho Inter profissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto. A Rozès, S.A. é também sócia da A.D.V.I.D., que é uma associação sem fins lucrativos, constituída em 1982 por um grupo de empresas ligadas à produção e comércio de vinhos da Região Demarcada do Douro e tem por objectivo principal a modernização da viticultura duriense. A Empresa Rozès, S.A. é ainda Membro Fundador da Fundação Museu do Douro que tem a sua sede social na cidade de Peso da Régua. A Região Demarcada do Douro além de ser a região vitícola demarcada mais antiga do mundo, decretada pelo Marquês de Pombal em 1756, viu o seu encanto reafirmado pela UNESCO, quando em Dezembro elevou o Alto Douro Vinhateiro a Património da Humanidade.

Como se pode ver só existem boas razões para visitar o Douro e apreciar um bom Vinho do Porto!



L a u r a R e g u e i r o *

“Em estreitos vales e em acrobáticos terraços dormem
riquezas à espera de serem descobertas....”

Marie Line Darey

Situada num destes vales, o vale de Cambres, fica a Qta. da Casa Amarela – Quinta tradicional na posse da mesma família desde 1875 – a meio caminho entre a Régua e Lamego, na mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo, o Douro, dentro da zona classificada pela UNESCO como património mundial, em Dezembro de 2001.

A propriedade com cerca de 15 ha de vinha, é parte integrante de um património vitivinícola de cerca de 45.000 ha, distribuídos por aproximadamente 37.000 viticultores.

Viticultores que foram capazes de levar a cabo um empreendimento colectivo, que rivaliza em dimensão e capacidade com qualquer dos grandes monumentos da Antiguidade. Mas ao invés dos templos do passado que se vão desmoronando, esta obra enraíza-se no solo. Aqui não existem sacrifícios vãos.

O sacrifício que se oferece neste altar de montanha é o trabalho e o esforço de toda a vida de um Homem, nutrindo no xisto árido e na poeira, essa divina dádiva – a vinha –, presente nesta paisagem, pelo menos, desde a época da romanização.

Por isso, o Douro, constituiu desde sempre, um corredor de povos e culturas que ilustram na paisagem os diferentes períodos da história humana. Uma paisagem cultural evolutiva e viva, obra combinada do Homem e da Natureza, animada

* Licenciada em História. Proprietária da Quinta da Casa Amarela.

pelo sangue e esforço de Homens e Mulheres que sacrificaram as suas vidas ao mistério da vinha.

Um altar de montanha com base num rio, resultado da simbiose perfeita entre o Homem e a Natureza, um poema geológico no dizer de Miguel Torga.

Mas a manutenção deste património cultural de excepcional valor paisagístico, corre o risco de degradação, decorrente dos seus elevados custos produtivos. E, por isso, tornou-se imperativo e necessário diagnosticar e desenvolver novas âncoras, tais como: o vinho (Porto e DOC) e o turismo, que poderão tornar-se nos principais recursos para o desenvolvimento do território, aliando sempre a imagem de marca à ideia de qualidade e excelência, a que tem de estar associado todo o Vale do Douro nas suas variadas valências.

Torna-se necessário que surjam políticas concertadas que conduzam ao desenvolvimento de acções e investimentos realizados de forma integrada nos dois grandes “clusters” do Douro – o Vinho e o Turismo (turismo de natureza, turismo cultural, enoturismo) – nunca esquecendo que o Douro não tem vocação para produtos de massa. Massificar o Douro seria liquidá-lo. Deste modo, conseguir-se-ia, também impedir a saída da população da região, proporcionando desenvolvimento económico e social dos seus recursos.

E porque acredito:

- 1º – que a região tem no plano vitivinícola e turístico um elevado potencial dentro de si, de forma a assegurar um desenvolvimento económico e social sustentável e duradouro;
- 2º – Porque, a meu ver, o negócio de uma empresa é mais sustentado quando apoiado na diversificação;
- 3º – Porque a minha paixão pelo Douro, que nasceu e cresceu comigo, ter-me-á sempre de vontade determinada e entusiasmada, a dar a conhecer e a fazer sentir a sua autenticidade e a sua integridade.

Estou segura, que no quadro da globalização do mundo moderno vamos ter de encontrar nós, agentes económicos, cada um à sua escala, soluções que permitam a sobrevivência e a valoração da paisagem cultural vínica de forma competitiva

Soluções que passam por determos produtos com história, como o vinho com Denominações de Origem, ligados a “terroirs” específicos, com identidades próprias, e paisagens e culturas que não podem ser deslocalizadas.

E foi com base neste todo articulado, que a Qta. da Casa Amarela, em 1996, abriu as suas portas, dando então os primeiros passos no enoturismo, como aderente à Rota do Vinho do Porto.



A preocupação imediata foi tentar perceber o conceito “o que é o enoturismo?”. Nem eu nem nenhum dos membros da família, é expert nesta área. A única mais valia é resultante de valores educacionais. Receber com simpatia, afabilidade, bom acolhimento, dando sempre o meu melhor que dentro dos portões havia, era e é o lema vivido e seguido nos mais diversos momentos.

Entender por enoturismo, uma variante da actividade turística que se limita a dar a apreciar o sabor e os aromas dos vinhos, numa envolvente de boa hospitalidade, parecia-me um conceito demasiado redutor. Tornava-se necessário aprender e, como vivemos num mundo global, facilmente se experimentam novos contextos culturais que possibilitam aprendizagens que nos vão enriquecendo. Visitas a outras regiões vinhateiras com rotas de vinho a funcionar, como a Rota da Alsácia, a Rota da Áustria e a Rota Italiana da Toscana, foram extremamente esclarecedoras e ajudaram na definição da tipologia de turismo a desenvolver.

Enoturismo é cultura no seu conceito mais lato (a cultura do vinho está sempre em qualquer outra) e, no seu conceito mais restrito, continua a ser cultura mais... cultura de vinho, com uma forte componente educativa, pedagógica em termos de objectivo, servindo-se para isso de estratégias lúdicas.

Enoturismo exige de nós criatividade, de forma a quem nos visita, não se limitar a ser um mero observador passivo.

Há que fazê-lo sentir a nossa cultura, a terra, os nossos costumes, dar-lhas a conhecer as nossas histórias, a nossa gastronomia, educá-los na descoberta dos aromas que exalam de um vinho, fazê-los compreender e perceber todo o processo produtivo vínico, descobrir novos sabores (o pão, o azeite, a fruta), fazê-los compreender a paisagem.

Aliar o vinho às mais diferentes manifestações de arte: literatura, pintura, música e artesanato.

Mas, enoturismo passa também por um encantamento, por uma paixão em algo que se acredita e que se quer exaltar.

Têm sido estes os pilares de suporte à actividade desenvolvida na Quinta, com ofertas turísticas variadas, criativas, inovadoras, como: Jogo do Vinho, Jogo dos Sabores e Aromas, Mini-cursos de Prova, A Escolinha do Vinho, Lagaradas, Vindimas à Mesa, Vinho e Música, Viva a Vinha, etc.

A experiência, diz-me ainda que é necessário a quem recepciona os turistas (preferencialmente o proprietário) o faça de uma forma profissional com uma linguagem acessível, onde a abordagem seja feita com a história do local e das suas particularidades, no intuito de agregar valor ao produto.

Divulguem-se as várias formas de utilização da uva e do vinho, não só enquanto bebida, mas também na saúde, na estética, na culinária, etc.

O enoturista ainda é uma figura pouco conhecida. A minha percepção é que na sua maioria é de classe média/alta e tem muita curiosidade.

Julgo que seria de extrema importância a elaboração de um estudo do seu perfil, o que, a meu ver, é fundamental para o desenvolvimento do sector.

Conhecer a faixa etária predominante, o que o motiva a visitar (curiosidade, conhecimento da elaboração do vinho, conhecimento da cultura da região, qualidade dos vinhos ou visita imposta por estar incluída em pacote turístico adquirido?) seriam dados de extrema importância para potenciar as sinergias de um turismo de moda – o Enoturismo.

Passar férias “banhadas em vinho” começa a ser uma modalidade cada vez mais procurada. Em vez de esperar que o sol nos chamusque a pele, procuram-se alternativas em que o corpo e a nossa mente se refresquem com cultura, relaxe e arte....e aqui entra o Enoturismo.

Com uma capacidade máxima para 50 pessoas e 2000 turistas/ano, a Quinta da Casa Amarela sofre, como a maioria das unidades neste sector, de sazonalidade dentro da actividade, que é preciso contrariar. Para isso, a solução passa por unir esforços, proporcionar trabalho em rede entre os agentes económicos do sector, unificar critérios, definir controlo de qualidade, para que o Enoturismo se torne num sistema turístico integral e integrador de um território, onde é fundamental a mutualização de uma visão estratégica global.





“O Enoturismo passa também por uma paixão em algo que se acredita e se quer exaltar”



Lagarada na Quinta da Casa Amarela



Perfil da empresa

Líderes em Vinhos do Porto de categorias especiais

P a u l S y m i n g t o n *

A Symington Family Estates é o principal produtor de vinhos de Porto de categorias especiais, detendo as marcas Graham's, Dow's, Warre's, Smith Woodhouse, Quinta do Vesuvio, Martinez, Gould Campbell e Quarles Harris. As vendas consolidadas das empresas de Vinho do Porto da família totalizam mais de um terço dos Vinhos do Porto de categorias especiais vendidos em todo o mundo.

Sete membros da família Symington trabalham nas empresas da família, seis da 13ª geração envolvida no comércio de Vinho do Porto, através da sua bisavó Beatrice Atkinson. Dos vinhedos do Douro ao processo de vinificação, envelhecimento e prova, há sempre um membro da família directamente responsável por cada garrafa de Vinho do Porto produzida. O empenhamento da família nos seus vinhos é mais forte do que nunca após 350 anos, uma tradição inigualável no comércio do Vinho do Porto.

Desde 1652

A Família Symington é descendente de Andrew James Symington e Beatrice Atkinson, que casaram no Porto em 1891. Andrew James chegou ainda jovem da Escócia, em 1882. Beatrice era descendente de John Atkinson, que viveu no Porto a partir de 1814; o pai e o tio eram produtores de Vinho do Porto. Pelo lado da mãe, Maria José de Sousa e Barros Leitão de Carvalhosa, Beatrice Atkinson era descendente directa de Walter Maynard, produtor de Vinho do Porto do século XVII, que casou com Leonor da Silva Moura, da cidade do Porto.

* Presidente do Conselho da Administração da Symington Family Estates.

Em 1659, Walter Maynard era o Cônsul inglês no Porto e um dos primeiros comerciantes de Vinho do Porto. O seu nome consta dos arquivos da cidade do Porto como tendo exportado 39 pipas de Vinho do Porto, em 1652. Esta foi a segunda exportação de Vinho do Porto mais antiga de que há registo (por um ano) feita por um comerciante britânico e é anterior à data da fundação de qualquer companhia britânica de Vinho do Porto e ao famoso Tratado de Methuen, assinado em 1703.

Desde Walter Maynard e ao longo de três séculos, os antepassados dos Symington representaram um importante papel na história do comércio do Vinho do Porto: nos princípios do século XIX, o pai de Beatrice Atkinson, John Whiteley Atkinson, trabalhou vários anos com o lendário Barão Forrester. O seu tio, Edward Atkinson, bem como o filho deste, Latimer, foram directores-gerais da Smith Woodhouse nos difíceis anos em que o míldio e a filoxera devastaram as vinhas do Douro na segunda metade do século XIX.

Quando Andrew James Symington se associou à firma da Graham's, em 1882, esta era uma empresa de comércio geral e produtora de Vinho do Porto. Alguns anos depois, saiu da Graham's para criar a sua própria empresa exportadora de Vinho do Porto e, em 1894, protagonizou a famosa venda do stock de Vinho do Porto da família Burnay, em representação do Governo português.

O século XX

Em 1905, Andrew James Symington era sócio da antiga firma de Warre & Co e em 1912, por intermédio de uma permuta de quotas, tornou-se sócio da Dow's Port. Andrew James e os seus três filhos, que nasceram e foram criados em Portugal – Maurice, John e Ron – ajudaram a restabelecer a posição do Vinho do Porto nos mercados mundiais após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Maurice combateu em França, primeiro com o Exército Inglês e, em seguida, com o Corpo Expedicionário Português, tendo sido altamente condecorado pelo Governo Português. Os irmãos foram responsáveis pela replantação e pelo desenvolvimento das três Quintas do Alto Douro, Bomfim, Zimbro e Senhora da Ribeira, que se tornaram exemplos para toda a região. Documentos e cartas da época revelam a grande afeição dos irmãos pelo Douro, as suas vinhas e as suas gentes, numa altura em que muitos exportadores portugueses mantinham uma distância altiva deste vale distante e rude.

Após a Segunda Guerra Mundial, a geração seguinte da família Symington nasceu para o comércio do Vinho do Porto: Michael, Ian e James tiveram um contributo importantíssimo para o regresso do Vinho do Porto aos mercados mundiais. Conseguiram esta proeza num momento muito difícil para o sector, numa altura em



que muitos outros produtores vendiam as suas empresas porque não acreditavam no seu futuro. Esta geração da família Symington trabalhou incessantemente durante as décadas de '40 e '50 para garantir a sobrevivência do seu negócio familiar, recuperar as suas quintas do Douro e promover o Vinho do Porto. Por fim, depois de terem lançado as bases para décadas de crescimento sustentável do Vinho do Porto a nível mundial, tiveram a satisfação de ver o seu grande Porto Vintage de 1963 receber aplausos gerais no Reino Unido e em todo o mundo.

Michael, Ian e James, mais tarde acompanhados de Peter e Amyas, foram pioneiros no desenvolvimento de técnicas de vinificação no Douro no início da década de '60, introduzindo modernas adegas na região e desenvolvendo, entre muitas outras ideias, o conceito de controlo da temperatura dos mostos em fermentação, um requisito fundamental para a produção de excelentes Portos.

Em 1970, a família Symington adquiriu a Graham's, uma das maiores empresas de Vinho do Porto. No mesmo ano, adquiriram igualmente o pequeno produtor Smith Woodhouse. Curiosamente, antepassados dos Symington estiveram intimamente associados a estas duas empresas de Vinho do Porto no século XIX.

Anos recentes e o único lagar robótico genuíno

Nos últimos 20 anos, a família Symington continuou a ter um papel de liderança no comércio do Vinho do Porto. Na Quinta da Cavadinha, a família possui 2,1 hectares de vinhas experimentais onde foram plantadas as principais castas do Douro em 9 porta-enxertos diferentes a fim de avaliar a aptidão relativa de cada uma. Com este trabalho pioneiro de vários anos nas vinhas, os Symington esperam melhorar ainda mais a qualidade dos seus vinhos. Nas adegas, a família Symington desenvolveu um inovador e radical "lagar robótico", o único sistema de vinificação no Douro que reproduz exactamente a acção dos pés humanos nos tradicionais lagares de pedra. O tempo e a experiência mostraram que estes "lagares robóticos" produzem um vinho ainda melhor do que os tradicionais lagares que os Symington continuam a utilizar em várias das suas principais propriedades. Nos últimos anos, a família desenvolveu algumas adegas especializadas nas suas principais quintas do Douro. Algum do mais sofisticado equipamento de vinificação foi instalado em adegas centenárias, combinando com êxito a riqueza da tradição com a mais recente tecnologia para obter o melhor Porto possível.

Captação de novos e mais jovens clientes para o Vinho do Porto

A família Symington tem liderado a comercialização e a divulgação dos melhores Portos do Douro. A reintrodução dos Vinhos do Porto da Quinta do Vesúvio sob a

égide da família Symington nos princípios dos anos '90 demonstrou que uma única propriedade de elevada qualidade era capaz de produzir Porto Vintage de excepção. O lançamento do Warre's Otima, um Porto Tawny de 10 anos, foi amplamente reconhecido como o desenvolvimento mais inovador das duas últimas décadas no sector do Vinho do Porto. O sucesso do Otima foi um factor decisivo para atrair novos consumidores para o Vinho do Porto. A família Symington mantém a liderança com novos vinhos como o Dow's Midnight Port, muito imitado nos dias que correm e, mais recentemente, com o Graham's The Tawny.

Proprietários das melhores quintas

Além das Quintas detidas pelas empresas de Vinho do Porto da família, os Symington são ainda proprietários, individualmente, de um número considerável de quintas no vale do Douro. Cada membro da família possui quintas geridas por si, sendo as uvas fornecidas às empresas de Vinho do Porto da família. Esta dimensão de propriedade familiar vitícola é exclusiva dos Symington no sector do Vinho do Porto. Em nenhuma outra empresa de Vinho do Porto os sócios ou os proprietários possuem directamente quintas, como é o caso dos Symington, afinal um reflexo da sua centenária dedicação ao Douro e aos seus vinhos.

Actualmente, o grupo Symington Family Estates e os membros individuais da família detêm 20 Quintas que, no seu conjunto, constituem a maior propriedade vinhateira do Douro. A família é co-proprietária de uma magnífica 21ª propriedade vitícola, a Quinta de Perdiz (com Bruno Prats), uma das mais belas propriedades do vale do Rio Torto. A família possui ainda a concessão, por um período de 25 anos, da magnífica Quinta das Lages.

Estas 22 propriedades contêm a fina-flor dos vinhedos do Douro e asseguram a qualidade incomparável de todos os Vinhos do Porto que trouxeram reconhecimento à família. A área de todas as Quintas totaliza 1.704 hectares, dos quais 906 hectares estão plantados com vinhas.

Adegas

A família Symington gere oito adegas diferentes no Douro durante as vindimas, com a presença permanente de uma equipa de enólogos em cada uma delas. Existem duas grandes adegas, as do Bomfim e Sol, e quatro pequenas adegas especializadas: Vesúvio, Malvedos da Graham's, Senhora da Ribeira da Dow's e Cavadinha da Warre's, bem como as duas quintas adquiridas em 2006. O investimento em equipamento e gestão em cada uma destas pequenas seis adegas especializadas (quatro das quais



equipadas com lagares robóticos) é significativo e dispendioso, mas vital para a manutenção da superior qualidade e individualidade dos vinhos da Família.

Quinta do Vesuvio, guardiã da melhor tradição do Vinho do Porto

A quinta do Vesuvio é, sem dúvida, a melhor propriedade no Douro. Plantada pela família Ferreira nos princípios do século XIX e adquirida pelos Symington em 1989, a propriedade possui um vinhedo excelente, uma casa magnífica com uma capela contígua e uma imponente adega com 8 grandes lagares em granito com capacidade para 24 pipas cada. Todo o vinho desta soberba propriedade é produzido recorrendo à tradicional pisa das uvas (pisa a pé) nos lagares de pedra. Em nenhuma outra das principais Quintas do Douro o Vinho do Porto é feito exclusivamente com este método. Acompanhar a vindima anual na Quinta do Vesuvio é ver o Douro tal como era nos princípios do século XIX; grandes vinhos do Porto feitos através da pisa a pé por cerca de 45 pessoas acompanhadas, noite dentro, pelo tradicional acordeonista. Ao longo dos últimos vinte anos, os Porto Vintage da Quinta do Vesuvio têm obtido um número sem precedente de elogios de Robert Parker, *The International Wine Challenge*, Michael Brodbent, *Decanter*, *Revista de Vinhos* e *The Wine Spectator*.

Os Portos Vintage lendários

O Dow's 1896 é considerado um dos melhores Portos de sempre. Mesmo nos dias de hoje, após mais de um século, este Porto é verdadeiramente magnífico. A Dow's produziu outros lendários Portos Vintage, tais como os 1912, 1924, 1927, 1934, 1945, 1955, 1963, 1966, 1970 e o excelente 1980. Os Graham's 1908, 1927, 1945, 1948, 1970 e o magnífico 2000 são marcos na história do Vinho do Porto. Os Warre's 1900, 1908, 1912, 1924, 1927, 1934, 1945, 1963 e o elegante 2000 são todos aclamados pelos apreciadores de Vinho do Porto. O Smith Woodhouse 1977 tem sido frequentemente considerado como o melhor vinho deste excelente ano. Os Porto Vintage da Quinta do Vesuvio são uma lenda entre pares. Cada um destes Porto Vintage tinha uma qualidade ímpar que ajudou, em grande medida, à criação da imagem e da posição do Vinho do Porto Vintage em todo o mundo.

Vinhos do Douro DOC

A família Symington sempre produziu nas suas quintas vinhos tintos e brancos para sua utilização exclusiva e dos seus amigos. Em 1999, a família decidiu dedicar tempo e esforço para tornar estes vinhos mais disponíveis, utilizando as castas de

uvas únicas do Douro e o seu clima e solo ímpares. O vinho da família é engarrafado sob a designação Altano e está entre os melhores vinhos do Douro; um vinho do Douro tinto e branco, fresco e elegante, agora amplamente comercializado, bem como o premiado Altano Reserva. Estes vinhos têm sido regularmente reconhecidos pela sua excelente qualidade.

Mas as ambições da família não se ficaram por aqui e, em breve, outro dos seus vinhos, o Chryseia, produzido em parceria com o famoso enólogo de Bordeaux, Bruno Prats, granjeou fama internacional pela sua qualidade. O Chryseia 2001 obteve 94 pontos da *The Wine Spectator* e foi seleccionado para os “100 Melhores Vinhos do Mundo” de 2003 por esta publicação.

Primum Familiae Vini

A família Symington é membro da restrita *Primum Familiae Vini*, um grupo constituído por onze famílias líderes do sector a nível mundial. Os restantes membros são Antinori, Joseph Drouhin, Egon Muller Scharzhof, Hugel, Perrins de Beaucastel, Mouton Rothschild, Pol Roger, Sassicaia, Torres e Vega Sicília. Os critérios desta prestigiadíssima associação são simples: todas as empresas associadas devem ser pertença exclusiva de famílias e ter sido consideradas, ao longo dos últimos anos, dos melhores produtores das respectivas regiões vinícolas, bem como possuir uma invejável reputação internacional. Por isso, é com grande orgulho que a família é membro deste grupo.

Distinções

- Peter Symington conseguiu o feito ímpar de ser nomeado 6 vezes como **“Fortified Wine Maker of the Year”** no *International Wine Challenge*. Em 2003, o seu filho Charles obteve o mesmo prémio. Este prémio constitui um reconhecimento dos extraordinários resultados alcançados pela Symington Family Estates na maior e mais competitiva prova cega do mundo.
- A revista *The Wine Spectator*, no seu suplemento **“The Greatest Wines of Our Time”**, nomeou os 250 melhores vinhos dos últimos 11 anos (1995–2006). **Seis vinhos da família Symington** mereceram lugar nesta prestigiada lista, um feito notável para qualquer produtor de vinhos: Porto Graham’s Vintage 2000 (98 pontos), Porto Warre’s Vintage 1994 (95 pontos), Porto Smith Woodhouse Vintage 2000 (95 pontos), Douro Chryseia Tinto 2001 (94 pontos), Porto Dow’s Vintage 1997 (95 pontos) e Douro Altano Reserva Tinto 2003 (91 pontos).



- No **International Wine Challenge, de 2005**, a Symington Family Estates obteve **3 Troféus Porto, um Troféu Grande Valor** e 9 medalhas de ouro (38% de todas as atribuídas). Estes resultados espelham o notável desempenho no IWC de 2004. No **International Wine and Spirit Competition, de 2005 - 1 Troféu Porto** e 8 medalhas de ouro (73%) e **2 Troféus Porto** e 4 medalhas de ouro (50%) na *Decanter Wine Awards*.
- Em 2006, os vinhos da Symington Family Estates obtiveram novamente resultados notáveis, muito acima das classificações das outras empresas de Vinho do Porto, nas mais prestigiadas competições de prova cega a nível mundial: **1 Troféu Porto, 4 medalhas de ouro e 18 de prata** na *Wine Challenge*, **1 Troféu Porto, 5 medalhas de ouro e 22 de prata** no IWSC e **1 Troféu Porto, 1 medalha de ouro e 9 de prata** na *Decanter Wine Awards*.
- Em 2007, a Symington Family Estates voltou a liderar o sector, obtendo igualmente uma extensa lista de medalhas de ouro e de prata **em cada uma das principais competições: Wine Challenge, International Wine and Spirit Competition e Decanter Awards**. 6 medalhas de ouro e 15 de prata no IWC. 4 medalhas de ouro e 22 de prata na IWSC e 1 Troféu Porto, 3 medalhas de ouro e 14 de prata na *Decanter Awards*.
- **Receber estes prémios ano após ano concedeu aos Portos da Família Symington o estatuto de referência de qualidade entre os produtores de Vinho do Porto.**
- **A Symington Family Estates foi distinguida como "Produtor europeu do ano"** nos Wine Enthusiast Wine Star Awards, um concurso anual que reconhece a excelência no sector do vinho e bebidas espirituosas. Os vencedores foram seleccionados pelas contribuições notáveis para o mundo do vinho e bebidas espirituosas, dando-se especial atenção aos feitos alcançados em 2007. A Symington foi seleccionada de uma lista de cinco finalistas e junta-se a um grupo muito prestigiado de empresas que receberam este prémio no passado, incluindo a Torres, a Roederer e a Guigal.
- O Warre's Late Bottled Vintage venceu praticamente todas as provas LBV realizadas nos anos mais recentes pelas publicações *Wine Spectator*, *Decanter*, *Wine Magazine* e *Revista de Vinhos* (duas vezes), bem como, pelo menos, 6 medalhas de ouro na IWC. **Este vinho pode reivindicar justamente o título de melhor LBV do mundo.**
- O Porto Graham's Vintage 2000 foi considerado o melhor de todos os Vinhos do Porto Vintage de 2000 pela revista *Wine Spectator*, obtendo **98 pontos** em Março de 2003. **"O Graham é simplesmente fantástico... o melhor Porto dos Vintage"**.

- **Michael Broadbent**, no seu livro *Vintage Wine* (publicado em 2002), uma obra de referência, avalia todos os grandes Porto Vintage produzidos nos últimos 150 anos. No período de 1945 a 2000, atribui mais classificações **“5 estrelas” aos vinhos Graham’s** do que a qualquer outro Porto Vintage, bem como a melhor classificação global. A Dow’s e a Warre’s ficaram nas 3ª e 4ª posições, respectivamente.
- **Clive Coates** avaliou, na publicação *The Vine*, todos os Vintage declarados entre 1955 e 2000: o **Vesuvio obtém a classificação mais elevada** no período de 1991 a 2000, com uma média de 18,88 pontos. Segue-se a Graham’s com 18,07 pontos no período de 1955 a 2000.
- **Robert Parker** avaliou todos os produtores de Vinho do Porto de qualidade em Portugal, tendo atribuído à Graham’s e à Dow’s a classificação máxima de “5 estrelas; Notável”.
- **James Suckling**, na *Wine Spectator*, afirmou, numa prova vertical de Portos Dow’s Vintage (Janeiro 2000); “A prova abrangeu mais de um século de Portos Vintage, entre 1854 e 1997. **Classifiquei mais de metade dos vinhos como excelentes.** Atribuí a classificação de qualidade clássica a quatro vintages: 1896, 1924, 1945 e 1994, respectivamente em 98, 96, 97 e 97. **São alguns dos melhores Vinhos do Porto jamais produzidos.”**
- **Jancis Robinson**, *Financial Times*, 8 de Outubro de 2005 – “Os Symington do Porto são responsáveis, através de nomes como Dow’s, Graham’s, Warre’s, Smith Woodhouse, Quarles Harris e Quinta do Vesuvio, por **mais de um quarto de todos os Vinhos do Porto de excelência comercializados em todo o mundo.**”
- **James Suckling** – Quinta do Vesuvio: “Este Porto proveniente de uma única vindima é sempre soberbo”. *Wine Spectator*, 27 de Abril de 2006
- **Revista de Vinhos** - a principal publicação sobre vinhos de Portugal atribuiu à Symington Family Estates a classificação de “Organização Vinícola do Ano”, em 2003, escrevendo “Sete grandes Porto Vintage 2000 para o século XXI é um feito que nenhum outro exportador de Vinho do Porto pode alcançar.” Em 2005, a *Revista de Vinhos* atribuiu pela segunda vez a Peter Symington o título de “Enólogo do Ano”, bem como Prémios de Excelência para os Porto Vintage 2003 da Graham’s e da Dow’s. Em 2007 atribuiu a Peter Symington o título de “Enólogo do Ano” pela terceira vez, desta vez em conjunto com o seu filho Charles, em reconhecimento pelos longos anos de dedicação ao comércio do Vinho do Porto.
- Na esmagadora maioria das provas comparativas de Vinho do Porto a nível mundial, os vinhos da família Symington **obtêm frequentemente as melhores classificações.**



Propriedades vitícolas

22 Quintas Principais: 1.704 hectares, dos quais 906 hectares plantados com vinhas

Graham's

- Quinta dos Malvedos
- Quinta do Tua
- Quinta da Vila Velha*
- Quinta do Vale de Malhadas*
- Quinta das Lages (25 year lease)

Dow's

- Quinta do Bomfim
- Quinta da Senhora da Ribeira
- Quinta do Santinho*
- Quinta da Fonte Branca*
- Quinta da Cerdeira*
- Quinta do Atalho

Warre's

- Quinta da Cavadinha
- Quinta do Retiro Antigo
- Quinta da Telhada
- Quinta das Andorinhas* / Quinta do Alvito*
- Quinta das Netas*

Smith Woodhouse

- Quinta da Madalena
- Quinta Val Coelho

Quinta do Vesuvio

Quinta dos Canais

Quinta de Perdiz

Detida em conjunto com Bruno Prats

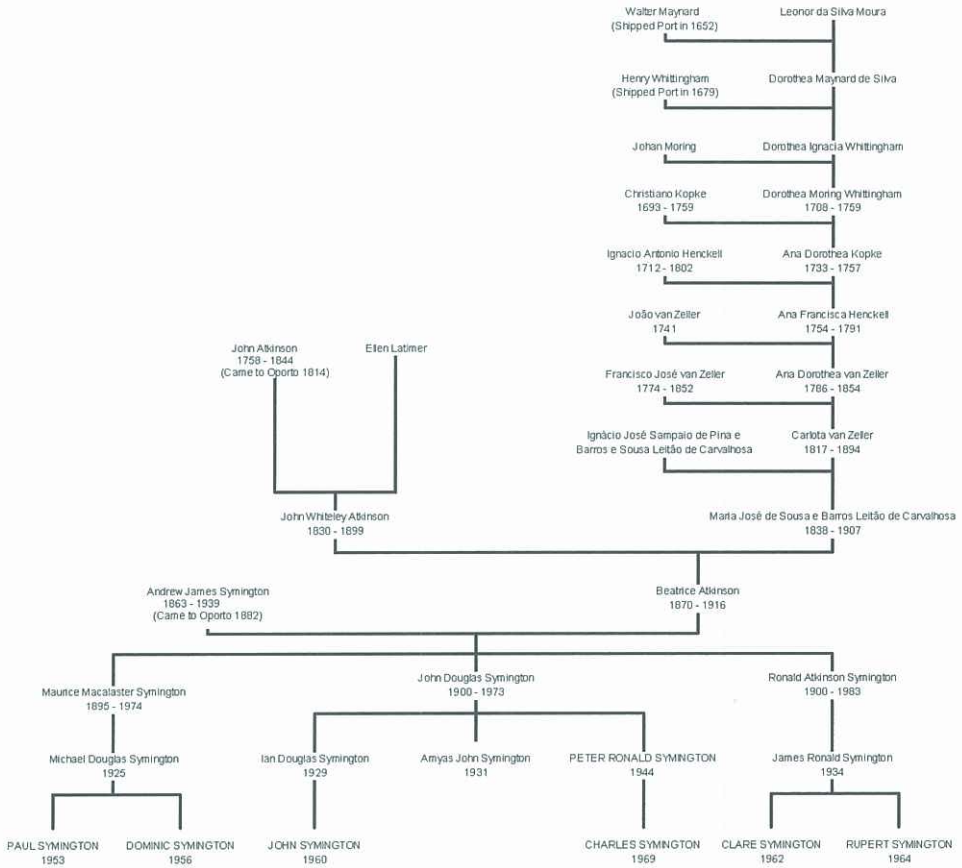
Vinhos Douro DOC

- Quinta do Ataíde

Mais de 70% dos Vinhos do Porto da Symington Family Estates são provenientes das propriedades vitícolas acima mencionadas.

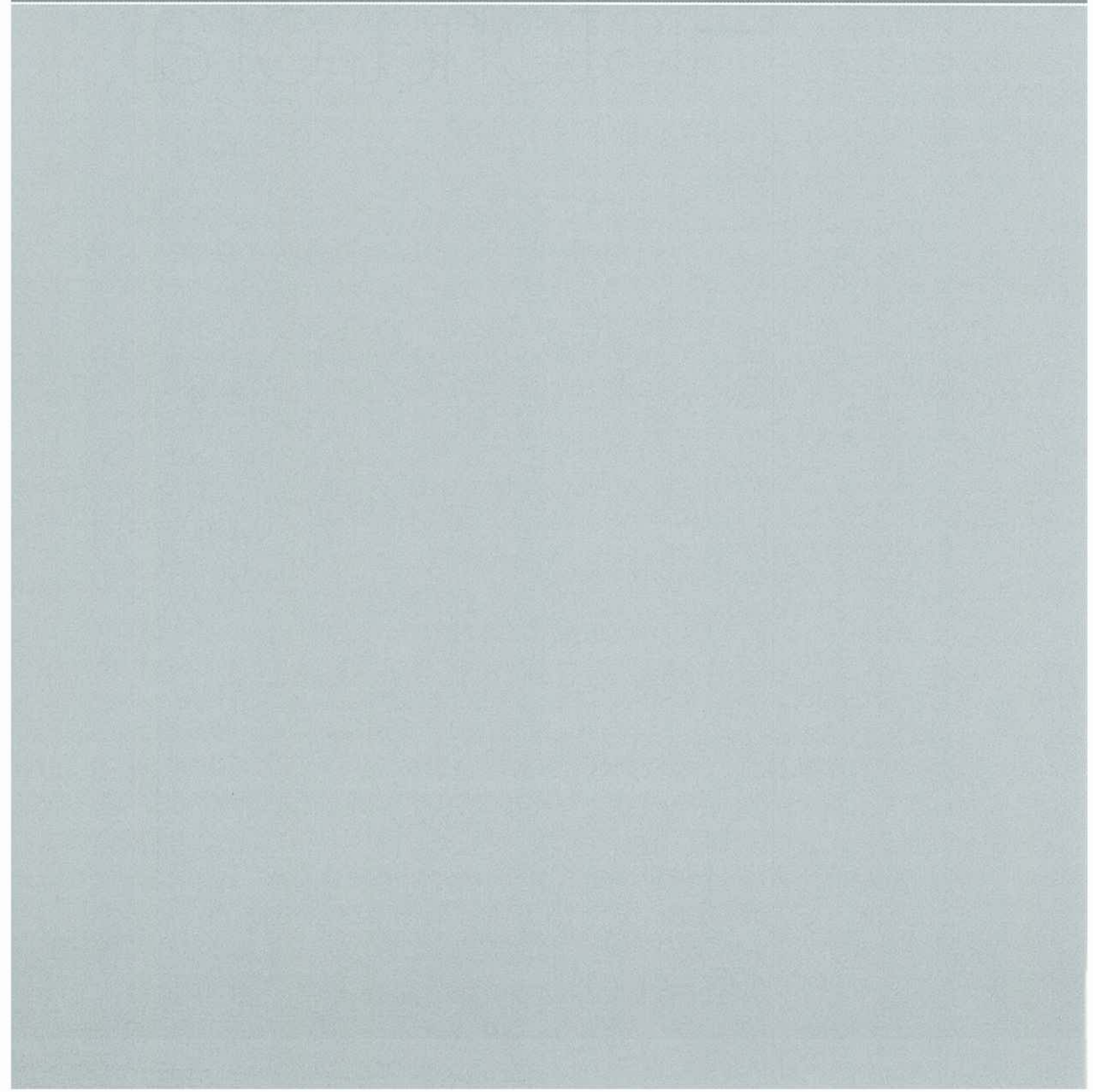
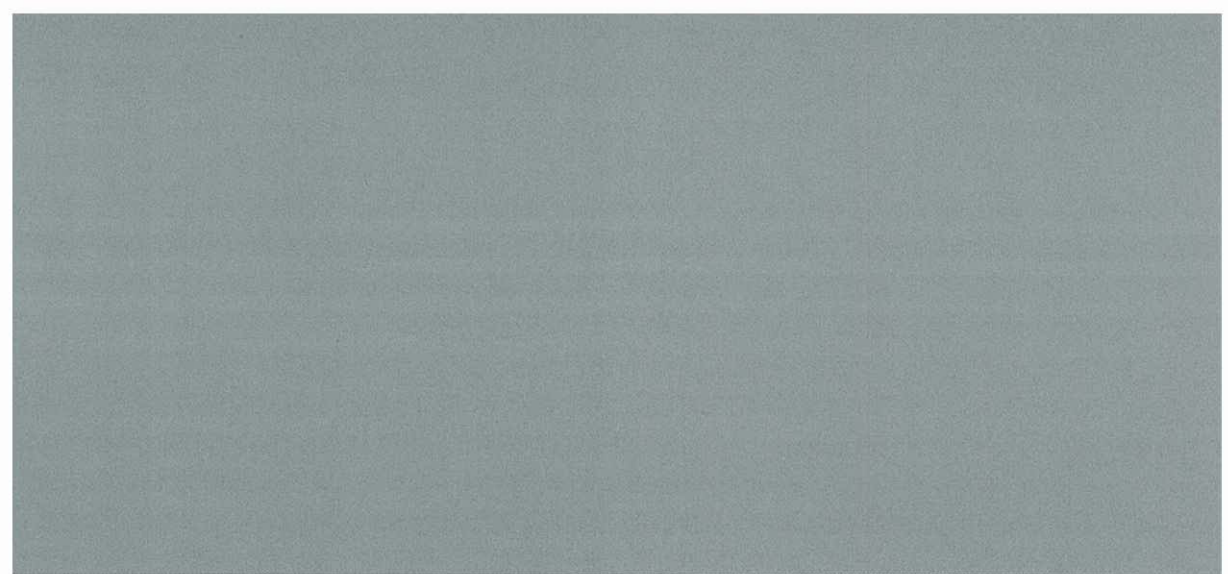
* Detidas particularmente por membros da família Symington.

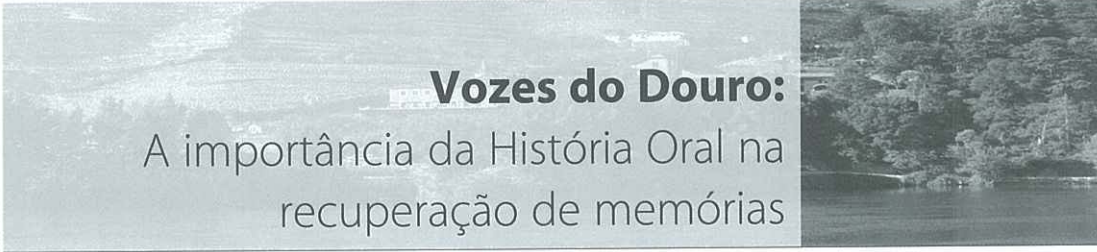
Família Symington do Porto 13 Gerações no Comércio do Vinho do Porto 1652-2006



A grayscale landscape photograph showing a town situated on a hillside overlooking a large body of water. The town features several buildings, including a prominent white structure with a gabled roof. The foreground is dominated by a large, calm body of water. The sky is dark and overcast. The title 'História oral' is centered over the image in a thin, white, sans-serif font.

História oral





Vozes do Douro: A importância da História Oral na recuperação de memórias

Â n g e l a C a m p o s *

A temática do Douro: Por onde começar?

Falar da Região do Douro e do sistema do Vinho do Porto faz-nos deparar com uma encruzilhada de possibilidades. Indiscutivelmente, ambas as realidades dispõem grandes apresentações. Contudo, para além das vinhas, das quintas, do ritual imemorial das vindimas, da beleza serena das suas paisagens, o Douro é, sobretudo, as suas gentes, o entrecruzar das vidas e histórias que lhe dão corpo, vida, substância. Algures por entre a azáfama do quotidiano de um sistema e de uma região que não param, revelando-se em constante evolução e crescimento – para além do habitual negócio dos vinhos, note-se, por exemplo, o incremento do turismo rural e de cariz histórico, a implementação do enoturismo, os esforços pela dinamização cultural de âmbito local –, encontram-se as histórias daqueles que viveram e construíram o Douro de outros tempos. Uma região que assistiu a profundas mudanças nas últimas décadas.

‘Douro – uma História Oral’: contextualização do projecto

Neste sentido, a história do Douro é um património riquíssimo ainda com muito por revelar: as vindimas, a vinificação, a agricultura, o negócio do vinho do Porto, a vida e saberes da sua população e muito mais. Grande parte dessa história reside na memória viva das gentes que constituem esta região. É neste contexto que surge o projecto de investigação ‘Douro – uma História Oral’, sob a

* Licenciatura em História (FLUP), Mestrado em História Contemporânea (University of Sussex, Brighton, Inglaterra), Doutoranda em História (University of Sussex, Brighton, Inglaterra).



Horácio Cardoso, 79 anos,
natural de Queimada

Eulália de Jesus, 93 anos,
natural de Queimada

Olívia Cristão, 91 anos,
natural de São João da Pesqueira



Albano Fernandes, 85 anos,
natural de Ervedosa do Douro

Palmira da Conceição, 90 anos,
natural de Queimada

Herculano Igreja, 92 anos,
natural de Queimada

© 2008 Ângela Campos/GEHVID, FLUP

Montagem gráfica: Giles Rolleston

tutela do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), e com o propósito fundamental de efectuar a recolha e preservação de memórias orais ligadas à região em causa. Em suma, visa a elaboração de uma História Oral do Douro.

De facto, é manifesta a importância do estudo da Região do Douro enquanto complexo social, histórico, económico e cultural, com especial destaque para a evolução do sistema do Vinho do Porto. Neste domínio, importa salientar que as memórias orais – e sua respectiva recolha e preservação – adquirem uma maior relevância no actual contexto de modernização e quebra da transmissão de saberes



e técnicas tradicionais associados à Região do Douro, particularmente no que se refere ao sistema do Vinho do Porto.

Actualmente, é essencial que uma abordagem à História Contemporânea contemple as histórias de vida e fontes biográficas semelhantes. Assim, urge que o estudo da Região do Douro na Época Contemporânea seja complementado pela recolha de fontes orais. O projecto em causa utiliza a metodologia da História Oral, que consiste na recolha de memórias pessoais através de entrevistas gravadas em formato áudio. Fundamental para a compreensão do passado mais recente, é a História 'viva' das experiências de vida únicas de cada indivíduo. É através delas que a História Oral permite traçar uma imagem mais rica e completa do passado, não tão dependente das fontes escritas, explorando aspectos da realidade histórica que normalmente não são documentados.

Não obstante a sua ampla utilização a nível internacional nas últimas décadas, a disseminação da História Oral no contexto português encontrar-se-á, porventura, um pouco aquém das expectativas, tendo em conta a riqueza do nosso 'património cultural intangível' – para utilizar, neste ponto, a terminologia oficialmente adoptada pela UNESCO. De facto, a História Oral revela-se indispensável à manutenção deste património cultural na sua diversidade de práticas, representações, expressões e saberes próprios. Através da recolha de fontes orais, emerge a possibilidade de compreender melhor como determinadas comunidades se inserem num dado ambiente, numa dada região, simultaneamente moldadas pela natureza, pela História, e pelo próprio grupo humano que as constitui, entre outros aspectos. Compreender a interacção desses factores é encontrar um sentido de identidade e continuidade. Neste âmbito, o estudo da Região do Douro na Época Contemporânea, enquanto todo impossível de homogeneizar, presta-se a – exige, até – esta inclusividade a nível de fontes históricas. As fontes orais permitem, sem dúvida, complementar a História desta região de forma alargada, inovadora, dinâmica. É este o objecto da História Oral: apresentar uma História das comunidades vivida e contada na primeira pessoa pelos seus intervenientes.

Mais especificamente, no que a este projecto de investigação diz respeito, a realização de entrevistas de História Oral, e a frequente recolha e/ou documentação (fotográfica, por exemplo) de outros materiais relevantes têm permitido uma aproximação a este tema, bem como a salvaguarda de parte de um importantíssimo património histórico-social. De facto, após a publicitação do projecto em jornais e outros órgãos locais de informação, e junto de alguns indivíduos e instituições-chave, o âmbito geográfico e a amostragem de participantes nesta investigação têm vindo a assumir forma. Até ao momento, participaram indivíduos oriundos de várias

localidades do distrito de Viseu, nomeadamente de dois dos treze municípios que constituem a Região Vinhateira do Alto Douro: Armamar e São João da Pesqueira. O propósito desta amostragem é constituir um grupo representativo do complexo sócio-histórico duriense das últimas décadas, tornando possível a reflexão sobre as temáticas da sua História mais recente.

De facto, há que ter em conta que, salvo qualquer incidente inesperado, em qualquer momento, e sempre que necessário, é possível recorrer a arquivos e a outra documentação (tanto privada, como oficial ou institucional) para efectuar um cruzamento de fontes com as fontes orais. É essa a natureza das fontes inertes, quando correctamente preservadas: permanecem à nossa disposição. É a finitude temporal do ser humano, pelo contrário, que justifica a urgência da recolha de testemunhos orais e similares.

Pretende-se, assim, com esta investigação, dar voz aos indivíduos que, de diversas formas, se encontram ligados a esta Região e sistema, procurando estabelecer novos significados entre experiência pessoal e transformação histórica e social ocorridas na zona geográfica em questão. Resumindo, este projecto visa um maior conhecimento das gentes e saberes da Região do Douro, especialmente no que se refere à segunda metade do século XX e ao sistema do Vinho do Porto, tendo em vista uma avaliação das transformações económicas, sociais e culturais que aí tiveram lugar.

Saber ouvir as ‘vozes do Douro’

Onde encontrar estas vozes do Douro? Quem são? Note-se que, embora existam entre nós, os potenciais entrevistados não são imediatamente perceptíveis. São pessoas, na maioria dos casos, com idades superiores aos 70 anos, algumas já quase centenárias, e muitas residentes em zonas rurais remotas. Levam-nos ao passado, àquilo que constitui a herança sócio-cultural duriense, o traço identitário de uma região. Através das suas palavras, esse Douro de décadas passadas do século XX desenha-se perante os nossos olhos. Embora ancorados no presente, somos transportados no tempo por intermédio destes relatos, apaixonantes na sua riqueza expressiva. Relatos que são igualmente singulares, originais, por não se contarem com frequência entre as fontes mais utilizadas pela historiografia portuguesa tradicional.

Importa salientar que os indivíduos até agora entrevistados para este projecto, quase todos analfabetos ou com escolaridade muito baixa, não enquadram temporalmente os seus testemunhos com a precisão cronológica específica do mundo



académico e erudito. Não referem datas precisas, reportam-se à sua experiência de vida. Os marcos temporais são o momento em que começam a trabalhar, em que deixam a escola, a morte de um familiar, o regresso de alguém emigrado, o casamento, a viuvez, entre muitos outros eventos do foro pessoal. Com menos frequência, surgem menções a acontecimentos da vida política nacional e internacional, como, por exemplo, 'os anos depois da guerra [II Guerra Mundial], 'quando veio o Salazar', e 'depois do 25 de Abril [de 1974]'. Tendo em conta que todos os indivíduos até agora entrevistados se situam numa faixa etária igual ou superior aos 80 anos, as memórias pessoais relatadas estendem-se, na sua maioria, até à década de 20 do século XX.

Debrucemo-nos, então, mais detidamente sobre alguns dos temas que emergem das entrevistas efectuadas. Um aspecto muito predominante em todos os discursos refere-se à escassez material, particularmente à falta de alimentos e de meios. Por exemplo, quando perguntei como se vivia no passado, a Sr.^a D.^a Eulália retorquiu 'Sabe Deus! Cheios de fome, uma miséria...', explicando que 'às vezes [comiam] *larota* [...]: queria-se comer e não havia [risos]!'¹ Já o Sr. Horácio, referiu que 'lá fomos governando a vida, com muita fome, com muita dificuldade', concluindo que 'dantes a vida era muito triste [...] era muita fome, Deus me livre! [...] Não havia carne, não havia bacalhau, não havia nada [...] Comíamos todos do mesmo prato, não é como agora'.² Praticamente todos os indivíduos entrevistados até ao momento enfatizaram a dureza da falta de alimentos, as necessidades suportadas. Tal como menciona o Sr. Albano: 'No meu tempo em que me eu criei, era tempo de fome, de miséria, que não havia nada.'³

Recuamos a uma época em que o trabalho infantil era uma realidade incontornável em muitos lares. A importância do trabalho dos filhos, nestes casos, era vital para a economia familiar. A Sr.^a D.^a Olívia recorda-se de ter ido 'para o sulfato devia ter nove anos certos'.⁴ A sua função era levar cântaros cheios de sulfato aos homens que trabalhavam nas vinhas. Quanto ao Sr. Herculano, tinha cerca de sete anos quando o pai o tirou da escola para ir trabalhar na lavoura. O Sr. Albano, aos onze anos 'andava com uma trouxa às costas a cartar pedra'.⁵ Com catorze anos, já podava. O Sr. Horácio lembra-se de quando 'íamos acartar pedra com uma trouxa nas costas [...] para a gente ganhar uns tostões para comer alguma coisa

¹ D.^a Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.

² Sr. Horácio Cardoso., entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

³ Sr. Albano Fernandes, entrevistado por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 22 de Julho de 2008.

⁴ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

⁵ Sr. Albano Fernandes, entrevistado por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 22 de Julho de 2008.

[...] nós ainda pequenos, cheios de fome.⁶ Tal como relata o Sr. Herculano, era fundamental para as famílias poderem contar com a mão-de-obra das crianças, fonte de aumento do rendimento familiar: 'Os ganhos foram mais tarde, quando eles [filhos] começaram a trabalhar.'⁷

Sem dúvida, estas situações laborais propiciavam uma notória baixa escolaridade, sendo que a maioria dos entrevistados nem chegou a concluir a 4.ª classe, tendo terminado o seu percurso escolar ao fim de dois ou três anos. Alguns não sabem ler nem escrever, ou fazem-no com muitas dificuldades.

Outro aspecto que se evidencia no decurso das entrevistas é a dura realidade de uma elevadíssima mortalidade infantil. Praticamente todos os entrevistados perderam vários irmãos. Morriam, sobretudo, à nascença, ou enquanto crianças, durante os primeiros anos de vida. A Sr.ª D.ª Eulália elucida-nos: 'Outros ao nascerem, outros morriam já grandinhos, e só ficámos quatro [de doze irmãos].'⁸ A Sr.ª D.ª Olívia testemunha esta mesma realidade, afirmando: 'naquele tempo morriam muito, coitadinhos.'⁹

Os entrevistados mencionam, igualmente, a sua visão das desigualdades sociais da época, particularmente no que se refere à relação existente entre patrões e empregados. O Sr. Horácio é peremptório, afirmando que 'era uma escravidão [...], muitos enriqueciam porque roubavam o suor aos pobres'. Conta-nos que, nas conversas entre os trabalhadores, muitas vezes se afirmava que os patrões eram 'uns ladrões, eles sem trabalharem, comem melhor do que nós, como é que nós vamos viver?' Relembra, ainda, aquele patrão ríspido que justificava o mau tratamento dado aos trabalhadores dizendo-lhes que, "'Vós já não nascestes para serem bem tratados."¹⁰ Vários entrevistados dão como exemplo de exploração o facto de, no caso de ter de haver uma interrupção dos trabalhos devido à chuva, o trabalho efectuado até então não ser remunerado. A Sr.ª D.ª Palmira recorda esses tempos: 'Aqui [localidade de Queimada, concelho de Armamar, distrito de Viseu] só havia quatro ricos, que esses é que não faziam nada, e é que a gente andava a trabalhar só para essa gente [...], a segar o pão para os ricos.' A entrevistada esclarece que 'a vida era muito triste naquele tempo, trabalhava a gente aqui, com os patrões,

⁶ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

⁷ Sr. Herculano Igreja, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 22 de Outubro de 2008.

⁸ D.ª Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.

⁹ .ª Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

¹⁰ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.



que mal davam de comer às pessoas, e era trabalhar muito, muito, muito'. Patrões esses que 'eram muito agressivos, só queriam que a gente trabalhasse muito'.¹¹

Nesses tempos, dizem-nos os entrevistados, os salários eram muito baixos. Era difícil alimentar a família com o que se ganhava. Em muitos casos, os rendimentos quase não cobriam o valor da renda da casa. A Sr.^a D.^a Eulália recorda-se de receber 2\$00 por dia. Outras pessoas recebiam apenas alguns tostões nessa altura. Nestas condições, pela ausência de meios, era muito difícil fazer face a uma situação de doença ou velhice. A Sr.^a D.^a Eulália explica que 'quem trabalhava, comia, quem não trabalhava, passava *larota*, andavam a pedir'.¹² A solidariedade familiar, substanciada na junção de esforços dos diferentes membros do agregado, adquiria particular importância neste contexto de (ainda) ausência de assistência social estatal. A centralidade da vida familiar nestas circunstâncias de escassez poderá ilustrar-se com uma canção que o Sr. Horácio recorda ouvir a sua mãe cantar aos filhos, à lareira: 'Nana, nana, meu menino, que a mãezinha logo vem/Foi lavar os cueirinhos à fontinha de Belém/A fontinha estava seca, foi lavá-los mais além/Minha mãe é pobrezinha, não tem nada que me dar/Dá-me beijos com carinhos, com vontade de chorar'.¹³

Um aspecto sempre presente nos discursos é a evidência da acentuada migração e emigração. Ao longo de diferentes gerações, diferentes foram os destinos que acolheram as pessoas da região. Se, sobretudo no tempo dos pais de vários entrevistados, o Brasil era o destino mais apetecível, foram surgindo, igualmente, outras opções, como Espanha, ou Porto e Lisboa, entre outras cidades portuguesas. O Sr. Horácio recorda-se de que algumas pessoas 'iam a Espanha segar [...] desertavam aqui a terra e iam'.¹⁴ De igual modo, a Sr.^a D.^a Olívia menciona que 'quando queriam melhor vida, uns iam para o Brasil, outros iam para o Porto, outros iam para Lisboa'.¹⁵ Não esqueçamos, contudo, que durante o Estado Novo a liberdade de movimentos era controlada, tornando mais difícil a emigração. Sobre este aspecto, o Sr. Horácio explica-nos que: 'era muita gente, naquele tempo, Salazar não deixava ir ninguém para fora, era preciso passaportes, comia-se tudo aqui uns aos outros, a fome assim surgiu [...]. Poucos saíam daqui porque o Salazar não deixava sair [...] iam daqui para ali, era preciso passaporte, não era livre'.¹⁶ Neste contexto,

¹¹ D.^a Palmira da Conceição, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 18 de Agosto de 2008.
¹² D.^a Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.
¹³ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.
¹⁴ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.
¹⁵ D.^a Olívia C.ristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.
¹⁶ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

a ida para locais mais próximos, na zona do Douro, tornava-se a alternativa mais viável, de acordo com a sazonalidade dos trabalhos. Por exemplo, para as quintas da zona do Pinhão, onde muitos trabalhadores permaneciam ‘às vezes aos dois meses inteiros.’¹⁷ Mais tarde, nas últimas três décadas, sobretudo, surgem novos destinos. A França, por exemplo, bem como a Austrália e a Inglaterra. O Sr. Albano, acerca desse assunto, revelou-nos que ‘eu, o tempo que estive de caseiro, havia de estar na França [...] *Beaucoup de l’argent!* Ganhava-se lá bom dinheiro, aqui era uma miséria, compreende?’¹⁸

De facto, para uma significativa maioria dos habitantes destas zonas rurais, inserida no alargado complexo da Região do Douro e do sistema do Vinho do Porto, o ritmo anual de trabalho era marcado, entre outras actividades, pelas exigências da vinha, dos olivais, da vindima em si. O Sr. Horácio lembra-se de que ‘íamos para o Douro duas horas a pé.’¹⁹ Partiam da aldeia de Queimada, muitas vezes com destino à Régua, a cerca de vinte quilómetros de distância.

Os entrevistados evocam o cenário da profusão de actividades que desempenhavam. Desde o dessaibramento, à descava, à aplicação de sulfato ou enxofre nas vinhas, à poda, à enxertia, ao granjear e mondar, até à apanha da azeitona. Explicam os diferentes salários e trabalhos atribuídos a homens e mulheres. Normalmente, os trabalhos mais pesados eram realizados pelos homens, mas, com alguma frequência, homens e mulheres efectuavam as mesmas tarefas em conjunto. Regra geral, as rogas tinham lugar na praça principal da localidade. Aí, os feitores ou rogadores escolhiam os melhores trabalhadores, levando-os para as quintas aonde iriam ficar, muitas vezes durante várias semanas. A vindima é, certamente, o ponto alto do ano. As coloridas descrições apresentadas pelos entrevistados revelam a azáfama destes trabalhos: o corte das uvas, o transporte em cestos, auxiliado pelas burras, até ao lagar. De seguida, o pisar das uvas, quase sempre actividade exclusiva dos homens. Mais tarde, no caso dos vinhos generosos, a sua lotação. Por vezes, o acrescentamento de baga para o vinho ficar mais escuro. Em alguns casos ainda, a feitura dos chamados ‘vinhos a martelo’ – que se dizia à socapa saírem ainda melhores do que aqueles que eram feitos sem recurso a qualquer artifício! Por ocasião destes trabalhos, os trabalhadores pernoitavam nos cardanhos. Normalmente, homens e mulheres eram separados. As instalações não primavam pelo conforto nem pela higiene mas, tal como afirma a Sr.^a D.^a Eulália, havia ‘mantas de burel, junça

¹⁷ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008

¹⁸ Sr. Albano Fernandes, entrevistado por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 22 de Julho de 2008.

¹⁹ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.



do rio, e ninguém morria!²⁰ Vários entrevistados salientaram que, com o passar do tempo, as condições melhoraram. Os cardanhos eram espaços de convívio, de conversas sobre os patrões, de troca de confidências, até de cortejamento. Após um árduo dia de trabalho ou aos Domingos, o período de descanso, após a refeição, era preenchido por cantares e danças. O Sr. Horácio relembra esses tempos: 'Isso na vindima era uma alegria, havia aí bailes até à meia-noite, a dançarem [...], a cantarem, enfim, pronto, era uma alegria muito grande.'²¹ As cantigas reflectiam o modo de vida desses tempos, expressavam as preocupações de quem as cantava, como pode verificar-se pelo seguinte exemplo: 'Fui ao Douro à vindima/Não sei que vindimar/Vindimaram-me as costelas/Foi o que lá fui ganhar.'²² De igual modo, os entrevistados mostram-se conscientes da evolução tecnológica de que as actividades referidas foram palco. Antigamente, não havia máquinas. Daí, segundo os entrevistados, os trabalhos serem mais rigorosos: demoravam mais tempo e requeriam maior esforço. No entanto, a Sr.^a D.^a Olívia chama a atenção para algo na vinha que a tecnologia ainda não conseguiu simplificar: 'Só o que é pior é a poda, a poda é que tem de ser sempre feita na mesma.'²³ Quase todos os entrevistados referem-se com saudade aos tempos em que eram jovens e fortes, capazes de desempenhar estas tarefas. A Sr.^a D.^a Olívia, por exemplo, embora tenha trabalhado no campo até aos 75 anos, confessa com emoção que 'ainda hoje tenho muitas saudades, gostava muito do trabalho da vinha'.²⁴

Estas entrevistas constituem, igualmente, importante manancial informativo sobre o tipo de alimentação facultado à época aos trabalhadores. Os entrevistados mencionam o caldo, a sardinha, as azeitonas, o arroz ou massa com feijão, a côdea de pão. Para beber, um copo de vinho, água-pé ou simplesmente água do rio. Em alguns casos, existia a 'relva', prática que consistia na distribuição rotativa pelos trabalhadores da comida que sobrasse a cada refeição. Sobre este tema, a Sr.^a D.^a Olívia afirma: 'Coitadinhos de nós, a nossa merenda era pãozinho e uns figos, ou umas azeitonas!'²⁵

Outro aspecto deveras marcante nas narrativas dos entrevistados é a importância assumida pelo lazer na vida comunitária. Não obstante a fome, e todas as dificuldades, praticamente todos os entrevistados recordam com nostalgia as facetas

²⁰ D.^a Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.

²¹ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

²² Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

²³ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

²⁴ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

²⁵ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

que a sociabilidade adquiria nessa época. O Sr. Horácio relembra que, ainda que fossem muitas as carências, era ‘tudo contente, todos contentes; faziam para aí no dia 29 de Junho [...] umas festazitas [...], vinha uma música daqui de umas terras vizinhas, saía a procissão, dava a volta ao povo, de tarde era baile, a música a tocar, tudo alegre’, acrescentando que ‘quando era [...] no São João à noite, os vizinhos [...] juntavam-se todos nas ruas, faziam fogueiras de São João, cantavam [...], era uma alegria [...], de Verão, punham-se a contar histórias, assim nas ruas consoante era nos vizinhos.’²⁶ A Sr.^a D.^a Eulália emite uma opinião semelhante, ao afirmar: ‘Divertíamos-nos, cantávamos e dançávamos [...]’. Eu passei uma mocidade bonita, mas cheia de trabalho [...] Tocavam um realejo, um harmónico, a guitarra, dançávamos.’²⁷ Vários entrevistados sublinham o facto de considerarem que essa alegria de viver se perdeu com o avançar dos tempos. A esse respeito, a Sr.^a D.^a Olívia afirma que ‘era muita alegria, o povo era mais unido, era mais humilde e mais unido’²⁸, opinião partilhada pelo Sr. Horário, que refere que ‘hoje não, hoje há mais dinheiro e não fazem nada disso.’²⁹

Os testemunhos dos entrevistados reflectem, igualmente, as regras claras e precisas – ainda que meramente implícitas – para o convívio e relacionamento entre os sexos, revelando as estratégias de cortejamento. Imperava a necessidade de uma conduta respeitável, cumpridora de todos os preceitos da moral, do decoro, dos bons costumes. O estigma social das mães solteiras ou das raparigas que perdiam a virgindade constituía um pesado fardo para as jovens e suas famílias, podendo fazer cair por terra a sua futura sustentabilidade financeira. Era fundamental levar a noiva à igreja ‘honestamente’. A este propósito, o Sr. Herculano, na juventude conhecido pela alcunha de ‘pardal’ devido ao seu temperamento ‘namoradeiro’, recorda com exactidão as palavras que a mãe lhe dirigiu quando tinha cerca de vinte anos: ‘Aí de ti que enganes uma rapariga! Nunca mais cá entras em casa!’³⁰

Os entrevistados transportam-nos, ainda, ao imaginário popular e às tradições orais da Região do Douro. Nesta área, marcada pela emigração, não surpreende que os entrevistados associem a ideia de abundância ao território brasileiro, destino de muitas gerações durienses: ‘Agora está-se no Brasil!’, afirma, por exemplo, a Sr.^a

²⁶ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

²⁷ D.^a Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.

²⁸ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

²⁹ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

³⁰ Sr. Herculano Igreja, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 22 de Outubro de 2008.



D.^a Eulália.³¹ De igual modo, a realidade da emigração para esse território continua plasmada em várias das cantigas recordadas durante as entrevistas, como é o caso, por exemplo, da quadra mencionada pela Sr.^a D.^a Olívia: 'Brasil, terra de enganar/Quantos lá vão enganados/Cuidam que vão buscar riqueza/Vão lá ficar sepultados.'³² Outras imagens permanecem gravadas na memória dos respondentes. Por exemplo, o Sr. Herculano recorda com toda a nitidez aquela tarde (provavelmente) de 1923 em que o pai regressou inesperadamente do Brasil, carregado com grandes malas contendo, entre outras coisas, frasquinhos de água de cheiro, festejando o regresso à aldeia 'a tocar pelo povo fora' com uma caixa de música, seguido em cortejo pela família e vizinhos.³³ Outras personagens povoam a memória sócio-cultural desta região. Por exemplo, a presença inglesa nas quintas do Douro surge na história popular contada pelo Sr. Horácio, cujo enredo inclui uma senhora inglesa rica que oferecia uma 'grande quinta' a quem lhe salvasse o marido enfermo, transformando-se a morte em madrinha do médico a que recorre.³⁴ Ao longo das entrevistas, os entrevistados partilham cantigas, quadras, orações, adivinhas, histórias, demonstrando a força da transmissão oral nesta região. Explicam que os indivíduos de localidades distintas ensinavam cantigas diferentes às pessoas das localidades onde efectuavam trabalhos. Assim, por exemplo, em São João da Pesqueira aprendia-se as cantigas de quem vinha de Lamego, e vice-versa. A Sr.^a D.^a Olívia, que confessou não conseguir trabalhar sem cantar, afirma que 'sei um saco de cantigas e ainda mais um guardanapo!'³⁵ A Sr.^a D.^a Palmira, por seu turno, revelou que, ainda hoje, todos os dias, diz a longa oração que a avó lhe ensinou quando tinha dez anos, há precisamente oitenta anos.

Quando questionados acerca do Douro dos dias de hoje, todos os entrevistados são unânimes na resposta: actualmente, vive-se melhor. Com algumas ressalvas, contudo. Vive-se melhor particularmente a nível material, afirmam. De facto, 'mudou para muito melhor, que dantes também era uma escravidão', refere o Sr. Horácio, explicitando que 'quanto à alimentação, mudou muito para bem, mas quanto ao viver, mal, dantes era mais alegria, iam para o Douro, iam a cantar, chegavam a cantar, agora não.'³⁶ A Sr.^a D.^a Eulália expõe o seu ponto de vista: 'Dantes havia fome [...], era uma miséria [...] *passemose-as* boas, e agora, olha, já está tudo bem.'

³¹ D.^a Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.

³² D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

³³ Sr. Herculano Igreja, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 22 de Outubro de 2008.

³⁴ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

³⁵ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

³⁶ Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, a 31 de Março de 2008.

Exclama, no entanto: 'Quem me dera nesses tempos!'. Questionada sobre o porquê dessa vontade, declara: 'Era nova e andava por lá!'³⁷ Para todos, as mudanças são evidentes a qualquer nível. A Sr.^a D.^a Olívia, a esse propósito, afirma até que 'nesta zona, mudou tudo, faz de contas que é como a cobra que larga a pele.'³⁸ 'Hoje é ouro, minha senhora!' refere, por sua vez, o Sr. Albano.³⁹ A Sr.^a D.^a Palmira recorda que 'antigamente, queria a gente comer e não tinha nada, e os filhos andavam descalços na rua, e rotos.' No fim da entrevista, deixa uma mensagem às actuais gerações: 'Que sejam felizes agora, mais do que nós fomos primeiro...'⁴⁰

Entretanto, interrompa-se, por ora, esta breve incursão pelo Douro de outros tempos, contado através das palavras de quem o viveu – e vive. É possível atestar a riqueza destes testemunhos através dos breves excertos apresentados. Estas narrativas pessoais permitem-nos aceder a uma multiplicidade de perspectivas sobre o passado desta região: falam-nos da escassez económica, da migração e da emigração, dos árduos trabalhos agrícolas, da música e do lazer, dos hábitos alimentares, das estratégias de sociabilidade – espelham até uma certa nostalgia relativamente a esses tempos de dificuldades, mas 'alegres'.

Sem dúvida, poder-se-á afirmar que ninguém conhece melhor esta Região ou este sistema do que estes indivíduos. Importa saber ouvi-los. Num procedimento característico da História Oral – a procura de novos significados – pretende-se, enunciando o conceito de A. Portelli⁴¹, efectuar a ligação entre Biografia e História. Em suma, a aproximação dos indivíduos aos processos históricos e sociais que experienciaram, ocasionando-se uma reflexão crítica. Deste modo, a interpretação de histórias individuais é transposta por uma análise histórico-social do tema sob consideração. É neste contexto que o projecto de investigação 'Douro – uma História Oral' é manifestamente conducente a uma ampla avaliação das transformações económicas, históricas, sociais e culturais ocorridas na Região do Douro, sobretudo no que se refere às últimas oito décadas.

Saber escutar estas vozes é compreender melhor o passado, estabelecendo pontes com o presente. A nossa ligação afectiva ao passado adquire vida, traça-se

³⁷ D.^a Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 11 de Junho de 2008.

³⁸ D.^a Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 21 de Julho de 2008.

³⁹ Sr. Albano Fernandes, entrevistado por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, a 22 de Julho de 2008.

⁴⁰ D.^a Palmira da Conceição, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, a 18 de Agosto de 2008.

⁴¹ Ver obra de Alessandro Portelli mencionada na secção 'Bibliografia'.



no contacto presencial com outro ser humano. Compreendemos melhor este passado pelo prisma de outro indivíduo com uma história vivida para contar. São estas as vozes da nossa História. Uma História 'viva', passado presente no meio de nós.

Bibliografia

Publicações

- Counce, S. *Oral History and the Local Historian*, Longman, 1994.
- Charlton, T., Myers, L. E., e Sharpless, R. (eds.) *Handbook of Oral History*, Altamira Press, 2006.
- McMahon, E.M. and Rogers, K.L. (eds.) *Interactive Oral History Interviewing*, Lawrence Erlbaum, 1994.
- Montenegro, A. T. *História oral e memória. A cultura popular revisitada*, Contexto, 2001.
- Perks, R. and Thomson, A. (eds) *The Oral History Reader*, 2.ª edição, Routledge, 2006.
- Ritchie, D. A. *Doing Oral History: A Practical Guide*, 2.ª edição, Oxford University Press, 2003.
- Portelli, A. *The Battle of Valle Giulia: Oral History and the Art of Dialogue*, University of Wisconsin Press, 1997.
- Soeiro, Teresa et al. *Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*, Fundação Museu do Douro, 2003.
- Thompson, P. *The Voice of the Past: Oral History*, 3.ª edição, OUP, 2000.
- Yow, V.R. *Recording Oral History. A Guide for the Humanities and Social Sciences*, 3.ª edição, Altamira Press, 2005.

Testemunhos orais

- Sr. Horácio Cardoso, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, concelho de Armamar, distrito de Viseu, a 31 de Março de 2008.
- D.ª Eulália de Jesus, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, concelho de Armamar, distrito de Viseu, a 11 de Junho de 2008.
- D.ª Olívia Cristão, entrevistada por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, concelho de São João da Pesqueira, distrito de Viseu, a 21 de Julho de 2008.
- Sr. Albano Fernandes, entrevistado por Ângela Campos em S. João da Pesqueira, concelho de São João da Pesqueira, distrito de Viseu, a 22 de Julho de 2008.
- D.ª Palmira da Conceição, entrevistada por Ângela Campos em Queimada, concelho de Armamar, distrito de Viseu, a 18 de Agosto de 2008.
- Sr. Herculano Igreja, entrevistado por Ângela Campos em Queimada, concelho de Armamar, distrito de Viseu, a 22 de Outubro de 2008.



Murmúrios no Douro

A c é l i a M a r i a d o s S a n t o s G o n ç a l v e s *

Na Europa do século XVIII viviam-se já há muito os tempos do Iluminismo. O antropocentrismo e o individualismo renascentistas, promovendo a investigação científica, conduziam à separação entre a fé e a razão. Estes novos ideais promoviam o culto da razão, a crença no aperfeiçoamento do homem e a liberdade política, económica e religiosa.

Em Portugal, os últimos anos do reinado de D. João V (1706-1750) são marcados pela letargia e fragmentação do poder central.

Nas palavras de Latino Coelho Portugal era *“nação prostada no extremo abatimento, a intelligencia degenerada quasi até ao completo idiotismo, o trabalhado esquecido e deshonrado, as classes superiores ociosas e imitadoras das sumptuosas lascivas do seu rei, o clero e os magnates sugando quasi toda a substância da nação, o povo oppresso, misérrimo, envilecido; uma nação, que vive como o seu monarca, entre o auto de fé do Santo Officio, o locitorio de Odivellas, o cantochão de Mafra, os touros do Terreiro do Paço, e os equívocos e trocadilhos da literatura seiscentista.”*¹

Foi perante este contexto social e político que D. José I (1750-1777), sucessor de D. João V, escolheu, para a Secretaria dos Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, que na história ficou conhecido pelo título que mais tarde lhe foi concedido, de Marquês de Pombal.

Venerado por muitos e odiado por outros, Sebastião José de Carvalho e Melo é ainda hoje uma figura polémica, os discursos acerca da sua figura são antagónicos.

* Licenciada em Sociologia pela FLUP.

¹ COELHO, J.M. Latino, *O Marquês de Pombal*, Lisboa: Artes Mágica editores, 2003, p. 3

Camilo Castelo Branco assume o seu “ódio, grande, intranhado e único na minha vida, ao Marquez de Pombal”²afirmando: “Morreu impune, há cem anos, o marquez, cossando socegradamente a sua lepra. A História, para vingar a Justiça, levantou um patíbulo a esse infame imortal, e a Democracia engrinaldou-lhe o cadafalso em altar volvido um século.”³

Segundo José Hermano Saraiva “a controvérsia começou ainda no seu tempo, com as apologias que fez ou mandou fazer de si próprio e com os ataques apaixonados, e tão excessivos como as apologias, que se fizeram ouvir logo que largou o poder. O papel histórico que representou – ponta de lança do poder burguês contra o poder senhorial e aristocrático – confere vitalidade à controvérsia, porque a antinomia proposta pela contradição dessas forças não foi ainda superada.”⁴

Representante do despotismo iluminado em Portugal, desempenhou um papel fundamental na aproximação de Portugal à realidade económica e social que se vivia na Europa.

Afirma Raul Rego:

“Em Portugal, o terceiro quartel do século XVIII é um período de reformas intelectuais, sociais e económicas. Todas elas discutíveis no seu objectivo, na sua execução e nos seus efeitos; mas o conjunto dessas medidas deu novo rumo à nação [...] Pombal foi implacável na defesa dos interesses do Estado, sabendo do atraso em que nos achávamos em relação à Europa culta e como a nobreza, o clero, nas diferentes partes do Reino defendiam os interesses de classe contra os da nação. [...] Não há dúvida que Pombal agitou o ambiente português. A reconstrução de Lisboa, com largueza de vistas, as iniciativas de novas indústrias e protecção a outras, a demarcação das fronteiras do Brasil e defesa contra novos impérios e soberanias parasitas, a reorganização do Estado e a sua afirmação em empresas e companhias de agricultura e comércio, primeiro, depois as grandes reformas das estruturas sociais, religiosas e de Ensino, iniciativas como a criação do Erário Régio e da Aula de Comércio, do Colégio dos Nobres, a Reforma da Universidade que se pode dizer veio até aos nossos dias, dão-nos a medida do estadista”⁵.

² BRANCO, Camilo Castelo, *Perfil do Marquez de Pombal*, Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda. 1932, p.8

³ Idem; *ibidem* p. 266

⁴ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda. 1993, p.249

⁵ REGO, Raul, *As Comemorações Pombalinas* in *Pombal Revisitado*, volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p.16/17



Sobre as importantes reformas que encetou e de tudo o que de positivo e negativo elas implicaram já quase tudo foi dito e analisado. Hoje poder-se-à afirmar que detentor de um objectivo político, Sebastião José de Carvalho e Melo foi um homem clarividente e avançado no seu tempo, um dos raríssimos homens de Estado em Portugal.

A Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e da Região Demarcada do Douro

Na Idade Média os vinhos do Douro eram já conhecidos, tinham já valor comercial, sendo utilizados como valor de troca no pagamento de taxas e tributos. Eram já exportados para Burges e Antuérpia. Acontecia por vezes que durante as viagens para estes destinos, esses vinhos se deterioravam, verificando-se então a necessidade de lhes adicionar alguma aguardente para os estabilizar. Isto permitiu mais tarde a aguardentação como processo, surgindo assim o vinho fortificado.

Nos finais do século XVII verificou-se um aumento na procura dos vinhos ibéricos, em detrimento dos de Bordéus, em consequência da rivalidade entre os impérios marítimos do Norte. Aumentam significativamente nesta época, as exportações para Inglaterra de vinhos, já então denominados como “Vinho do Porto.”

Entre 1700 e 1730 cresce a exportação para Inglaterra. É no século XVIII, que o tratado de Methwen celebrado em 1703 entre Portugal e Inglaterra, ajuda esse fluxo mercantil. Estabelece condições aduaneiras favoráveis a entrada dos vinhos nacionais, prevendo a contrapartida de privilégios para os tecidos britânicos no mercado português.

A produção, estimulada pela crescente procura e pelos altos preços praticados, tenta acompanhar as exigências do mercado. A mira de mercados fáceis levou os durienses a eliminar outras culturas e a dedicar-se quase exclusivamente ao cultivo da vinha. Começou aqui a monocultura no Douro.

A exemplo do que frequentemente acontece, o aumento do negócio proporciona rivalidade de interesses e suscita fraudes e abusos. A história do Douro é também história de crises: ciclos de bom-nome e de tentações humanas que conduzem à fraudulência.

Em meados do século XVIII, consequência dos crescentes abusos, instalou-se a primeira grande crise de produção dos vinhos da região: as exportações estagnaram ao passo que a produção continuou a crescer. No Douro viveram-se anos terríveis de miséria.

Foram estas as circunstâncias e contexto, e o intuito de acautelar os interesses dos lavradores do Douro e dos exportadores nacionais dos vinhos generosos da região contra as prepotências da Feitorias Inglesa, que levaram Frei João de Mansilha, Dominicano, Inquisidor, nascido em S. João de Lobrigos (Ver anexo), o negociante biscainho Bartolomeu Pancorbo e o Juiz Luis Beleza de Andrade, a que em 10 de Setembro de 1756, por Alvará Régio de El-Rei D. José I, sob os auspícios do seu Primeiro-Ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello, fosse instituída a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, também denominada *Real Companhia Velha*.

Formada pelos “principais lavradores do Alto-Douro e homens Bons da Cidade do Porto” à Companhia foi confiada a missão “... de sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o commercio, que se faz neste género, estabelecendo para elle hum preço regular”⁶

Segundo António Barros Cardoso “ a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, representou um marco histórico na evolução da produção e comércio dos vinhos do Douro. [...] De facto no Douro nada ficou como dantes”⁷

Como refere António Barreto, a Companhia tem inicialmente vastas funções, competências e privilégios, que o Marquês de Pombal aumentará ao longo do tempo. Toda a sua acção foi obviamente polémica e ainda hoje se discutem os seus resultados, contudo é inegável o seu contributo na modernização da região duriense e indiscutível o seu papel na criação da primeira região demarcada do mundo.⁸

De acordo com o Dr. Francisco José Ribeiro, Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião: “ O Marquês de Pombal criou a Real Companhia Velha em 1756, criou a primeira Região Demarcada do mundo, e em bom tempo o fez [.....] é possível que o Douro não fosse hoje o que é, não tivesse a visibilidade e a importância que tem, se nessa altura não tivesse existido uma pessoa com o perfil e determinação do homem que foi D. José de Carvalho e Melo.”⁹

⁶ A.D.P., Cartório do Cabido da Sé do Porto, nº.441 citado em CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes- O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, volume 2 Porto: GEHVID, 2003, p.802

⁷ CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes- O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, volume 2 Porto: GEHVID, 2003, p. 779

⁸ BARRETO, António, *Douro*, Edições Inapa, S.A., 1993

⁹ Entrevistado nº. 1



A interpretação das acções e estratégias políticas só pode ser feita através da análise do que delas ficou ao longo dos tempos.

Assim, com este trabalho pretendeu-se recolher registos de actores sociais relevantes no quotidiano actual do concelho de Santa Marta de Penaguião, do que actualmente constitui o imaginário da acção pombalina e do seu contributo histórico no desenvolvimento da região duriense.

Dr. Francisco José Guedes Ribeiro

Natural de S. João de Lobrigos, Concelho de Santa Marta de Penaguião. Tem 50 anos.

É Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião desde 1995

“O Marquês de Pombal criou a Real Companhia Velha em 1756, criou a primeira Região Demarcada do mundo, e em bom tempo o fez porque por um lado começou a disciplinar o território e também através disso, começou a controlar o comércio dos vinhos. É possível que o Douro não fosse hoje o que é, não tivesse a visibilidade e a importância que tem, se nessa altura não tivesse existido uma pessoa com o perfil e determinação do homem que foi D. José de Carvalho e Melo, também conhecido por Marquês do Pombal. Para defender os nossos produtos delimitou a nossa região, região que tinha apetência para produzir vinhos de alta qualidade, entre os quais o Vinho do Porto.

Ao longo dos tempos tem-se verificado que esta delimitação foi fulcral para a nossa economia. É só nesta região demarcada que se produz o vinho do Porto, que é único no mundo. A particular qualidade e riqueza dos vinhos, devem-se às qualidades muito próprias do nosso clima porque indiscutivelmente, apesar do país ter bons vinhos, é exactamente nesta região que se produz o melhor vinho do mundo.

Hoje ainda continua a estar bem presente na região esta sua atitude e a sua mensagem. Quantos não gostaríamos certamente que, tendo em conta as atribuições e o mau estar vivido pelos diversos organismos do Douro, nomeadamente o Instituto do Vinho do Porto, a Casa do Douro e as próprias Cooperativas, que actualmente estão a atravessar uma fase muito complicada, no Douro comessem a aparecer personalidades com a importância, com a dinâmica e com a paixão do Marquês do Pombal.

Quantos de nós não afirmam que era importante que surgisse um homem como aquele. Hoje já não há homens que se interessem pelo Douro, como fez, indiscutivelmente, o Marques do Pombal.

O Douro foi durante muito tempo uma zona do país identificada como uma “zona rica”. Era um espaço territorial onde os ricos tinham as suas quintas, onde os ricos vinham passar as suas férias, onde os ricos vinham buscar alguma riqueza em detrimento, naturalmente, da classe trabalhadora, dos agricultores, que viviam em precárias condições.

Hoje a situação é bastante diferente, porque por um lado, a agricultura ao nível dos vinhos está a atravessar grandes dificuldades, isto apesar dos vinhos serem cada vez melhores, de melhor qualidade.

Tem havido progressos bastante significativos na tecnologia e também na escolha das castas. Hoje o lavrador não está preocupado só com a quantidade, pretende também obter qualidade. Assim, na reconversão das vinhas que vai fazendo e até mesmo nalgumas das vinhas tradicionais, faz questão de introduzir castas de primeira qualidade. Isto dá-lhe garantias de vinhos de melhor qualidade. Nesse aspecto há que reconhecer que as mentalidades dos nossos agricultores melhoraram significativamente. Portanto, hoje os vinhos são melhores. São melhores é um facto, mas também o custo da sua produção é cada vez maior. Por um lado temos cada vez menos gente na agricultura, depois os poucos que existem na agricultura também já não trabalham muito barato. Acrescido a isso há também a concorrência ao vinho de mesa. Hoje o vinho de mesa tem um peso muito significativo na economia destas terras. Temos aqui a maior adega cooperativa do Douro, a adega de Santa Marta de Penaguião. Num concelho com 8.500 habitantes temos uma cooperativa com cerca de 2.200 sócios, não contando com cerca de 12 produtores/engarrafadores. Por aí se vê a dimensão, em termos de produção de vinho, do concelho de Santa Marta de Penaguião. Aqui existe praticamente monocultura, vivemos quase em exclusive do vinho e, se aqui há uns anos havia alguma dificuldade de escoamento, hoje isso não acontece, felizmente. A nossa adega já tem adquirido vinho, porque o que tem não é suficiente para as encomendas. Mas, apesar do bom escoamento, esse facto não se tem repercutido em termos de facturação, porque o vinho tem-se vendido muito mais barato. Isso deve-se à enorme concorrência que há no sector. Hoje, com o processo de globalização, com a abertura de fronteiras há entradas de vinhos provenientes de outros continentes, que também têm qualidade mas a preços muito mais baixos, porque as próprias condições do terreno assim o permitem. Nós estamos numa região que tem um clima fantástico, tem uma boa apetência para o vinho mas tem custos de produção muito grandes. O nosso produto fica caro, tendo por isso enormes dificuldades em competir com os outros em termos de preço; em termos de qualidade, naturalmente somos melhores. Sabemos que entre a qualidade e o preço muitas



vezes se opta pelo preço desde que a qualidade não seja má. Hoje a qualidade já vai existindo em todo o lado.

Seja como for estaríamos certamente piores senão fosse essa delimitação que houve em devido tempo.

Hoje sabemos que há muitas situações em que falta o controle, apesar de sabermos que está delimitada através dos marcos pombalinos, sabemos que em alturas de vinho excedente se levava vinho para fora da região e outras vezes entrava vinho de fora da região.

Havia autoridades competentes para o controle, como era em tempos a Casa do Douro, actualmente é o Instituto do Vinho do Porto, mas temos conhecimento de que há sempre fugas nesse sector.

Por tudo isto, a criação no século XVIII, da Companhia das Vinhas do Alto Douro foi uma iniciativa da maior importância, que ainda hoje merece respeitabilidade de todos os durienses.

O Marques do Pombal foi uma figura marcante, uma figura bastante controversa, foi um homem determinado. Há quem o denomine de ditador. Não tenho muitos elementos que me permitam uma opinião avalizada sobre o seu governo, mas sabemos que por vezes se tem tendência a criticar negativamente determinados feitos e embora não se possa nem devam tolerar feitos totalitários, há que reconhecer que esse seu feito o conduziu o tomar medidas acertadas. Não devemos confundir o totalitarismo de procedimentos ideológicos com determinação. Temos hoje que analisar o contexto de então para julgar se ele foi ditador ao tentar impor aquilo que julgava correcto. Hoje reconhecemos que, às vezes, para levar por diante alguns procedimentos temos que ser fortes e enfrentar muitos obstáculos. E enfrentar também certos interesses instalados. Foi essa, possivelmente, a posição do Marquês do Pombal. Teve que romper com muitas barreiras, nomeadamente com os jesuítas, que eram juntamente com os nobres, o poder instalado.

Foi um homem com coragem para medidas arrojadas que tiveram reflexo no presente de então, mas sobretudo foram vantajosas ao longo dos tempos. Note-se que passados 250 anos sobre a criação da Região Demarcada do Douro e durante as comemorações deste facto, foi sobejamente reconhecida a importância das medidas tomadas pelo Marques do Pombal.

As análises mais correctas fazem-se passado algum tempo e depois de ver os resultados ao longo do tempo. Assim, estamos aqui para constatar que, apesar de eventuais defeitos, apesar de atitudes que não merecem actualmente a nossa aprovação, pode dizer-se que no cômputo geral o Marquês do Pombal foi uma figura muito

importante para esta região. Estou certo que os durienses, mesmo as novas gerações, se lembrarão dele com um sentido muito positivo.

O Douro tem uma identidade e características muito próprias. Não é por acaso que recentemente foi classificado como Património da Humanidade. E esse património, é o Douro como região, como cultura, como paisagem que é única no mundo. Temos uma paisagem fantástica, temos uma cultura sui generis e temos um produto que nos identifica, que é o vinho, particularmente o vinho do Porto.

Estas regiões demarcadas devem ter uma estrutura para as defender. Tivemos a Casa do Douro durante muito tempo, que era uma associação de agricultores que tutelava todo o Douro. Temos também as cooperativas, que são estruturas que defendem os interesses dos agricultores. Infelizmente estão a atravessar uma grave crise financeira. Tem dado, de certa forma, resposta às necessidades dos lavradores.

A Casa do Douro teve uma importância muito grande aqui há uns anos, neste momento está destituída de competências, infelizmente. Quem neste momento está a tutelar é o Instituto do Vinho do Porto e Douro. Eu, pessoalmente, preferia uma Casa do Douro revitalizada, uma Casa do Douro a desempenhar as funções como antigamente, acompanhando o tempo, acompanhando a nova vaga de reformas que é necessário introduzir. Mas o que nós constatamos, infelizmente, é que a Casa do Douro está paulatinamente a expirar-se, os sucessivos Governos não lhe atribuíram a importância que ela merecia, começaram a retirar-lhe competências e hoje a sua função é quase inexistente.

Entretanto o Instituto do Vinho do Porto e Douro vai tentando substituí-la. É claro que os agricultores têm algumas reservas sobre a operacionalidade deste Instituto, por que constatamos que às vezes não está muito presente no que concerne aos interesses da produção, o que se nos depara é está mais interessado em defender o comércio facto que contraria de certa forma a função da Casa do Douro. Que era dos agricultores e defendia em primeira instância os seus subscritores, desde logo no escoamento dos seus vinhos, nos excedentes. Neste momento não temos nenhuma estrutura que vá buscar os vinhos quando o lavrador tem dificuldade em vendê-los. Assim, o que acontece neste momento é que a entidade que surgiu para substituir a Casa do Douro foi, na década de 50/60 as cooperativas que tiveram um momento muito interessante mas hoje estão a viver aqui no Douro com muitas dificuldades. Isto apesar de se terem modernizado, de terem bons produtos, de terem conseguido novos mercados. No entanto, devido também aos grandes investimentos que fizeram para se requalificarem, hoje estão descapitalizadas, facto que se reflecte na vida dos agricultores.

Posso referir que neste momento o Douro e as cooperativas estão a atravessar o momento mais dramático e mais negro da sua história. Não é por acaso, que com alguma tristeza, há dois anos, aquando das comemorações da criação da Região Demarcada os agricultores não participaram com aquela alegria que se pretendia. Cumpriram-se os programas e as iniciativas culturais, mas os durienses não viveram como seria desejável este acontecimento de tão grande importância. E porquê? Porque hoje viver do vinho é muito difícil, cada vez temos menos gente a trabalhar na lavoura, porque é uma actividade que não é rentável.

E, não se entende como é que, sendo o nosso vinho um produto cada vez mais apreciado nas grandes urbes e um produto cada vez mais caro, é tão mal pago nas suas origens. Este facto é dramático, diz-nos que há qualquer que não funciona bem. Os outros vinhos entram no mercado a preços baixos mas o consumidor paga sempre caro. Não se percebe esta situação, assim não sei como se há-de alterar esta situação. Hoje vivemos uma angustia muito grande as instituições que foram criadas e tiveram um papel preponderante ao longo dos tempos, nomeadamente a Casa do Douro, foram perdendo competências. O seu estatuto começou a ficar desajustado com as necessidades dos novos tempos. As próprias cooperativas que de certa forma surgiram para substituir a Casa do Douro no escoamento dos vinhos estão, como afirmi, numa situação económica muito complicada. De igual forma se consultando os pequenos e médios lavradores verificamos que estão actualmente a viver com muitas dificuldades. Vão-se mantendo as grandes empresas de vinho do Porto, aquelas que hoje tem grandes latifúndios nas zonas da letra A e letra B, gente que com grande potencial económico compra grandes quintas onde a produção é toda destinada ao vinho do Porto devido à localização e às castas, e que conseguem devido à mecanização da produção, custos relativamente mais baixos. Em contrapartida no Baixo Corgo, nesta região de Santa Marta, tem-se tentado uma outra forma de reconversão. Mas parece-me complicado levá-la até ao fim, porque as nossas parcelas são muito pequenas, não há muita vontade nem disponibilidades dos lavradores enveredarem para um parcelamento, sendo que não é vantajoso mecanizar parcelas muito pequenas. Tudo Isto traduz-se num futuro muito complicado.

O Douro está na moda, é falado em tudo que é sitio, há milhares de pessoas a visitar-nos, gostam da nossa paisagem, gostam do nosso produto mas, ao mesmo tempo, toda esta dinâmica não se reflecte na vida de quem cá vive, que seria o mais importante.

Perante esta realidade estamos atentos, colaboramos com os agricultores nas acessibilidades, as diversas Câmaras Municipais tem colaborado, apesar das suas dificuldades.

É sabido que todo o interior é sistematicamente esquecido, Não nos basta já assistir à tragédia da desertificação. Não temos gente. Temos feito um trabalho muito interessante; hoje vê-se no interior que há um conjunto de investimentos e de equipamentos que fazem inveja aos grandes centros mas, simultaneamente, advêm alguma preocupação pois verificamos que esses investimentos são subaproveitados, não são utilizados como seria o nosso desejo. As pessoas não se fixam cá porque não tem emprego e o pouco que existe não é bem remunerado. Portanto, um factor principal para a fixação da população é a existência de locais de trabalho, bem como a rentabilidade do produto da região.

Por todos estes factos estamos, neste momento, a assistir a um momento muito complicado da Região Demarcada do Douro.

Ouve-se dizer hoje em dia que, com toda a turbulência que se vive no Douro, com o voltar de costas das instituições, nomeadamente a Casa do Douro, o Instituto das Vinhas, organismos que tutelam e tem interesses na Região Demarcada do Douro, fazem falta homens com a têmpera do Marques do Pombal.”

Entrevista realizada em 11 de Abril de 2008

Dr. Manuel Joaquim Pereira Teixeira Mourão.

Tem 68 anos. É natural da freguesia de Louredo, Santa Marta de Penaguião.

É licenciado em Teologia, com Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma.

“Quando falamos sobre uma figura histórica caímos no risco de emitir a própria opinião e não propriamente aquilo que ouvimos dizer acerca dessa pessoa. Em termos sociológicos seria interessante verificar o que dessa personagem ficou no povo, nas suas tradições, nas suas palavras, na sua maneira de falar.

Mas isso é difícil, só fazendo um inquérito de rua que abranja pessoas das diversas categorias sociais, desde as pessoas simples, os trabalhadores, pessoas ligadas à agricultura, onde se perguntasse se conhece o Marquês do Pombal, quem foi e o que representa a sua figura. Mas há um problema. Acredito que hoje em dia não hajam já grandes conhecimentos.

Nós ouvíamos dizer, ouvi muitas vezes de meu pai, quando se pretendia fazer qualquer reforma: “Nós precisávamos era outra vez do Marquês”. Creio que a imagem que ficou do Marquês se relaciona com autoridade, talvez de uma autoridade um pouco despótica, de uma certa ordem no que diz respeito à produção, venda e exportação do vinho. Ficou na memória das pessoas a imagem de um homem não



só ligado à região do Douro, bem como um defensor dos interesses dos produtores de vinhos, sobretudo dos pequenos e médios agricultores. Não tanto dos grandes, embora toda a gente saiba que no processo da demarcação tiveram muita importância os “Homens do Marquês”. Era o seguinte: obviamente que não foi o Marquês que procedeu à definição das normas da demarcação, mas sim homens da sua confiança, como Frei João de Mansilha.

Para além das chamadas normas de carácter objectivo para a demarcação da zona, sabe-se que, como é natural, eles foram influenciados pelos amigos, por conhecidos, para colocarem dentro da região demarcada zonas que não eram tão férteis.

As normas estabelecidas por essas pessoas ligadas ao Marquês, mostraram alguma sabedoria como por exemplo a questão da altitude, a constituição do terreno: a partir do momento que não fosse de xisto ou granito era excluído. Também a chamada exposição solar era importante. Tudo isto são as normas estabelecidas. Diz a tradição que levaram em conta também a média onde no terreno aterrava a neve no Inverno. Estas normas que foram estabelecidas no início, para criar a região que podia ter vinha de benefício no Douro, demonstra uma certa experiência e conhecimento da zona, das pessoas que as criaram.

A importância dos “Homens do Marquês” advém daqui, sabemos muito bem que no diz respeito a interesses económicos, há normas objectivas, mas há depois as excepções e os favorecimentos que se fazem.

Em 1756 assina-se o documento da criação região demarcada. O Marquês foi muito exigente nas normas que estabeleceu. Quando se fez a devassa verificou-se que haviam pessoas que tinham quintas que ficavam fora da região demarcada e que meios pouco claros trataram de as incluir. Interessava que todas ficassem dentro da região demarcada pois o vinho de embarque era muito mais caro que o vinho de ramo, que era vendido nas tascas, sítio onde se dizia: “de um lado se põe o ramo e de outro se serve o vinho” – era o ramo de loureiro na porta que anunciava que naquele sítio havia vinho para venda. O vinho de ramo era o vinho normal, o que se bebia à refeição; os vinho de embarque, que eram os de primeira e segunda categoria, eram embarcados e exportados.

Sabe-se que era a Feitoria Inglesa que tinha quase todo o comércio de vinho nas suas mãos e os pobres produtores estavam sujeitos aos seus interesses.

Na altura surgiam já, lá fora, os monopólios da indústria. Assim, quem lançou a ideia da Companhia foi um comerciante biscoiteiro que estava no Porto, Bartholomeu Pancorvo, que conheceu Frei João de Mansilha, dominicano amigo de Marquês do Pombal, que posteriormente foi nomeado inquisidor. Falaram então na ideia de se constituir uma Companhia que defendesse os interesses dos produtores contra a explo-

ração que se fazia sentir da Feitoria Inglesa. A ideia foi amadurecida. Entretanto, Luiz Belleza de Andrade, Juiz de Fora, que tinha interesses no Douro tomou também a ideia a peito. Segundo dizem certos historiadores foi este Sr. quem redigiu os primeiros estatutos da Companhia. Através de Frei João de Mansilha este projecto foi apresentado ao Marquês que o aprovou e legislou.

Eu pessoalmente gostaria de conhecer a carta régia completa, documento que interessaria analisar de forma precisa, pois que, Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia sem defender convenientemente interesses que deviam ter sido defendidos. Segundo ouvi dizer os privilégios com mais de 200 anos das regiões demarcadas poderiam ser mantidos. Se assim é, não só o vinho de benefício ou tratado, mas também a aguardente para tratar o vinho teriam que obrigatoriamente proceder da região demarcada. Só em situações excepcionais se poderia utilizar aguardente doutra proveniência.

Seria do nosso interesse verificar este facto, seria vantajoso para a região, nomeadamente para os viticultores que não tem benefício e cuja produção se destina à aguardente. Assim acontecia quando existia a Casa do Douro: os que não tinham benefício eram assim de certa forma compensados.

Se quando aderimos à Comunidade Económica Europeia, caracterizada pela concorrência pura, pudessem ter sido defendidos os interesses desses produtores, a região teria beneficiado e a sua situação actual seria outra.

(...)

Sabe-se que o Marquês definiu instruções muito rígidas para com todos os que introduziam uvas dentro da zona. Esse facto pode ser verificado no livro "A Devassa Pombalina", existente na Biblioteca do Município, espécie de relatório acerca de todos aqueles que iam contra as normas estabelecidas e que tentavam introduzir uvas de terrenos que se situavam fora de região demarcada. Isto verifica-se essencialmente em terrenos muito próximos dos da região demarcada. No entanto conta-se que ele próprio, que tinha uma vinha na sua propriedade em Oeiras de cerca de 500 pipas, arranjou maneira de vender o seu vinho como se fosse da região do Douro.

Quem aborda esta questão pormenorizadamente é Susan Schneider num livro de economia sobre o século XVIII.

Constatamos assim que, logo desde o início, os poderosos encontraram maneiras de fugir e contornar as próprias leis que estabeleceram. Este é um pormenor engraçado da história da mentalidade portuguesa. É uma genialidade cultural.

(...)

Mas, concretamente, o que ficou na memória colectiva é uma associação da sua figura à criação da Região Demarcada do Douro e à defesa dos interesses dos

produtores, a um certo desenvolvimento económico desta zona e a uma melhoria das condições de vida dos seus habitantes, tudo isto em simultâneo com o estabelecimento de uma certa ordem.

Curioso verificar que na história da região Demarcada do Douro, infelizmente, foi durante a regência de todos os governos autoritários, como por exemplo o de Costa Cabral, que as pessoas ligadas à produção do vinho, sobretudo os mais necessitados, encontraram mais apoio. Todas as liberalizações trazem a desgraça aos mais pobres e o benefício aos mais poderosos. É o que se passa actualmente. A globalização e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, veio agravar a já difícil situação. O preço do vinho têm vindo sistematicamente a descer. Na Casa do Douro já pagaram o vinho de mesa a 60/70 contos, agora está entre 20 e 30 contos. O vinho de benefício ou tratado esteve já a 250/260 contos, agora ronda os 180 contos, dependentemente da letra.

(...)

O Marquês era um homem de sua época, pertencia ao absolutismo real, comum não só em Portugal, mas em todos os países europeus. Dizem que não era um homem muito inteligente, era sobretudo um homem determinado. Esteve na Áustria e na Inglaterra como diplomata.

Tinha um certo número de objectivos políticos a cumprir: reforçar o poder real, centralizar e combater tudo o que se opusesse ao poder absoluto. Sabe-se da sua actuação com os nobres, o processo dos Távoras, e com a Igreja e os Jesuítas. Favoreceu de forma extraordinária a ascensão da burguesia.

(...)

A governação do Marquês insere-se no despotismo iluminado, encetou reformas em muitas dimensões da vida política e quase sempre quem renova tem que obrigatoriamente destruir. Verificou-se isso no ensino. É como quem destrói um prédio e o volta a construir, no entanto entre a destruição e a construção de novas estruturas existe um tempo, leva o seu tempo. Não sei bem se acatou esse pormenor.

Os métodos que empregou, não podem ser designados de democráticos de forma nenhuma, e já havia algumas representações nesse sentido. Não demorou muito tempo a que entrássemos no período do liberalismo e na constituição de governos liberais e constitucionais. A Revolução Francesa deu-se passado pouco tempo.

O exercício do poder absoluto era comum a outros países, como a França, diferente no entanto de poderes monárquicos anteriores, que tinham representações em cortes, apesar de D. João V, espécie de Rei Sol, não ter já nunca reunido cortes.

Foi um período de um poder centralizado, quase absoluto.

Sabemos também que normalmente as ditaduras surgem como uma tentativa de pôr ordem nas coisas, como consequência de um mau exercício da liberdade ou de uma liberdade mal estruturada, ou também a uma mudança no modo de exercer essa liberdade.

As cortes representavam um certo número de pessoas que todos nós sabemos o que eram e, creio que a partir de certo momento, houveram interesses que não foram convenientemente representados junto do poder. A tentação foi então “nós é que interpretamos o interesse de todos, nós é que mandamos, haja quem governe”, como diz o povo.

Estas são de certa forma as representações que o povo tem acerca do Marquês do Pombal. É comum ouvir-se: “o que precisamos é de outro Marquês”

Já com o governo de João Franco é diferente. Diz-se: “João Franco veio à Régua de botinhas amarelas. Vai-te embora João Franco senão partem-te as canelas”. Verifica-se que já na altura havia alguma contestação ao poder autoritário, havia uma contestação de certa forma organizada e secreta ao Rei D. Carlos. A oposição no tempo do Marquês era feita por pessoas privilegiadas, que não olhavam com bons olhos as mudanças por ele estipuladas.

No Porto foi diferente. Houve um levantamento popular, motivado pela proibição de venda de vinho da região nas tabernas e contra os interesses da nova Companhia, que se tinha estabelecido. O Marquês usou de medidas fortes para causar medo. O mesmo se passou em Lisboa, com as revoltas de militares, como o caso do Alfeite, um dos bairros de Lisboa, onde os militares foram todos eliminados.

Usou também a instrumentalização do Tribunal da Inquisição para eliminar os seus inimigos políticos, entre eles o Padre Malagrida, jesuíta, que foi torturado.

Os métodos usados não foram possivelmente os melhores. Mas foi uma pessoa com certos objectivos. Por exemplo, do ponto de vista industrial, organizou a indústria nacional com o propósito de se evitar as importações, organizou também um pouco as forças militares. Sob o ponto de vista económico podemos mencionar a constituição do monopólio do Maranhão no Brasil, a criação da região demarcada do Douro. De referir a reforma do ensino, que foi igualmente muito importante.

O Marques do Pombal foi um reformador.

(....)

Uma das grandes curiosidades é para mim a forma como introduziu a produção de vinho da sua propriedade em Oeiras dentro dos vinhos de embarque, afirmando que era tão bom como o vinho do Douro.

Lembro agora que mais tarde, precisamente por essa razão, deu-se aqui no Douro a revolta de Lamego. Passou-se no tempo de Afonso Costa, altura em que se

fez um acordo de exportação com a Inglaterra, onde se estabelecia que o vinho do Porto, o vinho de exportação, podia ser produzido em qualquer região de Portugal e não exclusivamente na Região Demarcada do Douro, desde que tivesse as mesmas características. Isto provocou uma grande revolta, houve ataque às tesourarias e às Câmaras, queimaram-se livros, morreram doze pessoas.

(...)

A Real Companhia Velha, e assim se chama porque efectivamente vem do tempo da realeza, foi uma empresa criada no tempo do Marquês para a exportação dos vinhos e para, de certa forma, fazer frente à Feitoria Inglesa. Curiosamente a maior parte dos marcos pombalinos têm inscrito a palavra "Feitoria".



Marco Pombalino – Demarcação de 1758.

O que as pessoas pretendiam era efectivamente poder exportar o seu próprio vinho sem estarem sujeitas às normas dessas empresas que detinham quase o monopólio da exportação. A Real Companhia Velha defendia esses interesses, ficou ligada aos interesses dos produtores. Penso que houve mesmo durante algum tempo um certo limite ao expansionismo dos interesses ingleses aqui na zona. Mas isso não posso confirmar.

A Real Companhia defendia os interesses dos produtores, embora tivesse autonomia e interesses próprios.

No tempo da segunda república entrou-se num período de certa desordem económica. Acontece que em períodos de liberalização tudo fica sujeito à lei do mais forte. Na ocasião surgiu, pelas mãos de pessoas afectas à primeira república e ao regime democrático, como o Dr. António Carvalho, da Régua, uma espécie de movimento que pretendia que se criasse uma qualquer organização que defendesse os interesses dos produtores de vinhos. Isto é o início e a razão de ser da Casa do Douro, que surgiu já no regime autoritário do Dr. Salazar.

No século passado chegou-se a uma situação em que os produtores se viram perante uma grande crise no que diz respeito à defesa dos seus interesses.

A Casa do Douro tinha objectivos e obrigações: proceder ao levantamento cadastral de toda a zona do Douro, de acordo com os princípios fundamentais para a atribuição do vinho de benefício, que como referi seriam a altitude, exposição do terreno, exposição solar, as castas e o número de cepas. Procedeu-se então ao levantamento de toda esta zona. Tendo em conta a forma como foi feito constitui-se num documento único.

Constituíram-se então equipas de pessoas, denominados classificadores, que eram indivíduos capazes de visitar toda a zona e de classificar as videiras pelas suas castas. Este foi um bom trabalho e que teve muita importância. Não estiveram excluídos, claro, uns “favorezitos”, como se deve calcular.

A Casa do Douro tinha um compromisso estabelecido com o governo e com os representantes dos exportadores, que consistia em estudar anualmente as previsões da exportação e a partir daí estabelecer o número máximo de pipas de vinho que os produtores poderiam beneficiar nesse ano. Posteriormente a cada produtor era atribuído certo e determinado benefício, ou seja, o número máximo que cada um podia produzir de vinho beneficiado.

Tinha este organismo também, por obrigação, resolver o problema do excesso dos vinhos. Todos os viticultores tinham que, na altura, dar a manifesto a sua produção. A Casa do Douro comprometia-se a não deixar vinho nenhum para outra época, obrigava-se a absorver todo o vinho, que era reduzido a aguardente. Foi este



processo que fez o capital da Casa do Douro, deu a possibilidade de pagar aos seus funcionários e a comprar os alambiques existentes nas delegações que a Casa do Douro tinha nos diversos Concelhos da região.

Nessa altura os vinhos tinham que obrigatoriamente ser tratados com aguardente produzida na região do Douro. Só quando esta não houvesse se podia utilizar aguardente de outra região, no entanto, e relacionando-se com a genuinidade do vinho, só a Casa do Douro tinha poderes para determinar se essas outras aguardentes eram ou não boas para o efeito.

Estabelecia-se também em Janeiro o preço base da pipa de vinho para todos os viticultores. A partir daqui os produtores podiam vender o seu vinho a um preço que melhor lhes conviesse, com a certeza porém que havia sempre a hipótese de o venderem à Casa do Douro. Recordo-me que o meu pai contava que diversas vezes, antes da Casa existir, teve que deitar vinho fora para poder envasilhar o vinho novo. Como não se vendia...deitava-se fora.

Existia também a lei do 1/5, ou seja, havia uma certa produção de vinho que a própria Casa do Douro reservava para si. Essa é a razão porque hoje existem vinhos em stock que datam de 1939 aproximadamente.

Aconteceu que, no fim do antigo regime, tempo do Professor Marcelo Caetano se liberalizou a venda das aguardentes. Assim, quem tinha vinhos para beneficiar deixou de ser obrigado a comprar a aguardente à Casa do Douro. Essa medida teve efeitos imediatos e prejudiciais para a região.

Aqui no Douro existiram sempre dois interesses distintos: o do produtores que tem benefício e o dos que não têm. Os que têm benefício querem fazer o vinho mais barato possível, aqueles que não têm pretendem que seja valorizado o seu vinho, ou seja que as aguardentes sejam mais caras. Aconteceu que depois da liberalização dos preços os viticultores com benefício começaram a comprar a aguardente onde ela mais barata. E não era a da Casa do Douro. Chegamos ao 25 de Abril, já em crise, a Casa do Douro tinha o vasilhame cheio de aguardente fina, que não vendia.

Entretanto surgiram também as adegas cooperativas com o objectivo de resolver o problema da feitura e comercialização dos vinhos. Estas revelaram-se uma grande ajuda para os produtores pois que fazer o vinho era um processo que dava muita despesa, estragava-se o vinho com muita facilidade. As adegas constituíram-se, numa iniciativa dos viticultores de cada zona, para resolver um problema anteriormente resolvido pela Casa do Douro e foram integradas dentro da orgânica geral. Facto é que se verificou pouca unidade entre elas e a Casa do Douro.

Neste contexto a Casa do Douro viu-se a braços com um grave problema económico e financeiro: não vendia as aguardentes, não tinha receita financeira.

Entretanto com as modificações trazidas pelo 25 de Abril, o Capitão Pardal, que esteve lá durante algum tempo, colocou o problema ao governo, à Junta Nacional dos Vinhos que prontamente decidiram como resolver o problema. Que medidas tomaram? Liberalizou-se cada vez mais a venda de aguardentes. A que estava em stock, foi vendida para o estrangeiro, (fizeram-se óptimos brandys com ela) e nós passamos a importar a aguardente sem verificar a sua qualidade. Verificou-se mesmo que em determinada altura que se estava a utilizar aguardente que não era vínica. Isto resultou num agravar da já difícil situação financeira.

Agudizou-se posteriormente ainda mais, quando o Dr. Montes, presidente da Casa do Douro na altura, constatou que com a nossa adesão à Comunidade Europeia eram possíveis novos arroteamentos nos chamados mortórios e a entrada de capitais, gratuitos. Isto dentro da liberalização que se estabeleceu, veio beneficiar sobretudo quem tinha já grande poder económico: as grandes casas exportadoras.

Procurou-se uma solução para o problema, pensando na criação de uma qualquer empresa com o objectivo de defender os interesses dos pequenos e médios viticultores. Pareceu-lhes, na altura, bom negócio comprar todas as acções de Real Companhia Velha, instituição ligada desde sempre à história do Douro. Assim aconteceu, mas não compraram a maioria das acções, somente algumas. De referir que a Casa do Douro, como tal, não pode negociar nem pode vender. É um organismo fiscalizador, tem funções próprias. Esta situação não foi bem vista pelo governo nem pelas empresas, que pelo seu poder económico tem e usa e as suas influências. Sabemos muito bem do que são capazes, sabemos que saem decretos com validade de um ou dois meses para cobrir interesses de muito poucos.

A Casa do Douro, fez asneira, investiu muito dinheiro – que não tinha – endividou-se ainda mais. Foi o caos total. Acabaram com a Casa do Douro. A única coisa com certo valor que restava era o levantamento que se tinha feito da região, mas até isso foi cedido ao Instituto Nacional do Vinho para estudo de novos plantios.

(...)

Hoje a Real Companhia Velha não existe e a Casa do Douro tem as acções que nada valem.

Actualmente quem representa os produtores, no que diz respeito aos vinhos de mesa, são fundamentalmente as adegas cooperativas. Mas atravessam de igual forma momentos muito difíceis, têm grandes dificuldades essencialmente induzidas pela má administração: endividaram-se muito para se poderem modernizar. Procederam a empréstimos bancários esperanças que a melhor comercialização do produto cobrisse esse endividamento. Mas isso não se verificou, o vinho é vendido essencialmente às



grandes superfícies a preços que não compensam. Fecharam mesmo algumas adegas como a de Sanfins; a adega de Murça esteve dois anos sem pagar aos associados.

Quem é que paga esta crise? São os associados – as adegas não fabricam dinheiro. São os sócios que pagam os juros que poderiam receber pela entrega dos seus vinhos e pouco recebem. Simultaneamente entraram numa competição comercial para a qual não estavam bem preparadas sob o ponto de vista da qualidade e de marketing. É do conhecimento de todos que o vinho das adegas é desvalorizado pelo facto de ser vinho de muitos produtores. O vinho de quinta tem outra projecção. Embora as cooperativas procurem ter os seus vinhos especiais, vinhos de mesa, o Estado devia estar disposto a ajudar estas associações a promover o seu vinho.

Nesta sequência, para o Estado, a Casa do Douro deixou de ter razão para existir. Não acabaram com ela formalmente, mas paulatinamente retiraram-lhe todas as atribuições que tinha. Na prática foi como se tivessem acabado com ela.

Coloca-se aqui uma questão relativamente à organização sócia política. Sabemos que numa sociedade democrática existem dois princípios fundamentais: a solidariedade e a subsidiariedade, segundo o qual o estado não deve substituir o papel de instituições com competências atribuídas. O estado não se deve introduzir nessa área, se o faz, usa uma forma ditatorial. É um facto que a Casa do Douro não nasceu propriamente da iniciativa das pessoas, mas as atribuições foram-lhe concedidas pelo próprio Estado, não pode ser comparável a uma associação de indivíduos, como um sindicato. Nasceu de um movimento com base popular, as atribuições foram-lhe concedidas. Achou o Estado ter esta casa competência para as gerir, no entanto acabou por lhas retirar. Isto gerou o caos.

Não se compreende que um estado que entrega à iniciativa privada áreas a que a gestão lhe compete, como é o caso da saúde, sob o ponto de vista da viticultura, dá ideia que pretende ter a mão longa em tudo. Se entraram na Comunidade Europeia sem defender um privilégio que era da zona, a culpa é deles.

(....)

Fala-se muito no turismo do Douro como alternativa à crise, e de facto é um sector com potencialidades, mas coloco duas questões que merecem reflexão: até agora o turismo que se tem verificado é de passagem, as pessoas vêm e vão como a água do Douro, vai tudo ter novamente ao Porto..... Há quem fique dois ou três dias... Há uma multidão que sobe rio acima, fazem o passeio higiénico do dia e vão-se embora, não fazem despesa na zona.

Por outro lado a hotelaria não ocupa mais do que 5% da população. Que benefício é que isto traz às gentes do Douro?

(....)

A situação do Douro é muito grave. A propósito desta conjuntura os párocos das freguesias de Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio e Peso da Régua elaboraram um manifesto que dá conta e tenta chamar a atenção da sociedade e do poder político para este difícil contexto. (Ver anexo)

Há cerca de 40.000 produtores de vinho, cerca de 70% da produção da região está na mão de 10% desses produtores. A maior parte dos pequenos viticultores produzem entre cinco e dez pipas de vinho. Este processo está a pôr toda esta gente na desgraça. É o mesmo que dizer: *Ide-vos embora que não tendes futuro.*

Sabemos que o mundo rural está a desaparecer e tudo isto contribui para isso. Como pároco constato essa realidade: *todos os casais novos se vão embora, não ficam nas suas terras. Passa-se que os actuais residentes têm quase todos mais de 60 anos.*

Voltando de novo ao tema do turismo, temos que aceitar como realidade que ele no Douro está directamente ligado ao vinho, *enoturismo* como agora se denomina. A maior empresa neste ramo é como sabemos o Douro Azul. Acaba também por ser um conjunto de empresas a monopolizar este negócio. Por outro lado sabemos também que os grandes capitais, mais uma vez, não estão no Douro, mas sim directamente ligados ao Porto.

É também uma realidade que o período comum mais estendido é o fim-de-semana e o cruzeiro de fim-de-semana. Não se faz grande exploração em termos patrimoniais e históricos. Vivemos num tempo de neo-liberalismo em que tudo o que é actividade que pode gerar algum lucro desperta a curiosidade e o apetite dos grandes grupos económicos. O turismo não escapa a isso. Apesar do seu desenvolvimento na zona, não se verificaram melhorias significativas nas condições de vida das populações. As potencialidades turísticas do Douro são reais, mas não no caminho que estão a levar.

(...)

A questão da Casa do Douro é fundamental. O governo parece ter aqui o braço mais comprido possível, mas não é o Estado que age assim, são os "patrões" do Estado, ou seja os grandes grupos económicos que condicionam a actividade política.

Nos inícios do século XX a estrutura política era determinante, hoje não. É a estrutura económica que determina os ciclos políticos.

A Casa do Douro é uma instituição importante por ter resultado de um movimento de bases numa tentativa de defender os interesses deste oceano de pequenos produtores, que hoje estão numa situação muito complicada.

A Casa do Douro tinha um papel importantíssimo: regular e assegurar um mínimo de lucro aos viticultores, sobretudo pelo facto de tratar do escoamento dos vinhos. Esse



era o seu papel fundamental, para além dos manifestos, para além das cartografias, elementos importantes sem dúvida, mas indispensável era o facto de garantir um mínimo de subsistência aos pequenos produtores. Se ela desaparecer formalmente, estes ficam completamente indefesos. Temos ainda uma réstia de esperança que ela se restabeleça.

(...)

Hoje fala-se muito da reestruturação. Eu sei bem o que isso é. Os grandes grupos económicos aumentaram o seu poder de forma gratuita, limitaram-se a comprar os terrenos, mesmo sem fiscalização, tudo o mais veio de graça e com a certeza à priori de terem benefício das letras A, B e C. Não admira que os grupos de capitais estrangeiros de metessem logo nisso. Por outro lado temos os pequenos produtores, que tem que fazer o seu projecto, que é fiscalizado. Tem uma comparticipação de 50% nas despesas efectuadas. Posso assegurar que este valor não é suficiente para cobrir metade da despesa que se faz. E também não podemos esquecer que para trabalhar pequenas áreas não é viável comprar máquinas agrícolas. É necessário recorrer a esses serviços, e isso tem custos.

Quem tem 5 ou 10 hectares de vinha, pode eventualmente pensar nessa hipótese, será mesmo uma das formas de no futuro que poder criar alguma competitividade, pela redução das despesas. É uma mudança que tem que se verificar, mas não é possível para quem tem só 1 hectare de terra. Não vai de todo em todo resolver no imediato o problema.

De referir também que as novas culturas de vinha, antes só possíveis com autorização da Casa do Douro, são hoje em dia feitas sem fiscalização pelos grandes grupos. Os pequenos viticultores não têm essa possibilidade.

Um dos grandes anseios destes pequenos produtores, e que se pode considerar como um retrocesso, prende-se com a queima do vinho de pasto para aguardente. Acontece que neste momento compramos milhares de hectolitros de aguardente em França, que não tem qualquer tipo de qualidade e que impossibilita a queima do vinho de pasto existente em stock na região. A utilização deste vinho para aguardente seria uma ajuda valiosa, senão mesmo uma espécie de salvação.

Por outro lado e ainda neste contexto, não podemos esquecer a dívida que o Estado tem com a Casa do Douro e que teve origens em funções que esta desenvolveu de competência do Estado. A sua regularização contribuiria também para o seu restabelecimento.

Entende-se muito bem que, com a adesão à Comunidade Europeia onde a lei da livre concorrência é fundamental, todos tenhamos que nos sujeitar aos preços de mercado. Antes, existia para os vinhos do Douro um preço de privilégio. Agora não.

Assim, interessa-nos muito transformar o vinho de pasto em aguardente de qualidade, mas se ele for pago a preços compensatórios para o produtor, senão não interessa.
(...)

Desde sempre no Douro existiu essa espécie de confronto entre os produtores que tinham e não tinham benefício. Isto mantém-se hoje em dia, materializado no confronto entre os grandes grupos e os pequenos produtores. Ou seja, quem tem vinha para benefício não se interessa minimamente pelo outro vinho. As grandes quintas vindimam-se as uvas para o vinho do Porto e para os vinhos de mais alta qualidade e o resto apodrece nas videiras. Não vindimam, nem deixam vindimar. Têm poder económico para isso. Os pequenos agricultores vindimam tudo o que podem...e mais alguma coisa.

Logicamente que o que interessa aos grandes produtores é comprar a aguardente barata, dado que se consomem cerca de 100 litros por cada pipa de vinho.
(...)

A liberalização do mercado provocou uma coisa que foi fatal: o desequilíbrio entre quem tem e não tem vinha para benefício. Ele existia, as diferentes produções complementavam-se e isso acabou.

É um facto que vivemos num mundo global, mas o Douro é um nicho de mercado e só pode sobreviver nessa condição. Há efectivamente uma série de problemas, nomeadamente a competitividade gerada entre a Casa do Douro e as adegas. Com este modelo só as grandes quintas e os grandes grupos económicos sobrevivem.
(....)

Há um outro factor importante: o consumo de vinho enquanto bebida normal de toda a cultura mediterrânea, fazia parte da vida quotidiana. Diz o povo: “pão e vinho e anda caminho”. Estão presentes e são elementos fundamentais na própria eucaristia. O consumo do vinho interessa a quem o produz, a quem o consome e a quem o comercializa, nomeadamente ao nível da restauração. Actualmente olhamos para uma lista de vinhos e constatamos que se paga tanto pela bebida como pela totalidade da refeição. O vinho passou a ser um artigo de luxo, e quem ganha com isso é a restauração. Se isto não acontecesse, o vinho passaria a ser consumido por um maior número de pessoas, haveria mais venda e a um melhor preço. O consumo de um bom vinho hoje é só para privilegiados, é só para os ricos.

Existe também a competição com outras bebidas, nomeadamente a cerveja. E aqui faz-se sentir mais uma vez o lobby dos grandes grupos económicos. Nos meus tempos de rapaz a cerveja era mais cara do que o vinho.

Todos estes factores se reflectem na vida social do Douro, mesmo em termos demográficos. Nesta dimensão estamos a chegar aos números estatísticos do século



XVIII, mas existe uma diferença: hoje a população é em termos médios muito mais idosa. Podemos verificar isto através das memórias paroquiais, pelos registos dos inquéritos feitos após o terramoto de 1755.

(...)

É frequente ouvir-se que o Douro está a crescer....mas é legítimo perguntar: à custa de quem e através de que mecanismos está a aumentar? Deve-se perguntar também pelo número de pequenas propriedades que foram abandonadas. Há muita terra que era vinha e agora é mato.

Questiona-se então: o que se pode fazer pela região? Temos o vinho do Porto, que ao longo dos tempos deu lucros fabulosos. Onde ficou esse dinheiro? O que lucrou a região? Nada ou muito pouco.

Há efectivamente uma melhoria dos níveis médios de vida da população, mas que resultou da melhoria geral do país e não dos lucros da produção do vinho.

(...)

Há uma visão romântica do Douro que não corresponde à realidade.

Região transformada pelo homem como esta pouca tenho visto. É uma paisagem domesticada, rasgada com o suor desta gente.

Merece o melhor.”

Entrevista realizada em 14 de Maio de 2008

Anexos:

1 – Documento referido na entrevista ao Padre Manuel Teixeira Mourão

Veemente apelo

Os Párcos das freguesias dos concelhos de Peso da Régua, Mesão Frio e de Santa Marta de Penaguião – Zona Pastoral Douro I – do distrito e diocese de Vila Real, na sua reunião ordinária mensal de Fevereiro de 1998, manifestam grande preocupação relativamente ao agudizar da crise financeira que envolve a Casa do Douro – organismo que representa os interesses económicas dos viticultores da Zona Demarcada do Douro e chamam a atenção de todas as instâncias envolvidas,

independentemente das razões invocadas por cada urna delas, para os seguintes pontos:

1. É a Casa do Douro uma instituição que representa cerca de trinta mil viti-vinicultores (é a propriedade, o trabalho e a subsistência de muita gente!), numa zona de quase total mono cultura – a vinha.
2. A Zona Demarcada do Douro, para além de produzir vinhos de mesa de óptima qualidade, com peso no mercado nacional e internacional, produz sobretudo o vinho generoso sobejamente conhecido como Vinho do Porto, que tem sido ao longo de mais de dois séculos um dos nossos melhores embaixadores e conserva grande importância na Balança Comercial das exportações do nosso país.
3. No jogo de interesses que envolve produtores e empresas exportadoras do vinho generoso, toda a gente sabe que estas ficam sempre com “a parte de leão”.
4. Os produtores vêem na Casa do Douro, apesar das prerrogativas que injustamente lhe têm sido retiradas ao longo do tempo e das possíveis falhas na sua gestão financeira, a sua instituição de classe, defensora dos seus interesses.
5. Dentro de uma sã filosofia política e de acordo com o princípio de subsidiariedade, o Estado deve não só respeitar e promover a autonomia das (instituições intermédias de ordem social, económica e cultural (cooperativas, associações, sindicatos, empresas, etc.), mas até ajudá-las a encontrar solução para os seus problemas pontuais, e não asfixiá-las nos momentos de crise.
6. É também função do poder político fazer uma leitura justa, esclarecida e ponderada de uma dada situação conflituosa, colocando-se do lado dos mais fracos e daqueles que mais contribuem para a existência de determinado produto, quer agrícola, quer industrial, com peso na economia do país.

Por tudo o que acima fica exposto, os Párcos da Zona Pastoral Douro I fazem **um veemente apelo**, no sentido de que se chegue a uma solução tal que permita, por um lado, **sanear a situação financeira** da Casa do Douro e, por outro, **evitar a venda em hasta pública** de um Património que diz respeito à vida e ao trabalho do passado e do futuro de mais de trinta mil pessoas já demasiado sacrificados.



Diocese de Vila Real

Zona pastoral Douro I

Comemorando os 250 anos da região demarcada do douro perplexidades e preocupações

Os párocos da região Douro I da Diocese de Vila Real, que abrange as freguesias dos concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, na sua reunião mensal de 12 de Outubro do corrente ano, reflectiram, entre outros assuntos de ordem pastoral, sobre os problemas humanos das gentes Durienses, em relação com o principal trabalho agrícola da zona: a vinha e o vinho. Estamos a celebrar os 250 anos da fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Este acontecimento não nos pode deixar indiferentes. A nós e aos nossos paroquianos, mais que celebrar o passado, interessa analisar o presente e lançar o olhar sobre o futuro.

A crise que se abate sobre o Douro, muito em especial sobre os pequenos e médios viticultores, tem muito a ver com uma nova situação político-económica: a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, o fenómeno da globalização, a instalação do liberalismo económico numa concorrência feroz e a grata notícia da classificação de parte desta região como Património Mundial. Aos nossos ouvidos chegam continuamente os queixumes e até a revolta de muitas pessoas da mais antiga região demarcada de vinhos do mundo. Não podemos deixar de chamar a atenção de todos para a situação actual de injustiça e miséria que estão a viver.

A nosso ver, a presente situação, que é grave sobretudo para os pequenos e médios viticultores, caracteriza-se pelos factos seguintes:

- 1.º – O preço dos vinhos tem vindo a degradar-se nos últimos anos para o produtor, enquanto as despesas com o cultivo da vinha aumentam cada vez mais. Aquilo que ultimamente se tem recebido, muitas vezes não dá para as despesas da vindima.
- 2.º – As associações representativas destes produtores – a Casa do Douro e as Adegas Cooperativas – atravessam uma grave crise financeira, estão divididas, fragilizadas e têm cada vez menos poder negocial
- 3.º – As últimas medidas legislativas referentes a este sector permitiram a grupos económicos e empresas que agregam capitais e forte poder inter-

ventivo no comércio nacional e internacional o aumento extraordinário da superfície de novos plantios em zonas privilegiadas desta região, com a certeza de obterem a concessão das melhores letras (A-B-C) para o “vinho tratado”, beneficiando da grande soma de empréstimos gratuitos vindos da Comunidade Europeia. Estes potentados económicos reforçaram “de graça” o seu poder, tanto na produção como na comercialização dos vinhos. Conseguiram, assim, impor no jogo da concorrência os seus interesses, em desfavor dos pequenos e médios produtores.

- 4.º – O negócio do vinho continua a enriquecer alguns, que não os que trabalham e mourejam durante todo o ano no cultivo da vinha. Estes estão cada vez mais pobres. Os pequenos e médios viticultores do Douro não merecem ser transformados em simples proletários, sem futuro para si e seus filhos, obrigados a vender e abandonar suas pequenas propriedades. Foram eles também que fizeram de montes, vales e encostas do Douro e seus afluentes este admirável jardim de vinhas – único no mundo.
- 5.º – Amamos muito a nossa terra, esta bela região do Alto-Douro – Património da Humanidade. Fazemos um grande apelo a que ele se conserve e preserve. Mais importante que a paisagem são, no entanto, as pessoas. O turismo, até agora, constitui uma débil alternativa, como fonte de réditos para a nossa gente. Oferece emprego a um pequeno número de habitantes. Temos um fundado receio que se tome apenas num “turismo de passagem”. Os muitos milhares de turistas que se passeiam pelo rio Douro, vão e vêm, como a água do rio, e poucas ou nenhuma vantagens económicas deixam nas margens.
- 6.º – Tal como todo o interior de Portugal, o Douro corre o risco de ser visto apenas como paisagem ou lugar de passagem, se não forem criados núcleos de desenvolvimento que fixem as pessoas aos seus lugares. A hemorragia demográfica continua num país cada vez mais desequilibrado, gordo à beira-mar e esquelético no interior. A população do interior é cada vez mais idosa. O mundo rural vai morrendo. Tudo contribui para que seja cada vez mais difícil viver na aldeia. A chamada “descentralização” tem sido um logro.

Analisado o presente, ousamos, mais uma vez fazer um veemente apelo a todos os responsáveis implicados no futuro da nossa região, no sentido de abrir perspectivas novas para um futuro melhor. E, embora não seja competência nossa, parece-nos:

- A – Ser muito importante a união solidária das associações representativas dos viticultores da Região Demarcada do Douro, detectar a razão da crise financeira que atravessam, estabelecer uma gestão rigorosa que defenda os reais interesses dos associados, antes de tudo. É para isso que elas existem e não para criar empregos ou respaldar interesses politico-partidários.
- B – Que estas associações (Casa do Douro e Adegas Cooperativas) sejam respeitadas e ajudadas pelos poderes públicos, uma vez que umas, as Adegas, representam a grande maioria dos pequenos e médios viticultores, enquanto a Casa do Douro representa a sua totalidade.
- C – Que à Casa do Douro sejam restituídas as competências que antes possuía no respeitante à aguardente, ao escoamento dos excedentes e à fixação do preço de intervenção, de acordo com o princípio de subsidiariedade, fundamental em toda a sociedade democrática, segundo o qual o Estado não deve fazer aquilo que as instituições intermédias podem e sabem fazer.
- D – Que o circuito de produção – comercialização – restauração (consumo) possa ser regulamentado a fim de defender os produtores que estão na base; são aqueles que mais trabalham e menos beneficiam da venda do seu produto. Não se compreende que o gesto de colocar uma garrafa de vinho sobre a mesa da refeição num restaurante, sem qualquer risco, traga para quem o serve um lucro duas, três, quatro e mais vezes superior àquilo que o produtor recebe pelo que tanto trabalho lhe deu.
- E – Que o poder político-administrativo estude e promova planos de desenvolvimento regional e se criem núcleos de riqueza e emprego, de modo a impedir a desertificação do interior, a fixar as pessoas nas suas terras e a humanizar o espaço geográfico português.

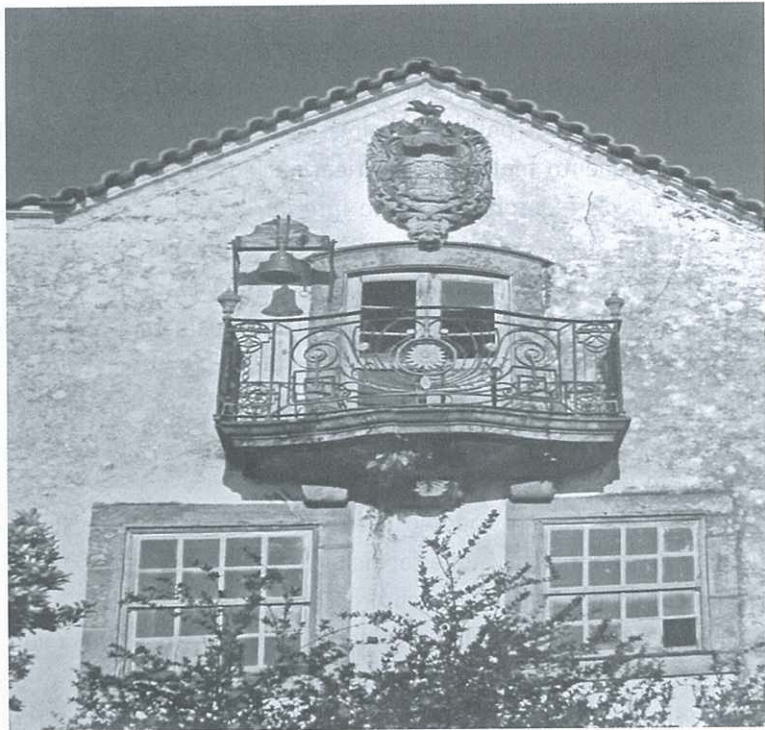
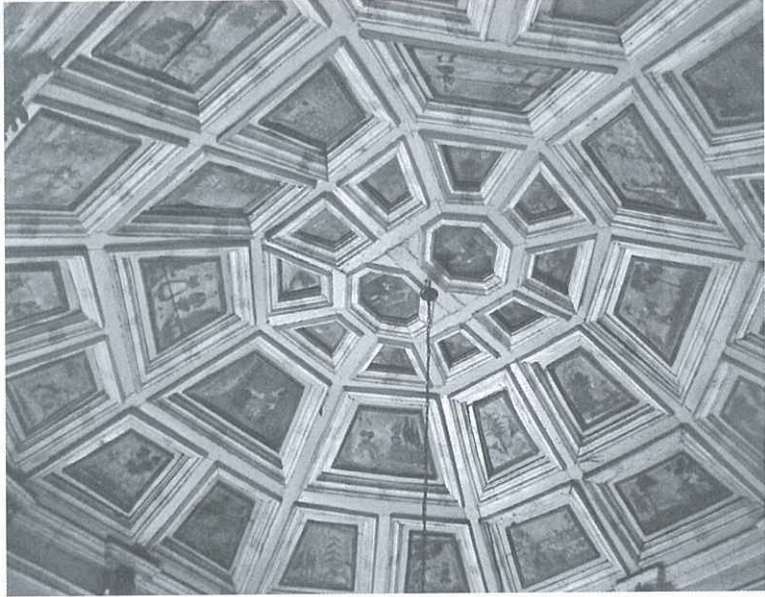
Já que estamos a celebrar os 250 anos do Alvará que criou a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, propomo-nos contribuir para esta celebração em base paroquial e com a participação do povo humilde das nossas terras. Esta celebração terá em conta não tanto o passado, embora ele seja importante mesmo sobre o ponto de vista religioso para a configuração do nosso património, mas sobretudo o presente e o futuro.

Sugerimos, pois, a todos os párocos das freguesias da Região Demarcada do Douro a mesma iniciativa que tomámos para as nossas paróquias: Celebrar na Missa Dominical do dia 10 de Dezembro a Comemoração dos 250 anos da Fundação da Região Demarcada do Douro, pedindo a Deus, Nosso Senhor, que a todos ilumine para que um futuro melhor possa sorrir para as pessoas desta nossa região.

(Assinatura dos Párocos)

2 – Algumas fotos

Abobada de casa existente em S. João de Lobrigos constituída por painéis pintados, alusivos à instituição da Companhia dos Vinhos (já demolida)



Pormenor da frente da mesma casa



Marco Pombalino –
Alto de Formelos –
Santa Marta de
Penaguião



Marco Pombalino
– Quinta do Marco
– Santa Marta de
Penaguião



Poderá a região do Douro com as suas características, nomeadamente o facto de estar afeita a comportamentos cíclicos de produção, subsistir sem o modelo associativista pombalino.

Frei João de Mansilha é uma figura ilustre ligada ao Concelho e à história da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. Breve comentário sobre o seu papel na.

Qual é actualmente o papel da Casa do Douro. Em que medida dá resposta aos interesses da região e dos agricultores, (pequenos e grandes produtores), sendo que a vinha continua a ser o principal factor económico da região

Bibliografia Consultada

BARRETO, António, *Douro*, Edições Inapa, S.A., 1993

BRANCO, Camilo Castelo, *Perfil do Marquez de Pombal*, Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda. 1932

CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes- O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, volume 2 Porto: GEHVID, 2003

COELHO, J.M. Latino, *O Marquez de Pombal*, Lisboa: Artes Mágica editores, 2003

REGO, Raul, As Comemorações Pombalinas in *Pombal Revisitado*, volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1984

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda. 1993



Entrevista com o Sr. Pe. António Seixeira

J o s é S i m õ e s *

Transcrição

E. Sr. Padre Seixeira, nesta entrevista pretendemos fazer uma abordagem à sua pessoa como interveniente e como homem, primeiro, e depois como orientador espiritual e conselheiro desta comunidade de Salzedos. Penso que aceitará falar um pouco de si como pessoa que decidiu acarinhar e abraçar a vida religiosa; fê-lo por escolha? A sua raiz social, se assim pode ser dito, foi o motivo da opção que tomou para ser, digamos, o pastor deste rebanho, que é a população da freguesia de Salzedas? Ao chegar cá, que tipo de tecido social encontrou, se é que estava avisado para o que vinha, qual era a sua missão e objectivos, ou se os objectivos vão sendo construídos no dia a dia, ou sempre com aquele propósito de ser cidadão e conselheiro espiritual numa relação cristã entre as pessoas e valorizá-las mais para vida, e depois para a morte, digamos assim, para aqueles que acreditam no transcendental. Portanto, são mais ou menos todos estes aspectos, no fundo, o quotidiano das pessoas, que iremos abordar; a cultura e ligação que têm com ela, a maneira como constroem a sua perspectiva; a harmonia social entre as famílias, e se o Sr. Padre estará satisfeito com a promoção social conseguida das pessoas desta comunidade rural. É, digamos assim, uma abordagem e uma avaliação global da sua permanência nestas terras.

Gostava também de lhe perguntar se aceita, “colar” a esta nossa conversa amiga, interactiva, a recuperação do Mosteiro e da própria Igreja; sei que se deve à sua pessoa, ou pelo menos é na sua era como pároco, que a recuperação se tem vindo

* Sociólogo. Mestrando em Sociologia da FLUP.

a desenvolver; portanto, pretendemos que a sua descrição conste no meu trabalho de pesquisa, bem como os registos da sua pessoa, como homem que sugere essa dinâmica, e que aceitou assumir todo esse trabalho ligado à nossa história, e ficar como ícone desta grandeza. Remorização.

Bem, depois falamos nisso, e talvez a palavra ícone não seja a melhor ... (com risos)

E. Mas agora vou retorquir-lhe; no contexto actual, certamente terá, por detrás, uma equipa que orienta e que se adapta; e não há sociedades perdidas, pois em democracia há sempre alguém que é chefe de alguma coisa.

e. Bom, digamos assim, comecemos pelo primeiro ponto. Sou o Padre António José Ferreira Seixeira, fiz quarenta há dias, ainda estou bastante novo apesar de estar (e levou a sua mão ao cabelo) um bocadinho mais "pintado", com um grisalho no cabelo; estou aqui nesta paróquia há quinze anos... (pequena pausa), treze como sacerdote e dois ainda como seminarista estagiário e diácono... (breve pausa); claro que não sou natural daqui, da diocese de Lamego, sou natural de Ferreirim de Semancelhe, a escassos quilómetros daqui, bastante perto e vim aqui parar um bocadinho no desconhecido e numa expectativa que nem conhecia muito bem, por assim dizer; eh... (pequena pausa) entrei aqui em Salzedas em Outubro de 1992, fazendo estágio ao fim de semana, com outro colega sacerdote que se tinha formado nesse ano e, digamos assim, juntamo-nos os dois, ele como pároco e eu como estagiário para ajudar também na dinâmica pastoral que esta comunidade tinha. Uma comunidade com uma situação ou pouco conturbada. O pároco anterior tinha saído, contra a vontade das pessoas; havia portanto uma certa animosidade latente pela saída do outro sacerdote e pela idade do novo sacerdote que era na altura esse padre.

E. Portanto queriam conservá-lo, era isso?

e. Sim, queriam conservá-lo, mas a diocese precisou desse sacerdote noutras funções e colocou cá então esse padre, João Carlos da Costa Morgado e eu como estagiário. No ano a seguir, voltei a ficar, já como diácono, portanto em 93 e em 94, quando fui ordenado sacerdote, eh... (pequena pausa) foi-me dito que iria continuar em Salzedas, que era interesse da diocese, dos serviços, que eu continuasse o trabalho com este outro sacerdote; claro que não era só Salzedas, propriamente dita. Havia uma grande comunidade aqui à volta, e na qual exercíamos o nosso munus sacerdotal. Passados dois anos e pouco, depois de ter sido ordenado sacerdote, esse outro colega, foi convidado pelo seu bispo a continuar os seus estudos em Paris, para fazer outros serviços no Seminário diocesano de Lamego e actualmente é o vice-reitor do Seminário da diocese. Na altura,



eu tinha acabado de fazer um outro curso, para lá do curso de Teologia, que é o curso de jornalismo e prosseguir outros estudos no Observatório Romano de Roma, mas foram situações que foram... (pausa mais longa) de difícil decisão, embora aliantes, por causa do... do projecto em que eu estava envolvido. Convém dizer que, digamos, quando viemos para aqui, este Mosteiro, ou melhor, este complexo, ou conjunto monástico, estava... (pequena pausa) não digo abandonado, que havia culto, mas... (breve pausa) tirando o culto, era tudo escuro. Silvas, claustros com fendas enormes, telhados a ruir; chovia mais lá dentro que na rua; drenagens que não estavam feitas; de Inverno, corriam autênticos rios dentro da Igreja; de Verão corria água dentro da Igreja; as pessoas de Verão faziam as suas regas e havia alagamentos à sua volta.

E isto, para lhe dizer o quê? Para lhe dizer que um rapaz com vinte e poucos anos acabado de ordenar, eh... (grande pausa), depara-se com uma situação que é esta: o que ... (breve pausa) me calhou em sorte, para tomar uma... (breve pausa) as rédeas de um projecto.

E. Que não era só da prática religiosa, mas de alguma forma, atrair o interesse, porque a vida do dia a dia das pessoas não é só a oração; é que ligada à oração há a vertente de toda uma família, de um esforço, de toda uma dinâmica social e cultural; quer dizer, sentia-se nessa obrigação?

e. Eu senti-me na obrigação de fazer ... (pausa mais longa) qualquer coisa, porque como eu costumo dizer de uma forma ecléctica, das duas três.

*Ou deixava tudo como estava, ou me ia embora, ou pegava-lhe a sério; e eu optei pela terceira, pequei-lhe a sério; e peguei-lhe a sério, neste sentido: é preciso fazer obras; é preciso preservar este património que ainda está de pé; é preciso cuidar de todo um património móvel que, até então, praticamente era desconhecido; aliás, uma das ideias que pairava no ar, na diocese e por aí fora, é que Salzedas tinha uma Igreja grande, mas... (breve pausa) pouco mais; enquanto outro Mosteiro aqui bem ao lado, perto de nós, S. João de Tarouca, para além Igreja com um acervo interessante de pinturas, Grão Vasco e por aí fora; portanto era um monumento que, como grandes monumentos dentro daquele grande monumento, o que motivava logo outra dinâmica e tudo isto de, ... (pequena hesitação) e intelectual de investigação que Salzedas **não tinha** (palavras ditas com maior ênfase).*

E. Talvez estivesse adormecido.

e. Estava esquecido, esquecido, completamente esquecido. Claro que, não quer dizer que fosse um esquecimento mórbido, mas a vitalização era minúscula, mínima, se assim podemos dizer. Se bem que, e aqui convém também dizer, havia algum esforço

de movimentação nessa dinâmica de ir à procura da Igreja de Salzedas; talvez do singularismo que tinha esta vila e este conjunto monástico; e aqui convém dizer que de facto, a Natália Correia, nalgumas das suas vindas a Salzedas, no bairro medieval, na judiaria, no conjunto do Mosteiro, o próprio Dr. Mário Soares numa visita que fez a Salzedas, alguns políticos que passavam por cá, tudo achavam muito interessante, mas ficavam por aí.

Havia um certo interesse, assim como um pároco que aqui passou, o padre José Guedes, que começou a dinamizar um encontro de Janeiras nos claustros, um encontro distrital das Janeiras nos claustros do Mosteiro para chamar a atenção da degradação em que aquilo estava; mas acabam logo por ser momentos interessantes, que lhe davam jeito, que chamavam pessoas mas verificava-se depois uma grande inércia dos poderes políticos e dos poderes locais. Por outro lado tinha outro problema que era uma...gran...de diss...ociação (palavras ditas pausadamente) do mosteiro... (breve pausa) das pessoas. Por uma razão muito simples; há um dito, mais ou menos popular, digamos assim, em alguns meios, que diz o seguinte: terra de palácios não dá padres! (frase proferida com alguma exclamação).

E. Também já ouvi falar nisso.

e. E eu digo mais... (breve pausa), terra de frades... (breve hesitação), cria contra-padres; por uma razão muito simples: há toda uma presença religiosa, eh... (pequena pausa), poder económico, cultural e espiritual; e durante séculos também não esteve assim tão bem quanto a sua missão original, não é? E estas bipolarizações do poder eclesiástico, passe-se a expressão, ou o poder temporal que os eclesiásticos obtinham... (pausa mais prolongada), cansou e de certa forma também martirizou um pouco as pessoas que viviam neste sistema. E, com a expulsão dos monges a atitude acaba por ser... (breve hesitação e pausa) acaba por ser uma atitude recorrente, vai ao sabor da corrente.

E. Vai ao sabor da corrente e instalou-se o descrédito, de alguma forma até de cariz político na altura, talvez pelos excessos cometidos?

e. Sim, pelos excessos cometidos e a forma de politizar esses excessos era usurpar, era a usurpação; e nós podemos ver pela aldeia. Túmulos que não estão no Mosteiro; azulejos que não estão no Mosteiro; pedras que não estão no Mosteiro; escadas, património móvel, pinturas e por aí fora.

E. Foi assim tudo saqueado?



e. *Sim, saqueado já que após a extinção dos mosteiros, houve saque porque não era de ninguém e era de todos; ora a pior coisa que pode haver para um povo, é... (breve pausa) é aquela célebre máxima que se ouve um pouco por aí, que é, isto não é de ninguém, (tom de voz elevado) é **nosso**; é nosso enquanto nos serve, mas já não é nosso quando implica consciencialização, um empenho, uma reestruturação; e aí já não é nosso, é com os outros. Foi o que aconteceu aqui com isto; também convém dizer que no tempo em que entrei na paróquia, vivia uns tempos... (breve pausa) quase de incerteza económico-social, política, etc.; não quer dizer que fosse uma incerteza política no campo democrático, mas sobretudo da (elevou tom de voz) **consolidação** dessa democracia; as Câmaras Municipais, eleições, depois aparecem pequenos grupos com interesses particulares num partido político ou noutro (reforçou o seu tom de voz) que acabou a dividir as pessoas.*

E. Os chamados “lobbies”? Por aí?

e. *Não, “lobbies” não; nós entendemos mais os “lobbies”, numa pressão ou num grupo de pressão com uma dinâmica mais abrangente; aqui é uma dinâmica muito mais local, digamos assim; podemos chamar, se assim quisermos, pequenos “lobbies”, digamos assim.*

E. Portanto, são à dimensão do local?

e. *Sim à dimensão local e à escala nesse sentido; portanto, essas divisões políticas, esses interesses políticos vêm instrumentalizar um bocado o povo e até dissociar ou avaliaram o Mosteiro no sentido de que, se calhar o Mosteiro estorva porque não nos deixam fazer as casas, passe-se a expressão, e fica ao critério se depois quer utilizar ou não; como a gente vai dizendo, por aqui, o Mosteiro, o monumento, não deixava que as pessoas fizessem casas tipo “la maison”, com janelas tipo “la fenetre”.*

*É uma zona de muito emigrante e essas pessoas quando começam a regressar, neste tempo, começam a trazer algum poder económico, começam a construir a sua habitação própria; começam a ter uma **ou...tra capacidade de resposta** (frase dita com tom de voz mais forte e pausadamente), económica, social e pessoal; começam a contestar, de uma forma veemente, para construir até perto do Mosteiro porque não deixam aquilo que acham que é o melhor. Puro erro e nós hoje podemos ver isso, não só esta paisagem global do Vale do Varosa que foi abissalmente adulterada, com toda esta construção desenfreada e desordenada, como por outro lado, estas habitações novas que foram feitas, não tiveram em conta nem o desvio geográfico dos rios e ribeiros.*

E. Para ter uma certa harmonia e equilíbrio paisagístico, digamos assim?

e. *A própria localização das casas, a construção das casas por aí fora sai feias, frias húmidas, até com problemas estruturais graves, porque foi um desenfrear de construir, sem uma capacidade de u.su...fruir* (dito pausadamente e reforço de voz) *daquilo que podiam ter. Bom! Perante, (breve hesitação) perante toda esta situação ainda tinha uma outra que não era não menos fácil. Salzedas é uma freguesia com uma característica própria que é naturalmente muito dividida; nós temos cinco povos, actualmente quatro; tínhamos mais mas perdemos capacidade, digamos assim, de implantação, porque alguns até já nem existem em termos de habitação divididos em vários povos.*

Actualmente são, Vila Pouca, Murganheira, Cortegada, eram duas mas agora é uma só e Meixedo; mas quando vim p'ra cá ainda havia Cubais, com muita gente, S. Pedro, com muita gente, os Cubais de Baixo, também com bastante gente e os Moinhos na Vila Cova, onde habitava muita gente; portanto, a divisão ainda era maior.

E. Então quer dizer, esses povos que me está a referir já não fazem parte da freguesia!

e. *Fazem parte, só que são meios povos.*

E. Meios povos?

e. *São meios povos porque entretanto as pessoas ou morreram por causa da idade, os filhos até emigraram, ou então construíram mais nestes quatro aglomerados ou deixaram de construir nestes aglomerados mais pequeno, um pouco mais distantes destes centros, até hoje povos, que fizeram com que ficassem completamente sem ninguém. Como é o caso de S. Pedro, como é o caso de Moinhos; portanto, em Moinhos ainda vive uma família, como é o caso dos Moinhos aqui do Mosteiro onde já não vive lá ninguém, como é... (pausa mais alongada) o caso dos Cubais de Cima onde vivem actualmente duas famílias. No Verão ainda vivem lá quatro famílias quando vêm de férias, mas acaba por ser uma... (breve pausa) uma quinta, já não é um povo, já é uma quinta.*

Ora esta divisão dos povos também fazia com que as condições entre si criassem uma certa rivalidade entre povos por uma animosidade de gente que pertencia à mesma freguesia mas que não conseguia lidar muito bem uns com os outros, porque os seus feitios eram completamente díspares. Um exemplo: uma história... (breve pausa) que é história, não história de conto. Todas as crianças vinham ter catequese aqui na sede da freguesia de Salzedas; as crianças de Meixedo desciam a encosta para vir à catequese e depois regressavam a casa, subindo a encosta; estamos a falar de dois



quilómetros. Era o caminho que as pessoas faziam habitualmente; hoje, se calhar é muito porque estamos habituados a caminhar pouco.

E. Hoje há mais carros.

e. Na altura não havia tantos; as crianças vinham cá baixo à catequese, e quando iam regressar a Meixedo, as crianças de Salzedas corriam-nos à pedrada; e quando se aproximavam de Meixedo já lá tinham os seus amigos para correrem os de Salzedas também à pedrada até determinado ponto; portanto, havia ali uma terra de ninguém que mantinha uma certa distância entre os povos; ora isto diz tudo o que é uma freguesia única, com divisões múltiplas. Ainda hoje é um castigo, esta rivalidade.

E. Uma certa rivalidade territorial, no fundo.

e. **Uma certa rivalidade territorial e familiar** (frase proferida com elevação do tom de voz). São raros os casos de pessoas de Meixedo casarem em Salzedas ou de Salzedas casarem em Meixedo.

E. Quer dizer, continua haver uma rivalidade, até um virar de costas!?

e. Já com outros povos as coisas eram mais amenas; por exemplo, a Murganheira e Salzedas, já se davam melhor, já... (pausa) eram mais próximos, mas não evitava que as coisas acontecessem; e depois com toda a situação social que Salzedas também tem, que é o problema, um problema grave, sem dúvida, e que nos dias de hoje ainda se mantém muito, que é um problema de consumo de álcool; aliás, toda esta corda que Ucanha, Salzedas, são... (pausa mais longa) são uma região que produz óptimo vinho.

E. Claro, é conhecido.

e. E são conhecidos os espumantes da Murganheira; e este vinho é de facto um vinho de um cariz excepcional, aromatizado, gaseificado e as pessoas têm na sua adega um autêntico espumante sem adereços de nada.

E é ao fim de semana, ao domingo na taberna, e por aí fora, que sempre bebia mais um pouco; e às vezes criava e alimentava estas animosidades entre povos; e nesta panóplia de situações, Salzedas, mesmo para quem vinha de fora, era aliciante; era uma grande terra, com Mosteiro, com muito comércio, com muitas casas, muitas tabernas, cafés... (breve pausa) por aí fora; era uma terra com uma dinâmica social interessante, mas também passava por ser uma terra muito quezilenta, com problemas aí às vezes complicados entre famílias, entre... (breve pausa) entre as pessoas que trabalhavam no campo e por aí fora. Inclusivamente, em alguns eclesiásticos também havia uma certa... (pausa) um olhar, com algumas reticências, porque o padre de

Salzedas seria sempre um bocadinho, teria que ter um bocadinho... (pausa) digamos assim, para se entender.

Aliás, alguns dos meus colegas quando vinham para cá desejavam-me muita sorte.., “vais para Salzedas”. Eu hoje tenho que dizer isto, e dizê-lo com convicção (pausa) ideias também muito erradas, sem dúvida. É uma situação que marca um pouco. Não é uma família que, com menos consistência, com menos entrosamento familiar e social, põe em causa toda uma freguesia.

O que é certo é que, passados estes quinze anos, as coisas são muito diferentes... (pausa) As pessoas evoluíram, as mentalidades também. Não são situações perfeitas, muito longe disso, mas o futuro já é substancialmente diferente. Não só em relação às pessoas com o seu mosteiro; hoje há um interesse maior... (breve pausa) as pessoas já querem saber o que estamos a fazer, o que é que se passa; porque é que as obras não andam, porque é que estão a demorar tanto, o que é que se descobriu... (breve pausa) já é um passo enorme das pessoas, poderem manifestar este desejo.

E. Quer dizer, faz parte da identidade deles, da localidade?

e. Sem dúvida e interiorizaram que éramos capazes de inverter toda a situação. Porque o descrédito que isto ia tendo, que ninguém lhe deitava a mão, que era preciso dinheiro, que era preciso tudo; esse descrédito levava a que... (breve pausa) “Demorou-se tempo demais e agora já não há volta a dar”.

Ora hoje, quando as pessoas vêem que foi possível colocar a cobertura total do edifício, que são centenas de metros quadrados... (breve pausa) estamos a falar de uma igreja que tem 90m comprimento, uma selaria com 50m comprimento, convento largo, alguns claustros que são enormes, os maiores que temos no país; e não é só um, são dois. Quer dizer, toda a parte da noviçaria que já está minimamente recuperada.

E. É a parte onde ficavam os noviços e os conversos?

e. A parte da farmácia, que estamos a começar de a recuperar. Enfim... (pausa) as pessoas já não acreditaram que era só conversa, mas começaram a ter a convicção real de que era possível. E está a ser possível.

Não com a velocidade e com a rapidez que a gente quer, porque não é possível, mas com uma coordenação, com um faseamento, com uma direccionalidade, para que as coisas possam, no seu todo, funcionar e termos um todo harmonioso, com uma finalidade, com um cariz, com uma vertente que é a que nós queremos.

Por outro lado, as pessoas começam a disponibilizar-se, a participar neste processo. E esta disponibilização das pessoas alimenta-me ... (breve pausa) uma ânsia



de conseguirmos ir mais longe. E as Janeiras, que não se realizaram durante anos, porque os claustros já não tinham condições de receber uma pessoa, continuamos a tê-las... (breve pausa) ou dentro da Igreja quando o tempo não permitia, ou nas escadas e nas varandas exteriores ao mosteiro, ou no bairro medieval enquanto nos foi possível.

E. É o reviver da cultura local, de tradições?

e. Não a deixar perder, dava algum ânimo...de chamar a atenção, de trazer gente que velasse por isto.

Quem diz isto, diz outros eventos que se foram fazendo em termos de dinâmica social, para que as pessoas conhecessem aquilo que era Salzedas. Foi sem dúvida um dos ganhos a nível país, religioso, social, económico. Por aqui passou muito do que somos hoje no país. E esta vertente ainda muito esquecida, ainda pouco estudada... (pausa) São vários os pontos que se podem focar. Mas deixaremos isso para outra parte da entrevista, de forma a que não perca o fio da meada. Por outro lado, criou-se uma outra dinâmica, ou tentei; ainda hoje tento criar, essa dinâmica na vertente paroquial. A própria Junta de Freguesia não afasta... (pausa) logo todos os interesses particulares; e as politiquices locais e as caras dos nossos amigos ou dos nossos menos amigos, mas sobretudo a nível paroquial, fazer com que ... (pausa mais longa), ao contrário do que se chegou a fazer, comunhões solenes, crismas, primeiras comunhões, etc. só se fazem na Igreja Paroquial. Toda a gente se reúne á volta da Paróquia, da igreja paroquial. E é aí que celebramos os sacramentos da comunidade paroquial. Os baptizados, etc. As pessoas também têm o direito em lá pôr o seu património local. Um baptizado é uma cerimónia comunitária, mas sobretudo familiar... (pausa) um casamento pode ser feito ... (pausa).

Agora, tudo aquilo que envolva a comunidade, há que criar esta comunhão. Em abono da verdade temos que ser justos. Como é que eu posso ser Igreja, se na minha Igreja paroquial eu não consigo ser? E deixo de ser igreja paroquial e passo a ser igreja de capelania?

e. Inclusivamente, a própria cerimónia do corpo de Deus... hum... (pausas) que podia ser em todo o lado, uma união de comunidade, de comunhão ao próprio sacramento eucarístico que se celebra, devia ser único, comunitário. Eu não posso unir ao corpo de Deus, quando... (pausa mais longa) quando o meu interesse é só particular. Nesse dia não há nenhuma missa em nenhum dos povos.

E. É tudo centralizado na igreja matriz?

e. *É centralizado, mas a preocupação é outra; é reunir as pessoas. Ainda não cheguei a um patamar que diga “Estou satisfeito”. Se houver uma família que não participa, já me entristece. Mas é um processo lento. Por exemplo, a vigília pascal e a semana santa é só aqui feita. E uma forma de ... (pausa) motivar as pessoas, é cativar os jovens para alguma dinâmica paralitúrgica que se desenvolve, que envolve as famílias para verem a representação que o seu filho vai fazer. Quando dizemos que na Semana Santa o seu filho vai fazer de Cristo, Pilatos, Herodes, seja o que for...(pausa).*

Na semana santa, a partir de 4ª feira, temos todos os dias actividades litúrgicas, religiosas e a paralitúrgicas com os jovens. E tinham que vir todos os povos. Por exemplo, uma representação da via-sacra, começava com eucaristia e prolongava-se fora da eucaristia ...(pausa); última ceia e todas as cerimónias possíveis de fazer, que comessem com eucaristia, prolongavam-se pelas ruas da nossa terra, numa cerimónia alusiva à paixão e morte de Cristo.

E. No fundo, é teatralizar de uma forma estética, não virando as costas às inovações, a vida; talvez, penso eu, o facto de ser um padre jovem, seja mais atractivo, há mais uma proximidade da sua própria identidade?

e. *Não digo que não, mas este discurso foi um discurso de criar união pelas pessoas, que estavam divididas pelas naturezas; resultou muito bem, foi fantástico a maneira como os jovens participavam. Infelizmente, hoje não consigo fazer-lo, temos menos jovens e menos crianças. E outros não tão jovens quanto isso... (pausa) emigraram. Não consigo fazer, não tenho gente, essa capacidade de gente na nossa paróquia, porque a emigração levou-as para fora.*

E. E continua a levá-los. Sabe para que países vão?

e. *Podemos dividir em dois grupos: emigração para o estrangeiro, em que só vem uma ou duas vezes por ano passar férias; outra, emigração semanal, dentro ou fora do país. Ou seja empresas de trabalho temporário que levam dezenas de jovens ou de adultos à segunda e trazem-nos na sexta à noite. Durante a semana, na maior parte dos lugares, vejo crianças na escola ou idosos que ainda andam por cá... (pausa) porque gente de meia idade... (breve pausa) é residual porque de facto a nossa agricultura...*

E. E já estamos a falar da sobrevivência na parte económica. *E era aqui, neste ponto, que gostaria de pegar.*

e. *À quinze anos a vivência familiar e particular das pessoas, inspirava muitos cuidados; eu lembro-me... (pausa mais longa) a questão da higiene, das salubridades,*

das casas, era muito periclitante... (pausa) e tinha problemas bastante graves. Hoje, eu corro a freguesia toda, casa a casa, uma vez por ano na visita pascal... (pausa) e fico espantado pela positiva, sem dúvida, pela mudança radical na vida das pessoas. Hoje as suas casas são casas grandes, com aquecimento ... (breve pausa) com tudo isso; portanto, houve uma mudança abissal, nestes quinze anos.

E. O seu discurso teve resultado!?

e. Acredito que sim. Por outro lado, preocupa-me porque essa mudança é fictícia; é que 50% estão super endividados ... (pausa) conseguiram mudar a sua vida, a sua mentalidade ... (pausa longa) hoje há luz, quartos com comodidade, com armários e não arcas, com camas, com colchões ortopédicos ultramodernos e não cheios de palha, etc. etc. ... (breve pausa) mais vive-se desafogadamente, no mínimo 50% das pessoas. Mas também sabemos que há um endividamento grande e as pessoas vivem com grande dificuldade. No entanto, esta dificuldade é superada pela mão-de-obra que vai gerando receita.

E. Mão-de-obra que é pendular?

e. Há a que vai ao estrangeiro e volta. Portanto, isto vai mantendo as pessoas com algum desafogo. A agricultura, essa não tem hipótese, não faz concorrência, muito menos dá subsistência ... (pausa) as pessoas hoje... (pausa mais longa)

E. Hoje, as pessoas compram mais do que aquilo que precisam?

e. Esta dinâmica não passa por mim, passa por todos, inclusivamente pelas próprias pessoas de perceberem, porventura, que a direccionalidade das vidas não é a melhor, porque hoje a vida é facilitismo e paga-se tudo muito caro, inclusivamente a saúde... (pausa). Bom, este aspecto social também nos dá uma outra indicação muito engraçada. É que as nossas crianças de hoje, os nossos jovens de hoje, com os seus 10 aos 18 anos ... (pausa) têm uma postura completamente diferente do que tinham há 15, ou há 10 anos atrás; a maneira de encarar as coisas, a maneira de ter acesso às coisas, a dinâmica da sociedade, do país, é muito mais aberta. E isto facilita maior inovação e compromisso, porque as pessoas estão receptivas à novidade.

Ora, se esta dinâmica atrai a gente nova ... (pausa mais longa), se a atrai para estas novidades, para esta aventura ... (pausa) faz um pouco do culto da religiosidade popular, e sobretudo de religião da Igreja católica.

E Sente isso na frequência religiosa? Ou é na interacção com os jovens, ao ser professor e também nas cerimónias que presenciei? Há um certo distanciamento dos padres tradicionais?

e. Há um certo distanciamento... (pausa longa). Ao domingo... (breve pausa) o ir a uma cerimónia qualquer diz muito pouco. E troca-se uma cerimónia religiosa por um jogo do Benfica ou algo do género. Só não o fazem se a cerimonia religiosa os compromete numa identidade... (pausa) numa certa personalização do que estão a fazer. E isto é difícil de gerir, porque a missa pode ser celebrada de várias formas. Até pode ser teatralizada e como se diz por aí fora. Missa jovem...de crianças, ou de velhos, ou de adultos... (pausa mais longa).

Nós, não podemos... (pausa) e **eu sou contra isso**, (palavra dita com mais ênfase) de criar missas para os diversos estados etários da vida; porque a missa, não é mais jovem por ser dos jovens ou cantada por jovens, ou não é mais velha por cantar cantos tradicionais de há 30,40 anos atrás. Porque, quando um bebé faz 1, 2, 3 anos de vida, põe os familiares à volta; mas quando a avó faz 70, 80 ... (pausa) reúnem-se à sua volta pelos 70, 80 e a festa acontece! E na comunhão, a família reúne-se. Ora se não temos essa capacidade de perceber que a missa não é simplesmente para os jovens, ou para qualquer grupo etário, mas sim para todos, na diversidade de cada um, perdemos a noção de comunidade e de união.

Porque no dia em que se celebrarem missas dos idosos ou das crianças, criam-se cisões, fazem-se cortes e estabelecem-se radicalismos; porque não é para mim ... (pausa), eu isso não concordo. A dinâmica que tenho procurado criar é essa. É que ao fazer uma simulação com a Via-Sacra, tenho gente nova que faz as representações ou figurações bíblicas diversas. Mas também tenho que ter lá as pessoas idosas que representam as personagens de Jerusalém. Ou a Nossa Senhora que representa a mãe de Jesus ... (pausa), e por aí fora; mas isto não é fácil... (pausa); estas pessoas coíbem-se de fazer a figura de Nossa Senhora... (hesitação e pausa) " não estou preparada, não me sinto bem, as pessoas, criticam-me por isto ou por aquilo". Não tem sido fácil, mas temos conseguido alguns, e temos feito algum trabalho ... (pausa mais longa).

"O senhor faça isto" e a pessoa olha para mim uma, duas vezes, mas não diz que não. Ou porque também há uma empatia, uma responsabilidade directa, para que venham falar comigo ... (pausa) ou também porque as pessoas falam "anda também, o Sr. Padre é que me chamou e não conseguir dizer-lhe que não." (sorrisos).

Esta cumplicidade que acaba por ser salutar, de chegar à beira de um ou de outro e dizer ... (pausa).

E O Sr. Padre procura um cruzamento da vida das pessoas, para além da cerimónia religiosa, em si! Procura com que as pessoas sintam uma ligação com a igreja sem ser um acto religioso. Será um acto quotidiano, cultural, perguntamos?



e. *50% da minha actividade de padre, tenho-a assentado muito na promoção das pessoas. Eu não posso ter a veleidade de pensar que quando as pessoas não têm pão para comer vão à igreja agradecer, ou que vão pedir a Nossa Senhora que os ajude numa situação dos seus filhos, se eu não tiver lá ... (pausa); é esta cumplicidade e esta presença, ...(pausa) em ser intromissão; mas às vezes também ajuda muito a que se faça esta ponte.*

Imaginemos, uma actividade qualquer, em que eu preciso que alguém me ajude para um trabalho, "Eu precisava da sua ajuda", peço eu, porque as pessoas sentem uma certa obrigação com o Sr. Padre. A mim muito me honra esse epíteto.

E. O Sr. abade é um nome ainda hoje usado por pessoas ... (hesitação) porque é um orientador?

e. *O abade era o pai. Abade bem de aba, na célebre frase de Cristo no calvário; o abade, com as suas asas e protecção protege seus monges e frades. Eu acho que tenho procurado nesse sentido envolver-me com as pessoas e procurado que elas se envolvam comigo. Eu tenho a certeza que as posso ajudar em muitas circunstâncias da vida, com amizade, na vida social que a gente vai tendo. De dirimir as questões, e as pessoas sentem isso.*

O padre para o qual estão a olhar não é tanto aquele que está no pedestal superior e dá um sermão e é intocável, mas precisamente o contrário; cada abade tem a sua maneira de reagir e de interagir mas... (pausa) muitas vezes... (nova pausa) ainda hoje, não tantas vezes, mas se hoje for preciso compor qualquer coisa no mosteiro porque há coisas caídas ou pouco asseadas, eu pego numa sachola e vou pegar num tractor.

E. Portanto, partilha com eles o trabalho?

e. *Depois também tive a felicidade de viver no seio de uma família que me habituou a isso, a não ser dependente dos outros, mas sobretudo a ser autónomo, como um exemplo de ser capaz; e o sacerdote pegar no tractor e andar a acarretar terra ou pedras, ou pegar numa enxada e compor uma coisa qualquer.*

E. É capaz de dar alguns sorrisos ou estranheza em algumas pessoas!

e. *Hoje não; hoje, as pessoas se calhar até participam a ver se ... (pausa mais longa).*

E. Essa pequena coisa pode ser a alma dos seus segredos?

e. Toda esta dinâmica que tenho tentado desenvolver, tem sido um ponto forte. E um outro ponto forte tem sido, e não ponderei retirar... (breve pausa) gosto de tomar o meu cafezito depois de almoço, fumar um cigarrito, ou beber um copito,

E. É chamada a sociabilidade?

e. Vou ao café e sento-me na mesa de qualquer um, que me chama ... (pausa) ou tomar um café. Ou meto-me com alguém para ... (pausa) em vez de dizer "Bom dia", meto-me com eles. Há uma empatia na relação; e mesmo gente nova e meia idade, muitas vezes fazem isso. E é interessante, mesmo nalgum calão que as pessoas utilizam o calão, a asneira, faz parte do vocabulário, que é dito muitas vezes sem qualquer intenção; 99% dos palavrões é de circunstância, de desafogo. E quando às vezes lhe saem dois ou três há sempre alguém que diz "está aqui o Sr. Abade" ... (pausa) "se não me querem à vossa beira, eu vou embora; quer dizer, sem criar uns ouvidos pios que não aceitam uma laracha, mas sem dar a ousadia de um corriqueirismo ou de um calão que é abençoado ... (pausa) nem de perto nem de longe. E esta empatia tem sido ótima porque muitas das coisas que tenho feito, de obras, de eventos, de promoção de coisas sociais, não é difícil de arranjar dois ou três que ajudam num projecto, ou de arranjar dois ou três, convidá-los, ou promover um passeio de motos... (pausa) ou coisas do género. Eu costumo dizer e muitas vezes peço, "organizem que também vou", mas depois sobra para mim. Eu vou porque organizo.

E. O Sr. padre é uma pessoa virada pró povo ... (pequena pausa), e diria mais, tem o povo consigo? Não nota que aqui apareçam "cavaleiros andantes" de outras religiões? Os chamados "padres" prosélitos?

e. Há um proselitismo grande; ainda há uma comunidade activa, as testemunhas do Jeová neste concelho. Mas resume-se a esse proselitismo religioso, ou seita ... (pequena hesitação) vá, de outras religiões, aqui não há. Aqui em Salzedas, não há grandes professores.

E. Então a concorrência é inexistente praticamente!

e. Mas isso também é uma coisa que conquistei das pessoas. Eu tinha amigos testemunhas de Jeová ... (breve pausa) tinha e tenho. E se chegam cá e me vêem ali, chamam-me e eu tomo café com eles, não tenho problemas.

E. O Sr. Padre já abordou a parte social, a parte económica, os modos de vida, de alguma pobreza material ... (breve pausa) porque as pessoas querem mais e melhor; já temos esse quadro, de "pobreza", de carência material de algumas famílias. Obviamente que o Sr. Padre sente essa realidade! O saltar pró mapa, a



imagem destruída do mosteiro e da própria Igreja, tudo leva o seu tempo, e o que o senhor projecta com avanços ou com mais estagnação ... (pausa), os apoios são na medida certa do que foi acordado? Como se sente, e o que tem em mãos para executar?

e. Como disse, das duas três; deitar as mãos a isto e fazer isto um pouco... (pausa,) o projecto de uma vida. Não da minha, mas de uma vida e que condiciona toda a minha actividade pastoral; aliás, digo na brincadeira e com mágoa ... (breve pausa) “faço de tudo e às vezes também sou padre”. Esta situação martiriza-me um pouco, porque apesar de tudo o que faço... (pausa) professor, dinamizador de actividades culturais, dinamizador de actividades turísticas ... (pausa mais longa) apesar de tudo isso, acredito que o paladar que me dá este digerir... (pausa) antes de mais, é um privilegio de Deus, e depois da família, dos homens, da igreja e por aí fora; tenho pena de não ter esta capacidade de ser cada vez ainda mais padre. Neste sentido de vivência espiritual e interior ainda mais forte. Mas também por outro, lado dá-me esta possibilidade de dizer, “mas um pai, uma base, um Deus em que acreditamos, também quer que a sua gente seja feliz”. E só depois é que quer que ela assuma um compromisso.

E nós damos na História da Salvação, desde o primeiro ao último livro da Bíblia; que deus liberta o povo da opressão, para que ele sinta a liberdade de ser feliz e agradecer a Deus. Ora, eu não posso obrigar que as gentes que eu lidero como padre, que façam uma festa, gostem da cultura e do património, se não tem na sua família, amigos e filhos ... (pausa) uma união, de movimento, de cor, de festa. Ora, e é isso que me levou a agarrar este projecto como um projecto de uma vida.

Eu não conseguia compor o mosteiro em três ou quatro anos,era impossível. Em termos estruturais era inviável; não conseguia compor tudo o que estava porque era mais do que muito e numa diversidade enorme. Não estamos a falar de paredes e telhados Estamos a falar de paramentos, missais, utensílios pessoais, as casas das próprias pessoas, de lugares de interesse, de lugares preservação, e por aí fora. Tudo isto tem sido um esforço com uma equipa vasta, sem dúvida. Desde uma equipa de geólogos, antropólogos, arquitectos, estudiosos destas coisas como é o caso. Tudo isto dá esta dinâmica de muito se falar de Salzedas, do Mosteiro de Salzedas e das gentes de Salzedas. E é neste sentido de criar esta dinâmica de recolocar as coisas no seu lugar e com a razão daquilo que existe ... (pausa mais longa).

E nesse sentido a recuperação do mosteiro foi feita a título de dar a esta gente a capacidade de dizer isto, “nós não estamos bem, a sociedade hoje ... (breve pausa) não há dinheiro para isto e para aquilo”, mas as pessoas perceberam que em muitas

*terras do nosso país, não há 20 mil visitantes como temos hoje... (pausa mais longa) e nós aqui já conseguimos obter esse patamar. Coisa que há 15 anos, nem de perto nem de longe. Ou de dizer às pessoas que a cultura do sabugueiro pode ser o futuro desta região, que é única no país. E a sua capacidade de produção da baga, da flor, da produção do licor, pode ser uma mais valia única, e uma mais valia económica e social. E isto ligado sempre a esta presença monástica, que cultivou as pessoas e continua a cultivar. Volto a dizer às pessoas que não deixem cair aquelas casas, que estão no bairro medieval, na judiaria ... (breve pausa) **porque aquilo não é uma casa qualquer, não é um conjunto de casas velha** (pausa com elevação do tom de voz)*

E. De facto nunca se vê, nunca vi em lado nenhum!

e. Mas se aquilo está de pé, não é porque os organismos tenham feito alguma coisa; tem sido uma luta de chamar a atenção. Hoje, o bairro medieval é monumento nacional... (breve hesitação) a classificação está na parte final, porque é o último na Península Ibérica. E estava aqui ao lado do mosteiro ... (breve pausa) e as pessoas foram compondo, evitaram a derrocada. Felizmente promoveram o primeiro festival das aldeias e, de facto, desde que iniciei este processo de alma e coração ... (pausa mais longa) desde ainda o então secretário de Estado da Cultura, Dr. Santana Lopes e os diversos ministros que têm passado... (pausa), O Dr.º Carrilho, Dr.ª. Elisa Ferreira, Eng.º António Guterres e tantos outros ... (pausa), o actual ministro, o Dr. Santos Silva, na altura na saída do Dr. Carrilho, foi ele que assumiu a pasta da cultura e assinou a parceira e protocolo de desenvolvimento; aqui no Norte, Carlos Laje, o próprio IPPAR, tantos outros nomes... (pausa), não vale a pena nomear, mas que têm aceite este desafio e este pedido insistente... (pausa mais longa), às vezes também um bocadinho abusivo da minha parte, digo eu, de que não esqueçam isto, que nos ajudem, que nós queremos isto, que nós temos esta vontade, que nós temos esta direccionalidade.

E. Deixe-me perguntar-lhe! o Sr. Padre, como já vimos, está muito interessado porque liga isto à vida das pessoas; os poderes locais têm ajudado, ou não estão sensibilizados?

e. Os poderes locais ... (breve pausa) a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, têm sido excepcional. E quando eu peço o tractor, se não têm ninguém disponível, dizem-me, "vá buscá-lo".

Eu posso dizer que acabamos há oito dias uma intervenção na capela de Meixedo, ... (pausa) que na freguesia eu não tenho nenhuma capela que seja preciso compor,



ou nenhum nicho que seja preciso compor. Entre a participação das pessoas, ou da Câmara, no âmbito de materiais ou se for preciso algum aspecto monetário... (breve pausa); quando é necessário, nós temos o património religioso salvaguardado.

E nos eventos que promovemos, apoiamos economicamente para as despesas que surgem, seja no encontro das Janeiras, seja nos encontros das bandas, seja como fizemos ainda há uns tempos a chamada Festa do Touro, que entretanto serenou porque como tudo, tem despesas e depois à medida que se vão fazendo tornam-se inoportáveis, qualquer dia voltamos a fazer, ou passeios pedonais da flor do sabugueiro, ou dos veteranos ou das aldeias, etc.. a participação económica, o apoio logístico. Se é preciso montar um palco, se é preciso transportar gente ... (pausa mais longa) e das últimas grandes realizações que fizemos, foi o Fórum Inter Aldeias, aqui em Salzedas, em que juntamos 17 aldeia... (pausa) deste interior e do norte transmontano, desde Salzedas até Provesende, Bragança, Vinhais, Favaios, Alijó, por aí fora, **tivemos 17 aldeias** (com admiração, com elevação do tom de voz); muito interessante, reuniu milhares de pessoas com os seus produtos tradicionais, com a sua situação cultural, a partilha... (pausa), isto, tem sido de facto apoiado por estas entidades... (pausa mais longa) também sozinho não dava (afirmado com menor tom de voz)

E. Pregava no deserto, se fosse sozinho?

e. E nestas coisas convém dizê-lo, muitas das situações das dinâmicas, do entrosamento que é feito com as pessoas, também se deve à dinâmica dos poderes locais e nacionais. E deixe-me só dizer a nível de políticos nacionais, que às vezes apetecia-me berrar contra eles. Mas nem sempre o que apetece é o melhor, e os apetites e os nervos, nunca são os melhores meios de obter uma finalidade. E o que tenho feito é em parceria, em diálogo... (pausa) quantas vezes vou para Lisboa ou Porto a uma reunião ou um almoço, e digo, aqui que estou! As vezes ate não consigo fazer o que queria, mas esta forma de estar tem ajudado em muito a dinâmica de Salzedas. E hoje, felizmente, consigo ter uma relação de amizade, de simpatia, de cordialidade com qualquer organismo do país, com base nesta postura. Porque de outra forma, agita águas e criamos anti-corpos... (breve pausa) E eu sinto-me lisonjeado quando algum destes senhores vêm ter comigo e dão-me os parabéns pela maneira como fiz a coisas ou pela amizade. Ou se nos encontrarmos em qualquer lado ou sem nos encontrarmos, eles perguntam: “Padre Seixeira, então por aqui? Como anda Salzedas?” Isto para mim diz tudo.

E. Salzedas está no mapa!

e. *A maior finalidade é para essa gente. À medida que as pessoas cuidam dos seus campos, estão a criar paisagem, estão a criar produtos, e estão a criar produtos turísticos para os passeios pedonais, assim como para exportação. Portanto é gente que está cá... (pausa), já não sai, e que cultivam os seus campos, porque sabe que no final, na apanha, vai ter uma rentabilidade daquele produto que está a cuidar*

É um produto que se cuida sem qualquer manuseamento... (pausa) o sabugueiro é a poda e apanha. E tratar da terra para que não crie muitas ervas. Isto é, damos consistência a quem está para que não fuja ... (pausa) e damos perspectivas para quem não está para que regresse. É o “regresso à minha terra para fazer o que”?

Assim como a pessoa que cultiva a terra, ao tratar do asseio da paisagem, está a chamar turismo. E nós ao chamar turismo precisamos de gente que nos acompanhe, que faça os percursos, que os receba nos mosteiros, que tenha capacidade logística e ... (breve pausa) de vária ordem. De estalagem, dormidas. No ultimo grande evento que fizemos tivemos um problema grave porque não tínhamos condições para tanta gente.

E. *Esse conhecimento todo que domina, tem uma equipa atrás de si que trabalha consigo? É esse o Centro de Estudo que eu li na Internet?*

e. *É esse Centro de Estudo que estamos a formar. Não é Centro de Estudo institucionalizado já, mas é neste Centro que vamos disponibilizar toda esta informação e esta dinâmica numa forma de divulgação e de consulta que hoje usamos esse meio, que é um meio moderno e que de facto nos dá uma outra capacidade de resposta que não temos tido e que começamos a ter á medida que estamos a chegar a este ponto, que é um ponto de estudo feito, mas é um ponto de partida para o futuro.*

E. *Era um ponto de chegada para uma conclusão que valia a pena ... (pausa) e agora é um ponto de partida para a dinamização de uma coisa que tem como certa; que é uma base científica e de estudo feito sobre este impacto económico. E para esse núcleo criativo tem envolvido gente jovem que está em universidades e escolas secundárias? Ou esse grupo é todo composto por pessoas “maduras”?*

e. *Nós temos que fazer aqui duas destrições: toda a vasta equipa que tem colaborado e que tem feito todos estes estudos ... (pausa) é gente que está ligada aos meios científicos. Mas que tem tido capacidade de nas suas horas vagas, na sua componente não tão específica do seu trabalho, se tem disponibilizado. E gente jovem! Estou a falar de um arqueólogo do IPPAR, tem a minha idade! Ou de outra gente que também está ligada a isto, um pouco mais velha que eu, e que estamos, digamos assim, no núcleo duro de dinamização e estudo, consistência, de um certo motor. E depois ligado também às faculdades gente da meia idade... (pausa) gente que não se fica apenas naquele trabalho de gabinete e assume este trabalho como*



uma oportunidade de desenvolver a sua capacidade, os seus estudos, o leque da sua acção na realidade e no local que são as gentes, o monumento, tudo isto. Escusado será dizer que 2/3 das pessoas que participam na recuperação do mosteiro... (pausa mais longa) é gente que faz esse trabalho gratuitamente, abnegadamente nos seus tempos livres, aproveitando os meios que tem ao seu dispor na Universidade

Um terço apenas daquela gente que está nos locais de decisão, que se compromete, é que faz a sua actividade profissional no projecto que está a desenvolver como são os técnicos do IPPAR, técnicos de turismo... (pausa) e as próprias faculdades tem direccionado para aqui, muitos dos seus formandos que nas sua monografias e trabalho de final de curso; o que nos dá uma capacidade de vermos isto:” não nos vamos preocupar com o levantamento topográfico, porque a faculdade o está a fazer no âmbito do estudo ou de uma licenciatura”. E esse trabalho, já é um trabalho que fica, que não nos vai custar dinheiro, mas que é uma capacidade de resposta para que nos estudos que vamos desenvolvendo, possamos dizer: “nós temos um levantamento topográfico para se experimentar um sabugueiro nesta encosta ou naquela”... (pausa), ou para fazer uma caminhada com um dado declive, mediante as regras, isto é, acaba por ser um trabalho múltiplo de várias coisas que se fazem, mas que depois nós tentamos coordenar, conforme a finalidade, neste ou naquele âmbito ou protocolo.

E. Sr. Padre, penso que está feita uma pincelada por toda a vida daqui; não lhe vou perguntar que ligações têm o bairro histórico medieval; é uma questão histórica que está escrita, mas que ainda precisará de ser muita explorada; eu estive a observar apenas; porque se concentrou este núcleo residencial de judeus aqui? Porque estavam quase em simultâneo noutros pontos do país? Mas, pelo menos, já levo um dado daqui. É que nos objectivos do projecto de recuperação de Salzedas, a judiaria também lá está para ser estudada. Dizia eu, temos aqui uma pincelada da parte social, da economia, e da parte cultural ainda não falámos; das bandas que existem, como está esta vida das bandas, que motiva estes jovens e os mais idosos?

e. *O aspecto cultural é de facto neste vale de Varosa é extremamente complicado de analisar, mas aos olhos de quem chega, deixa-nos ficar um périplo de possibilidades, e de estudos e levantamentos que são de facto muito particulares.*

À sombra dos mosteiros... (pausa), e aqui não tenhamos nenhuma dúvida, a presença judaica no Mosteiro de Salzedas, e em Lamego com duas fortes comunidades, e aqui à volta, é um resultado cultural que também se deve também enaltecer.

Sobre o aspecto comercial, temos um estudo sobre S.João de Tarouca que nos irá dar uma resposta curiosa, única e singular.

*Como por exemplo, se eu disser que em S.João de Tarouca temos selos de tecidos vindos da Inglaterra, **não foram os monges que foram lá comprar!** (palavras ditas com maior tom de voz);ou faianças vindas da Flandres, Espanha, Itália, não era os monges que os iam comprar... (breve pausa), quem fazia esse comércio?*

E. Tudo leva a crer que foi o intercâmbio comercial que houve.

e. *E nós encontramos alguns destes selos, algumas destas cunhagens, no Porto,*

E. Na Zona de São Nicolau onde esteve instalada a judiaria do Porto?

e. *Não podemos esquecer que o Douro é o grande meio de comunicação para o resto do interior. E o Douro que estava sua grande parte voltado ao Mosteiro de São João e ao Mosteiro de Salzedas. Ora, se nós temos a presença judaica aqui nas nossas terras, se temos um Douro que é um canal de comunicação, temos as quintas do Douro que pertencem aos mosteiros de Salzedas ou de São João e outras; foi a dinâmica cultural e agrícola que os mosteiros imprimiram; nós não tínhamos o Vinho do Porto se os monges não trouxessem as castas de França, não as cruzassem, não as plantassem, não desbravassem o Douro para que o Douro pudesse produzir vinho. Infelizmente, em todas estas comemorações do Douro Património Mundial... (pausa mais longa). Ainda ontem, em Lamego acerca de uma exposição se falava nisto. E eu chamava a atenção, o Douro está a passar ao lado de quem lhe deu a alma e o espírito... (pausa) e o nome da alma e do espírito que os monges deram ao Douro chama-se Vinho do Porto.*

Toda esta cultura que os monges colocam fora do mosteiro, na agricultura e na cultura, fizeram do Vale do Varosa, centro de uma importância capital no desenvolvimento tecnológico, social, económico e mesmo de medicina. O Mosteiro de Salzedas e de S.João de Tarouca a determinada altura da sua história (séc. XVIII) pagavam todas as despesas para que um monge ou dois fossem estudar para a Universidade. Ora, isto quer dizer que a cultura não se cingia a fazer missas; e como isto não chega, a reforma de Cister em Portugal, foi feita entre Salzedas e S.J.Tarouca; Salzedas terá tido no século XVII XVIII prensa manual para a publicação dos livros e missais. Nós sabemos que na botica do mosteiro havia códigos da medicina parisiense, da medicina da Áustria; havia uma colecção de livros fabulosa, que faziam inveja a muitas faculdades.

E por saber de cultura, mais do que local de escola espelha, de facto... (pausa), conhecimentos musicais.

Em 1800 o órgão de Salzedas avariou; o frade natural de Salzedas, Silvestre de Aguiar Bizar, fundou um quinteto musical para animação litúrgica. Em, 1836 a banda



foi composta e continuou e deu origem à Banda musical de Salzedas que em 1839, depois da expulsão dos monges, se autonomizou e dura até hoje.

Estamos a falar de um concelho que tem quatro bandas no activo; há uma cultura musical que é impar. Um concelho com dez freguesias, dez mil habitantes em que quatro bandas com mais ou menos 200, 250 pessoas a executar musica ... (pausa mais longa), até se criou uma Academia de Música, da Câmara Municipal, que tem ido de Norte a Sul do país e até no estrangeiro, não é por acaso que aparece aqui. Quantas zonas do país existem com tanta cultura musical? Eu não conheço muitas zonas com tanta cultura musical.

Isto são dinâmicas que perduram; por exemplo, a botica, que foi célebre, aqui de Salzedas, e que se celebrou numa pessoa, o Sr. Barros, que pertencia ao mosteiro. O Mosteiro vendeu a botica a esse senhor. Ainda hoje sei que há um familiar do sr. Barros que possui um recipiente, de cerâmica, estilo japonês que é único no país. Com uma pintura linda, perfeita.

A botica terá existido logo no início, e o abade em 1425 fundou um Hospital mesmo ao lado da torre de Ucanha, custeado pelo Mosteiro, com cirurgião e monges, e que se aguentou até 1834, e continuou depois. No século XV, era o maior Hospital da nossa zona e um dos maiores do país com boas camas; lá, o mosteiro colocou o Seu Cirurgião da corte no Hospital sem lhes cobrar um tostão, e o Rei cobrava 30000 reis, um bom ordenado na altura. Isto é cultura viva, cultura vivenciada. Não é aquela cultura que dizemos assim. as crianças e os jovens iam ao mosteiro aprender o “pai nosso” e as coisas de índole religiosa, não! Não é difícil de perceber o porquê, não podemos esquecer que aqui viveu Egas Moniz, aqui viveram os primeiros reis; D. Sancho foi educado aqui. O privilégio que tinha dentro da corte, não era por acaso, não era só por que sabiam rezar.

Também era uma garantia da remissão dos pecados. Mas era sobretudo um reconhecimento de que neste mosteiro se dinamizava e cultivava o saber. Muitos, vivendo no mosteiro como monges. Nunca o foram, mas viviam no mosteiro como monges.

E deixe-me concluir nesta questão da cultura ... (pausa) hoje parece que é engraçado e se torna chique dizê-lo desta forma, mas cada vez mais os mosteiros foram nesta dinâmica do país, Cister foi uma civilização. Soube ensinar agricultura, ensinar a aprender e comercializar, tudo isso.

Mas para isso tinha dois sócios, dois grandes tipos de trabalho especializado: por um lado, todos o que se dedicavam a comercio e pagavam o seu dizimo nas transacções, e aqui os judeus tiveram um papel fundamental; por outro, os conversos que ensinavam agricultura, que cuidavam das quintas, que iam trabalhar para as granjas, que iam receber os bens para o mosteiro.

Estes dois povos, o comércio por um lado e os recursos naturais quando a agricultura era a fonte dos bens, deram ao mosteiro a capacidade logística e económica de estar na linha da frente e de nunca se cingirem apenas a simples monges copistas, mas de transmitirem o saber, dentro das condicionantes que cada templo tinha para fora. E essa é, porventura, uma das dinâmicas que futuramente podemos falar com dados muito concretos... (com pausa), com arqueologia e estudo estruturado. Eu diria que além da frase “às vezes também sou padre” (terminou com sorrisos).

E. O Sr. Padre ri-se, mas é a frase que resume a conversa que nós tivemos! Na altura eles criaram a cultura, a dinâmica, o desenvolvimento social. Neste momento, na minha opinião, o Sr. Padre Seixeira está a fazer renascer das cinzas, a cultura que foi ostracizada e vilipendiada e está, pouco a pouco, com alguns apoios, a transmitir aos jovens o que foi o passado histórico português. É um dos seus objectivos ... (pausa), o que deduzo, é que não “morreria satisfeito”, passe-se o termo, se não conseguisse transmitir isto para a sua comunidade.

e. *É uma tarefa, um projecto... (pausa mais longa), é uma dedicação que todo este desenvolvimento que tenho feito pessoalmente, e posso dizê-lo, sem estar com dúvidas, de que consegui fazer sentir a todos aqueles que têm ajudado nesta dinâmica, esforço e trabalho. Se eu mereço alguns dos elogios que me deu, concerteza que não é só para mim, mas para todos aqueles que tem trabalhado, têm acreditado neste projecto, e têm dado muito do seu tempo a este projecto, do vale de Varosa, da dinâmica de Cister, e do rasgo que Cister teve em tempos, com altos e baixos, mas que teve... (pausa) na formação, na génese do nosso País, no desenvolvimento da região e toda a produção que no nosso país se avista... (pausa mais longa) e pelo mundo fora.*

An aerial photograph of a campus, likely a university, featuring a large, multi-story building with a prominent tower, surrounded by greenery and a body of water. The image is in grayscale and serves as a background for the top half of the page.

Notícias



Em Junho de 2007, procedeu-se ao lançamento do n.º 20 da Revista Douro – Estudos & Documentos. O evento decorreu no Solar do Vinho do Porto, na cidade do Porto. No final foi servido um Porto de Honra aos presentes.

Em Maio de 2007, o GEHVID, organizou a cerimónia de lançamento do Livro “ O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação” da autoria da colaboradora desta Unidade de I&D, Prof.^a Doutora Maria Helena Pina. O livro foi apresentado pela Prof.^a Doutora Fernanda Maria Silva Dias Delgado Cravidão. O evento decorreu nas instalações das Caves Ferreira em Vila Nova de Gaia.

O GEHVID organizou o Congresso Internacional “Vinho Verde – História, Economia, Sociedade e Património” que decorreu nas cidades da Maia, Penafiel e Baião, nos dias 17,18 e 19 Outubro de 2007. Tratou-se de um evento no qual se envolveram as forças sociais da região produtora de Vinhos Verdes, nomeadamente Câmaras Municipais e organismos representativos do sector vitivinícola (CVRVV – Comissão Regional de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e Confraria dos Vinhos Verdes). Procurou-se nas diversas sessões de trabalho científico divulgar os conhecimentos existentes de molde a fazer um balanço da investigação em cada um dos sectores que integraram o Congresso, tendo em vista a valorização do território e das suas capacidades e perceber linhas de investigação futura que, em perspectiva pluridisciplinar, devem ser seguidas para dar continuidade ao “estado da arte” no que se

refere a uma das regiões vitícolas de maior importância no contexto nacional. Este certame, serviu igualmente para lembrar que em 2008 se cumprem 100 anos sobre a data de criação da Região Demarcada dos Vinhos Verdes (R.D.V.V.).

No âmbito da realização da Assembleia-geral da Rede Mundial de Cidades Capitais de Grandes Vinhedos – Porto – Novembro de 2007, o GEHVID foi envolvido directamente nas actividades paralelas de expressão científico-cultural. Assim, dois investigadores do GEHVID comissariaram a exposição “Porto do Vinho – Porto of Wine” que esteve patente ao público nos Paços do Concelho da Cidade do Porto entre Novembro de 2007 e Março de 2008. Nesse certame patenteou-se através da pesquisa científica desenvolvida no GEHVID, no âmbito da História e do Património, a profunda ligação existente entre a cidade e as duas regiões vitícolas – Douro e Região dos Vinhos Verdes que interagiram com a cidade do Porto. Simultaneamente foi editado, conjuntamente pela Câmara Municipal do Porto e pela Civilização Editora, o livro com o mesmo título, da autoria de António Barros Cardoso e Francisco Ribeiro da Silva. O Catálogo da mesma exposição, foi também preparado no GEHVID.

Edição do município de São João da Pesqueira e edições Gaia livro, foi dado à estampa o “Livro São Salvador do Mundo – Santuário Duriense”, coordenado pelo investigador do GEHVID J.A. Gonçalves Guimarães. Trata-se de um roteiro de divulgação do património natural, arqueológico e etnográfico do Concelho de São João da Pesqueira, instrumento de grande utilidade para o conhecimento pelo grande público de um importante trecho do Douro Vinhateiro classificado pela UNESCO – Património da Humanidade.

Alguns dos investigadores da unidade GEHVID participaram e organizaram o Curso livre “Douro, Gaia, Porto: História e carisma de uma região” que decorreu no Solar Condes de Resende, Vila Nova de Gaia; 13 de Outubro de 2007 a 12 de Abril de 2008.

O GEHVID, através da participação do Coordenador Científico, Prof. António Barros Cardoso, esteve representado no Colóquio Internacional “Regards croisés sur la mobilité en Europe, Bordeaux – 2007”, onde se discutiram formas de cooperação



inter-universitária envolvendo vários países da Europa (Portugal, Espanha, França, Alemanha, Polónia e Hungria) com vista à feitura de programas de 2º ciclo a ministrar nas Universidades que têm nas suas áreas de influência “Terroirs” vitícolas.

Ainda com o CERVIN – Bordeaux – 3, o GEHVID participou no Colóquio Internacional “Le verre et le vin de la cave à la table du XVIIe siècle à nos jours”, através do Prof. Barros Cardoso que apresentou uma comunicação intitulada “A madeira e o Vidro que ajudaram a fazer o vinho do Porto”.

No âmbito da relação científica com a Universidade de Aix-en-Provence, ao nível dos estudos comparativos sobre os “Terroirs” vitícolas, o GEHVID esteve representado no “Colóquio Internacional sur les Terroirs – Les Terroirs: caractérisation, développement territorial et gouvernance com a comunicação. Aí foi apresentada uma comunicação com o título “Le vignoble de Porto – 1700-1756” pelo Prof. António Barros Cardoso;

O Prof. Francisco Ribeiro da Silva, em representação do GEHVID, participou no “X Encuentros de Primavera de la Universidad de Cádiz en El Puerto de Santa María, Puerto de Santa María, Abril de 2007 com a comunicação “La zona del Douro y los vinos de Oport”;

O GEHVID fez-se representar também pelo Prof. Francisco Ribeiro da Silva no “Seminário Iberoamericano de Viticultura y Ciencias Sociales” – Outubro de 2007 que decorreu na cidade de Mendoza – Argentina. Foi apresentada uma comunicação com o título “O Vinho do Porto e a Região demarcada do Douro”.

Foi assinado um protocolo entre o GEHVID e a Anima Património; Câmara Municipal de Arouca; Universidade Católica; CCDR-N; IPPAR; Associação da Rota dos Vinhos de Cister e Região de turismo da Rota da Luz, com o objectivo de colaboração na recuperação e dinamização das Rotas de Cister.



Carregação no Pinhão – Postal ilustrado, 1935

Boletim de Assinatura a enviar ao

GEHVID – Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Via Panorâmica s/ n 4150-564 Porto

Douro

Estudos & Documentos

Assinante Individual (15€ /2 números) Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Email: _____ N.º contribuinte: _____

Profissão: _____ Instituição: _____

Assinante Institucional (20€ /2 números) Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax: _____ Email _____

N.º contribuinte: _____ N.º de exemplares que deseja assinar: _____

Junto envio cheque n.º _____ do Banco _____

no valor de _____ à ordem de Faculdade de Letras da Universidade do Porto (GEHVID),
para assinatura individual/institucional (riscar o que não interessa) dos n.ºs _____ a _____ revista
DOURO - Estudos & Documentos.

DouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&
DouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&DocumentosDouroE
DouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&D
DouroEstudos&Docume
DouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&Document
DouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&DocumentosDouroE
DouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&DocumentosDouroEstudos&D



ISSN 0873-3899

9 770873 389007